

COLÉGIO ESTADUAL ELEODORO ÉBANO PEREIRA

ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

1ª PARTE

Cascavel – Paraná –2013

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	01
2. OBJETIVOS GERAIS.....	03
3. MARCO SITUACIONAL	
3.1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO.....	05
3.2. ORGANIZAÇÃO DA ENTIDADE ESCOLAR.....	06
3.3. HISTÓRICO DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO E PROPOSTA DE APROVAÇÃO AUTOMÁTICA.....	10
3.4. BIOGRAFIA DE ELEODORO ÉBANO PEREIRA.....	18
3.5. HISTÓRICO DA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO.....	19
3.5.1. Como colocar em prática a proposta.....	21
3.5.2. Os 4(quatro) eixos (critérios básicos).....	23
3.5.2.1. O Dia da Família na Escola (evento).....	25
3.6. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA COMUNIDADE ESCOLAR.....	26
3.7. REALIDADE SOCIOECONÔMICA E CULTURAL DA COMUNIDADE ESCOLAR. ELEODORO 2011.....	28
3.8. ESTATÍSTICA SOCIOECONÔMICA E CULTURAL DA COMUNIDADE ESCOLAR. ELEODORO 2011.....	31
3.9. DADOS E ANÁLISE DA ESCOLA SOBRE: IDEB, PROVA BR, EVASÃO ESCOLAR,.....	36

3.10. CARACTERIZAÇÃO E FUNÇÃO DOS DOCENTES E DEMAIS FUNCIONÁRIOS.....	39
3.10.1. Equipe de Direção.....	39
3.10.2. Equipe Pedagógica.....	43
3.10.3. Corpo Docente.....	48
3.10.4. Agente Educacional I e II.....	49
3.11. INSTÂNCIAS COLEGIADAS.....	54
3.11.1. Conselho Escolar.....	54
3.11.2. Conselho de Classe.....	57
3.11.2.1. Parada Pedagógica.....	57
3.11.2.2. Reunião do Conselho de Classe.....	58
3.11.2.3. Pós Conselho.....	58
3.11.3. APMF.....	59
3.11.4. Grêmio Estudantil.....	60
4. MARCO CONCEITUAL	
4.1. PRINCÍPIOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO:.....	61
4.1.1. Opção Pedagógica do Estabelecimento.....	61
4.1.2. Opção Filosófica do Estabelecimento.....	64
4.1.3. Opção Psicológica do Estabelecimento.....	70
4.2. CONCEPÇÕES NORTEADORAS DA PROPOSTA.....	73
4.2.1. Homem.....	73
4.2.2. Mundo.....	73

4.2.3. Sociedade.....	75
4.2.4. Cultura.....	75
4.2.5. Educação.....	76
4.2.6. Gestão Democrática.....	76
4.2.7. Avaliação.....	77
4.2.8. Aluno.....	79
4.2.9. Professor.....	79
4.2.10. Relação Professor-Aluno.....	80
4.2.11. Método de Ensino.....	81
4.2.12. Educação Inclusiva.....	81
5. MARCO OPERACIONAL	
5.1. ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 ANOS.....	84
5.2. PROCESSO AVALIATIVO.....	85
5.2.1. Organização do processo avaliativo.....	85
5.2.2. Recuperação de Estudos.....	87
5.2.3. Promoção do Aluno.....	88
5.2.3.1. Progressão Parcial.....	89
5.3. REGISTROS PARA CONTROLE DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM.....	90
5.3.1. Dialogando com o Aluno.....	90
5.3.2. Ata do Conselho de Classe.....	90
5.3.3. Caderno de Regência.....	90

5.3.4. Caderno de Registros do Representante de Classe.....	91
5.3.5. Livro de Registro de Classe.....	91
5.4. ORGANIZAÇÃO DA HORA ATIVIDADE.....	91
5.5. ENFRENTAMENTO AOS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS.....	94
5.5.1. Prevenção ao Uso Indevido de Drogas na Escola.....	94
5.5.2. Educação Ambiental na Escola.....	95
5.5.2.1. Estudos da Agenda 21.....	98
5.5.3. Cidadania e Direitos Humanos.....	100
5.5.4. Educação Fiscal.....	101
5.5.5. Enfrentamento à Violência na Escola.....	102
5.5.6. Gênero e Diversidade Sexual.....	106
5.5.7. Gravidez na Adolescência.....	107
5.5.8. Trabalho Infantil.....	108
5.6. DIVERSIDADE EDUCACIONAL.....	110
5.6.1. Educação Inclusiva.....	110
5.6.1.1. Serviços de Apoio Especializado.....	110
5.6.1.1. - Professor Intérprete de Libras.....	110
5.6.1.2. CAES – Centro de Atendimento Especializado na Área da Surdez.....	111
5.6.1.3. CAEDV – Centro de Atendimento Especializado para Deficientes Visuais.....	112
5.6.1.4. Sala de Recursos (Multifuncional I e II).....	115
5.6.1.5. Sala de Apoio à Aprendizagem.....	116
5.6.2. Cultura Afro-Brasileira e Africana.....	117

5.6.3. Educação Indígena.....	119
5.6.4. Educação do Campo.....	121
5.7. PROPOSTA DE COMBATE À EVASÃO ESCOLAR.....	122
5.8. LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA OFERTADA.....	126
5.8.1. CELEM.....	127
5.8.1.1. CELEM ESPANHOL.....	127
5.8.1.2. CELEM ITALIANO.....	128
5.8.1.3. CELEM MANDARIM.....	129
5.9. ESTUDOS SOBRE O PARANÁ.....	130
5.10. PROJETOS INTERNOS DO COLÉGIO.....	130
5.11. PLANO DE AÇÃO DA DIREÇÃO – GESTÃO 2012 – 2014.....	131
5.12. PLANO DE AÇÃO DA ESCOLA PARA 2012.....	138
5.13. PLANO DE TRABALHO DA EQUIPE PEDAGÓGICA/2012.....	147
5.14. FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS.....	160
5.15. ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E NÃO-OBRIGATÓRIO.....	160
5.16. LINHA DE AÇÃO DO TRABALHO DOCENTE.....	153
5.17. REGIMENTO INTERNO/ALUNOS.....	156
6. ENSINO PROFISSIONALIZANTE	
6.1. CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE – ATOR CÊNICO.....	174
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	174
8. AVALIAÇÃO DO PPP.....	175

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. APRESENTAÇÃO

Mais que educadores

*Tudo começou,
Com um projeto diferente,
Uma escola que não queria
Ter alunos repetentes.*

*Talvez por acreditar
Que não sofrendo pressão,
Os alunos entendessem
E prestassem mais atenção.*

*Há quem ache rude
Ou até incompetente,
Mas o projeto define
O futuro de muita gente.*

*Os educadores que se preocupam
Com o futuro da nação
Entraram numa luta
Sem abrir mão da educação.*

*O resultado disso tudo
Ainda está sendo escrito,
Levando em conta a educação
Sem abrir mão dos amigos.*

*Um projeto que ficará
Guardado na história
Sendo lembrado por todos,
Revivido toda hora.*

Bruna Natália dos Santos (aluna eleodorana) Dez 2011

O Projeto Político Pedagógico tem sido objeto de estudo e reflexão para professores, pesquisadores e profissionais da educação, na busca de conhecer a realidade escolar, visando melhoria na qualidade do ensino. A escola, neste sentido, é, como aponta Veiga (2003, p.11), *“lugar de concepção, realização e avaliação de seu projeto educativo, uma vez que necessita organizar seu trabalho com base em seus alunos.”* Desta forma, para atingir seus objetivos, a escola precisa ter claro as concepções que orientam sua prática, que caminhos precisam ser traçados para que suas intenções se efetivem. Desta forma, o presente projeto pretende representar a ponte entre os objetivos pretendidos e as possibilidades que se colocam na prática educativa. Nesse sentido, apresenta um diagnóstico das concepções e práticas que organizam a vida escolar. O referido diagnóstico é produto das discussões realizadas em diferentes momentos pela comunidade escolar. Representa, portanto, não um conjunto de formulações fechadas e definitivas, mas ao contrário, os avanços e limitações de uma prática em constante construção.

Destaca-se, nesse processo de formulação/reformulação do PPP, enquanto processo de discussão coletiva, a tentativa de eliminar práticas autoritárias, competitivas, corporativas e principalmente burocráticas que prejudicam o anseio maior da educação, que é a apropriação do conhecimento.

A trajetória profissional do grupo que compõe essa Instituição constitui-se em fator determinante na composição do presente projeto por dois motivos fundamentais. De um lado, consolidou a existência da prática avaliativa vinculada ao ciclo estudantil ininterrupto, ou seja, a promoção automática do educando, de outro, propiciou a efetivação de resultados positivos e, conseqüentemente, a busca permanente e contínua da qualidade de ensino.

Assim, é enfatizada a relação desse projeto com a valorização do potencial humano, os desafios multiculturais, a construção da cidadania, a manutenção do processo avaliativo elaborado pelo esforço do próprio colegiado e, por fim, o gerenciamento dos recursos estruturais na escola.

Além de representar um esforço de romper com práticas ultrapassadas e conservadoras, visando mudanças no percurso da educação formal, esse projeto vem atender também a obrigatoriedade de que cada estabelecimento de ensino possui de elaborar e executar uma proposta pedagógica que direcione todo o trabalho escolar, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/ 96 artigo 12, inciso I.

2.OBJETIVOS GERAIS

Dentro do novo contexto em que se vive, das aceleradas transformações em todos os âmbitos que permeiam a sociedade contemporânea, a função da escola tem se constituído como um dos focos principais das discussões dos profissionais da educação, assim como de toda a comunidade escolar. Partindo do pressuposto de que todo projeto traduz sempre a configuração de um plano, um percurso que se pretende seguir para alcançar um determinado objetivo, é que se construiu o presente Projeto Político Pedagógico. Considerando a realidade de seu público alvo, buscou-se uma proposta que melhor atendesse o aluno, garantindo-lhe o direito de seguir seu ciclo estudantil sem interrupção e, acima de tudo, com um ensino de qualidade, uma vez que acreditamos que não é a reprovação que garante o sucesso do processo de ensino e aprendizagem.

Concebe-se o Projeto Político Pedagógico como documento norteador da política escolar; por isso ele se projeta na contextualização em que se vive. Passa, portanto, pelo desvelamento de questões como a participação, a autonomia, a descentralização, os encaminhamentos avaliativos e novas propostas de ensino. Neste sentido, a existência de um projeto como este possibilitará que se reflita sobre a solução para o problema social da escola.

Segundo Sousa & Corrêa (2002) a escola deve buscar alternativas que visem organizar o trabalho pedagógico de forma crítica e democrática, que propicie ao educando sua formação enquanto cidadão autônomo e reflexivo. Por esse canal de

reflexão, poder-se-á discutir qual é a escola que, como questiona Maturana (2002), desejamos para nossos filhos. Na busca de tal referência, tem-se a ação antes da efetivação do Projeto Político Pedagógico, que é discutir os pressupostos que o fundamentam. Com isto, todos têm o poder e o saber de conceber e de executar o plano definido: manutenção da prática avaliativa que prevê a anulação da repetência e, de contrapeso, certeza de permanência do aluno na escola, o que não seria alcançado se não houvesse, no interior da mesma, uma reflexão crítica do conceito de aprendizagem, avaliação e cidadania.

Valemo-nos do que aponta Bussmann (apud Veiga 2003):

Do ponto de vista psicossociológico e pedagógico, na medida em que se avançaram os entendimentos sobre os paradigmas do conhecimento e do processo ensino-aprendizagem, o conflito, na escola, tanto nas relações interpessoais como na ação cognocente, vem sendo compreendido e assumido como ingrediente capaz de gerar socialização e conhecimento, não por si só, mas inserido no contexto metodológico adequado.

Neste sentido, através de seu Projeto Político-Pedagógico, o Colégio Estadual Eleodoro Ébano Pereira define, como objetivo central, a educação como prática social. Portanto, as temáticas importantes para a análise e compreensão da sociedade atual devem estar presentes no currículo escolar. Destacamos, nesse sentido, a importância de que cada disciplina contemple em sua Proposta Pedagógica Curricular os desafios contemporâneos (sexualidade, drogadição, questões ambientais, violência, gravidez na adolescência e trabalho infantil), bem como o trabalho com as relações étnico-raciais.

O PPP está fundamentado no desejo da mudança, na busca da aprendizagem. E como coloca Vasconcelos (2002, p.55), “*sem desejo não há construção significativa do conhecimento*”.

3.MARCO SITUACIONAL

3.1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO

Nome: Colégio Estadual Eleodoro Ébano Pereira – EFMP

Núcleo Regional de Educação: Cascavel

Ato de Autorização de funcionamento do Estabelecimento Dec. 1781/1976 DOE 19/04/1976

Ato do Reconhecimento do Estabelecimento Resolução nº 2771/1978 DOE 21/12/1981

Ata da renovação do reconhecimento do Curso Ensino Fundamental:

Resolução nº 4268/07 DOE 20/11/2007

Ata de renovação do reconhecimento do Curso Ensino Médio

Resolução 4267/2007 DOE 28/11/2007

Parecer no NRE de Aprovação do Regimento Escolar nº 254/00 de 22/12/00:

Parecer no NRE de Aprovação do Regimento Escolar nº 633/2007:

Endereço: Rua São Paulo, 882 – Centro

Local: Urbana

CEP: 85.810-020

Telefone: (045) 3223-6651

Município de: Cascavel

Entidade Mantenedora: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

3.2.ORGANIZAÇÃO DA ENTIDADE ESCOLAR

Modalidades da Educação Básica:

Ensino Fundamental Regular

Ensino Médio Regular

Ensino Profissionalizante Regular

Turnos de funcionamento:

Matutino Vespertino Noturno

Regime de Funcionamento do Curso/Currículo

Matriz curricular (ANEXO1)

Sistema: Seriado anual para o Ensino Fundamental

Sistema Seriado anual para o Ensino Médio

Sistema Semestral para Curso Profissionalizante

CARGA HORÁRIA TOTAL ENSINO FUNDAMENTAL:1000 h/a, sendo 25 h/a semanais.

CARGA HORÁRIA TOTAL ENSINO MÉDIO:1160 h/a, sendo 29 h/a semanais.

CARGA HORÁRIA DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE:

NÚMERO DE TURMAS: 56 (cinqüenta e seis)

NÚMERO DE TURMAS E ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL:

MANHÃ:05 (cinco) turmas, 176 (cento setenta e seis) alunos.

TARDE:25 (vinte e cinco) turmas, 754 (setecentos e cinqüenta e quatro) alunos.

TOTAL: 30 (trinta) turmas, 930 (novecentos e trinta) alunos.

NÚMERO DE TURMAS E ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO MÉDIO:

MANHÃ:19 (dezenove) turmas, 691(seissentos e noventa e um) alunos.

NOITE:07 (sete) turmas, 234 (duzentos e trinta e quatro) alunos.

TOTAL: 26(vinte e seis) turmas, 925 (novecentos e vinte e cinco) alunos.

CELEM – ESPANHOL

NÚMERO DE TURMAS: 2(dois)

NÚMERO DE ALUNOS: 38 (1ª série:19 alunos ; 2ª série:19 alunos)

CELEM – ITALIANO

NÚMERO DE TURMAS: 2(dois)

NÚMERO DE ALUNOS: 38 (1ª série:18 alunos; 2ª série:24 alunos)

CELEM – MANDARIN

NÚMERO DE TURMAS: 1(um)

NÚMERO DE ALUNOS: 21 (1ª série)

ALUNOS MATRICULADOS NO ATENDIMENTO ESPECIAL DV: 65 alunos, sendo 9 deles já matriculados no ensino regular.

ALUNOS MATRICULADOS NO CAE – AREA DE SURDEZ:

ALUNOS MATRICULADOS EM TÉCNICO EM ARTE DRAMÁTICA

3º SEMESTRE: 11 alunos

NÚMERO TOTAL DE ALUNOS:

CORPO FUNCIONAL

TARDE:

PROFESSORES: 167

PEDAGOGOS:12

DIRETOR:01

DIRETOR AUXILIAR: 02

AGENTE EDUCACIONAL I:18

AGENTE EDUCACIONAL II:10

Relação de todos os funcionários, sua formação e função dentro da escola

(ANEXO2)

AMBIENTES PEDAGÓGICOS:

SALAS DE RECURSO

Período Matutino: 2 salas.

SALAS DE APOIO À APRENDIZAGEM (SAA)

6º ano:

1 sala de Português (período matutino)

1 sala de Matemática (período matutino)

9º ano:

1 sala de Português (período vespertino)

1 sala de Matemática (período vespertino)

Salas de DV

Salas de CAE

BIBLIOTECA

ESPAÇO RECREATIVO COBERTO PARA JOGOS DE TABULEIRO

GINÁSIOS POLIESPORTIVOS COBERTOS

REFEITÓRIO

O Colégio contempla a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

Língua Estrangeira moderna: Inglês para o Ensino Fundamental e Médio.

3.3. HISTÓRICO DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO

A PRIMEIRA ESCOLA DE CASCAVEL

Segundo Ivo Oss Germer, em *Aspectos históricos da educação de Cascavel* (2002), citado por Orso e outros (2008), logo após a chegada dos primeiros imigrantes, foi construída uma Capela para homenagear Nossa Senhora Aparecida e, em 1932, naquela igreja, que era a matriz de Cascavel foi instalada a primeira escola, primeiramente de maneira informal, em uma casa de madeira de pinho lascado. Durante os três primeiros anos, a escola foi mantida pela população local e os professores Aníbal Lopes da Silva e Sandálio dos Santos ou eram ligados à

Comissão de Estradas ou funcionários públicos. A escola era vista como uma forma de progresso e ascensão social.

Em 1938, Cascavel se tornou distrito administrativo de Foz do Iguaçu e a escola ganhou prédio próprio, com o nome de Casa Escolar Pública. Até 1947, a escola funcionou sem autorização do governo; somente nesse ano foi transformada em Grupo Escolar e o Estado assumiu a manutenção da escola e o pagamento dos professores, localizada entre a Rua Pio XII e Av. Brasil.

Diferente de outros municípios no Estado do Paraná, o primeiro grupo escolar de Cascavel foi instituído e estadualizado antes da sua emancipação política.

Entre os anos de 1959 a 1961, sob a direção a professora Irene Crimbor Hickli, foi criada uma extensão da Escola Júlia Wanderlei, da Escola Normal Regional “Carola Moreira”, com a mesma direção e a transferência do estabelecimento para o atual endereço, na Rua Carlos de Carvalho, nº 975, Centro.

Pelo Decreto nº 1781, de 12/04/1976, o Governo do Estado autorizou o funcionamento da “Escola Eleodoro Ébano Pereira” – Ensino Regular e Supletivo de 1º Grau, resultado da reorganização do Grupo Escolar Eleodoro Ébano Pereira e Grupo Escolar Noturno Eleodoro Ébano Pereira, ambos do mesmo município. Os estabelecimentos deveriam manter o regime de extinção gradativa o funcionamento do regime das séries referentes aos cursos regidos pela LDB nº 4.02/61.

Pela Resolução nº 2771/81, foi reconhecido o Curso de 1º Grau Regular e Supletivo de 1º Grau na escola, mantida pelo Governo do Estado.

No ano de 1998, a escola recebeu a doação do prédio do Fórum, que foi transferido para a Av. Tancredo Neves. Porém, os vereadores do município também pretendiam ficar com o prédio. Mas, de acordo com a secretária Beloni Salete Rodrigues de Lara, em entrevista no dia 09.05.2012, “houve uma intensa mobilização em toda a escola (APMF, pais, alunos, professores, direção) para, que fosse doada para a escola. Pressionados pela comunidade, os vereadores votaram pela doação ao Colégio Estadual Eleodoro Ébano Pereira. Depois das reformas,

houve a mudança da entrada da escola para a Rua São Paulo, nº 882, Centro, o endereço atual.

A TRAJETÓRIA: DAS PRIMEIRAS DIREÇÕES ATÉ OS DIAS ATUAIS

Segundo o Regimento Interno da Escola Eleodoro Ébano Pereira de Ensino Regular e Supletivo de 1º Grau de 1976, de 1932 a 1947, a Escola funcionou precariamente na Igreja Santo Antônio, no centro, sem nenhum ato oficial que regulamentasse o seu funcionamento, tendo como primeiro responsável Aníbal Lopes da Silva, que ficou no cargo até 1934.

Em 1934, foi responsável pela escola Orozendo Cordeiro.

Entre 1935 e 1938, assumiu a direção Genoveva Boirski, passando a funcionar em prédio próprio, como Casa Escolar, na Av. Brasil, esquina com a Rua Pio XII.

Sandálio dos Santos assumiu a direção de 1939 a 1942.

Teonília Pompeu Girão assumiu como primeira diretora efetiva, de 1943 a 1947 e pelo Decreto de Criação nº 112, de 03/07/1947, foi autorizada a elevação da “Casa Escolar” para Escola Reunida e Grupo Escolar.

Até 1953 responderam pela direção as professoras May Rosa Ferreira, Dilair Silvério Fogaça e Jaci Fagundes de Almeida.

Pela Portaria nº 2268, de 23/10/53, passou a responder pela direção a professora Aracy Lopes Pompeu, que ficou no cargo até 30/12/56. Nessa gestão, criou-se a Biblioteca da escola.

De 30/12/56 a 09/04/57, foi diretora a professora Elma Pelegrini Sanwais; em 04/09/57 assume a direção a professora Léa C. da Cruz.

De 1959 a 1961, esteve na direção a professora Irene Crimbor Hickli. Nessa gestão foi criada a Escola Normal Regional “Carola Moreira”, com a mesma direção e a transferência do estabelecimento para a Rua Carlos de Carvalho, nº 975, Centro.

De 02/06/61 a 06/63 esteve na direção a professora Maria Thereza Abreu de Figueiredo

Em 23/04/63, pelo Decreto nº 1037 foi designada para diretora a professora Mirna Zeni Runardi que, em julho do mesmo ano, foi substituída pela professora Áurea Pereira de Castro.

Em 26/08/63, foi designada a professora Maria Tereza Cordeiro dos Santos como diretora, que permaneceu no cargo até agosto de 1965, quando foi substituída pela professora Theodora Banack Gonçalves.

Em 1968, assumiu a direção a professora Dione Zeni de Amorim, pela Portaria nº 3206, quando foi extinta a Escola Normal Regional “Carola Moreira”, pela Portaria nº 29/68.

Em 15/06/1969 foi criado o Curso Primário Noturno, de 1º ao 5º ano, com a Portaria nº 1934/69.

Em 23/01/70, assumiu a direção da escola a professora Ilda Ribas, pela Portaria nº 9206, de 01/10/69.

Em 1972, a resolução 1.842 reconheceu o curso supletivo — fase 1, hoje extinto.

Em fevereiro de 1973, o Curso Primário Noturno passou a funcionar como Curso de Educação Integrada, conforme Resolução nº 1842/72.

Em abril de 1973, pela Resolução 611/73, assumiu a direção a professora Agripina Reis C. Navarro.

Em 07/03/75, pelo Parecer nº 23/75, foi aprovado o Plano de Implantação do Ensino de 1º Grau, apresentado pelo “Grupo Escolar Eleodoro Ébano Pereira” e “Grupo Escolar Professora Julia Wanderely”, que formavam um complexo criado pela Resolução nº 1064/74, D. O. de 25/10/74, com os nomes de Escola Integrada Estadual de Ensino de 1º Grau Eleodoro Ébano Pereira, Grupo Escolar Professora Julia Wanderley e Grupo Escolar Noturno Eleodoro Ébano Pereira.

Em 14/01/76, pela Resolução nº 77/78, foi designada como diretora da escola a professora Neide Maria Chassot Bresolin.

Pelo Decreto nº 1781/76 foi autorizado o desmembramento e funcionamento da “Escola Eleodoro Ébano Pereira” de Ensino Regular e Supletivo do 1º Grau.

De acordo com o Decreto 1.781/76, foi autorizado o funcionamento da escola, que passou a chamar-se Escola Estadual Eleodoro Ébano Pereira — Ensino Regular e Supletivo de 1º Grau.

Em meados de 1987, alguns professores do curso de Estudos Adicionais na área de Deficiência Visual constataram um grande número de pessoas com esta deficiência na comunidade. Sentindo a necessidade de abertura de um centro de atendimento especializado, os profissionais da escola, ao lado de órgãos públicos municipais e estaduais, reivindicaram este atendimento ao Governo do Estado.

Em 1989, houve a necessidade de implantação de curso de 2º grau, devido ao elevado número de estudantes egressos do primeiro grau, que não conseguiam vagas nos colégios públicos existentes.

A implantação ocorreu em 1991, na gestão da professora Marlene de Jesus Vilela Dias, quando o Colégio acrescentou 2º Grau Regular ao nome, ficando autorizado o funcionamento do Ensino de 2º Grau Regular com o curso de Educação Geral, através da resolução nº 469/9, de 06/10/91.

Em 1994, fundamentada no alto índice de reprovação e evasão, uma nova Proposta de Avaliação foi oficialmente colocada em prática para o Ensino Fundamental, a “Proposta da Não Reprovação”, efetivada em 1996.

Em 05/07/2001, através da Resolução nº 1477/01, foi autorizado o funcionamento do Centro de Atendimento Especializado, na área de Deficiência Visual no Colégio Estadual Eleodoro Ébano Pereira.

Em 2005, através da Resolução nº 576/05, foi autorizado o funcionamento da Sala de Recursos/Ensino Fundamental (5ª a 8ª série), área de Deficiência Mental e Distúrbios de Aprendizagem.

A professora Marlene de Jesus Vilela Dias assumiu a direção da escola até o início do ano de 2007.

Em 2007, foi sucedida pela diretora auxiliar Marlei Fasolo Bueno, que permaneceu no cargo até a eleição de 2008. Ainda em 2007, após processo de consulta e discussão com a comunidade escolar, o estabelecimento iniciou os trâmites legais para ofertar a Educação Profissional, através do programa de expansão dessa modalidade de ensino, denominado “Brasil Profissionalizado”. Os cursos pretendidos pela escola estão concentrados nos seguintes Eixos Tecnológicos: Produção Cultural e Design, Lazer e Comunicação.

O credenciamento da instituição para a oferta da educação Profissional ocorreu no final de 2009, e no ano de 2010 iniciou uma turma do curso Técnico de Ator Cênico, na modalidade subsequente.

A aprovação automática foi colocada novamente em discussão no início do ano letivo de 2009, quando foi reafirmada pela comunidade escolar.

Em 2009 assumiu a direção Salonides José Zanella de Ávila e os diretores auxiliares Ana Cristina Agnoletto e Celso Tavares. Salonides deixou o cargo em setembro de 2011, sendo substituído pela professora Ana Cristina Agnoletto na direção e na direção auxiliar o professor Celso Tavares.

Em 2012 assumiu a direção a professora Inelves Dani e com os diretores auxiliares, a professora Mareli Lúcia Steinbach da Silva e o professor Celso Tavares, com mandato até o ano de 2014.

Atualmente, o Colégio é denominado Colégio Estadual Eleodoro Ébano Pereira, oferece Ensino Fundamental, Médio e Profissional, Ensino Especializado e Individualizado, CAEDV, DA – Professor Interpretete de Libras, Professor PASA, Sala de Apoio, Atividades de Contra turno, Sala de Recurso, Incentivo ao esporte, lazer, cultura e meio ambiente, com endereço oficial na Rua São Paulo, nº 882.

O Colégio Estadual Eleodoro Ébano Pereira – Ensino Fundamental e Médio com sede em Cascavel, é mantido pelo poder público administrado pela Secretaria de Estado de Educação, nos termos da legislação em vigor e regidas por este

Projeto Político Pedagógico, que garante a unidade filosófica, político-pedagógica, preservada a flexibilidade didático-pedagógica do estabelecimento.

O estabelecimento de Ensino tem por finalidade ministrar o Ensino Fundamental e Médio, atendendo ao disposto nas Constituições Federal e Estadual e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, número 9394/96.

A proposta de aprovação automática foi colocada novamente em discussão no início do ano letivo de 2009, no início da gestão, e foi reafirmada pela comunidade escolar.

Desde 2007, após processo de consulta e discussão com a comunidade escolar, o estabelecimento iniciou os trâmites legais para ofertar a Educação Profissional, através do programa de expansão dessa modalidade de ensino, denominado Brasil Profissionalizado. Os cursos pretendidos pela escola estão concentrados nos seguintes Eixos Tecnológicos: Produção Cultural e Design, Lazer e Comunicação.

O credenciamento da instituição para a oferta da educação Profissional ocorreu no final de 2009, sendo que no ano de 2010 iniciou uma turma do curso Técnico de Ator Cênico, na modalidade subsequente.

Atualmente, o Colégio é denominado Colégio Estadual Eleodoro Ébano Pereira, oferece Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante, Ensino Especializado e Individualizado, CAEDV, DA –Professor Intérprete de Libras, Professor PASA, Sala de Apoio, Atividades de Contraturno, Sala de Recurso, Incentivo ao esporte, lazer, cultura e meio ambiente.

O Colégio Estadual Eleodoro Ébano Pereira, com vistas à promoção do ser humano, buscando a superação da escola que cumpre o papel social de selecionar e excluir, implantou, no ano de 1994, a não-reprovação, ou seja, o Sistema de Promoção Automática (ciclo contínuo, ininterrupto).

A comunidade escolar atual compreende que essa nova organização, que demanda toda uma organização diferenciada da escola, de acompanhamento da vida escolar dos alunos, de avaliação permanente de todas as instâncias da escola,

apesar de alguns entraves, continua sendo a melhor proposta para esta comunidade escolar, pois pode servir como mecanismo de rompimento da lógica da meritocracia, da formação do sujeito para a adaptação social.

Quando citamos “alguns entraves”, queremos nos remeter a algumas dificuldades do processo de ensino-aprendizagem, do dia a dia escolar, existentes em qualquer ambiente escolar, mas com suas peculiaridades, devido a esta proposta diferenciada. Para que haja sucesso, ela precisa ser bem estudada e compreendida. Também exigirá de todos os envolvidos comprometimento e seriedade frente aos desafios educacionais, pois ao nos referirmos a aprovação automática, não nos remetemos ao significado isolado da palavra, mas automática no sentido de que o aluno somente será retido na série anterior por faltas e que, haverá todo um trabalho de conscientização de toda a comunidade escolar, no sentido de que o que nos importa realmente é o aprendizado. Assim sendo, a escola possui 4(quatro) eixos fundamentais e que devem ser seguidos por todos. São eles:

Seriedade e compromisso; participação, assiduidade e família na escola, que serão tratados detalhadamente logo em seguida.

Está subjacente a essa perspectiva uma práxis educativa estruturada nas seguintes premissas:

- a substituição da cultura da repetência e do insucesso pela cultura da competência e do sucesso do aluno;
- o combate ao estigma histórico, fortemente presente na escola brasileira, segundo o qual a reprovação constituiria fator de aprendizagem;
- a adoção e o amadurecimento de práticas coletivas e democráticas de gestão escolar;
- o distanciamento de ações de natureza centralizadora e autoritária no processo avaliativo.

Nessa perspectiva, destaca-se a importância da gestão democrática e a necessidade de avançarmos neste processo.

3.4. BIOGRAFIA DE ELEODORO ÉBANO PEREIRA:

Natural do Rio de Janeiro, em 19 de setembro de 1648 foi nomeado por Duarte Correia Vasqueanes, Administrador Geral das Minas do Sul e Governador e Capitão-Mor do Rio de Janeiro, General da Armada das Canoas de Guerra de toda a costa e mar do sul.

Em Paranaguá, recebeu, por carta, o direito de administrar as minas de ouro e prata descoberta (e por descobrir) da região.

Ele veio liderando uma expedição de bandeirantes por volta de 1661 e iniciou a fundição e a quintagem de ouro na Vila de Paranaguá para enviá-lo em forma de pó ao governador do Rio de Janeiro, mas logo as autoridades portuguesas reconheceram que as minas de Paranaguá não correspondiam às expectativas.

Ele trouxe uma carta de sesmaria a favor de Baltazar Carrasco dos Reis, dando-lhe posse no Barigui, onde, segundo diz em sua petição, já residia, em um sítio de criação, fazendo divisa das terras com Mateus Martins Leme. Os grupos dos dois eram aparentados, foram os primeiros moradores dos Campos de Curitiba e constituíram a maioria representativa dos povoadores. No período que esteve na região, desbravou a Serra do Mar e contribuiu para a formação de arraiais, mesmo que provisórios, que formaram as bases dos futuros povoados permanentes, entre eles o povoado de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais, futura Curitiba.

Considerado um pioneiro do Paraná, foi homenageado com nome de uma Rua em Curitiba e o colégio Estadual em Cascavel.

3.5.HISTÓRICO DA PROPOSTA DE APROVAÇÃO “AUTOMÁTICA”

O ensino, na *visão Eleodorana*, deve proporcionar ao aluno condições de análise da realidade; ferramentas que possibilitem o olhar para o real, para além das aparências, levando-o a um olhar mais crítico sobre sua situação como sujeito nessa sociedade e sobre suas possibilidades de interferir no sentido de modificar/transformar a sua realidade.

Nessa perspectiva, o conhecimento não é considerado como mera transmissão, mas como “construção” que se estabelece na relação dialética dos conteúdos de ensino com o saber e a vida dos educandos, evitando a doutrinação, a alienação e o desinteresse de grande parte deles que, não encontrando razão de ser no que lhes é ensinado, abandonam precocemente a escola.

Subjacente à determinação política que se constituiu no móvel de sua ação, na escola sempre esteve — como deveria estar - a unidade e o fortalecimento da Equipe em torno de valores e ideais que lhes conferem identidade. Consolidando-se na relação franca, solidária e cooperativa, solidificando a proposta política-pedagógica que, numa sucessão de fases, chegou formalmente à prática, pelos períodos definidos em etapas:

Período de Questionamento

- Exposição da realidade, com suas contradições e conflitos.
- A reprovação constituiria fator decisivo no índice de evasão escolar.
- A relação existente entre Reprovação e Evasão passaria a ser um dos principais fundamentos para se questionar a reprovação.
- O aluno deveria ser sujeito de sua aprendizagem;
- A reprovação não seria mais fator que garantiria a aprendizagem, nem a qualidade, muito menos a permanência do aluno na escola.

Período de Transição

- A escola passou a assumir a responsabilidade pela aprovação (o ciclo ininterrupto constituiria um direito à formação da cidadania).
- Negação da Reprovação no sistema avaliativo.
- Preocupação com o embasamento teórico e com a qualidade de ensino.
- Mudança na forma de compreender/pensar a Avaliação.

- Período de Construção
- Unidade do grupo em torno de valores e ideais que lhes conferiram identidade.
- A permanência do aluno passa a estar relacionada à competência da Escola.
- Concepção de que a qualidade só poderá ser garantida pela competência do professor.
- O verdadeiro acompanhamento da aprendizagem só pode ser feito mediante a interação professor-aluno.
- O sucesso do aluno na escola representa o seu desenvolvimento máximo possível, não quando ele repete o ano mas sim, quando adquire a consciência de que precisa estudar. (A aprendizagem está na conscientização do valor do conhecimento e não no castigo da reprovação).
- Formação teórico-prática em Avaliação (Conselhos Participativos).
- Período de Fortalecimento
- Efetivação de critérios básicos de cobrança (aplicados a todos os segmentos da escola).
- Consolidação dos Conselhos Participativos.
- Constatação da mudança nos índices de Reprovação e Evasão (Levantamento de dados).

Período de Conservação e Aprimoramento

- Convicção da prática.
- Responsabilidade partilhada.

- Estruturação de Seminários de Avaliação que marcam a evolução e aprimoramento dos conselhos de classe.

3.5.1. Como colocar em prática a proposta

Em vista da concepção de que o aluno é capacitado para aprender, conduta inteligente, criatividade, avaliação e julgamento — segue-se o Projeto Político-Pedagógico sustentado por uma prática avaliativa de vanguarda em que se concebe a Reprovação, em muitos casos, como procedimento inútil e retrógrado. Segundo PARO:

Nunca é a escola que reprova, a escola que não ensina, a escola que falha, a ênfase é sempre no aluno que é reprovado, que não aprende, que fracassa. As reprovações, assim, servem ao duplo propósito de isentar a escola por sua incompetência em ensinar, e de produzir pseudocidadãos inculcados pela usurpação de seu acesso ao saber, de que em verdade são vítimas. (PARO, 2001, p.47).

Nessa prática, prevalece o compromisso de melhor qualidade de ensino, integração com a comunidade e o envolvimento do estudante com o processo de aprendizagem pela interação efetiva professor-aluno.

É na prática, nos grupos de estudos, nas conversas com os pais, nas fundamentações teóricas, na formação continuada de docentes, na leitura de mundo dos professores, que a prática avaliativa se constitui. Nessa perspectiva, busca-se valorizar a caminhada do aluno. A nota não é mais um fator isolado que indica conhecimento. Como coloca Vasconcelos(1998, p. 36) “ *se o aluno não está sabendo, o que se espera é que nem seja reprovado, nem ganhe nota; ele precisa ser trabalhado para que venha a saber*”. A avaliação está no poder do professor no sentido de que ela exerça múltiplas funções e não somente a de cobrança de conhecimentos, mas como meio de saber como anda o processo educacional e poder nele intervir, quando necessário. A frequência e a participação em sala

deverão surtir um efeito interativo. Os alunos discutem com o professor a sua aprendizagem. Para isso, há uma fundamentação que assessora, num processo de consultoria, envolvendo comprometimento da equipe de apoio, professores, pais e alunos.

Garantir a permanência do aluno, com êxito e aproveitamento, no sistema escolar, é o principal foco do colégio. Dentro deste processo, o professor deverá seguir alguns passos para delinear esta prática desafiadora, mas promissora, uma vez que almeja educar com qualidade:

- Apresentação do Plano de Trabalho Docente em consonância com a Proposta Pedagógica Curricular da sua disciplina, para que esteja à disposição da Equipe Pedagógica e também para apreciação/estudo de quem interessar. Deverá ser apresentado aos alunos em sala de aula. (início dos semestres).
- Avaliação e operacionalização destes conteúdos (constantemente).
- Análise de como foram realizadas as avaliações e se houve o atendimento às expectativas (objetivos) propostas (constantemente).
- Retomadas de conteúdos (constantemente, sempre que necessário).
- Avaliação do desenvolvimento da turma (processo de auto-avaliação). (final dos semestres e/ou sempre que necessário).
- Identificação de fatores que interferiram no processo de crescimento (em todos os segmentos da escola). (final do semestre e/ou sempre que necessário).
- Formulação de propostas de mudanças de todos os segmentos da escola. (final do semestre e/ou sempre que necessário).

Todos estes procedimentos deverão ocorrer de forma participativa, abrindo espaços de discussão/diálogo em vários momentos da prática educacional em sala

de aula, pois entendemos que só assim estaremos colaborando para a formação de uma sociedade mais democrática e comprometida.

Estes momentos dar-se-ão também em forma de reuniões, assembleias, paradas pedagógicas, envolvendo toda a comunidade escolar e, quando necessário for, o Conselho Escolar, órgão máximo de representatividade dentro da instituição. São momentos avaliativos com o objetivo maior de melhorar cada vez mais a prática educacional.

3.5.2. Os 4 eixos (critérios básicos):

Neste processo, está incorporado o comprometimento do aluno e da família na observação e cumprimento de quatro eixos(critérios básicos):

Assiduidade:

Pontualidade e comparecimento às aulas. A escola sempre buscará cobrar atestado médico, comunicados aos pais via fone, SMS,encaminhar ficha FICA via online, utilizando a Equipe de Evasão do NRE em primeiro lugar, para posterior encaminhamento ao Conselho Tutelar e, em último caso, ao Ministério Público.

Participação em todas as atividades propostas:

Os alunos, frente às oportunidades ofertadas pelos professores, deverão fazer uso disso e buscar auxílio sempre que necessário. O professor é o mediador da educação. Dessa forma, cada um fazendo sua parte, a escola só tem a lucrar. O aluno deverá participar de todas as atividades propostas com comprometimento, realizar as atividades propostas (em sala e fora dela), comprometer-se com as aulas (aprendizagem, participação). Também deverá respeitar os horários e os prazos das atividades. Participação eficaz: comprometimento com os estudos,entrega pontual de trabalhos, realização de avaliações nas datas marcadas. Se faltar às aulas, entregar trabalhos e tarefas em datas posteriores. Comprometimento da comunidade escolar (professores e equipe pedagógica) como suporte para que

todos os alunos cumpram seus deveres com qualidade e tenham seus direitos garantidos, como a recuperação paralela, por exemplo.

Toda a comunidade escolar deverá zelar pelo patrimônio público, para que todos ganhem com isso e a escola possa investir mais em prol da qualidade de ensino.

Seriedade e compromisso nos estudos:

O aluno deverá ser responsável por seus estudos, não faltar em dias de avaliação, trazer os materiais necessários para as aulas, entregar os trabalhos nas datas marcadas, não atrapalhar a aula com indisciplina.

Família, equipe pedagógica, professores, direção e alunos deverão unir-se em comprometimento com a proposta do colégio, que opta pela aprovação automática em consonância com uma aprendizagem de qualidade.

Alunos comprometidos respeitam a sua escola, seus colegas e a si mesmos. Por isso, nosso compromisso sempre será com o resgate dos valores sociais, com a ciência da importância dos estudos, motivação, responsabilidade e comprometimento com os estudos, para que formemos cidadãos comprometidos, cumpridores de seus deveres e cientes de seus direitos.

Nos momentos da avaliação com os alunos a respeito da prática pedagógica, serão expostos para os alunos os problemas, e a própria turma é que irá criar mecanismos para a resolução do problema. O professor que estará na sala será apenas o mediador da discussão, e auxiliará na tomada de decisões.

Participação da família na escola:

A família pode e deve comparecer à escola sempre que se fizer necessário ou que sentir a necessidade de acompanhar seus filhos. Em casos especiais, a Equipe Pedagógica solicitará a presença, mas os pais deverão acompanhar sempre o processo de desenvolvimento dos filhos, assumir seu papel e função principal na formação integral de seus filhos. Participação em Assembleias e reuniões e no dia da "Família na Escola".

Consciência das limitações e dificuldades dos filhos. Colaborar, acompanhar a dificuldade dos filhos, nos trabalhos, tarefas. Vir à escola em momentos de convocação e quando sentir necessidade de dialogar.

Enviar os filhos à escola ou criar uma alternativa particular para solucionar as dificuldades que apresentarem. Comprometer-se com os materiais pedagógicos do filho, assim como seu uniforme.

A família estará ciente de que, se os casos não forem solucionados, deverá a escola encaminhar o aluno e a família a órgãos competentes.

3.5.2.1. O Dia da Família na Escola

O “DIA DA FAMÍLIA NA ESCOLA” é um dia especial e festivo, no qual a família comparece para confraternizar-se com os funcionários da escola e com as demais famílias. É aberto um diálogo com os professores, no qual os pais conversam sobre o desenvolvimento escolar de seus filhos e trocam ideias/experiências com os docentes.

Também neste dia, a direção da escola faz-se presente ouvindo os pais com sugestões/reclamações e busca de soluções.

Em meio a um café e um lanche ofertado pela escola, o ambiente torna-se amigável e construtivo. Realiza-se em dois sábados, um a cada semestre, e a presença das famílias é bastante significativa. Esta prática já é uma marca da escola e consegue envolver grande parte da comunidade escolar. Neste dia também valorizamos os trabalhos de nossos alunos, com uma exposição. Nosso maior objetivo é o de acolher os responsáveis de nossos alunos para que se sintam realmente parte do processo educacional de seus filhos.

3.6.CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA COMUNIDADE ESCOLAR

O Colégio Eleodoro atende hoje, aproximadamente 2.189 alunos distribuídos nas 30 turmas de Ensino Fundamental e 27 turmas de Ensino Médio, e 2 turmas de Educação Profissional, organizadas na forma subsequente, sendo que dez turmas correspondem ao Ensino Noturno, abrangendo 286 alunos..

Há uma grande procura de vaga na escola, por famílias das diferentes regiões da cidade. Esse fato se explica, principalmente, pela escola estar localizada no centro da cidade, o que possibilita aos pais/responsáveis acompanhar a vida escolar do aluno, pois esta fica próxima ao local de trabalho dos mesmos; pelos resultados positivos alcançados pela instituição e pela sua proposta diferenciada de avaliação.

Desta forma, apesar de a escola estar localizada no centro, possui uma clientela bem heterogênea, pois conta com alunos de vários bairros. Uma parcela significativa destes enfrentam problemas financeiros (falta de material escolar, uniforme, dificuldades com o transporte e até alimentação), desestrutura e violência familiar, fatores que dificultam o processo de ensino-aprendizagem.

No Noturno, principalmente, muitos alunos enfrentam dupla jornada, pois precisam estudar e trabalhar. A maioria deles vêm do trabalho para escola direto, pois não tem tempo ou recursos para se deslocar até suas casas e retornar para a aula. Nesse período – Noturno – observa-se o maior índice de evasão escolar, devido às características apontadas desse alunado.

Quanto aos recursos físicos, a escola conta com 25 salas de aula para o ensino regular, que comportam 59 turmas distribuídas nos três turnos; 04 salas e 01 cozinha para o CAEDV; 01 sala de multimídia; 04 salas de apoio; 01 sala de recursos; 01 sala de direção; 01 secretaria; 01 sala de professores; 01 sala de hora-atividade; 01 sala para a equipe técnico pedagógica; 01 mecanografia; 01 estacionamento; 01 cantina comercial; 01 laboratório de física, 01 laboratório de química, 01 laboratório de biologia e 01 laboratório de informática; 01 cozinha; 01 refeitório; 01 anfiteatro; 01 depósito de material de limpeza, e 01 de merenda; 02

banheiros para professores e 04 banheiros para alunos; 02 quadras poliesportivas; 01 almoxarifado de material esportivo e 12 almoxarifados de materiais diversos.

Para o trabalho no Centro de Atendimento de Ensino para cegos, a escola possui 04 professores especializados, que auxiliam e orientam outros professores no atendimento com os alunos cegos, além disso, a escola dispõe das máquinas braile (escrita e leitura) e sorobã (matemática) para ensino das duas linguagens.

Para o Ensino Fundamental e Médio, o Colégio conta com 127 professores distribuídos nos três turnos, sendo que 04 são professores com função de intérpretes de libras que acompanham os professores no desenvolvimento das aulas. Estes professores intérpretes atendem uma sala de 1º ano, uma de 2º ano e uma de 3º ano (Ensino Médio/ matutino e noturno) onde existem alunos surdos. O setor de Agente Educacional II possui 11 funcionários; o setor técnico-pedagógico conta com 11 funcionários sendo dois destinados ao ensino noturno e 18 no setor Agente Educacional I.

Com relação aos projetos, o Colégio desenvolve atividades extraclasse e extracurriculares que envolvem diferentes áreas do conhecimento: CULTURAL, SOCIAL, AMBIENTAL e ESPORTIVA (anexo 9). Visando a formação integral do aluno, oportunizando a integração entre o conhecimento formal e informal, onde o aluno pode utilizar seu conhecimento internalizado para através da prática fazer esta ligação.

Com alunos do Ensino Médio, especialmente o 3º ano, é realizado um trabalho, junto a diferentes instituições de Ensino Superior, com objetivo de auxiliá-los na definição de suas escolhas profissionais, apresentando-lhes as diferentes opções de continuidade dos estudos. Pretende-se também, com esse trabalho, oferecer ao educando uma compreensão melhor das mudanças sociais proporcionadas pelo avanço da ciência e da tecnologia que se traduz, entre outros, em mudanças no mundo do trabalho.

Desta forma, nas diferentes séries, procura-se o preparar o aluno, incentivando sua capacidade para emitir opiniões e julgamentos, podendo envolver-se no processo avaliativo, não como espectador, mas como agente modificador de

situações. Nesta perspectiva cabe ao professor ser capaz de contribuir com um ensino de qualidade e, portanto, de envolver o aluno de tal forma que este compreenda a importância social dos conhecimentos e práticas vivenciadas na escola.

Os recursos financeiros são obtidos através da SEED, APMF (promoções, rifas, contribuições espontâneas, cantina, etc.)

Um grande atributo desta escola é o seu desejo de qualidade que faz com que a comunidade não meça esforços na concretização dos objetivos que muitas vezes parecem estar tão longe da realidade.

3.7. REALIDADE SOCIOECONÔMICA E CULTURAL DA COMUNIDADE ESCOLAR EM 2011:

Quanto à moradia, nossos alunos moram, em sua maioria (72%), em casa própria e, um número menos expressivo, mas considerável (25%), em casa alugada, e apenas uma minoria em casa cedida. Isso demonstra uma condição financeira boa ou razoável, indicando que, para a família, foi possível adquirir um bem imóvel.

Todos possuem água tratada, rede de esgoto e luz elétrica em casa.

Moram, a maioria, com pai e mãe (60%). Os que moram somente com um dos dois, a grande parte é com a mãe (24%) e alguns, apenas, com o pai (3%). Dos 1631 alunos entrevistados, 7(sete) deles vivem com mãe social, 8% com outras pessoas. Percebemos, assim, uma parte considerável das famílias com pais separados, algo comum na sociedade contemporânea. O que não podemos perder, enquanto escola, é o contato com pais, mães e responsáveis, para que não se percam ainda mais as bases de formação, que inicia em casa e precisa ser mantido durante toda a formação humana.

Quanto à religião, a maioria dos alunos são católicos, 67%, e 20% são de religiões evangélicas. Seguidores de outras religiões diferentes temos quase 5% de nossos alunos. Devido a esta diversidade, muito comum, ressaltamos a importância

de se trabalhar bem a proposta pedagógica do Ensino Religioso e o respeito em qualquer situação dentro do colégio.

As famílias de nossos alunos são compostas, em sua maioria (65%), de três a quatro pessoas, e uma minoria por somente duas (2%) ou cinco (4%) pessoas.

Em 42% das famílias, duas pessoas trabalham para o sustento dos familiares, em 29% das famílias, três ou mais pessoas trabalham fora, e em 17% somente uma pessoa trabalha.

Quanto à renda mensal, a maioria, 44%, recebe de um a três salários mínimos, no entanto, 30%, uma número também expressivo, ganha de três a cinco salários mínimos e 20% mais de cinco salários. O que nos preocupa é que, mesmo sendo um número bem reduzido, quase 2%, declaram não receber renda alguma. Provavelmente recebem algum benefício. Esta é uma questão que a escola precisa ficar atenta para, se for o caso encaminhar à assistência social e/ou outros órgãos competentes.

A escolaridade dos pais varia bastante. Quanto às mães, 26% possui o Ensino Médio completo e 21% o Ensino Médio incompleto. Das famílias entrevistadas, 9% das mães ainda possui somente o Ensino Fundamental e 5% nem o concluiu. Um dado importante a ser investigado e encaminhado para os estudos é o número de mães analfabetas, 2%. Possuem Ensino superior completo 18%, incompleto 4% e com pós graduação quase 9%.

Quanto aos pais, 23% possui o Ensino Médio completo e 22% o Ensino Médio incompleto. Das famílias entrevistadas, 9% dos pais ainda possui somente o Ensino Fundamental e 5% nem o concluiu. Um dado importante a ser investigado e encaminhado para os estudos é o número de pais analfabetos, quase 2%. Possuem Ensino superior completo 16%, incompleto 4% e com pós graduação quase 7%.

Os dados analisados quanto à escolaridade dos pais nos indicam que, cada vez mais, os brasileiros, mesmo em fase já adulta, estão buscando estudar, conhecer mais e melhorar seu potencial no campo de trabalho.

Em relação ao acesso à informação, 59% das famílias entrevistadas possui rádio, TV e internet em casa, 34 % possui, além dos meios de comunicação citados, o jornal impresso. Apenas 5% possui apenas rádio e TV, mas é uma porcentagem ainda significativa frente ao acesso muito mais viável à internet na atualidade.

Ao levantar os dados quanto ao tempo livre dos alunos, com o que eles se ocupam, um dado bem preocupante, mas já esperado, é que, a maioria, ou seja, 47%, ocupa-se com a internet. Se dela estiverem fazendo bom uso, isso é indicativo bom, pois a internet possui muitos meios de pesquisas, leituras, conhecimento. No entanto, sabemos que muitos jovens ocupam-se apenas de redes sociais, msn e outros canais de comunicação que ajudam na interação, mas que, em excesso, limitam o crescimento intelectual dos jovens. Somente 24% ocupam seu tempo livre com estudos e leituras, e essa cultura precisa ser alimentada a cada dia, demonstrando que, para o desenvolvimento intelectual, a leitura e a busca de conhecimentos é fundamental. Destes alunos, 29% ocupam seu tempo livre com os esportes, um dado muito satisfatório, mas ainda precisamos ajudar a criar um consciência de que os esportes também são fundamentais para o crescimento do jovem.

Participando de programas sociais temos quase 10% dos alunos, e sabemos que muitos ainda precisam ser encaminhados, e temos feito isso, pois o tempo ocioso precisa ser bem utilizado.

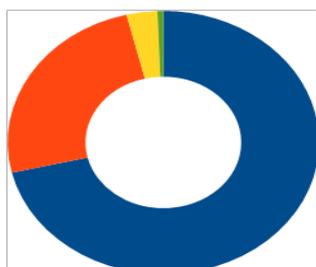
O motivo da maioria dos pais (74%) matricularem seus filhos no colégio é devido à proposta pedagógica, e isso nos deixa bastante satisfeitos, mesmo sabendo que muito ainda temos a construir e melhorar.

3.8. ESTATÍSTICA SOCIOECONÔMICA E CULTURAL DA COMUNIDADE ESCOLAR. ELEODORO/2011

3.8. ESTATÍSTICA SOCIOECONÔMICA E CULTURAL DA COMUNIDADE ESCOLAR. ELEODORO/2011

MORADIA

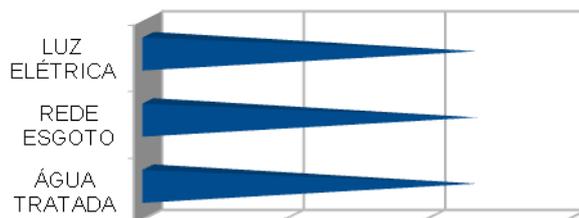
PRÓPRIA
ALUGADA
CEDIDA
NÃO INFORMADA
TOTAL



■ PRÓPRIA
■ ALUGADA
■ CEDIDA
■ NÃO INFORMADA

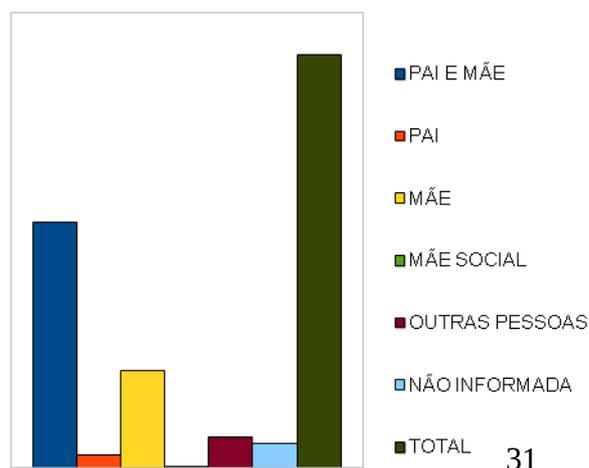
SANEAMENTO BÁSICO

ÁGUA TRATADA 1163
REDE ESGOTO 1163
LUZ ELÉTRICA 1163
TOTAL 1631



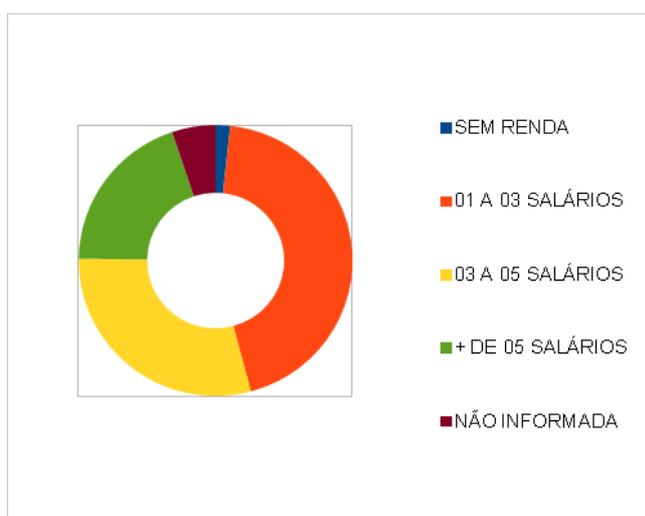
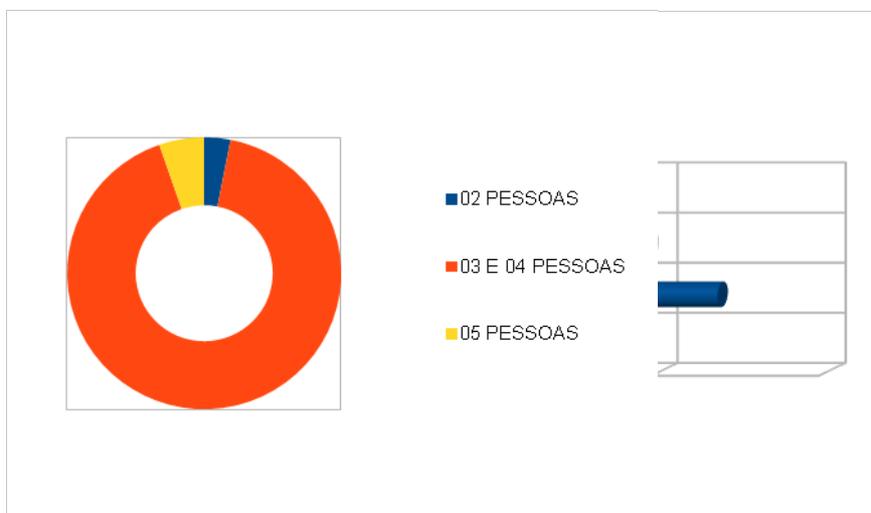
MORA COM

PAI E MÃE 972
PAI 52
MÃE 383
MÃE SOCIAL 7
OUTRAS PESSOAS 122
NÃO INFORMADA 95
TOTAL 1631



COMPONENTES DA FAMÍLIA

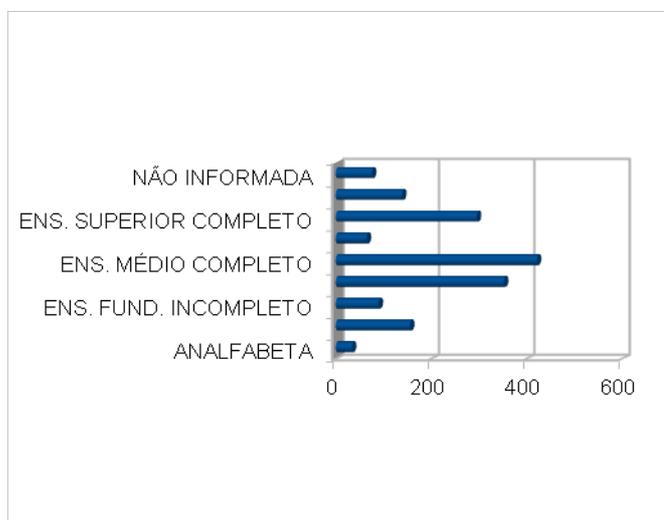
02 PESSOAS	36
03 E 04 PESSOAS	1067
05 PESSOAS	62
TOTAL	1631



01 A 03 SALÁRIOS	720
03 A 05 SALÁRIOS	479
+ DE 05 SALÁRIOS	320
NÃO INFORMADA	84
TOTAL	1631

ESCOLARIDADE DA MÃE

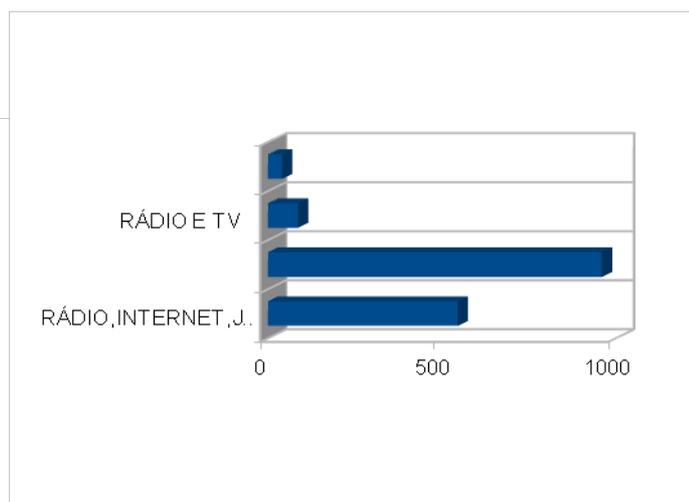
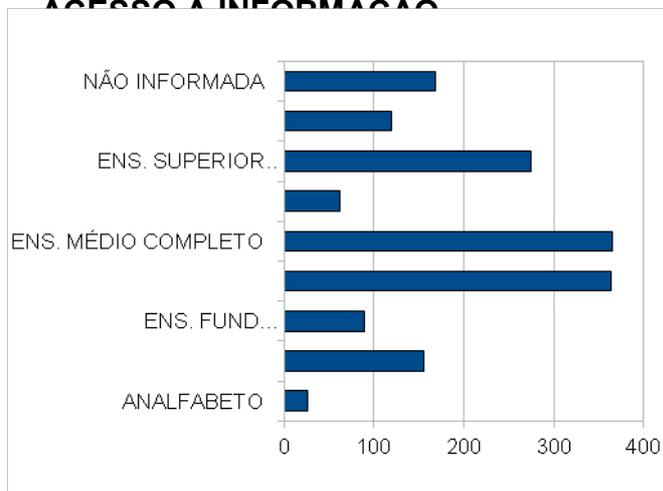
ANALFABETA	34
ENS.FUND.COMPLETO	156
ENS. FUND. INCOMPLETO	90
ENS. MÉDIO INCOMPLETO	353
ENS. MÉDIO COMPLETO	422
ENS.SUPERIOR INCOMPLETO	65
ENS. SUPERIOR COMPLETO	296
PÓS-GRADUAÇÃO	139
NÃO INFORMADA	76
TOTAL	1631



ESCOLARIDADE DO PAI

ANALFABETO		27
ENS. INCOMPLETO	FUND.	90
ENS. INCOMPLETO	MÉDIO	364
ENS. MÉDIO COMPLETO		366
ENS.SUPERIOR INCOMPLETO		62
ENS. COMPLETO	SUPERIOR	275
PÓS-GRADUAÇÃO		119
NÃO INFORMADA		169
TOTAL		1631

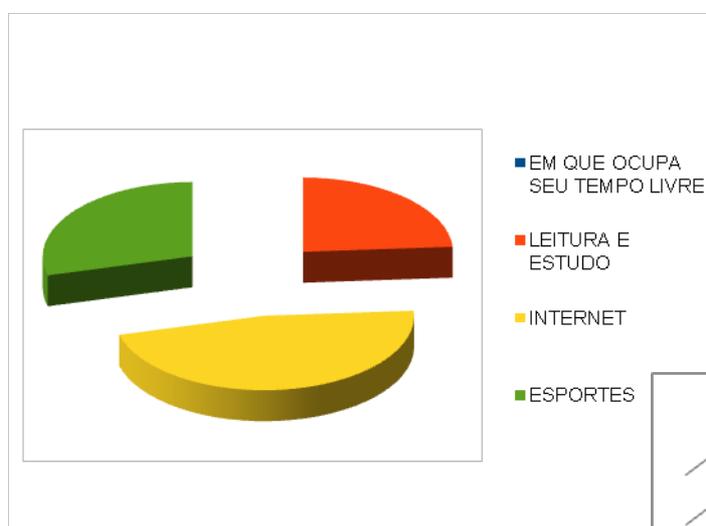
ACESSO À INFORMAÇÃO



EM QUE OCUPA SEU TEMPO LIVRE

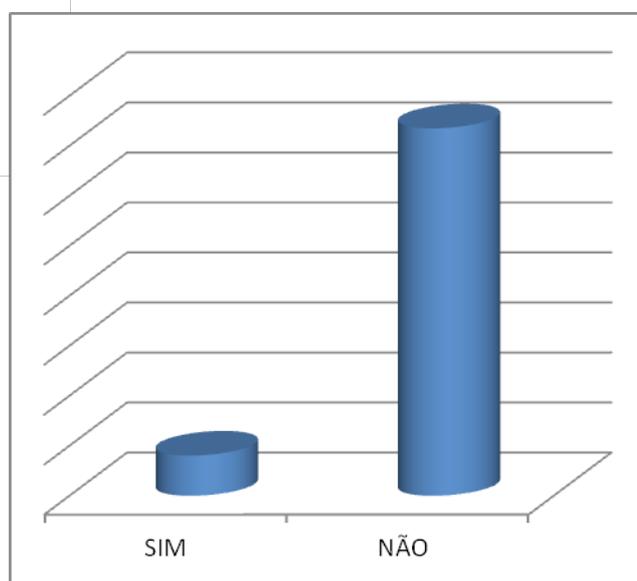
LEITURA E ESTUDO 390

INTERNET 766

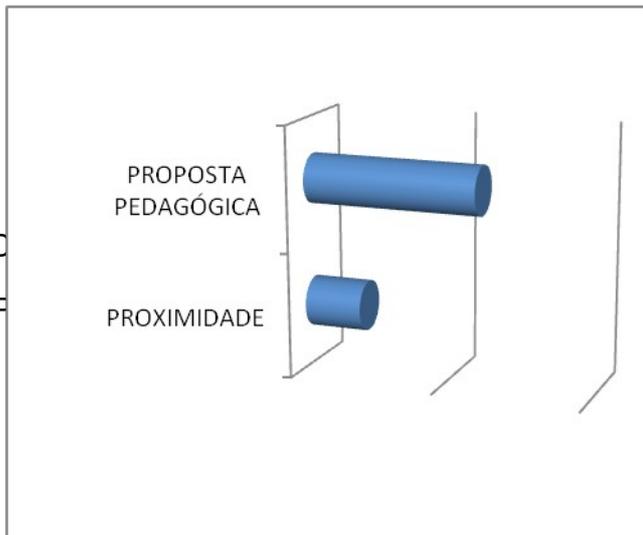


TOTAL

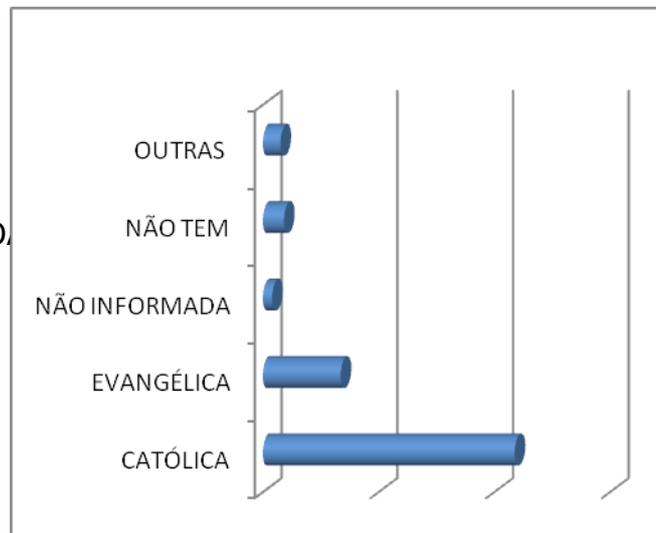
1631



**MOTIVO DE
ELEODORO**
PROXIMIDAD
PROPOSTA F
TOTAL



RELIGIÃO
CATÓLICA
EVANGÉLICA
NÃO INFORMAD,
NÃO TEM
OUTRAS
TOTAL



3.9. DADOS E ANÁLISE DA ESCOLA SOBRE IDEB, PROVA BR, ENEM, EVASÃO ESCOLAR.

IDEB – 2009 – 5,4

Cascavel, PR. Rede estadual, 8ª série.

ELEODORO E.PEREIRA C E E FUND MEDIO

IDEB 5.4

abaixo da meta em 2% Fluxo 1.00

fluxo adequado Proficiência 5.40 ↑

proficiência adequada

IDEB = Fluxo × Proficiência

2009 5.4 1.00 ↑ 5.40

2007 ↑ 5.4 1.00 ↑ 5.39

2005 5.3 1.00 5.35

Metas projetadas

2005 2007 2009 2011 2013 2015 2017 2019 2021

IDEB 5.3 ↑ 5.4 5.4 5.7 6.1 6.4 6.6 6.8 7.0 Fluxo → Fonte:
MEC/INEP 2010. Sistematizado pela Meritt.

ANÁLISE ESCOLAR:

Comprova-se, segundo a nota do IDEB, mais uma vez, que a aprovação automática realizada com compromisso e seriedade é realmente positiva. Nosso foco não está na “aprovação” ou “reprovação”, mas sim na qualidade de ensino e aprendizagem. Isso tem ocorrido mediante a nossa proposta pautada nos 4 eixos, descritos e fundamentados neste PPP.

PROVA BRASIL

Proficiências Médias

	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA
BRASIL	236,96	240,29
PARANÁ	246,45	250,97
CASCADEL	244,74	250,97

ELEODORO	257,34	266,4
----------	--------	-------

ANÁLISE ESCOLAR

Mesmo sabendo que o Brasil, como um todo, precisa aumentar sua média nos exames que definem um perfil educacional, como a Prova Brasil, ficamos confiantes frente aos resultados, uma vez que nossas médias estão acima das gerais. Continuaremos sempre trabalhando por um ensino cada vez melhor.

EVASÃO ESCOLAR

RENDIMENTO E MOVIMENTAÇÃO ESCOLAR 2011

ENSINO FUNDAMENTAL					
SÉRIE	Nº MATRÍCULAS	APROVADOS	REPR/FR EQ	TRANSFERIDOS	DESISTENTES
5ª	247	231	-	16	-
6ª	256	239	-	17	-
7ª	279	262	1	15	1
8ª	299	278	3	18	-
ENSINO MÉDIO					
1ª	341	291	9	26	15
2ª	337	294	14	26	3
3ª	325	274	3	29	19

3.10. CARACTERIZAÇÃO E FUNÇÃO DOS DOCENTES, EQUIPE PEDAGÓGICA E ADMINISTRATIVA E DEMAIS FUNCIONÁRIOS:

3.10.1. EQUIPE DE DIREÇÃO

À Equipe da Direção cabe a gestão dos serviços escolares no sentido de garantir o alcance dos objetivos Educacionais do Estabelecimento de Ensino definidos no Projeto Político Pedagógico.

Por Equipe de Direção entende-se: Diretor e Diretor Auxiliar, eleitos pela comunidade escolar e designados, em ato próprio, pelo Secretário de Estado da Educação.

ANO 2012

Diretora:

Inelves Dani

RG – 1029098-8

CPF – 242224709-10

Habilitação: Geografia

Diretores auxiliares:

Mareli Lúcia Steinbach da Silva

RG: 4074542-4

CPF:592993049-04

Habilitação: História e Pedagogia

Celso Tavares:

RG:5398920-9

CPF:798045199/68

Habilitação: licenciatura em Ciências com habilitação em Física

Compete ao diretor (a):

- Cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor;
- Responsabilizar-se pelo patrimônio público escolar recebido no ato da posse;
- Coordenar a elaboração e acompanhar a implementação do Projeto Político-Pedagógico da escola, construído coletivamente e aprovado pelo Conselho Escolar;
- Coordenar e incentivar a qualificação permanente dos profissionais da educação;
- Implementar a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, em observância às Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais;
- Coordenar a elaboração do plano de Ação Do estabelecimento de ensino e submetê-lo à aprovação do Conselho Escolar;
- Convocar e presidir as reuniões do Conselho Escolar, dando encaminhamento às decisões tomadas coletivamente;
- Elaborar os planos de aplicação financeira sob sua responsabilidade, consultando a comunidade escolar e colocando-os em edital público;
- Prestar contas dos recursos recebidos, submetendo-os à aprovação do Conselho Escolar e fixando-os em edital público;

- Coordenar a construção coletiva do Regimento Escolar, em consonância com a legislação em vigor, submetendo-o à precisão do conselho escolar e, após, encaminhá-lo ao Núcleo Regional de Educação para a devida aprovação;
- Garantir o fluxo de informações no estabelecimento de ensino e deste com os órgãos da administração estadual;
- Encaminhar aos órgãos competentes as propostas de modificações no ambiente escolar, quando necessária, aprovadas pelo Conselho Escolar;
- Deferir os requerimentos de matrícula;
- Elaborar, juntamente com a equipe pedagógica, o calendário escolar, de acordo com as orientações da Secretaria de Estado da Educação, submetê-lo à apreciação do Conselho Escolar e encaminhá-lo ao Núcleo Regional de Educação para homologação;
- Acompanhar, juntamente com a equipe pedagógica, o trabalho docente e o cumprimento das reposições de dias letivos, carga horária e de conteúdo aos discentes;
- Assegurar o cumprimento dos dias letivos, horas-aula e horas-atividades estabelecidos;
- Promover grupos de trabalho e estudos ou comissões encarregadas de estudar e propor alternativas para atender aos problemas de natureza pedagógico-administrativa no âmbito escolar;
- Propor à Secretaria de Estado da Educação, via Núcleo Regional de Educação, após aprovação do Conselho Escolar, alterações na oferta de ensino e abertura ou fechamento de cursos;
- Participar e analisar a elaboração dos Regulamentos Internos e encaminhá-los ao Conselho Escolar para aprovação;

- Supervisionar a cantina comercial e o preparo da merenda escolar, quanto ao cumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente relativamente a exigências sanitárias e padrões de qualidade nutricional;
- Presidir o Conselho de Classe, dando encaminhamento às decisões tomadas coletivamente;
- Definir horário e escalas de trabalho da equipe técnico-administrativa e equipe auxiliar operacional;
- Articular processos de integração da escola com a comunidade;
- Solicitar ao Núcleo Regional de Educação suprimento e cancelamento de demanda de funcionários e professores do estabelecimento, observando as instruções emanadas da Secretaria de Estado da Educação;
- Organizar horário adequado para a realização da Prática Profissional supervisionada do funcionário cursista do Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação-Profucionário, no horário de trabalho, correspondendo a 50% (cinquenta por cento) da carga horária da Prática Profissional Supervisionada, conforme orientação da Secretária de Estado de Educação, contida no Plano de Curso;
- Participar, com a equipe pedagógica, da análise e definição de projetos a serem inseridos no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino, juntamente com a comunidade escolar;
- Cooperar com o cumprimento das orientações técnicas de vigilância sanitária e epidemiológica;
- Viabilizar salas adequadas quando da oferta do ensino extracurricular plurilinguístico da Língua Estrangeira Moderna, pelos Centro de línguas estrangeiras modernas - CELEM;
- Disponibilizar espaço físico adequado quando da oferta de Serviços e Apoios Pedagógicos Especializados, nas diferentes áreas da Educação Especial;

- Assegurar a realização do processo de avaliação institucional do estabelecimento de ensino;
- Zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;
- Manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;
- Assegurar o cumprimento dos programas mantidos e implantados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação /MEC - FNDE;
- Cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

3.10.2. EQUIPE PEDAGÓGICA

A Equipe Pedagógica é o órgão responsável pela coordenação e implantação no Estabelecimento de Ensino das Diretrizes Pedagógicas emanadas da Secretaria de Estado da Educação.

A Equipe Pedagógica é composta por Equipe de direção, de professores pedagogos e Corpo Docente:

Compete à Equipe Pedagógica:

- Coordenar a elaboração coletiva e acompanhar a efetivação do Projeto Político-Pedagógico e do Plano de Ação do estabelecimento de ensino;
- Orientar a comunidade escolar na construção de um processo pedagógico, em uma perspectiva democrática;
- Participar e intervir, junto à direção, na organização do trabalho pedagógico escolar, no sentido de realizar a função social e a especificidade da educação escolar;

- Coordenar a construção coletiva e a efetivação da Proposta Pedagógica Curricular do estabelecimento de ensino, a partir das políticas educacionais da Secretaria de Estado da Educação e das Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais;
- Orientar o processo de elaboração dos Planos de Trabalho Docente junto ao coletivo de professores do estabelecimento de ensino;
- Promover e coordenar reuniões pedagógicas e grupos de estudo para reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico visando à elaboração de propostas de intervenção para a qualidade de ensino para todos;
- Participar da elaboração de projetos de formação continuada dos profissionais do estabelecimento de ensino, que tenham como finalidade a realização e o aprimoramento do trabalho pedagógico escolar;
- Organizar, junto à direção da escola, a realização dos Pré-Conselhos e dos Conselhos de Classe, de forma a garantir um processo coletivo de reflexão-ação sobre o trabalho pedagógico desenvolvido no estabelecimento de ensino;
- Coordenar a elaboração e acompanhar a efetivação de propostas de intervenção decorrentes das decisões do Conselho de Classe;
- Subsidiar o aprimoramento teórico-metodológico do coletivo de professores do estabelecimento de ensino, promovendo estudos sistemáticos, trocas de experiência, debates e oficinas pedagógicas;
- Organizar a hora-atividade dos professores do estabelecimento de ensino, de maneira a garantir que esse espaço-tempo seja de efetivo trabalho pedagógico;
- Proceder à análise dos dados do aproveitamento escolar de forma a desencadear um processo de reflexão sobre esses dados, junto à

comunidade escolar, com vistas a promover a aprendizagem de todos os alunos;

- Coordenar o processo coletivo de elaboração e aprimoramento do Regimento Escolar, garantindo a participação democrática de toda a comunidade escolar;
- Participar do Conselho Escolar, quando representante do seu segmento, subsidiando teórica e metodologicamente as discussões e reflexões acerca da organização e efetivação do trabalho pedagógico escolar;
- Orientar e acompanhar a distribuição, conservação e utilização dos livros e demais materiais pedagógicos, no estabelecimento de ensino, fornecidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/MEC – FNDE;
- Coordenar a elaboração de critérios para aquisição, empréstimo e seleção de materiais, equipamentos e/ou livros de uso didático-pedagógico, a partir do Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;
- Participar da organização pedagógica da biblioteca do estabelecimento de ensino, assim como do processo de aquisição de livros, revistas, fomentando ações e projetos de incentivo à leitura;
- Acompanhar as atividades desenvolvidas nos Laboratórios de Química, Física e Biologia e de Informática;
- Propiciar o desenvolvimento da representatividade dos alunos e de sua participação nos diversos momentos e Órgãos Colegiados da escola;
- Coordenar o processo democrático de representação docente de cada turma;
- Colaborar com a direção na distribuição das aulas, conforme orientação da Secretaria de Estado da Educação;
- Coordenar, junto à direção, o processo de distribuição de aulas e disciplinas, a partir de critérios legais, didático-pedagógicos e do Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;

- Acompanhar os estagiários das instituições de ensino quanto às atividades a serem desenvolvidas no estabelecimento de ensino;
- Acompanhar o desenvolvimento do Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação -Profucionário, tanto na organização do curso, quanto no acompanhamento da Prática Profissional Supervisionada dos funcionários cursistas da escola e/ou de outras unidades escolares;
- Promover a construção de estratégias pedagógicas de superação de todas as formas de discriminação,preconceito e exclusão social;
- Coordenar a análise de projetos a serem inseridos no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;
- Acompanhar o processo de avaliação institucional do estabelecimento de ensino;
- Participar na elaboração do Regulamento de uso dos espaços pedagógicos;
- Orientar, coordenar e acompanhar a efetivação de procedimentos didático-pedagógicos referentes à avaliação processual e aos processos de classificação, reclassificação, aproveitamento de estudos, adaptação e progressão parcial, conforme legislação em vigor;
- Organizar e acompanhar, juntamente com a direção, as reposições de dias letivos, horas e conteúdos aos discentes;
- Orientar, acompanhar e visar periodicamente os Livros Registro de Classe e a Ficha Individual de Controle de Nota e Frequência, sendo esta específica para Educação de Jovens e Adultos;
- Organizar registros de acompanhamento da vida escolar do aluno;
- Organizar registros para o acompanhamento da prática pedagógica dos profissionais do estabelecimento de ensino;

- Solicitar autorização dos pais ou responsáveis para realização da Avaliação Educacional do Contexto Escolar, a fim de identificar possíveis necessidades educacionais especiais;
- Coordenar e acompanhar o processo de Avaliação Educacional no Contexto Escolar, para os alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem, visando encaminhamento aos serviços e apoios especializados da Educação Especial, se necessário;
- Acompanhar os aspectos de sociabilização e aprendizagem dos alunos, realizando contato com a família com o intuito de promover ações para o seu desenvolvimento integral;
- Acompanhar a frequência escolar dos alunos, contatando as famílias e encaminhando-os aos órgãos competentes, quando necessário;
- Acionar serviços de proteção à criança e ao adolescente, sempre que houver necessidade de encaminhamentos;
- Orientar e acompanhar o desenvolvimento escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais, nos aspectos pedagógicos, adaptações físicas e curriculares e no processo de inclusão na escola;
- Manter contato com os professores dos serviços e apoios especializados de alunos com necessidades educacionais especiais, para intercâmbio de informações e trocas de experiências, visando à articulação do trabalho pedagógico entre Educação Especial e ensino regular;
- Assessorar os professores do Centro de Línguas Estrangeiras Modernas e acompanhar as turmas, quando o estabelecimento de ensino ofertar o ensino extracurricular plurilinguístico de Língua Estrangeira Moderna;
- Acompanhar as Coordenações das Escolas Itinerantes, realizando visitas regulares (somente para os estabelecimentos de ensino que servem de Escola Base para as Escolas Itinerantes);

- Orientar e acompanhar a elaboração dos guias de estudos dos alunos para cada disciplina, na modalidade Educação de Jovens e Adultos;
- Coordenar e acompanhar ações descentralizadas e Exames Supletivos, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (quando no estabelecimento de ensino não houver coordenação específica dessa ação, com a devida autorização);
- Assegurar a realização do processo de avaliação institucional do estabelecimento de ensino;
- Manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com colegas, alunos, pais e demais segmentos da comunidade escolar;
- Zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;
- Elaborar seu Plano de Ação;
- Cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

3.10.3. CORPO DOCENTE

Compete ao corpo docente:

As funções dos docentes em regência de classe estão de acordo com o Estatuto do Magistério:

- Planejar e ministrar aulas, coordenando o processo de ensino e aprendizagem nos diferentes níveis de ensino;
- Elaborar e executar programas educacionais;
- Selecionar e elaborar o material didático utilizado no processo ensino-aprendizagem;

- Organizar a sua prática pedagógica, observando o desenvolvimento do conhecimento nas diversas áreas, as características sociais e culturais do aluno e da comunidade em que a unidade de ensino se insere, bem como as demandas sociais conjunturais;
- Elaborar, acompanhar e avaliar projetos pedagógicos e propostas curriculares;
- Participar do processo de planejamento, implementação e avaliação da prática pedagógica e das oportunidades de capacitação;
- Organizar e divulgar produções científicas, socializando conhecimentos, saberes e tecnologias;
- Desenvolver atividades de pesquisa relacionadas à prática pedagógica;
- Contribuir para a interação e articulação da escola com a comunidade;
- Acompanhar e orientar estágios curriculares.

3.10.4. AGENTE EDUCACIONAL I e II

Compete ao Agente Educacional I:

- Zelar pelo ambiente escolar, preservando, valorizando e integrando o ambiente físico escolar;
- Executar atividades de manutenção e limpeza, tais como: varrer, encerar, lavar salas, banheiros, corredores, pátios, quadras e outros espaços utilizados pelos estudantes, profissionais docentes e não docentes da educação, conforme a necessidade de cada espaço;
- Lavar, passar e realizar pequenos consertos em roupas e materiais;

- Utilizar aspirador ou similares e aplicar produtos para limpeza e conservação do mobiliário escolar;
- Abastecer máquinas e equipamentos, efetuando limpeza periódica para garantir a segurança e funcionamento dos equipamentos existentes na escola;
- Efetuar serviços de embalagem, arrumação, remoção de mobiliário, garantindo acomodação necessária aos turnos existentes na escola;
- Disponibilizar lixeiras em todos os espaços da escola, preferencialmente, garantindo a coleta seletiva de lixo, orientando os usuários – alunos ou outras pessoas que estejam na escola para tal; coletar o lixo diariamente, dando ao mesmo o destino correto;
- Executar serviços internos e externos, conforme demanda apresentada pela escola;
- Racionalizar o uso de produtos de limpeza, bem como zelar pelos materiais como vassouras, baldes, panos, espanadores, etc.;
- Comunicar com antecedência à direção da escola sobre a falta de material de limpeza, para que a compra seja providenciada;
- Abrir, fechar portas e janelas nos horários estabelecidos para tal, garantindo o bom andamento do estabelecimento de ensino e o cumprimento do horário de aulas ou outras atividades da escola;
- Guardar sob sua responsabilidade as chaves da instituição, quando for o caso, ou deixar as chaves nos locais previamente estabelecidos;
- Zelar pela segurança das pessoas e do patrimônio, realizando rondas nas dependências da instituição, atentando para eventuais anormalidades, bem como identificando avarias nas instalações e solicitando, quando necessário, atendimento policial, do corpo de bombeiros, atendimento médico de emergência devendo, obrigatoriamente, comunicar as ocorrências à chefia imediata;

- Controlar o movimento de pessoas nas dependências do estabelecimento de ensino, cooperando com a organização das atividades desenvolvidas na unidade escolar;
- Encaminhar ou acompanhar o público aos diversos setores da escola, conforme necessidade;
- Acompanhar os alunos em atividades extraclasse, quando solicitado;
- Preencher relatórios relativos à sua rotina de trabalho;
- Participar de cursos, capacitações, reuniões, seminários ou outros encontros correlatos às funções exercidas ou sempre que convocado;
- Agir como educador na construção de hábitos de preservação e manutenção do ambiente físico, do meio-ambiente e do patrimônio escolar;
- Efetuar outras tarefas correlatas às ora descritas;
- Preparar a alimentação escolar sólida e líquida observando os princípios de higiene, valorizando a cultura alimentar local, programando e diversificando a merenda escolar;
- Responsabilizar-se pelo acondicionamento e conservação dos insumos recebidos para a preparação da alimentação escolar;
- Verificar a data de validade dos alimentos estocados, utilizando-os em data própria, a fim de evitar o desperdício e a inutilização dos mesmos;
- Atuar como educador junto à comunidade escolar, mediando e dialogando sobre as questões de higiene, lixo e poluição, do uso da água como recurso natural esgotável, de forma a contribuir na construção de bons hábitos alimentares e ambientais;
- Organizar espaços para distribuição da alimentação escolar e fazer a distribuição da mesma, incentivando os alunos a evitar o desperdício;

- Acompanhar os educandos em atividades extracurriculares e extraclasse quando solicitado; realizar chamamento de emergência de médicos, bombeiros, policiais, quando necessário, comunicando o procedimento à chefia imediata;
- Preencher relatórios relativos a sua rotina de trabalho;
- Comunicar ao(à) diretor(a), com antecedência, a falta de algum componente necessário à preparação da alimentação escolar, para que o mesmo seja adquirido;
- Efetuar outras tarefas correlatas às ora descritas.

Compete ao Agente Educacional II:

- Realizar atividades administrativas e de secretaria da instituição escolar onde trabalha;
- Auxiliar na administração do estabelecimento de ensino, atuando como educador e gestor dos espaços e ambientes de comunicação e tecnologia;
- Manter em dia a escrituração escolar: boletins estatísticos;
- Redigir e digitar documentos em geral e redigir e assinar atas;
- Receber e expedir correspondências em geral, juntamente com a direção da escola;
- Emitir e assinar, juntamente com o diretor, históricos e transferências escolares;
- Classificar, protocolar e arquivar documentos;
- Prestar atendimento ao público, de forma pronta e cordial;
- Atender ao telefone;
- Prestar orientações e esclarecimentos ao público em relação aos procedimentos e atividades desenvolvidas na unidade escolar;
- Lavar termos de abertura e encerramento de livros de escrituração;

- Manter atualizados dados funcionais de profissionais docentes e não docentes do estabelecimento de ensino; manter atualizada lista telefônica com os números mais utilizados no contexto da escola;
- Comunicar à direção fatos relevantes no dia-a-dia da escola;
- Manter organizado e em local acessível o conjunto de legislação atinente ao estabelecimento de ensino;
- Executar trabalho de mecanografia e de reprografia;
- Acompanhar os alunos, quando solicitado, em atividades extraclasse ou extracurriculares;
- Participar de reuniões escolares sempre que necessário;
- Participar de eventos de capacitação sempre que solicitado;
- Manter organizado o material de expediente da escola;
- Comunicar antecipadamente à direção sobre a falta de material de expediente para que os procedimentos de aquisição dos mesmos sejam realizados;
- Executar outras atividades correlatas às ora descritas; catalogar e registrar livros, fitas, DVD, fotos, textos, CD; registrar todo material didático existente na biblioteca, nos laboratórios de ciências e de informática; manter a organização da biblioteca, laboratório de ciências e informática;
- Restaurar e conservar livros e outros materiais de leitura;
- Atender aos alunos e professores, administrando o acervo e a manutenção do banco de dados;
- Zelar pelo controle e conservação dos documentos e equipamentos da Biblioteca;
- Conservar, conforme orientação do fabricante, materiais existentes nos laboratórios de informática e de ciências;

-Reproduzir material didático através de cópias reprográficas ou arquivos de imagem e somem vídeos, “slides”, CD e DVD; registrar empréstimo de livros e materiais didáticos;

-Organizar agenda para utilização de espaços de uso comum;

-Zelar pelas boas condições de uso de televisores e outros aparelhos disponíveis nas salas de aula;

-Zelar pelo bom uso de murais, auxiliando na sua organização, agir como educador, buscando a ampliação do conhecimento do educando, facilitada pelo uso dos recursos disponíveis na escola;

Quando solicitado:

-Participar das capacitações propostas pela SEED ou outras de interesse da unidade escolar;

-Decodificar e mediar o uso dos recursos pedagógicos e tecnológicos na prática escolar;

-Executar outras atividades correlatas às ora descritas.

3.11. INSTÂNCIAS COLEGIADAS

Os órgãos colegiados têm, a seu encargo, dinamizar as atividades sociais, culturais e financeiras do estabelecimento de ensino.

Os órgãos complementares compreendem:

3.11.1. Conselho Escolar:

O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora, com o objetivo de estabelecer o Projeto Político Pedagógico do Colégio e definir critérios relativos à sua ação, organização, funcionamento e relacionamento com a comunidade, nos limites da legislação em

vigor e compatíveis com as diretrizes e políticas educacionais traçadas pela Secretaria de Estado da Educação.

O Conselho Escolar tem por finalidade promover a articulação entre os vários segmentos da sociedade e os setores da escola, a fim de garantir a eficiência e a qualidade do seu funcionamento.

O Conselho Escolar será constituído pelos seguintes conselheiros:

Diretor;

- a) Um representante da Equipe Técnico Pedagógica;
- b) Um representante do corpo docente;
- c) Um representante dos Agentes Educacionais II;
- d) Um representante dos Agentes Educacionais I;
- e) Um representante do corpo discente;
- f) Um representante dos pais de alunos;
- g) Um representante da APMF
- h) Um representante do grêmio estudantil;
- i) Um representante dos Movimentos Sociais Organizados

O número de representantes da escola deverá ser igual ao número dos demais representantes (pais e segmentos organizados da sociedade), obedecendo o critério de paridade.

A presidência do Conselho Escolar será exercida pelo Diretor do Estabelecimento de Ensino, na qualidade de membro nato.

O mandato dos integrantes do Conselho Escolar será de dois anos e não deverá coincidir com o mandato do diretor.

São atribuições do Conselho Escolar:

I – Analisar e aprovar o Plano Anual do Estabelecimento de Ensino.

II – Acompanhar e avaliar o desempenho do estabelecimento face às diretrizes, prioridades e metas estabelecidas no Plano Anual;

III – Analisar projetos propostos por todas as categorias que compõem a comunidade escolar, no sentido de avaliar sua necessidade de implantação, e aprovar se for o caso;

IV – Apreciar e julgar em grau de recursos os casos dos alunos que não cumprirem seus deveres e infringirem as normas expressas no Regulamento Escolar do Estabelecimento de Ensino;

V – Apreciar e emitir parecer às reivindicações e consultas da Comunidade Escolar sobre questões de seu interesse ou que digam respeito ao cumprimento do Regimento Escolar.

VI – Apreciar e aprovar o Plano de Aplicação e Prestação de Contas de Recursos financeiros;

VII – Apreciar e emitir parecer sobre desligamento de um ou mais membros do Conselho Escolar, quando do não cumprimento das normas estabelecidas neste regimento e/ou procedimento incompatível com a dignidade da função, encaminhando tal documento para o Órgão Competente.

VIII – Supervisionar, juntamente com o Diretor, o funcionamento da Cantina Comercial, conforme a Lei vigente;

IX – Aprovar o Calendário da Unidade Escolar e enviar ao Núcleo Regional de Ensino para homologação;

X – Deliberar sobre outros assuntos encaminhados pela direção pertinentes ao âmbito de ação da escola.

O funcionamento do Conselho Escolar dar-se-á através de reuniões ordinárias e extraordinárias.

* Componentes do Conselho Escolar Atual (ANEXO3)

3.11.2. Conselho de Classe:

Constitui-se em espaço prioritário das discussões pedagógicas. Tendo em vista a proposta de promoção automática adotada pela escola, o conselho de classe ganha destaque ainda maior, visto configurar-se em momento de análise e redefinição das práticas pedagógicas.

Neste sentido, apesar do sistema de avaliação da escola ser semestral, as reuniões do Conselho de Classe acontecem bimestralmente, tendo em vista o necessário acompanhamento do processo ensino-aprendizagem.

O Conselho de Classe do colégio é composto de: parada pedagógica, reunião de conselho e pós-conselho.

3.11.2.1. Parada Pedagógica

A Parada Pedagógica é o momento dedicado à reflexão das práticas efetivadas no cotidiano escolar, focando a relação intrínseca entre educadores e educandos, ou seja, momento para a socialização de práticas, de dúvidas, de dificuldades, espaço de diálogo para pontuarmos questões pertinentes ao ato de ensino aprendizagem. Ocorre duas vezes por semestre.

Entendendo a importância de dialogar com o aluno, o professor recebe uma ficha, ou seja, um roteiro (ANEXO 5) que, após “dialogar com os alunos”, deverá ser devolvida à Coordenação uma semana antes do Conselho de Classe.

Os pedagogos fazem o levantamento dos dados e organização de gráficos, que servirão de base para a organização da reunião do conselho de classe.

Neste momento, são realizados levantamentos sobre a prática pedagógica, avaliando todos os setores da escola. Para tanto, é utilizado como suporte o roteiro de diálogo entre cada professor com suas turmas. Vale destacar que este diálogo será discutido periodicamente pelos professores, equipe pedagógica e diretiva, considerando também os apontamentos realizados por alunos, pais, professores e demais funcionários. Esse momento divide-se em:

3.11.2.2. Reunião do Conselho

É o momento de análise dos dados e proposições levantadas no pré-conselho, de forma que se possa rever os encaminhamentos da escola e avaliar os avanços. Estes dados são analisados e as práticas pedagógicas repensadas e traçados novos encaminhamentos, conforme a necessidade de cada turma/aluno. Ata própria (ANEXO 6).

3.11.2.3. Pós-Conselho

É dado o retorno aos alunos e aos pais quanto às discussões do conselho. Esse momento se dá de diferentes formas, dependendo das necessidades elencadas: conversas individuais com pais e alunos, em pequenos grupos, por sala, por série.

3.11.3. Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF)

A APMF é um órgão de representação dos pais, professores e funcionários do Estabelecimento e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus Dirigentes e Conselheiros.

A APMF tem por objetivo colaborar na assistência aos alunos, no aprimoramento do ensino e na integração, família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

Visa:

I- Mobilizar recursos humanos, materiais e financeiros da comunidade para atender os alunos para melhoria e conservação do Estabelecimento de Ensino;

II- Receber doações e contribuições voluntárias;

III- Fornecer aos alunos carentes material e vestuário;

IV- Decidir e acompanhar juntamente com a Direção e Conselho Escolar a aplicação de receitas, convocando Assembléia Geral para discutir e decidir sobre irregularidades se forem constatadas;

V- Promover a melhoria da Merenda Escolar através de contribuições voluntárias;

VI- Encaminhar o Plano Anual de atividades e as prestações de contas relativas à aplicação de recursos financeiros ao Conselho Escolar;

VII- Publicar, semestralmente o balancete;

Celebra contratos e/ou convênios com administração Pública e Organizações Não Governamentais com a finalidade de conservar e manter o prédio e suas instalações.

* Componentes da APMF Atual e Estatuto (ANEXO 8)

3.11.4. Grêmios Estudantis:

O grêmio estudantil é órgão máximo de representação dos estudantes. Os objetivos dessa instância colegiada são:

- Representar condignamente o corpo discente;
- Defender os interesses coletivos e os direitos dos alunos do Estabelecimento de Ensino;
- Incentivar o ensino e a cultura literária, artística e desportiva da comunidade escolar;
- Promover a cooperação entre administradores, funcionários, professores e alunos, no trabalho escolar, buscando seu aprimoramento;
- Realizar intercâmbio e colaboração de caráter cultural e educacional com outras instituições de caráter educacional, assim como a filiação a entidades gerais UMES (União Municipal de Estudantes Secundaristas) e UPES (União Paranaense de Estudantes Secundaristas) e UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas) ou demais organizações específicas e de caráter social;
- Defender a democracia permanente no estabelecimento de ensino, através do direito de participação nos fóruns internos de deliberação do Estabelecimento, com participação garantida no Conselho Escolar.

* Componentes do Grêmio Estudantil Atual e Estatuto (ANEXO9)

4. MARCO CONCEITUAL

4.1. PRINCÍPIOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO

Conforme a LDB 9394/96, Art. 3º, “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios”:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais”.

4.1.1. Opção Pedagógica do Estabelecimento

Com base na premissa vigotskiana de que a grande tarefa do ensino reside na ação de transmitir para a criança aquilo que ela não é capaz de aprender por si só, apresentamos nesse item a opção pedagógica do Colégio Estadual Eleodoro Ébano Pereira, opção esta que vem ao encontro dos princípios da Psicologia Histórico Cultural, dessa forma, primando pela razão de ser da escola, bem como fundamentando-se nos pressupostos filosóficos do materialismo histórico dialético.

A pedagogia a que nos referimos é a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) preconizada por Dermeval Saviani, a qual segundo Scalcon (2000):

...está pautada em estudos e pesquisas voltados para "o empenho em compreender a questão educacional a partir do desenvolvimento histórico objetivo" (SAVIANI, 1991a, p.91), ou seja, a partir de uma concepção da história que admite as condições reais da existência humana como determinadas pelo desenvolvimento material das forças produtivas e relações de produção." (SCALCON, 2000, s/p).

Em consonância com a autora, assinalamos que Saviani parte do entendimento de que a educação relaciona-se dialeticamente com a realidade na medida em que a influencia e é pela sociedade influenciada, portanto, sem tomar a educação como redentora dos problemas sociais, mas enquanto um dos meios que pode contribuir para o acirramento das contradições da sociedade capitalista, desde que, é claro, se pautada em princípios que possibilitem essa reflexão.

Para a PHC, a mediação do conhecimento científico ocupa um papel de destaque no processo ensino-aprendizado, não podendo ser secundarizado em nome de datas comemorativas, ou de outras atividades que destoem do papel primordial da escola. Segundo o próprio posicionamento da SEED/PR expresso no texto intitulado retorno da semana pedagógica de fevereiro de 2009: perfazendo o caminho do currículo, "Optar pelo conteúdo, na perspectiva do currículo disciplinar, significa destacar que o trabalho com os temas transversais e a pedagogia de projetos não dá conta de garantir o acesso ao conhecimento de forma sistematizada, uma vez que prioriza o processo de "aprender a aprender" em detrimento do ensino, descaracterizando a função social da escola pública".(SEED/PR 2009, p. 01).

Preocupando-se com a formação educacional dentro de um mundo de contradições, e com vistas à transformação social, Saviani apresenta resumidamente sua proposta metodológica, conforme lê-se:

[...] serão métodos que estimularão a atividade e iniciativa dos alunos sem abrir mão, porém, da iniciativa do professor; favorecerão o diálogo dos alunos entre si e com o professor mas sem deixar de valorizar o diálogo com a cultura acumulada historicamente; levarão em conta os interesses dos alunos, os ritmos de aprendizagem e o desenvolvimento psicológico mas sem perder de vista a sistematização lógica dos conhecimentos, sua ordenação e gradação para efeitos do processo de transmissão-assimilação dos conteúdos cognitivos (SAVIANI apud SCALCON, 2009, s/p).

A apropriação do conhecimento por parte do aluno, o qual o eleva da síncrese à síntese, pressupõe a passagem pelos cinco passos do método de ensino da Pedagogia Histórico Crítica, sendo eles "a prática social, a problematização, a instrumentalização, a catarse e a prática social". (SCALCON, 2009, s/p).

A prática social é o primeiro momento porque corresponde à vida cotidiana, ou seja, a realidade social que é comum a professores e alunos, porém, diferenciando-se em relação ao nível de entendimento/leitura do mundo; o segundo passo, a problematização, é quando identificamos os principais problemas da realidade social e começamos a pensar em possíveis soluções, momento a partir do qual adentramos o terceiro passo, que é o da instrumentalização, isto é, ao obtermos por diversas fontes uma série de informações sobre o objeto de estudo, temos em mãos elementos para analisar e encontrarmos uma explicação para determinado problema ou objeto de investigação.

À medida que o aluno compreende esta realidade, haverá chegado à catarse, ou seja, a passagem da síncrese que é a visão caótica e desarticulada, para a síntese, isto é, a visão mais elaborada e coesa do mundo, chegando-se novamente à prática social, porém nesse momento, sem ser o mesmo do processo inicial, dado que apropriou-se de novos conhecimentos e enriqueceu-se culturalmente.

O que expusemos sumariamente, é a fundamentação da pedagogia que nos alimenta teoricamente e baliza nossa ação docente, pois nosso planejamento e intervenções pedagógicas devem, necessariamente, refletir nossa postura técnica e política no ato de ensinar.

Devemos salientar que a PHC não é uma pedagogia acabada. Os educadores continuam discutindo sobre suas possibilidades e limites, bem como buscando alternativas pedagógicas que respondam a uma educação crítica na formação dos indivíduos, tendo como parâmetro a vasta produção dessa teoria da educação que permanece atual e perturbando aqueles que não desejam a transformação social. Nessa direção, queremos concluir esse item referenciando Duarte (1994), o qual nos chama a atenção para o fato de que:

“A construção coletiva dessa pedagogia está em andamento tanto no que diz respeito à elaboração teórica, quanto no que diz respeito ao enfrentamento dos problemas postos pela prática no campo educacional. Há muito por ser feito nessas duas direções. Entendo que, ao estudarmos e analisarmos o pensamento de Dermeval Saviani, não podemos adotar a postura cômoda e acomodada de esperar encontrar nesse pensamento toda a teoria da Pedagogia histórico-crítica. Trata-se, isto sim, de buscar elementos a partir dos quais possamos avançar na elaboração de nosso próprio pensamento.” (DUARTE, 1994, p. 130).

4.1.2. Opção Filosófica do Estabelecimento

"Não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político". (GADOTTI, 1997, p.34).

Principiamos o desenvolvimento do item acima mencionado a partir da citação do autor Moacir Gadotti, a fim de realçarmos a importância da dimensão política no âmago da ação docente, ação esta que, por não ser neutra, mas, sim, carregada de intencionalidades, tem por detrás do pedagógico um referencial teórico-metodológico que dá sustentação à prática escolar e que expressa uma concepção de homem e de sociedade, logo, um fazer pedagógico que caminha numa direção conservadora ou transformadora, incidindo diretamente na formação educacional do sujeito foco do nosso trabalho, ou seja, o aluno.

Nesse ângulo, destacamos que nossa opção filosófica esta alicerçada nos pressupostos do materialismo histórico dialético, aporte este que ao buscarmos fundamentação, possibilita o entendimento, em uma perspectiva crítica e desveladora, da realidade social na qual estamos inseridos, bem como a análise consistente das determinações no campo educacional decorrentes das alterações na base material, a exemplo das mediatizações econômicas, políticas e culturais, podendo-se mencionar as reformas neoliberais desencadeadas a partir da década de 1990, haja vista que a educação não é uma instância isolada da sociedade capitalista.

A leitura e a interpretação do contexto social a partir desse método, ao afastar-se da ótica que naturaliza os acontecimentos históricos e cotidianos, desaguando no imobilismo político e conservador, nos indica a necessidade de superação da estrutura que gera a desigualdade social, a opressão, a exploração e outros fatores que degradam os seres humanos. Portanto, para além da interpretação, o materialismo histórico dialético enfatiza a necessidade da transformação.

Dito isto, pensamos ser relevante registrar que a expressão método materialista histórico dialético foi cunhada por intelectuais que se filiaram e se dedicaram ao estudo minucioso das obras de Karl Marx e Friedrich Engels, fonte de onde advém a denominação teoria marxista. Nesse sentido, buscamos sucintamente caracterizar tais conceitos, a fim de evitar interpretações errôneas e o melhor entendimento por parte de pessoas que possam vir a analisar este documento, uma vez que o PPP também é um objeto de estudos.

Em relação ao termo teoria, esta se refere a um conjunto de explicações sobre um determinado fato/realidade, já o método, é a forma pela qual se constrói e produz o conhecimento.

Segundo Borges (2004, s/p), o método está "fundamentalmente distribuído nas três grandes matrizes paradigmáticas: positivismo, fenomenologia e materialismo histórico dialético". Em realidade, teoria e método estão intrinsecamente articulados, separá-los é um mero exercício didático. Entretanto, é

imprescindível a clareza de que os diferentes aportes teórico-metodológicos expressam o conflito de interesses antagônicos, sendo que, a concepção preponderante acerca do mundo real revela a hegemonia de classe, isto é, a dos capitalistas ou a dos trabalhadores.

No que tange ao conceito materialismo, é preciso distanciar-nos do entendimento simplório de que este se refere à acumulação de riquezas. Na acepção marxista, o conceito materialismo reporta-se ao mundo real, partindo da matéria, do concreto, do existente e não da ideia, demarcando radicalmente a oposição ao idealismo, no qual a consciência se sobrepõe à materialidade.

O histórico deve-se ao fato de que todos os acontecimentos sociais estão situados em um contexto, em um tempo, em um lugar e sob a interferência humana, tendo em vista que nada é natural, mas construído historicamente. Desse modo, se a história for negada, os fatos históricos não terão validade, assim, considerar o histórico pressupõe considerar as relações sociais, os embates, a base material, a possibilidade de transformações, enfim, é permitirmo-nos a capacidade de análise, inclusive o entendimento de que o homem é um ser sócio-histórico, pois vive em sociedade e vivencia a cultura de seu tempo histórico, reagindo de acordo com seu processo de formação educacional, acadêmica e social.

O conceito de dialética, segundo Orso (2005), pressupõe o movimento, dado que a realidade não é estática, logo, havendo a possibilidade de transformações. A essência da dialética é a contradição, sendo que a maior delas é a luta de classes, motor da história e chave para a conscientização política.

Feito isto, sublinhamos que a realidade constitui-se materialmente e necessita ser explicada, e para este fim, o estudo e o conhecimento do método materialista histórico dialético nos possibilita a apreensão dessa realidade, e enquanto seres ativos, se organizados coletivamente, podemos promover transformações substanciais no modelo societário vigente.

É por intermédio da análise dessa concepção filosófica que temos condições de entender a ontologia presente na obra de Marx, pois o mesmo, ao buscar compreender como o homem se constitui enquanto ser social, ao perseguir esse

objetivo, estudou a história da humanidade, desde o comunismo primitivo à sociedade capitalista, assinalando que:

...”pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo este que é condicionado por sua organização corporal. Produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material.” (MARX, ENGELS, 1984, p. 27).

É a capacidade humana de agir sobre a natureza para transformá-la, e através dessa ação intencional extrair a subsistência, o divisor entre a ação instintiva e adaptativa dos animais e do homem enquanto ser genérico. Foi, portanto, o trabalho humano que impulsionou o desenvolvimento do ser social e da sociedade em geral.

Para o materialismo:

[...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história , é que os homens devem estar em condições de viver para poder fazer história. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos. (MARX, ENGELS, 1984, p. 39).

Ao realçar a importância e a necessidade do trabalho, Marx passou a problematizar essa fonte de sobrevivência na sociedade capitalista, pois nesse modo de produção, assim como desde o advento da propriedade privada, o trabalho perdeu sua característica essencial, ou seja, de meio de humanização para forma de desumanização, à medida em que priva milhões de trabalhadores dos benefícios do desenvolvimento criados pelo próprio homem, ou nas palavras de Marx:

(...)O trabalho humano produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Ele produz palácios, porém choupanas é o que toca ao trabalhador. Ele produz beleza, porém para o trabalhador só fealdade. Ele substitui o trabalho humano por máquinas, mas atira alguns dos trabalhadores a um gênero bárbaro de trabalho e converte outros em máquinas. Ele produz inteligência, porém também estupidez e cretinice para os trabalhadores (MARX, 2008, s/p).

Exposto alguns elementos que corporificam nossa opção filosófica, ressaltamos que esse entendimento da realidade social não está dado prontamente, pois a ideologia dominante que falseia o real oculta essa apropriação, e eis aqui um dos papéis da educação que é a reflexão crítica desse contexto, o que corrobora no processo de formação de seres não submissos e conformados com essa situação social.

O que nos salta aos olhos é a aparência, e para conhecermos a essência faz-se necessário o estudo, a análise, a interpretação, ou melhor, um método que nos dê subsídios teóricos para reelaborarmos no pensamento as informações, em um primeiro momento caóticas, mas que após organizadas e fundamentadas, nos possibilita apreender o real e explicá-lo. Assim, é por esse motivo que "se a aparência coincidissem com a essência, não seria necessária a ciência". (MARX, ENGELS, 1984, p. 48)

Nossa opção filosófica exprime o compromisso com a formação do aluno real, e não daquele idealizado. Do sujeito que irá viver e conviver em uma sociedade por excelência desigual, seletiva e meritocrática. Todavia, cientes de que o de vir é possível, há de nossa parte o esforço e o empenho por uma formação educacional que se contraponha àquela preconizada por Adam Smith, ou seja, a educação de doses homeopáticas, bem como a conscientização desses sujeitos em processo de formação.

Face ao disposto, poderá haver o questionamento: Estaremos sendo utópicos?

Novamente buscamos respaldo no referencial materialista, mais especificamente em Lowy (2002), para assinalarmos que não compreendemos o termo utopia em seu sentido pejorativo, ou seja, de um sonho irrealizável, mas em uma perspectiva crítica e revolucionária.

O autor, ao trazer o sentido etimológico da palavra utopia, do Grego, *topos* = "lugar" e *u* = "nenhum", traduzindo-se por "lugar nenhum", isto é, aquilo que não existe em lugar nenhum, pode servir-nos como resposta à indagação, pois enquanto educadores, necessitamos ter um Norte para nossa ação, a qual não deve estar restrita aos muros escolares, e sim, colocarmo-nos enquanto edificadores daquilo que ainda não foi realizado, mas que poderá vir a ser.

Acreditarmos que a possibilidade de transformação é o que revigora nossa ação pedagógica, a qual não está fundamentada em uma teoria ultrapassada, pois de acordo com Saviani (1991, p. 14), "[...] levando-se em conta que uma filosofia é viva e insuperável enquanto o momento histórico que ela representa não for superado, cabe concluir que se o socialismo tivesse triunfado é que se poderia colocar a questão da superação do marxismo [...]".

Salientando a atualidade e a consistência dessa concepção filosófica, realçamos a necessidade do estudo desse referencial teórico, a fim de que nossa prática docente possa realmente fazer a diferença na formação educacional de nossos estudantes.

4.1.3. Opção Psicológica do Estabelecimento

Coerentes à concepção filosófica antes explicitada, nossa opção psicológica pauta-se nos princípios da psicologia histórico cultural postulada por Lev Semenovitch Vigotski, e de seus colaboradores, tais como Alexander Romanovich Luria e Alexei Nikolaevitch Leontiev.

Tal como no materialismo, Vigotski preconizou que o indivíduo não nasce humano, mas se humaniza por meio das relações sociais que estabelece com outros homens, pelas condições concretas de existência, bem como por meio da historicidade e cultura acumulada, sendo, portanto, resultado de seu meio social.

Face a este posicionamento, a psicologia histórico cultural se opõe à ideia de que a criança ao nascer já traz consigo aptidões inatas, pois a criança simplesmente nasce, tendo a capacidade de aprender e se desenvolver desde que seja estimulada e tenha acesso à mediação do conhecimento, formando assim novas capacidades. Nessa direção, o ser humano nasce apenas com os reflexos instintivos, por exemplo, o ato de sucção do bebê ao ser amamentado, porém sua ontogênese será desenvolvida a partir das situações de aprendizagem, as quais requerem o ato de ensinar.

Este foi um dos motivos que levou Vigotski a estudar as funções psicológicas superiores do ser humano, isto é, a linguagem, o pensamento, a atenção voluntária, a memória mediada, os sentimentos e a percepção, pois até então, as correntes da psicologia não haviam analisado esses processos fundamentais, uma vez que é por intermédio destes que apreendemos a realidade e nos apropriamos dos conhecimentos, atribuindo com isto um papel fundamental à escola e ao professor, agentes responsáveis por desenvolver e aprimorar no ser humano as funções psicológicas superiores.

A fim de sustentar nossa defesa pelo tripé ensino, aprendizado e desenvolvimento, bem como pela valoração da ação docente enquanto mediadora do conhecimento, fazemos nossas as palavras de Duarte (1998), isto é, a de que "[...] a grande maioria dos conhecimentos e habilidades do homem se forma por meio da assimilação da experiência de toda a humanidade, acumulada no processo da história social e transmissível no processo de aprendizagem". (DUARTE, 1998, s/p).

Segundo Vygotsky (1994, p. 110), "o aprendizado das crianças começa muito antes de elas frequentarem a escola", portanto, estas não são uma página em branco, dado que aprendem através das relações sociais que estabelecem com pessoas mais experientes desde o seu nascimento. Todavia, o acesso ao

conhecimento científico, sistematizado e sequencial que eleva as potencialidades humanas, é função da escola, e nessa perspectiva, novamente Duarte (1998), enfatiza que, o ensino não deve limitar-se ao nível de desenvolvimento atual do aluno, ou seja, daquilo que já foi apropriado, mas, sim, trabalhar para que esse indivíduo avance em seu processo de aprendizado e desenvolvimento através do acesso de novos conhecimentos.

Para melhor explicar esse processo, Vigotski conceitualizou a zona de desenvolvimento proximal e o nível de desenvolvimento atual. Este último refere-se às conquistas já efetivadas pela criança, já o primeiro, conforme Duarte (1998), diz respeito às:

[...] relações entre o ensino e o desenvolvimento intelectual na idade escolar. Ele inicia mostrando que ao analisar-se o desenvolvimento de uma criança é necessário não se deter naquilo que já amadureceu; também é preciso captar aquilo que ainda está em processo de formação [...], assim, o desenvolvimento atual de uma criança é aquele que pode ser verificado através de testes nos quais a criança resolve problemas de forma independente, autônoma. Já a zona de desenvolvimento próximo abarca tudo aquilo que a criança não faz sozinha, mas consegue fazer imitando o adulto. (DUARTE, 1998, s/p).

Nesse sentido, o autor chama a atenção para o fato de que a idade mental de uma criança, ou seja, seu nível de desenvolvimento atual, pode divergir em relação ao seu estado de desenvolvimento, pois uma criança de 9 anos, por exemplo, poderá resolver atividades de uma criança que esteja na faixa etária dos 11 anos, desde que com a mediação do adulto.

Isto ocorre porque o potencial de aprendizagem de uma dada criança pode ser maior, posto que sua zona de desenvolvimento proximal também é maior, possibilitando uma intervenção pedagógica mais abrangente por parte do professor. No entanto, Duarte (1998), chama a atenção para o fato de que a zona de desenvolvimento proximal tem limites, haja vista que "não é tudo que a criança

consegue fazer, mesmo com a ajuda de um adulto. Se formos resolvendo com ela problemas cada vez mais difíceis, chegará um ponto a partir do qual ela não conseguirá mais resolver os problemas, mesmo com nossa ajuda. Isso significa que teremos ultrapassado a zona de desenvolvimento próximo". (DUARTE, 1998, s/p).

Discorrido em linhas gerais sobre alguns elementos que corporificam a psicologia histórico cultural, queremos assinalar que trabalhar nessa perspectiva, significa compactuarmos da ideia de que a educação formal cumpre um papel fundamental para o aprendizado e o desenvolvimento do aluno em formação, do mesmo modo em que o professor desempenha uma ação de suma importância nesse processo, não enquanto um facilitador de aprendizagens, mas, sim, enquanto um sujeito que possui uma bagagem cultural e científica maior e que domina um conhecimento específico para proporcionar a mediação do mesmo.

Por fim, rigorosos à nossa opção filosófica, cabe destacarmos um significativo esclarecimento tecido por Niwton Duarte, o qual sublinha a divergência de princípios teóricos entre a abordagem vigotskiana e de outras vertentes da psicologia, conforme lê-se:

Além das denominações "socioconstrutivismo", "sociointeracionismo" e "sociointeracionismo-construtivista", a Escola de Vigotski foi chamada no Brasil também de "construtivismo pós-piagetiano" (Grossi e Bordin, 1993). Diga-se em primeiro lugar que nenhuma dessas denominações aparece nas obras de Vigotski, Leontiev, Luria, Galperin, Elkonin, Davidov, ou qualquer outro membro dessa escola. Esses autores preocuparam-se sempre em caracterizar essa psicologia naquilo que ela tem de diferenciador em relação a outras, ou seja, sua abordagem histórico-social do psiquismo humano. Por essa razão, as denominações que eles mais utilizaram para se autocaracterizarem foram a de teoria histórico-cultural e a de teoria da atividade [...]. (DUARTE, 1998, s/p).

Demarcado essa distinção, pensamos ter demonstrado aspectos relevantes da psicologia histórico cultural, aspectos estes que nos servem de suporte para planejar o trabalho pedagógico e repensar nossas futuras intervenções.

4.2. CONCEPÇÕES NORTEADORAS DA PROPOSTA

4.2.1. Homem

Na trajetória histórica da constituição do homem enquanto ser social, a concepção que norteia nosso entendimento acerca do tópico em questão é a de que o processo de humanização do homem não se deu de forma natural e espontânea, mas, sim, guiado pelas necessidades de sobrevivência de cada geração.

Por fundamentarmos-nos nessa perspectiva teórica, afastamo-nos dos aportes que primam pelas heranças hereditárias e pelas capacidades inatas, pois entendemos que o gênero humano é o resultado das condições materiais de existência, transformadas ao longo dos séculos pela ação do homem sobre a natureza, feito que possibilitou a transformação da própria espécie ao criar gradativamente, utilizar e aperfeiçoar os instrumentos de trabalho, assim como pelo desenvolvimento e uso da linguagem, signo primordial para a mediação do conhecimento e da apropriação do mesmo.

Dito isto, voltamos a salientar que o homem é um ser sócio, histórico e cultural, fruto do meio em que vive e das relações sociais que estabelece, sendo portanto, determinado por seu processo de vida real, não simplesmente nascendo, mas tornando-se humano em meio ao convívio social e à apropriação da cultura, costumes, hábitos e valores de cada época, diferenciando-se dos animais pela capacidade de produzir seus meios de subsistência ao passo em que age e transforma seu meio circundante, não apenas adaptando-se a este.

Face ao posicionamento, salientamos que o processo ensino-aprendizagem, mediado no interior da instituição educacional, tem um papel fundamental na

formação desse ser social, à medida que possibilita a apropriação dos saberes historicamente construídos, com base científica e não do senso comum, salto significativo que a escola deve proporcionar ao gênero humano.

4.2.2. Mundo

O mundo, sendo o todo universal, envolve pessoas, culturas, histórias diferentes. Entendendo dessa forma, nosso objetivo maior, enquanto escola, é o de proporcionar aos discentes uma visão ampla desse todo, para que as diferenças sejam conhecidas e respeitadas.

Compreendendo como se formaram as diferentes culturas, religiões, abrimos novos horizontes e aprendemos a valorizar cada ser humano com suas individualidades, crenças e modo de viver.

A compreensão política, social e econômica de cada país enriquece o conhecimento da realidade em que vivemos, para que possamos colaborar com suas transformações necessárias.

4.2.3 – Sociedade

Fazer a distinção entre a sociedade que somos e a sociedade que queremos ser, é a principal tarefa da escola. Para que isso se concretize em atitudes para além dos muros escolares, é imprescindível compreender a formação da sociedade brasileira e sua divisão em classes.

O resgate histórico torna-se um processo vivo e contínuo nas aulas de qualquer disciplina, se houver o comprometimento de todos os docentes com um ensino dinâmico que objetive proporcionar uma visão ampla ao aluno do meio em que vive, quando e como poderá interferir em seu processo de sua transformação.

Uma sociedade mais igualitária, na qual todos tenham oportunidades, é o que almejamos, e nossos alunos precisam compreender isso e entenderem que “são parte do processo”, e não meros e passivos espectadores. Fazer valer as leis que regem nossa sociedade e intervir em defesa de seus direitos, são atitudes que precisam ser reforçadas nos bancos escolares.

4.2.4 – Cultura

Escola e cultura não só podem como devem andar juntas. O acesso ao saber histórico e à cultura mundial se dá, principalmente, por meio da instituição escolar. Nosso compromisso enquanto escola é o de teoricamente e também na prática, estudar e vivenciar a gama cultural existente não só no Brasil, mas no mundo em que vivemos.

Esta riqueza de saberes proporciona ao indivíduo uma visão global do mundo em que vive, aprendendo a respeitá-lo, compreendê-lo e admirá-lo.

4.2.5 – Educação

No sistema de ensino brasileiro, conforme a LDB 9394/96, “a educação é tomada como um processo que objetiva, para além da aprendizagem dos conteúdos curriculares, o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Assim, compreende-se que a educação, em especial a educação escolar, é instrumento social básico, que possibilita ao indivíduo o acesso a ferramentas de análise e compreensão das relações sociais. Educar, nessa perspectiva, é entender que direitos humanos e cidadania significam prática de vida em todas as instâncias

de convívio social dos indivíduos: na família, na escola, na igreja, no conjunto da sociedade.

No entanto, assumir que a escola tem responsabilidade com a formação de sujeitos capazes de compreender e intervir na sociedade, implica ter claro de que maneira se organizará o Trabalho Pedagógico no interior da escola, qual a concepção de ensino-aprendizagem a escola defende, de que forma os conteúdos, elencados como essenciais pelo Sistema de Ensino, estarão articulados com os desafios da sociedade atual, como a avaliação será compreendida neste processo.

4.2.6- Gestão Democrática

Entendida como a gestão na qual a participação de todos os segmentos da comunidade escolar precisa ser incentivada, visto que a participação é processo que se aprende e se aprimora a medida que se exercita.

Compreende-se, ainda, que ao abrir espaço para a comunidade decidir sobre as questões da escola, abre espaço para a explicitação do conflito, do confronto de opiniões, inerentes ao processo de democracia. A Equipe que coordena o trabalho na escola precisa estar preparada para mediar esses conflitos, de forma a garantir que a opinião da maioria prevaleça, desde que não fira os direitos dos alunos e os objetivos da educação escolar.

Neste sentido, a escola aproveitará os espaços de formação continuada para estar constantemente debatendo suas fragilidades e procurando encontrar soluções para os problemas levantados. Entendemos que o processo de mudança em educação deve rumar para a inovação, ainda que, a princípio, isso implique conhecer-lhe os significados e processos, refletir e programar sobre velhas práticas com vistas ao novo, promovendo tempo para isto. Segundo Moacir Gadotti (1994, p. 31), *o tempo de inovação requer “tempo político (momento oportuno); tempo institucional (questão escolar); tempo escolar (calendário – não adianta inovar no final da gestão) e existe um tempo a fim de amadurecer as ideias”*.

Considerar essa dimensão implica afirmar que não basta, na busca da melhoria da qualidade do ensino, a participação isolada dos membros da comunidade escolar. É preciso a participação efetiva de todos, para assegurar a qualidade do processo, no qual o aluno é capaz de aprender, o professor capaz de ensinar, a família de participar e a escola de descentralizar o poder.

4.2.7- Avaliação

Nesse enfoque, a prática avaliativa precisa estar presente em todas as ações da escola e contemplar todos os setores. Não cabe, portanto, pensar a avaliação como referente ao aluno, como aferição de notas ou conceitos, simplesmente. Compreendida a importância de toda a comunidade escolar para o sucesso do processo ensino-aprendizagem, a avaliação ganha uma dimensão mais ampla de diagnóstico da realidade, de levantamento de avanços e recuos, de direção para a definição de novos objetivos.

Nesse sentido, a escola não pode restringir suas práticas avaliativas à questão burocrática. Ao contrário, a mesma deve estar pautada em alguns fundamentos, destacados a seguir:

A formação intelectual se dá pela conscientização e não pela reprovação.

A mobilização de todos os segmentos da escola é fator fundamental ao processo de mudança no sistema avaliativo.

Se respeitado e ouvido, o aluno deixa de ser mero fator de reprodução do conhecimento, repetindo operações mecânicas, pois caberá a ele aquelas ações que exigem ação e interação.

Quando se utiliza a energia só para criticar o existente, os debates tornam-se fatídicos e intermináveis; quando, porém, essa energia é canalizada para a discussão das soluções, das saídas — eles adquirem um sabor de cooperação.

Para atingir a consolidação de qualquer proposta, não se deve ignorar os conflitos; pelo contrário, deve-se valer deles para elaborar a síntese das mudanças.

Para desenvolver um Projeto arrojado, é necessário fazer a distinção entre trabalho sem rumo e trabalho planejado e compartilhado; no primeiro, estabelece-se o caos anárquico, enquanto que no segundo percebe-se a manutenção da credibilidade - envolvimento - responsabilidade.

Não adianta ser apenas um bom professor ou bom estudante, limitando-se ao mundo acadêmico. Tanto o primeiro quanto o segundo, terá que virar um especialista e também um generalista, além de adquirir características necessárias a um cidadão.

Também, tendo em vista a prática de não reprovação, a família assume papel fundamental ao envolver-se e comprometer-se com a vida estudantil do filho, ao mesmo tempo em que participam sistematicamente do processo avaliativo.

Assim sendo, a instituição torna-se capaz de manter o processo escolar pelo condicionamento de critérios que o sustentam, consciente de que os mesmos critérios são aplicados para avaliar todos os segmentos da escola.

4.2.8- Aluno

A concepção pedagógica que baliza nossa ação docente não trata o aluno como um ser dotado de poderes individuais, cuja liberdade, autonomia e interesses devem ser respeitados integralmente, tornando-se o centro de todo o processo educativo em detrimento do papel do professor enquanto mediador do conhecimento sistematizado.

Também não defendemos a concepção que situa o aluno como um mero receptor de informações, ou então, como um ser passivo e sem possibilidades de dialogar, questionar e tecer considerações sobre o conteúdo ministrado.

Em nosso entendimento, o aluno deve ser visto como um sujeito concreto e situado historicamente, que traz consigo um saber que lhe é próprio e que precisa ser valorizado e reelaborado no contexto escolar, para que conscientemente, desenvolva a capacidade de abstração, reflexão e análises, adquirindo condições de se colocar em sociedade. Daí a relevância do professor como personagem que pode corroborar para a mudança e melhoria da personalidade humana.

4.2.9- Professor

A concepção a qual defendemos não é a que concebe o docente enquanto um mero facilitador das aprendizagens livres e espontâneas dos alunos; tão pouco àquela que o restringe a um simples técnico organizador das condições de aprendizagens.

Também não percebemos o professor enquanto figura autoritária e detentor da verdade absoluta. Para nós, o professor deve ocupar papel de destaque no processo ensino-aprendizado enquanto sujeito que em decorrência de sua trajetória de formação específica, de qualificação para o desempenho do ato educacional e de diuturnos estudos, se coloca enquanto autoridade do conhecimento apto a mediar, com competência não só técnica, mas também, política.

O professor deve ser valorizado pela importância de sua função social e pelo comprometimento com esta profissão, bem como por ser a pessoa que orienta, favorece e dirige de forma intencional o processo científico de ensinar e de aprender, contribuindo para que seja possível a ruptura da experiência e saberes ainda pouco elaborados do aluno, o qual estando em contínua formação, eleva-se gradativamente a um patamar superior ao que encontrava-se outrora.

4.2.10-Relação Professor-Aluno

O respeito é a palavra-chave quando trata-se da relação entre o professor e seus alunos. O ser humano sente-se valorizado ao ser respeitado. Na prática diária, em sala de aula, se cada um cumprir com seu papel e respeitar as normas estabelecidas por todos e que estão regimentadas, isso é que chamar-se-á respeito.

Podemos, uma vez que falamos de seres humanos, falar também de relações interpessoais, não podemos omitir esta relação, que ocorre naturalmente. Respeitar o espaço do outro e enxergá-lo como ser humano e cidadão, é imprescindível para entender que ele deve ter preservados suas escolhas e modo de ser e viver, contanto que não fira os direitos do outro. Em primeiro lugar, cada um deve ser cumpridor com seus deveres.

Dentro da escola, a gestão democrática é que abre espaço para que todos sejam respeitados ao dar vez e voz ao educando e a todos os membros da comunidade escolar.

4.2.11-Método de Ensino

Sendo o método de ensino o processo sistemático e intencional de difusão da elaboração dos conteúdos culturais e científicos, respaldamo-nos em Duarte (1998), o qual, fundamentando-se na formulação de Saviani sobre o trabalho educativo, expressa que:

O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo. (DUARTE, 1998, s/p).

Os elementos culturais a serem mediados pela escola estão condensados no currículo escolar, e o método a ser utilizado para a apropriação desse conhecimento, em nossa perspectiva teórica, deve ser disposto na Pedagogia Histórico Crítica, sendo ele a prática social, a problematização, a instrumentalização, a catarse e a prática social, passos já detalhados no subtítulo "opção pedagógica".

Embasados por esta concepção, os docentes do Colégio Eleodoro empenham-se para que a escola funcione bem, isto é, preocupam-se e trabalham para que a escola mantenha firme sua função primordial, que é o ensino enquanto difusão e apropriação de conhecimentos, bem como a reelaboração crítica por parte de alunos e professores, consolidando a passagem do senso comum à consciência filosófica.

4.2.12-Educação Inclusiva

Antes de expressarmos nossa concepção acerca da educação inclusiva, cabe assinalarmos um relevante esclarecimento, isto é, o de que ao tratarmos do conceito inclusão, o mesmo não se restringe à inserção educacional de alunos com deficiência em escolas comuns, interpretação muito corrente e simplista, haja vista que a inclusão educacional abarca um grupo bem heterogêneo, os quais são denominados por alunos com necessidades educacionais especiais (NEE).

Quanto à sigla, registramos que esta se reporta a estudantes que podem apresentar dificuldades de aprendizagem ou, então, necessidades de adaptações no espaço físico e no material didático e pedagógico, de caráter transitório ou permanente, no decorrer de sua escolarização, sem que necessariamente, possuam dificuldades para acompanhar e se apropriar do conteúdo escolar.

A política do Ministério da Educação aprovada no ano de 2008, intitulada "Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva", delimita o público alvo dessa política, que além das pessoas com deficiência, abrange também pessoas com superdotação/altas habilidades e pessoas com

distúrbios de comportamento, ou como conceitualiza o documento, os chamados alunos com transtornos globais do desenvolvimento.

Para o Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional do Estado do Paraná (DEEIN), além desses sujeitos, fazem parte de suas políticas inclusivas os idosos, os alunos que requeiram o Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar (SAREH) e os jovens foco de programas sociais de inclusão, como os pertencentes ao PROEDUSE (Programa de Educação nas Unidades Socioeducativas).

Nesse ângulo, cabe destacarmos também que a inclusão educacional passa por outras particularidades, as quais eclodem no interior da instituição educacional e produzem no cotidiano escolar situações que carecem da mediação pedagógica, a exemplo dos conflitos decorrentes de questões sociais, bem como os de etnia e gênero, conflitos estes que não podem ser ignorados, dado que interferem no resultado exitoso do processo ensino-aprendizado.

Cientes quanto ao direito à escolarização formal por parte dessa demanda, e comprometidos com nossa função social de educadores, que é a mediação do conhecimento sem reproduzirmos a máxima neoliberal da seletividade humana que marginaliza as mazelas sociais, entendemos que o DEEIN, órgão responsável por planejar e organizar a política de educação especial, com o apoio logístico e financeiro do Governo, deve contemplar e atender em suas políticas as carências e necessidades da escola pública, a exemplo daquelas de ordem de formação continuada, a fim de possibilitar ao docente a mediação do ensino de boa qualidade ao aluno que por direito, está incluso no sistema educacional.

O Estado do Paraná cunhou a expressão "inclusão responsável", com o intuito de afastar-se daqueles que defendem a inclusão radical e irrestrita de todo o alunado, bem como daqueles que defendem a inclusão condicional, ou seja, desde que a escola esteja preparada, pois é somente com a presença real do aluno com NEE, e a partir do conhecimento de suas peculiaridades, que as adaptações necessárias serão pensadas e providenciadas, uma vez que, diante de tantas

urgências da escola pública, nada será preparado sem que a necessidade esteja posta.

Nessa perspectiva, a inclusão responsável passa pelo entendimento de que esta não pode ser dissociada dos demais aspectos básicos de responsabilidade, tais como das redes de apoio e de outras secretarias governamentais, ou nas palavras da SEED/DEEIN "no Paraná, essa inclusão educacional é um projeto gradativo, dinâmico e em transformação e em sua fase de transição exige do Poder Público, o absoluto respeito e reconhecimento às diferenças individuais dos alunos e à responsabilidade quanto à oferta e manutenção de uma Rede de Apoio composta por serviços apropriados ao seu atendimento [...]"(2010, p. 17).

Face ao exposto, o Colégio Eleodoro caracteriza-se como uma escola inclusiva, pois há anos tem matriculado alunos com as mais diversas necessidades educacionais buscando atender essas particularidades, as quais não podem ficar somente a cargo do colégio, mas receber o apoio do Estado, a fim de que se possa concretizar o ingresso, a permanência e a apropriação dos conteúdos escolares, elemento substancial ao processo de humanização.

Para finalizar, parafraseamos Vigotski (1997), o qual embora reporte-se à deficiência, seu pensamento é válido para uma infinidade de problemas que emergem na escola, pois nos chama a atenção para o fato de que não podemos nos ater simplesmente às dificuldades e limitações do aluno, mas perceber nesse sujeito alguém que também possui potencialidades e que é capaz de transformar suas debilidades na força motriz para seu desenvolvimento.

Parafraseamos ainda a concepção expressa nas Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos (2006), onde lê-se que o princípio filosófico da educação inclusiva perpassa a concepção de educação para todos, fazendo-se necessário redimensionar as práticas escolares, reconhecer as diferenças peculiares e, principalmente, primar pelo planejamento, e pelas mudanças sistêmicas político- administrativas na gestão educacional, que envolvem desde a alocação de recursos governamentais até a flexibilização curricular que ocorre em sala de aula.

5 - MARCO OPERACIONAL

5.1. ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS

Em 2006 foi aprovada a Lei Federal nº 11.274 que regulamenta o ensino fundamental de 09 anos, com o objetivo de assegurar a toda criança maior oportunidades de aprender e, com isso, uma aprendizagem com mais qualidade, com matrícula obrigatória a partir dos 06 (seis) anos de idade.

O Colégio Estadual Eleodoro Ébano Pereira oferta as séries finais do Ensino Fundamental de 09 anos, que passam a ser assim denominados:

5ª série – 6º Ano

6ª Série – 7º Ano

7ª Série – 8º Ano

8ª Série – 9º Ano

Segundo o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), art. 2, “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.”

Cientes de recebermos crianças em fase de tornarem-se adolescentes, o colégio Eleodoro procura compreender todos os aspectos transitórios físicos e emocionais deste período do desenvolvimento humano, assim como colaborar para que se tornem adultos cumpridores de seus deveres e sabedores/defensores de seus direitos, assim como respeitadores dos demais cidadãos que fazem parte da sociedade como um todo.

5.2. PROCESSO AVALIATIVO

5.2.1. Organização do processo avaliativo

A avaliação será diagnóstica, contínua e cumulativa (art 24, inciso V, linha a; LDB 9394/96), sendo um processo contínuo de intercomunicação, promovendo a realimentação constante das informações com as quais todos os participantes poderão, individual ou coletivamente, estar constantemente analisando, reavaliando, adequando, reformulando e desenvolvendo sua participação no âmbito do processo.

Participarão da avaliação não só os alunos, mas todos os envolvidos no processo educativo: professores, agentes educacionais, direção, equipe técnico pedagógica, Instâncias Colegiadas e as famílias. Neste sentido a avaliação assume um caráter dinâmico, contínuo e cooperativo, que acompanhada toda a prática pedagógica e requer a participação de todos os envolvidos no processo educacional.

A avaliação da aprendizagem será centrada na observação sistemática da atuação do aluno, para diagnosticar seu progresso escolar levando em consideração a aprendizagem/conteúdos.

Na variedade de instrumentos de avaliação, poderão ser solicitados identificações, comparações, análises, produções, interpretações, sínteses e reestruturações de textos, aplicações de conhecimentos, esquemas, expressões de opiniões, levantamento de hipóteses, construção de questões, participação no grupo, exposições de trabalhos, pesquisas de campo e bibliográfica, participações em debates, discussões, seminários, palestras, atividades extraclasse, observações com relatórios, auto-avaliação e avaliações formais.

Os instrumentos e momentos da avaliação serão definidos pelo próprio grupo, de acordo com sua necessidade de discutir os problemas surgidos e de reorientar o trabalho conjunto. A explicitação do sentido que o trabalho coletivo vai assumindo serve para realimentar os participantes na busca dos objetivos comuns.

O resultado da avaliação será expresso pelo registro de atuação dos alunos no desenvolvimento dos conteúdos bem como o cumprimento dos 4 eixos básicos correspondentes ao desenvolvimento integral dos alunos (assiduidade, compromisso/seriedade e participação da família na escola).

Quanto ao aspecto quantitativo, para registros formais, o aluno deverá atingir média 6,0 na somatória de todas as Avaliações decorridas no semestre/ano letivo. A média será feita através de somatória e divisão pelo número de avaliações. Por exemplo, se o professor registrar 3 avaliações com valor 10,0 cada uma, a somatória das notas recebidas em cada uma delas (os 30,0 pontos) será dividida por 3. Considerando-se sempre, neste processo, as oportunidades de Recuperação Paralela. Se o professor optar por avaliações em que as notas não sejam fechadas, ou seja, com números quebrados, por exemplo, 2,0 + 8,0 + 3,0, deverá realizar a média através de porcentagem. Isso vale também para os momentos em que o aluno é transferido, para que obtenha uma nota parcial poderada. A fórmula a ser utilizada será a seguinte:

•O professor poderá realizar o número de avaliações que desejar ou necessitar e fará no final do semestre (ou em qualquer momento do semestre, no caso de transferência) o percentual do número de pontos atingidos pelo aluno.

•Cálculo: $\frac{\text{pontos do aluno} \times 100}{\text{total de pontos}} = \text{Média}$

total de pontos

Os registros semestrais e anuais serão transcritos pela Secretaria nos documentos escolares e comunicados aos alunos e/ou responsáveis através de instrumentos próprios.

A apuração da assiduidade será feita pelos professores em cada disciplina, além do professor, cada coordenador pedagógico terá um livro ponto no qual fará o registro geral da assiduidade e terá um controle da frequência do aducando.

O registro da avaliação da aprendizagem será permanente, descritivo, diagnóstico e cumulativo correspondente a série/ano em que o aluno se encontra.

5.2.2. Recuperação de Estudos

A recuperação (paralela, diagnóstica, contínua e de resultados) será ofertada durante o ano letivo, conforme assegura a LDB 9394/96 art. 24, inciso V, linha e. O atendimento abrangerá todas as áreas de estudo, com retomadas individuais e coletivas para os alunos que ainda não obtiveram o aproveitamento esperado na aprendizagem e ou conteúdo.

Ao final de cada semestre, os alunos que não cumpriram os três eixos (assiduidade, compromisso e seriedade) e desta forma não atingiram a assimilação/compreensão necessária dos conteúdos propostos desenvolverão sob acompanhamento da Equipe Pedagógica e dos professores atividades direcionadas, tendo como base os conteúdos curriculares das diferentes disciplinas. Essas atividades são denominadas de Pendências Pedagógicas e tem como objetivo enfatizar e proporcionar ao educando mais uma oportunidade de efetiva aprendizagem além de reafirmar o necessário compromisso do educando com seus estudos.

5.2.3. Promoção do aluno

A promoção no final de cada ano letivo será automática, tendo em vista que os alunos passaram por um processo onde ocorreu a aprendizagem satisfatória, onde ele de fato esteve comprometido com a construção do seu conhecimento, obtendo assim aproveitamento e êxito nas avaliações.

Nesse contexto, as avaliações servirão de parâmetros para planejamentos, retomadas e reflexões sobre os caminhos do ensino e da aprendizagem vinculadas à realidade e necessidades de cada educando. Nesta perspectiva o aluno tem uma

nova oportunidade de desenvolvimento da aprendizagem sem que para isso seja preciso tolher seu direito à progressão dos estudos.

Caberá aos momentos de conselho de classe, acompanhar, debater e analisar todos os dados intervenientes na aprendizagem, assim como a análise e encaminhamento à Equipe Técnico Pedagógica dos alunos aprovados com dificuldades em alguns conteúdos.

Os alunos que não atingem os objetivos propostos de cada disciplina, e às exigências condicionantes da escola, receberão acompanhamento sistemático da Equipe Técnico Pedagógica tanto na verificação da aprendizagem quanto na questão disciplinar. Desta forma, os alunos são acompanhados, através dos registros dos cadernos de regência, que servem de suporte de um ano para o outro. Quando não conseguem superar sua defazagem de uma série para a outra, são observados mais criteriosamente e/ou encaminhados para avaliação diagnóstica com a psicopedagoga da escola a qual atua na sala de recursos e equipe do NRE - Núcleo Regional de Educação.

Neste sentido, pretende-se que o aluno perceba-se como o sujeito essencial do processo ensino-aprendizagem. Onde seu desempenho, seriedade e compromisso, representam promoção para a vida como cidadão crítico e participativo na sociedade. Assim, a escola como um todo passa a trabalhar em prol da efetiva aprendizagem, não seletiva, mas visando a qualidade para todos.

Dentro desse Projeto Político-Pedagógico, no qual não há reprovação, será considerada como média semestral a nota 6,0 (seis) apenas para que se cumpram as exigências do Sistema Educacional de Ensino – SERE, no tocante aos registros e documentação escolar. No entanto, a nota atribuída será de acordo com o aproveitamento em cada disciplina, sendo que se a nota for inferior à média, o aluno deverá fazer recuperação paralela dos estudos.

5.2.3.1. Progressão Parcial

Nosso colégio não possui este modo de condução do processo de aprovação, no entanto, ao recebermos alunos provenientes de outras escolas e que trazem consigo disciplinas que ainda estão pendentes de séries anteriores, fazemos a adequação, ou seja, em contato com professores que lecionam na série anterior, em que o aluno ficou com defasagem, solicitamos que realizem um trabalho com este aluno para que possa superar alguns conceitos/conteúdos essenciais para que continue seu processo educacional na série em que se encontra.

5.3. REGISTROS PARA CONTROLE DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

5.3.1. Dialogando com o aluno

Trata-se de um roteiro de questões para que cada professor dialogue com sua turma com a intenção de avaliar o ensino e a aprendizagem e as relações que envolvem este processo. (ANEXO 5)

5.3.2. Ata do Conselho de Classe

É a ata própria, na qual constam questões específicas do colégio Eleodoro.
(ANEXO 6)

5.3.3. Caderno de Regência

Trata-se de caderno próprio de cada turma, constando folha própria com dados de cada aluno, para registro dos professores e equipe pedagógica. O principal

objetivo é que os responsáveis, ao contactarem ou ser contactados pela escola, tenham o maior número possível de informações sobre o desempenho escolar de seus filhos.

Serve também como o meio mais prático de comunicação entre todos os membros da comunidade escolar, entendendo assim que todos fazem parte do processo de formação do aluno.

Para facilitar a comunicação entre professores e para que o processo educacional seja mais proveitoso, dentro deste caderno há uma ficha com dados sobre avaliações marcadas, trabalhos. Isso também facilita a vida do aluno que por ventura venha a faltar e precise das informações, ou simplesmente queira certificar-se das datas marcadas. (ANEXO 7).

5.3.4. Caderno de Registro do Representante de Classe

Trata-se de um caderno para que os representantes de classe possam registrar informações pertinentes e necessárias a todo o grupo, a fim de possibilitar uma comunicação mais eficaz e de qualidade, em benefício de todos.

5.3.5. Livro de Registro de Classe

É o documento que oficializa todo o processo educacional. Devido à sua relevância, ele possui instrução própria, a 07/2010 (ANEXO 10), que deve ser seguida rigorosamente.

5.4. ORGANIZAÇÃO DA HORA ATIVIDADE

A Lei 13807, de 01 de janeiro de 2003, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, que determina e regulamenta a Hora Atividade do professor regente, estabelece que:

Art. 1º Fica instituído percentual de 20% (vinte por cento) de hora-atividade da jornada de trabalho para todos os professores do Estado do Paraná em efetiva regência de classe em estabelecimento de ensino da rede pública estadual, considerando a jornada do cargo efetivo, das aulas extraordinárias e das aulas pelo regime da CLT.

Art. 3º A hora-atividade é o período em que o professor desempenha funções da docência, reservado a estudos, planejamento, reunião pedagógica, atendimento à comunidade escolar, preparação de aulas, avaliação dos alunos e outras correlatas, devendo ser cumprida integralmente no local de exercício.

Dessa forma, através da hora atividade, fica garantido ao docente um espaço de tempo reservado para estudos, planejamento e avaliação. Esse momento é propício e fundamental para que o docente possa pensar em sua prática pedagógica e como está acontecendo o processo de ensino e aprendizagem, podendo aperfeiçoá-lo sempre que necessário.

Nesta perspectiva, o elo integrador desse momento de estudo, realizado na escola, onde os docentes se reúnem, na medida do possível, por disciplina, encontra-se fundamentado na realização da prática avaliativa, tanto dele quanto do aprendizado do aluno.

Alguns aspectos são relevantes para os docentes desenvolverem na hora atividade, uma vez que a aprovação automática não exclui a exigência do aprendizado do aluno, através de avaliações, para garantir o sucesso do processo de ensino e aprendizagem:

- Levantamento de diagnóstico das turmas para tomada de ações;
- Revisão do planejamento, por disciplina, a partir dos resultados obtidos durante as atividades desenvolvidas em sala de aula;

- Conhecer e selecionar os materiais didáticos pedagógicos existentes na escola com o objetivo de redimensionar sua prática pedagógica em sala de aula;
- Confeccionar materiais didáticos pedagógicos;
- Auto avaliar-se e buscar meios para redimensionar sua prática pedagógica;
- Preparar atividades específicas com o objetivo de recuperar alunos que apresentam dificuldades na aprendizagem;
- Seguir as orientações do corpo administrativo da escola, desde que estes sejam relacionadas com os objetivos da hora atividade;
- Incentivo à criação e desenvolvimento de projetos pedagógicos;
- Canalização para discussão das soluções aos problemas imediatos (ensino-aprendizagem)
- Desenvolver uma metodologia capaz de assegurar o interesse, a participação, o gosto, a criatividade, a criticidade do aluno;
- Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos que obtiverem resultados de aprendizagem abaixo do esperado e executá-las em sala de aula;
- Promover trocas de experiências entre os professores da mesma disciplina para contribuir positivamente para o atendimento aos alunos;
- Analisar e emitir pareceres a serem desenvolvidos pelos professores, equipe pedagógica e direção sobre determinadas situações-problema da aprendizagem ou comportamental, com vistas à sua melhoria;
- Buscar verificar e aprofundar os encaminhamentos e metodologias para trabalhar com os alunos inclusos.

Desta maneira, percebe-se que o momento destinado à hora atividade, tendo em vista o horário de aulas de cada professor, na tentativa de fazer um horário, onde professores de mesma disciplina ou área tenham este momento juntos, e que torne possível dizer que a hora atividade aconteça de maneira completa e com excelentes resultados.

Outro fator que favorece esse momento está no grande número de professores padrões fixados no estabelecimento.

5.5. ENFRENTAMENTO AOS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS:

5.5.1. Prevenção ao Uso Indevido de Drogas na Escola

A sociedade contemporânea traz muitos desafios para o processo de formação das crianças, jovens e adultos. A disseminação do uso das drogas no cotidiano da vida social e escolar tem sido um dos maiores problemas a serem enfrentados tanto no espaço escolar como fora dos muros institucionais.

Entendemos que a prevenção ao uso indevido de drogas é compromisso coletivo, onde os profissionais da educação assumem um papel muito importante como mediadores do conhecimento científico, possibilitando o envolvimento dos alunos e seu posterior comprometimento com a prevenção no uso indevido de drogas. (Série Cadernos Temáticos dos Desafios Educacionais Contemporâneos, v. Depósito legal na Fundação Biblioteca Nacional, conforme Lei n. 10.994, de 14 de dezembro de 2004.)

Este tema caracteriza-se um grande desafio tanto para o educador e o educando devido à sua complexidade. A melhor forma, segundo a visão elodorana, é trabalhar com a valorização humana, com a autoestima de cada educando, motivando-o sempre a participar ativamente dentro da escola, sentindo-se parte

integrante de um grupo que o acolhe e, desta forma, acreditamos que o aluno terá menos motivos para fazer uso de substâncias degeneradoras.

A conscientização de que podemos viver de forma saudável em busca de um mundo mais solidário e justo, será o foco do trabalho docente em sala de aula, assim como o de todos os profissionais que atuam dentro da escola.

5.5.2. Educação Ambiental na Escola

Nos tempos atuais, com tanta degradação socioambiental, aumenta o questionamento em relação a essa racionalidade hegemônica, repleta de disputas e jogos de interesse. Nesse movimento dinâmico e constante de problematização, a Educação Ambiental, vinculada a pressupostos teórico-práticos e correntes de pensamento que buscam novas mentalidades, atitudes e valores, induz à reflexão crítica que se propõe a uma possível mudança de pensamento para internalizar um saber ambiental complexo.

Nesse contexto, a Educação Ambiental abre caminhos para a sustentabilidade, para uma postura interdisciplinar e para pensar a complexidade como um campo aberto ao possível.

Dessa forma, ao direcionar olhares para a formação dos profissionais educadores ambientais, faz-se necessária uma reflexão diante dos questionamentos epistemológicos que parecem permear o processo de formação ambiental.

Frente a esse processo, a sustentabilidade aparece como um dos eixos norteadores no campo da Educação Ambiental (EA), inserido como uma categoria importante a ser trabalhada na formação dos profissionais educadores ambientais, no intuito de impulsionar as transformações socioambientais. A esse reforço, a Política Nacional de Educação Ambiental traz os princípios básicos da EA, em que evidencia que a concepção do meio ambiente, em sua totalidade, ao considerar a

interdependência entre o meio natural, socioeconômico e cultural, deve ser tratada sob o enfoque da sustentabilidade. (BRASIL, 1999).(...)

A Educação Ambiental, à procura de suas bases epistemológicas, sustenta-se em conhecimento aberto, dialógico e reflexivo, vinculado à prática social, que, por meio de uma articulação complexa, busca ir além da disciplinariedade imposta na divisão do conhecimento por áreas fechadas.

A este encontro, a perspectiva interdisciplinar, como um dos princípios essenciais na formação da Educação Ambiental, aparece para criticar o modelo de organizar e produzir conhecimento e para se opor à especialização que ainda impera na ciência moderna, e é a grande geradora da fragmentação e do reducionismo dos problemas socioambientais.

Assim, para superar os territórios disciplinares demarcados, busca-se, no embate socioambiental, um diálogo interdisciplinar, como nova postura frente ao ato de conhecer e conceber o mundo, que aproxime os saberes específicos, oriundos de diversos campos de conhecimento, em um contexto que supere a dicotomia objeto e sujeito, bem como natureza e ser humano, o que torna a interdisciplinaridade um possível caminho epistêmico e metodológico da EA.

Por sua vez, a exigência essencial que se impõe nesse processo é que a interdisciplinaridade esteja apoiada sobre a competência de cada especialista, como argumenta Japiassu (1976, p. 104), pois o avanço da teorização interdisciplinar exige o domínio seguro das exigências epistemológicas e metodológicas comuns aos campos de conhecimento, todavia, a cooperação não deve jamais suprir as lacunas e deficiências de uns e outros.

Pode-se constatar que a interdisciplinaridade não pretende acabar com as disciplinas, mas fazer com que as mesmas busquem ser intrínsecas à realidade do mundo.

Desta forma, pode-se considerar que a interdisciplinaridade está amparada no diálogo de diversos saberes organizados e disciplinares, levando em conta os diferentes domínios direcionados ao restabelecimento e fortalecimento do

conhecimento, que contribuirá na (re)construção do mundo e nas relações humanas, por meio de novos saberes e novos caminhos.

Vale lembrar que o espírito interdisciplinar não exige que os profissionais sejam competentes nos vários campos do saber, mas que se interessem pelas outras disciplinas. (JAPIASSU, 1976). É nesse caminho interdisciplinar que a Educação Ambiental, na busca de sua própria superação frente às fragilidades epistemológicas, procura uma nova forma de pensar e agir que contemple a reorganização do saber, articulado e inseparável de esforço fundamental de reflexão, capaz de tratar a realidade de forma complexa.

A esse propósito de mudanças, reafirma-se que a ciência vive um momento de transição de paradigmas, e que este processo indica que o próprio conhecimento científico está a se renovar e, como expressa Santos (1997), em toda mudança, não se sabe bem onde estamos, tampouco para onde vamos.

É no repensar a forma de compreender, reconhecer e problematizar o mundo, que o pensamento da complexidade apresenta-se como desafio epistêmico no sentido de encontrar possíveis (des)caminhos que permitam abordar o complexo. Nesse pensar a complexidade, insatisfeitos com as fragilidades ou limitações do pensamento disciplinar, encontram-se muitos autores, entre eles, Edgar Morin e Enrique Leff, que trazem contribuições e influências à práxis da Educação Ambiental.

De acordo com Morin (2003; 2005), há uma crise nos fundamentos da ciência, que afeta todo o pensamento contemporâneo, o que vem ao encontro do que Leff também considera, ao tratar a crise ambiental, como crise do conhecimento, da razão, que problematiza o pensamento científico e a racionalidade dominante.

Assim, a complexidade implica em revolução ou reforma do pensamento (MORIN, 2002; Leff, 2001). Faz-se necessária uma mudança de mentalidades e uma transformação do conhecimento e das práticas educativas, no sentido de construir um novo saber que oriente a construção de um mundo melhor.

É nesta busca de mudanças, pautada em pensamento complexo, que a Educação Ambiental se anuncia como movimento dinâmico de construção e de (re)

construção de conceitos, ideias, práticas e valores para a compreensão das relações sociedade/ natureza.

Dessa forma, a Educação Ambiental, com base no pensamento complexo, pode contribuir tanto no questionamento do conhecimento fragmentado contemporâneo, cujas abordagens simplificadoras produziram efeito de cegueira em toda humanidade, quanto na incorporação do saber ambiental na formação de profissionais educadores ambientais.

A emergência dos novos paradigmas obriga a reorientar a Educação Ambiental para a sustentabilidade que implica em repensar e ampliar o diálogo entre a sociedade e a natureza, para além da racionalidade instrumental e do desenvolvimento do capitalismo.

Nesta teia de (re)construções e (re)orientações para necessária mudança de compreensão do mundo, a formação de uma consciência crítica reforça a necessidade de novos conhecimentos que priorizem a valorização e integração de diversos saberes e de sua incorporação nas instituições de ensino, como as universidades, que estão diretamente ligadas às práticas docentes, e à formação de profissionais em Educação Ambiental.

Contudo, as experiências nos últimos 20 anos, como destaca o autor Leff (2001, p. 115), apontam limitações institucionais que dificultam a formação crítica e reflexiva desses profissionais, pois muitos dos programas estão calcados em moldes disciplinares, os quais contradizem o próprio campo ambiental. No entanto, sabe-se que há muitas iniciativas que vêm buscando articulações e configurações dentro de um caminho interdisciplinar que possibilite conexões entre ações e pessoas, como é o caso da experiência na região dos Campos Gerais descrita a seguir. (Série Cadernos Temáticos dos Desafios Educacionais Contemporâneos, v. Depósito legal na Fundação Biblioteca Nacional, conforme Lei n. 10.994, de 14 de dezembro de 2004.)

5.5.2.1. Estudos da Agenda 21

A Agenda 21 é resultado da Eco-92, que foi realizado no Rio de Janeiro em 1992, organizada pela ONU (Organização das Nações Unidas), com 179 países. São medidas que visam conciliar crescimento econômico e social com preservação do meio ambiente. Nesse evento, o país definiu as bases para a preservação do meio ambiente em seu território, para possibilitar o desenvolvimento sustentável. Os temas discutidos na Agenda 21 são:

- Combate à pobreza.
- Cooperação entre as nações para chegar ao desenvolvimento sustentável.
- Sustentabilidade e crescimento demográfico.
- Proteção da atmosfera.
- Planejamento e ordenação no uso dos recursos da terra.
- Combate ao desmatamento das matas e florestas no mundo.
- Combate à desertificação e seca.
- Preservação dos diversos ecossistemas do planeta com atenção especial aos ecossistemas frágeis.
- Desenvolvimento rural com sustentabilidade.
- Preservação dos recursos hídricos, principalmente das fontes de água doce do planeta.
- Conservação da biodiversidade no planeta.
- Tratamento e destinação responsável dos diversos tipos de resíduos (sólidos, orgânicos, hospitalares, tóxicos, radioativos).
- Fortalecimento das ONGs na busca do desenvolvimento sustentável.
- Educação como forma de conscientização para as questões de proteção ao meio ambiente.

O estabelecimento elaborou projetos internos de contraturno para desenvolver a Agenda 21 junto aos educandos, principalmente nas áreas de Biologia, Geografia e História, porém o tema deverá ser abordado e desenvolvido em todas as disciplinas, quando assim determinar os conteúdos, ao longo do ano letivo.

<http://www.suapesquisa.com/ecologiasaude/agenda21.htm> /04.04.2012

5.5.3. Cidadania e Direitos Humanos

A demanda de Cidadania e Direitos Humanos nasceu com o desafio de implementar o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos nas escolas da nossa rede. Seu objetivo maior é a busca dos princípios da dignidade humana, respeitando os diferentes sujeitos de direito, para proporcionar maior justiça social.

Com a intenção de valorizar ações de cidadania, esta demanda é responsável ainda pelas ações interinstitucionais de acompanhamento e fomento de programas federais e estaduais como: Atitude, Saúde na Escola, Segurança Social, entre outros.

Dentro dessa visão, os professores, em sala de aula, poderão utilizar-se da legislação vigente para trabalhar os diferentes aspectos dos direitos dos cidadãos:

Decreto 5.109, de 17.06.2004: que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI, e dá outras providências.

Decreto nº 5.130, de 07.07.2004: que regulamenta o art. 40 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), e dá outras providências.

Decreto nº 5.296, de 02.12.2004: que determina as normas gerais e os critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e outras providências.

Lei nº 10.639, de 09. 01. 2003: que dispõe sobre a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro, incluindo o estudo da História da África e dos Africanos e a luta dos negros no Brasil.

Lei nº 10.741, de 01.10.2003: que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

(site diaadiaeducacao.pr.gov.br)

5.5.4. Educação Fiscal

A proposta da Educação Fiscal é estimular o cidadão a refletir sobre a função socioeconômica dos tributos, possibilitar aos cidadãos o conhecimento sobre administração pública, incentivar o acompanhamento, pela sociedade, da aplicação dos recursos públicos e criar condições para uma relação harmoniosa entre o Estado e o cidadão.

Todas as atividades são realizadas com base na concepção de educação da SEED, preconizada nas Diretrizes Curriculares para a Educação Básica. Dessa forma, por meio da formação continuada são oferecidos subsídios teórico-metodológicos aos Profissionais da Educação para que estes realizem, na medida do possível, a abordagem pedagógica dos assuntos da Educação Fiscal, relacionando-os aos conteúdos historicamente acumulados.

A Educação Fiscal faz parte de um Programa Nacional (PNEF – Programa Nacional de Educação Fiscal), representado, no Estado do Paraná por meio do Grupo de Educação Fiscal Estadual – GEFE/PR. Este é constituído pela parceria entre a Secretaria de Estado da Educação (SEED) a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), Centro de Treinamento da Escola de Administração Fazendária (CentroESAF), Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e outras instituições,

como a Controladoria Geral da União (CGU), por exemplo. (site diaadiaeducacao.pr.gov.br)

5.5.5. Enfrentamento à Violência na Escola

É necessário considerar o fenômeno da Violência a partir de uma perspectiva histórica, social e política. Compreende-se a violência na escola como um processo que se constitui historicamente no espaço e no tempo escolar. A violência na escola torna-se preocupante pelo fato de que enquanto espaço institucionalizado de desenvolvimento do indivíduo pela educação. Sendo esta um processo de sociabilização, de desenvolvimento intelectual, científico e filosófico do indivíduo.

A demanda de Enfrentamento à Violência na Escola visa ampliar a compreensão e formar uma consciência crítica sobre a violência e, assim, transformar a escola num espaço onde o conhecimento toma o lugar da força.

O Enfrentamento à Violência na Escola requer formação continuada dos profissionais da educação, reflexões e discussões em grupos de estudos, seminários e oficinas sobre as causas da violência e suas manifestações, bem como a produção de material de apoio didático-pedagógico.

Para fins de articular e promover a construção de mecanismos e ações que viabilizem o Enfrentamento à Violência nas Escolas, a SEED através da CDEC, integra e articula a Rede de Proteção na construção do Plano Estadual de Enfrentamento à Violência.

A violência, no âmbito das Escolas Públicas Estaduais, pode ser entendida como um processo complexo e desafiador que requer um tratamento adequado, cuidadoso e fundamentado teoricamente, por meio de conhecimentos científicos, desprovidos de preconceitos e discriminações.

No Brasil, mudanças estruturais na assistência à Infância, a partir do final do século XIX, substituem gradativamente a piedade e o amor cristão pela

racionalidade científica. A criança pobre deixa de ser propriedade exclusiva da assistência caritativa da Igreja. Surge, mesmo como filantropia, uma política de assistência que não objetiva mais a esmola, mas a reintegração social dos desajustados.

Já no século XX, mais especificamente no ano de 1927, é promulgado o primeiro código de menores, também conhecido como Código de Mello Mattos. Esse período caracterizou-se pela criação de colônias correccionais para a reabilitação de delinqüentes e abandonados. O Estado passa a assumir a tutela do menor abandonado ou infrator.

Em 1979 surge o Código de Menores. Cria-se a figura do menor em situação irregular. O termo menor ainda hoje é utilizado de forma pejorativa para designar crianças e adolescentes no Brasil.

Apenas em 1990, fruto do desdobramento da Constituição Federal de 1988 (em especial de seu artigo 227), da Convenção Internacional de 1989, bem como da reivindicação de inúmeras entidades, movimentos e atores sociais, surge o Estatuto da Criança e do Adolescente. O ECA traz a doutrina jurídica da proteção integral. A criança deixa de ser vista como objeto de intervenção da família, da sociedade e do estado e passa a ser entendida como um sujeito de direito e em desenvolvimento. Daí a importância da educação. Importante lembrar que a Constituição de 1988 é também conhecida como Constituição Cidadã, e foi construída após duas décadas de vigência de uma ditadura militar (1964/1985).

Tal compreensão é vital para entendermos a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente, principalmente para dissiparmos falas de senso comum que imputam ao ECA a culpa pela indisciplina e violência nas escolas considerando-se que tal fenômeno é social e histórico. É claro que todo direito pressupõe uma reciprocidade de deveres, por isso cabe a todos os envolvidos no processo educativo de crianças e adolescentes, pautar esta questão.

Além da compreensão acerca do ECA, é importante compreendermos que um trabalho de enfrentamento à violência na escola pressupõe, por parte desta mantenedora, de um encaminhamento pautado em três eixos de ação: diagnóstico,

estudo e produção de material de apoio didático-pedagógico; formação continuada dos profissionais da educação; e, acompanhamento e promoção de ações interinstitucionais. Esses eixos foram definidos pela Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos – CDEC/DPPE/SEED e balizam suas ações. Importante: todos os eixos devem ser vistos de forma interligada.

Partindo deste pressuposto, quando da criação da CDEC, em 2007, iniciamos o processo de construção dos Cadernos Temáticos de Enfrentamento à Violência nas Escolas e de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas - impressos e encaminhados às escolas de nossa rede. O primeiro lote foi entregue em 2009 a segunda impressão será distribuída no segundo semestre de 2010, totalizando 24.000 exemplares de cada volume. O uso desse material como subsídio às escolas passa a ser fomentado, em especial, no Itinerante 2010, uma vez que pautamos nossa participação na implementação dos Cadernos Temáticos.

Concomitantemente a esse processo de construção dos Cadernos Temáticos ocorre a formação continuada dos profissionais da educação. O Seminário Integrado sobre Drogas, Evasão, Indisciplina e Violência na Escola é o melhor exemplo dessa capacitação, fato confirmado pela avaliação positiva quanto aos eventos / etapas já realizados/as.

O Seminário Integrado tem esse nome, pois integra demandas afins de diferentes coordenações e departamentos. Um dos objetivos é fortalecer a rede de proteção social e conseqüentemente o Sistema de Garantias de Direitos do qual a educação faz parte. Por esta razão foi pensado de forma descentralizada nos 32 NREs, a partir da análise do diagnóstico realizado nas escolas da rede pública estadual, no ano de 2008.

A Rede de Proteção Social dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes visa fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos, do qual a Educação faz parte. Consiste na integração, em sintonia com a sociedade civil e por meio da intersetorialidade, das políticas públicas na área da educação, saúde, segurança, assistência social, atendimento jurídico, entre outras. Baseada num trabalho planejado, dentro de princípios como a horizontalidade, o diálogo, o comprometimento, visa dinamizar a

garantia de direitos assim como possibilita o reconhecimento de que o fenômeno da violência é multifacetado e que seu enfrentamento envolve uma ação articulada e integrada.

Outro trabalho que visa fortalecer a rede de proteção social é desenvolvido por meio da revisão do Plano Estadual de Enfrentamento à Violência, com participação efetiva da CDEC/DPPE/SEED e sob a coordenação da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude - SECJ. O documento final revisado e atualizado será colocado à apreciação dos Secretários de Estado e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR e terá vigência no período de 2010 a 2015 definindo-se ações das instituições envolvidas nesse processo. Cabe também à Comissão Estadual articular as comissões regionais, a fim de fortalecer as redes de proteção. Definiu-se, a partir do número de regionais da SECJ, o total de 12 Comissões Regionais. A Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social - SETP, por exemplo, possui 18 regionais e a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná - SESA 22.

Por fim, a CDEC trouxe para análise junto à Comissão Interdepartamental de Enfrentamento à Violência – CIEVE (comissão composta por representantes de diferentes setores da SEED), um documento em forma de minuta, que tem por objetivo fornecer às escolas uma orientação pautada em bases legais quanto à questão do enfrentamento à violência e indisciplina na escola. Após inúmeras leituras e sugestões dos membros da CIEVE, o documento foi entregue à DPPE para apreciação e devidos encaminhamentos. Dessa forma, a Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos busca cumprir seu ciclo de trabalho dentro dos três eixos anteriormente apontados. Isso mostra que a SEED tem hoje uma proposta viável de trabalho para a nossa rede de ensino.

Enfrentamento à violência na escola: explicitar e conectar.

Explicitar:

- Que tipo de violência está presente na escola? Violência na escola, violência da escola ou violência contra a escola.

- Identificar fatores de risco e fatores de proteção. Potencializar o segundo.

Conexões internas:

- Fortalecer as instâncias colegiadas por meio da gestão democrática.

Conexões externas:

- Fortalecer e se necessário acionar a rede de proteção social.

Lembre-se: “não existe resposta simples para um problema complexo, mas existe uma resposta possível de ser construída no coletivo, com participação, diálogo e comprometimento”.

(site diaadiaeducacao.pr.gov.br)

5.5.6. Gênero e Diversidade Sexual

A Sexualidade, entendida como uma construção social, histórica e cultural, precisa ser discutida na escola – espaço privilegiado para o tratamento pedagógico desse desafio educacional contemporâneo. O trabalho educativo com a Sexualidade, por meio dos conteúdos elencados nas Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná, deve considerar os referenciais de gênero, diversidade sexual, classe e raça/etnia. Assim, procura-se subsidiar, por meio do conhecimento científico - e não por meio de valores e crenças pessoais - os educadores e educadoras, através da formação continuada e da produção de materiais de apoio didático-pedagógico.

5.5.7. Gravidez na Adolescência

A gravidez na adolescência é um tema que deve ser tratado nas escolas, uma vez que faz parte da realidade cotidiana de nossos adolescentes. Como a

adolescência é uma fase bastante conturbada na maioria das vezes, em razão das descobertas, das ideias opostas às dos pais e irmãos, formação da identidade, fase na qual as conversas envolvem namoro, brincadeiras e muitos tabus. Como é uma fase que se encontra entre a infância e a fase adulta, muitas alterações são percebidas no organismo, nos pensamentos e nas atitudes dos mesmos.

O início da atividade sexual precoce está relacionado ao contexto familiar das adolescentes, que acabam engravidam, na maioria das vezes, já na primeira relação e, normalmente tem o mesmo histórico dos pais. A liberdade na educação, muitas vezes idealizada, o hábito de “ficar” em encontros sem compromissos e a não utilização dos métodos contraceptivos, mesmo havendo distribuição gratuita pelos órgãos de saúde públicos. Às vezes por desconhecimento ou por tentar de esconder dos pais a vida sexual ativa, cada dia a atividade sexual infantil e juvenil cresce e há um aumento bastante significativo do número de gravidez na adolescência.

Quando a gravidez ocorre na adolescência, pode acarretar consequências graves a todos os familiares, mas principalmente para os adolescentes envolvidos, pois envolvem crises e conflitos. O que acontece é que esses jovens não estão preparados emocionalmente e nem mesmo financeiramente para assumir tamanha responsabilidade, fazendo com que muitos adolescentes saiam de casa, cometam abortos, deixem os estudos ou abandonem as crianças sem saber o que fazer ou fugindo da própria realidade.

Para muitos destes jovens, a gravidez não proporciona mais perspectivas no futuro e nem planos de vida. A falta de orientação sexual e de informações, além da mídia, que acaba incentivando-os com propagandas, novelas com cenas ou histórias de sensualidade, beleza e liberdade sexual, que aumenta essa comum fase de fazer tudo por impulso, sem pensar muito nas consequências, aumenta ainda mais a incidência de gestação juvenil.

<http://www.brasilecola.com/biologia/gravidez-adolescencia.htm>

Por isso, nosso estabelecimento de ensino tem como objetivo também a educação sexual, através do enfoque à gravidez na adolescência, pois um dos papéis da educação é preparar as crianças e os jovens para a vida adulta. Assim,

através das disciplinas de Ciências, Biologia e outras de áreas afins, como a História e a Geografia, como desafios contemporâneos.

5.5.8. Trabalho Infantil

Trabalho infantil é toda forma de trabalho exercida por crianças e adolescentes, abaixo da idade mínima legal permitida, conforme a legislação de cada país. A Constituição Brasileira estabelece que, até 16 anos incompletos, garotos e garotas estão proibidos de trabalhar (Emenda Constitucional Nº 20). A única exceção à proibição é o trabalho na condição de aprendiz, permitido a partir dos 14 anos (artigo 7º, inciso XXXIII), para tipos de atividades que apresentem os requisitos legais para a aprendizagem profissional.

Embora o trabalho seja permitido para adolescentes de 16 a 18 anos, há restrições legais quanto às atividades que podem ser realizadas. Para esses garotos e garotas, o trabalho não pode ser executado em horário noturno ou em períodos que comprometam a frequência escolar. Além disso, não pode ser perigoso, insalubre ou penoso e nem pode ser exercido em locais prejudiciais ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social

Através da Constituição e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Brasil ratificou a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que define as piores formas de trabalho infantil e declara urgência na sua proibição e eliminação. Como piores formas de trabalho, a Convenção considera todas as formas de escravidão ou práticas análogas a ela; a exploração sexual; o exercício de atividades ilícitas (como tráfico de drogas) e de trabalhos que são suscetíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança e do adolescente. Em 2001, o país ratificou a Convenção 138, também da OIT, estabelece que a idade mínima para o trabalho não será inferior à idade de conclusão da escolaridade obrigatória ou, em qualquer hipótese, não será inferior a 15 anos.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2008, mostram que ainda existem 4,8 milhões de crianças e adolescentes brasileiros, entre cinco e 17 anos, trabalhando no Brasil. Segundo a PNAD, os meninos são maioria no trabalho: 2,9 milhões de garotos estão em atividade, enquanto 1,5 milhões de meninas trabalham; 35,5% das pessoas, com idades entre cinco e 17 anos, trabalham na atividade agrícola e 51,6% são empregados ou trabalhadores domésticos e realizam dupla jornada. Isso acontece principalmente entre as meninas (83,3%).

A inclusão precoce de crianças e adolescentes no mundo do trabalho traz consequências negativas, que interferem diretamente em seu desenvolvimento, pois ficam expostos a riscos de lesões físicas, situações de maus-tratos e exploração por seus empregadores. Isso compromete a segurança, a moral, a saúde física e psicológica das crianças e adolescentes e afeta o processo de escolarização dos meninos e meninas, pois prejudica o seu desenvolvimento e, conseqüentemente, o seu futuro.

Nesse sentido, o nosso estabelecimento tem como um de seus objetivos combater essa prática cultural em nosso país, mesmo sabendo que a maioria das famílias exigem que seus filhos menores trabalhem para ajudar no aumento da renda familiar. Evidentemente, as ações do Colégio precisam do apoio de outras instituições como saúde e assistência social às famílias carentes. Para isso, será desenvolvida ao longo do ano letivo, a abordagem e o desenvolvimento de conteúdos de diferentes disciplinas.

<http://www.direitosdacrianca.org.br/temas/trabalho-infantil>

5.6 -DIVERSIDADE EDUCACIONAL

5.6.1.A Educação Inclusiva

Em nosso estabelecimento, abrange os Serviços de Apoio Especializado, com o professor Intérprete de Libras, o CAES – Centro de Atendimento Especializado em Surdez, o CAEDV – Centro de Atendimento Especializado em Deficiência Visual, Sala de Apoio à Aprendizagem e Sala de Recursos.

5.6.1.1. Serviços de Apoio Especializado

5.6.1.1.1. Professor Intérprete de Libras

O Colégio Eleodoro Ébano Pereira vem atendendo alunos surdos há muitos anos, mas desde o ano de 2003 a escola passou a contar com o professor intérprete de LIBRAS, e mais recentemente, em 2009, passou a ter três professores intérpretes concursados.

Conforme o Decreto Federal Nº 5626/05, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Língua de Sinais é a comunicação dos surdos, é uma língua visual-espacial que, diferentes das línguas orais-auditivas, como a Língua Portuguesa, se utiliza da visão para ser aprendida e de elementos corporais e faciais que são organizados em movimentos no espaço, para constituir unidades de sentido

Esta instituição de ensino normatizada pela Lei de Diretrizes da Educação Nacional Nº 9394/96, pela Lei Federal número 10436, de 24 de abril de 2002 regulamentada pelo Decreto Federal número 5626/05, Lei Estadual número 12.095/98, sendo que o Estado do Paraná foi o primeiro a oficializar a LIBRAS, dentre os serviços de apoio especializado pela Deliberação nº 02/2003, Resolução 02/01 – CNE, Parecer Nº 17/01 – CNR, Deliberação 02/03 – CEE, Instrução Nº 002/2008 temos: Professor Intérprete de Libras, CAES – Centro de Atendimento

Especializado na Área da Surdez e CAEDV – Centro de Atendimento Educacional Especializado na Área da Deficiência Visual.

O professor intérprete de LIBRAS deve ter o perfil para intermediar as relações de ensino e aprendizagem e a comunicação entre professor e aluno surdo, bem como intermediar a comunicação nos demais espaços pertinentes a escola onde está locado. O trabalho do intérprete se dará com uma única turma, sendo assim permanecerá até o término do ano letivo com o mesmo grupo de alunos em sala, sempre mediando a aprendizagem; É importante observar a necessidade de redução da quantidade de alunos ouvintes nas salas onde houver atendimento especializado bem como ter o cuidado de não alocar mais de uma necessidade educativa especial para não acarretar desgaste pedagógico para o docente e discente.

5.6.1.1.2 – CAES – Centro de Atendimento Especializado na Área da Surdez:

O CAES é um serviço de apoio pedagógico especializado para alunos surdos, que funciona em estabelecimento do ensino regular da Educação Básica. O mesmo oferta o atendimento a alunos surdos do Ensino Médio, com a principal finalidade de garantir em turno contrário ao da escolarização, do ensino da Libras e da Língua Portuguesa escrita como segunda língua para alunos surdos, conforme Decreto Federal Nº 5626/2005, a proposta de educação bilíngüe – Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e Língua Portuguesa escrita, para o acesso ao conhecimento formal à aprendizagem. A LIBRAS é usada na comunicação e mediação do processo ensino-aprendizagem e desenvolvimento de todas as atividades escolares. O CAES poderá atender, no máximo, dez (10) alunos, de forma individual ou coletiva, o mesmo não poderá ultrapassar o limite de duas (02) horas diárias.

5.6.1.1.3– CAEDV – Centro de Atendimento Educacional Especializado na Área da Deficiência Visual

O CAEDV, criado em 1987, autorizado pela Resolução nº 3830/87, veio contribuir para o acesso e permanência dos alunos com deficiência visual no ensino regular, de modo a propiciar oportunidades favoráveis à aprendizagem e ao desenvolvimento de suas potencialidades, beneficiando-se das orientações comuns aos demais alunos bem como ações pedagógicas específicas e sistema de apoio sempre que necessário.

O CAEDV tem como objetivo primordial garantir o apoio pedagógico especializado aos alunos com deficiência visual, independentemente da faixa etária, matriculados no sistema educacional, bem como às pessoas que adquiriram cegueira ou baixa visão e requeiram por tempo determinado o serviço de reeducação visual, orientação e mobilidade, aprendizado do sistema de leitura e escrita Braille, atividades de vida autônoma, dentre outros.

Neste estabelecimento de ensino, o atendimento revestir-se-á de caráter individualizado e será ministrado em sessões, de no mínimo 60 minutos de duração, podendo, este tempo, variar de acordo com o grau de comprometimento visual e a consequente e específica necessidade de cada aluno.

A oferta do atendimento especializado ocorrerá sempre em contraturno ao Ensino Regular.

O acesso e a permanência no Ensino Regular serão garantidos através da instrumentalização metodológica e acompanhamento educacional específico e necessário aos educandos com deficiência visual.

O CAEDV está estruturado de forma a proporcionar gradativamente atendimentos de:

I - Estimulação Essencial;

II- Educação preparatória e de apoio à escolaridade às pessoas cegas e/ou de baixa visão, destacando-se a sua instrumentalização no Braille, Sorobã,

orientação e mobilidade, informática adaptada e outras necessárias ao processo de inclusão escolar e social;

III- Reeducação Visual;

IV- Apoio escolar;

V - Trabalho itinerante.

VI - Cronograma de atendimento semanal;

VII- Planejamento educacional individualizado.

Às pessoas na faixa etária de zero a três anos, serão propostas atividades de Estimulação Essencial compreendendo o aprendizado e o desenvolvimento de habilidades neuro-psico-sociais.

A avaliação cotidiana é denominada de processual e contínua, objetivando identificar e analisar o nível de alcance dos objetivos propostos pela avaliação diagnóstica, o que permite, conseqüentemente, revisar e realimentar o processo ensino-aprendizagem.

Constituem-se em instrumentos formais de avaliação:

- Os laudos da área médica e paramédica;
- A avaliação funcional realizada pelo professor do CAEDV;
- Os instrumentos formais para avaliação educacional;
- Fichas de referência do aluno.

Dadas as peculiaridades específicas do atendimento, o CAEDV matriculará alunos sem obedecer limite de faixa etária.

Os alunos matriculados no CAEDV terão obrigatoriedade de frequência nos dias letivos previstos no Calendário e cronograma específico de atendimento.

O cronograma específico de atendimento determina os dias da semana e horários específicos em que o aluno receberá atendimento educacional especializado.

Sempre que o aluno transferir-se de local de moradia, a secretaria da escola deverá providenciar a transferência do aluno fazendo dela constar informações precisas sobre o diagnóstico oftalmológico, a avaliação funcional e os resultados educacionais obtidos.

Ainda sobre o atendimento educacional especializado de pessoas com Deficiência Visual, cabe registrar que, em face ao "Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade", que teve início no ano de 2003 tendo por objetivo contribuir para o processo de inclusão escolar, em âmbito Nacional, a partir do ano de 2005 iniciou-se a implantação das salas de recursos multifuncionais.

O Estado do Paraná, por meio da SEED/DEEIN, tem organizado o funcionamento das denominadas Sala de Recursos Multifuncionais Tipo II, conforme INSTRUÇÃO Nº 020/2010- SUED/SEED.

A principal finalidade desse serviço é, em turno contrário ao da escolarização, proporcionar a garantia de oferta do AEE, a organização, disponibilização de recursos, serviços pedagógicos e de acesso para o atendimento as necessidades educacionais específicas do aluno com deficiência visual, desde a educação infantil, conforme prevê a legislação. (Outras informações sobre as referidas salas consultar: www.portal.mec.gov.br).

5.6.1.1.4.Sala de Recursos

A **Sala de Recursos**,segundo a Instrução Nº 05/04,éum sistema de apoio especializado de natureza pedagógica que complementa o atendimento educacional realizado em classes comuns do Ensino Fundamental.

Os alunos que frequentam esta sala são alunos matriculados no ensino regular egressos da educação especial ou aqueles que apresentam problemas de aprendizagem com atraso acadêmico significativo, distúrbios de aprendizagem e/ou deficiência mental.

Para o seu ingresso na sala de recursos, além de estar matriculado, o aluno deverá ter passado por uma avaliação específica junto ao NRE / CRAPE.

O número de alunos não deverá ser maior que 30 para 20 horas semanais; o horário de atendimento deverá ser em período contrário ao que o aluno estuda. Os alunos são atendidos individualmente ou num máximo de dez, com cronograma pré-estabelecido, tendo em vista a necessidade de cada um segundo sua avaliação.

Seu acompanhamento será registrado em relatório semanal e semestral em formulário próprio encaminhado pela SEED. O aluno será dispensado da sala de recursos conforme tenha superado suas dificuldades e obtido êxito no processo de aprendizagem.

Para esse acompanhamento, o professor deverá, segundo Del. Nº 02/03-CEE, art. nº 33 e 34 ter especialização em cursos de Pós- Graduação na área específica, ou licenciatura plena com habilitação em Educação Especial, ou habilitação específica em nível médio, na modalidade de Estudos Adicionais e atualmente na modalidade Normal.

Quanto aos recursos materiais, a escola deverá ter sala com tamanho adequado, localização, salubridade, iluminação e ventilação de acordo com os padrões da Associação Brasileira de Norma Técnicas.

INSTRUÇÃO E DELIBERAÇÃO DA S.R. (ANEXO 11)

5.6.1.1.5. S.A.A. - Sala de Apoio à Aprendizagem

A **Sala de Apoio** é um Programa de apoio pedagógico que se justifica, haja vista que este Colégio possui uma proposta de combate à evasão escolar, com ciclo ininterrupto, respeitando o direito do educando ter uma formação cognitiva, psicológica e emocional enquanto cidadão.

A abertura das salas de apoio de Língua Portuguesa e Matemática, para 6º e 9º anos, possibilitaram ao educando com defasagem de conteúdos, um novo momento para a superação desses obstáculos, contribuindo para que o mesmo possa ter um melhor desempenho no ano seguinte.

A Equipe Pedagógica, juntamente com todos os professores dos 6º e 9º anos, fazem uma sondagem dos alunos que possuem maiores dificuldades em conteúdos específicos de Língua Portuguesa e/ou Matemática. Após, os mesmos preenchem uma ficha(individual) padrão encaminhada pelo NRE, na qual constam os maiores obstáculos enfrentados pelo educando. Essa ficha é encaminhada ao professor da sala de apoio, que planejará suas atividades conforme a defasagem de cada aluno. Durante o período que frequenta a S.A.A., o educando é acompanhado pela equipe pedagógica e professor de sala de aula, juntamente ao docente da turma em questão, para que haja consonância entre a aprendizagem individual e coletiva. Superadas as defasagens, o educando é dispensado, cedendo lugar para outro. Porém, se necessário, poderá voltar a frequentar a S.A.A.

As salas funcionam com um número máximo de 15 alunos, oportunizando ao docente uma observação mais minuciosa de cada um dos educandos, assim como suas dificuldades.

INSTRUÇÃO E DELIBERAÇÃO DA S.A.A. (ANEXO 12)

5.6.2. Cultura Afro-Brasileira e Africana

Com a Lei nº 10.639, de 2003, veio a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos currículos escolares do Ensino Fundamental e

Médio e, posteriormente, a Lei nº 11.645, de 2008, que segue a mesma orientação sobre a temática indígena no contexto escolar.

Estas Leis são, também, legislações afirmativas que reconhecem o espaço escolar como lugar da formação de cidadãos, e sua relevância em proporcionar aos educandos conhecimentos que se concretizam em iniciativas de combate a toda forma de preconceito e discriminação.

Ao estabelecer tal obrigatoriedade, estas Leis buscam assegurar o cumprimento dos preceitos legais descritos na Constituição Federal nos artigos 3º e 5º que determinam:

Art. 3º, V – Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

Art. 5º, I – Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, (...)

A obrigatoriedade representa um avanço ao possibilitar a construção de um multiculturalismo nas escolas brasileiras. Incluir no currículo escolar o estudo da temática demonstra e reconhece a luta histórica do movimento negro em nosso país. No entanto, é importante enfatizar o compromisso de todos no enfrentamento do preconceito e da discriminação, para que a lei não se torne letra-morta e contribua, de fato, para uma educação multicultural.

O Colégio Eleodoro Ébano Pereira, em comum com a política do Estado do Paraná, firma o compromisso de trabalhar para o reconhecimento da diversidade e da riqueza cultural. Estes termos auxiliaram na formação da identidade do povo brasileiro, valorizando a história e a cultura afro brasileira, africana e indígena, com o objetivo de desenvolver a consciência cidadã sobre as questões que envolvem a temática, a fim de superar preconceitos e discriminações de cunho étnico na escola e na sociedade.

Desse modo, é preciso considerar toda a diversidade cultural existente em nosso país, há que se trabalhar para o reconhecimento da cultura existente e a um tempo resgatá-la de forma que se dê o verdadeiro valor que a cultura nativa merece, deixando perecer tão rica variedade cultural. Defender e resgatar a cultura dos povos que, contra a sua vontade e a força, ajudaram a construir nossa nação e a nossa diversidade.

Tratando-se de uma temática interdisciplinar, a lei determina que estes conteúdos sejam desenvolvidos no contexto de todo o currículo escolar, enfocando o conhecimento e a valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, bem como as desigualdades socioeconômicas e a crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, propiciando aos educandos a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e paradoxal.

Pensando em eliminar as barreiras do preconceito, da discriminação e acreditando que só amamos aquilo que conhecemos, a inserção dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e indígena deverá ser desenvolvida em todas as disciplinas, por meio de atividades diversificadas, contemplando todas (os) as (os) séries (anos) de ensino fundamental e médio, interdisciplinarmente, ressaltando-se que o reconhecimento implica em igualdade de direitos e justiça social.

A temática será trabalhada também em datas específicas, conforme organização das disciplinas, nos meses de abril, na semana dos povos indígenas, e em novembro, no Dia da Consciência Negra, nas quais serão realizadas atividades previstas no planejamento de cada disciplina de acordo com a proposta curricular.

Em nosso Colégio, os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira, africana e indígena, serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar interdisciplinarmente envolvendo o conteúdo de História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

5.6.3. Educação Indígena

Inseridas na Constituição de 1988, as políticas educacionais em relação aos indígenas colocou sob novas bases seus direitos territoriais, suas formas de organização social, sua produção sociocultural, a importância do ensino das suas línguas maternas e suas relações com o Estado e a sociedade brasileira.

As Diretrizes Curriculares Estaduais do Estado Paraná confirmaram a necessidade dos diferentes olhares sobre as populações indígenas do Estado e a sua inserção no PPP tem como objetivo garantir a compreensão por parte dos educando, dos direitos desses povos, com qualidade e responsabilidade.

Desenvolver a educação nessa perspectiva mostra a nossa sociedade plural, multiétnica e plurilíngue, que as culturas indígenas são um patrimônio cultural da nação brasileira e que deve se reorganizar para valorizar os direitos humanos e o respeito a essas diferenças culturais.

É necessário a escola enfrentar o desafio de refletir que não existe uma sociedade superior a outra, que as sociedades indígenas podem se transformar sem desaparecer, em um esforço crítico de identificar e desconstruir muitas dessas concepções para criar as bases a um novo entendimento sobre a questão indígena.

Para além disso, é necessário afirmar identidades étnicas, recuperar memórias históricas, valorizar as línguas, as ciências dos povos indígenas e garantir a eles o acesso aos conhecimentos e tecnologias relevantes para a sociedade brasileira, como determina a Lei nº 9394/96.

Nesse contexto, a educação indígena na escola deve nortear os currículos de todas as disciplinas, para que os educandos possam conhecer e reconhecer os valores dos povos que já habitavam esse continente antes da chegada dos europeus no século XVI, sem mitificá-los, considerando-os ingênuos, que viviam em um paraíso terrestre e que os europeus eram os bandidos. É preciso que os educandos compreendam que os indígenas que viviam em terras americanas também lutaram, guerrearam com outros povos anteriores que habitavam essas

paragens, que viviam conflitos tribais. Mas que essa realidade ocorria dentro de um contexto social característico, que foi destruído com a chegada dos europeus, que não consideraram suas culturas, religiosidades, organizações sociais e econômicas, e reconstruídas em outras bases a atual sociedade.

É esse passado rico e parte da nossa história que devemos trazer para a Educação Básica: a busca da interculturalidade, do entendimento das diferenças e da diversidade, da compreensão de que as sociedades indígenas compartilham elementos básicos comuns a todas elas e que também as diferenciam da sociedade não-indígena. Mas que todas pertencem a uma mesma nação, o Brasil. Para isso, é fundamental o enfrentamento do preconceito e da discriminação, para construir uma sociedade com mais igualdade direitos e justiça social.

5.6.4. Educação do Campo

A Educação do Campo é resultado da luta do povo do campo por políticas públicas que garantam seu direito à educação, seja ela **no** e **do** campo. Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná garante, através da Educação do Campo, a educação como direito humano de cada pessoa para o seu desenvolvimento pleno, cidadania, de participação mais crítica e ativa na dinâmica da sociedade.

A Educação do Campo precisa estar inserida no debate geral da educação nacional e vinculada a um projeto mais amplo de desenvolvimento do país, discutindo qual é o lugar dessa parcela da sociedade dentro dela. Assim, é preciso que a comunidade escolar conheça e compreenda que, atrás de uma indicação geográfica e dados estatísticos isolados, vive uma parcela da população brasileira em que as relações sociais específicas faz parte da vida **no** e **do** campo, com as mesmas e também diferentes identidades.

Inserir a educação do campo no currículo escolar tem o objetivo de educar os educandos para a valorização daqueles que trabalham no campo, quem são eles, como vivem, seus valores, assim perceber que se articulam, se organizam e assumem a condição de sujeitos de seu próprio destino. Inserir um trabalho de valorização do trabalho como princípio educativo, de vínculo entre educação e os processos produtivos, das diferentes dimensões e formação do trabalhador, compreendendo o acúmulo de teorias e práticas com a experiência específica de trabalho e de educação dos camponeses. Além de recuperar os princípios da educação dos grandes valores humanos e sociais: emancipação, justiça, igualdade, liberdade e respeito à diversidade.

Para o educador é importante a contribuição da formação de novos sujeitos, novas gerações de trabalhadores e atuantes, seja na escola, na família, na comunidade, nos movimentos sociais, para formar uma sociedade mais humanizada e mais justa, mas que também deve estar atento às particularidades do seu tempo histórico.

5.7. PROPOSTA DE COMBATE À EVASÃO ESCOLAR

PLANO DE AÇÃO DE COMBATE À EVASÃO				
A Ç Õ E S I N T	CORPO DE TRABALHO	OBJETIVOS/ANÁLISE DOS CASOS	METODOLOGIA	RESULTADOS ESPERADOS/APRESENTADOS
	Equipe Pedagógica	Analisar os fatores intra-escolares que interferem na decisão dos estudantes em relação à desistência das atividades escolares	Observação das práticas docentes em relação aos procedimentos metodológicos, avaliação, recuperação de estudos e relacionamento professor-aluno, intervindo nas situações que se apresentarem necessárias, com os devidos registros; Socialização de experiências pedagógicas positivas em relação ao perfil dos alunos,	

E R N A S			<p>considerando o curso e turno em que encontram-se matriculados;</p> <p>Orientação didático-metodológica aos docentes, principalmente, em situações de troca no decorrer do ano letivo;</p> <p>Monitoramento da frequência dos alunos;</p> <p>Contato com a família e/ou aluno, quando maior de idade, bem como aos órgãos públicos de proteção ao adolescente, quando esgotadas as possibilidades da instituição escolar;</p> <p>Discussão no Conselho de Classe e em reuniões pedagógicas, oportunizando a troca de experiências entre os docentes;</p> <p>Acompanhamento do docente em relação às suas dificuldades e/ou necessidades específicas, auxiliando quando em situações pertinentes ao trabalho da equipe pedagógica;</p> <p>Humanização das relações no espaço escolar, por intermédio de diálogo franco e ético.</p> <p>Análise dos motivos que levam os alunos a desistirem das atividades escolares, quando maiores de idade, registrados pela equipe da secretaria;</p> <p>Atendimento aos estudantes e pais/responsáveis pautados na ética e no respeito;</p>	
		Investigar os encaminhamentos	Investigação de experiências pedagógicas positivas em	

	Professores	metodológicos mais adequados aos conteúdos curriculares, considerando as diferentes faixas etárias e os casos de inclusão	<p>relação ao perfil dos alunos, considerando o curso e turno em que encontram-se matriculados;</p> <p>Monitoramento da frequência escolar do aluno, comunicando à equipe, faltas intercaladas ou consecutivas que comprometam o acompanhamento escolar e/ou cumprimento da carga horária mínima obrigatória;</p> <p>Diálogo com a família e/ou aluno, quando maior de idade sobre as possibilidades de aprendizagem dos conteúdos escolares;</p> <p>Participação nas discussões realizadas no Conselho de Classe e em reuniões pedagógicas, socializando experiências que auxiliaram na permanência do aluno na escola, aprendendo;</p> <p>Aceitação de orientações por parte da equipe pedagógica em relação à possíveis dificuldades e/ou necessidades específicas;</p> <p>Humanização das relações no espaço escolar, por intermédio de diálogo franco e ético;</p> <p>Busca de orientações e conhecimentos específicos em relação aos casos de inclusão;</p> <p>Atendimento aos estudantes e pais/responsáveis pautados na ética e no respeito;</p>	
	Agentes Educacionais I	Observar as situações/comportamentos dos estudantes nos espaços escolares mantendo canal de	Acompanhamento dos alunos nos diversos espaços da instituição escolar, comunicando à equipe pedagógica situações	

		comunicação permanente com a equipe pedagógica	estranhas ao referido ambiente, bem como relatos realizados pelos alunos, quando pertinentes; Atendimento aos estudantes e pais/responsáveis pautados na ética e no respeito;	
	Agentes Educacionais II	Colaborar com a equipe pedagógica identificando situações específicas nos contatos telefônicos e ou presenciais de familiares ou do próprio aluno que possam contribuir para a avaliação de situações de risco que envolvam o estudante	Registro dos motivos que provocam a confirmação dos casos de desistência dos estudantes do período noturno; Encaminhamento dos alunos que comunicam a intenção de desistir dos estudos à equipe pedagógica, antes que ele efetive a intencionalidade; Comunicação permanente com a equipe pedagógica sobre contatos telefônicos ou pessoais que auxiliem no combate à evasão escolar; Atendimento ao público pautado no respeito e na ética profissional;	
	Representantes de Turmas	Informar a equipe pedagógica sobre faltas consecutivas e/ou intercaladas que representem percentual significativo em relação ao calendário escolar	Realização do controle de frequência diário por parte dos estudantes, repassando-os, semanalmente à equipe pedagógica; Comunicação diária das faltas dos alunos cuja situação seja de risco, conforme orientação da equipe pedagógica;	
	Grêmios Estudantil	Promover discussões sobre as questões político-pedagógicas e culturais, contribuindo para o desenvolvimento de posturas mais comprometidas com processo de formação educacional	Promoção de eventos culturais e desportivos envolvendo os estudantes em práticas que ampliem a leitura de mundo; Promoção de discussões com grupos de estudantes, sob orientação da equipe pedagógica ou profissionais de áreas distintas, visando estimular a frequência à	

		escola;	
APMF	Avaliar as situações em que a fragilidade financeira das famílias se constitua num fator de desestímulo à frequência à escola, propondo ações de enfrentamento às mesmas;	<p>Participação nas reuniões periódicas, apresentando sugestões de encaminhamentos a partir da perspectiva da comunidade escolar;</p> <p>Acompanhamento das famílias em que haja diagnóstico de situação de risco devido às condições financeiras, culturais e/ou sociais, auxiliando no encaminhamento para os programas públicos de apoio;</p> <p>Compra de uniformes em situações de comprovada pobreza e/ou material didático pedagógico que possam servir de suporte às práticas escolares;</p>	
Conselho Escolar	Promover a discussão coletiva do Projeto Político Pedagógico e das problemáticas que caracterizam o cotidiano da comunidade escolar, criando canais de comunicação que incentivem a participação e o envolvimento dos diferentes segmentos no campo das decisões.	<p>Participação nas reuniões periódicas, apresentando sugestões de encaminhamentos a partir da perspectiva da comunidade escolar;</p> <p>Discussão do Projeto Político pedagógico com a comunidade escolar, por intermédio dos representantes de cada segmento;</p> <p>Intensificação dos canais de comunicação entre representantes e representados;</p> <p>Envolvimento nos processos de avaliação institucional, discutindo os resultados com a comunidade;</p> <p>Avaliação do índice de desistência e das razões apresentadas pelos estudantes, envolvendo a comunidade escolar na busca de alternativas que possam auxiliar no enfrentamento da problemática;</p>	

5.8. LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA OFERTADA

A Língua Inglesa é ofertada em nosso estabelecimento como parte da matriz curricular do Ensino Fundamental e Médio, por entendermos que é uma língua importante no cenário internacional, sendo falada e compreendida por grande parte da população. Isso pode facilitar a interação, comunicação e convivência de nossos educandos em sociedade e no mercado de trabalho. Consta também a oferta em CELEM, do Espanhol, o Italiano e o Mandarim.

5.8.1. CELEM

Centro de Línguas Estrangeiras Modernas.

OBJETIVO:

- Promover a aprendizagem de Língua Estrangeira Moderna (LEM);
- Desenvolver a compreensão de valores sociais;
- Adquirir conhecimentos sobre outras culturas.

Resolução 3904/2008 e Instrução Normativa 019/2008 (ANEXO 13)

Nosso colégio conta com os CELEM de: Espanhol, Italiano e Mandarim.

5.8.1.1. CELEM ESPANHOL

O Espanhol é o idioma oficial de 21 países, o que justifica nossa escolha pela oferta do CELEM de Espanhol em nosso colégio. Atualmente, o Espanhol é a terceira língua mais usada na internet, depois do inglês e do mandarim. É também a

segunda língua mais estudada e a segunda língua da comunicação internacional, depois de inglês, em todo o mundo.

http://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADngua_castelhana

5.8.1.2. CELEM ITALIANO

Entre 1875 e 1935, aproximadamente 1,5 milhão de italianos imigraram para o Brasil. Atualmente, 25 milhões de brasileiros são descendentes de italianos, contabilizando a maior população de origem italiana fora da Itália.

Os imigrantes não falavam o italiano padrão existente hoje, mas dialetos. Na época em que estes imigrantes partiram para o Brasil, no fim do século XIX, o uso do dialeto era ainda mais forte, visto que poucos italianos eram alfabetizados e tinham conhecimento suficiente do italiano padrão que ainda começava a se difundir. A imigração vêneta se concentrou no Sul do Brasil, palco para a criação de colônias rurais isoladas quase sem comunicação. Tais fatores contribuíram para o enraizamento do dialeto vêneta em certas porções do Brasil meridional. A maior parte dos falantes de vêneta no Brasil se concentra nas zonas vinícolas do Rio Grande do Sul. Por viverem de certa forma isolados na zona rural, esses italianos e descendentes foram o único grupo que conseguiu manter o idioma vivo no Brasil, falado atualmente por alguns milhares de brasileiros. O dialeto, contudo, sofreu forte influência do português, e manteve expressões e léxicos que desapareceram na Itália. Para diferenciá-lo, utiliza-se hoje o nome talian.

Desta forma, apenas o dialeto vêneta sobreviveu no Brasil. Diversos outros falares itálicos, como o napolitano (bastante difundido em São Paulo no início do século passado), emiliano, siciliano, lombardo, etc, desapareceram no Brasil. É notório, porém, que o vêneta também está ameaçado, visto que está restrito a ambientes rurais, em um país de forte aceleração urbana como é o Brasil. Em centros urbanos, como Caxias do Sul, o vêneta foi, outrora, língua corrente porém hoje é difícil encontrar seus falantes.

Atualmente verifica-se um renovado interesse em se manter esse idioma minoritário do Brasil meridional através de sua inserção em currículos escolares, da mesma forma que se está fazendo com o idioma alemão nas zonas de colonização alemã e com o espanhol nas zonas fronteiriças à Argentina e ao Uruguai.

http://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADngua_italiana

Por esse motivo, optamos por ofertar o CELEM de Italiano em nosso colégio.

5.8.1.3. CELEM MANDARIM

O mandarim, língua falada na China e em outros países asiáticos, passou o Espanhol e já é o segundo idioma mais exigido dos executivos em multinacionais, mostra uma pesquisa da Economist Intelligence Unit, empresa irmã da revista The Economist.

Os pesquisadores perguntaram a 572 profissionais qual o idioma mais exigido em sua companhia para executar os planos de expansão internacional. Mais de dois terços dos entrevistados (68%) responderam que era o inglês; 8% citaram o mandarim, e 6%, o espanhol.

Os dados fazem parte de um estudo sobre as barreiras culturais que as empresas encontram quando se expandem internacionalmente. De todos os entrevistados, 64% disseram que diferenças culturais ou de idioma 'atrapalham muito' ou 'um pouco' os planos de expansão internacional da companhia; 20% afirmaram que isso não afeta e 17% declararam que até ajuda.

No Brasil, a proporção dos que veem as diferenças culturais como barreira é maior: 70%. Os países nórdicos são os que disseram ter menos problemas com diferenças de idioma e cultura: só 36% afirmaram que isso prejudica os negócios.

A pesquisa foi feita com profissionais de grandes empresas que atuam ou já têm planos concretos de atuar em outros países.

<http://estadao.br.msn.com/economia/pesquisa-aponta-mandarim-como-2%C2%AA-l%C3%ADngua-mais-importante-para-executivos>

Assim sendo, o Colégio Eleodoro oferta este idioma acreditando na realidade mundial que se aponta.

5.9. ESTUDOS SOBRE O PARANÁ

A Lei Estadual n.º 13.381/2001, determina a obrigatoriedade do ensino de conteúdos da História do Paraná em estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio.

O objetivo, conforme determina o artigo 1.º, é “a formação de cidadãos conscientes da identidade, potencial e valorização do nosso Estado”, em busca das permanências, das mudanças e descontinuidades ocorridas na História do Paraná enquanto saber escolar.

A inclusão de conteúdos de História do Paraná no contexto escolar ocorreu num momento em que intelectuais paranaenses discutiam ideias e sentimentos paranistas, na crença no progresso e no desenvolvimento social.

A História do Paraná contribui para a formação de uma consciência histórica de professores e alunos. A partir desse pressuposto, no ano de 2006, a preocupação com essa consciência histórica se efetivou com a regulamentação da lei, que retomou a indicação da obrigatoriedade do ensino desses conteúdos como tema na parte diversificada do currículo escolar, para serem aplicados nas diferentes séries e disciplinas, além da História. Nessa Disciplina, a História do Paraná está diluída ao longo das séries do Ensino Fundamental e Médio.

(site do Dia a Dia Educação)

5.9. PROJETOS INTERNOS DO COLÉGIO

Os projetos do Contraturno estão abaixo relacionados e encontram-se descritos no ANEXO 14 da PARTE II deste PPP. São eles:

- Língua Portuguesa
- Cultura e Arte– Literatura
- Mundo do Trabalho e Geração de Rendas - Empreendedorismo
- Esporte e Lazer - Hora Treinamento - Xadrez
- Jornal Escolar impresso (em andamento)
- Eleodoro Dance
- Rádio da Escola (em andamento)

5.10. – PLANO DE AÇÃO DA DIREÇÃO – GESTÃO 2012 – 2014

METAS

Uma escola que garanta a qualidade no processo de ensino-aprendizagem, com uma gestão fundamentada no processo de humanização, baseada nas dimensões culturais, políticas e sociais da educação e que estabeleça constantemente ações de interação entre estudante – escola – comunidade;

-Uma escola que tenha como objetivo principal a ética, a transparência, o diálogo e a democracia;

- Uma escola que supere as metas projetadas no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica);

- Que busque melhores resultados em relação à classificação da escola no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio);

- Uma escola dinâmica e interativa, na qual o aluno participe ativamente e que seja, dessa forma, uma escola que tenha como objetivo principal a formação do cidadão ético, consciente e responsável, sendo capaz de apreender e socializar o conhecimento científico e tecnológico.

- Uma escola que priorize a participação de todo o colegiado nas decisões pedagógicas, administrativas e demais atividades desenvolvidas no âmbito escolar, na qual o trabalho da Equipe Pedagógica e da Direção possa ser desenvolvido com o apoio de toda a comunidade escolar, num ambiente onde prevaleça a ética, o respeito mútuo, o profissionalismo, a transparência, o diálogo e a democracia;

- Uma escola que dê apoio à participação de seus membros em cursos de formação que visem seu constante aprimoramento, buscando a qualidade do ensino;

- Uma escola comprometida com o Projeto Político Pedagógico (PPP), que é o documento oficial da escola, o qual organiza todo o seu trabalho e que deve ser construído e reconstruído coletivamente sempre que necessário;

- Uma escola que proporcione acessibilidade para todos os alunos inclusos e sua comunidade;

- Um ambiente adequado para que o aluno possa realizar suas pesquisas e estudos no laboratório de informática e na biblioteca;

- Uma escola que busque melhorar a comunicação e a integração da escola com toda a comunidade escolar, para que as ações administrativas e pedagógicas sejam realizadas de forma coletiva;

- Que consiga integrar as ações de todos os períodos em que a escola funciona;

- Uma escola que valorize a relação professor-aluno de forma respeitosa e, conseqüentemente, produtiva;

- Que busque atingir melhores resultados em relação ao eixo “Família na Escola”.

- Uma escola onde o aluno sintá-se, realmente, parte integrante, tendo condições dignas de desenvolver sua aprendizagem;

- E que, para atingir estas metas, trabalhe em consonância com os 4 eixos fundamentais da escola: Seriedade, participação, assiduidade e família na escola, acreditando que isto é o que gera a tão esperada QUALIDADE.

AÇÕES

- Retomar e fortalecer os eixos propostos no PPP;

-Oportunizar momentos para estudo, debates e adequações do Projeto Político Pedagógico e do Regimento Escolar do colégio;

-Viabilizar maneiras diferenciadas para a participação da família na escola. Como: eventos/culturais e esportivos, encontros comemorativos, reuniões/palestras e conferências; - Atualizar cadastros para que a comunicação ocorra da melhor maneira possível;

-Incentivar e orientar a participação do Grêmio Estudantil em projetos e atividades escolares com o intuito de politizar e incentivar o exercício da cidadania e da participação política dos educandos;

-Organizar Mostras e Exposições de trabalhos das diversas disciplinas;

-Organizar e definir critérios de avaliação e recuperação paralela de acordo com a proposta pedagógica do colégio;

-Valorizar o processo de recuperação de conteúdos e os diferentes instrumentos avaliativos;

- Defender a redução do número de alunos em sala de aula (viabilizar junto ao governo do Estado);

- Ampliar o número de salas de apoio e de recursos, sempre de acordo com as

necessidades do colégio;

-Buscar a implantação do CELEM (francês e mandarim), assim como incentivar e ampliar os que já acontecem: espanhol e italiano;

-Priorizar a implantação de cursos profissionalizantes pensando em proporcionar novas oportunidades à comunidade escolar;

- Viabilizar e incentivar o recreio interativo, o jornal e a rádio da escola, tornando a escola cada vez mais empolgante;

- Trabalhar para elevar a média da escola no IDEB, Prova Brasil e do ENEM para que nossos alunos consigam êxito nos caminhos que escolherem;

- Valorizar as reuniões semanais entre Equipe Pedagógica e Direção, assim como reuniões periódicas com os demais setores da escola e Instâncias Colegiadas;

-Organizar as reuniões pedagógicas e semanais de acordo com o calendário escolar;

- Realizar avaliação desses momentos com o grupo de professores e funcionários, objetivando melhorar cada vez mais a participação de todos;

-Inserir os desafios contemporâneos nos PTDs (planos de trabalho docente) dos professores e da Equipe Pedagógica;

-Proporcionar momentos com a comunidade escolar de discussão/reflexão sobre os problemas da violência, da drogadição e de outras problemáticas que se apresentarem;

- Proporcionar à comunidade escolar Palestras junto ao Conselho Tutelar, Patrulha Escolar e outros profissionais;

-Nas Formações Continuadas, trabalhar temáticas de acordo com as necessidades da escola;

- Conhecedores da importância da APMF (Associação de Pais, Mestres e Funcionários) em um estabelecimento de ensino e sua responsabilidade, apoiá-la e, junto a ela, participar na tomada de decisões que visem o bem maior, que é a escola e seus alunos;

-Junto ao Conselho Escolar, que é o órgão máximo dentro da instituição escolar, buscar

soluções e alternativas para resolver os mais diversos conflitos que eventualmente possam surgir no ambiente escolar;

-Incentivar e orientar o Grêmio Estudantil em atividades que incentivem o exercício da cidadania e da participação política;

-Implantar a rede online de informações entre equipe pedagógica e direção para melhor atendimento aos pais e professores;

- Implantar também a rede online entre escola, pais e demais membros da comunidade escolar, facilitando, assim, a comunicação entre toda a comunidade escolar;

- Viabilizar informações nos editais, murais e rede online;

-Informatizar o setor da Equipe Pedagógica;

-Viabilizar o sistema de caixas de som nas salas de aula;

-Valorizar, no cotidiano escolar, o diálogo para o bom andamento da escola;

-Permanentemente retomar e analisar os princípios e procedimentos que norteiam a escola, como eixos do PPP, envolvendo toda a comunidade escolar;

-Fazer acompanhamento diário da frequência dos alunos;

-Entrar em contato com a família quando ocorrerem faltas consecutivas ou constantes, atrasos e outras informações da escola através de SMS.

- Buscar, junto aos órgãos competentes, auxílio para as necessidades apresentadas, tanto na questão da indisciplina como em outras questões que atinjam a escola.

- Instalar guias táteis para melhor acessibilidade dos alunos com DV, assim como Sinalização em Braille;

- Adequar rampas para alunos com deficiência física;

-Buscar mais Salas de Recurso junto à SEED;

- Estabelecer diálogo contínuo com os serviços de apoio especializado que os alunos frequentam, para que o atendimento seja cada vez mais eficaz;

- Disponibilizar aos professores as informações sobre os alunos inclusos, em que sala encontram-se e quais as suas necessidades, através da informatização;
- Adquirir materiais ligados à acessibilidade;
- Viabilizar a participação dos professores em momentos de formação continuada, assim como, propiciar momentos de troca de experiências visando o enriquecimento da prática escolar.
- Buscar e acatar parcerias com as Universidades Públicas, Particulares, SESC e outros, na formação e participação das atividades escolares;
- Proporcionar momentos de conhecimento e enriquecimento do PPP (todos os profissionais da escola).
- Proporcionar momentos de discussão e integração envolvendo todos os segmentos da escola;
- Buscar o comprometimento de todos na tomada de decisões, visando o alcance dos objetivos discutidos pelo colegiado;
- Incentivar a participação de todos os profissionais do colégio em cursos que favoreçam seu desenvolvimento e suas potencialidades, melhorando, conseqüentemente, o desempenho de suas funções;
- Buscar, junto aos órgãos competentes e comunidade escolar e não escolar, arrecadar fundos para melhorias como: climatizar os vários ambientes escolares, iniciando pelas salas de aula. Também o anfiteatro, inclusive com cadeiras próprias;
- Trabalhar pela construção de sala para biblioteca e um laboratório de informática, com acessibilidade a todos os alunos, inclusive no atendimento de contraturno; e também a construção de sala para a coordenação pedagógica entre os blocos 1, 2 e 3, para o melhor atendimento das turmas;
- Informatizar a mecanografia, melhorando as condições de trabalho dos que lá trabalham e visando atender com maior dinamismo os professores e alunos;
- Viabilizar um funcionário para o atendimento ao público na recepção, melhorando,

dessa forma, as condições de trabalho na secretaria, além de organizar os setores da gestão administrativa; Investir na segurança dos que lá trabalham e, conseqüentemente, de todos os alunos e demais funcionários;

- Reorganizar o espaço usado para depósito de materiais inservíveis, melhorando as condições de moradia do caseiro do colégio;

- Continuar a pintura da calçada, além de plantar árvores de jardim para sombreiro das janelas do prédio ao lado da Rua Carlos de Carvalho;

- Conservação dos aspectos físicos do Colégio, sempre que for necessário, junto à APMF e ao colegiado;

- Prestação de contas referentes a gastos/investimentos realizados;

- Ampliar o número de bebedouros para os alunos no pátio central e na quadra;

- Buscar uma solução para a quadra esportiva menor, em relação à entrada dos raios solares pela parte da manhã;

- Viabilizar a possibilidade de ampliar a construção de vestuário e banheiros na quadra esportiva.

AVALIAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO:

Os momentos de avaliação já estão garantidos na Proposta Pedagógica, através dos conselhos com alunos, com professores e equipe, com o administrativo e com a família na escola. Portanto, a avaliação do plano de ação, não cabe somente à direção, mas a todos os setores, tendo em vista uma gestão democrática. Pois a mudança transformadora e a concretização do Plano de Ação requer o envolvimento de todas as instâncias, sendo crítica, num processo reflexivo de suas ações.

5.10. - PLANO DE AÇÃO DA ESCOLA PARA 2012

TÓPICOS DISCUTIDOS	PROBLEMAS LEVANTADOS	AÇÕES DA ESCOLA EM 2012	PERÍODO	RESPONSÁVEL
Projeto Político Pedagógico	É necessário repensá-lo constantemente, discutindo as concepções teórico-metodológicas que embasam o documento, de maneira a confrontá-las com a prática.	<p>Propiciar momentos de leitura e estudo de textos que tratem dos principais métodos (positivismo e materialismo, especialmente). Procurando refletir sobre as ações do dia a dia da escola a luz desse embasamento;</p> <p>Refletir, no coletivo, a função social da escola pública, através de palestras, leituras, filmes.</p>	Capacitação de fevereiro e agosto e reuniões pedagógicas	Equipe pedagógica e direção

Regimento Escolar	Falta de conhecimento das normas que orientam a organização da escola, bem como das leis/deliberações que embasam essas normas;	<p>Propiciar aos professores novos o contato com o documento da escola;</p> <p>Disponibilizar, na hora-atividade, cópia do documento e das legislações que os amparam para que o professor possa fazer a leitura e sugerir mudanças;</p> <p>Trabalhar as normas e a necessidade das mesmas nas reuniões de pais;</p> <p>Trabalhar as normas e a necessidade das mesmas com os alunos, nos primeiros dias de aula e retomá-las sempre que necessário;</p>	Primeiro Semestre	Equipe pedagógica, direção e professores
Instâncias Colegiadas: GRÊMIO Estudantil/ APMF/ Conselho Escolar/APAF	Cada vez mais a participação efetiva.	<p>Trabalhar com os membros das Instâncias colegiadas com a comunidade escolar como um todo, a importância desses órgãos na escola.</p> <p>Auxiliar na organização da montagem de chapas e eleição do Grêmio Estudantil e dos Representantes da Câmara Jovem;</p>	Permanente Primeiro Semestre	Equipe pedagógica e direção
Entidades	Manter contato com	Rediscutir com a	Primeiro sem	Direção e Equipe

externas	as instituições que fazem a relação entre a escola e as empresas na contratação dos estágios.	Equipe Pedagógica o processo de acompanhamento e avaliação do Estágio não Obrigatório.	estre	Pedagógica
Planejamento Participativo	Dificuldade de se reunir para planejar as ações da escola, tendo em vista a dinâmica da rotina escolar;	Priorizar momentos de parada e planejamento das ações da escola, realizando reuniões semanais entre Equipe Pedagógica e direção, bem como com os demais setores da escola e instâncias colegiadas.	Permanente	Direção e Equipe Pedagógica
Cumprimento do Calendário Escolar em dias letivos e horas-aulas	Garantir o cumprimento dos dias letivos e horas aulas;	Garantir o cumprimento da legislação quanto ao mínimo de dias letivos e horas aulas; Organizar calendário de reposição quando necessário;	Permanente	Comunidade escolar
Relação Escola-Comunidade	Os pais são solicitados a virem à escola, principalmente quando há problemas no comportamento/com promisso dos alunos. No entanto, a presença dos mesmos será fator imprescindível para alcançarmos nossas metas.	Realizar reunião de pais, por série, para apresentação da Equipe pedagógica e professores, da proposta de trabalho e do regimento da escola; Manter os encontros da "Família na Escola".	Março; Maio e Outubro;	Professores, Equipe Pedagógica e Direção; Professores, Equipe Pedagógica e Direção;
Programa Paraná Alfabetizado	Fazer a divulgação o programa	Fazer a divulgação do Programa junto à comunidade escolar;	Com ênfase nos períodos de inscrição.	Professores, Funcionários, Equipe Pedagógica e Direção.
Proposta Pedagógica Curricular/Plano de trabalho docente	Participação de todos os professores por área.	Coletivo e hora atividade (Dar suporte pedagógico aos professores na construção e	Início dos semestres: fevereiro/agosto	Equipe Pedagógica

		<p>reconstrução do PTD em momentos de planejamento individualmente ou organizando encontros por área e/ou disciplinas);</p> <p>Confrontar os PTDs com as Propostas Pedagógicas Curriculares das disciplinas.</p>		
Avaliação Escolar	Compreensão dos princípios e procedimentos que norteiam a avaliação na escola.	<p>Retomar os princípios que norteiam a proposta da escola de aprovação automática, junto aos professores, alunos e comunidade escolar.</p> <p>Retomar os Conselhos dos professores com as turmas de maneira a possibilitar a avaliação de todo o processo ensino-aprendizagem e não apenas dos resultados desse processo.</p>	Permanente	Direção. Equipe Pedagógica e Professores.
Conselho de Classe	Fazer do conselho de Classe um momento de reflexão e tomada de decisões coletivas frente aos problemas diagnosticados na prática escolar;	<p>Realizar pré-conselho do professor com a turma, de modo a diagnosticar os problemas e buscar soluções;</p> <p>Dar ênfase, no dia do Conselho, para os encaminhamentos propostos a partir dos problemas levantados;</p> <p>Dar o retorno aos alunos do Conselho;</p> <p>Dar ciência aos pais;</p>	<p>Abril, junho, outubro e dezembro;</p> <p>Dias reservados aos conselhos, conforme calendário escolar;</p> <p>Na semana após o conselho;</p> <p>Nas semanas após o</p>	<p>Professores e alunos;</p> <p>Equipe Pedagógica e Direção;</p> <p>Equipe Pedagógica;</p> <p>Equipe Pedagógica;</p>

			conselho;	
Hora-Atividade		<p>Na medida do possível, concentrar a hora-atividade, conforme orientação do NRE;</p> <p>Acompanhar a hora-atividade dos professores e subsidiá-los sugerindo textos, filmes, sites de Internet que possam enriquecer e incrementar a prática do professor;</p> <p>Disponibilizar na sala de hora-atividade cópia dos documentos norteadores do trabalho escolar;</p>	Início do ano letivo	Direção e Equipe pedagógica;
Recuperação e Estudos	Atingir os alunos de forma satisfatória e com compromisso e seriedade.	<p>Orientar os professores quanto à necessidade e legalidade da recuperação de estudos;</p> <p>Acompanhar o processo de recuperação de conteúdos e instrumentos avaliativos, bem como o registro dos mesmos;</p>	Permanente	Equipe Pedagógica
Sala de Apoio/Sala de Recursos	<p>As salas de recursos da escola são insuficientes para atender a demanda;</p> <p>quantidade grande de alunos em processo de avaliação e as avaliações são muito</p>	<p>1 – Buscar a abertura de mais uma Sala de Recursos;</p> <p>2 – Comprar material pedagógico necessário ao trabalho na sala de recursos;</p>	<p>1 – Primeiro Semestre;</p> <p>2 – Primeiro Semestre;</p> <p>3 – Permanente</p>	Direção, Equipe Pedagógica, APMF, Professores.

	demoradas; Falta de capacitação dos professores e pedagogos para atuar com a Sala de Recursos e de Apoio;	3 – Dar atendimento individualizado aos professores que atendem a essas turmas;		
Registro e acompanhamento de alunos inclusos.	Conhecer quem são os alunos com necessidades especiais e quais as suas necessidades.	Repassar aos professores quem são os alunos inclusos; em que sala se encontram; quais as suas necessidades; estabelecer diálogo contínuo com os serviços de apoio especializado que os alunos frequentam.	Primeiro semestre	Equipe Pedagógica.
Reuniões pedagógicas/ Semanas Pedagógicas	Preparação dos momentos de formação	Organizar as reuniões pedagógica e Semanas Pedagógicas de acordo com o calendário escolar; Fazer reuniões entre Equipe e Direção para definir quais são os assuntos mais importantes para serem tratados nestes momentos; Realizar avaliação desses momentos com o grupo de professores e funcionários.	De acordo com o calendário escolar.	Direção e Equipe Pedagógica.
Enfrentamento à evasão	Diminuir os índices de Evasão	Fazer acompanhamento diário da frequência dos alunos; Entrar em contato com a família quando ocorrer faltas consecutivas ou constantes; Preencher o FICA, conforme orientação;	Permanente	1 -Professores; Equipe pedagógica; Equipe pedagógica;

Jornadas Pedagógicas	Pedagogos que trabalham na Rede Municipal ou em outra função na Rede Estadual não conseguem participar;	Negociar a liberação nas instituições; Participar nos períodos possíveis; repassar as orientações as pedagogas que não puderem comparecer.	Datas estipuladas pelo NRE	Equipe Pedagógica.
Grupos de Estudos	Incentivar a participação dos professores e funcionários nas formações.	Incentivar a participação dos professores, equipe e direção nos grupos de estudo; Disponibilizar as informações nos murais da escola; Manter as informações atualizadas.	Permanente	Equipe pedagógica e direção;
Simpósios/Seminários/Encontros/Cursos	Incentivar a participação dos professores e funcionários nas formações.	1 - Incentivar a participação dos professores, equipe e direção nos grupos de estudo; 2 - Disponibilizar as informações nos murais da escola; 3 - Manter as informações atualizadas.	Permanente	Equipe pedagógica e direção;
PDE/GTR	Incentivar a participação dos professores e funcionários nas formações.	Incentivar a participação; relembrar sobre a importância de acessar constantemente o Dia a Dia Educação;	Permanente	Equipe Pedagógica e direção.
Produção de material (folhas/OAC)	Conhecimento do material produzido e da possibilidade de postar atividades.	Orientar os professores na hora-atividade para fazer uso desses materiais.	Permanente	Equipe Pedagógica
Projetos específicos da escola	Organizar os projetos.	Fazer a divulgação dos projetos junto aos alunos;	Conforme calendário escolar.	Professores, Direção e Equipe Pedagógica,

		<p>Organizar cronograma e espaço para os ensaio;</p> <p>Realizar a pré-seleção na escola;</p> <p>Organizar o Evento;</p> <p>Organizar escala de trabalho para os dias do evento – todos os funcionários e professores trabalham</p>		<p>funcionários;</p> <p>5 – Direção, Equipe Pedagógica.</p>
Semana cultural e esportiva	Organizar a Semana de Jogos Eleodoranos	<p>Organizar a escolha das modalidades a serem contempladas nas duas fases;</p> <p>Fazer a divulgação e organização das equipes participantes;</p> <p>Organizar local e tabela de jogos;</p> <p>Coordenação das atividades nos dias do evento;</p>	Conforme Calendário Escolar.	<p>1- Professores de Educação Física;</p> <p>2-Grêmio e Professores de Educação Física;</p> <p>3-Professores de Ed. Fis</p>
Programas institucionais da SEED: FERA/Consciência/JOCOPs/CELEM	Divulgação dos programas e acompanhamento	<p>Divulgar junto à comunidade os programas que a escola adota;</p> <p>Dar assessoramento aos professores do CELEM;</p> <p>Incentivar os professores de Educação Física para que levem os alunos aos Jogos;</p>	<p>1- Divulgação Permanente, com mais intensidade nas datas das matrículas do CELEM;</p> <p>2- Permanente;</p> <p>3- Permanente;</p>	Equipe Pedagógica, Direção e Professores.
Desafios educacionais contemporâneos e Diversidade Educacional.	Incluir a discussão dessas temáticas no cotidiano escolar.	<p>Inserir os desafios contemporâneos e a diversidade Educacional nos PTDs dos professores e da Equipe Pedagógica;</p> <p>Proporcionar</p>	<p>1 – Permanente;</p> <p>2 – Reuniões Pedagógicas e Semanas Pedagógicas, em sala</p>	<p>Professores e Equipe Pedagógica;</p> <p>Professores, Direção e Equipe Pedagógica;</p> <p>Reuniões Pedagógicas e</p>

		momentos de discussão/reflexão sobre os temas com a comunidade escolar; Trabalhar essas temáticas nas formações continuadas	com os alunos, reuniões de pais e dos Órgãos Colegiados; 3 – Reuniões Pedagógicas e Semanas Pedagógicas ;	Semana Pedagogia.
Materiais e ambientes didático-pedagógicos: Laboratórios de ciências e de Informática/ tv Paulo Freire, TV Pendrive, acervo da biblioteca, livro didático público	Diversificar as atividades da Escola, utilizando as tecnologias e materiais didáticos disponíveis;	Fazer a divulgação das tecnologias e materiais didáticos disponíveis na escola; Promover, em parceria com o CRTE, espaço de capacitação de professores para uso das tecnologias em sala de aula	Permanente; Primeiro Semestre	1 - Direção e Equipe; 2 - Direção/ Equipe do CRTE;
Recursos financeiros: fundo Rotativo/ PDDE	O PDDE, as vezes, chega muito próximo à data de prestar conta; Seriam necessárias verbas maiores para prover todas as necessidades reais da escola.	1 – organizar com antecedência a relação de prioridades da escola; 2 – deixar pré-avisada a reunião para discussão e definição dos gastos; 3 – recorrer a outras fontes sempre que necessário;	Durante todo o ano letivo	Direção

5.11. - PLANO DE TRABALHO DA EQUIPE PEDAGÓGICA - 2012

OBJETIVO:

Coordenar e acompanhar o processo pedagógico estabelecendo inter-relações com a direção, os professores, os agentes de execução, os pais e os alunos com o intuito de promover a participação coletiva dos profissionais da educação nas atividades

diárias e nos projetos desenvolvidos, tornando conhecido e efetivo o Projeto Político Pedagógico da escola.

METODOLOGIA	AÇÕES	AVALIAÇÃO/REAValiaÇÃO
Fazer leituras e discutir, nos momentos de estudo e planejamento da equipe, as principais concepções teórico-metodológicas presentes nas práticas escolares. Refletir sobre o dia a dia do trabalho na escola a luz deste embasamento;	Coordenar a elaboração coletiva e acompanhar a efetivação do PPP e do Plano de Ação da escola;	Analisar os pressupostos teóricos presentes no texto do PPP da escola, contrapondo o texto a prática vivenciada.
Orientar os professores nos momentos de planejamento e hora atividade quanto à construção/reconstrução das propostas curriculares. Organizar momentos de discussões coletivas, por disciplina ou série para a elaboração e re-elaboração das propostas curriculares.	Coordenar a construção curricular da escola, a partir das políticas educacionais da SEED/PR e das DCE's;	Fazer a leitura das propostas curriculares atuais confrontando-as com as Diretrizes Curriculares Estaduais.
De acordo com o calendário escolar discutido coletivamente e aprovado pelo NRE. Promover debates sempre que se fizer necessário, por disciplina, áreas afins, série, período, nível de ensino, modalidades;	Promover e Coordenar reuniões pedagógicas e grupos de estudo para reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico e para a elaboração de propostas de intervenção na realidade da escola;	Analisar os relatórios produzidos; reler as atas; retomar os compromissos acordados;
Realizar, com prioridade, reuniões entre a Equipe do período e a direção da escola, uma vez por semana. Fica definida a terça-feira para esta atividade. Quando não for possível realizar segunda ou quarta-feira.	Participar e intervir, junto à direção, da organização do trabalho pedagógico escolar no sentido de realizar a função social e a especificidade da educação escolar;	Verificar o acordado e repassá-los aos interessados;
Ter cronograma de distribuição de Grupos de Estudos, seminários,	Participar da elaboração do projeto de formação continuada de todos os	Verificar periodicamente se as informações estão sendo divulgadas.

<p>simpósios, reuniões técnicas, etc</p> <p>Conferir o mural de informações da sala dos professores, auxiliando para mante-lo atualizado.</p>	<p>profissionais da escola, tendo como finalidade a realização e o aprimoramento do trabalho pedagógico escolar;</p>	
<p>Emitir parecer e/ou sugestões, priorizando projetos coletivos.</p>	<p>Analisar os projetos de natureza pedagógica serem implantados na escola;</p>	<p>Mapear as atividades desenvolvidas pela escola e verificar os resultados como melhoria para a instituição e comunidade escolar;</p>
<p>Auxiliar na organização do calendário escolar, conforme orientação da SEED.</p> <p>Organizar, com a direção, o mapa das turmas, de forma a garantir o aspecto pedagógico.</p> <p>Preconizar na organização do horário os aspetos pedagógicos.</p> <p>Pensar estratégias para a organização do intervalo de forma a diminuir os problemas nesse espaço.</p> <p>Orientar e coordenar grupos de apoio (alunos, professores e funcionários da escola);</p>	<p>Coordenar a organização do espaço-tempo escolar a partir do PPP e da Proposta Curricular da escola, intervindo na elaboração do calendário letivo, na formação de turmas, na definição e distribuição do horário semanal das aulas e disciplinas, do recreio, da hora-atividade e de outras atividades que interfiram diretamente na realização do trabalho pedagógico;</p>	<p>Registrar por escrito;</p>
<p>Participar da distribuição de aulas (Resolução nº 139/09, Lei Complementar 103 Cargos e Salários, 101 Ampliação de Jornada e 106 Promoção e Progressão) opinando, levantando questionamentos e apontamentos pedagógicos;</p>	<p>Coordenar, junto à direção, o processo de distribuição de aulas e disciplinas a partir de critérios legais, pedagógico-didáticos e da proposta pedagógica da escola;</p>	<p>Analisar se a atuação da equipe nesses momentos tem contribuído para melhorar o processo ensino-aprendizagem.</p>
<p>Acompanhar o dia-a-dia das turmas e do trabalho docente e discente mantendo registro próprio;</p>	<p>Responsabilizar-se pelo trabalho pedagógico-didático desenvolvido na escola pelo coletivo das profissionais que nela atuam;</p>	<p>Analisar se houver ou não mudanças de atitudes dos alunos após atividades desenvolvidas nas turmas;</p>
<p>Manter registro dos resultados de avaliação (pode ser o SERE) e</p>	<p>Implantar mecanismos de acompanhamento e avaliação do trabalho</p>	<p>Analisar com o coletivo da escola e entre a própria equipe, se as atitudes acordadas tem sido cumpridas e se são efetivas para a melhora da</p>

estabelecer método de comunicação com a comunidade, para promover melhoria de ensino. Acompanhar diariamente a assiduidade dos alunos, encaminhando o FICA sempre que necessário, de acordo com as orientações do programa.	pedagógico escolar pela comunidade interna e externa;	qualidade de ensino.
Retomar junto a professores às diretrizes curriculares, o processo de avaliação, estabelecendo relação entre ensino e aprendizagem;	Apresentar propostas, alternativas, sugestões e/ou críticas que promovam o desenvolvimento e aprimoramento do trabalho pedagógico escolar, conforme o PPP, a Proposta Curricular e o Plano de Ação da Escola e as Políticas Educacionais da SEED;	Verificar se as propostas alternativas e sugestões/críticas surtiram o "efeito" desejado e se o mesmo promoveu mudanças e melhorias para a instituição e comunidade escolar;
Estabelecer junto a(o) bibliotecária (o) sistema para registro de empréstimo de materiais para professores e alunos;	Coordenar a elaboração de critérios para a aquisição, empréstimo e seleção de materiais, equipamentos e/ou livros de uso didático-pedagógico, a partir da proposta curricular e do PPP;	Registro por escrito;
Em conjunto com o responsável pela biblioteca criar normatização para uso da biblioteca pela comunidade escolar mantendo professores e alunos informados em relação as novidades, bem como recebendo sugestões de novas aquisições;	Participar da organização pedagógica da biblioteca da escola, assim como do processo de aquisição de livros e periódicos;	Observar durante o ano letivo o envolvimento dos professores e dos alunos na efetivação do planejamento;
Promover momentos de estudo sobre a importância do planejamento e os documentos que embasam a elaboração do PTD (LDB, DCEs, PPCs)	Orientar o processo de elaboração dos planejamentos de ensino junto ao coletivo de professores da escola;	Fazer leitura dos PTDS e averiguar a necessidade de atendimentos individuais ou em grupos.
Disponibilizar cópia dos documentos para os professores.		

Apresentar sugestões de metodologias e/ou de materiais que os professores possam estar utilizando (revistas, sites, videoteca, biblioteca, divulgar trabalhos de colegas, etc);	Subsidiar o aprimoramento teórico-metodológico do coletivo de professores da escola, promovendo estudos sistemáticos, troca de experiências, debates e oficinas pedagógicas;	Analisar se essa prática tem se efetivada
Hora-atividade Resolução nº 03/97 CNE, organizar espaço para estudo, pensando na integração do coletivo; Organizar, prioritariamente, a Hora-atividade, por disciplina, conforme resolução;	Elaborar o projeto de formação continuada do coletivo de professores e promover ações para sua efetivação;	Verificar se a Equipe tem conseguido encaminhar esse acompanhamento;
Acompanhar a hora-atividade dos professores e subsidiá-los sugerindo textos, filmes, sites de Internet que possam enriquecer e incrementar a prática do professor;	Organizar a hora-atividade do coletivo de professores da escola, de maneira a garantir que esse espaço-tempo seja de reflexão-ação sobre o processo pedagógico desenvolvido em sala de aula;	Verificar se as sugestões fizeram a diferença na prática diária do coletivo da escola;
Sala de Apoio Resolução nº 022/2008, Sala de Recursos Resolução nº 013/2008, Recuperação de Estudos Del. 07/99 e 09/01;	Atuar, junto ao coletivo de professores, na elaboração de projetos de recuperação de estudos a partir das necessidades de aprendizagem identificadas em sala de aula, de modo a garantir as condições básicas para que o processo de apreensão do conhecimento científico e de construção do saber realmente se efetive;	Acompanhar os relatórios e as atividades desenvolvidas; Relacionar os alunos que apresentam dificuldades ou defasagem de aprendizagem;
Promover a participação de alunos nas discussões do Conselho de Classe; Organizar, com a secretaria, cronograma de acompanhamento dos funcionários da secretaria no conselho. Redigir a ata do Conselho de Classe;	Organizar a realização dos Conselhos de Classe, de forma a garantir um processo coletivo de reflexão-ação sobre o trabalho pedagógico desenvolvido pela escola e em sala de aula, além de coordenar a elaboração de propostas de intervenção decorrentes desse processo;	Verificar como está sendo a participação e o retorno dos alunos nas discussões do Conselho de Classe;
Fazer levantamento, junto	Informar ao coletivo da	Observar os acordos do Conselho de Classe e

<p>a secretaria, dos dados estatísticos de aprovação, reprovação, aprovação por conselho, evasão escolar, analisando esses dados a partir das condições socioeconômicas e dos pressupostos teóricos que embasam o PPP da escola.</p>	<p>comunidade escolar os dados do aproveitamento escolar, de forma a promover o processo de reflexão-ação sobre os mesmos para garantir a aprendizagem de todos os alunos;</p>	<p>mobilizar para efetividade destes;</p>
<p>Discutir e organizar por escrito as fragilidades do atual documento e reescrevê-lo junto com a comunidade escolar observando a legislação vigente;</p>	<p>Coordenar o processo coletivo de elaboração e aprimoramento do Regimento Escolar da escola, garantindo a participação democrática de toda a comunidade escolar;</p>	<p>Fazer a leitura e análise do documento atual.</p>
<p>Nas reuniões de pais e encontros dos Órgãos Colegiados, discutir sobre os problemas sociais que permeiam a prática escolar, procurando visualizar os problemas a partir de uma perspectiva mais ampla, de multi-determinantes.</p>	<p>Orientar a comunidade escolar a interferir na construção de um processo pedagógico numa perspectiva transformadora;</p>	<p>Verificar se os temas propostos nesses encontros com os pais e alunos refletem em melhoria para eles e a comunidade escolar como um todo;</p>
<p>Montar acervo com materiais diversos que tratem dos temas Sociais Contemporâneos (Meio Ambiente, Prevenção de Drogas e Violência, Sexualidade, Liderança, Discriminação, Desigualdades Sociais etc), para trabalhar com os alunos em momentos de falta de professores.</p> <p>Divulgar os materiais na reuniões periódicas da Equipe Pedagógica.</p>	<p>Desenvolver projetos que promovam a interação escola-comunidade, de forma a ampliar os espaços de participação, de democratização das relações, de acesso ao saber e de melhoria das condições de vida da população;</p>	<p>Verificar se a Equipe tem conseguido encaminhar esse acompanhamento;</p>
<p>Apontar nas reuniões do Conselho Escolar as necessidades pedagógicas de escola, como a aquisição de materiais pedagógicos sugeridos pelos professores.</p>	<p>Participar do Conselho Escolar subsidiando teórica e metodologicamente as discussões e reflexões acerca da organização e efetivação do trabalho pedagógico escolar;</p>	<p>Verificar se as sugestões apontadas tem sido efetivadas.</p>
<p>Trabalhar com os alunos a</p>	<p>Propiciar</p>	<p>o Verificar a atuação dos atuais representantes do</p>

<p>importância dos órgãos de representação na sociedade.</p> <p>Acompanhar a montagem das chapas e eleição do Grêmio Estudantil e da Câmara Jovem.</p> <p>Fortalecer os Grêmios Estudantis e acompanhar suas ações orientando-os pedagogicamente;</p>	<p>desenvolvimento da representatividade dos alunos e sua participação nos diversos momentos e órgãos colegiados da escola;</p>	<p>Grêmio e da Câmara Jovem, levantando entre a equipe, direção e os alunos a possibilidade de ações mais efetivas.</p>
<p>Trabalhar com a comunidade escolar a importância de atuar nos espaços de representação, fortalecendo o processo de democratização da escola.</p>	<p>Fortalecimento da Gestão Democrática;</p>	<p>Verificar se as sugestões apontadas tem sido efetivadas.</p>
<p>Discutir nos momentos de avaliação e capacitação da escola os problemas sociais que permeiam o ambiente escolar.</p> <p>Fazer o estudo de textos que possibilitem aprofundamento teórico sobre essas questões.</p>	<p>Promover a construção de estratégias pedagógicas de superação de todas as formas de discriminação, preconceito e exclusão social e de ampliação do compromisso ético-político com todas as categorias e classes sociais;</p>	<p>Verificar se as sugestões apontadas tem sido efetivadas.</p>
<p>Realizar, nos momentos de planejamento da Equipe Pedagógica, leitura e discussão das leis e diretrizes que dão fundamento a prática pedagógica (LDB 9394/96, Constituição Federal e Estadual, ECA, Resolução nº 4409/2008, Deliberação 007/99 e 09/01, Resolução 139/09, Lei Complementar 103 Cargos e Salários, 101 Ampliação de Jornada e 106 Promoção e Progressão)</p>	<p>Observar os preceitos constitucionais, Legislação Educacional em vigor e o Estatuto da Criança e do Adolescente, como fundamentos da prática educativa.</p>	<p>Verificar se a Equipe tem conseguido encaminhar esse procedimento.</p>

5.12. LINHA DE AÇÃO DO TRABALHO DOCENTE- ANO 2012

1 - Assinar o livro ponto diariamente (sob pena de ter anotação feita pela secretaria – não assinou/falta);

2 - Respeitar rigorosamente todos os sinais, evitando chegar atrasado na sala de aula;

3 - O professor deve evitar ocupar a aula do colega;

4 - **Nunca** dispensar os alunos antes do sinal;

5 - Alunos com atraso após 05 minutos, só entrarão na sala de aula com autorização por escrito (com **data e hora**) fornecida pela Equipe Pedagógica ou Direção;

6 - Evitar as saídas de alunos em grupo (banheiro, xerox, bibliotecas, etc.). Quando necessário, utilizar o Representante de Turma e ou um aluno por turma com a carteirinha do professor;

7 - Caso a falta do professor seja inevitável, a Direção e a Coordenação devem ser comunicadas antecipadamente;

8 - Se a falta for **inevitável**, (doença), o professor deverá apresentar **Atestado Médico**, no prazo de 24 horas. Atestados Médicos rasurados, atrasados e que não estejam de acordo com as exigências legais, **não serão aceitos**;

9 – Faltas justificadas por meio de Atestados Médicos, deverão ser repostas, por meio de Projetos de Reposição, e entregues a Equipe Pedagógica para acompanhamento;

10 – As saídas com alunos para atividades Extra-Classe, devem ser planejadas e comunicadas à Coordenação e Direção antecipadamente (mínimo 48 horas). Para alunos menores é imprescindível a Autorização assinada dos Pais e ou Responsável;

11 – Mudança de horário ou atendimento concomitante de turmas, somente com autorização da Direção e Equipe Pedagógica. Professor em Hora Atividade e de comum acordo poderá fazer o atendimento em sala de aula;

12 – Utilizar a Hora Atividade para planejar, manter a Coordenação informada sobre o andamento da turma, tirar dúvidas, dar atendimento aos Pais entre outras, conforme Instrução SEED 02/2004;

13 – Agendar com no mínimo 24 horas de antecedência os materiais didáticos e recursos audiovisuais, evitando contratempos saídas de sala de aula. Deixar provas e trabalhos na mecanografia com 48 horas de antecedência, devidamente nominado;

14 – Agendar com no mínimo 24 horas de antecedência a utilização dos espaços como: Laboratórios de Informática, Física e Biologia, sala de multimídia, biblioteca e anfiteatro;

OBS: Para a utilização das mesinhas do pátio, faz-se necessário primeiramente entregar para a Equipe Pedagógica (com 48 horas de antecedência), um projeto sobre o trabalho a ser desenvolvido, para posterior agendamento;

15 – Evitar o agendamento consecutivo dos espaços acima citados, evitando que apenas um profissional faça uso dos recursos e espaços;

16 – Cabe ao Professor preencher o Formulário de Autorização ao aluno para o uso dos laboratórios e biblioteca (o professor deve pegar a autorização na mecanografia);

OBS: o professor deve acompanhar todos os alunos desde a sala de aula até o local onde vai trabalhar, sem deixá-los na sala de aula, corredores, banheiros etc.

17 – Não fazer uso de celular em sala de aula, reuniões, conselhos de classe etc;

18 – O professor deve evitar a retirada do aluno da sala de aula, garantindo dessa forma a sua autoridade junto a turma;

19 – Casos de indisciplina e todas as ocorrências devem ser **registradas** pelo professor: livro de Registro de Classe e Caderno de Regente;

20 – O livro de Registro de Classe é Documento oficial da Escola e não do professor. O livro de Registro de Classe **deve ficar sempre disponível** no armário (sala dos professores) para consulta quando necessário, resguardando assim o direito dos docentes e discentes;

21 – Cabe a Equipe Pedagógica bimestralmente orientar, fazer o acompanhamento e correção quanto ao preenchimento do Livro de Chamada (com professores efetivos e substitutos);

22 – O Livro de Chamada não pode conter rasuras e ser preenchido com caneta de cor preta ou azul. Esclareça suas dúvidas junto a Instrução SEED 14/08. Em caso de dúvidas consulte a Equipe Pedagógica;

23 – O Colégio organizará um horário semanal por área para o cumprimento da Hora Atividade, conforme solicitação/orientação do NRE;

24 – Evite usar palavras e atitudes que possam representar ameaças, agressão verbal, moral ou físicas;

25 – É de responsabilidade do Professor, durante a sua aula, a organização e o zelo pelo ambiente de trabalho e equipamentos, materiais, móveis etc;

26 – Em caso de 03 dias de faltas consecutivas do aluno, cabe ao professor comunicar a Equipe Pedagógica;

27 – O uso do uniforme escolar é obrigatório e o professor deve colaborar informando a Coordenação quando o aluno comparecer sem o mesmo;

28 – Cabe ao professor ajudar na organização e acompanhamento das filas no momento da entrada e após o intervalo;

29 – É proibido o uso de aparelhos eletrônicos, bonés, tocas, baralhos e jogos de azar entre outros, portanto, você professor é responsável também para o cumprimento dessa lei;

30 – Quanto a Avaliações, cabe ao professor aplicar no **mínimo** quatro (04) por Semestre;

É obrigatório:

Uma (01) prova por bimestre - valor 0,0 a 10,0;

Gerar Nota Parcial do 1º e 3º bimestre e entregar na Coordenação;

31 –Para fins de Média, o Boletim exige apenas duas notas

5.13. REGIMENTO INTERNO PARA OS ALUNOS

O colégio trabalha com uma proposta democrática, na qual a seriedade dos estudos e a participação em todas as atividades, bem como a frequência efetiva em sala de aula, garantem a aprendizagem. Para que essa proposta seja sustentada, é imprescindível que sejam seguidos os critérios avaliativos, previstos no Projeto Político Pedagógico através dos QUATRO EIXOS: Compromisso de Assiduidade/ Participação/ seriedade nos estudos/ participação dos pais.

É proibido ao aluno

- 1- Entrar e sair de sala de aula sem autorização do professor;
- 2- Sair do colégio em horário de aula sem autorização prévia da direção e/ou Equipe Pedagógica;
- 3- Deixar de assistir aulas, estando no estabelecimento, sem comunicar o professor responsável regente da disciplina (gazeamento);
- 4- Incentivar a entrada de pessoas estranhas no estabelecimento escolar (não alunos) ou incitar colegas à ausências coletivas;
- 5- Trazer objetos estranhos às atividades escolares como: celulares, máquinas fotográficas, Media Players e demais aparelhos eletrônicos (**O colégio não se responsabiliza por roubos, portanto cuide bem de seus objetos**) **Lei municipal: 4.822 de 29/02/2008;**

OBS: Caso qualquer um desses aparelhos seja recolhido pelo professor, equipe pedagógica e/ou direção, por uso indevido, o mesmo só será devolvido aos pais ou responsável pela matrícula, após 72h. Com registro em livro ata;

6- Ocupar-se, durante a aula, com atividades alheias às da disciplina (conversas, brincadeiras e etc.);

7- Fazer-se acompanhar de elementos estranhos nas dependências internas e mediações do colégio;

8- Desacato e/ou agressão a professores e funcionários do colégio, colegas, pais ou responsáveis;

9- Gravar nas paredes, carteiras ou qualquer parte do prédio nomes, desenhos ou outros sinais (os danos causados ao patrimônio do colégio deverão ser reparados) **conforme Art. 163 (código penal) destruir, inutilizar coisa alheia;**

II – com emprego de substância inflamável ou explosiva, se o fato não constituir crime mais grave;

10-III – contra o patrimônio da União, Estado, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista.

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 3 (três) anos e multa, além da pena correspondente à violência.

Pena – detenção e 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa.

11-Promover, nas imediações do colégio ou na frente dela, atividades que configurem arruaça;

12-Causar problemas de qualquer natureza com vizinhos do colégio;

13-Permanecer constantemente nas dependências ou em frente ao Colégio fora de seu turno de aula, sem a devida autorização;

14-Divulgar, por qualquer meio de publicidade, assuntos que envolvam direta ou indiretamente o nome do Colégio, de professores ou funcionários sem autorização da direção;

- 15-Ingerir bebidas alcoólicas, fumar ou fazer uso de qualquer alucinógeno nas dependências do Colégio, bem como vir sob efeito dos mesmos;
- 16-Portar objetos que configurem armas (canivetes, soqueiras, estiletes, etc) ou substâncias que representem perigo a si mesmo ou aos colegas, professores e funcionários;
- 17-Promover jogos, excursões, coletas, listas de pedidos ou campanhas de qualquer natureza sem a prévia autorização da direção;
- 18-Trazer e/ou participar de jogos de azar nas dependências do colégio;
- 19-Retirar e/ou utilizar qualquer material do colégio sem a devida autorização;
- 20-Atentar contra a moral e os bons costumes(ato de incivilidade);
- 21-Não é permitido comer em sala de aula ou mascar chicletes nas dependências do colégio;
- 22-É proibido usar boné nas dependências do colégio;
- 23-O aluno deverá obter 75% de frequência por disciplina, caso contrário será retido na série;
- 24-O aluno só poderá entrar atrasado na sala de aula mediante autorização emitida pela equipe de ensino, e com justificativa dos pais. O aluno desistente perderá a vaga;
- 25-Não é permitido o uso de: shorts, saias curtas, minibusas, decotes e roupas transparentes, camisetas diferentes à do uniforme, ou a camiseta do uniforme mostrando o umbigo, no cotidiano escolar e em nenhum evento extra classe.

CABERÁ AO ALUNO

- 26-Frequentar com assiduidade, pontualidade e interesse as aulas e demais atividades escolares;
- 27-Dirigir-se com ética e respeito à administração, aos professores, às autoridades de ensino, aos funcionários e colegas, lembrando que desacato à autoridade é crime previsto no **Art 331 (CÓDIGO PENAL) – desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: pena – detenção de 6 (seis) meses a dois anos, ou multa.**

28-Responsabilizar-se pela entrega comunicados e documentos enviados aos pais e/ou responsáveis;

29-Devolver à biblioteca, em tempo hábil, os livros emprestados para consulta ou leitura.

OBS.: Pelo não cumprimento dos deveres e transgressões da proibição, o aluno estará sujeito às seguintes penalidades:

30-Reprensão ou advertência verbal pelo professor, Equipe Pedagógica ou direção;

31-Advertência ou repreensão por escrito pela Equipe Pedagógica ou direção. No caso de reincidência, convocação dos pais ou responsáveis;

32-Obs: as penalidades serão aplicadas segundo a gravidade da falta. Em função da gravidade, o aluno infrator poderá sofrer, mesmo que pela 1ª vez, qualquer uma das penalidades.

ATENÇÃO: as advertências serão registradas no caderno de anotações da sala (regente) e em livro ata, arquivado na pasta pessoal do aluno e encaminhado a órgãos competentes quando necessário.

Atos infracionais e de indisciplina (anexo 18)

5.14.FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS

Considerando que o exercício da docência e do trabalho dentro do Estabelecimento Educacional exige constante aperfeiçoamento, o Colégio, seguindo as Diretrizes Curriculares da Secretaria Estadual de Educação, oferece momentos de estudo e atualização em seu calendário escolar. Esses encontros são realizados em Reuniões Pedagógicas, Semanas Pedagógicas, Grupos de Estudo. Os professores e funcionários são incentivados a participar de outros encontros de formação promovidos pela Secretaria da Educação, pelas Universidades, Sindicato dos Profissionais da Educação entre outros.

Ressalta-se a importância da hora atividade como momento para que os professores possam socializar experiências, com acompanhamento da Equipe Pedagógica a qual, contribui para o trabalho pedagógico, visando a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

5.13. ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO

A Lei nº 11.788/08 dispõe sobre os estágio obrigatório e não-obrigatório de estudantes, e a Deliberação nº 02/09 de CEE estabelece normas para a organização e a realização dos Estágios, e ambas definem também, obrigações da Instituição de Ensino para com os estágios não-obrigatórios. Em acordo com a Lei nº 11.788, de 25 de Setembro de 2008,

“ Estágio é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.”

Dessa forma, o estágio pode ser compreendido e ofertado em formato de estágio obrigatório e/ou estágio não-obrigatório, definidos em acordo com o Art. 2º da seguinte maneira:

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

O acompanhamento do estágio não-obrigatório ocorrerá em acordo com o exposto no Plano de Estágio, uma vez que neste estabelecimento de ensino não há curso ofertado com carga horária para estágio obrigatório.

PLANO DE ESTÁGIO

1. Identificação da Instituição de Ensino:

Estabelecimento: Colégio Estadual Eleodoro Ébano Pereira

Entidade mantenedora: Governo do Estado do Paraná

Endereço: Rua São Paulo, 882 - Centro

Município: Cascavel

NRE: Cascavel

2. Identificação do curso:

Curso: Ensino Médio Regular -

3. Coordenação de Estágio:

Professor responsável: Mareli

Ano letivo: A partir de 2012

4. Justificativa

Segundo o Item 1 da Instrução Nº 006/2009 – SUED/SEED “o Estágio, é um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, cujas atividades devem ser adequadas às exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento cognitivo, pessoal e social do educando, de modo a prevalecer sobre o aspecto produtivo”.

Poderão ser estagiários os estudantes que frequentam o ensino nas instituições de Educação Profissional, de Ensino Médio, inclusive a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, de Educação especial, a dos anos finais do Ensino Fundamental, exclusivamente na modalidade Profissional da Educação de Jovens e Adultos e para a prática do estágio não-obrigatório é exigida a idade mínima de 16 (dezesesseis) anos.

O Estágio se distingue das demais atividades educativas por ser o momento de inserção do aluno na realidade do trabalho, para o entendimento do mundo do trabalho, com objetivos de prepara-lo para a vida profissional, formas de gestão e organização, bem como articular conteúdo e método de modo que propicie um desenvolvimento unilateral.

O Estágio Profissional Supervisionado, de caráter não-obrigatório, previsto na legislação vigente, deve ser planejado, executado e avaliado de acordo com as atividades educativas previstas considerando os dispositivos da legislação específica, quais sejam:

- a Lei nº 9.394/1996, que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- a Lei Nº 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes;
- a Lei Nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, em especial os artigos, 63, 67 e 69 entre outros, que estabelece os princípios de proteção ao educando;
- o Art. 405 do Decreto Lei que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho CLT, que estabelece que as partes envolvida devem tomar os cuidados necessários para a promoção da saúde e prevenção de doenças e acidentes, considerando principalmente, os riscos decorrentes de fatos relacionados aos ambientes, condições e formas de organização do trabalho e a;
- Deliberação Nº 02/2009 – do Conselho Estadual de Educação.
- Instrução Nº 006/2009 – SUED/SEED.

5. Objetivos do Estágio

Contribuir para a formação do aluno no desenvolvimento de atividades relacionadas ao mundo do trabalho que oportunizem concebê-lo como ato educativo.

6. Objetivos Específicos do Estágio

- Proporcionar ao aluno o contato com o mundo do trabalho.
- Oportunizar experiência profissional diversificada no que diz respeito a formação integral do educando.
- Relacionar conhecimentos teóricos com a prática profissional a partir das experiências realizadas.

– Garantir a contextualização entre os saberes e os fenômenos comuns, objeto de estudo de cada ciência ou área de conhecimento específica.

7. Local (ais) de realização do Estágio

O estágio poderá ser realizado em locais, qualificados para este fim, conforme legislação vigente e após firmado os termos de convênio.

8. Distribuição da Carga Horária

A jornada de estágio deve ser compatibilizada com as atividades escolares sem ônus a ela. A jornada de estágio não poderá ultrapassar:

Quatro (4) horas diárias e vinte (20) horas semanais, no caso de estudantes de educação Especial e dos anos finais do Ensino Fundamental, na modalidade Profissional de Educação de Jovens e Adultos;

A carga horária do estágio não pode comprometer a frequência às aulas e o cumprimento dos demais compromissos escolares.

Seis (6) horas diárias e trinta (30) horas semanais, no caso de estudantes de educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Médio, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

A duração do estágio, contratado com a mesma instituição concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de necessidades especiais.

Fica assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ao superior a 1(um) ano, um período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

Os dias de recesso serão concedidos de maneira proporcional nos casos em que o estágio tiver duração inferior a 1 (um) ano.

As atividades de estágio, previstas e desenvolvidas, serão consideradas como parte do currículo, devendo ser assumidas pela instituição de ensino como ato educativo, previstas no Projeto Político Pedagógico e na Proposta Curricular.

9. Atividades do Estágio

As atividades de estágio, previstas e desenvolvidas, serão consideradas como parte do currículo, devendo ser assumidas pela instituição de ensino como ato educativo, previstas no Projeto Político Pedagógico e na Proposta Curricular.

O Estágio Supervisionado, como ato educativo, representa o momento de inserção do aluno na realidade do mundo do trabalho, permitindo que coloque os conhecimentos construídos ao longo das séries em reflexão e compreenda as relações existentes entre a teoria e a prática.

Por ser uma experiência pré-mundo do trabalho, servirá como instante de seleção, organização e integração dos conhecimentos construídos, porque possibilita ao estudante contextualizar o saber, não apenas como educando, mas como cidadão crítico e ético, dentro de uma organização concreta do mundo do trabalho, no qual tem um papel a desempenhar. O estágio curricular representa as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural proporcionadas aos estudantes pela participação em situações de vida e trabalho.

O desenvolvimento do estágio deverá obedecer aos princípios de proteção ao estudante, vedadas atividades:

- I. incompatíveis com o desenvolvimento do adolescente;
- II. noturnas, compreendidas as realizadas no período entre vinte e duas horas de um dia às cinco horas do outro dia;
- III. realizadas em locais que atentem contra sua formação física, psíquica e moral;
- IV. perigosas, insalubres e penosas. Deverão ser observadas as atividades:
 - atividades de integração social;
 - o uso das novas tecnologias;
 - produção de textos;
 - aperfeiçoamento do domínio do cálculo;
 - aperfeiçoamento da oralidade;
 - compreensão das relações do mundo do trabalho, tais como: planejamento, organização e realizações de atividades que envolvam rotina administrativa, documentação comercial e rotinas afins.

As atividades de estágio devem se relacionar aos conhecimentos do curso.

10. Atribuições da Mantenedora/Estabelecimento de Ensino

O Estágio Profissional Supervisionado, concebido como procedimento didático-pedagógico e como ato educativo intencional é atividade pedagógica de competência da instituição de ensino, sendo planejado, executado e avaliado em

conformidade com os objetivos propostos para a formação profissional dos estudantes, previstos no Projeto Político-Pedagógico, e descritos no Plano de Estágio.

O estágio deverá ser desenvolvido com a mediação de professor orientador pedagogo, o qual será responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades.

O pedagogo responsável pelo estágio deverá aferir, mediante relatório, as condições para a realização do estágio firmadas no Plano de Estágio e no Termo de Convênio;

A instituição de ensino é responsável pelo desenvolvimento do estágio, observados:

I. Termo de Convênio para estágio com o ente público ou privado e concedente de estágio;

a) nas instituições de Ensino da Rede Pública Estadual, de acordo com o Decreto nº 897/07 de 31/05/07, para a formalização do Termo de Convênio será necessário a prévia e expressa autorização do Governador do Estado do Paraná;

II. Termo de Compromisso para ser firmado com o educando ou com seu representante ou assistente legal e com a parte concedente, indicando as condições adequadas do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade de formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

III. Plano de Estágio que deverá ser submetido à análise e aprovação do NRE, juntamente com o Projeto Político-Pedagógico – ou em separado;

São atribuições das instituições de ensino:

I. Indicar o pedagogo como responsável pelo acompanhamento e avaliação das instituições do estágio;

III. celebrar Termo de Compromisso com o educando, se for ele maior de 18 anos; com seu assistente legal, se idade superior a 16 e inferior a 18 (idade contada nadata de assinatura do Termo) ou com seu representante legal, se idade inferior à 16 anos e com o ente concedente, seja ele privado ou público;

11. Atribuições do Pedagogo responsável

Compete ao pedagogo orientador:

1. Solicitar da parte concedente relatório, que integrará o Termo de Compromisso, sobre a avaliação dos riscos inerentes às atividades a serem

desenvolvidas pelo estagiário, levando em conta: local do estágio; agentes físicos, biológicos e químicos; equipamentos de trabalho e sua utilização; os processos de trabalho; as operações e a organização do trabalho; a formação e a instrução para o desenvolvimento das atividades de estágio;

2. Exigir do estudante a apresentação periódica de relatórios das atividades, em prazo não superior a 6 (seis) meses, no qual deverá constar todas as atividades desenvolvidas nesse período.

3. Auxiliar o educando com deficiência, quando necessário, na elaboração de relatório de atividades.

4. Elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus estudantes.

5. Esclarecer à parte concedente do estágio o Plano de Estágio e o Calendário Escolar.

6. Proceder avaliações que indiquem se as condições para a realização do estágio estão de acordo com as firmadas no Plano de Estágio e no Termo de Compromisso, mediante relatório.

7. Zelar pelo cumprimento do Termo de Compromisso.

8. Observar se o número de horas estabelecidas para o estágio compromete o rendimento escolar do estudante e, neste caso, propor uma revisão do Termo de Compromisso.

9. Respeitar legislação vigente.

10. esclarecer aos estagiários as determinações do Termo de cooperação técnica e Termo de Compromisso;

11. realizar visitas nas instituições concedentes para avaliar as condições de funcionamento do estágio;

12. orientar previamente o estagiário quanto:

- às exigências da empresa;
- às normas de estágio;
- aos relatórios que fará durante o estágio;
- aos direitos e deveres do estagiário.

12. Atribuições do Órgão/Instituição que concede o Estágio

A instituição de ensino e a parte concedente de estágio poderão contar com serviços auxiliares de agentes de integração, públicos ou privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado.

Considerar-se-á parte concedente de estágio, os dotados de personalidade jurídica pública ou privada e profissionais liberais, desde que estejam devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional. A organização escolhida como concedente do estágio deverá possuir condições mínimas de estrutura, que permitam ao aluno observar, ser assistido e participar das atividades, durante a execução do estágio curricular supervisionado.

A empresa concedente ou Instituição de ensino deverão viabilizar acompanhamento de profissionais especializados aos estagiários com necessidades educativas especiais.

A eventual concessão de benefícios relacionados ao auxílio transporte.

Alimentação e saúde. Entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

Fica assegurado ao estagiário que recebe bolsa ou outra forma de contraprestação, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, um período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

Os dias de recesso serão concedidos de maneira proporcional nos casos em que o estágio tiver duração inferior a 1 (um) ano.

Ao estagiário, aplica-se a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

A documentação referente ao estágio deverá ser mantida a disposição para eventual fiscalização.

A oferta de estágio pela parte concedente será efetivada mediante:

- celebração do Termo de Compromisso com a instituição de ensino e o estudante;
- celebração de Convênio com a entidade mantenedora da instituição de ensino;
- a oferta de instalações que tenham condições de proporcionar ao estudante atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

- indicação de funcionário do seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente no que diz respeito ao desenvolvimento das atividades de estágio;

- contratação de seguro contra acidentes pessoais em favor do estagiário, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, devendo constar no Termo de Compromisso de Estágio.- entrega do termo de realização do estágio à instituição de ensino por ocasião do desligamento do estagiário, com indicação resumida do desligamento do estagiário, com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

- relatório de atividades, enviado à instituição de ensino, elaborado pelo funcionário responsável pela orientação e supervisão de estágio, com prévia e obrigatória vista do estagiário e com periodicidade mínima de 6 (seis) meses:

-zelar pelo cumprimento do Termo de compromisso.

-manter contatos com o Coordenador de estágio da escola;

-avaliar o rendimento do estagiário nas atividades previstas;

-propiciar ambiente receptivo e favorável ao desenvolvimento do estágio.

-a remuneração do agente integrador pelos serviços prestados, se houver.

O descumprimento de qualquer um dos itens acima, ou de qualquer obrigação, contida no Termo de Compromisso, caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente de estágio para todos os fins legais da legislação trabalhista e previdenciária.

O número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio deverá atender às seguintes proporções:

I. de 1 (um) a 5 (cinco) empregados: 1(um) estagiário;

II. de 6 (seis) a 10 (dez) empregados: até 2 (dois) estagiários;

III. de 11 (onze) a 25 (vinte e cinco) empregados: até 20% (vinte por cento) de estagiários.

Na hipótese de a parte concedente contar com várias filiais ou estabelecimentos, os quantitativos previstos nos incisos deste artigo serão aplicados a cada um deles.

13. Atribuições do Estagiário

O estagiário deverá, considerando a concepção de estágio:

- ter assiduidade e pontualidade, tanto nas atividades desenvolvidas na parte concedente como a instituição de ensino;
- celebrar Termo de Compromisso com a parte concedente e com a instituição de ensino;
- respeitar as normas da parte concedente e da instituição de ensino;
- associar a prática de estágio com as atividades previstas no plano de estágio;
- realizar e relatar as atividades do plano de estágio e outras, executadas, mas não previstas no plano de estágio;
- entregar os relatórios de estágio no prazo previsto;

A jornada de estágio deve ser compatível com as atividades escolares e constar no Termo de Compromisso, considerando:

- a anuência do estagiário, se maior, ou concordância do representante ou assistente legal, se menor;
- a concordância da instituição de ensino;
- a concordância da parte concedente;
- o estágio não pode comprometer a frequência às aulas e o cumprimento dos demais compromissos escolares;
- a eventual concessão de benefícios relacionados ao auxílio transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício;
- fica assegurado ao estagiário que recebe bolsa ou outra forma de contraprestação, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, um período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.
- Ao estagiário aplica-se a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

Cabe ao estagiário:

- conhecer a organização da Unidade Concedente;

- acatar as normas estabelecidas pela Unidade Concedente;
- zelar pelo nome da Instituição e da Escola;
- manter um clima harmonioso com a equipe de trabalho;
- cumprir o Plano Individual de Estágio e o Termo de Compromisso firmado com a Instituição de Ensino e a Unidade Concedente.
- manter contatos periódicos com o Professor Orientador de Estágio para discussão do andamento do estágio;
- ter postura e ética profissional;
- zelar pelos equipamentos, aparelhos e bens em geral da Empresa e responder pelos danos pessoais e materiais causados;

14. Forma de acompanhamento do Estágio

O aluno deverá ser acompanhado durante seu Estágio em Instituições Públicas e/ou Privadas , pelo pedagogo responsável ;

1 – O profissional responsável no colégio pelo Estágio, será o elo de ligação entre a Escola e o local de realização do Estágio.

2 – O supervisor da empresa será responsável pela condução e concretização do Estágio na Instituição, procurando seguir o plano estabelecido pelo Aluno e pelo Professor Orientador.

As formas de acompanhamento serão de acordo com a realidade da situação do estágio. Podendo ser através de visitas, relatórios, contatos telefônicos, documentação de estágio exigida pela escola, de maneira a propiciar formas de integração e parceria entre as partes envolvidas. Oportunizando o aperfeiçoamento das relações técnicas-educativas a serem aplicadas no âmbito do trabalho.

15. Avaliação do Estágio

A avaliação do Estágio Profissional Supervisionado é concebida como um processo contínuo e como parte integrante do trabalho, devendo, portanto, estar presente em todas as fases do planejamento e da construção do currículo, como elemento essencial para análise do desempenho do aluno e da escola em relação à proposta.

O orientador do estágio deverá analisar em que medida o Plano de Estágio está sendo cumprido.

a) No que se refere ao aluno: embora não tenha função de veto ao estágio, faz-se necessário avaliar em que medida está contribuindo ou não para o desempenho escolar do aluno.

b) No que se refere à parte concedente: o orientador, mediante visitas às instituições e análise dos relatórios, tem a incumbência de avaliar as condições de funcionamento do estágio, recomendado ou não sua continuidade. Aspectos a serem observados: Cumprimento do Artigo 14 da Lei 11.788 e Artigos 63, 67 e 69 da Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Caso o professor orientador do estágio constate descumprimento da legislação, deve comunicar a irregularidade à parte concedente para adequação imediata. Quando a parte concedente não cumprir a legislação, a instituição de ensino parte concedente não cumprir a legislação, a instituição de ensino deve registrar em relatório, comunicar ao aluno e seu responsável e aconselhar o estagiário para procurar outro local de estágio.

16. Observações Gerais

- É compulsório o recebimento de bolsa ou outra forma de contraprestação acordada, bem como auxílio transporte.
- A eventual concessão de benefícios relacionados ao auxílio transporte.
- Alimentação e saúde. Entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

17. Anexos

- Ficha de avaliação – Parte Concedente.
- Ficha de Avaliação – Aluno e Professor Orientador
- Termo de Compromisso de Estágio
- Instrumento específico de acompanhamento

Cascavel, 23 de Agosto de 2010.

Clique aqui para acessar a Cartilha Esclarecedora sobre a Lei do Estágio, publicada pelo MTE - Ministério do Trabalho e Emprego.

Anotação do estágio na Carteira de Trabalho

* O Ministério de Trabalho e Emprego, por meio do ofício Circular n.º 02/CIRP/SPES/MET de 08/01/1999, manifestou entendimento no sentido da não obrigatoriedade de a empresa cedente do estágio ou de agentes de integração efetuarem a anotação do estágio na Carteira de Trabalho a Previdência Social (CTPS) dos estagiários contratados.

INSTRUÇÕES PARA A FISCALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Ofício Circular SRT nº 11/85 de 09.09.85 e

alterações da SRT nº 008/87 de 29.07.87

Do: Secretário de Relações do Trabalho

Ao: Delegado Regional do Trabalho Assunto: Instruções para a Fiscalização de Estágios (Encaminha)

Senhor Delegado:

Estamos encaminhando a V.Sa. para distribuição aos fiscais do Trabalho, instruções para a fiscalização das normas contidas na Lei no. 6.494, de 07 de dezembro de 1977, regulamentada pelo Decreto número 87.494, de 18 de agosto de

1982, que dispõem sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2o. grau e supletivo.

Tal medida visa impedir que as empresas utilizem o trabalho do estudante sem a caracterização de estágio e sem o competente registro, no caso da comprovação da relação empregatícia.

O Fiscal do Trabalho, ao constatar a presença de estagiário, deve solicitar os seguintes documentos para exame:

1 ACORDO DE COOPERAÇÃO (Instrumento Jurídico) celebrado pela Empresa (concedente) e a Instituição de Ensino a que pertence o Estudante. Verificar:

1.1 - a qualificação e assinatura dos acordantes (empresa e instituição de ensino);

1.2 - as condições de realização do estágio;

1.3 - a compatibilização entre as atividades desenvolvidas pelo estagiário e as condições acordadas;

1.4 - a qualificação do Agente de Integração que, eventualmente, participe da sistemática do estágio, por vontade expressa das partes.

2 TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO entre a Empresa (concedente) e o estudante, com interveniência obrigatória da respectiva Instituição de Ensino. Verificar:

2.1 - a qualificação e assinatura das partes (empresa e estudante) e da Instituição de ensino interveniente;

2.2 - a indicação expressa de que o termo de compromisso decorre do Acordo de Cooperação;

2.3 - o número da apólice de seguro contra acidentes pessoais, na qual o estagiário deverá estar incluído durante a vigência do termo de compromisso do estágio, e o nome da companhia seguradora;

2.4 - o curso do estudante e a compatibilização do mesmo com as atividades desenvolvidas na empresa;

2.5 - a data de início e término do estágio;

2.6 - a qualificação do agente de integração, caso haja participação deste na sistemática do estágio.

3 CONVÊNIO ENTRE A EMPRESA E O AGENTE DE INTEGRAÇÃO, quando for constatada a participação deste no processo, onde estarão acordadas as condições de relacionamento entre eles.

4 A CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTAGIÁRIO, objetivando a verificação das anotações do estágio.

4.1 - a anotação do estágio deverá ser feita nas páginas de "anotações gerais" da CTPS do estudante, pela DRT ou por instituição devidamente credenciada pelo Mtb para tanto, com as indicações constantes do item

4.2 - destas anotações, devem constar claramente o curso, ano e instituição de ensino a que pertence o estudante, o nome do concedente (empresa) e as datas de início e término do estágio.

O Fiscal do Trabalho, caso conclua pela descaracterização de estágio, deverá exigir que a situação do estudante, como empregado da empresa, seja regularizada. Na hipótese de lavratura de auto de infração, deverão ser mencionados no corpo do auto os elementos de convicção do vínculo empregatício.

Caracterizando o estágio, o Fiscal limitar-se-á ao exame dos documentos relacionados. Quando se tratar de estudantes estrangeiro, regularmente matriculado

em instituição de ensino oficial ou reconhecida, os documentos solicitados pela fiscalização para exame serão os mesmos.

Atenciosamente

Plínio Gustavo Adri Sarti

Secretário de Relações do Trabalho

6. ENSINO PROFISSIONALIZANTE

6.1. CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE – ATOR CÊNICO

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do Projeto Político-Pedagógico é um processo complexo e dinâmico, produzido no dia-a-dia da vida escolar, englobando todos os seguimentos da comunidade que compõe o Colégio: equipe administrativa e pedagógica, alunos, professores, pais, associação de pais e mestres e outras instâncias e todos aqueles que de forma indireta contribuem para a Educação. Desta forma, o projeto está em constante reformulação, buscando seu aprimoramento e adequação às novas Políticas Educacionais que vão se apresentando.

Prova disso, é a construção do Novo Currículo Básico que está em fase final de reformulação, o que sinaliza mudanças num futuro muitíssimo próximo no presente projeto.

Outra questão que merece atenção é a necessidade de profissionais aptos para auxiliar os alunos com necessidades especiais na área da deficiência auditiva no ensino fundamental. Partindo-se do pressuposto legal de que todos têm o direito ao acesso no Ensino Fundamental Regular e dele utilizar-se como cidadão brasileiro pluricultural, faz-se necessário a oferta de interpretes para todas as séries e não somente para o Ensino Médio. Numa escola inclusiva como o Eleodoro, esta falta de profissionais especializados, a tempos enfrentada e que necessita de solução imediata, acaba por gerar inúmeros problemas tanto no âmbito da aprendizagem quanto no comportamento dos alunos.

Outro dado a ser observado diz respeito à necessidade urgente de salas de apoio para 6ª séries, pois como o colégio já possui uma caminhada de quatro anos com sala de apoio, é necessário a continuação deste processo que tem dado resultados positivos.

Contudo, não compete ao Colégio suprir esta falta, uma vez que é competência exclusiva das Políticas Educacionais do Estado do Paraná. Espera-se que com estas novas Políticas, este e outros problemas possam ser solucionados assim ou tão logo que surjam.

8. AVALIAÇÃO DO PPP

O Projeto Político Pedagógico, por ter a finalidade de ser um instrumento teórico-metodológico construído coletivamente, visa auxiliar na compreensão de como e quando intervir no processo educacional. Contudo, ainda existem barreiras que impossibilitam uma maior participação da comunidade escolar de uma forma geral.

O Colégio Eleodoro propõe e pretende implementar maiores intervenções coletivas a respeito do PPP enquanto objeto vivo dentro do âmbito escolar, que precisa, constantemente, ser pensado e repensado. Os sujeitos da comunidade escolar são, dessa forma, parte fundamental da reflexão e ação. Sua ação prático-reflexiva resulta em projetos e em organizações efetivas.

Essa proposta de planejamento participativo mobiliza sujeitos vinculados a processos de socialização em desenvolvimento nos micro-espços da comunidade escolar: no bairro, na escola e na família, especialmente. Processos que os integram à cotidianidade.

Apesar das várias paradas pedagógicas e estudos com a comunidade escolar a respeito da composição do PPP, espera-se um envolvimento mais amplo de todos os segmentos da escola. Somente assim será possível atender às necessidades da realidade presente, através de ações pertinentes. O Conselho Escolar é imprescindível na sugestão de propostas e na avaliação deste projeto.

No entanto, visto como um processo em construção, o projeto deverá ser avaliado e realimentado sempre que necessário, a partir de discussões e análises entre o coletivo que compõe a escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS(Verificar se todas as referências constam aqui)

BORGES, Liliam Faria Porto. Fundamentos do método: as bases do materialismo histórico. Texto de apoio para as aulas do curso de extensão "Introdução ao Método Materialista Histórico" do Grupo de pesquisa em Políticas Sociais-GPPS. UNIOESTE, Setembro de 2004.

COLOMBO, Irineu; MICHELETI, Nedson. LDB - 9394/96 – *As Novas Diretrizes da Educação Básica*.

DUARTE, Newton. Elementos para uma ontologia da educação na obra de Dermeval Saviani. In: SILVA JÚNIOR, C. A. Dermeval Saviani e a educação brasileira: o simpósio de Marília. São Paulo: Cortez, 1994.

DUARTE, Newton. Concepções afirmativas e negativas sobre o ato de ensinar. Cad. CEDES v.19 n.44 Campinas Abr. 1998.

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO EDUCACIONAL: OITO ANOS DE GESTÃO 2003/2010. Governo do Estado do Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional.

GADOTTI, Moacir. Projeto político pedagógico da escola. São Paulo: Cortez, 1997.

JOSÉ, Elizabete da A. ; COELHO, Maria Tereza; *Problemas de Aprendizagem*.Ed. Ática, 9ª ed., São Paulo, 1997.

LÖWY, Michael. Ideologia e ciência social: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. Primeiro Manuscrito: "O trabalho alienado"). Disponível em http://antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/marx/tx_marx_manindex.htm.

MATURANA, Humberto. *Emoções e Linguagem na Educação e na Política*. Ed.UFMG, Belo Horizonte, 2002.

MULLER, Mary Stela; CORNELSEN, Julce Mary. *Normas e Padrões para Teses , Dissertações e Monografias*. Ed. UEL-Londrina, 5ª ed., 2003.

O DEFEITO E A COMPENSAÇÃO. Tradução da obra de VIGOTSKI, L. S. Fundamentos de Defectologia. In: Obras completas. O Defeito e a Compensação Tomo V. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1997.

ORSO, José Paulino. As características do movimento dialético da matéria. Texto de apoio para a disciplina de metodologia da pesquisa do curso de especialização em fundamentos da educação. UNIOESTE 2005.

SAVIANI, Dermeval. Educação e questões da atualidade. São Paulo, Cortez/ Livros do Tatu, 1991.

SCALCON, Suze Gomes. Teoria na prática e a prática na teoria: uma experiência histórico-crítica. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

SACRISTÁN, J. Gimeno; GOMÉZ, A. I. Pérez. *Compreender e Transformar o Ensino*. Ed. ArtMed, 4ª ed., Porto Alegre, 2000.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO/SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO. Texto 1: retorno da semana pedagógica de fevereiro de 2009: perfazendo o caminho do currículo. Julho de 2009.

VASCONCELOS, Celso A.. *Avaliação da Aprendizagem: Práticas de Mudança por uma Práxis Transformadora*. Ed.Libertad, 4ª ed. Coleção Cadernos Pedagógicos do Libertad; v 06, São Paulo, 1998.

_____Coordenação do Trabalho Pedagógico: do Projeto Político Pedagógico ao Cotidiano da Sala de Aula. Ed. Libertad, São Paulo, 2002.

_____Disciplina: Construção da Disciplina Consciente e Interativa em Sala de Aula e na Escola. Ed. Libertad, 13ª ed. São Paulo, 2000.

VEIGA, Ilma Passos A.(org) *Projeto Político Pedagógico: Uma Construção Possível*. Ed.Papirus, Campinas, 1995.

VEIGA, Sofia Lerche (org). *Gestão escolar: Desafios a Enfrentar*. Ed. DP&A e Biblioteca ANPAE, Rio de Janeiro, 2002

VIGOTSKI, Lev Semenovich. A formação social da mente; O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Martins Fontes; SP, 1994.

DUARTE, NEWTON. CONCEPÇÕES AFIRMATIVAS E NEGATIVAS SOBRE O ATO DE ENSINAR. Cad. CEDES V.19 n.44 Campinas Abr. 1998.

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO EDUCACIONAL: OITO ANOS DE GESTÃO 2003/2010. Governo do Estado do Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional.

DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA A CONSTRUÇÃO DE CURRÍCULOS INCLUSIVOS. GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Especial e inclusão Educacional, 2006.

O DEFEITO E A COMPENSAÇÃO. Tradução da obra de VIGOTSKI, L. S. Fundamentos de Defectologia. In: Obras completas. O Defeito e a Compensação Tomo V. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1997.

BIBLIOGRAFIA

Constituição Federal 1988;

Leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08;

no Parecer CNE/CP n.º 03/04;

na Resolução CNE/CP n.º 01/04;

Deliberação n.º 04/2006-CEE/PR;

LDB 9394/96

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

CADERNOS TEMÁTICOS – EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA. Curitiba: Secretaria do Estado da Educação, 2006.

DIRETRIZES CURRICULARES DO ESTADO PARANÁ.

LEI Nº 9394/96: Estabelece as diretrizes e base da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de dezembro de 1996.

CADERNOS TEMÁTICOS – EDUCAÇÃO DO CAMPO. Curitiba: Secretaria do Estado da Educação, 2006.

DIRETRIZES CURRICULARES DO ESTADO DO PARANÁ.



COLÉGIO ESTADUAL ELEODORO ÉBANO PEREIRA
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

2ª PARTE

Cascavel – Paraná –2012

SUMÁRIO

ANEXO 1 – MATRIZ CURRICULAR

ANEXO 2 – CALENDÁRIO LETIVO 2012

ANEXO 3 – LISTA DE FUNCIONÁRIOS – FORMAÇÃO E FUNÇÃO

ANEXO 4 – ESTATUTO E COMPONENTES DO CONSELHO ESCOLAR

ANEXO 5 – CONSELHO DELIBERATIVO E FISCAL

ANEXO 6 - FICHA DE DIÁLOGO PROFESSOR-ALUNO (CONSELHO DE CLASSE)

ANEXO 7 – ATA DO CONSELHO DE CLASSE

ANEXO 8 – FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE ATIVIDADES ESCOLARES

ANEXO 9 – ESTATUTO DA APMF E COMPONENTES ATUAIS

ANEXO 10 – ESTATUTO DO GRÊMIO ESTUDANTIL E COMPONENTES ATUAIS

ANEXO 11 – INSTRUÇÃO 07/2010 – LIVRO DE CHAMADA

ANEXO 12 – INSTRUÇÃO E DELIBERAÇÃO DA SALA DE RECURSO

ANEXO 13 – INSTRUÇÃO E DELIBERAÇÃO DA SALA DE APOIO À APRENDIZAGEM

ANEXO 14 – INSTRUÇÃO E DELIBERAÇÃO DO CELEM

ANEXO 15 – PROJETOS DA ESCOLA

ANEXO 16 – REGIMENTO ESCOLAR

ANEXO 17– PLANO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

ANEXO 18 – PROPOSTAS PEDAGÓGICAS CURRICULARES DAS DISCIPLINAS

ANEXO 19- PROJETO ESCOLA DE PAIS

ANEXO 20 - BRIGADA ESCOLAR

ANEXO 1

MATRIZ CURRICULAR 2012

Estabelecimento: ELEODORO ÉBANO PEREIRA – EFMPROFS

Período Letivo: 2012

Curso: ENSINO FUNDAMENTAL - 6/9 ANO

Turno: Manhã e Tarde

Código: 209941

**Teóricas: 1000 Práticas 00 Horas-Relógio: 800 Carga Horário Semanal: Total:
25**

Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	Carga Horária Semanal das Serações				Grupo Disciplina	O (*)
			6	7	8	9		
1	ARTE (704)	BNC	2	2	2	2		S
2	CIENCIAS (301)	BNC	2	2	2	2		S
3	ED. FÍSICA(601)	BNC	3	3	4	3		S
4	ENS. RELIGIOSO(7502)	BNC	1	1	0	0		S
5	GEOGRAFIA(401)	BNC	3	3	3	3		S
6	HISTÓRIA(501)	BNC	3	3	3	4		S
7	L. PORTUGUESA(106)	BNC	4	4	4	4		S
8	MATEMÁTICA(201)	BNC	4	4	4	4		S
9	L.E.M. INGLÊS (1107)	PD	2	2	2	2		S
Total C.H. Semanal			25	25	25	25		

Estabelecimento: ELEODORO ÉBANO PEREIRA – EFMPROFS

Período Letivo: 2012

Curso: ENSINO MÉDIO

Turno: Manhã

Código: 238699

**Teóricas: 1000 Práticas 00 Horas-Relógio: 800 Carga Horário Semanal: Total:
25**

Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	Carga Horária Semanal das Setações			O (*)
			1	2	3	
1	ARTE (704)	BNC	2	2	0	S
2	BIOLOGIA (1001)	BNC	2	2	2	S
3	ED. FÍSICA (601)	BNC	2	2	2	S
4	FILOSOFIA (2201)	BNC	2	2	2	S
5	FÍSICA (901)	BNC	2	2	2	S
6	GEOGRAFIA (401)	BNC	2	2	2	S
7	HISTÓRIA (501)	BNC	2	2	2	S
8	L. PORTUGUESA (106)	BNC	2	3	2	S
9	MATEMÁTICA (201)	BNC	3	2	3	S
10	QUÍMICA (801)	BNC	2	2	2	S
11	SOCIOLOGIA (2301)	BNC	2	2	2	S
12	L.E.M. INGLÊS (1107)	PD	2	2	2	S
13	L.E.M. ESPANHOL (1108)	PD	4	4	4	
Total C.H. Semanal			29	29	29	

Estabelecimento: ELEODORO ÉBANO PEREIRA – EFMPROFS

Período Letivo: 1º SEMESTRE / 2012

Curso: TECNICO EM ARTES DRAMATICAS ATOR CÊNICO – SUBSEQUENTE

Turno: NOITE

Código: 238701

Total de carga horária por semestre

Teoria: 400 Hora- relógio: 333

Carga horária semanal: 20 horas

Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	Carga Horária Semanal das Setações			O (*)
			1	2	3	
1	EXPRESSAO CORPORAL (2511)	FE	4	2	0	S
2	FUNDAMENTOS DO TRABALHO (3514)	FE	0	0	2	S
3	HISTORIA DA ARTE (714)	FE	4	0	0	S
4	HISTORIA DO TEATRO (2504)	FE	0	4	3	S
5	ILUMINACAO,CENOGRAF.E SONOPLAS (2524)	FE	0	0	4	S
6	IMPROVISACAO TEATRAL (2525)	FE	2	2	0	S
7	INDUMENTARIA E CARACTERIZACAO (2526)	FE	2	2	0	S
8	INTERPRETACAO TEATRAL (2527)	FE	4	4	4	S
9	LABORATORIO DE MONTAG.TEATRAL (2528)	FE	0	4	4	S
10	LITERATURA DRAMATICA (2508)	FE	2	2	0	S
11	ORGANIZACAO E PRODUCAO TEATRAL (2529)	FE	0	0	2	S
12	TECNICA DE EXPRESSAO VOCAL (2530)	FE	2	2	0	S
Total C.H. Semanal			20	22	19	

(*) Indicativo de Obrigatoriedade

ANEXO 2 CALENDÁRIO LETIVO 2012

COLÉGIO ESTADUAL ELEODORO ÉBANO PEREIRA - ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL PERÍODO DIURNO, NOTURNO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

CALENDÁRIO ESCOLAR – 2012

Considerados como dias letivos: semana pedagógica (06 dias); formação continuada (02 dias); replanejamento (01 dia);

reunião pedagógica (01 dias) – Delib. 02/02-CEE

Janeiro							Fevereiro							Março							
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	
										1	2	3	4					1	2	3	
1	2	3	4	5	6	7	5	6	7	8	9	10	11	4	5	6	7	8	9	10	
8	9	10	11	12	13	14	12	13	14	15	16	17	18	11	12	13	14	15	16	17	
15	16	17	18	19	20	21	19	20	21	22	23	24	25	18	19	20	21	22	23	24	
22	23	24	25	26	27	28	26	27	28	29	25	26	27	28	29	0	31				
29	30	31																3			
1 Dia Mundial da Paz							20 a 22 Carnaval							22 dias							
Abril							Maio							Junho							
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	
										1	2	3	4	5						1	2
1	2	3	4	5	6	7	6	7	8	9	10	11	12	3	4	5	6	7	8	9	
8	9	10	11	12	13	14	13	14	15	16	17	18	19	10	11	12	13	14	15	16	
15	16	17	18	19	20	21	20	21	22	23	24	25	26	17	18	19	20	21	22	23	
22	23	24	25	26	27	28	27	28	29	30	31	24	25	26	27	28	29	30			
29	30																				
6 Paixão 21 Tiradentes							1 Dia do Trabalho							7 Corpus Christi							
18 dias							21 dias							19 dias							
Julho							Agosto							Setembro							
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	
											1	2	3	4							1
1	2	3	4	5	6	7	5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	
8	9	10	11	12	13	14	12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	
15	16	17	18	19	20	21	19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	
22	23	24	25	26	27	28															
3 dias							22 dias							19 dias							

29	30	31
----	----	----

dias	26	27	28	29	30	31
------	----	----	----	----	----	----

23	24	25	26	27	28	29
30						

07 Dia do Funcionário de Escola

7 Independência

Outubro

D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

20 dias

Novembro

D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	

18 dias

Dezembro

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

12 dias

12 N. S. Aparecida
15 Dia do Professor

2 Finados
15 Proclamação da República
20 Dia Nacional da Consciência Negra

19 Emancipação Política do PR
25 Natal

Total de Dias Letivos

1º semestre: 100

2º semestre: 100

Férias Discentes	
Janeiro	31
fevereiro	7
julho	18
dezembro	12
Total	68

Férias/Recesso/Docentes	
janeiro/férias	30
janeiro/julho/recesso	15
dez/recesso	12
outros recessos	3
Total	60

- Início/Término
- Planejamento/replanejamento
- Férias
- Recesso
- Semana Pedagógica
- Formação Continuada SEED e NRE
- Conselho de Classe

- Reunião Pedagógica
- Feriado Municipal
- Semana de Integração Escola/Comunidade

Assinatura e Carimbo da Direção

ANEXO 3

LISTA FUNCIONÁRIOS E PROFESSORES 2012 FORMAÇÃO E FUNÇÃO

	Nome	FORMAÇÃO	Atuação
	Adelina Maria M. Tavares	Letras - Português	Profª de Língua Portuguesa
	Albertina Barros Sobreiro	Pedagogia	Eq. Pedagógica
	Albertina Visnieski de Alcantara	Letras Português/Inglês	Prof. de Inglês
	Alcione Dall'Igna Freitas	Letras Português/Inglês – Ed. Especial	Ed. Especial - CAEDV
	Alcira Louback Simão	Ensino Fundamental Incompleto	Agente de Apoio
	Alice Ebling de Moraes C. Gianini	Educação Física	Profª Ed. Física
	Alzira da Silva Dutra	Ensino Médio	Agente de Apoio
	Ana Cristina Agnoletto	História	Profª de História
	Ana Elizabeth Bisatto Fernandes	Pedagogia/ Ed.	Ed. Especial - CAEDV

		Especial	
Ana Lucia Erdman		Educação Artística	Prfª de Arte
Ana Luzia Supi de Souza		Pedagogia	Eq. Pedagógica
Ana Maria Marques Palaggi		Pedagogia	Eq. Pedagógica
Ana Paola Santos da Rosa Slomp		Pedagogia	Eq. Pedagógica
Anderson Rycard Fernandes Boiago		Geografia	Prof. de Geografia
Andréia Cortina Pereira		Matemática	Profª Matemática
Andreia Cristina Pereira Dalpizzol		Pedagogia	Eq. Pedagógica
Anidraci Louback Simão Nunes		Ensino Médio	Agente de Apoio
Ariadne Daiane de Assis		Educação Artística	Profª de Arte
Aurea Barboza Bueno		História	Profª de História
Aurea R. De Oliveira Leite		Matemática/Ciências	Profª de Matemática
Beloni S. Lara Rodrigues		pedagogia	Secretária
Carla Cristina Francez		Química	Profª de Química
Carla Eliza Santos		Pedagogia/ Letras Libras	Prof Interprete de Libras
Carla S. Soares Monte Blanco		Ciências/Biologia	Profª Ed. Especial –CAEDV
Celia Zornitta		Ed.Física	Profª de Educação Física
Celma Faria de Souza Burille		História	Profª de História
Celso Tavares		Física	DireçãoAuxiliar
Cibele Cristiany Geraldo Martin		Matemática/Ciências	Profª de Matemática

		s	
	Cilça dos Santos nascimento	Pedagogia	Eq. Pedagógica
	Cinthia Elizabet Otto Rola	Artes Visuais	Historia do Teatro/Org. E Prod. Teatral
	Cintia Abreu	Letras/Português	Profª Língua Portuguesa
	Claudinei Tavares	História	Prof de Filosofia
	Cleide Adriane Serovali	Arte	Profª de Arte
	Cristina M. C. Dos Reis	Matemática	Bibliotecária
	Daniel Schreiner	Matemática	Prof de Matemática
	Daniele Luciano da Silva Rodrigues	Química	Profª de Química
	Deborah Pricoma Fachinello	Matemática	Profª de Matemática
	Delciane Martini Silva	Pedagogia	Eq. Pedagógica
	Dhiéli Gomes Oliveira Gruchoski	Ciências Biológicas/ Libras	Prof Intérprete Libras
	Edinei João Bom	Geografia	Prof de Geografia
	Edson Marroque	Educação Física	Prof. de Ed. Física
	Ejacira Bartzik	Ensino Fundamental incompleto	Agente de Apoio
	Eldra Cristina G de Freitas Sequinel	Ciências Econômicas	Tec. administrativo
	Eliane Alves dos Santos	Pedagogia	Ed. Pedagógica
	Eliane Ferlin Figueiredo	Pedagogia/ Libras	Prof. Intérprete Libras
	Elisabeth Inês Ritter	Letras/Português / Libras	Prof. Intérprete Libras

Elza Vanusa Ceccatto Jesus	Letras Portugues/Italiano	Profª de Italiano
Erivete Albara Zago	Educação Física	Profª Ed. Física
Fabiana Godinho	Pedagogia	Tec. administrativo
Fernanda Chiodelli	Matemática	Profª de Matemática
Genésio José P. De Oliveira	Ensino Médio	Agente de Apoio
Geni Rosa Possamai	Educação Física	Profª Educação Física
Gicelly Mendes Moreira	Letras Port/Inglês	Profª Inglês
Gina Harla Rio	Letras/Libras	Interprete Libras
Giovanade L. Leal	Administração	Tec. administrativo
Gladis sandi Tosin	Geografia	Profª de Geografia
Gloria Mariza Franco	Educação Artística	Profª deArte
Graziela Amboni	Educação Física	Profª de Ed. Física
Hedi Fischdich	Letras- Port/Inglês	ProfºReadaptado
Iliane A M. Balbinotti	Secretariado	Tec. administrativo
Inelves Dani	Geografia	Diretora Geral
Irene Spies Adamy	História	Profª de História
Irene T. Schmitt	Ensino Médio	Agente de Apoio
Irineu Gruchoski	Ed. Física	Prof de Ed. Física
Isolina Soares P. De Oliveira	Ensino Médio	Agente de Apoio
Jamal Abd Mahmud Saleh Awadallak	Geografia	Prof. de Geografia
Janes Mara Berlatto	Letras/Português	Profª de LínguaPortuguesa
Janete Nunes Martins	Pedagoga	Eq. Pedagógica

	Janice Wutzke	Geografia	Profª de Geografia
	Jaqueline A Ferla	Matemática/ Física/Guilherme	Profª de Física
	Jakeline Goldoni Pereira	Pedagogia	Eq. Pedagógica
	Jaqueline Maria Cervo	Letras Port/Literatura	Profª de Língua Portuguesa
	Jaqueline Pizzi Melchior	Inglês	Profª de Inglês
	Jeferson Luiz Kaibers	Filosofia	Prof. Fundamentos do Trabalho
	Jenifer Lima Jung Potlann	Arte	Profª de Arte
	Jorge A P Bittencourt	Letras Port./Inglês	Prof. de Inglês
	José Luiz Domingues Galvão	Biologia/Ciências	Prof de Ciências
	José Roberto Sbardelotto	Ciências/Matemática	Prof de Ciências
	Josefina Pereira de Souza	Biologia/Ciências	Profª de Ciências
	Josete Maria Finatto	História	Prof[de História
	Juçara Kremer	Pedagogia	Tec. administrativo
	Judite A R de Queiroz Carneiro	Letras Port/Inglês/Literatura	Profª de Língua Portuguesa
	Judith da Silva Lima	Letras Port./Inglês	Profª de Inglês / Língua Portuguesa
	Juliana Carolina Lopes	Geografia	Profª de Geografia
	July Andressa Budke Azevedo	Arte	Profª de Arte
	Jussara Moura Vieira dos Santos	Ensino Médio	Agente de Apoio
	Keli Pereira Malaquias	Letras/Port/Inglês/Li	Prof. Intérprete Libras

		bras	
	Laura Godoy dos Santos	Pedagogia/geografia	Prof. Readaptado
	Lázaro Batista da Silva	Filosofia	Prof de Filosofia
	Lenira Maria Carneiro Brandalize	Ciências/Biologia	Profªde Ciências
	Leonilda A. C. da Silva	Ensino Fundamental	Merendeira
	Lidia Polina	Pedagogia/Ed. Especial	Profª Ed. Especial D.V.
	Liliane Apda. Marquardt Salles	História	Profªde Geografia
	Lucia Goretti Z. Correa	Pedagogia	Eq. Pedagógica
	Luciana Coelho Santos	Letras Port.italiano	Profª de italiano
	Lysiane Cassia Baldo	Artes Cênicas	Interp. Teatral/Lab e Montagem Teatral
	Marcia Regina Batista	História	Profª de História
	Marcos Douglas Pereira	Letras Port. Espanhol	Prof. de Espanhol
	Mareli Lucia Steinbach da Silva	Pedagogia	Direção Auxiliar
	Margarete Izabel Rauber	Biologia/Ciências/Matemática	Profª de Biologia
	Maria Cleusa Jurumenha	Geografia/Ed.Especial	Prof[Sala de Recursos
	Maria Deolinda Scremin	Matemática	Profªde Matemática
	Maria Elenir Rambo	Artes Plasticas/Ed.Artística	Profª de Arte

	Maria Eneide. Z. Freire	Ensino Médio	Merendeira
	Maria Inez Mazer Arruda	Ens.Religioso/História	Ens. Religioso/ História
	Maria Ivani S. Mioranza	Letras Port/Inglês	Profª de Língua Portuguesa
	Maria Marlene Marcon Bósio	Letras / Português	Profª de Língua Portuguesa
	Maria Renilda da Silva	Letras Port/Inglês	Profª de Inglês
	Marilda Apda Donati	Pedagogia/Ed. Especial	Profª Sala de Recursos
	Mariléia Silveira de Souza	Educação Física	Profª Educação Física
	Marilene da Silva	Ensino Médio	Apoio/Xerox
	Maristela Aparecida Sartori	Biologia/Ciências	Profª Biologia/Ciências
	Maristela Bebbber Kissula	Tecnologia em Processos Gerenciais	Tec. administrativo
	Marla katiely de O thomaz	Matemática	Profª de Matemática
	Marli Rodrigues França	Ensino Fundamental	Agente de Apoio
	Miao Shen Chen	Pedagogia	Profª de Mandarin
	Monica Murer	Física	Profª de Física
	Nara Núbia Andrade de Abreu	Educação Especial – DM	Profª Pape
	Nilson Rosa de Farias	Filosofia	Prof de Filosofia
	Noeli de Fátima Oliveira	História	Profª de História
	Odete Moreira Martins	Ensino Médio	Agente de Apoio
	Odete Rigon Pedó	Matemática	Profª de Matemática

	Olga Maria M. De souza	Letras Port./Ingles	Prof Readaptado
	Olívia Rodrigues Borges	Ensino Fundamental Incompleto	Agente Apoio
	Pedro Alírio Martendal	Ens. Fundamental Incompleto	Agente de Apoio
	Raquel Santos cunha	Geografia	Profª de Geografia
	Roberto Donbroski de Souza	Sociologia	Prof. de Sociologia
	Rodrigo Cezar Mendes	Educação Especial	Prof. Intérprete Libras
	Rodrigo José Lopes	Matemática	Prof. de Matemática
	Ronize Aparecida Bernartt	Arte	Pro. de Arte
	Rosani Salete Rosa Basso	Letras/Portugues/Literatura	Profª de Língua Portuguesa
	Roselia Ramos Shigemori	Letras Port./Inglês	Profª de Língua Portuguesa
	Sabrina Morosini	Matemática	Profª de Matemática
	Silvia M. Ferlin Feuser	Ciências/Biologia	Profª de Ciências
	Simão Diego Z. Da luz	Sociologia	Prof. de Sociologia
	Simone Daros	Pedagogia /Letras	Eq. Pedagogia/Profª de Língua Portuguesa
	Sirlene Milani	Letras Port./Inglês	Profª de Inglês
	Sônia M Flach de Almeida	Filosofia	Profª de História
	Sonia Mara Rocha	Matemática	Profª de Matemática
	Sueli Crisitane R Santos	Ciências Biológica	Profª de Ciências
	Sueli Satie Ishikawwa	História	Profª de História
	Suely Rosa Dall'igua Freitas	Pedagogia/ Ed.	Profª Ed. Especial D.V.

		Especial	
	Telcy Terezinha Scherer	Letras/Português	Profª de Língua Portuguesa
	Tereza W. P. De Souza	Ensino Fundamental	Agente de Apoio
	Terezinha de L.Ribeiro Primo	Matemática	Profª de Matemática
	Valdenir Gonçalves	Letras Port.Inglês	Prof. de Língua Português
	Valeria Meler Pereira da Silva	Matemática	Profª de Matemática
	Vanda Caverssan Lanini	Ciências/Química	Profª de Química
	Vandiana Borba Wilhelm	Pedagogia/Ed. Especial	Profª Ed. Especial D.V.
	Vânia Gambarelli	Pedagogia	Tec. Administrativo
	Vera Lúcia Dani	Matemática	Profª de Matemática
	Veraci Galdino	Matemática/Ed. Especial	Profª Ed. Especial D.V.
	Veratriz Onofre da Silva Zubeldia	Pedagogia	Profª de Sociologia
	Veronica Rosemary de Oliveira	Pedagogia/ProLibras	Prof. Interprete de Libras
	Vitor Lazarim	Ensino Fundamental	Agente de Apoio
	Wesley Dias Tomagi	Sociologia	Prof. de Sociologia
	Zeanita Belo Rosso	Ensino Médio	Agente Apoio
	Zenaide de Souza	Letras Português	Téc. Administrativo

ANEXO 4

Componentes do Conselho Escolar

DIREÇÃO

REPRESENTANTE DA EQUIPE PEDAGÓGICA

CONSELHEIRA:

SUPLENTE:

REPRESENTANTE DO CORPO DOCENTE

CONSELHEIRA:

SUPLENTE:

REPRESENTANTES DOS AGENTES EDUCACIONAIS II – ADMINISTRATIVO

CONSELHEIRA:

SUPLENTE:

REPRESENTANTES DOS AGENTES EDUCACIONAIS I – APOIO

CONSELHEIRA:

SUPLENTE:

REPRESENTANTES DO CORPO DISCENTE:

CONSELHEIRA:

SUPLENTE:

REPRESENTANTE DOS PAIS DE ALUNO

CONSELHEIRA:

SUPLENTE:

REPRESENTANTE DO GRÊMIO ESTUDANTIL

CONSELHEIRA:

SUPLENTE:

REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS ORGANIZADOS DA
COMUNIDADE

CONSELHEIRA:

SUPLENTE:



ESTATUTO DO CONSELHO ESCOLAR

SECRETARIA DE ESTADO DA
EDUCAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA DE
EDUCAÇÃO COORDENAÇÃO DE APOIO À DIREÇÃO E
EQUIPE PEDAGÓGICA

ESTATUTO DO CONSELHO ESCOLAR

TÍTULO I

Das Disposições Preliminares

CAPÍTULO I

Da Instituição, Sede e Foro

Art. 1º - O presente Estatuto dispõe sobre o Conselho Escolar do Colégio Estadual Eleodoro Ébano Pereira - Ensino Fundamental e Médio, sendo constituído segundo as disposições contidas na Resolução nº 2124/05 da SEED e no Parecer nº 27/2009, homologado pelo Ato Administrativo nº 41/09 do Núcleo Regional de Educação de Cascavel, que aprova o Estatuto do Conselho Escolar deste Estabelecimento de Ensino.

Art. 2º - O Conselho é denominado “Conselho Escolar do Colégio Estadual Eleodoro Ébano Pereira - Ensino Fundamental e Médio.

Art. 3º - O Conselho Escolar do Colégio Estadual Eleodoro Ébano Pereira - Ensino Fundamental e Médio, tem sede na rua São Paulo, nº 882, Bairro Centro, no Município de Cascavel, Estado do Paraná e será regido pelo presente Estatuto bem como, pelos dispositivos legais que lhe forem aplicáveis.

CAPÍTULO II

Da Natureza e Dos Fins

Art. 4º - O Conselho Escolar é um órgão colegiado, representativo da Comunidade Escolar, de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora, sobre a organização e realização do trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar em conformidade com as políticas e diretrizes educacionais da SEED, observando a Constituição, a LDB, o ECA, o Projeto Político-Pedagógico e o Regimento da Escola/ Colégio, para o cumprimento da função social e específica da escola.

§ 1º - A função deliberativa, refere-se à tomada de decisões relativas às diretrizes e linhas gerais das ações pedagógicas, administrativas e financeiras quanto ao direcionamento das políticas públicas, desenvolvidas no âmbito escolar.

§ 2º - A função consultiva refere-se à emissão de pareceres para dirimir dúvidas e tomar decisões quanto às questões pedagógicas, administrativas e financeiras, no âmbito de sua competência.

§ 3º - A função avaliativa refere-se ao acompanhamento sistemático das ações educativas desenvolvidas pela unidade escolar, objetivando a identificação de problemas e alternativas para melhoria de seu desempenho, garantindo o cumprimento das normas da escola bem como, a qualidade social da instituição escolar.

§ 4º - A função fiscalizadora refere-se ao acompanhamento e fiscalização da gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, garantindo a legitimidade de suas ações.

Art. 5º - O conselho escolar não tem finalidade e/ou vínculo político-partidário, religioso, racial, étnico ou de qualquer outra natureza, a não ser aquela que diz respeito diretamente à atividade educativa da escola, prevista no seu Projeto Político-Pedagógico.

Art. 6º - Os membros do Conselho Escolar não receberão qualquer tipo de remuneração ou benefício pela participação no colegiado, por se tratar de órgão sem fins lucrativos.

Art. 7º - O Conselho Escolar é concebido, enquanto um instrumento de gestão colegiada e de participação da comunidade escolar, numa perspectiva de democratização da escola pública, constituindo-se como órgão máximo de direção do Estabelecimento de Ensino.

Parágrafo único - A comunidade escolar é compreendida como o conjunto de profissionais da educação atuantes na escola, alunos devidamente matriculados e frequentando regularmente, pais e/ou responsáveis pelos alunos, representantes de segmentos organizados presentes na comunidade, comprometidos com a educação.

Art. 8º - O Conselho Escolar, órgão colegiado de direção, deverá ser constituído pelos princípios da representatividade democrática, da legitimidade e da coletividade, sem os quais perde sua finalidade e função político-pedagógica na gestão escolar.

Art. 9º - O Conselho Escolar abrange toda a comunidade escolar e tem como principal atribuição, aprovar e acompanhar a efetivação do projeto político-pedagógico da escola, eixo de toda e qualquer ação a ser desenvolvida no estabelecimento de ensino.

Art. 10- Poderão participar do Conselho Escolar representantes dos movimentos sociais organizados, comprometidos com a escola pública, assegurando-se que sua representação não ultrapasse 1/5 (um quinto) do colegiado.

Art. 11 - A atuação e representação de qualquer dos integrantes do Conselho Escolar visará ao interesse maior dos alunos, inspirados nas finalidades e objetivos da educação pública, definidos no seu Projeto Político-Pedagógico, para assegurar o cumprimento da função da escola que é ensinar.

Art. 12 - A ação do Conselho Escolar deverá estar fundamentada nos seguintes pressupostos:

- a) educação é um direito inalienável de todo cidadão;
- b) a escola deve garantir o acesso e permanência a todos que pretendem

ingressar no ensino público;

c) a universalização e a gratuidade da educação básica é um dever do Estado;

d) a construção contínua e permanente da qualidade da educação pública está diretamente vinculada a um projeto de sociedade;

e) qualidade de ensino e competência político-pedagógica são elementos indissociáveis num projeto democrático de escola pública;

f) o trabalho pedagógico escolar, numa perspectiva emancipadora, é organizado numa dimensão coletiva;

g) a democratização da gestão escolar é responsabilidade de todos os sujeitos que constituem a comunidade escolar;

h) a gestão democrática privilegia a legitimidade, a transparência, a cooperação, a responsabilidade, o respeito, o diálogo e a interação em todos os aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros da organização de trabalho escolar.

CAPÍTULO III

Dos Objetivos

Art. 13 - Os objetivos do Conselho Escolar são:

I - realizar a gestão escolar numa perspectiva democrática, contemplando o coletivo, de acordo com as propostas educacionais contidas no Projeto Político-Pedagógico da Escola;

II - constituir-se em instrumento de democratização das relações no interior da escola, ampliando os espaços de efetiva participação da comunidade escolar nos processos decisórios sobre a natureza e a especificidade do trabalho pedagógico escolar;

III - promover o exercício da cidadania no interior da escola, articulando a integração e a participação dos diversos segmentos da comunidade escolar na construção de uma escola pública de qualidade, laica, gratuita e universal;

IV - estabelecer políticas e diretrizes norteadoras da organização do trabalho pedagógico na escola, a partir dos interesses e expectativas histórico-sociais,

em consonância com as orientações da SEED e a legislação vigente;

V- acompanhar e avaliar o trabalho pedagógico desenvolvido pela comunidade escolar, realizando as intervenções necessárias, tendo como pressuposto o Projeto Político-Pedagógico da escola;

VI -garantir o cumprimento da função social e da especificidade do trabalho pedagógico da escola, de modo que a organização das atividades educativas escolares estejam pautadas nos princípios da gestão democrática.

TÍTULO II

Do Conselho Escolar

CAPÍTULO I

Da Constituição e Representação

Art. 14 - O Conselho Escolar é constituído por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, previstos no artigo 18.

Art. 15 - O Conselho Escolar terá como membro nato o Diretor do estabelecimento de ensino, eleito para o cargo, em conformidade com a legislação pertinente, constituindo-se no Presidente do referido Conselho.

Parágrafo Único -O Conselho Escolar constituído poderá eleger seu vice-presidente, dentre os membros que o compõe, maiores de 18 (dezoito) anos.

Art. 16 - Os representantes do Conselho Escolar serão escolhidos entre seus pares, mediante processo eletivo, de cada segmento escolar, garantido a representatividade de todos os níveis e modalidades de ensino.

Parágrafo Único - No ato de eleição, para cada membro será eleito também, um suplente.

Art. 17 - O Conselho Escolar, de acordo com o princípio da representatividade que abrange toda a comunidade escolar, terá assegurada na sua constituição a paridade (número igual de representantes por segmento) e a seguinte proporcionalidade:

I –50% (cinquenta por cento) para a categoria profissionais da escola : professores, equipe pedagógica e funcionários;

II -50% (cinquenta por cento) para a categoria comunidade atendida pela escola: alunos, pais de alunos e movimentos sociais organizados da comunidade.

Art. 18 – O Conselho Escolar, de acordo com o princípio da representatividade e proporcionalidade, previsto nos artigos 16 e 17, é constituído pelos seguintes conselheiros:

- a) diretor;
- b) representante da equipe pedagógica;
- c) representante do corpo docente (professores);
- d) representante dos funcionários administrativos;
- e) representante dos funcionários de serviços gerais;
- f) representante do corpo discente (alunos);
- g) representante dos pais de alunos;
- h) representante do Grêmio Estudantil;
- i) representante dos movimentos sociais organizados da comunidade (APMF, Associação de Moradores, Igrejas, Unidades de Saúde, etc).

Seção I

Das Eleições, Posse e Exercício

Art. 19 - As eleições dos membros do Conselho Escolar, titulares e suplentes, realizar-se-ão em reunião de cada segmento convocada para este fim, para um mandato de 2 (dois) anos , admitindo-se uma única reeleição consecutiva.

§ 1º - As datas, horários e locais das reuniões para as eleições dos representantes serão estabelecidas pelos respectivos segmentos, sob a coordenação de um Conselheiro indicado pelo seu segmento, para encaminhar o processo de eleição, com registro em livro ata.

§ 2º - No caso do segmento dos alunos, os mesmos poderão ser orientados e assessorados pelos membros da equipe pedagógica.

§ 3º - Para cada Conselheiro será eleito um suplente que o substituirá em suas ausências ou vacância do cargo.

§ 4º - Assegurar que sejam cumpridas todas as etapas do processo de eleições de cada segmento.

Art. 20 - O edital de convocação para as eleições dos representantes de cada segmento será expedido pelo Presidente do Conselho, com antecedência nunca inferior a 30 (trinta) dias, antes do término da gestão e fixará o período destinado ao pleito eleitoral.

Art. 21 - Havendo segmento(s) composto(s) por um só funcionário, esse será automaticamente Conselheiro, devendo tal condição ser observada na ata de posse.

Parágrafo Único - No caso de afastamento e licenças do Conselheiro citado neste artigo, esse será representado pelo profissional designado para sua função.

Art. 22 - O edital de convocação para as reuniões de eleição dos representantes do Conselho Escolar deverá ser afixado em local visível na unidade escolar, no mínimo 02 (dois) dias úteis, ou seja 48 (quarenta e oito) horas, antes da sua realização, durante o período letivo.

Art. 23 - A eleição dos representantes dos segmentos da comunidade escolar que integrarão o Conselho Escolar, deverá ocorrer mediante votação direta e secreta e o seu resultado será lavrado em ata.

Art. 24 - Têm direito a voto os profissionais da educação em efetivo exercício na escola, alunos matriculados com frequência regular, pais e/ou responsáveis dos alunos e representantes dos movimentos sociais organizados da comunidade local.

§ 1º - Considerar-se-ão, ainda em efetivo exercício, portanto, com direito a voto, os servidores que estiverem afastados com amparo da lei nº 6.174/70. (licença-gala, férias, licença-ano, licença-prêmio, licença para tratamento de saúde, licença gestação).

§ 2º - Os servidores substitutos terão direito a voto desde que não estejam em substituição a servidores afastados em decorrência da lei nº 6.174/70.: férias, licença-prêmio, licença para tratamento de saúde (a partir de trinta dias) e licença gestação.

§ 3º - No segmento dos professores, Integrante do Quadro Próprio do Magistério detentor de dois padrões na mesma Unidade Escolar, este terá direito a um único voto.

§ 4º - Cada membro do Conselho Escolar somente poderá representar um segmento da comunidade escolar.

§ 5º - Os cargos de Conselheiros serão preenchidos, por profissionais da educação em exercício no próprio estabelecimento de ensino.

§ 6º - No segmento dos pais, o voto será um por família (pai ou mãe ou representante legal), independente do número de filhos matriculados na escola.

§ 7º -O segmento dos alunos, terá igualmente direito a voz e voto, observando o contido no artigo 39, em seu parágrafo 1º.

Art. 25 - No caso de vacância do cargo de qualquer um dos Conselheiros e não havendo mais suplentes, serão convocadas novas eleições de representante do respectivo segmento, para complementação do mandato em vigor, obedecidas as disposições deste Estatuto, no artigo 19.

Art. 26 - Nenhum dos membros da comunidade escolar poderá acumular voto, não sendo também permitidos os votos por procuração.

Art. 27 - Os membros do Conselho Escolar que se ausentarem 03* (três) reuniões consecutivas ou 05* (cinco) intercaladas serão destituídos, assumindo os respectivos suplentes.

Parágrafo Único - As ausências deverão ser justificadas, por escrito ou verbalmente, em reunião do Conselho e serão analisadas pelos Conselheiros, cabendo-lhes a decisão da aceitação ou não da justificativa apresentada.

Art. 28 - O mandato será cumprido integralmente, no período para o qual os representantes foram eleitos, exceto em caso de destituição ou renúncia.

Parágrafo Único - O Conselheiro representante do segmento dos pais, em caso de transferência do aluno, não poderá permanecer no Conselho até o final do período para o qual foi eleito sendo substituído automaticamente.

Art. 29 - A posse dos representantes eleitos dar-se-á em reunião especialmente convocada pelo Presidente do Conselho para esse fim.

§ 1º - A posse dos representantes eleitos dar-se-á no dia imediatamente subsequente ao término da gestão anterior.

§ 2º - O ato de posse dos Conselheiros consistirá de:

- a) ciência do Estatuto, mediante leitura do mesmo;
- b) ciência do Regimento Escolar;
- c) ciência do Projeto Político-Pedagógico da Escola;
- d) assinatura da Ata e Termo de Posse;

CAPÍTULO II

Do Funcionamento do Conselho Escolar

Art. 30 - O Conselho Escolar será um fórum permanente de debates, de articulação entre os vários setores da escola, tendo em vista o atendimento das necessidades educacionais e os encaminhamentos necessários à solução de questões pedagógicas, administrativas e financeiras, que possam interferir no funcionamento da mesma.

Art. 31 - O Conselho Escolar encaminhará ações que visem a organização e o funcionamento da escola, de acordo com o Projeto Político-Pedagógico e as políticas educacionais da SEED, responsabilizando-se pelas suas deliberações.

Art. 32 - No desenvolvimento de suas ações, o Conselho Escolar deve evitar:

- a) burocratizar o desenvolvimento da ação pedagógica e administrativa da escola;
- b) deliberar sobre aspectos corporativistas.

Art. 33 - A presidência do Conselho Escolar será exercida pelo Diretor da escola, cabendo a este diligenciar pela efetiva realização de suas decisões, para a consolidação do Projeto Político-Pedagógico da Escola.

Art.34 – O Conselho Escolar deverá reunir-se periodicamente a fim de propor, renovar, acompanhar e avaliar, permanentemente, as ações implementadas na escola, os projetos desenvolvidos, os obstáculos encontrados e o nível de alcance das metas bem como, os objetivos estabelecidos no Projeto Político-Pedagógico da Escola.

Parágrafo Único - Após a convocação e divulgação da pauta de reunião do Conselho Escolar, cada representante de segmento procederá reunião específica para que seja ouvida e respeitada a opinião de seus pares.

Art. 35 - As reuniões do Conselho Escolar poderão ser ordinárias e extraordinárias.

I- as reuniões ordinárias serão bimestrais, convocadas pelo Presidente do Conselho ou vice-presidente, no seu impedimento, por representante designado pelo mesmo, dentre os seus componentes, com 72* (setenta e duas) horas de antecedência, com pauta claramente definida no edital de convocação;

II- as reuniões extraordinárias serão convocadas com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, com pauta claramente definida e por solicitação :

a)do Presidente ou vice-presidente do Conselho;

b)da maioria simples de seus membros, através de requerimento dirigido ao Presidente do Conselho especificando o motivo da solicitação.

Art. 36 - As reuniões serão realizadas, em primeira convocação, com quórum mínimo de maioria simples (metade mais um), ou em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com 1/3 (um terço) de seus membros.

§ 1º - Não havendo quórum estabelecido, cancela-se a reunião e registra-se a ocorrência em ata assinada pelos presentes.

§ 2º - É permitida a participação de pessoas integrantes da comunidade escolar nas reuniões do Conselho Escolar, com direito a voz e sem direito a voto, quando constar da pauta assunto de seu interesse.

Art. 37 - As reuniões do Conselho Escolar serão lavradas em Atas, por Secretários “ad hoc”, em livro próprio para registros, comunicações e/ou divulgações.

Art. 38 - As deliberações do Conselho Escolar serão tomadas por consenso após esgotadas as argumentações de seus membros .

§ 1º -Entende-se por consenso a unanimidade de opiniões ou, para efeito deste Estatuto, a proporção de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros presentes.

§ 2º -Não havendo o consenso previsto no § 1º, a matéria será adiada, visando a estudos que embasem a argumentação dos Conselheiros, em busca do consenso.

Art. 39 - Os Conselheiros eleitos ou seus suplentes, em caso de substituição, terão direito a voz e voto.

§ 1º- Os alunos terão igualmente direito a voz e voto, salvo nos assuntos que, por força legal, sejam restritivos aos que não estiverem no gozo da capacidade civil.

§ 2º Não serão permitidos votos por procuração.

Art. 40 - Para a divulgação das deliberações do Conselho Escolar que devam ser tornadas públicas, serão utilizados editais ou livro-aviso, garantindo um fluxo de comunicação permanente, de modo que as informações pertinentes sejam divulgadas em tempo hábil.

Art. 41 – Os membros titulares e suplentes do Conselho Escolar devem participar de cursos de capacitação/ formação continuada, promovidos pela Secretaria de Estado da Educação , Núcleos Regionais de Ensino e pela própria escola.

CAPÍTULO III

Das Atribuições do Conselho Escolar

Art. 42 - As atribuições do Conselho Escolar são definidas em função das condições reais da escola, da organização do próprio Conselho e das competências dos profissionais em exercício na unidade escolar.

Art. 43 - São atribuições do Conselho Escolar:

I -aprovar e acompanhar a efetivação do projeto político-pedagógico da escola;

II -analisar e aprovar o Plano Anual da Escola, com base no projeto político-pedagógico da mesma;

III – criar e garantir mecanismos de participação efetiva e democrática na elaboração do projeto político-pedagógico bem como do regimento escolar, incluindo suas formas de funcionamento aprovados pela comunidade escolar;

IV - acompanhar e avaliar o desempenho da escola face às diretrizes, prioridades e metas estabelecidas no seu Plano Anual, redirecionando as ações quando necessário;

V -definir critérios para utilização do prédio escolar , observando os dispositivos legais emanados da mantenedora e resguardando o disposto no Artigo 10 da Constituição do Estado do Paraná, sem prejuízo ao processo pedagógico da escola;

VI - analisar projetos elaborados e/ou em execução por quaisquer dos segmentos que compõem a comunidade escolar, no sentido de avaliar sua importância no processo educativo;

VII – analisar e propor alternativas de solução à questões de natureza pedagógica, administrativa e financeira, detectadas pelo próprio Conselho Escolar, bem como as encaminhadas, por escrito, pelos diferentes participantes da comunidade escolar, no âmbito de sua competência;

VIII - articular ações com segmentos da sociedade que possam contribuir para a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem;

IX - elaborar e/ou reformular o Estatuto do Conselho Escolar sempre que se fizer necessário, de acordo com as normas da Secretaria de Estado da Educação e legislação vigente;

X – definir e aprovar o uso dos recursos destinados à escola mediante Planos de Aplicação, bem como prestação de contas desses recursos, em ação conjunta com a Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF;

XI - discutir, analisar, rejeitar ou aprovar propostas de alterações no Regimento Escolar encaminhadas pela comunidade escolar ;

XII- apoiar a criação e o fortalecimento de entidades representativas dos segmentos escolares;

XIII - promover, regularmente, círculos de estudos, objetivando a formação continuada dos Conselheiros a partir de necessidades detectadas, proporcionando um melhor desempenho do seu trabalho;

XIV– aprovar e acompanhar o cumprimento do Calendário Escolar observada a legislação vigente e diretrizes emanadas da Secretaria de Estado da Educação;

XV – discutir e acompanhar a efetivação da proposta curricular da escola, objetivando o aprimoramento do processo pedagógico, respeitadas as diretrizes emanadas da Secretaria de Estado da Educação;

XVI - estabelecer critérios para aquisição de material escolar e/ou de outras espécies necessárias à efetivação da proposta pedagógica da escola;

XVII – zelar pelo cumprimento e defesa aos Direitos da Criança e do Adolescente, com base na Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente;

XVIII – avaliar, periodicamente e sistematicamente, as informações referentes ao uso dos recursos financeiros, os serviços prestados pela Escola e resultados pedagógicos obtidos;

XIX – encaminhar, quando for necessário, à autoridade competente, solicitação de verificação, com fim de apurar irregularidades de diretor, diretor-auxiliar e demais profissionais da escola, em decisão tomada pela maioria absoluta de seus membros, em Assembléia Extraordinária convocada para tal fim, com razões fundamentadas, documentadas e devidamente registradas;

XX - assessorar, apoiar e colaborar com a direção em matéria de sua competência e em todas as suas atribuições, com destaque especial para:

a) o cumprimento das disposições legais;

b) a preservação do prédio e dos equipamentos escolares;

c) a aplicação de medidas disciplinares previstas no Regimento Escolar quando encaminhadas pela Direção, Equipe Pedagógica e/ou referendadas pelo Conselho de Classe;

d) comunicar ao órgão competente as medidas de emergência, adotadas pelo Conselho Escolar, em casos de irregularidades graves na escola;

XXI- estabelecer anualmente um cronograma de reuniões ordinárias.

Art.44- Para fins deste Estatuto considerar-se-ão irregularidades graves:

a) aquelas que representam risco de vida e/ou integridade física das pessoas;

b) aquelas que caracterizem risco ao patrimônio escolar;

c) desvio de material de qualquer espécie e/ou recursos financeiros;

d) aquelas que, comprovadamente, se configurem como trabalho inadequado, comprometendo a aprendizagem e segurança do aluno.

Seção I

Das Atribuições dos Conselheiros

Art.45 - A ação de todos os membros será sempre visando ao coletivo e à qualidade de ensino, evitando-se o trato de interesses individuais.

Art. 46 - A atuação dos Conselheiros será restrita às reuniões do Conselho, ficando vedada sua interferência no trabalho de qualquer profissional ou aluno.

parágrafo Único - Os Conselheiros poderão, individual ou coletivamente, agir junto a órgãos externos quando tal tarefa lhes for delegada em reunião do Conselho.

Art. 47 - São atribuições do Presidente do Conselho:

I - convocar, através de edital e envio de comunicado, todos os Conselheiros, com 72 (setenta e duas) horas de antecedência, para reunião ordinária, em horário compatível com o da maioria destes, com pauta claramente definida na convocatória;

II - convocar, sempre que justificadas, reuniões extraordinárias com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência e pauta claramente definida;

III – planejar, organizar, coordenar e presidir a realização de assembleias e reuniões do Conselho Escolar;

IV - diligenciar pela efetiva realização das decisões do Conselho Escolar, tomando medidas que visem a garantir seu bom funcionamento;

V -estimular a participação de todos os Conselheiros em todas as reuniões do Conselho Escolar;

VI - providenciar as comunicações e divulgações das decisões tomadas pelo Conselho Escolar; constatadas em ata com a assinatura dos presentes;

VII- estar inteirado, quanto ao andamento do processo pedagógico, acompanhando a implementação do projeto político-pedagógico;

VIII - submeter à análise e à aprovação o Plano Anual da Escola;

IX - diligenciar para o efetivo registro das reuniões do Conselho, indicando secretário "ad hoc";

X - desencadear o processo de eleição do Conselho de acordo com o previsto neste Estatuto;

XI - encaminhar ao NRE relação nominal dos componentes do Conselho Escolar, seus respectivos suplentes e o prazo de vigência de seu mandato, logo após a sua constituição ou alteração;

XII – representar o Conselho Escolar , quando designado pelos conselheiros para qualquer finalidade;

XIII- exercer o voto para fins de desempate, somente quando esgotadas as possibilidades de consenso das deliberações;

XIV - cumprir e exigir o cumprimento do presente Estatuto.

Art. 48 - São atribuições dos Conselheiros:

I -cabe ao Conselheiro representar seu segmento discutindo, formulando e avaliando internamente propostas a serem apresentadas nas reuniões do Conselho;

II -representar seus segmentos, expressando as posições de seus pares, visando sempre à função social da escola;

III -promover reuniões com seus segmentos, a fim de discutir questões referentes à organização e ao funcionamento da escola, bem como o encaminhamento de sugestões e proposições ao Conselho Escolar;

IV - participar das reuniões ordinárias e extraordinárias sempre que convocados;

V - coordenar os seus segmentos, realizando entre seus pares a eleição de representantes do Conselho;

VI - divulgar as decisões do Conselho a seus pares;

VII - colaborar na execução das medidas definidas no Conselho Escolar, desenvolvendo ações no âmbito de sua competência;

VIII - cumprir e exigir o cumprimento do presente Estatuto.

CAPÍTULO IV

Dos Direitos, Deveres, Proibições e Medidas Disciplinares

Dos Conselheiros

Seção I

Dos Direitos

Art. 49 - Os Conselheiros, além dos direitos assegurados por toda a legislação aplicável, terão os seguintes direitos:

I - participar das reuniões do Conselho, opinando, argumentando e representando seus segmentos;

II - articular com os demais Conselheiros, solicitando convocação de reunião extraordinária do Conselho em conformidade com o artigo 34, inciso II deste Estatuto;

III - receber no ato de posse, informações sobre as disposições contidas neste Estatuto;

IV - ser informado, em tempo hábil, de todas as reuniões do Conselho Escolar;

V - solicitar, em reunião do Conselho, esclarecimentos de qualquer natureza acerca das atividades da escola;

VI - consultar, quando se fizer necessário, atas e livros do Conselho Escolar;

VII - votar durante as reuniões do Conselho Escolar quando não houver consenso;

VIII - solicitar a direção da Escola o uso de um espaço físico no estabelecimento escolar, a fim de reunir-se com seus segmentos de forma autônoma, para deliberar assuntos indicados em pauta de reunião do Conselho, sem prejuízo das atividades pedagógicas, responsabilizando-se por sua limpeza e conservação.

Seção II

Dos Deveres

Art. 50 - Aos Conselheiros, além de outras atribuições legais, compete:

I - representar as idéias e reivindicações de seus segmentos;

II - manter discrição sobre assuntos tratados que não devam ser divulgados;

III - organizar seu segmento promovendo eleições de representantes nos prazos previstos no artigo 18 contidos no presente Estatuto;

IV - conhecer e respeitar o referido Estatuto bem como as deliberações do Conselho Escolar;

V - participar das reuniões do Conselho Escolar e estimular a participação dos demais Conselheiros nas mesmas;

VI - justificar, oralmente ou por escrito, suas ausências nas reuniões do Conselho;

VII - orientar seus pares quanto a procedimentos a serem adotados para o encaminhamento de problemas referentes à Escola;

VIII - atualizar seu endereço, sempre que necessário, junto à secretaria da escola.

Seção III

Das Proibições

Art. 51 - Aos Conselheiros é vedado:

I - tomar decisões individuais que interfiram no processo pedagógico e administrativo da escola;

II - expor pessoa ou grupo a situações vexatórias;

III - transferir a outra pessoa o desempenho do encargo que lhe foi confiado;

IV - interferir no trabalho de qualquer profissional no âmbito escolar;

V - divulgar assuntos que não se destinem a domínio público, assuntos estes, tratados nas reuniões do Conselho Escolar.

Seção IV

Das Medidas Disciplinares

Art. 52- O conselheiro que deixar de cumprir as disposições deste Estatuto ficará sujeito às seguintes medidas disciplinares:

- a) advertência verbal, em particular, aplicada pelo Presidente do Conselho;
- b) advertência verbal, em reunião do Conselho, com registro em ata e ciência do advertido;
- c) repreensão, por escrito. Aplicada pelo Presidente e ciência do advertido;
- d) afastamento do Conselheiro, por meio de registro em ata, em reunião do Conselho Escolar.

Art. 53 – Nenhuma medida disciplinar poderá ser aplicada, sem prévia defesa, por parte do conselheiro.

CAPÍTULO V

Dos Direitos dos Segmentos

Art. 54 - Os membros dos segmentos, além dos direitos assegurados por toda a legislação aplicável, terão os seguintes direitos:

I - ter conhecimento do Estatuto do Conselho Escolar;

II- destituir o representante de seu segmento quando este não cumprir as atribuições dos Conselheiros previstas no artigo 48 deste Estatuto.

Art. 55 - A destituição de um Conselheiro só poderá ocorrer em Assembléia do segmento,

especialmente convocada para este fim, com quorum mínimo de maioria simples (metade mais um) de seus integrantes, em conformidade com o artigo 36.

§1º - A Assembléia de destituição será convocada por 1/5 (um quinto) dos membros do segmento, desde que dada ciência ao Conselheiro e assegurado o seu direito de defesa.

§2º - A Assembléia deverá ser registrada, em ata, com assinatura de todos os membros presentes, constando o motivo da destituição.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Gerais e Transitórias.

Art. 56 - O presente Estatuto será alterado, quando necessário, pelo Conselho Escolar,

em assembléia extraordinária convocada para este fim, e mediante a aprovação de 2/3 (dois terços) dos seus integrantes, entrando em vigor após sua aprovação.

Art.57 - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pelo próprio Conselho, ou se for o caso, terão sua solução orientada pela Secretaria de Estado da Educação.

Art. 58 - O presente Estatuto entrará em vigor após sua aprovação pela Secretaria de Estado da Educação.

Cascavel , 05 de março de 2009

Presidente do Conselho Escolar

Conselheiros

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1998. Disponível em: www.mec.gov.br/legis/default.shtm. Acesso em 20 out. 2004.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n. 9.394/96**. Disponível em: www.mec.gov.br/legis/default.shtm. acesso em: 20 out. 2004.

DOURADO, Luiz F. **Gestão democrática da escola**: movimentos, tensões e desafios. Brasília: CNTE, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1985.

PARANÁ. Assembléia Legislativa. **Projeto Lei**. Fixa normas para criação de conselhos escolares nos termos do Art. 178, inciso VII da Constituição Estadual. [s.1.]:[19-]. Mimeo.

_____. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação 020/91**, 18 de outubro de 1991.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Resolução 4.839/94, 13 de outubro de 1994.

PARO, Vitor H. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

_____. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 1997.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico da escola – Uma construção possível**. 13ª ed. Campinas: Papirus, 1995.

ANEXO5

Conselho Deliberativo e Fiscal

Mestre

Elizabeth Inês Ritter

Janes Mara Berlato

Funcionário

Fabiana Godinho de Oliveira

Juçara Kremer

Pais

Amauri Raimundo de Souza

Geneci dos Santos

Irajá Sequinel

Silvana Luiza Ribeiro

ANEXO 6

FICHA DE DIÁLOGO PROFESSOR-ALUNO (CONSELHO DE CLASSE)

DIALOGANDO COM O ALUNO

PRÉ-CONSELHO DE CLASSE DO PROFESSOR COM A TURMA: _____

Professor(a): _____

Disciplina: _____

Data: __/__/____

<p>1-A turma pode ser definida como:</p> <p><input type="checkbox"/> Participativa, comprometida, interessada</p> <p><input type="checkbox"/> Pouco participativa, descompromissada, desinteressada</p> <p><input type="checkbox"/> Agitada, com excesso de conversas paralelas e brincadeiras</p> <p><input type="checkbox"/> Tranquila apesar da conversa paralela</p> <p><input type="checkbox"/> Outros _____</p>	<p>2-Pontos a serem melhorados:</p> <p><input type="checkbox"/> Seriedade (diminuir conversas paralelas e brincadeiras)</p> <p><input type="checkbox"/> Compromisso (realização de atividades, entrega de trabalhos, pendências)</p> <p><input type="checkbox"/> Assiduidade (frequência, datas de entrega de atividades, pendências)</p> <p><input type="checkbox"/> Outros _____</p>
<p>3-Por que alguns alunos não conseguem bons resultados nas avaliações?</p> <p><input type="checkbox"/> Excesso de conversa paralela durante as aulas/explicações;</p> <p><input type="checkbox"/> Ausência de tempo de estudos em casa;</p> <p><input type="checkbox"/> Desinteresse frente aos estudos;</p> <p><input type="checkbox"/> Explicações insuficientes;</p> <p><input type="checkbox"/> Outros _____</p>	<p>4-Ao analisar os resultados das avaliações, os conteúdos não assimilados são retomados. A turma colabora com este processo?</p> <p><input type="checkbox"/> Sempre</p> <p><input type="checkbox"/> Nunca</p> <p><input type="checkbox"/> As vezes</p>

5-No geral, como está o comprometimento da turma em relação aos quatro eixos (seriedade, compromisso, assiduidade e participação da família) propostos pelo Colégio?

Bom Regular Ótimo Ruim

Quais alunos que precisam mudar em relação à: (Nome e número do aluno)

Indisciplina: _____

Assiduidade: _____

Seriedade/compromisso: _____

6-Sugestões da turma para encaminhamentos pedagógicos na disciplina.

DIALOGANDO COM O ALUNO – Coordenação, Direção, agentes Educacionais I e II

PRÉ-CONSELHO DE CLASSE COM A TURMA: _____

Os trabalhos desenvolvidos pelas seguintes áreas, na opinião da turma é:

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA () Plenamente satisfatório () Parcialmente Satisfatório () Sugestões: _____ _____	DIREÇÃO ESCOLAR () Plenamente satisfatório () Parcialmente Satisfatório () Sugestões: _____ _____
SECRETARIA () Plenamente satisfatório () Parcialmente Satisfatório () Sugestões: _____ _____	MECANOGRAFIA () Plenamente satisfatório () Parcialmente Satisfatório () Sugestões: _____ _____
BIBLIOTECA () Plenamente satisfatório () Parcialmente Satisfatório () Sugestões: _____ _____	LABORATÓRIOS () Plenamente satisfatório () Parcialmente Satisfatório () Sugestões: _____ _____
COZINHA () Plenamente satisfatório	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO () Plenamente satisfatório

() Parcialmente Satisfatório	() Parcialmente Satisfatório
() Sugestões: _____	() Sugestões: _____
_____	_____

ANEXO 8

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES ESCOLARES POR TURMA

**COLEGIO ESTADUAL ELEODORO ÉBANO PEREIRA, ENSINO FUNDAMENTAL,
MÉDIO E PROFISSIONALIZANTE**
CONTROLE DE FALTAS - ANO: TURMA: 2012

DATA:	DATA:	DATA:	DATA:	DATA:
DATA:	DATA:	DATA:	DATA:	DATA:
DATA:	DATA:	DATA:	DATA:	DATA:

Professor(a)

_____ Disciplina _____

Turma: _____ Data: _____

PENDÊNCIAS PEDGÓGICAS- 2º SEMESTRE DE 2012

Segue relação de alunos que estão em Pendência Pedagógica e respectivas atividades devidas, em acordo com a legenda: (**Importante:** Registrar brevemente a atividade devida para constar em arquivo com a coordenação. Lembramos que é o professor quem repassa as informações das atividades devidas aos alunos e não a coordenação).

Nº	Aluno(a)	Atividade Pendente

LEGENDA:

1		4	
2		5	
3		6	
7		8	

9		10	
11		12	

TABELA DE AVALIAÇÃO

Colégio Estadual Eleodoro Ébano Pereira, Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante					
TURMA:			COORDENADORA:		ANO: 2012
Aviso da Aval	Professor	Disciplina	Aval	Trab	Data de Entrega

RECADOS

COLÉGIO ELEODORO ÉBANO PEREIRA, ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONALIZANTE		
RECADOS E INFORMAÇÕES - ANO: TURMA: 2012		
DATA:	DATA:	DATA:

DATA:	DATA:	DATA:
DATA:	DATA:	DATA:
DATA:	DATA:	DATA:

ANEXO 9

Composição da APMF

Função	Representante
Presidente	Zilda Tenorio de Barros
Vice-Presidente	Sergio Luiz Pelegin
1º Secretário	Maria Renilda da Silva
2º secretário	Eldra Cristina Gonçalves de Freitas

	Sequinel
1ª tesoureira	Terezinha Matiello Lora
2º tesoureiro	Cátia Rosane
1º Diretor Sócio-Cultural	Elza Vanussa Ceccatto de Jesus
2º Diretor Sócio-Cultural	Fábio Júnior Saim

ESTATUTO DE APMF

CAPÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO, SEDE E FORO

Art. 1º A Associação de Pais, Mestres e Funcionários da (o) COLÉGIO ESTADUAL ELEODORO ÉBANO PEREIRA– ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO, APMF/COLÉGIO ESTADUALELEODORO ÉBANO PEREIRA, com sede e foro no Distrito de CASCAVEL Município de CASCAVEL, Estado do Paraná, localizado à Rua São Paulo , n.º 882, reger-se-á pelo presente Estatuto e pelos dispositivos legais ou regulamentares que lhe forem aplicados.

CAPÍTULO II

DA NATUREZA

Art. 2º A APMF, ou similares, pessoa jurídica de direito privado, é um órgão de representação dos Pais, Mestres e Funcionários do Estabelecimento de Ensino, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus Dirigentes e Conselheiros, sendo constituído por prazo indeterminado.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS

Art. 3º Os objetivos da APMF são:

I - discutir, no seu âmbito de ação, sobre ações de assistência ao educando, de aprimoramento do ensino e integração família - escola - comunidade, enviando sugestões, em consonância com a Proposta Pedagógica, para apreciação do Conselho Escolar e equipe-pedagógica-administrativa;

II - prestar assistência aos educandos, professores e funcionários, assegurando-lhes melhores condições de eficiência escolar, em consonância com a Proposta Pedagógica do Estabelecimento de Ensino;

III - buscar a integração dos segmentos da sociedade organizada, no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando sempre a realidade dessa comunidade;

IV - proporcionar condições ao educando para participar de todo o processo escolar, estimulando sua organização em Grêmios Estudantis com o apoio da APMF e do Conselho Escolar;

V - representar os reais interesses da comunidade escolar, contribuindo, dessa forma, para a melhoria da qualidade do ensino, visando manter a gratuidade e universalidade da escola pública;

VI - promover o entrosamento entre pais, alunos, professores e funcionários e toda a comunidade, através de atividades sócio-educativas-culturais-desportivas, ouvido o Conselho Escolar;

VII - gerir e administrar os recursos financeiros próprios e os que lhes forem repassados através de convênios, de acordo com as prioridades estabelecidas em reunião conjunta com o Conselho Escolar, com registro em livro ata;

VIII - colaborar com a manutenção e conservação do prédio escolar e suas instalações e equipamentos, conscientizando sempre a comunidade sobre a importância desta ação.

IX - criar e disponibilizar veículos de comunicação, garantindo espaço para a interação entre a Escola e a Comunidade Escolar.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 4º Compete à APMF:

I - acompanhar o desenvolvimento da Proposta Pedagógica, sugerindo as alterações que julgar necessárias ao Conselho Escolar do Estabelecimento de Ensino, para deferimento ou não;

II - observar as disposições legais e regulamentares vigentes, inclusive Resoluções emanadas da Secretaria de Estado da Educação, no que concerne à utilização das dependências da Unidade Escolar para a realização de eventos próprios do Estabelecimento de Ensino;

III - estimular a criação e o desenvolvimento de atividades para pais, alunos, professores, funcionários, assim como para a comunidade, após análise do Conselho Escolar;

IV - promover palestras, conferências e grupos de estudos envolvendo pais, professores, alunos, funcionários e comunidade, a partir de necessidades apontadas por esses segmentos, podendo ou não ser emitido certificado, de acordo com os critérios da SEED;

V - colaborar, de acordo com as possibilidades financeiras da entidade, com as necessidades dos alunos comprovadamente carentes;

VI - convocar, através de edital e envio de comunicado, a todos os integrantes da comunidade escolar, com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência, para a Assembléia Geral Ordinária, e com no mínimo 1 (um) dia útil para a Assembléia Geral Extraordinária, em horário compatível com o da maioria da comunidade escolar, com pauta claramente definida na convocatória;

VII - reunir-se com o Conselho Escolar para definir o destino dos recursos advindos de convênios públicos mediante a elaboração de planos de aplicação,

bem como reunir-se para a prestação de contas desses recursos, com registro em ata;

VIII - apresentar balancete semestral aos integrantes da comunidade escolar, através de editais e em Assembleia Geral;

IX - registrar em livro ata da APMF, com as assinaturas dos presentes, as reuniões de Diretoria, Conselho Deliberativo e Fiscal, preferencialmente com a participação do Conselho Escolar;

X - registrar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, em livro ata próprio e com as assinaturas dos presentes;

XI - registrar em livro próprio a prestação de contas de valores e inventários de bens (patrimônio) da associação, sempre que uma nova Diretoria e Conselho Deliberativo e Fiscal tomarem posse, dando-se conhecimento à Direção do Estabelecimento de Ensino;

XII - aplicar as receitas oriundas de qualquer contribuição voluntária ou doação, comunicando irregularidades, quando constatadas, à Diretoria da Associação e à Direção do Estabelecimento de Ensino;

XIII - receber doações e contribuições voluntárias, fornecendo o respectivo recibo preenchido em 02 (Duas) vias, sendo uma via para a APMF e uma para o contribuinte;

XIV - contratar, se necessário, serviços temporários de terceiros na forma prescrita no Código Civil ou na Consolidação das Leis do Trabalho, mediante prévia informação à Secretaria de Estado da Educação;

XV - mobilizar a comunidade escolar, na perspectiva de sua organização enquanto órgão representativo, para que esta comunidade expresse suas expectativas e necessidades;

XVI - enviar cópia da prestação de contas da Associação à Direção do Estabelecimento de Ensino, depois de aprovada pelo Conselho Deliberativo e Fiscal e, em seguida, torná-la pública;

XVII - quando houver atividades com ônus para os pais, alunos, professores, funcionários e demais membros da APMF, apresentá-las para aprovação em Assembléia Geral Extraordinária, ouvido o Conselho Escolar do Estabelecimento de Ensino;

XVIII - indicar entre os seus membros, em reunião de Diretoria, Conselho Deliberativo e Fiscal, o(os) representante(s) para compor o Conselho Escolar;

XIX - celebrar convênios com o Poder Público para o desenvolvimento de atividades curriculares, implantação e implementação de projetos e programas nos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Estadual, apresentando plano de aplicação dos recursos públicos eventualmente repassados e prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná dos recursos utilizados;

XX - celebrar contratos administrativos com o Poder Público, nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93, prestando-se contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná dos recursos utilizados com o acompanhamento do Conselho Escolar;

XXI - celebrar contratos com pessoas jurídicas de direito privado ou com pessoas físicas para a consecução dos seus fins, nos termos da legislação civil pertinente;

XXII - manter atualizada, organizada e com arquivo correto toda a documentação referente à APMF, obedecendo a dispositivos legais vigentes e normas do Tribunal de Contas;

XXIII - informar aos órgãos competentes, quando do afastamento do presidente por 30 dias consecutivos anualmente, dando-se ciência ao Diretor do Estabelecimento de Ensino.

§ 1º Manter atualizado o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) junto à Receita Federal, a RAIS junto ao Ministério do Trabalho, a Certidão Negativa de Débitos do INSS, o cadastro da Associação junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para solicitação da Certidão Negativa, e outros documentos da legislação vigente, para os fins necessários.

§ 2º Prestar contas somente dos recursos advindos de convênios com secretarias de estados, outros órgãos públicos e instituições privadas.

CAPÍTULO V

DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Art. 5º A contribuição social voluntária será:

I - fixada em reunião de Diretoria, Conselho Deliberativo e Fiscal, e Conselho Escolar, com a maioria de seus membros, no final do ano letivo. Tal contribuição não poderá ultrapassar anualmente a 10% do salário mínimo vigente;

II - recolhida mediante recibos numerados, emitidos em duas vias, sendo uma via para o integrante contribuinte, uma para a Tesouraria da Associação de Pais, Mestres e Funcionários;

III - fixada por família, independente do número de filhos matriculados na Unidade Escolar, por professores e funcionários:

§ 1º Aos pais, responsáveis legais ou responsáveis pelo acompanhamento da vida escolar do(a) aluno(a), professores e funcionários que contribuírem com valores maiores do que o limite fixado, será fornecido, além do recibo de contribuição social, outro recibo a título de doação, com a diferença de valor.

§ 2º O total arrecadado com as contribuições voluntárias será depositado em estabelecimento bancário, em conta vinculada da APMF, ou similares, a ser movimentada conjuntamente pelo Presidente e Tesoureiro da Associação, devendo ser ratificada por um dos pais do Conselho Deliberativo e Fiscal escolhido pelos demais.

§ 3º Os recursos arrecadados serão administrados visando sempre a melhoria da qualidade do ensino e também o atendimento a alunos carentes, ouvido o Conselho Escolar, em consonância com a Proposta Pedagógica do Estabelecimento de Ensino.

§ 4º A contribuição voluntária não poderá ser vinculada ao ato de matrícula, podendo acontecer em qualquer época do ano letivo.

§ 5º A contribuição social voluntária poderá ser efetuada em moeda corrente ou outras formas de arrecadação, tais como: materiais de consumo, de expediente e serviços.

§ 6º O descumprimento dos dispositivos elencados neste capítulo ensejará responsabilidade civil dos membros da Diretoria e Conselho Deliberativo e Fiscal da APMF ou similares, cabendo a defesa com recursos.

CAPÍTULO VI

DO PATRIMÔNIO

Art. 6º O patrimônio da APMF é constituído pelos bens móveis e imóveis, incorporando qualquer título:

I - os bens móveis e imóveis, assim como os valores da APMF, devem ser obrigatoriamente contabilizados e inventariados em livro próprio, integrando seu patrimônio e ficando sob a responsabilidade da Diretoria e do Conselho Deliberativo e Fiscal, permanecendo uma cópia atualizada do registro com a Direção do Estabelecimento de Ensino;

II - a APMF deve manter em dia o cadastro de seu patrimônio;

III - a compra, venda ou doação do todo ou de parte do patrimônio da APMF deverá ser decidida em Assembléia Geral pela maioria dos votos;

IV - manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros próprios, assegurando a respectiva exatidão dos registros contábeis.

Parágrafo Único. O patrimônio público não integrará o patrimônio da APMF, ou similares, em nenhuma hipótese.

CAPÍTULO VII

DA CAPTAÇÃO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 7º Os recursos da APMF serão provenientes de :

I - contribuição social voluntária dos associados, podendo ser durante o ano letivo;

II - auxílios, subvenções e doações eventualmente concedidos pelos poderes públicos e pessoas físicas ou jurídicas;

III - campanhas, eventos e promoções diversas, em conformidade com a legislação vigente;

IV - juros bancários e correções monetárias provenientes de aplicações em Caderneta de Poupança e/ou Conta-Corrente;

V - investimentos e operações monetárias previamente autorizados pelo Conselho Deliberativo e Fiscal e o Conselho Escolar;

VI - recursos auferidos a partir da celebração de convênios e contratos, administrativos e civis, com pessoas de direito público e privado, observando-se a legislação em vigor;

VII - exploração da Cantina Comercial, respeitando-se a legislação específica.

VIII - auxílios e subvenções sociais;

IX - outras fontes.

Art. 8º A Diretoria e o Conselho Deliberativo e Fiscal da APMF, no início do ano letivo, deverão elaborar, com base em seus objetivos, um plano de ação da aplicação de recursos, atendendo ao desenvolvimento de ações que representem os reais interesses da comunidade escolar, ouvida a Assessoria Técnica conforme a Proposta Pedagógica:

§ 1º As despesas mensais da APMF, acima de 03 (três) salários mínimos, deverão ser autorizadas em primeira instância pela Diretoria e Conselho Deliberativo e Fiscal, Conselho Escolar, e em segunda instância pela Assembléia Geral ouvido o Conselho Escolar do Estabelecimento de Ensino.

§ 2º As despesas mensais da APMF, compreendidas entre 03 (três) e 5 (cinco) salários mínimos, serão autorizadas em primeira instância pelo Conselho Deliberativo e Fiscal, e em segunda instância pela Assembléia Geral ouvido o Conselho Escolar, atendendo-se preferencialmente ao disposto no inciso V, do Art. 3º, deste Estatuto.

§ 3º As despesas mensais da APMF, até o limite de 03 (três) salários mínimos, serão autorizadas pelo Presidente e Tesoureiro, conforme prioridades estabelecidas no inciso V do Art. 3º.

§ 4º As despesas efetuadas com recursos provenientes de convênios e contratos celebrados com entidades públicas deverão ser submetidas, também, à aprovação do Conselho Escolar, conforme determinado no instrumento específico.

CAPÍTULO VIII

DOS INTEGRANTES

Art. 9º O quadro social da APMF será constituído com número ilimitado das seguintes categorias de integrantes: efetivos, colaboradores e honorários:

§ 1º Serão integrantes efetivos todos os Pais, ou responsáveis legais, Mestres e Funcionários da Unidade Escolar.

§ 2º Serão integrantes colaboradores, ex-alunos, pais de ex-alunos, ex-professores, ex-funcionários e membros da comunidade que manifestarem o desejo de participar.

§ 3º Serão integrantes honorários, por indicação dos integrantes efetivos, com a aprovação da Assembléia Geral, todos aqueles que tenham prestado relevantes serviços à Educação e à APMF.

§ 4º São considerados Mestres para efeito deste Estatuto todos os professores e especialistas em exercício na Unidade Escolar.

Art. 10 Constituem direitos dos integrantes efetivos:

I - votar e ser votado;

II - apresentar novos integrantes para a ampliação do quadro social;

III - apresentar sugestões e oferecer colaboração à APMF;

IV - convocar Assembléia Geral Extraordinária, observando o disposto no Parágrafo Único do Art. 18;

V - solicitar, em Assembléia Geral, esclarecimentos acerca do controle dos recursos e encaminhamentos da APMF;

VI - verificar, a qualquer momento que se fizer necessário, livros e documentos da APMF;

VII - participar das atividades promovidas pela APMF, bem como solicitar utilização das dependências do estabelecimento nos termos do Art. 4º do Inciso II deste Estatuto.

Art. 11 Constituem deveres dos integrantes efetivos:

I - participar e estimular o envolvimento dos demais componentes nas atividades propostas pela APMF;

II - conhecer, respeitar e fazer cumprir este Estatuto assim como as deliberações da APMF;

III - comparecer às Assembléias Gerais e às reuniões da APMF;

IV - desempenhar os cargos e as atribuições que lhe forem confiados;

V - colaborar na solução dos problemas do aluno, professor, funcionário e do estabelecimento;

VI - tratar com respeito os alunos e demais integrantes.

Parágrafo Único. Os integrantes que não compõem o quadro da Diretoria e Conselho Deliberativo e Fiscal não respondem subsidiariamente pelas obrigações da Associação.

Art. 12 Constituem direitos e deveres dos integrantes colaboradores:

I - apresentar sugestões à Diretoria, Conselho Deliberativo e Fiscal, em Assembléia Geral, oferecendo colaboração à APMF;

II - solicitar, em Assembléia Geral, esclarecimentos acerca dos recursos e encaminhamentos da APMF;

III - participar das atividades promovidas pela APMF, conhecendo, respeitando e fazendo cumprir este Estatuto;

IV - tratar com respeito os alunos e demais integrantes.

Art. 13 Constituem direitos e deveres dos integrantes honorários:

I - apresentar sugestões à Diretoria, Conselho Deliberativo e Fiscal, em Assembléia Geral, oferecendo colaboração à APMF;

II - participar das atividades promovidas pela APMF, conhecendo, respeitando e fazendo cumprir este Estatuto;

III - tratar com respeito os alunos e demais integrantes.

CAPÍTULO IX

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 14 São órgãos da administração da APMF:

I - Assembléia Geral;

II - Conselho Deliberativo e Fiscal;

III - Diretoria;

IV - Assessoria Técnica.

Art. 15 A Assembléia Geral Ordinária, será constituída pela totalidade dos integrantes, convocada e presidida pelo presidente da APMF.

Parágrafo Único. A convocação far-se-á por Edital, em local visível e de passagem, com no mínimo 2(dois) dias úteis de antecedência, e por comunicado enviado a todos os associados.

Art. 16 As Assembleias Gerais realizar-se-ão em primeira convocação, com presença de mais da metade dos integrantes efetivos, ou em segunda convocação, meia hora depois, com a presença de qualquer numero de integrantes.

Parágrafo Único. As deliberações da Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária serão aprovadas por maioria simples dos integrantes presentes com registro em ata.

Art. 17 Compete à Assembleia Geral Ordinária:

I - Eleger, bianualmente, a Diretoria e o Conselho Deliberativo e Fiscal;

II - Discutir e aprovar o plano anual de trabalho da APMF;

III - Aprovar o relatório anual e a prestação de contas referentes ao exercício anterior, com base em parecer do Conselho Deliberativo e Fiscal e parecer do Conselho Escolar;

IV - Deliberar sobre assuntos gerais de interesse da APMF constantes do Edital de convocação.

Art. 18 Compete à Assembleia Geral Extraordinária:

I - deliberar sobre os assuntos motivadores da convocação;

II - deliberar sobre as modificações deste Estatuto e homologá-las em Assembleia Geral convocada para este fim;

III - deliberar sobre a dissolução da APMF em Assembleia convocada especificamente para este fim;

IV - decidir sobre a prorrogação do mandato da Diretoria e do Conselho Deliberativo e Fiscal, que não poderá exceder a 30 (trinta) dias consecutivos, nos casos em que estejarem e as eleições regulamentares não tenham sido realizadas, em Assembleia convocada para este fim;

V - definir e aplicar as penalidades para os ocupantes de cargos de Diretoria e Conselho Deliberativo e Fiscal em Assembleia Geral designada para este fim;

VI - cumprir o disposto no § 1º do Art. 8º deste Estatuto;

VII - na vacância e/ou ausência do Presidente e Vice-Presidente por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, a Assembléia Geral Extraordinária elegerá os substitutos, em reunião convocada pelo Conselho Deliberativo e Fiscal, para tal finalidade.

Parágrafo Único. Sempre que justificado, poderá ser convocada Assembléia Geral Extraordinária da APMF, pelo Presidente, pelo Conselho Deliberativo e Fiscal ou por 1/5 (um quinto) dos integrantes, com 1 (um) dia útil de antecedência, por meio de editais afixados em locais visíveis e do envio de comunicado a todos os integrantes.

Art. 19 O Conselho Deliberativo e Fiscal será constituído por 2(dois) Mestres, 2 (dois) Funcionários e 04 (quatro) Pais, sendo que os Pais não poderão ser Mestres ou Funcionários do Estabelecimento de Ensino em questão.

Art. 20 Compete ao Conselho Deliberativo e Fiscal:

I - examinar, obrigatoriamente a cada semestre ou a qualquer tempo, os livros e documentos fiscais da Diretoria, registrando o parecer no livro ata da APMF;

II - apreciar os balancetes semestrais e dar parecer aos relatórios semestrais e anuais, à prestação de contas e ao plano anual de atividades da Diretoria, registrando o parecer no livro ata da APMF;

III - emitir parecer sobre a observância dos preceitos do presente Estatuto pelas chapas concorrentes às eleições, previamente à sua votação pela Assembléia Geral;

IV - autorizar investimentos e operações monetárias dos recursos provenientes da APMF, registrando o(s) parecer (es) em livro ata da APMF;

V - aprovar em primeira e/ou segunda instância as despesas da APMF, de acordo com o disposto nos § 1º e 2º do Art. 8º do presente Estatuto;

VI - receber sugestões provenientes dos integrantes efetivos;

VII - convocar, sempre que justificado, Assembléia Geral Extraordinária;

VIII - analisar e aprovar as decisões tomadas pela Diretoria nos casos de emergências não previstas no presente Estatuto;

IX - dar parecer quanto à aceitação de doações com encargos para a APMF;

X - dar parecer sobre contratos e convênios a serem firmados com outros órgãos e entidades;

XI - todas as deliberações do Conselho Deliberativo e Fiscal deverão ser aprovadas por maioria simples, em reunião da qual será lavrada ata em livro próprio da APMF, ou similares;

XII - indicar um Conselheiro representante do segmento de Pais para ratificar toda a movimentação financeira da APMF.

Art. 21 A Diretoria da Associação de Pais, Mestres e Funcionários será composta de:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - 1º Secretário;

IV - 2º Secretário;

V - 1º Tesoureiro;

VI - 2º Tesoureiro;

VII - 1º Diretor Sociocultural e Esportivo;

VIII - 2º Diretor Sociocultural e Esportivo.

Art. 22 Os Cargos de Diretoria serão ocupados somente por integrantes efetivos, eleitos em Assembléia Geral convocada especificamente para este fim:

§ 1º - Os cargos de Presidente, Vice-Presidente, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro serão privativos de pais, e/ou responsáveis legais de alunos matriculados com frequência regular, vedados aos Servidores Públicos Estaduais.

§ 2º - Os cargos de 1º e 2º Secretário e 1º e 2º Diretor Sociocultural e Esportivo serão privativos de professores e ou funcionários do Estabelecimento de Ensino, desde que respeitada a paridade.

Art. 23 Compete à Diretoria:

I - elaborar o plano anual de atividades submetendo-o à aprovação do Conselho Deliberativo e Fiscal, Assembléia Geral, ouvido o Conselho Escolar do Estabelecimento de Ensino;

II - elaborar os relatórios semestrais encaminhando-os à apreciação do Conselho Deliberativo e Fiscal e à Assembléia Geral Extraordinária convocada para tal fim e, após, enviar cópia à Direção do Estabelecimento de Ensino;

III - elaborar o relatório anual encaminhando-o para a apreciação do Conselho Deliberativo e Fiscal, Conselho Escolar e da Assembléia Geral;

IV - gerir os recursos da APMF no cumprimento de seus objetivos;

V - colocar em execução o plano anual de atividades e as deliberações aprovadas em Assembléia Geral, bem como as atividades necessárias para o cumprimento da Proposta Pedagógica do Estabelecimento de Ensino;

VI - decidir sobre a aceitação de doações com encargos, ouvido o parecer do Conselho Deliberativo e Fiscal e Conselho Escolar;

VII - apresentar balancetes semestrais ao Conselho Deliberativo e Fiscal e Conselho Escolar, colocando à sua disposição os livros e os documentos;

VIII - executar e fazer executar as atribuições constantes do art. 4º deste Estatuto;

IX - reunir-se ordinariamente a cada 90 dias e extraordinariamente, por convocação do Presidente ou 2/3 (dois terços) de seus membros;

X - adotar procedimentos de emergência não previstos neste Estatuto, submetendo-os à posterior aprovação do Conselho Deliberativo e Fiscal e da Assembléia Geral;

XI - responsabilizar-se pelo patrimônio da Associação de Pais, Mestres e Funcionários;

XII - responsabilizar-se pela elaboração e entrega das obrigações e documentos fiscais, nos prazos previstos em lei, aos órgãos competentes da Administração Pública.

Parágrafo Único. Todas as deliberações da Diretoria deverão ser tomadas em reunião conjunta dos seus membros e constar em livro ata próprio da APMF.

Art. 24 Compete ao Presidente:

I - administrar a Associação de Pais, Mestres e Funcionários, representando-a em juízo ou fora dele;

II - estimular a participação de toda a comunidade escolar nas atividades da Associação de Pais, Mestres e Funcionários;

III - assinar, juntamente com o Tesoureiro, as obrigações mercantis, cheques, balanços e outros documentos referentes à contas já previstas. Quando surgirem necessidades extraordinárias que importem em responsabilidades financeiras ou patrimoniais acima de 05 (cinco) salários mínimos, haverá necessidade do endosso do Conselho Fiscal; bem como vistar os livros de escrituração;

IV - cumprir o disposto no inciso XVIII do Art. 4º deste Estatuto;

V - aprovar aplicações, observando o disposto nos § 2º e 3º do art. 8º deste Estatuto;

VI - convocar e presidir reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria e Assembléia Geral;

VII - promover atividades diversificadas que possam interessar a todos os integrantes efetivos;

VIII - analisar e apreciar o balanço anual e a prestação de contas ao término de seu exercício, com parecer em livro ata da APMF;

IX - informar, com 3 (três) dias úteis de antecedência, à Diretoria e Conselho Deliberativo e Fiscal da APMF seu afastamento da Associação, que não poderá exceder a 30 (trinta) dias consecutivos.

Art. 25 Compete ao Vice- Presidente:

I - auxiliar o Presidente em todas as suas atribuições e substituí-lo em seus impedimentos por até 30 (trinta) dias consecutivos. Caso seja necessário prorrogação do prazo, será analisado em reunião da Diretoria e Conselho Escolar;

II - assumir o cargo do Presidente (no máximo por trinta dias consecutivos) em caso de vacância, por renúncia e/ou destituição, ou saída da escola do(a) filho(a) do(a) Presidente da APMF. Caso seja necessário prorrogação do prazo, será analisado em reunião da Diretoria e Conselho Escolar.

Art. 26 Compete ao 1º Secretário:

I - lavrar as atas das reuniões da Diretoria, Assessoria Técnica e das Assembléias Gerais;

II - organizar relatórios semestral e anual de atividades;

III - manter atualizados e em ordem os documentos da APMF, observando o disposto no inciso XIV, do Art. 4º deste Estatuto;

IV - encaminhar os comunicados da APMF aos seus integrantes.

Art. 27 Compete ao 2º Secretário:

I - auxiliar o 1º Secretário em todas as suas atribuições e substituí-lo em seus impedimentos por até 30 (trinta) dias consecutivos. Caso seja necessário prorrogação do prazo, será analisado em reunião da Diretoria e Conselho Escolar.

Art. 28 Compete ao 1º Tesoureiro:

I - assinar, junto com o Presidente da APMF, as obrigações mercantis, cheques, balanços e outros documentos que importem responsabilidade financeira ou patrimonial para a APMF, segundo o art.24 Inciso III;

II - controlar a arrecadação e fazer a escrituração contábil das contribuições dos integrantes e demais receitas da APMF, em livros próprios, assegurando a respectiva exatidão dos registros;

III - depositar todos os recursos financeiros da APMF em estabelecimento bancário (Conta Bancária em nome da APMF);

IV - controlar os recursos da APMF;

V - realizar pagamentos somente através de cheque nominal, observando o disposto nos § 1º, 2º e 3º do Art. 8º deste Estatuto, solicitando as respectivas notas fiscais e/ou recibos;

VI - realizar inventário anual dos bens da APMF, responsabilizando-se pela guarda e conservação dessa documentação;

VII - fazer balanço anual e prestação de contas ao término de cada exercício, submetendo-os à análise e à apreciação do Presidente, do Conselho Deliberativo e Fiscal e Assembléia Geral, respectivamente;

VIII - arquivar notas fiscais, recibos e documentos relativos aos valores recebidos e pagos pela APMF, devidamente preenchidos, responsabilizando-se por sua guarda;

IX - responsabilizar-se pela elaboração e entrega das obrigações e documentos fiscais, nos prazos previstos em lei, aos órgãos competentes da Administração Pública;

X - apresentar para aprovação em Assembléia Geral a prestação de contas da APMF;

XI - fazer a prestação de contas perante a Administração Pública quando houver solicitação;

XII - fazer cotação de preços e licitações quando necessário e no mínimo 3 (três).

Art. 29 Compete ao 2º Tesoureiro:

I - auxiliar o 1º Tesoureiro em todas as suas atribuições, substituindo-o em seus impedimentos por até 30 (trinta) dias consecutivos. Caso seja necessária prorrogação do prazo, será analisado em reunião da Diretoria e Conselho Escolar.

Art. 30 Compete ao 1º Diretor Sociocultural e Esportivo:

I - promover a integração escola-comunidade através do planejamento e da execução de atividades sociais, culturais e esportivas.

Art. 31 Compete ao 2º Diretor Sociocultural e Esportivo:

I - auxiliar o 1º Diretor Sociocultural e Esportivo em todas as suas atribuições, substituindo-o em seus impedimentos por até 30 (trinta) dias consecutivos. Caso seja necessária prorrogação do prazo, será analisado em reunião da Diretoria e Conselho Escolar.

Art. 32 O Diretor Social, Cultural e Esportivo deverá colaborar para a elaboração do plano anual de atividades e relatórios semestral e anual, fornecendo subsídios de suas respectivas áreas de atuação.

Art. 33 A Assessoria Técnica é constituída pelo (a) Diretor (a) e representantes da equipe pedagógica-administrativa da Unidade Escolar, independente do mandato da Diretoria da APMF.

Art. 34 Compete à Assessoria Técnica:

I - orientar quanto às normas para criação, funcionamento e registro da APMF;

II - apreciar projetos a serem executados pela Associação visando sempre a garantia da execução da Proposta Pedagógica e da assistência ao aluno;

III - participar na implantação e complementação do Estatuto da APMF;

IV - depositar todos os recursos financeiros da APMF em estabelecimento bancário (Conta Bancária em nome da APMF);

V - participar das Assembléias Gerais, reuniões da Diretoria e do Conselho Deliberativo e Fiscal da APMF;

VI - orientar sobre a aplicação dos recursos de acordo com as finalidades da APMF;

VII - providenciar a lista de votantes (só para consulta/controlar) e a cédula eleitoral da APMF.

CAPÍTULO X

DAS ELEIÇÕES, POSSE, EXERCÍCIO E MANDATO

Art. 35 As eleições para a Diretoria e o Conselho Deliberativo e Fiscal realizar-se-ão bianualmente, permitindo-se a recondução sucessiva de cada um dos membros.

Art. 36 Convocar-se-á a Assembléia Geral para:

I - escolher, durante a Assembléia Geral, a comissão eleitoral que será composta por Presidente, Secretário e Suplentes, sendo os cargos preenchidos por pais, mestres e funcionários, paritariamente:

a) cabe à comissão eleitoral designar os componentes da(s) mesa(s) apuradora(s) e escrutinadora(s) que serão compostas por Presidente, Secretário e Suplentes, sendo os cargos preenchidos por pais, mestres e funcionários, paritariamente;

b) os componentes da mesa apuradora/escrutinadora não poderão fazer parte de nenhuma das chapas concorrentes;

c) cada chapa poderá indicar um fiscal por mesa apuradora/escrutinadora para acompanhar os trabalhos.

II - definir na Assembléia, data, horário e local para as eleições com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis;

III - apresentar e/ou compor durante a Assembléia Geral as chapas que concorrerão às eleições, incluindo os elementos do Conselho Deliberativo e Fiscal, devendo ser apresentadas por escrito à comissão eleitoral:

§ 1º Composto-se, no mínimo, uma chapa completa na Assembléia, não haverá prazo para apresentação de novas chapas.

§ 2º A partir da composição das chapas será enviado comunicado aos integrantes, apresentando os seus componentes.

§ 3º Uma mesma pessoa não poderá compor mais de uma chapa, mesmo em cargos distintos.

§ 4º Havendo participação do casal na composição da mesma chapa, os mesmos não poderão ocupar concomitantemente o cargo de Presidente, Vice-Presidente e 1º e 2º Tesoureiro.

IV - definir os critérios para a campanha eleitoral;

V - o pleito eleitoral poderá ser acompanhado pelo NRE.

Art. 37 A solicitação de impugnação do processo eleitoral deverá ser apresentada, por escrito, embasada em documentos e motivos explicativos relevantes ao Presidente da comissão eleitoral ou a quem por ele designado, até as 18 horas do 1º dia útil subsequente ao pleito.

Parágrafo Único. A decisão, quanto à impugnação do processo eleitoral, será de responsabilidade da comissão eleitoral prevista no artigo 36, devendo ser dada ciência por escrito à parte interessada, imediatamente após a decisão, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis.

Art. 38 A campanha eleitoral terá início a partir da composição das chapas até 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do pleito.

Art. 39 O pleito será realizado por voto secreto e direto, sendo considerada vencedora a chapa que obtiver maior número de votos válidos, não sendo computados os votos brancos ou nulos:

§ 1º Ocorrendo empate entre as chapas concorrentes, proceder-se-á a uma nova votação entre as chapas empatadas, no prazo de até 7 (sete) dias úteis da primeira votação.

§ 2º Ocorrendo a inscrição de apenas uma chapa, o pleito será realizado por voto secreto e direto e a chapa será considerada eleita se obtiver número maior de votos válidos do que a soma dos votos nulos e brancos.

§ 3º Caso a chapa única não seja eleita, conforme o citado no § 2º deste artigo, novas eleições serão convocadas no prazo de até 7(sete) dias úteis.

Art. 40 O mandato da Diretoria e do Conselho Deliberativo e Fiscal da APMF será cumprido integralmente, no período para o qual seus membros foram eleitos, exceto em casos de destituição ou renúncia, em que os cargos deverão ser preenchidos até o prazo máximo de 30(trinta) dias consecutivos, mediante convocação de Assembléia Geral Extraordinária.

Art. 41 A Assessoria Técnica deverá providenciar a lista dos votantes para consulta/controle e a cédula eleitoral.

Art. 42 Terão direito a voto somente os integrantes efetivos:

§ 1º Cada família terá direito a um voto (pai ou mãe ou responsável), independente do número de filhos matriculados na escola.

§ 2º O professor que possuir 2 (dois) padrões na mesma escola terá direito a 1 (um) voto.

§ 3º O mestre e o funcionário com filhos freqüentando regularmente o Estabelecimento de Ensino poderão votar na categoria de pais, ou na categoria de mestres e funcionários, tendo direito a apenas um voto.

Art. 43 Os Membros da Diretoria e o Conselho Deliberativo e Fiscal, eleitos, tomarão posse imediatamente após a apuração:

§ 1º A Diretoria anterior terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para a prestação de contas de sua gestão, bem como para proceder à entrega de toda a documentação referente à Associação, sendo obrigatória a presença do Presidente, 1º Tesoureiro, 1º Secretário e Conselho Deliberativo e Fiscal de ambas as Diretorias, com registro em ata.

§ 2º A nova Diretoria deverá analisar, em reunião, toda a documentação recebida e dar parecer da aceitação das contas. Em caso de dúvidas ou se detectadas irregularidades, solicitar esclarecimentos e/ou providências à gestão anterior,

mediante ofício, em duas vias, com recebimento em até 15 (quinze) dias, registrando em ata as conclusões.

Art. 44 O Conselho Deliberativo e Fiscal será considerado eleito em virtude da eleição da Diretoria da APMF com a qual compôs a chapa.

CAPÍTULO XI

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES DISCIPLINARES

Art. 45 Constitui infração disciplinar dos membros da Diretoria:

- I - deixar de prestar contas à Assembléia Geral dentro dos prazos previstos;
- II - exercer funções quando estiver legalmente impedido de fazê-lo;
- III - valer-se da função exercida para lograr proveito pessoal;
- IV - favorecer a terceiros;
- V - utilizar os bens da APMF, e similares, em assuntos particulares, sem autorização dos membros
- VI - constranger ou impedir que os membros da Diretoria exerçam plenamente suas funções;
- VII - omitir ou sonegar informações sobre a situação financeira, contábil e administrativa aos integrantes da APMF;
- VIII - praticar usura em todas as suas formas;
- IX - deixar de atender aos dispositivos do presente Estatuto.

Art. 46 As penas disciplinares aplicáveis são:

I - destituição da função, nos casos previstos no Art. 45, Incisos II, VI, VII;

II - repreensão por escrito, nos casos previstos no Art. 45, Incisos I, IX;

III - suspensão até noventa dias, nos casos previstos no Art. 45, Inciso V;

IV - expulsão, nos casos previstos no Art. 45, Incisos III, IV, VIII.

Parágrafo Único. Nos casos de reincidência, será aplicada a pena de Expulsão.

CAPÍTULO XII

DA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES

Art. 47 A denúncia de irregularidades será recebida, por escrito, pelo presidente da APMF e/ou Conselho Deliberativo e Fiscal.

Art. 48 A apuração das irregularidades dar-se-á mediante procedimento de sindicância realizada por três membros indicados pelo Conselho Deliberativo e Fiscal.

Art. 49 A Comissão será presidida conforme a indicação do Conselho Deliberativo e Fiscal.

Art. 50 Instaurada a sindicância, a Comissão terá o prazo de 15(quinze) dias para concluir as diligências que entender necessárias para o esclarecimento dos fatos, devendo encaminhar ao Conselho Deliberativo e Fiscal o relatório circunstanciado.

Art. 51 O Conselho Deliberativo e Fiscal encaminhará aos possíveis infratores a cópia do Relatório de Sindicância para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentarem defesa por escrito.

Art. 52 O Conselho Deliberativo e Fiscal se reunirá para analisar o relatório e a defesa, conforme o disposto no Art. 20, Inciso XI:

§ 1º Julgando as denúncias improcedentes, determinará o arquivamento do processo.

§ 2º Julgando procedentes as denúncias, o Presidente do Conselho Deliberativo e Fiscal convocará a Assembléia Geral Extraordinária e comunicará por escrito ao denunciado.

Art. 53 Reunida a Assembléia Geral Extraordinária, será lido o relatório da comissão e a defesa, na presença do denunciado.

Art. 54 O denunciado terá direito de apresentar defesa oral por 20 minutos.

Art.55 A Assembleia Geral Extraordinária decidirá sobre a penalidade a ser imposta ao denunciado, dentre as previstas no art. 46, conforme o disposto no Art. 16 do presente Estatuto.

Parágrafo Único - Após apuradas e comprovadas as denúncias, o(s) denunciado(s) responderá(ão) de acordo com a legislação civil e criminal vigente.

CAPÍTULO XIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 56 A Associação de Pais, Mestres e Funcionários poderá ser dissolvida, quando assim deliberar a Assembléia Geral Extraordinária, convocada especificamente para este fim:

I - em virtude da lei, emanada do Poder competente;

II - por decisão de 2/3 (dois terços) dos participantes efetivos, manifestada em Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada para este fim.

Parágrafo Único - Em caso de dissolução, todos os bens móveis, imóveis e valores de qualquer espécie reverterão em benefício da Unidade Escolar, de acordo com os critérios definidos em Assembléia Geral Extraordinária.

Art. 57 A Associação de Pais, Mestres e Funcionários não distribuirá lucros, bonificações e vantagens a dirigentes, conselheiros mantenedores ou integrantes, sob nenhum pretexto, e empregará suas rendas, exclusivamente, na Unidade Escolar, atendendo à Proposta Pedagógica, e na manutenção de seus objetivos institucionais.

Art. 58 No exercício de suas atribuições, a APMF manterá rigoroso respeito às disposições legais, de modo a assegurar observância aos princípios fundamentais da política educacional vigente no Estado.

Art. 59 O mandato da Diretoria e do Conselho Deliberativo e Fiscal poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, quando tomará posse a chapa eleita.

Parágrafo Único. A decisão quanto à prorrogação do mandato será de competência da Assembléia Geral convocada para este fim.

Art. 60 A Diretoria da Associação de Pais, Mestres e Funcionários providenciará a sua regulamentação junto aos órgãos competentes, a saber:

I - Segundo Ofício do Distribuidor;

II - Ministério da Fazenda- Receita Federal;

III - Banco (os);

IV - Secretaria de Estado da Educação;

V - Outros órgãos.

Art. 61 Em qualquer dos casos previstos neste Estatuto será vedada a dupla representatividade.

Art. 62 Os casos omissos deste Estatuto serão dirimidos pela Diretoria e Conselho Deliberativo e Fiscal da APMF, em reunião conjunta e aprovados em Assembléia Geral pela maioria dos presentes.

ANEXO10

Composição do Grêmio (antigo)

Função Representante

Presidente Tatiana dos Santos Paula – 1º G

Vice-Presidente Caroline Mendes Dalmora – 1º G

Secretário Geral Igor Henrique Gonçalo Faria – 8ª H

1º Secretário Fernando de Almeida – 6ª C

Tesoureira Geral Kauana Pereira – 6ª B

1ª tesoureira Hevwilyn Vieira – 6ª D

Diretor Social Thatiane Yasmin Costa – 6ª D

Diretor de Imprensa Gabriella Renostro – 6ª B

Diretor de Esportes Anna Carolina – 6ª D

Diretor de Cultura Caroline Beier – 6ª D

Diretora de Saúde e Meio Ambiente Renata Btista – 2º F

Auxiliar Alisson Izzo Floriano – 8ª H

Auxiliar Rafael Fernando Freitas – 8ª H

ESTATUTO DO GRÊMIO ESTUDANTIL

ANEXO 11

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR



INSTRUÇÃO n ° 07/10-SEED/DAE/CDE

Estabelece as normas para preenchimento do Livro

Registro de Classe na Rede Estadual de Ensino

A Coordenadoria de Documentação Escolar, no uso de suas atribuições e considerando:

1- a necessidade de orientar os Estabelecimentos de Ensino quanto à obrigatoriedade do uso do livro Registro de Classe como forma oficial e única para o registro da frequência, do aproveitamento e dos conteúdos ministrados na Rede Estadual de Ensino,

2- a necessidade de padronizar os procedimentos do preenchimento do livro Registro de Classe e desautorizar quaisquer outros meios de registro e de controle não oficiais, instrui:

1- Os registros a serem efetuados pelos Estabelecimentos de Ensino devem ser padronizados de forma que constituam a perfeita escrituração da vida escolar do aluno e garantam a qualquer tempo a integridade e a veracidade das informações.

- 1- O livro Registro de Classe é documento oficial da escola e não do professor; o mesmo deve permanecer em local adequado e seguro, sob a responsabilidade da secretaria escolar e da equipe da direção, de forma a garantir sua consulta, quando necessária, para comprovação de atividades escolares realizadas e resguardar direitos de docentes e discentes.
- 2- Os Estabelecimentos de Ensino devem manter disponíveis para consulta do coletivo escolar, as legislações e os documentos que normatizam a organização do trabalho pedagógico citados no Anexo da presente Instrução.
- 3- Os livros Registro de Classe devem permanecer disponíveis para consulta, separados por turma e por turno, não sendo permitido seu encadernamento ou agrupamento pelo professor.
- 4- Caberá ao NRE exercer o controle da distribuição dos livros Registros de Classe, proceder o recolhimento dos exemplares excedentes e impedir a utilização dos modelos desatualizados (antigos) como borrão ou como versão oficial.
- 5- O professor deverá receber apenas 01 (um) livro Registro de Classe por disciplina e por turma, não sendo permitida a formação de reserva.
- 6- Compete à Secretaria Escolar preencher as capas dos livros Registro de Classe, encapá-los com plástico transparente e entregá-los aos professores.
- 7- Compete à Equipe Pedagógica acompanhar periodicamente os registros das ações docentes e discentes, vistando os livros Registro de Classe ao final de cada período (bimestre, semestre, trimestre, etapa, etc).

8- Compete aos Núcleos Regionais de Educação, orientar os Estabelecimentos de Ensino quanto à forma de preenchimento dos campos do Livro Registro de Classe:

1. para o preenchimento das quadrículas do campo Frequência devem ser utilizados apenas **c ou C** (comparecimento) e **f ou F**(falta), não sendo permitido o uso de outros símbolos ou caracteres. Não deixar lacunas;

2. o preenchimento dos campos e quadrículas do Livro Registro de Classe devem ser feitos com tinta preta ou azul, de modo a evitar constrangimentos em relação ao desempenho do aluno. É vedado o uso de lápis, tendo em vista o caráter oficial dos registros;

3. as faltas justificadas ou abonadas, devem ser anotadas no campo Observações, onde constem: o número do aluno faltante, o motivo da falta, o início e o término do período da falta e o amparo legal;

4. a coluna destinada ao registro de faltas deve ser preenchida com o número de faltas de cada aluno no período (bimestre, semestre, trimestre, etapa) :

1- quando o aluno não apresentar faltas deverá ser registrado com o algarismo **0** (zero).

2- no caso em que o aluno não compareceu nenhuma vez deverá ser registrado o número total de suas faltas;

3- a movimentação do aluno deve ser informada (no picote canhoto), ao término do período;

4- todas as informações, orientações e registros sobre a movimentação de alunos é de responsabilidade da secretaria escolar;

5- o campo destinado ao registro de aulas previstas e aulas dadas deve ser preenchido de acordo com o calendário escolar, sendo que o somatório das aulas com as reposições e complementações de carga horária deve totalizar o mínimo exigido na LDBEN;

e) a coluna destinada ao registro de médias deve ser preenchida com o resultado numérico, obtido pelo aluno, no período. Caso o resultado seja nulo, o professor deverá registrar **0,0** (zero vírgula zero). Os resultados da avaliação devem estar em consonância com o regimento escolar e com a metodologia do plano de trabalho docente;

1- o campo Avaliação é destinado ao registro das avaliações processuais (trabalhos, provas, atividades, etc.) realizadas no período;

2- para EJA a coluna destinada ao registro de notas deverá ser preenchida com o resultado obtido pelo aluno nas avaliações processuais;

3- fica vedado registrar no campo Avaliações outras formas de anotações, siglas, sinais, não indicados na presente Instrução. Como, por exemplo, NC, NF, +, -, e outros.

4- o espaço destinado ao registro de conteúdo deve ser preenchido com os conteúdos curriculares e as atividades efetivamente realizadas de acordo com o plano de trabalho docente. Ao final de cada aula dada o professor deverá proceder esses registros e rubricá-los;

f) o campo Anotações destina-se ao registro do desempenho pessoal do aluno, no que se refere ao cumprimento das atividades realizadas ao longo do processo educativo e respectivas avaliações;

g) as turmas com mais de 50 alunos registrados deverão utilizar dois Livros Registro de Classe, dando sequência à numeração no segundo livro (51, 52, 53, ...);

1- o campo Adaptação/Dependência destina-se ao registro dos alunos em regime de adaptação ou progressão parcial;

9- Compete aos NRE's orientar os Estabelecimentos de Ensino quanto às anotações no livro Registro de Classe na ocorrência da falta de alunos:

1. motivada por participação em eventos e projetos vinculados à SEED, registrar:

1- no campo Frequência: **f** (falta);

2- no campo Observações: registrar o nome do evento/projeto do qual o aluno participou, o número do aluno, data de início e término do evento. Ao final do período não computar estas faltas no canhoto (picote);

2. quando motivada por Atestado Médico, registrar:

1- no campo Frequência: **f** ou **F** (falta);

2- no campo Observações: Falta justificada por atestado médico e data;

3- na coluna Faltas (do canhoto/picote) as faltas devem ser computadas e lançadas normalmente;

3. quando legalmente amparadas:

1- em razão de doença infecto-contagiosa ou impeditiva de frequência às aulas (Lei Federal nº 1044/69);

2- em razão de licença-gestação (Lei Federal nº 6202/75);

3- em razão de serviço militar (Dec.-Lei Federal nº 715/69);

Nas três situações deve-se registrar:

4- no campo Frequência: **f** ou **F**(falta);

5- no campo Observações: número do aluno, falta abonada, data, amparo legal;

6- ao final do período não computar estas faltas no canhoto;

d) por motivo de consciência religiosa:

1- no campo Frequência: **f** ou **F** (falta);

2- ao final do período computar estas faltas no canhoto, de acordo com o Parecer nº 15/1999 - CNE

1- motivada pela transferência de um estabelecimento para outro:

1- na escola de origem a frequência será lançada até a data da solicitação da transferência. Os lançamentos realizados após esta data não serão computados no canhoto (picote);

1. No estabelecimento de destino a frequência será computada a partir da matrícula;

1. A secretaria escolar deve agilizar, junto aos docentes, a comunicação e os registros a respeito da movimentação dos alunos;

f) Compete aos docentes comunicar à secretaria escolar a ocorrência de casos de alunos faltosos.

2. Quando houver no campo frequência, registrado mais de cinco faltas consecutivas ou sete alternadas sem a devida justificativa, o docente deverá

comunicar a equipe pedagógica e/ou a direção do estabelecimento de ensino para encaminhamento das ações previstas no Programa FICA.

3. Cabe aos docentes registrar o encaminhamento realizado no campo observações bem como as providências relativas ao retorno do aluno;

4. Cabe à equipe pedagógica e/ou direção informar a secretaria escolar dos procedimentos e das providências previstas no programa FICA.

11. Os estabelecimentos de Ensino que desenvolveram atividades pedagógicas e cumpriram carga horária:

1- considerar como aulas previstas e dadas;

2- no campo Frequência: atribuir **C** ou **F** para o aluno.

3- no campo Conteúdo: atividades pedagógicas desenvolvidas.

12. Os Estabelecimentos de Ensino que tenham dispensado os alunos, no período em que sediaram eventos escolares:

1- considerar como aulas previstas e não dadas: ao final do período o Estabelecimento deverá elaborar projeto de reposição de dias letivos;

2- no campo Frequência: anular com um traço;

3- no campo Observações: nome do evento/data;

4- no campo Conteúdo: Estabelecimento cedido para sediar o evento escolar (nome do evento);

5- no mês correspondente registrar o período de reposição referente ao evento escolar, frequência dos alunos, conteúdos curriculares e atividades realizadas.

1- Compete ao NRE'S orientar os Estabelecimentos de Ensino quanto ao preenchimento do Registro de Classe, na ocorrência de falta de professores:

1. quando envolver falta do professor (dias letivos):

1- no campo Conteúdo: falta do professor;

2- no campo Frequência: anular com um traço;

3- no campo Observações: aula prevista e não dada;

2. quando envolver reposição de aulas no bimestre, registrar:
 - 1- no campo Frequência: data da reposição, **C** ou **F** para o aluno;
 - 2- no campo Observações: reposição referente ao dia ___/___/___
 - 3- no campo Conteúdo: atividades e conteúdos curriculares da reposição;
3. quando envolver complementação de carga horária, registrar:
 - 1- no campo Frequência: **C** ou **F** para o aluno;
 - 2- no campo Observações: data em que foi realizada a complementação;
 - 3- no campo Conteúdo: atividades e conteúdos curriculares da reposição;
4. quando envolver substituição do professor: o professor substituto deve preencher todos os campos normalmente e rubricar os campos destinados a esse fim.
5. quando ocorrer ausência do professor (convocado para cursos, etc., relativos ao processo de formação continuada promovidos pela mantenedora ou por ela autorizados), o Estabelecimento de Ensino deve realizar atividades pedagógicas com os alunos, para assegurar o cumprimento dos dias letivos e carga horária, registrar:
 - 1- no campo Frequência: **C** ou **F** para o aluno;
 - 2- no campo Conteúdo: conteúdos curriculares e atividades desenvolvidas;
6. nas datas previstas no Calendário Escolar para Formação Continuada, Conselho de Classe e reuniões pedagógicas, registrar:
 - 1- no campo Frequência: anular com um traço vertical;
 - 2- no campo Conteúdo: Formação Continuada, Conselho de Classe ou Reunião Pedagógica;
 - 3- no campo Observações: data da Formação Continuada, Conselho de Classe e reunião pedagógica, conforme Instrução do Calendário Escolar – Amparo legal : Delib. nº 02/02-CEE;
7. para situações em que o afastamento do professor é considerado em efetivo exercício (júri, convocação pela Justiça Eleitoral e outros...):
 - 1- no campo Frequência: **C** ou **F** para o aluno;
 - 2- no campo Conteúdo: atividades desenvolvidas;
 - 3- no campo Observações: amparo legal.
1. Registro da movimentação de aluno:

Ratifica-se que toda e qualquer informação como, também, o registro sobre a movimentação de alunos é da responsabilidade da Secretaria Escolar;

1. não é permitido mudar a ordem dos nomes no espelho;
2. caso o nome do aluno tenha sido excluído (riscado), deve-se acrescentá-lo no final da lista de chamada, com um novo número;
3. o aluno remanejado por motivo de junção de turmas:
 - 1- registrar à frente do nome do aluno: Remanejado
 - 2- registrar os alunos da turma extinta em ordem alfabética, após o último aluno da turma ativa;
 - 3- se o número de alunos da nova turma ultrapassar a quantia de 50 (cinquenta), deve-se abrir um segundo livro para o registro dos alunos que ultrapassarem esse número;
 - 4- transcrever no novo livro Registro de Classe: notas, frequências e anotações constantes do registro anterior;
 - 5- o livro Registro de Classe da turma que deixou de existir permanecerá na Secretaria Escolar;
4. aluno remanejado de turma
 1. registrar à frente do nome do aluno : Remanejado para a turma... (especificar a turma),
 2. registrar o nome do aluno após o último aluno da turma de destino,
 3. transcrever no livro Registro de Classe da turma: Notas , frequências e anotações constantes no registro anterior.
2. Compete à Secretaria Escolar comunicar aos professores a situação atualizada dos alunos em casos de desistência, transferência e Remanejamento, anotar no livro Registro de Classe o termo Desistente, Transferido ou Remanejado para ... (especificar a turma).
3. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenadoria de Documentação Escolar/SEED.
4. Fica revogada a Instrução nº 14/08-SEED/DAE/CDE.

Curitiba, 25 de outubro de 2010

Célia Maria Menegassi Fernandes

Coordenadora da Documentação Escolar/DAE/SEED

Decreto nº 2869/04 – RG nº 907.968-8

ANEXO 12

INSTRUÇÃO E DELIBERAÇÃO DA SALA DE RECURSOS

INSTRUÇÃO 02/2004- CAE DEFICIÊNCIA FÍSICA/NEUROMOTORA

INSTRUÇÃO 03/2004- CLASSE ESPECIAL/DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

INSTRUÇÃO 02/2008- CAE SURDEZ

INSTRUÇÃO 08/2008- INTÉRPRETE

INSTRUÇÃO 10/2008- PROFESSOR DE APOIO EM SALA DE AULA DA ÁREA TGD

INSTRUÇÃO 11/2008- SALA DE RECURSOS/ SÉRIES INICIAIS- ÁREA TGD

INSTRUÇÃO 12/2008- SALA DE RECURSOS/ SÉRIES FINAIS- ÁREA TGD

INSTRUÇÃO 13/2008- SALA DE RECURSOS/SÉRIES FINAIS- DI E TFE

INSTRUÇÃO 14/2008- CLASSE ESPECIAL/TGD

INSTRUÇÃO 15/2008- SALA DE RECURSOS-SÉRIES INICIAIS- DI E TFE

INSTRUÇÃO 16/2008- SALA DE RECURSOS- ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO

INSTRUÇÃO 09/2009- PROFESSOR DE APOIO À COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA

ANEXO 13

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

INSTRUÇÃO N. 007/2011 -SUED/SEED

ASSUNTO: critérios para a abertura da demanda de horas-aula, do suprimento e das atribuições dos profissionais das Salas de Apoio à Aprendizagem do Ensino Fundamental, da Rede Pública Estadual de Educação A Superintendente da Educação, no uso de suas atribuições e considerando:

- a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96 ;
- o Parecer CNE/CEB n. 04/98 que trata das Diretrizes Curriculares

Nacionais para o ensino fundamental;

- a Deliberação n. 007/99 – CEE-Pr, que define normas gerais para Avaliação do Aproveitamento Escolar, Recuperação de Estudos e Promoção de alunos, do Sistema Estadual de Ensino;
- a Resolução Secretarial N. 2772/2011, que regulamenta a ampliação das Salas de Apoio à Aprendizagem;
- a necessidade de definir os critérios para a abertura de demanda para suprimento de horas-aula em Salas de Apoio à Aprendizagem para os anos finais do Ensino Fundamental;
- a necessidade de definir as funções ou atribuições de cada professor integrante do processo de implantação das Salas de Apoio à Aprendizagem;
- a ação pedagógica para enfrentamento dos problemas relacionados à aprendizagem de Língua Portuguesa e Matemática dos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, no que se refere aos conteúdos básicos dessas disciplinas;
- a implantação do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos e o estabelecido no Plano de Metas da SEED, expede a seguinte:

INSTRUÇÃO

I. DOS CRITÉRIOS PARA ABERTURA E ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS

1. As escolas terão abertura automática de (01)uma Sala de Apoio à Aprendizagem de Língua Portuguesa e (01)uma de Matemática para alunos matriculados no 6º ano/5ª série e 01(uma) Sala de Apoio à Aprendizagem de Língua Portuguesa e de

1SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

INSTRUÇÃO N. 007/2011 -SUED/SEED

Matemática para alunos matriculados no 9º ano/8ª série, independente do número de turmas ofertadas a essas séries/anos, nas instituições de ensino da Rede Pública Estadual.

2. As Salas de Apoio à Aprendizagem fazem parte do programa de atividades curriculares complementares e, portanto, devem funcionar em contraturno escolar.

3. A necessidade de funcionamento de mais de 01(uma) sala de Língua Portuguesa e de Matemática para os alunos matriculados no 6º ano/5ª série e 9º ano/8ª série deve ser oficializada, apresentando justificativa fundamentada que, após parecer do NRE, será analisada pelo DEB/Coordenação da Educação Integral.

4. Poderão ser solicitadas autorizações para funcionamento de salas de apoio à aprendizagem para o 7º ano/6ª série e 8º ano/7ª série, mediante justificativa fundamentada da escola que, após parecer do NRE, será analisada pelo DEB/Coordenação de Educação Integral.

5. A carga horária disponível para cada uma das disciplinas – Língua Portuguesa e Matemática - será de 04 horas-aula semanais para os alunos, acrescidas de 01(uma) hora-aula-atividade para o professor, devendo ser ofertadas, prioritariamente, em aulas geminadas, em dias não subsequentes, sempre tendo em vista o benefício do aluno.

6. As Salas de Apoio à Aprendizagem deverão ser organizadas em turmas de no máximo 20 (vinte) alunos.

7. O funcionamento das Salas de Apoio à Aprendizagem está condicionado à frequência de alunos, existência de espaço físico adequado, professor e Plano de Trabalho Docente integrado ao Projeto Político Pedagógico da escola.

II. DOS PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS PELO FUNCIONAMENTO DAS SALAS DE APOIO À APRENDIZAGEM

1. Atribuições da Direção e Equipe Pedagógica

a) Apresentar e discutir a legislação específica do Programa Salas de Apoio à Aprendizagem com o coletivo da escola.

b) Decidir, com os professores regentes, sobre a indicação dos alunos para composição das turmas, de acordo com diagnóstico realizado.

2. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

INSTRUÇÃO N. 007/2011 -SUED/SEED

c) Orientar sobre a elaboração do Plano de Trabalho Docente para as Salas de apoio à Aprendizagem, acompanhando sua efetivação e propondo metodologias adequadas às necessidades dos alunos, diferenciando-as das atividades da classe comum.

d) Orientar as famílias a respeito do Programa Salas de Apoio à Aprendizagem, informando aos pais ou responsáveis sobre a necessidade e importância dos alunos estenderem seu tempo escolar.

e) Garantir a participação dos professores das Salas de Apoio à Aprendizagem no Conselho de Classe ou, na ausência desses professores, apresentar as questões relativas à aprendizagem dos alunos.

- f) Acompanhar os alunos, buscando sua participação integral no Programa, mantendo pais ou responsáveis informados quanto à frequência, aproveitamento nas Salas de Apoio à Aprendizagem e na classe comum.
- g) Organizar as questões estruturais, tais como espaço físico apropriado, alimentação, acesso a materiais didáticos, garantindo a frequência dos alunos e o funcionamento das salas.
- h) Orientar os Professores no preenchimento dos relatórios das Salas de Apoio à Aprendizagem.
- i) Acompanhar a frequência e a movimentação dos alunos matriculados nas Salas de Apoio à Aprendizagem e providenciar a substituição quando da superação das dificuldades apresentadas, oportunizando o atendimento de novos alunos.
- j) Organizar o acompanhamento das Salas de Apoio à Aprendizagem em escolas com dualidade administrativa, garantindo seu funcionamento no contraturno.
- k) Encaminhar as solicitações de constituição de Salas de Apoio à Aprendizagem das instituições, de acordo com o disposto nos itens “1” “3” e “1” “4”, ao Núcleo Regional de Educação para Parecer e envio ao Departamento de Educação Básica.

2. Atribuições dos Professores Regentes

- a) Diagnosticar as dificuldades referentes aos conteúdos básicos de Língua Portuguesa e Matemática, apresentadas pelos alunos, no que se refere ao conteúdos considerados básicos para as séries contempladas, indicando-os para a participação do Programa de Salas de Apoio à Aprendizagem.
- b) Participar, com a Equipe Pedagógica e o professor da Sala de Apoio à Aprendizagem, da definição de ações pedagógicas que possibilitem a superação das dificuldades apresentadas pelos alunos.
- c) Acompanhar o processo de aprendizagem do aluno durante e após a participação no Programa.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

INSTRUÇÃO N. 007/2011 -SUED/SEED

d) Decidir, com a Equipe Pedagógica e os professores das Salas de Apoio, sobre a permanência ou a liberação dos alunos do Programa.

e) Preencher as fichas de encaminhamento dos alunos indicados para o Programa.

3. Atribuições dos Professores de Salas de Apoio à Aprendizagem:

a) Elaborar o Plano de Trabalho Docente juntamente com a Equipe Pedagógica, Professores Regentes, de acordo com o disposto no Projeto Político Pedagógico para Língua Portuguesa e Matemática, adequados à superação das dificuldades pertinentes a cada série, como segue:

i) 5ª Série/6º Ano: oralidade, leitura, escrita. Formas espaciais e quantidades nas suas operações básicas e elementares, dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

ii) 8ª Série/9º Ano: oralidade, leitura, escrita. Reconhecer as características e propriedades dos triângulos e quadriláteros; porcentagem; leitura, construção e interpretação de tabelas e gráficos; identificar e reconhecer números nas suas diversas representações; operações com números; cálculo de perímetro e área de polígonos; cálculo de conversão de medidas (tempo, temperatura, comprimento e capacidade); noções de função afim e quadrática.

b) Desenvolver em sala o Plano de Trabalho Docente definido.

c) Organizar e disponibilizar, para o coletivo de Professores regentes da turma e Equipe Pedagógica, pastas individuais dos alunos (de acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem).

d) Manter o Livro Registro de Classe atualizado.

e) Comunicar, por escrito, à Equipe Pedagógica, as faltas consecutivas dos alunos.

f) Decidir, com a Equipe Pedagógica e os Professores regentes, a permanência ou a liberação dos alunos das Salas de Apoio à Aprendizagem.

g) Elaborar materiais didático-pedagógicos considerando as necessidades de aprendizagem dos alunos das Salas de Apoio à Aprendizagem.

h) Participar do Conselho de Classe.

i) Participar de formação continuada promovida pela SEED/NRE/Escola.

j) Preencher e entregar os documentos referentes ao Programa no prazo preestabelecido.

4. Atribuições dos Núcleos Regionais de Educação

a) Apresentar a legislação específica do Programa Salas de Apoio à Aprendizagem para as escolas sob sua jurisdição e proporcionar discussões sobre esse tema com essas instituições, acompanhando a implantação e funcionamento do programa das Salas de Apoio à Aprendizagem.

b) Organizar encontros periódicos com professores, pedagogos e diretores das escolas, com a finalidade de orientar sobre o objetivo do Programa e sobre as especificidades dos encaminhamentos metodológicos a serem adotados.

c) Orientar, analisar e dar parecer aos processos de solicitação de oferta de salas de apoio à aprendizagem, em conformidade com os itens “1” “3” e “1” “4” da presente Instrução.

5. Atribuições da SEED/DEB/ Coordenação da Educação Integral

a) Acompanhar a implantação e funcionamento do Programa.

b) Direcionar as ações dos Núcleos Regionais de Educação quanto ao objetivo do Programa e as especificidades dos encaminhamentos metodológicos a serem adotados.

c) Viabilizar materiais pedagógicos adequados ao funcionamento das Salas de Apoio à Aprendizagem.

d) Promover formação continuada para os profissionais envolvidos no Programa.

e) Analisar e encaminhar as solicitações enviadas pelos Núcleos Regionais de Educação sobre as Salas de Apoio à Aprendizagem requeridas pelas instituições de ensino.

III.REVOGA-SE A INSTRUÇÃO N. 022/2008 – SUED/SEED E DISPOSIÇÕES

CONTRÁRIAS.

Curitiba, 04 de julho de 2011

Meroujy Giacomassi Cavet

Superintendente da Educação

ANEXO 13

CELEM

RESOLUÇÃO N.º 3904/2008

A **Secretária de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no LDBEN 9394/96 e considerando:

- a importância que a aprendizagem de Línguas Estrangeiras Modernas (LEM) tem no desenvolvimento do ser humano quanto a compreensão de valores sociais e a aquisição de conhecimento sobre outras culturas;
- a necessidade de reestruturação dos Centros de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM) existentes na Rede Estadual de Educação Básica;
- a necessidade de garantir a continuidade da oferta de Línguas Estrangeiras Modernas pelos CELEM;
- a necessidade de estabelecer normas para o funcionamento dos CELEM em todo o Estado do Paraná,

R E S O L V E:

Art. 1.º Regulamentar e organizar a oferta de ensino extracurricular, plurilingüista e gratuita de cursos básicos e de aprimoramento em LEM para alunos da Rede Estadual de Educação Básica, matriculados no Ensino Fundamental (anos finais), no Ensino Médio, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos.

Art. 2.º A oferta dos cursos, e sua extensão ao atendimento à comunidade, professores e agentes educacionais, a definição dos idiomas, os critérios de implantação de cursos, seu funcionamento e suas atribuições, bem como outras providências que se fizerem necessárias aos Centros de Línguas Estrangeiras Modernas da Rede Estadual de Educação serão definidos por Instrução Normativa da Superintendência da Educação.

Art. 3.º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução n.º 3977/2006 e disposições em contrário.

Secretaria de Estado da Educação, em 27 de agosto de 2008.

Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde

Secretária de Estado da Educação

SUED-vv

INSTRUÇÃO N° 019/2008 - SUED/SEED

ASSUNTO: Critérios para implantação e funcionamento de cursos de Línguas Estrangeiras Modernas (LEM) e atribuições para os profissionais com atuação nos Centros de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM) da Rede Estadual de Educação Básica do Estado do Paraná.

A Superintendência da Educação, no uso de suas atribuições e considerando:

- a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96;
- a Resolução Secretarial nº 3904/2008, que regulamenta a oferta de cursos nos Centros de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM);
- a necessidade de definir critérios para implantação e funcionamento dos Cursos Básico e de Aprimoramento de Línguas Estrangeiras Modernas (LEM) ofertados pelos CELEM;
- a necessidade de definir atribuições aqueles que atuam nos referidos Centros; e
- a necessidade de sistematizar em um único documento todos os critérios e orientações referentes ao CELEM, expede a seguinte

INSTRUÇÃO

1. DOS CURSOS E LÍNGUAS ESTRANGEIRAS MODERNAS DO CELEM

1.1 O CELEM ofertará Cursos Básico e de Aprimoramento para Línguas: Alemã, Espanhola, Francesa, Inglesa, Italiana, Japonesa, Mandarim, Polonesa e Ucraniana.

1.2 Não será admitida a cobrança de quaisquer taxas ou mensalidades nos cursos do CELEM.

1.3 As atividades do CELEM deverão estar integradas às demais atividades do estabelecimento onde está sediado, subordinando-se a todas as suas instâncias pedagógicas e administrativas.

1.4 Os cursos do CELEM poderão funcionar nos estabelecimentos da Rede Estadual de Educação Básica.

1.5 O CELEM deverá atender a todas as disposições da Resolução nº 3904/2008, e da presente Instrução, bem como, às orientações do CELEM/DEB/SEED.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

1.6 Os Cursos Básico e de Aprimoramento serão anuais, distribuídos nos turnos regulares/ou intermediários, de acordo com a opção do estabelecimento de ensino e de maneira a proporcionar o melhor atendimento aos interessados.

1.7 Nos cursos do CELEM o início das aulas deverá ser concomitante ao início do período letivo das aulas da Matriz Curricular.

2. DA OFERTA DOS CURSOS

2.1 A oferta de ensino extracurricular, plurilinguista e gratuita de Cursos Básico e de Aprimoramento em LEM, é destinada aos alunos da Rede Estadual de Educação Básica, matriculados no Ensino Fundamental (anos finais), no Ensino Médio, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos.

2.2 Esta oferta é estendida aos professores e funcionários que estejam no efetivo exercício de suas funções em estabelecimentos de ensino na Rede Pública Estadual de Educação Básica, SEED e NRE, num total de até 10% das vagas sobre o número máximo de alunos por turma.

2.3 A comunidade poderá usufruir dos cursos, num total de até 30% das vagas sobre o número máximo de alunos por turma, desde que comprovada a conclusão dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

2.4 O estabelecimento de ensino poderá solicitar a implantação de cursos do CELEM para oferta de línguas diferentes daquelas cursadas pelo aluno, respeitadas as Matrizes Curriculares dos diferentes níveis de ensino.

2.5 O Curso de Aprimoramento em LEM será ofertado somente àqueles que tenham concluído o Curso Básico do CELEM.

2.6 A mudança de oferta do curso de uma Língua Estrangeira Moderna por outra, no mesmo estabelecimento de ensino, somente poderá realizar-se mediante solicitação

escrita, devidamente justificada, protocolada e encaminhada ao CELEM/DEB/SEED para autorização.

2.7 Os cursos do CELEM poderão ser ofertados nos turnos: manhã, intermediário manhã, tarde, intermediário tarde e noite, de acordo com as disponibilidades do estabelecimento, sendo que o turno noturno será destinado, preferencialmente, ao aluno trabalhador e ao adolescente acima de 14 anos inclusive.

2 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

3. DA IMPLANTAÇÃO E CESSAÇÃO DOS CURSOS DO CELEM NOS

ESTABELECIMENTOS

3.1 O CELEM poderá ser implantado em Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Estadual de Educação Básica, mediante solicitação da direção do estabelecimento, com aval da comunidade envolvida representada pelo Conselho Escolar.

3.2 A solicitação de implantação de Curso Básico ou de Aprimoramento em LEM no CELEM deverá ser protocolada no NRE ao qual o estabelecimento se jurisdiciona, de acordo com o Roteiro de Implantação de Cursos de CELEM, anexo da presente Instrução, e submetida a uma Comissão de Verificação de Funcionamento do CELEM, constituída por Ato Administrativo da Chefia do NRE, para análise e verificação da referida solicitação, cujo resultado deverá constituir “Laudo Técnico da Comissão”.

3.3 Após análise e verificação pelo NRE, o processo de implantação deverá ser encaminhado, juntamente com o Parecer da Comissão Verificadora, ao CELEM/DEB/SEED, para análise e parecer e posterior encaminhamento à Superintendência da Educação/SUED para autorização expressa.

3.4 Em caso de cessação do funcionamento dos cursos de CELEM, o estabelecimento deve protocolar no NRE a solicitação, com o aval do Conselho Escolar, para posterior análise e autorização pelo CELEM/DEB/SEED.

3.5 O estabelecimento de ensino deverá adequar o Projeto Político-Pedagógico quando da implantação ou cessação dos cursos do CELEM.

4. DA DURAÇÃO E CARGA HORÁRIA DOS CURSOS

4.1 Os Cursos Básicos das Línguas Ucraniana, Japonesa e Mandarim terão duração de 03 (três) anos, com carga horária anual de 160 (cento e sessenta) horas/aula, perfazendo um total de 480 (quatrocentas e oitenta) horas/aula.

4.2 Os Cursos Básicos das demais línguas terão duração de 02 (dois) anos, com carga horária anual de 160 (cento e sessenta) horas/aula, perfazendo um total de 320 (trezentos e vinte) horas/aula.

4.3 O Curso de Aprimoramento para todas as Línguas Estrangeiras ofertadas pelo CELEM terá duração de 01(um) ano, com carga horária de 160 (cento e sessenta) horas/aula.

4.4 A carga horária semanal dos cursos do CELEM será de 04 (quatro) horas/aula de 50 (cinquenta) minutos, distribuídas em até 02(dois) dias, preferencialmente não consecutivos.

4.5 O cumprimento da carga horária estabelecida para os cursos é obrigatório.

3 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

5. DA FREQUÊNCIA

5.1 É obrigatória ao aluno do CELEM, a frequência mínima de 75% do total da carga horária do período letivo, para fins de promoção.

5.2 Nos cursos do CELEM será considerado desistente, para efeito de registros do resultado final, o aluno que se ausentar por mais de 40 aulas consecutivas, ou seja, 25% da carga horária do período letivo, podendo efetuar a rematrícula no curso sem

o aproveitamento da carga horária cursada e dos registros de notas obtidos, somente quando existirem vagas remanescentes.

6. DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM, DA RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS E DA PROMOÇÃO

6.1 A avaliação é uma prática pedagógica intrínseca ao processo ensino e aprendizagem, com a função de diagnosticar o nível de apropriação do conhecimento pelo aluno.

6.2 A avaliação é contínua, cumulativa e processual devendo refletir o desenvolvimento global do aluno e considerar as características individuais deste no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

6.3 Dar-se-á relevância à atividade crítica, à capacidade de síntese e à elaboração pessoal, sobre a memorização.

6.4 A avaliação é realizada em função dos conteúdos, utilizando métodos e instrumentos diversificados e coerentes com as concepções e finalidades educativas expressas no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino.

6.5 É vedado submeter o aluno a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação.

6.6 A avaliação deverá utilizar procedimentos que assegurem o acompanhamento do pleno desenvolvimento do aluno, evitando-se a comparação dos alunos entre si.

6.7 O resultado da avaliação deve proporcionar dados que permitam a reflexão sobre a ação pedagógica, contribuindo para que se possa reorganizar conteúdos/instrumentos/métodos de ensino.

6.8 Os resultados das atividades avaliativas serão analisados durante o período letivo, pelo aluno e pelo professor, observando os avanços e as necessidades detectadas, para o estabelecimento de novas ações pedagógicas.

4 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

6.9 A recuperação de estudos é direito dos alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos e dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo ensino e aprendizagem.

6.10 A recuperação será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados anotados em Livro Registro de Classe.

6.11 A avaliação da aprendizagem terá os registros de notas expressos em uma escala de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero).

6.12 Os resultados das avaliações dos alunos deverão ser registrados em campo próprio no SERE/WEB, a fim de que sejam asseguradas a regularidade e autenticidade de sua vida escolar. (As escolas que ainda não estiverem integradas ao SERE/WEB deverão registra-los em livro próprio).

6.13 A promoção é o resultado da avaliação do aproveitamento escolar do aluno, aliada à apuração da sua frequência.

6.14 Nos cursos do CELEM a promoção será ao final de cada ano letivo.

6.15 Na promoção e certificação de conclusão a média final mínima exigida é de 6,0 (seis vírgula zero), conforme o disposto na Resolução 3794/2004.

6.16 Os alunos do CELEM que apresentarem frequência mínima de 75% do total de horas letivas e a média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) serão considerados aprovados ao final do ano letivo.

6.17 Serão considerados retidos ao final do ano letivo os alunos que apresentarem:

I. frequência inferior a 75% do total de horas letivas, independentemente do aproveitamento escolar;

II. frequência igual ou superior a 75% do total de horas letivas e média inferior a 6,0

(seis vírgula zero).

6.18 Nos cursos do CELEM serão registradas médias por idioma cursado, que corresponderão às avaliações individuais realizadas através de diversos instrumentos avaliativos adotados, aos quais, obrigatoriamente, o aluno submeter-se-á, respeitando o sistema de avaliação adotado pelo estabelecimento de ensino.

7. DA FORMAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS TURMAS

7.1 As turmas dos Cursos Básicos serão formadas com um mínimo de 20 (vinte) e máximo de 30 (trinta) alunos.

5 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

7.2 As turmas dos Cursos de Aprimoramento serão formadas com um mínimo de 15 (quinze) e máximo de 28 (vinte e oito) alunos.

7.3 As turmas que apresentarem número inferior ao estipulado no item 7.1 e 7.2 deverão ser submetidas à junção ou fechamento e tomado os devidos encaminhamentos pelo estabelecimento de ensino quanto ao suprimento dos professores.

7.4 O ingresso de novos alunos em turma(s) já iniciadas do CELEM, poderá ocorrer quando o número de aulas dadas não tiver ultrapassado o limite de 10% (dez por cento) a contar do início do período letivo.

8. DAS DEMANDAS

8.1 No planejamento das demandas para o ano subsequente, as alterações de ampliação ou diminuição deverão ser encaminhadas ao NRE através de ofício pelo estabelecimento de ensino.

8.2 No ofício para a alteração das demandas, deverão constar as seguintes informações:

- a) definição da solicitação (ampliação ou diminuição de carga horária);
- b) código e nome do NRE;
- c) código e nome do município;
- d) código e nome do estabelecimento;
- e) código e nome da disciplina;
- f) informações sobre vínculo e formação do(s) professor(es) da(s) disciplinas, quando da ampliação e, em caso de cessação ou diminuição, informações sobre os encaminhamentos dados aos professores.

8.3 O período para solicitação de ampliação das demandas será definido pelo CELEM/DEB/SEED.

8.4 Poderá ser solicitada diminuição de demandas a qualquer tempo, em função de junção ou fechamento de turmas.

9. DAS MATRÍCULAS

9.1 As matrículas nos cursos do CELEM serão anuais e deverão ser efetuadas de acordo com o cronograma de cada estabelecimento, em conformidade com as orientações da SEED.

9.2 É facultada a matrícula e a freqüência nos cursos do CELEM para até dois idiomas, desde que haja vagas e possibilidade de freqüência, de acordo com os horários de funcionamento das turmas, definidos pelos estabelecimentos.

6 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

9.3 É vedada a matrícula no Curso Básico para a mesma Língua Estrangeira que o aluno esteja cursando na Matriz Curricular.

9.4 É vedada a matrícula de alunos e/ou interessados em cursos do CELEM que já tenham sido certificados.

9.5 É vedada a realização de testes de nivelamento de conhecimento lingüístico para ingresso nos cursos de CELEM.

9.6 É permitido ao aluno egresso do CELEM que tenha concluído 2 (dois) períodos dos cursos com oferta semestral, a matrícula no 2º (segundo) período dos cursos com oferta anual, desde que comprovadamente.

9.7 Fica garantido ao aluno que se desvincular da Rede Pública Estadual, o término do curso iniciado no CELEM.

9.8 A matrícula deverá ser realizada pelos pais ou responsáveis quando os interessados forem menores de 18 (dezoito) anos.

9.9 Para a efetivação da matrícula nos cursos de CELEM serão necessários:

a) preenchimento de ficha de requerimento, na qual conste os dados pessoais, por curso pretendido;

b) fotocópia da Certidão de Nascimento e/ou fotocópia do documento de identidade;

c) fotocópia de comprovante de residência (fatura de energia elétrica);

d) Cadastro Geral de Matrícula - CGM, quando aluno da Rede Pública Estadual;

e) comprovante da conclusão dos estudos dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

9.10 Ao cadastrar os alunos no SERE/WEB deve-se informar a sua origem no campo das observações: aluno da Rede Pública Estadual, professor(a), funcionário da SEED, NRE ou estabelecimento de ensino, ou aluno da comunidade.

9.11 Em caso da procura exceder o número de vagas, o estabelecimento por processo democrático e transparente deverá providenciar uma lista de espera, a fim de possíveis chamamentos decorrentes de desistências no curso.

9.12 O estabelecimento deverá providenciar a recuperação dos conteúdos para aqueles que ingressarem posteriormente na turma.

9.13 Será considerada vaga para ingresso posterior de alunos, em turmas já iniciadas nos cursos do CELEM, quando o(s) matriculado(s) não comparecerem a um total de 16 (dezesesseis) aulas consecutivas, ou seja, 10% (dez por cento), a contar da data de início do período letivo.

9.14 Na renovação das matrículas deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

7 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

a) para alunos menores de dezoito anos é imprescindível a assinatura do requerimento de matrícula pelos pais ou responsáveis;

b) os alunos maiores de dezoito anos poderão requerer a renovação da matrícula apresentando documento comprobatório da idade;

c) a data da rematrícula será definida em calendário juntamente com o período de matrícula escolar.

9.15 Para realização da matrícula nos Cursos de Aprimoramento o interessado deverá comprovar a conclusão do Curso Básico do CELEM através de boletim escolar e/ou declaração expedida e assinada pela direção do estabelecimento de ensino e pelo(a) professor(a) que ministrou o Curso Básico e/ou através da apresentação do Certificado de Conclusão do Curso.

10. DO REMANEJAMENTO E TRANSFERÊNCIA

10.1 O remanejamento de alunos entre turmas de um mesmo idioma é possível, desde que respeitado o número máximo de vagas, adotando-se os procedimentos necessários no Livro Registro de Classe, formulários do CELEM e Sistema Estadual de Registro Escolar – SERE/WEB.

10.2 A transferência de alunos entre estabelecimentos de ensino com oferta de cursos de CELEM está condicionada a existência de vagas e poderá ser realizada

mediante solicitação dos pais, responsáveis ou do próprio aluno, quando maior de idade.

10.3 O estabelecimento deverá providenciar ao solicitante, declaração da direção, constando: a(s) língua(s) cursada(s), período, aproveitamento e frequência quando da transferência, bem como os demais documentos que se fizerem necessários.

11. DA DOCUMENTAÇÃO DOS CURSOS DO CELEM

11.1 São considerados documentos dos cursos do CELEM:

- a) Formulário de Levantamento Anual por NRE;
- b) Formulário de Levantamento Anual por Estabelecimento;
- c) Formulário da Relação de Alunos Matriculados;
- d) Formulário da Relação de Alunos Concluintes;
- e) Ficha de Requerimento de Matrícula e Rematrícula;
- f) Ficha Individual de Registro de Aproveitamento e Frequência;
- g) Declaração de Matrícula e Frequência nos Cursos;
- h) Declaração de Transferência;
- i) Declaração de Conclusão;
- j) Guia de Transferência;
- k) Livros de Registro de Classe da turma;
- l) Livros de Atas de Reuniões;

8 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

- m) Livros de Registros de Frequência de Professores;
- n) Livros de Registros do Acervo Bibliográfico;

- o) Livros de Controle de Entrega da Certificação;
- p) Certificados dos cursos;
- q) Correspondências relacionadas ao CELEM e demais documentos emitidos através do SERE/WEB.

11.2 Nos estabelecimentos de ensino:

- a) A documentação dos cursos do CELEM deverá fazer parte do acervo da documentação escolar e permanecerá arquivada na secretaria escolar do estabelecimento;
- b) A documentação individual do aluno dos cursos do CELEM deverá estar arquivada em Pasta Individual, compondo o arquivo da(s) turma(s) na(s) qual(is) está matriculado.

11.3 Nos Núcleos Regionais de Educação os técnicos responsáveis pelos cursos do CELEM dos estabelecimentos de ensino dos municípios de sua jurisdição deverão manter arquivadas, na sede do NRE, cópias dos formulários de Levantamento Anual, Relação de Alunos Matriculados e Concluintes que foram encaminhadas pelos estabelecimentos ao CELEM/DEB/SEED.

11.4 As turmas de regime semestral, em cessação no CELEM, deverão utilizar os formulários semestrais até a conclusão do curso.

12. DOS DOCENTES PARA OS CURSOS DO CELEM

Poderão atuar nos cursos do CELEM:

12.1 Professores do Quadro Próprio do Magistério:

- com curso superior de licenciatura plena ou curta, com habilitação na língua estrangeira de atuação; ou
- com curso superior de licenciatura plena ou curta, com habilitação em qualquer língua estrangeira moderna, com comprovante de

proficiência na língua estrangeira de atuação; ou · com qualquer curso superior, porém com comprovante de proficiência na língua estrangeira de atuação conforme Anexo II; ou com qualquer curso superior, natural do país da língua de atuação, com domínio da língua portuguesa e da língua nativa.

12.2 Professores em regime de contrato temporário em caráter de substituição do QPM, respeitados os itens acima acrescidos de:

· acadêmicos de curso superior de licenciatura plena ou curta, com habilitação na língua estrangeira de atuação, com histórico escolar onde conste a carga horária mínima cursada de 300 horas; ou 9 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

· acadêmicos de qualquer curso superior e comprovante de proficiência na língua estrangeira de atuação conforme Anexo II.

12.3 Para os cursos de japonês, mandarim, polonês e ucraniano será admitida a atuação de professores em regime de contrato temporário.

12.4 Os professores efetivos indicados no protocolado de solicitação de implantação de cursos do CELEM deverão assumir as aulas assim que os mesmos forem autorizados, não sendo possível sua substituição por professor com outro vínculo.

13. DO SISTEMA ESCOLA – SERE/WEB

13.1 No SERE/WEB deverão ser registrados os dados pertinentes aos alunos matriculados nos cursos do CELEM.

13.2 Serão realizadas no SERE/WEB as seguintes funções relacionadas ao CELEM:

- Abertura de turmas
- Cadastro dos alunos
- Matrículas
- Registro de transferência e remanejamento de alunos

- Registro de abandono/desistência
- Registro das avaliações, carga horária e frequência
- Emissão de relatórios
- Emissão de boletins
- Cálculo do resultado final
- Emissão dos resultados finais e outras funções, tendo em vista a possibilidade de alteração do sistema.

14. DOS REGISTROS DE AVALIAÇÃO, CARGA HORÁRIA E FREQUÊNCIA

14.1 As avaliações, a carga horária e a frequência do aluno deverão estar registradas no SERE/WEB em conformidade com o Livro Registro de Classe.

14.2 A Equipe Pedagógica do estabelecimento de ensino deverá visar periodicamente o Livro Registro de Classe, observando o cumprimento das orientações da Equipe de Ensino do NRE e CELEM/DEB/SEED.

14.3 Os registros servirão de base para os formulários de levantamentos que serão enviados ao NRE e CELEM/DEB/SEED.

10 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

14.4 Os registros das avaliações para os cursos do CELEM deverão ser feitos numericamente, obedecendo ao disposto nesta Instrução.

14.5 Todos os registros referentes aos alunos deverão constar no SERE/WEB e nas Fichas Individuais arquivadas em Pasta Individual que comporá o arquivo da turma do CELEM.

14.6 Os registros referentes à avaliação, frequência e carga horária deverão constar no histórico escolar do aluno, no campo dos estudos complementares.

15. DA CERTIFICAÇÃO

15.1 Aos alunos concluintes do Curso Básico e de Aprimoramento será expedido certificado pelo CELEM/DEB/SEED, com os registros de avaliação, carga horária, frequência e demais apostilamentos necessários.

16. DAS ATRIBUIÇÕES

16.1 Cabe à Coordenação de Ensino de Línguas Estrangeiras Modernas da SEED:

- a) acompanhar a implantação e o funcionamento dos cursos do CELEM e/ou de novasturmas;
- b) orientar e acompanhar o trabalho dos técnicos responsáveis pelo CELEM nos NRE, quanto ao objetivo do CELEM, a proposta pedagógica curricular e demais encaminhamentos a serem adotados;
- c) organizar as demandas dos CELEM;
- d) avaliar os resultados alcançados pelos alunos e o desempenho dos docentes, através das informações repassadas pelos NRE;
- e) buscar Convênios e parcerias entre a SEED e outros órgãos ou entidades de países estrangeiros e com Associações de Professores de LEM;
- f) propor a produção e uso de materiais didáticos de apoio pelos professores atuantes nos cursos de CELEM;
- g) promover o intercâmbio entre alunos e professores de LEM com alunos e professores de outros países;
- h) propor capacitação para os docentes de LEM dos cursos do CELEM da Rede Pública Estadual de Educação Básica;

- i) realizar auditoria técnica, administrativa e pedagógica nos CELEM, quando necessário;
- j) expedir a certificação dos cursos do CELEM com o registro de avaliação, carga horária total, porcentagem de frequência do aluno e apostilamentos necessários;
- k) articular-se com o setor de Infraestrutura, para o tratamento das questões referentes a demanda, SERE/WEB, e outras que se fizerem necessárias para o funcionamento dos cursos do CELEM.

11 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

16.2 Cabe ao Técnico do CELEM no NRE:

- a) cumprir e fazer cumprir as disposições legais definidas para o CELEM;
- b) orientar os estabelecimentos de ensino quanto aos procedimentos para a implantação, encerramento, alteração de demandas e funcionamento do cursos do CELEM;
- c) orientar a elaboração das propostas pedagógicas curriculares e dos planos de trabalho docente, acompanhando sua efetivação através de encontros, visitas periódicas;
- d) orientar e acompanhar o trabalho das equipes pedagógicas dos estabelecimentos, no que se refere às práticas desenvolvidas pelos professores, seus registros e horaatividade;
- e) orientar o preenchimento de formulários e outros instrumentos relativos ao CELEM, certificando-se de sua correção, analisando-os e emitindo parecer para

encaminhamento ao CELEM/DEB/SEED;

f) orientar os docentes dos cursos do CELEM na elaboração de FOLHAS, Objeto de Aprendizagem Colaborativa (OAC) e outras produções;

g) realizar auditoria técnica, administrativa e pedagógica nos CELEM, quando necessário, podendo realizar o encerramento e/ou junção de turmas que tiverem número de alunos abaixo do estipulado por esta instrução;

h) homologar o calendário e horário de funcionamento dos cursos;

i) manter atualizado o fluxo de informações entre Coordenação do CELEM/DEB/SEED, NRE e estabelecimentos de ensino que ofertam os cursos;

j) enviar ao CELEM/DEB/SEED as relações de alunos matriculados, os levantamentos anuais e relação de alunos concluintes do CELEM, de acordo com os prazos estabelecidos;

k) encaminhar os certificados dos cursos do CELEM, expedidos pelo CELEM/DEB/SEED;

l) sistematizar em uma planilha as informações sobre alterações de demandas solicitadas pelos estabelecimentos, e encaminha-la ao CELEM/DEB/SEED, juntamente com os ofícios em um único protocolado, dentro do prazo definido;

m) articular-se com o setor responsável no NRE para o tratamento de questões do CELEM referentes à demanda, SERE/WEB e outras.

16.3 Cabe à Direção Escolar:

a) encaminhar processo de solicitação de implantação ao NRE, de acordo com o Roteiro de Implantação do CELEM, conforme anexo I desta Instrução;

b) solicitar ao CELEM/DEB/SEED, via NRE, o pedido de encerramento do(s)

curso(s) através de processo de cessação, bem como a ampliação e diminuição de demanda através de ofício;

c) garantir a integração das atividades do CELEM com as demais atividades do estabelecimento, viabilizando seu funcionamento;

d) emitir declaração referente ao curso do CELEM, quando solicitado pelo aluno e/ou funcionário, professor ou membro da comunidade que esteja cursando ou tenha concluído o curso;

12 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

e) garantir a participação dos professores dos cursos do CELEM no Conselho de Classe ou, na ausência desses professores, apresentar obrigatoriamente as questões relacionadas ao trabalho desenvolvido.

16.4 Cabe à equipe técnico-pedagógica do estabelecimento:

a) orientar na elaboração da proposta de implantação dos Cursos Básico e de Aprimoramento do CELEM e do que se fizer necessário para a sua inclusão no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento;

b) auxiliar os docentes na elaboração das propostas pedagógicas curriculares para o ensino de LEM e dos planos de ação docente do CELEM, garantindo a consonância com as Diretrizes Curriculares da Rede Pública da Educação Básica do Estado do Paraná;

c) orientar os docentes dos cursos do CELEM na elaboração de FOLHAS, Objeto de Aprendizagem Colaborativa e outras produções;

- d) acompanhar o processo ensino-aprendizagem relacionado à(s) LEM;
- e) manter atualizado o fluxo de informações e documentações entre os professores, estabelecimentos de ensino e o NRE;
- f) orientar e acompanhar a execução e cumprimento integral do calendário e horário de funcionamento do CELEM;
- g) divulgar os cursos de LEM do CELEM, tanto para alunos, professores e funcionários, quanto para comunidade, informando sobre seu funcionamento;
- h) acompanhar a freqüência dos alunos, informando aos pais ou responsáveis de alunos menores de idade, casos de faltas consecutivas, para as medidas cabíveis, de acordo com a presente Instrução;
- i) orientar os professores em relação ao correto preenchimento dos Livros Registros de Classe e de outros documentos relacionados ao CELEM, quando necessário;
- j) visar os Livros Registro de Classe e os registros de Hora-Atividade;
- k) visar o Relatório do Resultado Final do curso.

16.5 Cabe à equipe técnico-administrativa do estabelecimento:

- a) organizar a documentação dos cursos do CELEM e manter atualizados os registros, sob supervisão da direção do estabelecimento;
- b) efetuar e manter atualizados os registros das informações sobre o CELEM nos formulário, no SERE/WEB e em outros documentos que se fizerem necessários;
- c) manter atualizado o fluxo de informações e documentações entre os professores, estabelecimentos de ensino e o NRE;

d) orientar os professores com relação ao correto preenchimento dos Livros Registro de Classe e de outros documentos relacionados ao CELEM, quando necessário;

e) acompanhar o número de matriculados nos cursos e providenciar a inclusão de novos alunos quando houver desistência comprovada com ausência consecutiva

13 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

nas aulas em número de faltas superior a 16(dezesseis) horas/aula, contadas a partir do início do período letivo;

f) preencher e entregar documentação que for solicitada com as informações sobre os cursos de CELEM, no prazo estabelecido pelo CELEM/DEB/SEED.

16.6 Cabe aos professores responsáveis pelas turmas dos cursos do CELEM:

a) ministrar suas aulas e desenvolver um trabalho condizente com as Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica para LEM e o Projeto Político Pedagógico do estabelecimento de ensino;

b) inteirar-se sobre a legislação específica dos Cursos do CELEM juntamente com a direção, equipe técnico-pedagógico e demais membros do corpo docente do estabelecimento de ensino;

c) acompanhar a formação e composição das turmas de acordo com as matrículas;

d) participar da elaboração da Proposta Pedagógica Curricular para LEM do estabelecimento de ensino;

e) elaborar o Plano de Trabalho Docente para as turmas dos cursos do CELEM,

indicando metodologias adequadas às necessidades do ensino de LEM;

f) registrar em Livro Registro de Classe, a avaliação e a frequência dos alunos, bem como os conteúdos programáticos e as atividades desenvolvidas durante as aulas;

g) acompanhar o número de matriculados nas turmas e a inclusão de novos alunos quando houver desistência comprovada com ausência consecutiva nas aulas em número de faltas superior a 16(dezesseis) horas/aula, contadas a partir do início do período letivo;

h) diagnosticar as dificuldades encontradas pelos alunos referentes à aprendizagem da LEM e tomar as providências necessárias, inclusive revisando e reestruturando o Plano de Trabalho Docente, juntamente com a equipe pedagógica do estabelecimento;

i) elaborar, juntamente com a Equipe Pedagógica do estabelecimento, a proposta de implantação dos Cursos Básicos de CELEM, do Curso de Aprimoramento e do que se fizer necessário para a inclusão do CELEM no Projeto Político-Pedagógico;

j) utilizar-se corretamente dos materiais didáticos próprios do CELEM disponibilizados aos estabelecimentos de ensino para uso dos alunos;

k) elaborar atividades e confeccionar materiais didático-pedagógicos considerando as necessidades de aprendizagem que surgirem;

l) participar de Conselho de Classe;

m) preencher e entregar a documentação que lhe for solicitada com as informações

sobre suas turmas de CELEM, no prazo estipulado pelo estabelecimento, NRE e CELEM/DEB/SEED;

n) participar da Formação Continuada promovida pela SEED, NRE e estabelecimento de ensino.

16.7 Cabe aos interessados nos cursos ofertados pelo CELEM:

a) apresentar documentação exigida pelos estabelecimentos, no ato da matrícula;

14 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

b) submeter-se a testes e/ou avaliações organizadas pelo CELEM/DEB/SEED no decorrer do curso;

c) aguardar a disponibilidade de vagas para ingresso nos cursos, caso seja aluno desistente de outros cursos do CELEM;

d) acompanhar e desenvolver as atividades propostas pelos professores nos cursos do CELEM;

e) cumprir as exigências com relação a frequência e avaliação;

f) inteirar-se sobre o regimento escolar do estabelecimento de ensino no qual estiver matriculado em curso(s) do CELEM.

17. Os casos omissos serão resolvidos pela SUED/SEED.

Curitiba, 31 de outubro de 2008.

Alayde Maria Pinto Digiovanni

Superintendente da Educação

15 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

ANEXO I

Documentação de Implantação do Centro de Línguas Estrangeiras Modernas:

- Ofício da Direção Escolar solicitando Implantação do CELEM no estabelecimento;
- Parecer do Conselho Escolar;
- Fotocópia da Ata da reunião do Conselho Escolar de deliberação sobre a implantação do CELEM;
- Calendário do CELEM;
- Horário de funcionamento do CELEM;
- Proposta Pedagógica Curricular para LEM;
- Ato Administrativo da Chefia do NRE designando Comissão de Verificação para Autorização de Funcionamento do CELEM;
- Parecer da Comissão Verificadora;
- Ofício de encaminhamento do protocolado pela Chefia do NRE.

16 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

PARECER DO CONSELHO ESCOLAR

O Conselho Escolar do Colégio _____ é de PARECER FAVORÁVEL à implantação do Centro de Língua Estrangeira Moderna - CELEM neste Estabelecimento de Ensino a partir de _____.
_____, _____ de _____
200_____
(Assinatura do Presidente)

MEMBROS:

18 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

(Sugestão para Horário de Funcionamento)

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Elaborar horário detalhado de funcionamento, conforme modelo abaixo, tendo em vista:

- n) Turno 1 (manhã): até o meio-dia;
- o) Turno 2 (intermediário manhã): entre 10h e 15h;
- p) Turno 3 (tarde): entre 13h e 17h30;
- q) Turno 4 (intermediário tarde): entre 18h30 e 21h;
- r) Turno 5 (noite): entre 19h e 23h.

MANHÃ

INTERMEDIÁRIO

TARDE

INTERMEDIÁRIO

NOITE

Dia/Semana Turmas Turmas Turmas Turmas Turmas

2ª Feira

3ª Feira

4ª Feira

5ª Feira

19 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

6ª Feira

(Sugestão de Laudo a ser elaborado pela Comissão de Verificadora)

PARECER DA COMISSÃO VERIFICADORA

A Comissão Verificadora abaixo designada pelo Ato Administrativo

nº _____, _____ do Núcleo Regional de Educação
de _____
_____, procedeu a Verificação no _____.

(nome do estabelecimento de ensino) do Município de
_____.

Após averiguar, em processo formal e “in loco”, a existência de condições mínimas
indispensáveis para o regular funcionamento, somos de parecer que se conceda a
autorização de funcionamento do CELEM com a oferta de _____ a
partir de _____.

_____, _____ de
_____ de 20__ A Comissão

20 SECRETARIA DE ESTADO DA
EDUCAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

ANEXO II

CERTIFICADOS DOS CURSOS DE PROFICIÊNCIA LINGÜÍSTICA PARA OS
DOCENTES NOS CURSOS DE CELEM

DA COMPROVAÇÃO DE PROFICIÊNCIA EXIGIDA

1. Os Certificados dos Cursos de Proficiência Lingüística atestam o Notório Saber em Língua Estrangeira e deverão ser expedidos por Universidade idônea e de reconhecimento Internacional, seja Nacional ou Estrangeira. A comprovação de proficiência exigida será efetuada de acordo com a Língua Estrangeira Moderna de atuação:

1.1. ALEMÃO - certificado de um dos seguintes exames de proficiência (elencados do maior para o menor):

a) GDS - Grosses Deustches Sprachdiplom (Diploma Superior);

1.2. ESPANHOL - certificado DELE (Diploma de Espanhol como Língua Estrangeira) Superior, emitido pelo Ministério da Educação, Cultura e Esportes da Espanha;

1.3. FRANCÊS - um dos seguintes documentos (elencados do maior para o menor):

a) Diploma do Curso Nancy 3;

b) DALF - Diploma Aprofundado de Língua Francesa.

1.4. INGLÊS - um dos documentos fornecidos pelas seguintes instituições

(considerando 1 a 6 de igual relevância, 7 de menor relevância que os anteriores):

1.4.1. Universidade de Cambridge (elencados do maior para o menor):

a. CPE (Certificado de Proficiência em Inglês);

21 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

b. CAE (Certificado Avançado de Inglês);

c. FCE (Primeiro Certificado de Inglês);

1.4.2. IELTS (International English Language Testing System) – com resultado igual ou superior a 5,0 (cinco);

1.4.3. CCSE (Certificado de Habilidade Comunicativa em Inglês) – níveis 3, 4 ou 5;

1.4.4. CEELT (Certificado de Inglês para professores de Língua Inglesa) – níveis 1 ou 2.

1.4.5. Universidade de Michigan (elencados do maior para o menor):

a) ECPE (Certificado de Proficiência em Inglês);

b) ECCE (Certificado de Competência em Inglês).

1.4.6. TOEFL (Teste de Inglês como Língua Estrangeira) – com escore mínimo de 150 ou 450 conforme forma de realização do exame (computadorizado ou não) e com data inferior a dois anos;

1.4.7 Certificado de Conclusão do Curso da Open University

emitido pelo Conselho Britânico;

1.5. ITALIANO - certificado de proficiência emitido pela Universidade de Siena ou pela Universidade de Perugia;

1.6. JAPONÊS - certificado que ateste a conclusão de, no mínimo, o Nível 1 ou 2 do Curso de Proficiência em Língua Japonesa emitido pela Fundação Japão ou por universidade;

1.7. UCRANIANO, POLONÊS e MANDARIM - Certificado de Conclusão do Curso de Especialização na língua estrangeira, ou Certificado de término de curso em nível avançado, aprovação em exame de proficiência emitido por entidade de notória

competência (universidade, faculdade, etc.) ou curso em língua estrangeira realizado no exterior, com carga horária mínima de 120h.

ANEXO 14

COLÉGIO ESTADUAL ELEODORO EBANO PEREIRA

Área: História

Prof^a.: Sônia Flach

“III ELEODORO DANCE”

(Festival de dança)

JUSTIFICATIVA

Proporcionar aos alunos subsídios para compreender, desvelar, desconstruir, revelar e transformar relações estabelecidas entre corpo, dança e sociedade. Desta forma, este evento contribui para reforçar laços de amizade, trabalhar, conhecer o grupo e conhecer a si próprios de outra maneira, enfatizando a importância da auto-estima. A percepção da dança como forma de conhecimento envolve a pesquisa, a investigação, o senso estético, a intuição, a emoção, a imaginação, a capacidade de comunicação, o uso da memória coreográfica, a interpretação, a síntese e a avaliação crítica. A dança possui conteúdos históricos, sociais e políticos, ou seja, práticas levadas a efeito por sujeitos históricos em contextos sócio- históricos determinados, considerando a inserção de tais sujeitos no seu universo, expressos pelo movimento do corpo. Estes fatores possibilitam o desafio ao corpo físico, como desenvolver coreografias que façam sentido aos alunos onde possam aprender “para poder mostrar”, experimentando novas formas de expressão que não são possíveis demonstrar por meio das palavras.

OBJETIVOS GERAIS

Construir uma relação de cooperação, respeito, diálogo, e valorização das diversas escolhas e possibilidades de interpretação e de criação em dança que ocorrem em sala de aula e na sociedade.

Aperfeiçoar a capacidade de discriminação verbal visual, cinestésica e de preparo corporal adequado em relação às danças criadas, interpretadas e assistidas.

Situar e compreender as relações entre corpo, dança e sociedade, principalmente no diálogo entre a tradição e a sociedade contemporânea.

Buscar e saber organizar e registrar informações sobre dança em contato com documentos, vídeos, livros, informações, etc, relacionando-os às suas próprias experiências pessoais como intérpretes e criadores da dança.

Experimentar e diferenciar repertório, improvisação, composição coreográfica e apreciação, observando as diferentes sensações e percepções individuais e coletivas que ocorrem no processo.

Experimentar, investigar e utilizar de diferentes estímulos para a improvisação e para composição coreográfica (notícia de jornal, poesia, literatura, história, emoções, sentimentos, mitos, quadros, esculturas, elementos de movimento, sons e silêncio, etc).

Identificar a relação da necessidade de ajuste, cooperação e respeito entre as escolhas individuais e as relações grupais que ocorrem nos diferentes processos de fazer e apreciar da dança.

Tomar decisões na organização dos processos criativos individuais e de grupo em relação a movimentos, música, composição coreográfica, figurino e espaço cênico.

REGULAMENTO

Art 1º. O “**ELEODORO DANCE**” é de caráter competitivo. Para participar os interessados deverão se inscrever, informando o **tema, a música, o nome da coreografia**, o número de participantes, categoria (ficha de inscrição a serem retiradas no xérox do Colégio Eleodoro) e **release** (descrição ou tema do trabalho), idade, turma.

Art 2º. Cada bailarino(a) poderá participar com até **5** (cinco) trabalhos por sala, podendo ser solo, duo, pas de deux, trio ou conjunto, desde que pertença à mesma turma.

Art 3º. Não será permitido concorrer com outra turma que não seja a sua (dançar para uma turma que não seja a sua), a não ser os alunos surdos.

DAS INSCRIÇÕES

Art 1º. Serão confirmadas as inscrições que estiverem corretamente preenchidas sem rasuras, e passarem pela pré-seleção. Data de entrega a ser fixada em edital.

DAS MODALIDADES

Art 1º. A escolha das coreografias deverá respeitar época, estilo e figurinos.

- Ballet Clássico de Repertório

Obras ou fragmentos de obras do repertório tradicional do ballet clássico ou romântico (século XVIII e XIX). EX: “La Bayadère”, “O Lago dos Cisnes”, “Dom Quixote”, “Giselle”, “La Esmeralda”, “La Fille mal Gardée” e outros.

- Ballet Clássico

Obras estruturadas sobre a técnica do ballet clássico e neoclássico que não pertençam ao repertório das grandes companhias.

- Dança moderna e dança contemporânea

Trabalhos estruturados sobre as linhas das escolas de dança moderna ou que adotem os conceitos de pós modernidade. Inclui-se nesta modalidade a dança-teatro.

- Jazz Dance

Obras coreográficas estruturadas sobre a técnica ou qualquer tendência do Jazz Dance.

- Street Dance

Trabalhos inspirados ou surgidos nos movimentos de rua dos centros urbanos e variantes oriundos do Break e Hip Hop.

- Danças Populares

Considera-se nessa modalidade danças regionais de outras nações (dança do ventre, indiana, portuguesa, italiana, polonesa, germânica, japonesa, espanhola, (flamenco) e danças folclóricas temáticas ou regionais elaboradas coreograficamente).

- Dança Livre

Todas as modalidades com variações e estilos. Inclui nesta modalidade as danças de salão (tango, bolero, salsa, rumba, merengue, frevo, forró, samba, afro, etc).

CATEGORIAS E MODALIDADES DE PARTICIPAÇÃO

CATEGORIA	SÉRIE	MODO DE PARTICIPAÇÃO	TEMPO MÁXIMO
Categoria A	Ensino Médio (8º a 3º série)	Solo Duo ou trio	2 a 5 minutos

		Conjunto	
Categoria B	Ensino Fundamental (5º a 7º série)	Solo Duo ou trio Conjunto	2 a 5 minutos

DAS COMPETIÇÕES E ENSAIOS

Art 1º. As competições serão realizadas no Centro Cultural Gilberto Mayer com início sempre às 19 horas, sendo que a ordem de apresentação será determinada pela organização e confirmada em edital no Colégio Eleodoro.

Art 2º. A trilha sonora utilizada deve ser gravada somente em **CD (velocidade 8x)** contendo apenas a música a ser executada e identificada com o nome.

Art 3º. Não serão permitidas coreografias sob pena de desclassificação, com o uso de:

5- Cenário, objetos que danifiquem o palco ou ameacem a platéia, além de proibido o uso de fogo, vela, óleo, álcool, talco, água, animais vivos e outros.

6- Apresentação completamente nu, ou coreografias que exaltem a vulgaridade.

Art 4º. O camarim deverá ser desocupado logo após a apresentação, de modo a ser ocupado imediatamente pelo grupo seguinte, seguindo a mesma ordem das apresentações. Não será permitida a entrada de pessoas no camarim que não sejam os alunos participantes ou professores designados na organização do Festival.

Art 5º. Os ensaios poderão ser realizados nas aulas de Educação Física e Artes, **somente com os alunos que participarão da coreografia, quando o professor permitir. (É PROIBIDA A PRESENÇA DE ALUNOS QUE NÃO PARTICIPARÃO DO FESTIVAL NOS ENSAIOS. Se isso ocorrer a coreografia será DESCLASSIFICADA).**

Art 6º. Não serão permitidos ensaios no Auditório nem em qualquer dependência do Colégio a não ser nas aulas de Educação Física e Artes. Em caso de dúvida consultar a Profª. Sônia, a Direção e a Supervisão, sob pena de **DESCLASSIFICAÇÃO.**

Art 7º. Não será concedido o rádio do Colégio. Cada grupo deverá trazer o seu nas respectivas aulas.

Art 8º. Os ensaios, a não ser nas aulas de Artes e Educação Física, deverão ser organizados fora do Colégio, em local a ser escolhido pela turma ou pelo grupo. **(horários de outras disciplinas não serão concedidos para ensaios, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO).** Qualquer dúvida, consultar Profª. Sônia, a Direção e a Supervisão, sob pena de **DESCLASSIFICAÇÃO**.

DAS COREOGRAFIAS

Art 1º. As coreografias deverão ser criadas e montadas durante as aulas de Educação Física e Artes, com participação e sugestão dos alunos da turma, contando com apoio e supervisão dos professores.

7- Não será permitido cópia de coreografia, sob pena de desclassificação do **“ELEODORO DANCE”**.

8- As coreografias que não atenderem ao tempo mínimo **(2 minutos)** e máximo **(5 minutos)** serão desclassificados.

DOS PARTICIPANTES

Participação somente dos alunos matriculados no Colégio Eleodoro.

DO FIGURINO

Art 1º. Será escolhido com a participação do grupo e orientação dos professores.

Art 2º. Evitar despesas desnecessárias. Esta orientação deverá ser acatada pelo grupo.

Art 3º. Os gastos serão divididos pela turma da qual faz parte envolvendo a mesma no processo de desenvolvimento da coreografia (**PATROCÍNIO**).

Art 4º. É permitido apenas um figurino para cada integrante. Não haverá troca de roupas durante a coreografia.

Art 5º. A pesquisa do **figurino**, a **música**, e a **coreografia** devem ser correspondentes ao **tema**.

JULGAMENTO E RESULTADOS

Art 1º. As coreografias serão analisadas e julgadas por grupo de profissionais do meio cultural e em dança, escolhido pela organização do evento.

Art 2º. Serão avaliados os seguintes quesitos:

- Tema (release ou resumo da coreografia).....(5 a 10)
- Coreografia.....(5 a 10)
- Criatividade(5 a 10)
- Conjunto.....(5 a 10)
- Figurino.....(5 a 10)

DA PREMIAÇÃO

Art 1º. Os classificados em 1º, 2º, 3º 4º e 5º lugares de cada categoria receberão troféus a serem entregues na noite dos campeões.

COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE

Art 1º. Os alunos devem observar que o “**ELEODORO DANCE**” é uma atividade cultural. Isto implica no compromisso com todas as disciplinas. O Festival não impede a assiduidade, entrega de trabalhos, inclusive nos períodos de avaliação. É proibida a falta às aulas.

DAS PUNIÇÕES

Art 1º. A turma deve contribuir para o conhecimento das possibilidades do movimento humano. A criação da dança e dos movimentos coreográficos **devem atender a escolha do grupo ou da turma, respeitando e compreendendo os limites emocionais, corporais e intelectuais de si próprios tanto quanto os de outras turmas ou grupos, praticando, assim, a solidariedade e o respeito entre seu grupo, sua turma e os outros.**

Art 2º. O aluno que provocar desavenças, desrespeito, faltar às aulas, não entregar trabalho, não tiver compromisso e responsabilidade, e ainda, não ouvir a opinião dos demais e do professor será impedido de dançar no Festival de Dança.

Art 3º. A infração comprovada de qualquer artigo deste regulamento implicará na **DESCLASSIFICAÇÃO** do grupo do “**ELEODORO DANCE**”.

REGULAMENTO PARA ENCAMINHAR AOS PAIS

Art 1º. O “**ELEODORO DANCE**” é de caráter competitivo. A inscrição deve informar o **tema, a música, o nome da coreografia**, o número de participantes, categoria e **release** (descrição ou tema do trabalho), idade, turma.

Art 2º. Cada bailarino(a) poderá participar com até **5** (cinco) trabalhos por sala, podendo ser solo, duo, pas de deux, trio ou conjunto, desde que pertença à mesma turma.

Art 3º. Não será permitido concorrer com outra turma que não seja a sua (dançar para uma turma que não seja a sua), a não ser os alunos surdos.

DAS INSCRIÇÕES

Art 1º. Serão confirmadas as inscrições que estiverem corretamente preenchidas sem rasuras, e passarem pela pré-seleção. Data de entrega a ser fixada em edital.

DAS MODALIDADES

Art 1º. A escolha das coreografias deverá respeitar época, estilo e figurinos.

- Ballet Clássico de Repertório

Obras ou fragmentos de obras do repertório tradicional do ballet clássico ou romântico (século XVIII e XIX). EX: “La Bayadère”, “O Lago dos Cisnes”, “Dom Quixote”, “Giselle”, “La Esmeralda” e outros.

- Ballet Clássico

Obras estruturadas sobre a técnica do ballet clássico e neoclássico que não pertençam ao repertório das grandes companhias.

- Dança Moderna e Dança Contemporânea

Trabalhos feitos sobre as linhas das escolas de dança moderna ou que adotem os conceitos de pós modernidade. Inclui-se nesta modalidade a dança-teatro.

- Jazz Dance

Coreografias feitas sobre a técnica do Jazz Dance, Modern Jazz, Lyrical Jazz, Jazz Solo Dance...

- Street Dance

Trabalhos inspirados nos movimentos de rua dos centros urbanos e oriundos do Break e Hip Hop.

- Danças Populares

Considera-se nessa modalidade danças regionais de outras nações (**dança do ventre, indiana, portuguesa, italiana, polonesa, germânica, japonesa,**

espanhola, (flamenco) e danças folclóricas temáticas ou regionais elaboradas coreograficamente).

- Dança Livre

Todas as modalidades com variações e estilos. Inclui nesta modalidade as danças de salão (**tango, bolero, salsa, rumba, merengue, frevo, forró, samba, afro**, etc).

Categorias e Modalidades de Participação

categoria	Série	modo de participação	tempo
Categoria A	Ensino Médio (8ª série a 3º ano)	Solo, Duo, Trio ou Conjunto	2 a 5 minutos
Categoria B	Ensino Fundamental (5ª a 7ª série)	Solo, Duo, Trio ou Conjunto	2 a 5 minutos

DAS COMPETIÇÕES E ENSAIOS

Art 1º. As competições serão realizadas no Centro Cultural Gilberto Mayer com início sempre às 19 horas, sendo que a ordem de apresentação será determinada pela organização em edital.

Art 2º. A trilha sonora utilizada deve ser gravada somente em **CD (velocidade 8x)** contendo apenas a música a ser executada e identificada com o nome.

Art 3º. Não serão permitidas coreografias sob pena de desclassificação, com o uso de:

9- Cenário, objetos que danifiquem o palco ou ameacem a platéia, além de proibido o uso de fogo, vela, óleo, álcool, talco, água, animais vivos.

10-Apresentação completamente nu ou que exalte a vulgaridade.

Art 4º. O camarim deverá ser desocupado logo após a apresentação, de modo a ser ocupado imediatamente pelo grupo seguinte, seguindo a mesma ordem das apresentações. Não será permitida a entrada de pessoas no camarim que não sejam os alunos participantes ou professores designados na organização do “**III Eleodoro Dance**”.

Art 5º. Os ensaios poderão ser realizados nas aulas de Educação Física e Artes, **somente com os alunos que participarão da coreografia, quando o professor permitir. (É PROIBIDA A PRESENÇA DE ALUNOS DA TURMA OU DE OUTRAS QUE NÃO PARTICIPARÃO DO FESTIVAL NOS ENSAIOS. Se isso ocorrer a coreografia será DESCLASSIFICADA).**

Art 6º. Não serão permitidos ensaios no Auditório nem em qualquer dependência do Colégio a não ser nas aulas de Educação Física e Artes. Em caso de dúvida consultar a Profª. Sônia, a Direção e a Supervisão, sob pena de **DESCCLASSIFICAÇÃO**.

Art 7º. Não será emprestado o rádio do Colégio. Cada um trará o seu.

Art 8º. Os ensaios, a não ser nas aulas de Artes e Educação Física, deverão ser organizados fora do Colégio, em local a ser escolhido pela turma ou pelo grupo. **(horários de outras disciplinas não serão concedidos para ensaios, sob pena de DESCCLASSIFICAÇÃO)**. Qualquer dúvida, consultar Profª. Sônia, a Direção e a Supervisão, sob pena de **DESCCLASSIFICAÇÃO**.

DAS COREOGRAFIAS

Art 1º. As coreografias deverão ser criadas e montadas durante as aulas de Educação Física e Artes, com participação e sugestão dos alunos da turma e supervisão dos professores.

- Não será permitido cópia de coreografia, sob pena de desclassificação.
- As coreografias devem atender ao tempo mínimo **(2 minutos)** e máximo **(5 minutos)**.

DOS PARTICIPANTES

Participação somente dos alunos matriculados no Colégio Eleodoro.

DO FIGURINO

Art 1º. Escolhido com a participação do grupo e orientação dos professores.

Art 2º. Evitar despesas desnecessárias. Esta orientação deverá ser acatada pelo grupo.

Art 3º. Os gastos serão divididos pela turma da qual faz parte envolvendo a mesma no processo de desenvolvimento da coreografia **(PATROCÍNIO)**.

Art 4º. É permitido apenas um figurino para cada integrante. Não haverá troca de roupas.

Art 5º. A pesquisa do **figurino**, a **música**, e a **coreografia** devem corresponder ao **tema**.

JULGAMENTOS E RESULTADOS

Art 1º. As coreografias serão analisadas e julgadas por grupo de profissionais do meio cultural e em dança, escolhido pela organização do evento.

Art 2º. Serão avaliados os seguintes quesitos:

- Tema (release ou resumo da coreografia).....(5 a 10)
- Coreografia.....(5 a 10)
- Criatividade(5 a 10)
- Conjunto.....(5 a 10)
- Figurino.....(5 a 10)

DA PREMIAÇÃO

Art 1º. Os classificados em 1º, 2º, 3º 4º e 5º lugares de cada categoria receberão troféus a serem entregues na noite dos campeões.

COMPROMISSO E RESPONSABILIDADES

Art 1º. Os alunos devem observar que o “**ELEODORO DANCE**” é uma atividade cultural. Isto implica no compromisso com todas as disciplinas. O Festival não impede a assiduidade, entrega de trabalhos, inclusive nos períodos de avaliação. É proibido faltar às aulas.

DAS PUNIÇÕES

Art 1º. A turma deve contribuir para o conhecimento das possibilidades do movimento humano. A criação da dança e dos movimentos coreográficos **devem atender a escolha do grupo ou da turma, respeitando e compreendendo os limites emocionais, corporais e intelectuais de si próprios tanto quanto os de outras turmas ou grupos, praticando, assim, a solidariedade e o respeito entre seu grupo, sua turma e os outros.**

Art 2º. O aluno que provocar desavenças, desrespeito, faltar às aulas, não entregar trabalhos, não tiver compromisso e responsabilidade, e ainda, não ouvir a opinião dos demais e do professor será impedido de dançar no Festival de Dança.

Art 3º. A infração comprovada de qualquer artigo deste regulamento implicará na **DESCLASSIFICAÇÃO** do grupo do “**ELEODORO DANCE**”.

- **FAZER UMA CÓPIA DO REGULAMENTO JUNTO COM A INSCRIÇÃO.**
- **LER O REGULAMENTO COM O PAI OU RESPONSÁVEL.**

Assinatura do pai ou responsável

Referências bibliográficas

BARRETO, Débora. Dança...: ensino, sentido e possibilidades na Escola. 2ª edição - Campinas, São Paulo: Autores associados, 2005.

BOURCIER, Paul. História da dança no Ocidente; [Tradução: Marina Appenzeller]. 2ª edição – São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BURKE, Peter. O que é História Cultural? [Tradução: Sérgio Góes de Paula]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

_____. Variedades de História Cultural [Tradução: Alda Porto]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FARO, Antônio José. Pequena história da dança. 6ª edição – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

LABAN, Rudolf. Domínio do Movimento; edição organizada por Lisa Ullman; [Tradução: Anna Maria Barreto de Vecchi, Maria Silvia Mourão Netto; Revisão Técnica: Anna Maria Barros de Vecchi]. São Paulo: Summus, 1978.

NEVES, Joana. Reflexões sobre o ensino de história: discussão de algumas proposições de Jacques Lê Goff. In.: História & Ensino: Revista do Laboratório do Ensino de História. v.9, pp. 157-170, Londrina: Ed. UEL, out. 2003.

OSSONA, Paulina. A educação pela Dança; [Tradução: Norberto Abreu e Silva Neto]. São Paulo: Summus, 1988.

PORTER, Roy. História do corpo. In: BURKE, Peter (org). **A escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo:UNESP, 1992.

“III ELEODORO DANCE” - 2009

(Festival de Dança)

Ficha de inscrição

Nome _____ da
Coreografia: _____

Música: _____ Categoria: [] A ou [] B

RELEASE (Resumo ou descrição da Coreografia):

Elenco	Fone (fixo)	Celular	Turma
1-			
2-			
3-			
4-			
5-			
6-			
7-			
8-			
9-			
10-			
11-			

*** FAZER UMA CÓPIA DO REGULAMENTO JUNTO COM A INSCRIÇÃO.**

PROJETO CONTRATURNO - 517 - Aprofundamentos Pedagógicos

LINGUA PORTUGUESA

PROPOSTA PEDAGÓGICA

CONTEÚDOS:

Leitura: conteúdo temático, finalidade do texto, contexto de produção, discurso ideológico presente no texto, léxico, marcas linguísticas, semântica.

Escrita: conteúdo temático, interlocutor, finalidade do texto, intencionalidade, elementos composicionais, marcas linguísticas.

Oralidade: elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos; turnos da fala; conteúdo temático; finalidade, adequação da fala ao contexto; semântica.

OBJETIVO GERAL:

Esse projeto pretende fomentar o gosto pela leitura, pois é o primeiro contato que se tem com a arte, responsável pela formação do leitor sensível; bem como, possui capacidade agregadora de valores e identificações. O projeto permite que o estudante seja estimulado pelo prazer de ler através de uma metodologia lúdica, de conquista e envolvimento. Sem o prazer de ler, o estudante está incapacitado de evoluir.

ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS:

Além das leituras compartilhadas com os estudantes, também será realizada uma votação a fim de escolher um filme que aborde o assunto da leitura, para assistir em sala, com o objetivo de verificar diferenças e semelhanças entre a obra lida e a obra cinematográfica. O projeto promoverá ainda, idas a teatros e cinemas para conhecer peças e filmes de preferência brasileiros; bem como, confecção de cartazes, maquetes, teatros das histórias lidas, participação no projeto de oratória da escola, com a contação de histórias e declamação de poesias.

LOCAL DA REALIZAÇÃO:

O referido projeto vem sendo desenvolvido nas dependências do próprio colégio, em sala destinada para o contraturno.

RESULTADOS ESPERADOS:

PARA O ALUNO:

Espera-se que o aluno: desperte o prazer pela leitura; amplie seu conhecimento de mundo, bem como científico; identifique a ideia principal do texto; identifique o tema; referente à obra literária, amplie seu horizonte de expectativas, perceba os diferentes estilos e estabeleça relações entre obras de diferentes épocas como contexto histórico atual; compreenda as diferenças decorridas do uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo.

PARA A ESCOLA:

Espera-se que este projeto supere as dificuldades de defasagem oriundas da alfabetização, bem como amplie as potencialidades dos estudantes, atitudes de interação com a comunidade e que aumentem as expectativas sociais e educacionais e garantia do direito à aprendizagem, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

PARA A COMUNIDADE:

Espera-se que a comunidade possa interagir junto à escola e conseqüentemente junto aos estudantes nos eventos culturais. É primordial a participação da comunidade nos acontecimentos culturais que envolvam a representação da arte literária e é também uma ótima oportunidade para ampliar conhecimentos de mundo e divulgar a cultura brasileira.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

LAJOLO, Marisa. Do mundo da leitura para a leitura do mundo. São Paulo: Ática, 1994.

ZILBERMAN, Regina; MAGALHÃES, Lúcia Cademartori. A leitura e o ensino da literatura. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1991.

BOSI, Alfredo (Org) Leitura e poesia. São Paulo: Ática, 1987.

DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO PARANÁ, LÍNGUA PORTUGUESA. ANO 2008.

MEIRELES, Cecília. Problemas da literatura infantil. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

QUEIRÓS, Bartolomeu Campos. A criação poética e a criança. Jornadas Literárias. Org. Tania M. K. Rosing e Vera T. Aguiar. Passo Fundo: Ed. da UPF, 1991.

AVALIAÇÃO:

Ao final deste projeto, espera-se, principalmente, despertar o gosto pela leitura, mas também que os estudantes tenham exercitado sua subjetividade e o senso crítico, capazes de relacionar fatos e compreender o mundo com independência e estimulando o próprio aprendizado em outras disciplinas.

PROJETO CONTRATURNO:519 - MC. Cultura e Artes

Literatura

PROPOSTA PEDAGÓGICA

CONTEÚDOS:

Discurso como Prática

Conteúdos básicos:

- Leitura:
- Conteúdo temático
- Interlocutor
- Vozes sociais presentes no texto

- Discurso ideológico presente no texto

- Intertextualidade

- Léxico

- Marcas lingüísticas

- Semântica

Oralidade

- Conteúdo temático;

- Intencionalidade;

- Finalidade;

-argumentos;

- Papel do locutor e interlocutor

- Elementos extralingüísticos: Entonação, expressões, facial, corporal, gestual e pausa;

- Turnos de fala

- Adequação da fala ao contexto (uso de gírias, coerência, repetição;

- Elementos semânticos.

- Variações lingüísticas: (lexicais, semânticas, prosódicas,entre outras;

- Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e escrito.

Conteúdo específico (Literatura)

- Leituras de obras diversificadas em diferentes contextos sociais e épocas (de acordo com as Escolas literárias)

- Interpretação e múltiplos significados das palavras no contexto;

- Conteúdo temático;

- Interlocutor;
- Intencionalidade;
- Textos verbais e não verbais;
- Contexto de produção das obras literárias
- Contexto histórico x contexto atual;
- Linguagem denotativa e conotativa;
- Figuras de linguagem;
- Vozes sociais presente nas obras;
- Discurso ideológico do texto;
- Progressão referencial;
- Inferências textuais;
- Estabelecer relações sobre os diferentes estilos e possíveis relações entre as obras.
- Intertextualidade;
- Confrontar os diversos períodos literários da época com a literatura contemporânea;
- Interpretação dos múltiplos sentidos do texto;
- Gêneros literários: Dramático – Épico- Lírico.
- Dramatização – entonação e representação;

OBJETIVO GERAL:

Priorizar no processo ensino-aprendizagem, os recursos que conduzam o estudante a compreensão dos múltiplos significados da linguagem literária, a fim de ampliar sua visão de mundo sendo capaz de aplicar o conhecimento adquirido, por meio da leitura e interpretação de textos literários, em seu cotidiano promovendo com isso a sua autonomia intelectual visando, ainda, prepara-los concursos de vestibulares priorizando a Universidade Estadual-Unioeste, Eném, entre outros.

ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS:

O projeto contempla 4h semanais com os alunos e 1h atividade sendo que esses encontros semanais se darão em dois dias da semana, sendo de 2 horas/aulas cada, de acordo com o horário. Os conteúdos que serão ministrados são algumas obras literárias sugeridas pela Unioeste e que também fazem parte de outros concursos como Enem, entre outros. Os encontros de grupo de estudo das referidas obras, ou seja, Poesias, Contos e Romances; serão divididas em quatro etapas:

1º etapa: Leitura Individual

2º etapa - Leitura coletiva;

3º etapa - Análise crítica literária.

4º etapa – Elaboração do texto teatral

5º etapa Representação teatral

Além das leituras tanto individual como coletiva e as respectivas análises literárias também serão ofertados recursos cinematográficos como filmes que retratam estas obras, além de expor aulas em vídeos com recursos da escola e da TV Paulo Freire e outras atividades estabelecidas, discutindo e trocando conhecimento, com professores e colaboradores – Serão disponibilizados livros da biblioteca, complementando com material xérox. Ainda serão ofertadas aulas de dramatização em conjunto com o Curso Técnico de Artes Cênicas. Para finalizar o projeto os alunos representarão principalmente as poesias e alguns contos através de peças teatrais (literatura viva), procurando trabalhar em conjunto com o curso técnico de Ator Cênico.

Os conteúdos que serão trabalhados durante o projeto são as algumas das sugestões propostas pela leituras da Unioeste; Poesias, Contos e Romances. E são os seguintes:

TOMÁS ANTONIO GONZAGA 1) Lira I (primeira parte de Marília de ((Dirceu); 2) Lira II (primeira parte de Marília de Dirceu).

ÁLVARES DE AZEVEDO 1) Lembrança de morrer.

GONÇALVES DIAS 1) Canção do exílio.

CASIMIRO DE ABREU 1) Meus oito anos.

CASTRO ALVES 1) O navio negreiro.

OLAVO BILAC 1) A um poeta.

RAIMUNDO CORREIA 1) Anoitecer; Banzo.

ALPHONSUS DE GUIMARÃES 1) Ismália.

MÁRIO DE ANDRADE 1) Descobrimento.

VINÍCIUS DE MORAES 1) Soneto de separação; 2) Soneto de fidelidade.

MANUEL BANDEIRA 1) Poética; 2) Desencanto; 3) Andorinha.

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE 1) Órion; 2) Inscrição; 3) Infância; 4) Sina; 5) E agora José?

ADÉLIA PRADO 1) Com licença poética; 2) Clareira; 3) Bucólica nostálgica.

CONTOS

MACHADO DE ASSIS

2) Missa do galo;

3) A cartomante.

LYGIA FAGUNDES TELLES 1) Antes do baile verde.

GUIMARÃES ROSA 1) Famigerado.

DALTON TREVISAN 1) Balada das mocinhas do passeio; Apelo.

RUBEM FONSECA 1) Passeio noturno - parte I.

LUIZ VILELA 1) Rua da amargura.

ROMANCES

JOSÉ LINS DO REGO 1) Menino de engenho.

CRISTOVÃO TEZZA 1) O filho eterno.

LIVRO HISTÓRIA CONCISA DA LITERATURA BRASILEIRA, DE ALFREDO BOSI.

LOCAL DA REALIZAÇÃO:

Sala de aula, biblioteca, laboratório de Informática do CE Eleodoro

RESULTADOS ESPERADOS:

PARA O ALUNO:

Espera-se

- desperte o prazer pela leitura

- Ampliar seu conhecimento de mundo, bem como científico.

• Identifique a idéia principal do texto;

• Analise as intenções do autor;

• Identifique o tema;

• Referente à obra literária, amplie seu horizonte de expectativas, perceba os diferentes estilos e estabeleça relações entre obras de diferentes épocas com o contexto histórico atual;

• Deduza os sentidos de palavras e/ou expressões a partir do contexto;

- Compreenda as diferenças decorridas do uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo.

PARA A ESCOLA:

Espera-se que este projeto venha a acrescentar no enriquecimento curricular dos discentes trazendo mais estímulos quanto o prazer na leitura especificamente nas obras clássicas. E também melhorar a qualidade de ensino da escola, bem como, interagir na troca de saberes, trazendo a família para mais perto da escola. Além de um momento para compartilhar saberes, descobrir novos talentos, aprimorar o prazer pela leitura, e divulgar os eventos culturais no ambiente escolar.

PARA A COMUNIDADE:

Espera-se que comunidade possa interagir junto à escola e conseqüentemente juntos aos discentes nos eventos culturais. É uma forma de aproximar a família na escola e de compartilhar saberes. É primordial a participação da comunidade nos acontecimentos culturais que envolvam a representação da arte literária. É também uma ótima oportunidade para ampliar conhecimentos de mundo e divulgar a cultura brasileira.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

GUIMARAES, Alphonsus de. Alphonsus de Guimarães – Poesia. 2 ed. Rio de Janeiro. Agir 1963

ISER, W. O ato da leitura: uma teoria do efeito estético. São Paulo: Editora 34, 1996, vol.

MACHADO DE ASSIS. Obras completas. Rio de Janeiro. Nova Aguilar. 1986

MORAIS, Vinicius de Antologia Poética - Editora: Companhia das Letras – 1955.

REGO, José Lins do. Menino do Engenho. 27. Ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1979.

ROSA, João Guimarães. Ficção Completa. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1994.

SILVA, E. T. Conferências sobre Leitura – trilogia pedagógica. 2. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2005.

_____. A produção da leitura na escola: pesquisas x propostas. 2. ed. São Paulo: Ática: 2002.

TELLES, Lygia Fagundes. Os melhores Contos. São Paulo, Global, 1999.

TEZZA, Cristóvão. (O filho eterno), Ed.Record; 2007

VERISSIMO, Erico - Um Certo Capitão Rodrigo - Editora: Globo Ano: 1992 .

AVALIAÇÃO:

Os critérios avaliativos serão em torno, da assimilação dos conteúdos decorrentes das obras literárias propostas, da qualidade de representação, ou seja, a dramatização, o comprometimento nas apresentações, entonações, posturas teatrais criatividade e domínio na oralidade.

PROJETO CONTRA-TURNA:525 - MC. Mundo do Trabalho e Geração de Rendas

Empreendedorismo

PROPOSTA PEDAGÓGICA

CONTEÚDOS:

Língua Portuguesa:

Gêneros discursivos: serão adotados os gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação. Leitura: conteúdo temático, interlocutor, finalidade do texto, intencionalidade, argumento do texto, contexto de produção, intertextualidade, vozes sociais presentes no texto, discurso ideológico presente no texto, elementos composicionais do gênero, contexto de produção de obra literária, marcas lingüísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação,

recursos gráficos como aspas, travessão, negrito, progressão referencial, partículas conectivas, causas e conseqüências entre as partes e elementos do texto, semântica, operadores argumentativos, modalizadores, figuras de linguagem. Escrita: conteúdo temático, interlocutor, finalidade do texto, intencionalidade, informalidade, contexto de produção, intertextualidade, informatividade, contexto de produção, intertextualidade, referência textual, vozes sociais presentes no texto, ideologia presente no texto, elementos composicionais do gênero, progressão referencial, relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto, semântica, operadores argumentativos, modalizadores, figuras de linguagem, marcas lingüísticas, coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, conectores, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão e negrito, vícios de linguagem, sintaxe de concordância, sintaxe de regência. Oralidade: conteúdo temático, finalidade, intencionalidade, argumentos, papel do locutor e interlocutor, elementos extralingüísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas, etc, adequação do discurso de gênero, turnos de fala, variações lingüísticas (lexicais, semânticas, prosódias, entre outras), marcas lingüísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, elementos semânticos, adequação da fala ao contexto (uso conectivos, gírias, repetições, etc), diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.

Matemática: Números e álgebra: números reais, números complexos, sistemas lineares, matrizes e determinantes, polinômios, equações e inequações exponenciais, logarítmicas e modulares. Grandezas e medidas: medida de área, de volume, de grandezas vetoriais, de informática, de energia, trigonometria. Funções: função afim, quadrática, polinomial, exponencial, logarítmica, trigonométrica, modular, progressão aritmética, progressão geométrica. Geometrias: Geometria plana, espacial, analítica, geometria não euclidiana. Tratamento das informações: análise combinatória, binômio de Newton, estudo das probabilidades, estatística, matemática financeira.

Ação do SENAC – Oratória, Comunicação escrita, informação profissional.

Oratória: persuasão, argumento e procedimento argumentativo, importância da fluência verbal, comunicação verbal e não verbal, controle do medo e da ansiedade

no momento de falar em público, controle da voz e da gesticulação, variações lingüísticas e adequação da linguagem ao público-alvo, os gêneros entrevista, debate, palestra e seminário, como se preparar e comportar numa entrevista de emprego, negociação com a empresa no processo seletivo: como ouvir e fazer perguntas. Comunicação escrita: normas gramaticais, redação empresarial, produção de texto, uso de e-mails pessoais e corporativos, currículo: como elaborar, quais os aspectos a destacar e seus objetivos, currículo digitais. Informação profissional: Ocupações dos eixos: ambiente, saúde e segurança, apoio educacional, gestão e negócios, hospitalidade e lazer, informação e comunicação, infraestrutura, produção cultural e designe, perfil profissional de acordo com o eixo, tendência das profissões, ocupações mais absorvidas no mercado,

OBJETIVO GERAL:

Objetivos:

Geral: Atuar para minimizar e prevenir as situações de violência, procurando a melhoria da capacidade interpretativa de mundo dos alunos, através da ênfase nas duas principais disciplinas do currículo;

Específicos:

- Desenvolver no sujeito que aprende as características fundamentais para o desenvolvimento da criatividade, da ação e da criação;
- Valores e comportamento humano;
- Riscos, fracassos e sucessos;
- A importância do conhecimento;
- Responsabilidade e metas;
- Relacionamento intrapessoal e interpessoal;
- Desenvolvimento de competências e habilidades para o mundo do trabalho;
- Desenvolvimento psicológico e de atitudes pessoais;

ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS:

As aulas serão ministradas a partir da metodologia de projetos. Além disso será utilizado o debate, explanações a partir das experiências de vida, aprender pela imitação da realidade, utilizando-se de jogos, dramatizações e estudos de caso. Dinâmica de grupos e vivências.

LOCAL DA REALIZAÇÃO: DEPENDENCIAS DA ESCOLA

RESULTADOS ESPERADOS:

PARA O ALUNO

MAIOR INTEGRAÇÃO COM COLEGAS AMPLIAÇÃO DOS CONHECHIMENTOS JÁ ADQUIRIDOS.

PARA A ESCOLA:

CONTRIBUIR PARA AFORMAÇÃO DO ALUNO DANDO A ELE A AMPLIAÇÃO DA CARGA HORÁRIA ATRAVÉS DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR EM CONTRATURNO.

PARA A COMUNIDADE: VALORIZAÇÃO DO EDUCANDO E DE SUA ATUAÇÃO COMO CIDADÃO.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABRAMOVAY, Aprender a conviver. In: Seminário de Pedagogia e Normal

Superior da UCB, Brasília, 2003.

ABRAMOVAY, M. (org) Escolas inovadoras: experiências bem-sucedidas em escolas públicas. Brasília: UNESCO/MEC, 2004.

ANTUNES, C. Novas maneiras de ensinar – novas formas de aprender. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BOURDIEU, P. Sobre a televisão. Oeiras: Celta Editora, 1997.

_____Meditações Pascalinas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRANDÃO, C. R. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRUHNS, H. Conversando sobre o corpo. São Paulo: Papyrus, 1993.

CONASS DOCUMENTA – Violência, uma epidemia silenciosa. – Seminário Nacional: Porto Alegre, 2009.

CUNHA, N. Dicionário Sesc – a linguagem da cultura. Perspectiva: Sesc São Paulo, 2003.

DIAS, R. Sociologia & Administração. Campinas: Alínea, 2004.

FERREIRA, R. M. Sociologia da Educação. São Paulo: Moderna, 1995.

JEDE, C. R. Do objeto corpo: padrões de adequação e inadequação na sociedade de consumo. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2004.

LARAIA, R. de B. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

MARTINHO, C. Redes síntese. In: <http://www.redescomunitarias.org.br> Acesso em 17 de junho de 2009.

NOGUEIRA, R. M. C. P. A. A prática de violência entre pares: o bullying nas escolas. Revista Iberoamericana de Educación (Online), Revista, v. 01, n. 01, p. 93-102, 2005.

PITÉ, J. Dicionário breve de sociologia. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

PROGRAMA DE COMPROMETIMENTO E GRATUIDADE EM EDUCAÇÃO – SESC/PR. Vários autores, 2009.

SARMENTO, L. F. Redes comunitárias. In: <http://www.redescomunitarias.org.br>

Acesso em 17 de junho de 2009.

SCHILLING, Flávia. Indisciplina, violência e o desafio dos Direitos Humanos nas escolas. In: MEC. (Org.) Programa Ética e Cidadania - MEC. Brasília-DF: MEC, 2007, p. 1-10.

SIMMEL, George "A Metrópole e a Vida Mental". In: VELHO, Otávio G. (org). O Fenômeno Urbano. Ed. Guanabara, Rio de Janeiro, 1987.

AVALIAÇÃO: A avaliação das atividades dar-se-á a partir da efetiva participação dos alunos às atividades propostas.

PROJETO CONTRA-TURNO:520 - MC. Esporte e Lazer

Hora Treinamento

Xadrez

PROPOSTA PEDAGÓGICA

CONTEÚDOS: Conteúdo Estruturante: JOGOS E BRINCADEIRAS

Conteúdo Específico: Jogos de tabuleiro

Conteúdo Básico: Xadrez

Movimentação da peças, regras, fundamentação teórica e histórico do esporte.

OBJETIVO GERAL:

Aprofundar conhecimentos sobre o xadrez enquanto conteúdo básico da Educação Física, visando compreender sua importância no desenvolvimento integral do ser humano, paralelamente, sobre métodos e técnicas pedagógicas no ensino aprendizagem para democratizar sua vivência no âmbito escolar.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Aprofundar conhecimentos sobre o xadrez aos alunos e suas diferentes possibilidades interdisciplinares.

Desenvolver nos alunos o raciocínio lógico a imaginação, autocontrole e a habilidade da organização de pensamento, através da vivência do xadrez e da ludicidade.

Promover e divulgar a vivência do xadrez aos alunos com fins esportivos, artísticos, históricos e intelectuais em festivais e atividades culturais e extraclasse e nas aulas de educação física.

Promoção da integração e inserção social da comunidade interna e externa.

Realizar o festival de xadrez escolar com caráter motivador para todos os apreciadores desse jogo no colégio.

ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Em relação ao Esporte e Xadrez serão desenvolvidas ações teóricas e práticas durante as aulas treinamento de xadrez Escolar e será disponibilizada ambiente junto a escola para o desenvolvimento de atividades motivadoras, lúdicas e adaptação das novas tecnologias com computadores (com acesso ao servidor, web, e seus aplicativos) bem como filmes, curta metragem, TV-pendrive, recursos indispensáveis atualmente para o bom desenvolvimento deste conteúdo e o aprimoramento de seus objetivos bem como a realização de mini-torneios e do festival de xadrez para alunos e apreciadores desse esporte e comunidade em geral.

LOCAL DA REALIZAÇÃO: sala de aula ou ginásio de esportes do estabelecimento de ensino.sala de aula ou ginásio de esportes do estabelecimento de ensino.

RESULTADOS ESPERADOS:

PARA O ALUNO:Melhoria no rendimento escolar; Diminuição das condições de riscos vividos no dia a dia; Sair das ruas e passar mais tempo no ambiente escolar; Socialização, raciocínio lógico, estratégia, liderança, autocontrole em suas decisões.

PARA A ESCOLA:Melhoria no rendimento escolar; Diminuição das condições de riscos vividos no dia a dia; Sair das ruas e passar mais tempo no ambiente escolar; Socialização, raciocínio lógico, estratégia, liderança, autocontrole em suas decisões.

PARA A COMUNIDADE: Que haja intercambio dos pais nas atividades desenvolvidas na escola; Que possam valorizar o desenvolvimento do filho (a) em um esporte que está buscando seu espaço na sociedade em que ele esta inserido.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

XADREZ PRIMEIROS PASSOS – Augusto Tirado – Wilson da Silva

Xadrez para Crianças PABLO C. GIRONA, OSCAR B. POLLAN, CESAR C. COMBA, ET AL

Xadrez Táticas e Estratégicas dos Campeões

AL LAWRENCE, BOB WADE, TED NOTTINGHAM

Xadrez Básico Orfeu G. d'Agostini

Paraná.Diretrizes Curriculares da Educação Básica para a Educação Física.Seed.Curitiba.2008.

AVALIAÇÃO:Fazer Intercâmbios entre Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública e Privada, Torneios e participações em eventos e Jogos Escolares.

ANEXO 15

REGIMENTO ESCOLAR

COLÉGIO ESTADUAL ELEODORO ÉBANO PEREIRA

ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

REGIMENTO ESCOLAR

CASCADEL

2007

O Regimento Escolar é um instrumento fundamental para a organização pedagógica e administrativa em nossa escola. Nele evidenciam-se o compromisso dos profissionais que vivenciam a realidade escolar e as peculiaridades da rede pública estadual de ensino e de cada instituição escolar em particular, colaborando para o êxito do trabalho escolar, com o compromisso de oferecer uma educação que valorize a permanência e a efetivação da aprendizagem do aluno.

SUMÁRIO

PREÂMBULO.....	07
----------------	----

TÍTULO I	
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	10
CAPÍTULO I	
IDENTIFICAÇÃO, LOCALIZAÇÃO E MANTENEDORA	10
CAPÍTULO II	
DAS FINALIDADES E OBJETIVOS	10
TÍTULO II	
ORGANIZAÇÃO ESCOLAR	11
CAPÍTULO I	
DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	11
Seção I	
Do Conselho Escolar	11
Seção II	
Da Equipe de Direção	13
Seção III	
Dos Órgãos Colegiados de Representação da Comunidade	
Escolar	16
Seção IV	
Do Conselho de Classe	17
Seção V	
Da Equipe Pedagógica	19
Seção VI	

Da Equipe Docente	23
Seção VII	
Da Equipe Técnico-Administrativa e dos Assistentes de Execução	25
Seção VIII	
Da Equipe Auxiliar Operacional	32
CAPÍTULO II	
DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	35
Seção I	
Dos Níveis e Modalidades de Ensino da Educação Básica	36
Seção II	
Dos Fins e Objetivos da Educação Básica de cada Nível e	
Modalidade de Ensino	37
Seção III	
Da Organização Curricular, Estrutura e Funcionamento	39
Seção IV	
Da Matrícula	44
Seção V	
Do Processo de Classificação	46
Seção VI	
Do Processo de Reclassificação	47
Seção VII	

Da Transferência	48
Seção VIII	
Da Progressão Parcial	50
Seção IX	
Da Frequência	50
Seção X	
Da Avaliação da Aprendizagem, da Recuperação de Estudos e da Promoção	51
Seção XI	
Do Aproveitamento de Estudos	54
Seção XII	
Da Adaptação	54
Seção XIII	
Da Revalidação e Equivalência	55
Seção XIV	
Da Regularização de Vida Escolar	57
Seção XV	
Do Calendário Escolar	58
Seção XVI	
Dos Registros e Arquivos Escolares	58
Seção XVII	
Da Eliminação de Documentos Escolares	59
Seção XVIII	

Da Avaliação Institucional	60
Seção XIX	
Dos Espaços Pedagógicos	61
TÍTULO III	
DIREITOS E DEVERES DA COMUNIDADE ESCOLAR	62
CAPÍTULO I	
DOS DIREITOS, DEVERES E PROIBIÇÕES DOS DOCENTES, EQUIPE PEDAGÓGICA E DIREÇÃO	62
Seção I	
Dos Direitos	62
Seção II	
Dos Deveres	63
Seção III	
Das Proibições	65
CAPÍTULO II	
DOS DIREITOS, DEVERES E PROIBIÇÕES DA EQUIPE TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, ASSISTENTES DE EXECUÇÃO E DA EQUIPE AUXILIAR OPERACIONAL.....	66
Seção I	
Dos Direitos	66

Seção II	
Dos Deveres	67

Seção III	
Das Proibições.....	68

CAPÍTULO III

DOS DIREITOS, DEVERES, PROIBIÇÕES E MEDIDAS DISCIPLINARES DOS ALUNOS.....	69
---	----

Seção I	
Dos Direitos	69

Seção II	
Dos Deveres	71

Seção III	
Das Proibições	72

Seção IV	
Das Ações Educativas, Pedagógicas e Disciplinares	74

CAPÍTULO IV

DOS DIREITOS, DEVERES E PROIBIÇÕES DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS	75
---	----

Seção I	
Dos Direitos	75

PREÂMBULO

O Colégio Estadual Eleodoro Ébano Pereira – Ensino Fundamental e Médio com sede em Cascavel, Estado do Paraná, sito à rua São Paulo, 3680, centro, é mantido pelo poder público administrado pela Secretaria de Estado de Educação, nos termos da legislação em vigor e regidas por este Projeto Político Pedagógico, que garante a unidade filosófica, político-pedagógica, preservada a flexibilidade didático-pedagógica do estabelecimento.

O Colégio Eleodoro foi a primeira instituição escolar de Cascavel, e foi fundado em 1932, quando começou a funcionar precariamente na igreja que se situava à Avenida Iguaçu s/n, deste município, sem nenhum ato oficial que regulamentasse o funcionamento. O responsável, até 1934, pela escola foi Aníbal Lopes da Silva.

Durante o ano de 1934, a escola ficou sob responsabilidade do professor Orczendo. De 1935 a 1938 assumiu a direção da escola a professora Genoveva Boirski, nesse período a instituição passou a funcionar como Casa Escolar. No ano de 1943, assumiu a primeira diretora efetiva da escola, Teonilia Pompeu Gi-rão, até 1947, quando pelo Decreto n.º 112, de 03/07/47, passou à Escola Reunida e Grupo Escolar.

Na gestão da professora Aracy Lopes Pompeu (1953 a 1956) que foi criada a biblioteca da escola. A Escola Normal Regional Carola Moreira começou a funcionar na gestão da professora Irene Crimbor Rickli. Foi ainda durante essa gestão (1959/61) que a escola passou a funcionar no atual endereço.

Em 1972, a resolução 1.842 reconheceu o curso supletivo — fase 1, hoje extinto. De acordo com o Decreto 1.781/76, foi autorizado o funcionamento da escola, que passou a se chamar Escola Estadual Eleodoro Ébano Pereira — Ensino Regular e Supletivo de 1º Grau.

Em meados de 1987, alguns professores do curso de Estudos adicionais na área de Deficiência Visual constatam um grande número de cegos desta deficiência na comunidade. Sentindo a necessidade de abertura de um centro de atendimento

especializado, os profissionais da escola, ao lado de órgãos públicos municipais e estaduais, reivindicam este atendimento, efetivado em 28 de setembro daquele ano.

Em 1989, houve a necessidade de implantação de curso de 2º grau, devido ao elevado número de estudantes egressos do primeiro grau, que não conseguiam vagas nos colégios públicos existentes.

A implantação ocorreu em 1991 na gestão da professora Marlene de Jesus Vilela Dias, quando o Colégio acrescentou 2º Grau Regular ao nome, ficando autorizado o funcionamento do Ensino de 2º Grau Regular com o curso de Educação Geral, através da resolução nº 469/9 de 06/10/91.

Em 1994 o índice de evasão é altíssimo, então a comunidade escolar fez uma nova Proposta de Avaliação foi oficialmente colocada em prática para o ensino fundamental, a Proposta da não reprovação.

A não reprovação / ciclo contínuo no ensino médio, ocorreu automaticamente e em 1996 o índice de reprovação e evasão no Colégio Eleodoro tornou-se zero.

A partir deste momento a proposta foi sendo assumida por toda a comunidade escolar e com isso fortalecida através da prática.

Atualmente, o Colégio é denominado Colégio Estadual Eleodoro Ébano Pereira e está atento às mudanças sociais, com uma infraestrutura completa que dá suporte ao desenvolvimento de projetos e principalmente à metodologia do professor em sala de aula e fora dela. Hoje o Colégio oferece Ensino Fundamental e Médio, Ensino Especializado e Individualizado, CAEDV, DA – Professor Interpretador de Libras, Sala de Apoio, Sala de Recurso, Incentivo ao esporte, lazer, cultura e meio ambiente.

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

IDENTIFICAÇÃO, LOCALIZAÇÃO E MANTENEDORA

Art. 1º - O Colégio Estadual Eleodoro Ébano Pereira, localizado à rua São Paulo, 882 – Cento do município de Cascavel, estado do Paraná. E mantido pelo Governo do Estado do Paraná e administrado pela Secretaria de educação nos termos da legislação em vigor.

CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES E OBJETIVOS

Art. 2º - O Colégio Estadual Eleodoro Ébano Pereira tem a finalidade de efetivar o processo de apropriação do conhecimento, respeitando os dispositivos constitucionais Federal e Estadual, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/96, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90 e a Legislação do Sistema Estadual de Ensino.

Art. 3º - O estabelecimento de ensino garante o princípio democrático de igualdade de condições de acesso e de permanência na escola, de gratuidade para a Rede Pública, de uma Educação Básica com qualidade em seus diferentes níveis e modalidades de ensino, vedada qualquer forma de discriminação e segregação.

Art. 4º - O estabelecimento de ensino objetiva a implementação e acompanhamento do seu Projeto Político-Pedagógico, elaborado coletivamente, com observância aos princípios democráticos, e submetido à aprovação do Conselho Escolar.

TÍTULO II

ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Art. 5º - O trabalho pedagógico compreende todas as atividades teórico-práticas desenvolvidas pelos profissionais do estabelecimento de ensino para a realização do processo educativo escolar.

Art. 6º - A organização democrática no âmbito escolar fundamenta-se no processo de participação e co-responsabilidade da comunidade escolar na tomada de decisões coletivas, para a elaboração, implementação e acompanhamento do Projeto Político-Pedagógico.

Art. 7º - A organização do trabalho pedagógico é constituída pelo Conselho Escolar, Equipe de Direção, Órgãos Colegiados de representação da Comunidade Escolar, Conselho de Classe, Equipe Pedagógica, Equipe Docente, Equipe Técnico-Administrativa e Assistente de Execução e Equipe Auxiliar Operacional.

Art. 8º - São elementos da gestão democrática a escolha do diretor pela comunidade escolar, na conformidade da lei, e a constituição de um órgão máximo de gestão colegiada, denominado de Conselho Escolar.

Seção I

Do Conselho Escolar

Art. 9º - O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora sobre a organização e a realização do trabalho pedagógico e administrativo do estabelecimento de ensino, em conformidade com a legislação educacional vigente e orientações da SEED.

Art. 10 - O Conselho Escolar é composto por representantes da comunidade escolar e representantes de movimentos sociais organizados e comprometidos com a educação pública, presentes na comunidade, sendo presidido por seu membro nato, o diretorescolar.

§ 1º - A comunidade escolar é compreendida como o conjunto dos profissionais da educação atuantes no estabelecimento de ensino, alunos devidamente matriculados e freqüentando regularmente, pais e/ou responsáveis pelos alunos.

§ 2º - A participação dos representantes dos movimentos sociais organizados, presentes na comunidade, não ultrapassará um quinto (1/5) do colegiado.

Art. 11 - O Conselho Escolar poderá eleger seu vice-presidente dentre os membros que o compõem, maiores de 18 (dezoito) anos.

Art. 12 - O Conselho Escolar tem como principal atribuição, aprovar e acompanhar a efetivação do Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino.

Art. 13 - Os representantes do Conselho Escolar são escolhidos entre seus pares, mediante processo eletivo, de cada segmento escolar, garantindo-se a representatividade dos níveis e modalidades de ensino.

Parágrafo Único - As eleições dos membros do Conselho Escolar, titulares e suplentes, realizar-se-ão em reunião de cada segmento convocada para este fim, para um mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se uma única reeleição consecutiva.

Art. 14 - O Conselho Escolar, de acordo com o princípio da representatividade e da proporcionalidade, é constituído pelos seguintes conselheiros:

I. diretor (a);

II. representante da equipe pedagógica;

III. representante da equipe docente (professores);

IV. representante da equipe técnico-administrativa;

V. representante da equipe auxiliar operacional;

VI. representante dos discentes (alunos);

VII. representante dos pais ou responsáveis pelo aluno;

VIII. representante do Grêmio Estudantil;

IX. representante dos movimentos sociais organizados da comunidade (APMF, Igrejas, Unidades de Saúde etc.).

Art. 15 - O Conselho Escolar é regido por Estatuto próprio, aprovado por 2/3 (dois terços) de seus integrantes.

Seção II

Da Equipe de Direção

Art. 16 - A direção escolar é composta pelo diretor e diretor auxiliar, esco-lhidos democraticamente entre os componentes da comunidade escolar, confor-me legislação em vigor.

Art. 17 - A função de diretor, como responsável pela efetivação da gestão democrática, é a de assegurar o alcance dos objetivos educacionais definidos no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino.

Art. 18 - Compete ao diretor:

- I. cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor;
- II. responsabilizar-se pelo patrimônio público escolar recebido no ato da posse;
- III. coordenar a elaboração e acompanhar a implementação do Projeto Político-Pedagógico da escola, construído coletivamente e aprovado pelo Conselho Escolar;
- IV. coordenar e incentivar a qualificação permanente dos profissionais da educação;
- V. implementar a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, em observância às Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais;
- VI. coordenar a elaboração do Plano de Ação do estabelecimento de ensino e submetê-lo à aprovação do Conselho Escolar;
- VII. convocar e presidir as reuniões do Conselho Escolar, dando encaminhamento às decisões tomadas coletivamente;
- VIII. elaborar os planos de aplicação financeira sob sua responsabilidade, consultando a comunidade escolar e colocando-os em edital público;

- IX. prestar contas dos recursos recebidos, submetendo-os à aprovação do Conselho Escolar e fixando-os em edital público;
- X. coordenar a construção coletiva do Regimento Escolar, em consonância com a legislação em vigor, submetendo-o à apreciação do Conselho Escolar e, após, encaminhá-lo ao NRE para a devida aprovação;
- XI. garantir o fluxo de informações no estabelecimento de ensino e deste com os órgãos da administração estadual;
- XII. encaminhar aos órgãos competentes as propostas de modificações no ambiente escolar, quando necessárias, aprovadas pelo Conselho Escolar;
- XIII. deferir e/ou indeferir os requerimentos de matrícula;
- XIV. elaborar o calendário escolar, de acordo com as orientações da SEED, submetê-lo à apreciação do Conselho Escolar e encaminhá-lo ao NRE para homologação;
- XV. acompanhar o trabalho docente, referente às reposições de horas-aula aos discentes;
- XVI. assegurar o cumprimento dos dias letivos, horas-aula e horas-atividade estabelecidos;
- XVII. promover grupos de trabalho e estudos ou comissões encarregadas de estudar e propor alternativas para atender aos problemas de natureza pedagógico-administrativa no âmbito escolar;
- XVIII. propor à Secretaria de Estado da Educação, via Núcleo Regional de Educação, após aprovação do Conselho Escolar, alterações na oferta de ensino e abertura ou fechamento de cursos;
- XIX. participar e analisar da elaboração dos Regulamentos Internos e encaminhá-los ao Conselho Escolar para aprovação;

- XX. supervisionar a cantina comercial e o preparo da merenda escolar, quanto ao cumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente relativamente a exigências sanitárias e padrões de qualidade nutricional;
- XXI. presidir o Conselho de Classe, dando encaminhamento às decisões tomadas coletivamente;
- XXII. definir horário e escalas de trabalho da equipe técnico-administrativa e equipe auxiliar operacional;
- XXIII. articular processos de integração da escola com a comunidade;
- XXIV. solicitar ao NRE suprimento e cancelamento de demanda de funcionários e professores do estabelecimento, observando as instruções emanadas da SEED;
- XXV. organizar horário adequado para a realização da Prática Profissional Supervisionada do funcionário cursista do Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação – Profucionário, no horário de trabalho, correspondendo a 50% (cinquenta por cento) da carga horária da Prática Profissional Supervisionada, conforme orientação da SEED, contida no Plano de Curso;
- XXVI. participar, com a equipe pedagógica, da análise e definição de projetos a serem inseridos no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino, juntamente com a comunidade escolar;
- XXVII. cooperar com o cumprimento das orientações técnicas de vigilância sanitária e epidemiológica;
- XXVIII. disponibilizar espaço físico adequado quando da oferta de Serviços e Apoios Pedagógicos Especializados, nas diferentes áreas da Educação Especial;
- XXIX. assegurar a realização do processo de avaliação institucional do estabelecimento de ensino;
- XXX. zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XXXI. manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XXXII. cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

Art. 19 - Compete ao diretor auxiliar assessorar o diretor em todas as suas atribuições e substituí-lo(a) na sua falta ou por algum impedimento.

Seção III

Dos Órgãos Colegiados de Representação

da Comunidade Escolar

Art. 20 - Os segmentos sociais organizados e reconhecidos como Órgãos Colegiados de representação da comunidade escolar estão legalmente instituídos por Estatutos e Regulamentos próprios.

Art. 21 - A Associação de Pais, Mestres e Funcionários - APMF, pessoa jurídica de direito privado, é um órgão de representação dos Pais, Mestres e Funcionários do estabelecimento de ensino, sem caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros, sendo constituída por prazo indeterminado.

Parágrafo Único – A APMF é regida por Estatuto próprio, aprovado e homologado em Assembléia Geral, convocada especificamente para este fim.

Art. 22 - O Grêmio Estudantil é o órgão máximo de representação dos estudantes do estabelecimento de ensino, com o objetivo de defender os interesses individuais e coletivos dos alunos, incentivando a participação a política, a cultura literária, artística e desportiva de seus membros.

Parágrafo Único – O Grêmio Estudantil é regido por Estatuto próprio, aprovado e homologado em Assembléia Geral, convocada especificamente para este fim.

Seção IV

Do Conselho de Classe

Art. 23 - O Conselho de Classe é órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, fundamentado no Projeto Político-Pedagógico da escola e no Regimento Escolar, com a responsabilidade de analisar as ações educacionais, indicando alternativas que busquem garantir a efetivação do processo ensino e aprendizagem.

Art. 24 - A finalidade da reunião do Conselho de Classe, após analisar as informações e dados apresentados, é a de intervir em tempo hábil no processo ensino e aprendizagem, oportunizando ao aluno formas diferenciadas de apropriar-se dos conteúdos curriculares estabelecidos.

Parágrafo Único - É da responsabilidade da equipe pedagógica organizar as informações e dados coletados a serem analisados no Conselho de Classe.

Art. 25 - Ao Conselho de Classe cabe verificar se os objetivos, conteúdos, procedimentos metodológicos, avaliativos e relações estabelecidas na ação pedagógico-educativa, estão sendo cumpridos de maneira coerente com o Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino.

Art. 26 - O Conselho de Classe constitui-se em um espaço de reflexão pedagógica, onde todos os sujeitos do processo educativo, de forma coletiva, discutem alternativas e propõem ações educativas eficazes que possam vir a sanar necessidades e dificuldades apontadas no processo ensino e aprendizagem.

Art. 27 - O Conselho de Classe é constituído pelo(diretor e/ou diretor auxiliar, pela equipe pedagógica, por todos os docentes e os alunos representantes que atuam numa mesma turma e/ou série, por meio de:

I. Pré-Conselho de Classe com toda a turma em sala de aula, sob a coordenação do professor regente de cada disciplina;

II. Pré-Conselho de Classe com toda a turma em sala de aula, sob a coordenação do professor representante de turma e pelo pedagogo;

III. Conselho de Classe Integrado, com a participação da equipe de direção, da equipe pedagógica, da equipe docente, da representação facultativa de alunos e pais de alunos por turma e/ou série.

Art. 28 - A convocação, pela direção, das reuniões ordinárias ou extraordinárias do Conselho de Classe, deve ser divulgada em edital, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 29 - O Conselho de Classe reunir-se-á ordinariamente em datas previstas em calendário escolar e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.

Art. 30 - As reuniões do Conselho de Classe serão lavradas em Livro Ata, pelo secretário da escola, como forma de registro das decisões tomadas.

Art. 31 - São atribuições do Conselho de Classe:

I. analisar as informações sobre os conteúdos curriculares, encaminhamentos metodológicos e práticas avaliativas que se referem ao processo ensino e aprendizagem;

II. propor procedimentos e formas diferenciadas de ensino e de estudos para a melhoria do processo ensino e aprendizagem;

III. estabelecer mecanismos de recuperação de estudos, concomitantes ao processo de aprendizagem, que atendam às reais necessidades dos alunos, em consonância com a Proposta Pedagógica Curricular da escola;

IV. acompanhar o processo de avaliação de cada turma, devendo debater e analisar os dados qualitativos e quantitativos do processo ensino e aprendizagem;

Seção V

Da Equipe Pedagógica

Art. 32 - A equipe pedagógica é responsável pela coordenação, implantação e implementação no estabelecimento de ensino das Diretrizes Curriculares definidas

no Projeto Político-Pedagógico e no Regimento Escolar, em consonância com a política educacional e orientações emanadas da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 33 - A equipe pedagógica é composta por professores graduados em Pedagogia.

Art. 34 - Compete à equipe pedagógica:

- I. coordenar a elaboração coletiva e acompanhar a efetivação do Projeto Político-Pedagógico e do Plano de Ação do estabelecimento de ensino;
- II. orientar a comunidade escolar na construção de um processo pedagógico, em uma perspectiva democrática;
- III. participar e intervir, junto à direção, na organização do trabalho pedagógico escolar, no sentido de realizar a função social e a especificidade da educação escolar;
- IV. coordenar a construção coletiva e a efetivação da proposta pedagógica curricular do estabelecimento de ensino, a partir das políticas educacionais da SEED e das Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais;
- V. orientar o processo de elaboração dos Planos de Trabalho Docente junto ao coletivo de professores do estabelecimento de ensino;
- VI. acompanhar o trabalho docente, quanto às reposições de horas-aula aos discentes;
- VII. promover e coordenar reuniões pedagógicas e grupos de estudo para reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico visando à elaboração de propostas de intervenção para a qualidade de ensino para todos;
- VIII. participar da elaboração de projetos de formação continuada dos profissionais do estabelecimento de ensino, que tenham como finalidade a realização e o aprimoramento do trabalho pedagógico escolar;

- IX. organizar, junto à direção da escola, a realização dos Pré-Conselhos e dos Conselhos de Classe, de forma a garantir um processo coletivo de reflexão-ação sobre o trabalho pedagógico desenvolvido no estabelecimento de ensino;
- X. coordenar a elaboração e acompanhar a efetivação de propostas de intervenção decorrentes das decisões do Conselho de Classe;
- XI. coordenar e analisar os dados do Conselho de Classe juntamente com os alunos, traçando metas para superar os problemas levantados:
- XII. subsidiar o aprimoramento teórico-metodológico do coletivo de professores do estabelecimento de ensino, promovendo estudos sistemáticos, trocas de experiência, debates e oficinas pedagógicas;
- XIII. organizar a hora-atividade dos professores do estabelecimento de ensino, de maneira a garantir que esse espaço-tempo seja de efetivo trabalho pedagógico;
- XIV. proceder à análise dos dados do aproveitamento escolar de forma a desencadear um processo de reflexão sobre esses dados, junto à comunidade escolar, com vistas a promover a aprendizagem de todos os alunos;
- XV. coordenar o processo coletivo de elaboração e aprimoramento do Regimento Escolar, garantindo a participação democrática de toda a comunidade escolar;
- XVI. participar do Conselho Escolar, quando representante do seu segmento, subsidiando teórica e metodologicamente as discussões e reflexões acerca da organização e efetivação do trabalho pedagógico escolar;
- XVII. coordenar a elaboração de critérios para aquisição, empréstimo e seleção de materiais, equipamentos e/ou livros de uso didático-pedagógico, a partir do Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;
- XVIII. participar da organização pedagógica da biblioteca do estabelecimento de ensino, assim como do processo de aquisição de livros, revistas, fomentando ações e projetos de incentivo à leitura;

- XIX. acompanhar as atividades desenvolvidas nos Laboratórios de Química, Física e Biologia e de Informática;
- XX. propiciar o desenvolvimento da representatividade dos alunos e de sua participação nos diversos momentos e Órgãos Colegiados da escola;
- XXI. coordenar o processo democrático de representação docente de cada turma;
- XXII. colaborar com a direção na distribuição das aulas, conforme orientação da SEED;
- XXIII. coordenar, junto à direção, o processo de distribuição de aulas e disciplinas, a partir de critérios legais, didático-pedagógicos e do Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;
- XXIV. acompanhar os estagiários das instituições de ensino superior quanto às atividades a serem desenvolvidas no estabelecimento de ensino;
- XXV. promover a construção de estratégias pedagógicas de superação de todas as formas de discriminação, preconceito e exclusão social;
- XXVI. coordenar a análise de projetos a serem inseridos no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;
- XXVII. acompanhar o processo de avaliação institucional do estabelecimento de ensino;
- XXVIII. participar na elaboração do Regulamento de uso dos espaços pedagógicos;
- XXIX. orientar, coordenar e acompanhar a efetivação de procedimentos didático-pedagógicos referentes à avaliação processual e aos processos de classificação, reclassificação, aproveitamento de estudos, adaptação e progressão parcial, conforme legislação em vigor;
- XXX. organizar as reposições de aulas, acompanhando junto à direção as reposições de dias, horas e conteúdos aos discentes;

XXXI. orientar, acompanhar e vistar periodicamente os Livros de Registro de Classe;

XXXII. organizar registros de acompanhamento da vida escolar do aluno;

XXXIII. organizar registros para o acompanhamento da prática pedagógica dos profissionais do estabelecimento de ensino;

XXXIV. solicitar autorização dos pais ou responsáveis para realização da Avaliação Educacional do Contexto Escolar, a fim de identificar possíveis necessidades educacionais especiais;

XXXV. coordenar e acompanhar o processo de Avaliação Educacional no Contexto Escolar, para os alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem, visando encaminhamento aos serviços e apoios especializados da Educação Especial, se necessário;

XXXVI. acompanhar os aspectos de sociabilização e aprendizagem dos alunos, realizando contato com a família com o intuito de promover ações para o seu desenvolvimento integral;

XXXVII. acompanhar a frequência escolar dos alunos, contatando as famílias e encaminhando-os aos órgãos competentes, quando necessário;

XXXVIII. acionar serviços de proteção à criança e ao adolescente, sempre que houver necessidade de encaminhamentos;

XXXIX. orientar e acompanhar o desenvolvimento escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais, nos aspectos pedagógicos, adaptações físicas e curriculares e no processo de inclusão na escola;

XL. manter contato com os professores dos serviços e apoios especializados de alunos com necessidades educacionais especiais, para intercâmbio de informações e trocas de experiências, visando à articulação do trabalho pedagógico entre Educação Especial e ensino regular;

XLl. assegurar a realização do processo de avaliação institucional do estabelecimento de ensino;

XLII. manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com colegas, alunos, pais e demais segmentos da comunidade escolar;

XLIII. zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XLIV. elaborar seu Plano de Ação;

XLV. cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

Seção VI

Da Equipe Docente

Art. 35 - A equipe docente é constituída de professores regentes, devidamente habilitados.

Art. 36 - Compete aos docentes:

I. participar da elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino, construído de forma coletiva e aprovado pelo Conselho Escolar;

II. elaborar, com a equipe pedagógica, a proposta pedagógica curricular do estabelecimento de ensino, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico e as Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais;

III. participar do processo de escolha, juntamente com a equipe pedagógica, dos livros e materiais didáticos, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;

IV. elaborar seu Plano de Trabalho Docente;

V. desenvolver as atividades de sala de aula, tendo em vista a apreensão crítica do conhecimento pelo aluno;

VI. proceder à reposição dos conteúdos, carga horária e/ou dias letivos aos alunos, quando se fizer necessário, a fim de cumprir o calendário escolar, resguardando prioritariamente o direito do aluno;

VII. proceder à avaliação contínua, cumulativa e processual dos alunos, utilizando-se de instrumentos e formas diversificadas de avaliação, previstas no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino e neste regimento;

VIII. promover o processo de recuperação concomitante de estudos para os alunos, estabelecendo estratégias diferenciadas de ensino e aprendizagem, no decorrer do período letivo;

IX. participar do processo de avaliação educacional no contexto escolar dos alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem, sob coordenação e acompanhamento do pedagogo, com vistas à identificação de possíveis necessidades educacionais especiais e posterior encaminhamento aos serviços e apoios especializados da Educação Especial, se necessário;

X. participar de processos coletivos de avaliação do próprio trabalho e da escola, com vistas ao melhor desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem;

XI. participar de reuniões, sempre que convocado pela direção;

XII. assegurar que, no âmbito escolar, não ocorra tratamento discriminatório em decorrência de diferenças físicas, étnicas, de gênero e orientação sexual, de credo, ideologia, condição sócio-cultural, entre outras;

XIII. viabilizar a igualdade de condições para a permanência do aluno na escola, respeitando a diversidade, a pluralidade cultural e as peculiaridades de cada aluno, no processo de ensino e aprendizagem;

XIV. participar de reuniões e encontros para planejamento e acompanhamento, junto ao professor de Serviços e Apoios Especializados, da Sala de Apoio à Aprendizagem, da Sala de Recursos e de Contraturno, a fim de realizar ajustes ou modificações no processo de intervenção educativa;

XV. estimular o acesso a níveis mais elevados de ensino, cultura, pesquisa e criação artística;

XVI. participar ativamente dos Pré-Conselhos e Conselhos de Classe, na busca de alternativas pedagógicas que visem ao aprimoramento do processo educacional, responsabilizando-se pelas informações prestadas e decisões tomadas, as quais serão registradas e assinadas em Ata;

XVII. propiciar ao aluno a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, visando ao exercício consciente da cidadania;

XVIII. zelar pela frequência do aluno à escola, comunicando qualquer irregularidade à equipe pedagógica;

XIX. cumprir o calendário escolar, quanto aos dias letivos, horas-aula e horas-atividade estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

XX. cumprir suas horas-atividade no âmbito escolar, dedicando-as a estudos, pesquisas e planejamento de atividades docentes, sob orientação da equipe pedagógica, conforme determinações da SEED;

XXI. manter atualizados os Registros de Classe, conforme orientação da equipe pedagógica e secretaria escolar, deixando-os disponíveis no estabelecimento de ensino;

XXII. participar do planejamento e da realização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;

XXIII. desempenhar o papel de representante de turma, contribuindo para o desenvolvimento do processo educativo;

XXIV. dar cumprimento aos preceitos constitucionais, à legislação educacional em vigor e ao Estatuto da Criança e do Adolescente, como princípios da prática profissional e educativa;

XXV. participar, com a equipe pedagógica, da análise e definição de projetos a serem inseridos no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;

XXVI. comparecer ao estabelecimento de ensino nas horas de trabalho ordinárias que lhe forem atribuídas e nas extraordinárias, quando convocado;

XXVII. zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XXVIII. manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XXIX. participar da avaliação institucional, conforme orientação da SEED;

XXX. cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

Seção VII

Da Equipe Técnico-Administrativa e dos Assistentes de Execução

Art. 37 - A função de técnicos administrativos é exercida por profissionais que atuam nas áreas da secretaria, biblioteca e laboratório de Informática do estabelecimento de ensino.

Art. 38 - A função de assistente de execução é exercida por profissional que atua no laboratório de Química, Física e Biologia do estabelecimento de ensino.

Art. 39 - O técnico administrativo que atua na secretaria como secretário escolar é indicado pela direção do estabelecimento de ensino e designado por Ato Oficial, conforme normas da SEED.

Parágrafo Único - O serviço da secretaria é coordenado e supervisionado pela direção.

Art. 40 - Compete ao Secretário Escolar:

I. conhecer o Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;

- II. cumprir a legislação em vigor e as instruções normativas emanadas da SEED, que regem o registro escolar do aluno e a vida legal do estabelecimento de ensino;
- III. distribuir as tarefas decorrentes dos encargos da secretaria aos demais técnicos administrativos;
- IV. receber, redigir e expedir a correspondência que lhe for confiada;
- V. organizar e manter atualizados a coletânea de legislação, resoluções, instruções normativas, ordens de serviço, ofícios e demais documentos;
- VI. efetivar e coordenar as atividades administrativas referentes à matrícula, transferência e conclusão de curso;
- VII. elaborar relatórios e processos de ordem administrativa a serem encaminhados às autoridades competentes;
- VIII. encaminhar à direção, em tempo hábil, todos os documentos que devem ser assinados;
- IX. organizar e manter atualizado o arquivo escolar ativo e conservar o inativo, de forma a permitir, em qualquer época, a verificação da identidade e da regularidade da vida escolar do aluno e da autenticidade dos documentos escolares;
- X. responsabilizar-se pela guarda e expedição da documentação escolar do aluno, respondendo por qualquer irregularidade;
- XI. manter atualizados os registros escolares dos alunos no sistema informatizado;
- XII. organizar e manter atualizado o arquivo com os atos oficiais da vida legal da escola, referentes à sua estrutura e funcionamento;
- XIII. atender a comunidade escolar, na área de sua competência, prestando informações e orientações sobre a legislação vigente e a organização e funcionamento do estabelecimento de ensino, conforme disposições do Regimento Escolar;

- XIV. zelar pelo uso adequado e conservação dos materiais e equipamentos da secretaria;
- XV. orientar os professores quanto ao prazo de entrega do Livro Registro de Classe com os resultados da frequência e do aproveitamento escolar dos alunos;
- XVI. cumprir e fazer cumprir as obrigações inerentes às atividades administrativas da secretaria, quanto ao registro escolar do aluno referente à documentação comprobatória, de adaptação, aproveitamento de estudos, progressão parcial, classificação, reclassificação e regularização de vida escolar;
- XVII. organizar o livro-ponto de professores e funcionários, encaminhando ao setor competente a sua frequência, em formulário próprio;
- XVIII. secretariar os Conselhos de Classe e reuniões, redigindo as respectivas Atas;
- XIX. conferir, registrar e/ou patrimoniar materiais e equipamentos recebidos;
- XX. comunicar imediatamente à direção toda irregularidade que venha ocorrer na secretaria da escola;
- XXI. participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional de sua função;
- XXII. manter atualizado o Sistema de Controle e Remanejamento dos Livros Didáticos;
- XXIII. fornecer dados estatísticos inerentes às atividades da secretaria escolar, quando solicitado;
- XXIV. participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;
- XXV. zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XXVI. manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XXVII. participar das atribuições decorrentes do Regimento Escolar e exercer as específicas da sua função.

Art. 41 - Compete aos técnicos administrativos que atuam na secretaria dos estabelecimentos de ensino, sob a coordenação do secretário:

I. cumprir as obrigações inerentes às atividades administrativas da secretaria, quanto ao registro escolar do aluno referente à documentação comprobatória, necessidades de adaptação, aproveitamento de estudos, progressão parcial, classificação, reclassificação e regularização de vida escolar;

II. atender a comunidade escolar e demais interessados, prestando informações e orientações;

III. cumprir a escala de trabalho que lhe for previamente estabelecida;

IV. participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional de sua função;

V. controlar a entrada e saída de documentos escolares, prestando informações sobre os mesmos a quem de direito;

VI. organizar, em colaboração com o secretário escolar, os serviços do seu setor;

VII. efetivar os registros na documentação oficial como Ficha Individual, Histórico Escolar, Boletins, Certificados, Diplomas e outros, garantindo sua idoneidade;

VIII. organizar e manter atualizado o arquivo ativo e conservar o arquivo inativo da escola;

IX. classificar, protocolar e arquivar documentos e correspondências, registrando a movimentação de expedientes;

- X. realizar serviços auxiliares relativos à parte financeira, contábil e patrimonial do estabelecimento, sempre que solicitado;
- XI. coletar e digitar dados estatísticos quanto à avaliação escolar, alimentando e atualizando o sistema informatizado;
- XII. executar trabalho de mecanografia, reprografia e digitação;
- XIII. participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;
- XIV. zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;
- XV. manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;
- XVI. exercer as demais atribuições decorrentes do Regimento Escolar e aquelas que concernem à especificidade de sua função.

Art. 42 - Compete ao técnico administrativo que atua na biblioteca escolar, indicado pela direção do estabelecimento de ensino:

- I. cumprir e fazer cumprir o Regulamento de uso da biblioteca, assegurando organização e funcionamento;
- II. atender a comunidade escolar, disponibilizando e controlando o empréstimo de livros, de acordo com Regulamento próprio;
- III. auxiliar na implementação dos projetos de leitura previstos na proposta pedagógica curricular do estabelecimento de ensino;
- IV. atuar na organização do acervo de livros, revistas, gibis, vídeos, DVDs, entre outros;
- V. encaminhar à direção sugestão de atualização do acervo, a partir das necessidades indicadas pelos usuários;
- VI. zelar pela preservação, conservação e restauro do acervo;
- VII. registrar o acervo bibliográfico e dar baixa, sempre que necessário;

VIII. receber, organizar e controlar o material de consumo e equipamentos da biblioteca;

IX. manusear e operar adequadamente os equipamentos e materiais, zelando pela sua manutenção;

X. participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional de sua função;

XI. atuar na distribuição e recolhimento do livro didático;

XII. participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;

XIII. zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XIV. manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XV. exercer as demais atribuições decorrentes do Regimento Escolar e aquelas que concernem à especificidade de sua função.

Art. 43 - Compete ao técnico administrativo indicado pela direção para atuar no laboratório de Informática do estabelecimento de ensino:

I. cumprir e fazer cumprir Regulamento de uso do laboratório de Informática, assessorando na sua organização e funcionamento;

II. auxiliar o corpo docente e discente nos procedimentos de manuseio de materiais e equipamentos de informática;

III. preparar e disponibilizar os equipamentos de informática e materiais necessários para a realização de atividades práticas de ensino no laboratório;

IV. assistir aos professores e alunos durante a aula de Informática no laboratório;

V. zelar pela manutenção, limpeza e segurança dos equipamentos;

VI. participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional de sua função;

VII. receber, organizar e controlar o material de consumo e equipamentos do laboratório de Informática;

VIII. participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;

IX. zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

X. manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XI. exercer as demais atribuições decorrentes do Regimento Escolar e aquelas que concernem à especificidade de sua função.

Art. 44 - Compete ao assistente de execução que atua no laboratório de Química, Física e Biologia do estabelecimento de ensino:

I. cumprir e fazer cumprir o Regulamento de uso do laboratório de Química, Física e Biologia;

II. aplicar, em regime de cooperação e de co-responsabilidade com o corpo docente e discente, normas de segurança para o manuseio de materiais e equipamentos;

III. preparar e disponibilizar materiais de consumo e equipamentos para a realização de atividades práticas de ensino;

IV. receber, controlar e armazenar materiais de consumo e equipamentos do laboratório;

V. utilizar as normas básicas de manuseio de instrumentos e equipamentos do laboratório;

VI. assistir aos professores e alunos durante as aulas práticas do laboratório;

- VII. zelar pela manutenção, limpeza e segurança dos materiais de consumo, instrumentos e equipamentos de uso do laboratório;
- VIII. participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional de sua função;
- IX. comunicar imediatamente à direção qualquer irregularidade, incidente e/ou acidente ocorridos no laboratório;
- X. manter atualizado o inventário de instrumentos, ferramentas, equipamentos, solventes, reagentes e demais materiais de consumo;
- XI. participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;
- XII. zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;
- XIII. manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;
- XIV. participar das atribuições decorrentes do Regimento Escolar e exercer as específicas da sua função.

Seção VIII

Da Equipe Auxiliar Operacional

Art. 45 - O auxiliar operacional tem a seu encargo os serviços de conser-vação, manutenção, preservação, segurança e da alimentação escolar, no âmbito escolar, sendo coordenado e supervisionado pela direção do estabelecimento de ensino.

Art. 46 - Compete ao auxiliar operacional que atua na limpeza, organização e preservação do ambiente escolar e de seus utensílios e instalações:

- I. zelar pelo ambiente físico da escola e de suas instalações, cumprindo as normas estabelecidas na legislação sanitária vigente;

- II. utilizar o material de limpeza sem desperdícios e comunicar à direção, com antecedência, a necessidade de reposição dos produtos;
- III. zelar pela conservação do patrimônio escolar, comunicando qualquer irregularidade à direção;
- IV. auxiliar na vigilância da movimentação dos alunos em horários de re-creio, de início e de término dos períodos, mantendo a ordem e a segurança dos estudantes, quando solicitado pela direção;
- V. atender adequadamente aos alunos com necessidades educacionais especiais temporárias ou permanentes, que demandam apoio de locomoção, de higiene e de alimentação;
- VI. auxiliar na locomoção dos alunos que fazem uso de cadeira de rodas, andadores, muletas, e outros facilitadores, viabilizando a acessibilidade e a participação no ambiente escolar;
- VII. auxiliar os alunos com necessidades educacionais especiais quanto a alimentação durante o recreio, atendimento às necessidades básicas de higiene e as correspondentes ao uso do banheiro;
- VIII. auxiliar nos serviços correlatos à sua função, participando das diversas atividades escolares;
- IX. cumprir integralmente seu horário de trabalho e as escalas previstas, respeitado o seu período de férias;
- X. participar de eventos, cursos, reuniões sempre que convocado ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional;
- XI. coletar lixo de todos os ambientes do estabelecimento de ensino, dando-lhe o devido destino, conforme exigências sanitárias;
- XII. participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;

XIII. zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XIV. manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XV. exercer as demais atribuições decorrentes do Regimento Escolar e aquelas que concernem à especificidade de sua função.

Art. 47 - São atribuições do auxiliar operacional, que atua na cozinha do estabelecimento de ensino:

I. zelar pelo ambiente da cozinha e por suas instalações e utensílios, cumprindo as normas estabelecidas na legislação sanitária em vigor;

II. selecionar e preparar a merenda escolar balanceada, observando padrões de qualidade nutricional;

III. servir a merenda escolar, observando os cuidados básicos de higiene e segurança;

IV. informar ao diretor do estabelecimento de ensino da necessidade de reposição do estoque da merenda escolar;

V. conservar o local de preparação, manuseio e armazenamento da merenda escolar, conforme legislação sanitária em vigor;

VI. zelar pela organização e limpeza do refeitório, da cozinha e do depósito da merenda escolar;

VII. receber, armazenar e prestar contas de todo material adquirido para a cozinha e da merenda escolar;

VIII. cumprir integralmente seu horário de trabalho e as escalas previstas, respeitado o seu período de férias;

IX. participar de eventos, cursos, reuniões sempre que convocado ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional;

X. auxiliar nos demais serviços correlatos à sua função, sempre que se fizer necessário;

XI. respeitar as normas de segurança ao manusear fogões, aparelhos de preparação ou manipulação de gêneros alimentícios e de refrigeração;

XII. participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;

XIII. zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XIV. manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XV. participar das atribuições decorrentes do Regimento Escolar e exercer as específicas da sua função.

Art. 48 - São atribuições do auxiliar operacional que atua na área de vigilância da movimentação dos alunos nos espaços escolares:

I. coordenar e orientar a movimentação dos alunos, desde o início até o término dos períodos de atividades escolares;

II. zelar pela segurança individual e coletiva, orientando os alunos sobre as normas disciplinares para manter a ordem e prevenir acidentes no estabelecimento de ensino;

III. comunicar imediatamente à direção situações que evidenciem riscos à segurança dos alunos;

IV. percorrer as diversas dependências do estabelecimento, observando os alunos quanto às necessidades de orientação e auxílio em situações irregulares;

- V. encaminhar ao setor competente do estabelecimento de ensino os alunos que necessitarem de orientação ou atendimento;
- VI. observar a entrada e a saída dos alunos para prevenir acidentes e irregularidades;
- VII. acompanhar as turmas de alunos em atividades escolares externas, quando se fizer necessário;
- VIII. auxiliar a direção, equipe pedagógica, docentes e secretaria na divulgação de comunicados no âmbito escolar;
- IX. cumprir integralmente seu horário de trabalho e as escalas previstas, respeitado o seu período de férias;
- X. participar de eventos, cursos, reuniões sempre que convocado ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional;
- XI. zelar pela preservação do ambiente físico, instalações, equipamentos e materiais didático-pedagógicos;
- XII. auxiliar a equipe pedagógica no remanejamento, organização e instalação de equipamentos e materiais didático-pedagógicos;
- XIII. atender e identificar visitantes, prestando informações e orientações quanto à estrutura física e setores do estabelecimento de ensino;
- XIV. participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;
- XV. zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;
- XVI. manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;
- XVII. participar das atribuições decorrentes do Regimento Escolar e exercer as específicas da sua função.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Art. 49 -A organização didático-pedagógica é entendida como o conjunto de decisões coletivas, necessárias à realização das atividades escolares, para garantir o processo pedagógico da escola.

Art. 50 - A organização didático-pedagógica é constituída pelos seguintes componentes:

I.dos níveis e modalidades de ensino da Educação Básica;

II. dos fins e objetivos da Educação Básica em cada nível e modalidade de ensino;

III.da organização curricular, estrutura e funcionamento;

IV.da matrícula;

V.do processo de classificação;

VI.do processo de reclassificação;

VII.da transferência;

VIII.da progressão parcial;

IX.da freqüência;

X.da avaliação, da recuperação de estudos e da promoção;

XI.do aproveitamento de estudos;

XII.da adaptação;

XIII.da revalidação e equivalência;

XIV.da regularização da vida escolar;

XV.do calendário escolar;

- XVI.dos registros e arquivos escolares;
- XVII.da eliminação de documentos escolares;
- XVIII.da avaliação institucional;
- XIX.dos espaços pedagógicos.

Seção I

Dos Níveis e Modalidades de Ensino da Educação Básica

Art. 51 -O estabelecimento de ensino oferta:

I.Ensino Fundamental: 5ª a 8ª séries – regime de 8 anos:

II.Ensino Médio;

III. Educação Especial: sala de recursos de 5ª a 8ª série, apoio especializado no atendimento dos alunos com deficiência mental e distúrbios de aprendizagem, atendimento especializado para deficientes visuais e alunos surdos.

Seção II

Dos Fins e Objetivos da Educação Básica de cada Nível e Modalidade de Ensino

Art. 52 -O estabelecimento de ensino oferece a Educação Básica com base nos seguintes princípios das Constituições Federal e Estadual:

I. igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, vedada qualquer forma de discriminação e segregação;

II. gratuidade de ensino, com isenção de taxas e contribuições de qual-quer natureza vinculadas à matrícula;

III.garantia de uma Educação Básica igualitária e de qualidade.

Art. 53 -O Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, tem por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I. o desenvolvimento da cognição, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II. a compreensão do ambiente natural e sociocultural, dos espaços e das relações socioeconômicas e políticas, da tecnologia e seus usos, das artes e dos princípios em que se fundamentam as sociedades;

III. o fortalecimento dos vínculos de família e da humanização das rela-ções em que se assenta a vida social;

IV. a valorização da cultura local/regional e suas múltiplas relações com os contextos nacional/global;

V. o respeito à diversidade étnica, de gênero e de orientação sexual, de credo, de ideologia e de condição socioeconômica.

Art. 54 -O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, com duração mínima de três anos, tem como finalidade:

I. a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II. a formação que possibilite ao aluno, no final do curso, compreender o mundo em que vive em sua complexidade, para que possa nele atuar com vistas à sua transformação;

III. o aprimoramento do aluno como cidadão consciente, com formação ética, autonomia intelectual e pensamento crítico;

IV. a compreensão do conhecimento historicamente construído, nas suas dimensões filosófica, artística e científica, em sua interdependência nas diferentes disciplinas.

Art. 55 - Ao final do Ensino Médio o aluno deve demonstrar:

I. domínio dos princípios científicos, tecnológicos e do legado filosófico e artístico da sociedade, que possibilite a compreensão da complexidade histórico-social da mesma;

II. conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;

III. compreensão crítica das relações e da estrutura social, das desigualdades e dos processos de mudança, da diversidade cultural e da ideologia frente aos intensos processos de mundialização, desenvolvimento tecnológico e aprofundamento das formas de exclusão;

IV. percepção própria, como indivíduo e personagem social, com consciência, reconhecimento da identidade social e uma compreensão crítica da relação homem-mundo.

Art. 56 - A Educação Especial tem como finalidade assegurar educação de qualidade a todos os alunos com necessidades educacionais especiais, em todas as etapas da Educação Básica, oferecendo apoio, complementação, suplementação e/ou substituição dos serviços educacionais regulares.

Art. 57 - O Centro de Atendimento Especializado para Deficientes Visuais – CAEDV – tem como objetivo garantir o acesso e a permanência dos deficientes visuais, independente da faixa etária no Sistema educacional.

Parágrafo Único – O CAEDV será parte integrante da escola que o sedia, portanto seguirá as normas deste estabelecimento escolar (calendário, horários de atendimento, trabalhos de professores e integração com as demais atividades da escola).

Art. 58 – Surdez é a redução na percepção dos sons dificultando a compreensão das palavras, que pode ser leve, moderado, severo ou profundo.

Art. 59 – Através da experiência visual o sujeito surdo tem a possibilidade de constituir sua subjetividade por meio de experiências cognitivo-lingüísticas diversas, mediadas por formas de comunicação simbólica alternativas, que encontram na Língua de Sinais seu principal meio de concretização.

Parágrafo Único - O atendimento educacional Especializado aos Alunos Surdos tem como objetivo o avanço acadêmico dos alunos surdos em condições de igualdade com os demais alunos do Sistema Educacional.

Art. 60 - O estabelecimento de ensino, além dos níveis e modalidades de ensino da Educação Básica oferta o programa de qualificação profissional para o Adolescente Aprendiz, entre 14 (quatorze) e 18 (dezoito) anos submetidos a medidas sócio-educativas e os beneficiados com remissão.

Seção III

Da Organização Curricular, Estrutura e Funcionamento

Art. 61 - A organização do trabalho pedagógico em todos os níveis e modalidades de ensino segue as orientações expressas nas Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais.

Art. 62 - O regime da oferta da Educação Básica é de forma presencial, com a seguinte organização:

I. por séries, nos anos finais do Ensino Fundamental;

II. por série, no Ensino Médio;

III. por serviços e apoios especializados, conforme especificidade de cada área, na modalidade da Educação Especial.

Art. 63 -Os conteúdos curriculares na Educação Básica observam:

I. difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e de-veres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

II.respeito à diversidade;

III.orientação para o trabalho.

Art. 64 - O estabelecimento de ensino oferta o Ensino Fundamental organizado em anos finais, em regime de série/ano, com 4 (quatro) anos de duração, perfazendo um total de 3.200 horas.

Art. 65 -Os conteúdos e componentes curriculares estão organizados na Proposta Pedagógica Curricular, inclusa no Projeto Político-Pedagógico do esta-belecimento de ensino, em conformidade com as Diretrizes Nacionais e Estadu-ais.

Parágrafo Único – Os conteúdos curriculares estão organizados por área de conhecimento por disciplinas para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Art. 66 - O estabelecimento de ensino oferta Salas Apoio Pedagógico à Aprendizagem para a 5ª série do Ensino Fundamental nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, conforme orientações da SEED.

Art. 67 -Na organização curricular para os anos finais do Ensino Funda-mental consta:

I. Base Nacional Comum constituída pelas disciplinas de Artes, Ciências, Educação Física, Ensino Religioso, Geografia, História, Matemática e Língua Portuguesa e de uma Parte Diversificada, constituída por Língua Estrangeira Moderna Inglês;

II. Ensino Religioso, como disciplina integrante da Matriz Curricular do estabelecimento de ensino, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo, na 5ª e 6ª série;

III. História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, Sexualidade Humana, Educação Ambiental, Educação Fiscal e Enfrentamento à Violência contra a Criança e o Adolescente, como temáticas trabalhadas ao longo do ano letivo, em todas as disciplinas;

IV. conteúdos de História do Paraná na disciplina de História.

Art. 68 - O estabelecimento de ensino oferta o Ensino Médio, com duração de três anos, perfazendo um mínimo de 2.400 horas.

Art. 69 - Na organização curricular do Ensino Médio consta:

I. Base Nacional Comum constituída pelas disciplinas de Arte, Biologia, Química, Física, História, Geografia, Educação Física, Filosofia, Sociologia, Língua Portuguesa e Matemática e de uma Parte Diversificada constituída por Língua Estrangeira Moderna Inglês;

II. História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, Sexualidade Humana, Educação Ambiental, Educação Fiscal e Enfrentamento à Violência contra a Criança e o Adolescente, como temáticas trabalhadas ao longo do ano letivo, em todas as disciplinas;

III. conteúdos de História do Paraná na disciplina de História.

Art. 70 - Oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais, nas áreas da deficiência intelectual, deficiência visual, surdez, deficiência física neuromotora, condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos, superdotação ou altas habilidades).

Parágrafo Único - As necessidades educacionais especiais são definidas pelos distúrbios de aprendizagem apresentados pelo aluno, em caráter temporário ou permanente, e pelos recursos e apoios proporcionados, objetivando a remoção das

barreiras para a aprendizagem e participação e o enriquecimento curricular para alunos com superdotação ou altas habilidades.

Art. 71 -A organização da Proposta Pedagógica Curricular toma como base as normas e Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais, observando o princípio da flexibilização e garantindo o atendimento pedagógico especializado para atender às necessidades educacionais especiais de seus alunos.

Art. 72 - Os alunos cegos ou baixa visão, além do acesso ao Ensino Regular, receberão simultaneamente atendimento no Centro de Atendimento Especializado para Deficientes Visuais - CAEDV.

§ 1º- O atendimento educacional no CAEDV será individualizado e em sessões de sessenta (60) minutos de duração, podendo variar o tempo de acordo com o grau de comprometimento visual e a necessidade de cada aluno.

§ 2º- O CAEDV, estruturar-se-á de forma a proporcionar gradativamente programas de:

I.Educação Infantil especializada (0 a 6 anos):

II. Atendimentos complementares como: Braille, Sorobã, Orientação, Mobilidade, estimulação visual e atividades da vida diária;

III.Apoio à escolaridade básica com atendimento itinerante;

IV.Apoio escolar;

V.Ensino itinerante

§ 3º- O CAEDV está estruturado administrativamente e considera:

I.Ficha de inscrição no programa;

II.Laudo oftalmológico;

III.Relatório de avaliação Diagnóstica;

IV.Registro de matrícula do aluno;

V.Cronograma de atendimento semanal;

VI.Planejamento educacional individualizado.

§ 4º- O currículo do CAEDV deverá prever conteúdos, objetivos e atividades específicas para situações de Educação Infantil Especializada, Cegueira e Baixa Visão.

§ 5º- Às pessoas na faixa etária de zero a seis anos, serão propostas atividades de Educação Infantil Especializada compreendendo o desenvolvimento de habilidades neuro-psico-sociais.

§ 6º- Aos portadores de cegueira serão ofertadas metodologias específicas que os instrumentalizem educacionalmente, destacando-se o Braille, Sorobã, Orientação, Mobilidade e atividades de vida diária.

§ 7º- Aos alunos com Baixa Visão serão oferecidas atividades relacionadas ao treinamento das funções óticas de fixação e acompanhamento de luz, a coordenação visual-motora e ainda o treinamento do uso correto de auxílios ópticos.

§ 8º- A avaliação dos alunos deficientes visuais acontecerá mediante:

I. A avaliação para fins de ingresso do educando no programa especializado será denominada de diagnóstica e será de responsabilidade do professor do CAEDV, tendo como etapas:

a. Identificação dos dados sobre núcleo, município, estabelecimento, professora, avaliadora e data da avaliação;

b. Síntese clínica sobre a deficiência (uso de auxílios ópticos e adaptações de materiais educacionais), a partir de aludo médico-oftalmológico;

c. Dados complementares sobre a deficiência, aspectos visuais, atendimento educacional anteriormente recebido e desempenho acadêmico quando houver;

d.Avaliação de desempenho visual;

e. Avaliação do desenvolvimento motor e tátil (exclusivo para aluno cego);

f. Observações complementares:

g. Encaminhamento e proposta de adaptações curriculares, para não-tear o planejamento educacional do professor do Ensino Regular.

II. A avaliação cotidiana será denominada de formativa e ficará a cargo dos professores de Ensino Regular e do CAEDV, para verificar se os objetivos propostos foram alcançados pelo aluno e assim redimensionar o planejamento;

III. Constituir-se-ão em instrumentos formais de avaliação:

a. Os laudos da área médica e para-médica;

b. Os instrumentos formais para avaliação educacional;

c. Fichas de referência do aluno;

d. Anamnese.

Art. 73 - Na área de surdez – Atendimento Educacional Especializado aos Alunos Surdos – os professores são bilíngües, que atuam como interlocutores no processo de aquisição da linguagem.

§ 1º - O intérprete de Libras/Língua Portuguesa é um profissional que atua no contexto do ensino regular no qual há alunos surdos matriculados .

§ 2º - Os educandos participam das experiências de aprendizagem com a mediação de sua primeira língua – a Língua de Sinais e a língua oficial, a Língua Portuguesa.

§ 3º - A Língua Portuguesa é a segunda língua para os surdos, como uma língua estrangeira, pois exigirá ambiente artificial, e sistematização por meio de metodologias próprias ao ensino.

Seção IV

Da Matrícula

Art. 74 -A matrícula é o ato formal que vincula o aluno ao estabelecimento de ensino, conferindo-lhe a condição de aluno.

Parágrafo Único - É vedada a cobrança de taxas e/ou contribuições de qualquer natureza vinculadas à matrícula;

Art. 75 - O estabelecimento de ensino assegura matrícula inicial ou em curso, conforme normas estabelecidas na legislação em vigor e nas instruções da SEED.

Art. 76 - A matrícula deve ser requerida pelo interessado ou seu responsável, quando menor de 18 (dezoito anos), sendo necessária a apresentação dos seguintes documentos:

I. Certidão de Nascimento ou Carteira de Identidade – RG, para alunos maiores de 16 (dezesesseis) anos, cópia e original;

II. Comprovante de residência, prioritariamente a fatura de energia elétrica, cópia e original;

III. Histórico Escolar ou Declaração de escolaridade da escola de origem, esta com o Código Geral de Matrícula – CGM, quando aluno oriundo da rede estadual;

IV. Matriz Curricular, quando a transferência for para o 2º ou 3º ano do Ensino Médio.

§ 1º - O aluno oriundo da rede estadual de ensino deve apresentar também a documentação específica, disposta nas Instruções Normativas de matrícula emanadas anualmente da SEED.

§ 2º - Na impossibilidade de apresentação de quaisquer documentos citados neste artigo, o aluno ou seu responsável será orientado e encaminhado aos órgãos competentes para as devidas providências.

Art. 77 -A matrícula é deferida pelo diretor, conforme prazo estabelecido na legislação vigente.

Art. 78 - No ato da matrícula, o aluno ou seu responsável será informado sobre o funcionamento do estabelecimento de ensino e sua organização, conforme o Projeto Político-Pedagógico, Regimento Escolar, Estatutos e Regulamentos Internos.

Art. 79 -No ato da matrícula, o aluno ou seu responsável deverá autodeclarar seu pertencimento Étnico-Racial e optar – 5ª e 6ª série – do Ensino Fundamental pela frequência ou não na disciplina de Ensino Religioso.

Art. 80 - O período de matrícula será estabelecido pela SEED, por meio de Instruções Normativas.

Art. 81 -Ao aluno não vinculado a qualquer estabelecimento de ensino assegura-se a possibilidade de matrícula em qualquer tempo, desde que se submeta a processo de classificação, aproveitamento de estudos e adaptação, previstos no presente Regimento Escolar, conforme legislação vigente.

§ 1º - O controle de frequência far-se-á a partir da data da efetivação da matrícula, sendo exigida frequência mínima de 75% do total da carga horária restante da série.

§ 2º - O contido no caput desse artigo é extensivo a todo estrangeiro, independentemente de sua condição legal, exceto para a primeira série/ano do Ensino Fundamental.

Art. 82 - O ingresso no Ensino Fundamental será de acordo com a legislação vigente no estado.

Art.83 - O ingresso no Ensino Médio é permitido:

- I. aos concluintes do Ensino Fundamental ou seu correspondente legal, ofertado por estabelecimento de ensino regularmente autorizado a funcionar;
- II. aos concluintes de estudos equivalentes aos de Ensino Fundamental reconhecidos pelo Conselho Estadual de Educação.

Art. 84 - Os alunos com necessidades educacionais especiais serão matriculados em todos os níveis e modalidades de ensino, respeitado o seu direito a atendimento adequado, pelos serviços e apoios especializados.

Seção V

Do Processo de Classificação

Art. 85 -A classificação no Ensino Fundamental e Médio é o procedimento que o estabelecimento de ensino adota para posicionar o aluno na série de estudos compatível com a idade, experiência e desenvolvimento adquiridos por meios formais ou informais, podendo ser realizada:

- I. por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série anterior, na própria escola;
- II. por transferência, para os alunos procedentes de outras escolas, do país ou do exterior, considerando a classificação da escola de origem;
- III. independentemente da escolarização anterior, mediante avaliação para posicionar o aluno na série compatível ao seu grau de desenvolvimento e experiência, adquiridos por meios formais ou informais.

Art. 86 - A classificação tem caráter pedagógico centrado na aprendizagem, e exige as seguintes ações para resguardar os direitos dos alunos, das escolas e dos profissionais:

- I. organizar comissão formada por docentes, pedagogos e direção da escola para efetivar o processo;
- II. proceder avaliação diagnóstica, documentada pelo professor ou equipe pedagógica;

III. comunicar o aluno e/ou responsável a respeito do processo a ser iniciado, para obter o respectivo consentimento;

IV. arquivar Atas, provas, trabalhos ou outros instrumentos utilizados;

V. registrar os resultados no Histórico Escolar do aluno.

Seção VI

Do Processo de Reclassificação

Art. 87 -A reclassificação é o processo pelo qual o estabelecimento de ensino avalia o grau de experiência do aluno matriculado, preferencialmente no início do ano, levando em conta as normas curriculares gerais, a fim de encaminhá-lo à série compatível com sua experiência e desenvolvimento, independentemente do que registre o seu Histórico Escolar.

Art. 88 - Cabe aos professores, ao verificarem as possibilidades de avanço na aprendizagem do aluno, devidamente matriculado e com frequência na série, dar conhecimento à equipe pedagógica para que a mesma possa iniciar o processo de reclassificação.

Parágrafo Único – Os alunos, quando maior, ou seus responsáveis, poderão solicitar aceleração de estudos através do processo de reclassificação, facultando à escola aprová-lo ou não.

Art. 89 -A equipe pedagógica comunicará, com a devida antecedência, ao aluno e/ou seus responsáveis, os procedimentos próprios do processo a ser iniciado, a fim de obter o devido consentimento.

Art. 90 - A equipe pedagógica do estabelecimento de ensino, assessorada pela equipe do Núcleo Regional de Educação, instituirá Comissão, conforme orientações emanadas da SEED, a fim de discutir as evidências e documentos que comprovem a necessidade da reclassificação.

Art. 91 - Cabe à Comissão elaborar relatório dos assuntos tratados nas reuniões, anexando os documentos que registrem os procedimentos avaliativos realizados, para que sejam arquivados na Pasta Individual do aluno.

Art. 92 - O aluno reclassificado deve ser acompanhado pela equipe pedagógica, durante dois anos, quanto aos seus resultados de aprendizagem.

Art. 93 - O resultado do processo de reclassificação será registrado em Ata e integrará a Pasta Individual do aluno.

Art. 94 -O resultado final do processo de reclassificação realizado pelo estabelecimento de ensino será registrado no Relatório Final, a ser encaminhado à SEED.

Art. 95 -A reclassificação é vedada para a etapa inferior à anteriormente cursada.

Seção VII

Da Transferência

Art. 96 -A matrícula por transferência ocorre quando o aluno, ao se des-vincular de um estabelecimento de ensino, vincula-se, ato contínuo, a outro, para prosseguimento dos estudos em curso.

Art. 97 -A matrícula por transferência é assegurada no estabelecimento de ensino, aos alunos que se desvincularam de outro, devidamente integrado ao sistema de ensino, mediante apresentação da documentação de transferência, com aproveitamento e assiduidade do aluno, com observância da proximidade residencial.

Art. 98 - Os registros do estabelecimento de ensino de origem serão transpostos ao estabelecimento de destino, sem modificações.

Parágrafo Único - Antes de efetivar a matrícula, se necessário, solicitar à escola de origem os dados para a interpretação dos registros referentes ao aproveitamento escolar e assiduidade do aluno.

Art. 99 - As transferências de alunos com dependência em até três disciplinas serão aceitas e deverão ser cumpridas mediante plano especial de estudos.

Art. 100 -O aluno, ao se transferir do estabelecimento de ensino, receberá a documentação escolar necessária para matrícula no estabelecimento de destino, devidamente assinada.

§ 1º - No caso de transferência em curso, será entregue ao aluno:

I.Histórico Escolar das séries;

II.Ficha Individual referente à série em curso.

§ 2º - Na impossibilidade da emissão dos documentos, no ato da solicitação da transferência, o estabelecimento fornecerá Declaração de Escolaridade, anexando cópia da Matriz Curricular e compromisso de expedição de documento definitivo no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 3º - À documentação dos alunos que freqüentam os serviços de Apoios da Educação Especial, além dos documentos da classe comum, deverão ser acrescentadas cópias do relatório da avaliação pedagógica no contexto escolar e cópia do último relatório de acompanhamento semestral realizado pelo professor do Serviço ou Apoio Especializado.

Seção VIII

Da Progressão Parcial

Art. 101 - O estabelecimento de ensino não oferta aos seus alunos matrícula com Progressão Parcial.

Parágrafo Único - As transferências recebidas de alunos com dependência em até três disciplinas serão aceitas e deverão ser cumpridas mediante plano especial de estudos.

Seção IX

Da Frequência

Art. 102 - É obrigatória, ao aluno, a frequência mínima de 75% do total da carga horária do período letivo, para fins de promoção.

Art. 103 - É assegurado o regime de exercícios domiciliares, com acompanhamento pedagógico do estabelecimento de ensino, como forma de compensação da ausência às aulas, aos alunos que apresentarem impedimento de frequência, conforme as seguintes condições, previstas na legislação vigente:

I. portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismos ou outras condições mórbidas;

II.gestantes.

Art. 104 -É assegurado o abono de faltas ao aluno que estiver matriculado em Órgão de Formação de Reserva e que seja obrigado a faltar a suas atividades civis, por força de exercícios ou manobras, ou reservista que seja chamado para fins de exercício de apresentação das reservas ou cerimônias cívicas, do Dia do Reservista.

Parágrafo Único – As faltas tratadas no caput deste artigo deverão ser assentadas no Livro Registro de Classe, porém, não serão consideradas no cômputo geral das faltas.

Art. 105 - A relação de alunos, quando menores de idade, que apresentarem quantidade de faltas acima de 50% do percentual permitido em lei, será encaminhada ao Conselho Tutelar do Município, ou ao Juiz competente da Comarca e ao Ministério Público.

Seção X

Da Avaliação da Aprendizagem, da Recuperação de Estudos e da Promoção

Art. 106 - A avaliação é uma prática pedagógica intrínseca ao processo ensino e aprendizagem, com a função de diagnosticar o nível de apropriação do conhecimento pelo aluno.

Art. 107 - A avaliação é contínua, cumulativa e processual devendo refletir o desenvolvimento global do aluno e considerar as características individuais deste no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Parágrafo Único - Dar-se-á relevância à atividade crítica, à capacidade de síntese e à elaboração pessoal, sobre a memorização.

Art. 108 - A avaliação é realizada em função dos conteúdos, utilizando métodos e instrumentos diversificados, coerentes com as concepções e finalidades educativas expressas no Projeto Político-Pedagógico da escola.

Parágrafo Único - É vedado submeter o aluno a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação.

Art. 109 - Os critérios de avaliação do aproveitamento escolar serão elaborados em consonância com a organização curricular e descritos no Projeto Político-Pedagógico.

Art. 110 - A avaliação deverá utilizar procedimentos que assegurem o acompanhamento do pleno desenvolvimento do aluno, evitando-se a comparação dos alunos entre si.

Art. 111 - O resultado da avaliação deve proporcionar dados que permitam a reflexão sobre a ação pedagógica, contribuindo para que a escola possa reorganizar conteúdos/instrumentos/métodos de ensino.

Art. 112 - Na avaliação do aluno devem ser considerados os resultados obtidos durante todo o período letivo, num processo contínuo, expressando o seu desenvolvimento escolar, tomado na sua melhor forma.

Art. 113 - Os resultados das atividades avaliativas serão analisados durante o período letivo, pelo aluno e pelo professor, observando os avanços e as necessidades detectadas, para o estabelecimento de novas ações pedagógicas.

Art. 114 - A recuperação de estudos é direito dos alunos, assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), art. 24, inciso V, alínea “e”, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos.

Art. 115 - A recuperação de estudos é direito dos alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos.

Art. 116 - A recuperação de estudos dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo ensino e aprendizagem.

Art. 117 - A recuperação será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados.

Parágrafo Único - A proposta de recuperação de estudos deverá indicar a área de estudos e os conteúdos da disciplina.

Art. 118 - A avaliação da aprendizagem terá os registros de notas expressos em uma escala de 0 (zero) a 10,0 (dez vírgula zero).

Art. 119 - Os resultados das avaliações dos alunos serão registrados em documentos próprios, a fim de que sejam asseguradas a regularidade e autenticidade de sua vida escolar.

Parágrafo Único - Os resultados da recuperação serão incorporados às avaliações efetuadas durante o período letivo, constituindo-se em mais um componente do aproveitamento escolar, sendo obrigatória sua anotação no Livro Registro de Classe.

Art. 120 - A promoção é o resultado da avaliação do aproveitamento escolar do aluno, aliada à apuração da sua frequência.

Art. 121 - Nos anos finais do Ensino Fundamental, no regime de 4 (quatro) anos de duração e Ensino Médio, no regime de 3 (três) a promoção será automática, desde que haja a frequência mínima exigida em lei.

Art. 122 -Na promoção ou certificação de conclusão, para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, a média final mínima exigida é de 6,0 (seis vírgula zero), observando a frequência mínima exigida por lei.

Art. 123 -Os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio serão considerados retidos ao final do ano letivo quando apresentarem frequência inferior a 75% do total de horas letivas, independentemente do aproveitamento escolar - LDB 9394/96, art. 24, inciso VI.

Art. 124 - O resultado da avaliação será expresso pelo registro da atuação dos alunos no desenvolvimento dos conteúdos, bem como o cumprimento dos eixos básicos correspondentes ao desenvolvimento integral dos alunos (assiduidade, compromisso e seriedade).

Art. 125 - A disciplina de Ensino Religioso não se constitui em objeto de retenção do aluno, não tendo registro de notas na documentação escolar.

Art. 126 - Os resultados obtidos pelo aluno no decorrer do ano letivo serão devidamente inseridos no sistema informatizado, para fins de registro e expedição de documentação escolar.

Seção XI

Do Aproveitamento de Estudos

Art. 127 - Os estudos concluídos com êxito serão aproveitados.

Parágrafo Único – A carga horária efetivamente cumprida pelo aluno, no estabelecimento de ensino de origem, será transcrita no Histórico Escolar, para fins de cálculo da carga horária total do curso.

Art. 128 - Avaliação para fins de aproveitamento de estudos será realizada conforme critérios estabelecidos no Plano de Curso.

Parágrafo Único – É vedado o aproveitamento de estudos nos cursos integrados ao Ensino Médio.

Seção XII

Da Adaptação

Art. 129 - A adaptação de estudos de disciplinas é atividade didático-pedagógica desenvolvida sem prejuízo das atividades previstas na Proposta Pedagógica Curricular, para que o aluno possa seguir o novo currículo.

Art. 130 -A adaptação de estudos far-se-á pela Base Nacional Comum.

Parágrafo Único – Na conclusão do curso, o aluno deverá ter cursado, pelo menos, uma Língua Estrangeira Moderna.

Art. 131 - A adaptação de estudos será realizada durante o período letivo.

Art. 132 - A efetivação do processo de adaptação será de responsabilidade da equipe pedagógica e docente, que deve especificar as adaptações a que o aluno está sujeito, elaborando um plano próprio, flexível e adequado ao aluno.

Parágrafo Único – Ao final do processo de adaptação, será elaborada Ata de resultados, os quais serão registrados no Histórico Escolar do aluno e no Relatório Final.

Seção XIII

Da Revalidação e Equivalência

Art. 133 - O estabelecimento de ensino (credenciado pelo CEE) realizará a

revalidação (estudos completos cursados no exterior) referente ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio.

Art. 134 -O estabelecimento de ensino, para a equivalência e revalidação de estudos completos e incompletos, deverá observar:

I. as precauções indispensáveis ao exame da documentação do processo, cujas peças, quando produzidas no exterior, devem ser autenticadas pelo Cônsul brasileiro da jurisdição ou, na impossibilidade, pelo Cônsul do país de origem, exceto para os documentos escolares encaminhados por via diplomática, expedidos na França e nos países do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL;

II.a existência de acordos e convênios internacionais;

III. que todos os documentos escolares originais, exceto os de língua espanhola, contenham tradução para o português por tradutor juramentado;

IV. as normas para transferência e aproveitamento de estudos constantes na legislação vigente.

Art. 135 - Alunos que estudaram em estabelecimentos de ensino brasileiros sediados no exterior, desde que devidamente autorizados pelo Conselho Nacional de Educação, não precisam submeter-se aos procedimentos de equivalência e revalidação de estudos.

Parágrafo Único – A documentação escolar do aluno oriundo de escola brasileira sediada no exterior deverá conter o número do parecer do Conselho Nacional de Educação que autorizou o funcionamento da escola no exterior e o visto consular.

Art. 136 - Para proceder à equivalência e revalidação de estudos incompletos e completos, o estabelecimento de ensino seguirá as orientações contidas nas instruções emanadas da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 137 - O estabelecimento de ensino expedirá certificado de conclusão ao aluno que realizar a revalidação de estudos completos do Ensino Fundamental.

Art. 138 - A matrícula no Ensino Médio somente poderá ser efetivada após a revalidação de estudos completos do Ensino Fundamental.

Art. 139 - A matrícula do aluno proveniente do exterior, que não apresentar documentação escolar, far-se-á mediante processo de classificação, previsto na legislação vigente.

Art. 140 - A matrícula de alunos oriundos do exterior, com período letivo concluído após ultrapassados 25% do total de horas letivas previstas no calendário escolar, far-se-á mediante classificação, aproveitamento e adaptação, previstos na legislação vigente, independentemente da apresentação de documentação escolar de estudos realizados.

Art. 141 - O estabelecimento de ensino, ao realizar a equivalência ou revalidação de estudos, emitirá a respectiva documentação.

Art. 142 - Efetuada a revalidação ou declarada a equivalência, o ato pertinente será registrado junto ao NRE e os resultados integrarão a documentação do aluno.

Art. 143 - O aluno oriundo de país estrangeiro, que não apresentar documentação escolar e condições imediatas para classificação, será matriculado na série compatível com sua idade, em qualquer época do ano.

Parágrafo Único - A escola elaborará plano próprio para o desenvolvimento dos conhecimentos necessários para o prosseguimento de seus estudos.

Seção XIV

Da Regularização de Vida Escolar

Art. 144 - O processo de regularização de vida escolar é de responsabilidade do diretor do estabelecimento de ensino, sob a supervisão do Núcleo Regional de Educação, conforme normas do Sistema Estadual de Ensino.

§ 1º - Constatada a irregularidade, o diretor do estabelecimento dará ciência imediata ao Núcleo Regional de Educação.

§ 2º - O Núcleo Regional de Educação acompanhará o processo pedagógico e administrativo, desde a comunicação do fato até a sua conclusão.

§ 3º - Ao Núcleo Regional de Educação cabe a emissão do ato de regularização.

§ 4º - Tratando-se de transferência com irregularidade, caberá à direção da escola registrar os resultados do processo na documentação do aluno.

Art. 145 - No caso de irregularidade detectada após o encerramento do curso, o aluno será convocado para exames especiais a serem realizados no estabelecimento de ensino em que concluiu o curso, sob a supervisão do Núcleo Regional de Educação.

§ 1º - Na impossibilidade de serem efetuados os exames especiais no estabelecimento de ensino em que o aluno concluiu o curso, o Núcleo Regional de Educação deverá credenciar estabelecimento devidamente reconhecido.

§ 2º - Sob nenhuma hipótese a regularização da vida escolar acarretará ônus financeiro para o aluno.

Art. 146 - No caso de insucesso nos exames especiais, o aluno poderá requerer nova oportunidade, decorridos, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a partir da publicação dos resultados.

Seção XV

Do Calendário Escolar

Art. 147 -O Calendário Escolar será elaborado anualmente, conforme normas emanadas da SEED, pelo estabelecimento de ensino, apreciado e aprovado pelo

Conselho Escolar e, após, enviado ao órgão competente para análise e homologação, ao final de cada ano letivo anterior à sua vigência.

Art. 148 - O calendário escolar atenderá ao disposto na legislação vigente, garantindo o mínimo de horas e dias letivos previstos para cada nível e modalidade.

Seção XVI

Dos Registros e Arquivos Escolares

Art. 149 -A escrituração e o arquivamento de documentos escolares têm como finalidade assegurar, em qualquer tempo, a verificação de:

- I.identificação de cada aluno;
- II.regularidade de seus estudos;
- III.autenticidade de sua vida escolar.

Art. 150 - Os atos escolares, para efeito de registro e arquivamento, são escriturados em livros e fichas padronizadas, observando-se os Regulamentos e disposições legais aplicáveis.

Art. 151 - Os livros de escrituração escolar conterão termos de abertura e encerramento, imprescindíveis à identificação e comprovação dos atos que se registrarem, datas e assinaturas que os autentiquem, assegurando, em qualquer tempo, a identidade do aluno, regularidade e autenticidade de sua vida escolar.

Art. 152 - O estabelecimento de ensino deverá dispor de documentos escolares para os registros individuais de alunos, professores e outras ocorrências.

Art. 153 -São documentos de registro escolar:

- I.Requerimento de Matrícula;

II.Ficha Individual;

III.Parecer Descritivo Parcial e Final;

IV.Histórico Escolar;

V.Relatório Final;

VI.Livro Registro de Classe.

Seção XVII

Da Eliminação de Documentos Escolares

Art. 154 - A eliminação consiste no ato de destruição por fragmentação de documentos escolares que não necessitam permanecer em arquivo escolar, com observância às normas de preservação ambiental e aos prazos dispostos na legislação em vigor.

Art. 155 -A direção do estabelecimento de ensino, periodicamente, de-terminará a seleção dos documentos existentes nos arquivos escolares, sem relevância probatória, a fim de serem retirados e eliminados.

Art. 156 - Podem ser eliminados os seguintes documentos escolares:

I.pertinentes ao estabelecimento de ensino:

a)Livro Registro de Classe, após 5 (cinco) anos;

b)planejamentos didático-pedagógicos, após 5 (cinco) anos;

c) calendários escolares, com as cargas horárias anuais efetivamente cumpridas, serão guardados por tempo indeterminado juntamente com o relatório final.

II. referentes ao corpo discente:

a) instrumentos utilizados para avaliação, após 5 (cinco) anos;

b) documentos inativos do aluno: Requerimento de Matrícula, após 1 (um) ano; Ficha Individual, após 5 (cinco) anos; e Ficha Individual com requerimento de transferência, após 1 (um) ano.

Art. 157 - Para a eliminação dos documentos escolares será lavrada Ata, na qual deverão constar a natureza do documento, o nome do aluno, o ano letivo e demais informações que eventualmente possam auxiliar na identificação dos documentos destruídos.

Parágrafo Único - A referida Ata no caput deste artigo deve ser assinada pelo diretor, secretário e demais funcionários presentes.

Seção XVIII

Da Avaliação Institucional

Art. 158 - A avaliação institucional ocorrerá por meio de mecanismos criados pelo estabelecimento de ensino e/ou por meio de mecanismos criados pela SEED.

Parágrafo Único – A avaliação institucional ocorrerá anualmente, preferencialmente no fim do ano letivo, e subsidiará a organização do Plano de Ação da Escola no ano subsequente.

Seção XIX

Dos Espaços Pedagógicos

Art. 159 - A biblioteca é um espaço pedagógico democrático com acervo bibliográfico à disposição de toda a comunidade escolar.

Art. 160 -A biblioteca tem Regulamento específico, elaborado pela equipe pedagógica e aprovado pelo Conselho Escolar, no qual consta sua organização e funcionamento.

§ 1º - A biblioteca estará sob a responsabilidade de integrante do quadro técnico-administrativo, indicado pela direção, o qual tem suas atribuições especificadas na Seção VII, Capítulo I, Título II, deste Regimento Escolar.

Art. 161 - O laboratório de Química, Física e Biologia é um espaço pedagógico para uso dos professores e alunos, com Regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Escolar, que tem por finalidade auxiliar a compreensão de conteúdos trabalhados nas disciplinas.

Parágrafo Único - O profissional responsável pelo laboratório de Química, Física e Biologia tem suas atribuições especificadas na Seção VII, Capítulo I, Título II, deste Regimento Escolar.

Art. 162 - O laboratório de Informática é um espaço pedagógico para uso dos professores e alunos, com Regulamento próprio aprovado pelo Conselho Escolar, que tem por finalidade auxiliar a compreensão de conteúdos trabalhados nas diferentes disciplinas do Ensino Fundamental, Médio e Educação Profissional, como uma alternativa metodológica diferenciada.

Parágrafo Único - O laboratório de Informática é de responsabilidade de integrante do quadro técnico-administrativo, indicado pela direção, com domínio

básico da ferramenta, e suas atribuições estão especificadas na Seção VII, Capítulo I, Título II, deste Regimento Escolar.

TÍTULO III

DIREITOS E DEVERES DA COMUNIDADE ESCOLAR

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS, DEVERES E PROIBIÇÕES DOS DOCENTES, EQUIPE PEDAGÓGICA E DIREÇÃO

Seção I

Dos Direitos

Art. 163 - Aos docentes, equipe pedagógica e direção, além dos direitos que lhes são assegurados pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná - Lei nº 6.174/70 e Estatuto do Magistério - Lei Complementar nº 07/76, são garantidos os seguintes direitos:

- I. ser respeitado na condição de profissional atuante na área da educação e no desempenho de suas funções;
- II. participar da elaboração e implementação do Projeto Político-Pedagógico da escola, Regimento Escolar e Regulamentos Internos;
- III. participar de grupos de estudos, encontros, cursos, seminários e outros eventos, ofertados pela SEED e pelo próprio estabelecimento de ensino, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento profissional;
- IV. propor aos diversos setores do estabelecimento de ensino ações que viabilizem um melhor funcionamento das atividades;
- V. requisitar ao setor competente o material necessário à sua atividade, dentro das possibilidades do estabelecimento de ensino;
- VI. propor ações que objetivem o aprimoramento dos procedimentos de ensino, da avaliação do processo pedagógico, da administração, da disciplina e das relações de trabalho no estabelecimento de ensino;
- VII. utilizar-se das dependências e dos recursos materiais da escola para o desenvolvimento de suas atividades;
- VIII. ter assegurado o direito de votar e/ou ser votado como representante no Conselho Escolar e associações afins;
- IX. participar de associações e/ou agremiações afins;

- X. participar da definição da Proposta Pedagógica Curricular da escola e sua Matriz Curricular, conforme normas emanadas da SEED;
- XI. ter assegurado, pelo mantenedor, o processo de formação continua-da;
- XII. ter acesso às orientações e normas emanadas da SEED;
- XIII. participar da Avaliação Institucional, conforme orientação da SEED;
- XIV. tomar conhecimento das disposições do Regimento Escolar e do(s) Regulamento(s) Interno(s) do estabelecimento de ensino;
- XV. compor equipe multidisciplinar, para orientar e auxiliar o desenvolvimento das ações relativas à Educação das Relações Étnico-Raciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, ao longo do período letivo;
- XVI. ter assegurado gozo de férias previsto em lei.

Seção II

Dos Deveres

Art. 164 - Aos docentes, equipe pedagógica e direção, além das atribuições previstas no Capítulo I do Título II, deste Regimento Escolar, compete:

- I. possibilitar que o estabelecimento de ensino cumpra a sua função, no âmbito de sua competência;
- II. desempenhar sua função de modo a assegurar o princípio constitucional de igualdade de condições para o acesso e a permanência do aluno no estabelecimento de ensino;
- III. elaborar exercícios domiciliares aos alunos impossibilitados de frequentar a escola, em atendimento ao disposto na Seção IX, do Capítulo II, do Título II, deste Regimento Escolar;

- IV. colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- V. comparecer às reuniões do Conselho Escolar, quando membro representante do seu segmento;
- VI. manter e promover relações cooperativas no âmbito escolar;
- VII. cumprir as diretrizes definidas no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino, no que lhe couber;
- VIII. manter o ambiente favorável ao desenvolvimento do processo pedagógico;
- IX. comunicar aos órgãos competentes quanto à frequência dos alunos, para tomada das ações cabíveis;
- X. dar atendimento ao aluno independentemente de suas condições de aprendizagem;
- XI. organizar e garantir a reflexão sobre o processo pedagógico na escola;
- XII. manter os pais ou responsáveis e os alunos informados sobre o Sistema de Avaliação da Escola, no que diz respeito à sua área de atuação;
- XIII. informar pais ou responsáveis e os alunos sobre a frequência e desenvolvimento escolar obtidos no decorrer do ano letivo;
- XIV. estabelecer estratégias de recuperação de estudos, no decorrer do ano letivo, visando à melhoria do aproveitamento escolar;
- XV. receber e analisar o pedido de revisão de notas dos alunos no prazo estabelecido no Sistema de Avaliação;
- XVI. cumprir e fazer cumprir os horários e calendário escolar;
- XVII. ser assíduo, comparecendo pontualmente ao estabelecimento de ensino nas horas efetivas de trabalho e, quando convocado, para outras atividades programadas e decididas pelo coletivo da escola;
- XVIII. comunicar, com antecedência, eventuais atrasos e faltas;

XIX.zelar pela conservação e preservação das instalações escolares;

XX.cumprir as disposições do Regimento Escolar.

Parágrafo Único -A equipe pedagógica deverá acompanhar o trabalho docente, quando das reposições de conteúdos e carga horária aos discentes.

Seção III

Das Proibições

Art. 165 -Ao docente, a equipe pedagógica e a direção é vedado:

- I. tomar decisões individuais que venham a prejudicar o processo pedagógico;
- II. ministrar, sob qualquer pretexto, aulas particulares e atendimento especializado remunerado a alunos do estabelecimento de ensino;
- III. discriminar, usar de violência simbólica, agredir fisicamente e/ou verbalmente qualquer membro da comunidade escolar;
- IV. expor colegas de trabalho, alunos ou qualquer membro da comunidade a situações constrangedoras;
- V. retirar e utilizar, sem a devida permissão do órgão competente, qual-quer documento ou material pertencente ao estabelecimento de ensino;
- VI. ocupar-se com atividades alheias à sua função, durante o período de trabalho;
- VII. receber pessoas estranhas ao funcionamento do estabelecimento de ensino, durante o período de trabalho, sem a prévia autorização do órgão competente;
- VIII.ausentar-se da escola, sem prévia autorização do órgão competente;
- IX. transferir para outras pessoas o desempenho do encargo que lhe foi confiado;

X. utilizar-se em sala de aula de aparelhos celulares, recebendo e fazendo chamadas telefônicas;

XI. divulgar, por qualquer meio de publicidade, assuntos que envolvam direta ou indiretamente o nome da escola, sem prévia autorização da direção e/ou do Conselho Escolar;

XII. promover excursões, jogos, coletas, lista de pedidos, vendas ou campanhas de qualquer natureza, envolvendo o nome da escola, sem a prévia autorização da direção;

XIII. comparecer à escola embriagado ou com indicativos de ingestão e/ou uso de substâncias químicas tóxicas;

XIV. fumar nas salas de aula do estabelecimento de ensino, sendo permitido, apenas, em área destinada a este fim, isolada adequadamente e com arejamento suficiente.

Art. 166 - Os fatos ocorridos em desacordo com o disposto no Regimento Escolar serão apurados ouvindo-se os envolvidos e registrando-se em Ata, com as respectivas assinaturas.

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS, DEVERES E PROIBIÇÕES DA EQUIPE TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, ASSISTENTES DE EXECUÇÃO E DA EQUIPE AUXILIAR OPERACIONAL

Seção I

Dos Direitos

Art. 167 - A equipe técnico-administrativa, assistentes de execução e a equipe auxiliar operacional, além dos direitos que lhes são assegurados em lei, têm, ainda, as seguintes prerrogativas:

- I. ser respeitado na condição de profissional atuante na área da educação e no desempenho de suas funções;
- II. utilizar-se das dependências, das instalações e dos recursos materiais do estabelecimento, necessários ao exercício de suas funções;
- III. participar da elaboração e implementação do Projeto Político-Pedagógico da escola;
- IV. colaborar na implementação da Proposta Pedagógica Curricular definida no Projeto Político-Pedagógico da escola;
- V. requisitar o material necessário à sua atividade, dentro das possibilidades do estabelecimento de ensino;
- VI. sugerir aos diversos setores de serviços do estabelecimento de ensino ações que viabilizem um melhor funcionamento de suas atividades;
- VII. ter assegurado o direito de votar e/ou ser votado como representante no Conselho Escolar e associações afins;
- VIII. participar de associações e/ou agremiações afins;
- IX. tomar conhecimento das disposições do Regimento Escolar e do(s) Regulamento(s) Interno(s) do estabelecimento de ensino;

Seção II

Dos Deveres

Art. 168 - Além das outras atribuições legais, compete:

- I. cumprir e fazer cumprir os horários e Calendário Escolar;
- II. ser assíduo, comunicando com antecedência, sempre que possível, os atrasos e faltas eventuais;
- III. contribuir, no âmbito de sua competência, para que o estabelecimento de ensino cumpra sua função;
- IV. desempenhar sua função de modo a assegurar o princípio constituci-onal de igualdade de condições para o acesso e a permanência do aluno no estabelecimento de ensino;
- V. manter e promover relações cooperativas no ambiente escolar;
- VI. manter e fazer manter o respeito e ambiente favorável ao desenvolvi-mento do processo de trabalho escolar;
- VII. colaborar na realização dos eventos que o estabelecimento de ensino proporcionar, para os quais for convocado;
- VIII. comparecer às reuniões do Conselho Escolar, quando membro representante do seu segmento;
- IX. zelar pela manutenção e conservação das instalações escolares;
- X. colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- XI. cumprir as atribuições inerentes ao seu cargo;
- XII. tomar conhecimento das disposições contidas no Regimento Escolar;
- XIII. cumprir e fazer cumprir as disposições do Regimento Escolar, no seu âmbito de ação.

Seção III

Das Proibições

Art. 169 - À equipe técnico-administrativa, assistente de execução e à equipe auxiliar operacional é vedado:

- I. tomar decisões individuais que venham a prejudicar o processo pedagógico e o andamento geral da escola;
- II. retirar e utilizar qualquer documento ou material pertencente ao estabelecimento de ensino, sem a devida permissão do órgão competente;
- III. discriminar, usar de violência simbólica, agredir fisicamente e/ou verbalmente qualquer membro da comunidade escolar;
- IV. ausentar-se do estabelecimento de ensino no seu horário de trabalho sem a prévia autorização do setor competente;
- V. expor alunos, colegas de trabalho ou qualquer pessoa da comunidade a situações constrangedoras;
- VI. receber pessoas estranhas ao funcionamento do estabelecimento de ensino durante o período de trabalho, sem prévia autorização do órgão competente;
- VII. ocupar-se, durante o período de trabalho, de atividades estranhas à sua função;
- VIII. transferir a outra pessoa o desempenho do encargo que lhe foi confi-ado;
- IX. divulgar assuntos que envolvam direta ou indiretamente o nome da escola , por qualquer meio de publicidade, sem prévia autorização da direção e/ou do Conselho Escolar;
- X. promover excursões, jogos, coletas, lista de pedidos, vendas ou cam-panhas de qualquer natureza, que envolvam o nome da escola, sem a prévia autorização da direção;
- XI. comparecer ao trabalho e aos eventos da escola embriagado ou com sintomas de ingestão e/ou uso de substâncias químicas tóxicas;

XII. fumar nas salas de aula do estabelecimento de ensino, sendo permitido, apenas, em área destinada a este fim, isolada adequadamente e com arejamento suficiente.

Art. 170 - Os fatos ocorridos em desacordo com o disposto no Regimento Escolar serão apurados, ouvindo-se os envolvidos e registrando-se em Ata, com as respectivas assinaturas.

CAPÍTULO III

DOS DIREITOS, DEVERES, PROIBIÇÕES E AÇÕES DISCIPLINARES DOS ALUNOS

Seção I

Dos Direitos

Art. 171 - Constituem-se direitos dos alunos, com observância dos dispositivos constitucionais da Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, da Lei nº 9.394/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, Decreto Lei nº 1.044/69 e Lei nº 6.202/75:

I. tomar conhecimento das disposições do Regimento Escolar e do(s) Regulamento(s) Interno(s) do estabelecimento de ensino, no ato da matrícula;

II. ter assegurado que o estabelecimento de ensino cumpra a sua função de efetivar o processo de ensino e aprendizagem;

III. ter assegurado o princípio constitucional de igualdade de condições para o acesso e permanência no estabelecimento de ensino;

IV. ser respeitado, sem qualquer forma de discriminação;

V. solicitar orientação dos diversos setores do estabelecimento de ensino;

- VI. utilizar os serviços, as dependências escolares e os recursos materiais da escola, de acordo com as normas estabelecidas no Regulamento Interno;
- VII. participar das aulas e das demais atividades escolares;
- VIII. ter assegurada a prática, facultativa, da Educação Física, nos casos previstos em lei;
- IX. ter ensino de qualidade ministrado por profissionais habilitados para o exercício de suas funções e atualizados em suas áreas de conhecimento;
- X. ter acesso a todos os conteúdos previstos na Proposta Pedagógica Curricular do estabelecimento de ensino;
- XI. participar de forma representativa na construção, acompanhamento e avaliação do Projeto Político-Pedagógico da escola;
- XII. ser informado sobre o Sistema de Avaliação do estabelecimento de ensino;
- XIII. tomar conhecimento do seu aproveitamento escolar e de sua frequência, no decorrer do processo de ensino e aprendizagem;
- XIV. solicitar, pelos pais ou responsáveis, quando criança ou adolescente, a revisão do aproveitamento escolar dentro do prazo de 72 (setenta e duas) horas, a partir da divulgação do mesmo;
- XV. ter assegurado o direito à recuperação de estudos, no decorrer do ano letivo, mediante metodologias diferenciadas que possibilitem sua aprendizagem;
- XVI. contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores, Conselho Escolar e Núcleo Regional de Educação;
- XVII. requerer transferência ou cancelamento de matrícula por si, quando maior, ou através dos pais ou responsáveis, quando menor;
- XVIII. ter reposição das aulas quando da ausência do professor responsável pela disciplina;

XIX. solicitar os procedimentos didático-pedagógicos previstos na legislação vigente e normatizados pelo Sistema Estadual de Ensino;

XX. sugerir, aos diversos setores de serviços do estabelecimento de ensino, ações que viabilizem melhor funcionamento das atividades;

XXI. ter assegurado o direito de votar e/ou ser votado representante no Conselho Escolar e associações afins;

XXII. participar de associações e/ou organizar agremiações afins;

XXIII. representar ou fazer-se representar nas reuniões do Pré-Conselho e do Conselho de Classe;

XXIV. realizar as atividades avaliativas, em caso de falta às aulas, mediante justificativa e/ou atestado médico;

XXV. receber regime de exercícios domiciliares, com acompanhamento da escola, sempre que compatível com seu estado de saúde e mediante laudo médico, como forma de compensação da ausência às aulas, quando impossibilitado de freqüentar a escola por motivo de enfermidade ou gestação;

XXVI. receber atendimento educacional hospitalar, quando impossibilitado de freqüentar a escola por motivos de enfermidade, em virtude de situação de internamento hospitalar.

Seção II

Dos Deveres

Art.172 - São deveres dos alunos:

I. manter e promover relações de cooperação no ambiente escolar;

II. realizar as tarefas escolares definidas pelos docentes;

III. atender às determinações dos diversos setores do estabelecimento de ensino, nos respectivos âmbitos de competência;

- IV. participar de todas as atividades curriculares programadas e desenvolvidas pelo estabelecimento de ensino;
- V. comparecer às reuniões do Conselho Escolar, quando membro representante do seu segmento;
- VI. cooperar na manutenção da higiene e na conservação física das instalações escolares, bem como a conservação dos recursos didáticos (livros, tv, dvd, computador);
- VII. compensar, junto com os pais, os prejuízos que vier a causar ao patrimônio da escola, quando comprovada a sua autoria;
- VIII.cumprir as ações disciplinares do estabelecimento de ensino;
- IX. providenciar e dispor, sempre que possível, do material solicitado e necessário ao desenvolvimento das atividades escolares;
- X. tratar com respeito e sem discriminação professores, funcionários, colegas e colegas com necessidades especiais;
- XI. comunicar aos pais ou responsáveis sobre reuniões, convocações e avisos gerais, sempre que lhe for solicitado;
- XII.comparecer pontualmente a aulas e demais atividades escolares;
- XIII. manter-se em sala durante o período das aulas e nos intervalos das mesmas;
- XIV.apresentar os trabalhos e tarefas nas datas previstas;
- XV. comunicar qualquer irregularidade de que tiver conhecimento ao setor competente;
- XVI. apresentar justificativa dos pais ou responsáveis, quando criança ou adolescente, para poder entrar após o horário de início das aulas;
- XVII. apresentar atestado médico e/ou justificativa dos pais ou responsáveis, quando criança ou adolescente, em caso de falta às aulas, principalmente quando houver atividades avaliativas;

XVIII. responsabilizar-se pelo cuidado, zelo e devolução dos livros didáticos recebidos e os pertencentes à biblioteca escolar;

XIX. observar os critérios estabelecidos na organização do horário semanal, deslocando-se para as atividades e locais determinados, dentro do prazo estabelecido para o seu deslocamento;

XX. respeitar o professor em sala de aula, observando as normas e critérios estabelecidos;

XXI. cumprir as disposições do Regimento Escolar no que lhe couber.

Seção III

Das Proibições

Art. 173 -Ao aluno é vedado:

I. tomar atitudes que venham a prejudicar o processo pedagógico e o andamento das atividades escolares;

II. ocupar-se, durante o período de aula com atividades contrárias ao processo pedagógico;

III. retirar e utilizar, sem a devida permissão do órgão competente, qualquer documento ou material pertencente ao estabelecimento de ensino;

IV. trazer para o estabelecimento de ensino material de natureza estranha ao estudo (celular, MP3/4, máquina fotográfica, etc);

V. ausentar-se do estabelecimento de ensino sem prévia autorização do órgão competente (direção e/ou equipe pedagógica);

VI. receber, durante o período de aula, sem a prévia autorização do órgão competente, pessoas estranhas ao funcionamento do estabelecimento de ensino;

- VII. discriminar, usar de violência simbólica, agredir fisicamente e/ou verbalmente colegas, professores e demais funcionários do estabelecimento de ensino;
- VIII. expor colegas, funcionários, professores ou qualquer pessoa da comunidade a situações constrangedoras;
- IX. Filmar, gravar, fotografar professores, funcionários, colegas e o espaço escola sem a devida permissão;
- X. entrar e sair da sala durante a aula, sem a prévia autorização do respectivo professor;
- XI. consumir ou manusear qualquer tipo de drogas nas dependências do estabelecimento de ensino;
- XII. fumar nas dependências do estabelecimento de ensino, conforme legislação em vigor;
- XIII. comparecer às aulas embriagado ou com sintomas de ingestão e/ou uso de substâncias químicas tóxicas;
- XIV. utilizar-se de aparelhos eletrônicos, na sala de aula, que não estejam vinculados ao processo ensino e aprendizagem;
- XIV. danificar os bens patrimoniais do estabelecimento de ensino ou pertences de seus colegas, funcionários e professores;
- XV. portar armas brancas ou de fogo e/ou instrumentos que possam colocar em risco a segurança das pessoas;
- XVI. portar material que represente perigo para sua integridade moral, física ou de outrem;
- XVII. divulgar, por qualquer meio de publicidade, ações que envolvam direta ou indiretamente o nome da escola, sem prévia autorização da direção e/ou do Conselho Escolar;

XVIII. promover excursões, jogos, coletas, rifas, lista de pedidos, vendas ou campanhas de qualquer natureza, no ambiente escolar, sem a prévia autorização da direção.

Seção IV

Das Ações Educativas, Pedagógicas e Disciplinares

Art. 174 - O aluno que deixar de cumprir ou transgredir de alguma forma as disposições contidas no Regimento Escolar ficará sujeito às seguintes ações:

- I. orientação disciplinar com ações pedagógicas dos professores, equipe pedagógica e direção;
- II. registro, em livro ata, dos fatos ocorridos envolvendo o aluno, com assinatura;
- III. comunicado por escrito, com ciência e assinatura dos pais ou responsáveis, quando criança ou adolescente;
- IV. encaminhamento a projetos de ações educativas;
- V. convocação dos pais ou responsáveis, quando criança ou adolescente, com registro e assinatura, e/ou termo de compromisso;
- VI. esgotadas as possibilidades no âmbito do estabelecimento de ensino, inclusive do Conselho Escolar, será encaminhado ao Conselho Tutelar, quando criança ou adolescente, para a tomada de providências cabíveis.

Art. 175 - Todas as ações disciplinares previstas no Regimento Escolar serão devidamente registradas em Ata e apresentadas aos responsáveis e demais órgãos competentes para ciência das ações tomadas.

CAPÍTULO IV

DOS DIREITOS, DEVERES E PROIBIÇÕES DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS

Seção I

Dos Direitos

Art. 176 -Aos pais ou responsáveis, além dos direitos outorgados por toda a legislação aplicável, têm ainda as seguintes prerrogativas:

- I. serem respeitados na condição de pais ou responsáveis, interessados no processo educacional desenvolvido no estabelecimento de ensino;
- II. participar das discussões da elaboração e implementação do Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;
- III. sugerir, aos diversos setores do estabelecimento de ensino, ações que viabilizem melhor funcionamento das atividades;
- IV. ter conhecimento efetivo do Projeto Político-Pedagógico da escola e das disposições contidas neste Regimento;
- V. ser informado sobre o Sistema de Avaliação do estabelecimento de ensino;
- VI. ser informado, no decorrer do ano letivo, sobre a frequência e rendimento escolar obtido pelo aluno;
- VII.ter acesso ao Calendário Escolar do estabelecimento de ensino;
- VIII. solicitar, no prazo de 72 horas, a partir da divulgação dos resultados, pedido de revisão de notas do aluno;
- IX. assegurar autonomia na definição dos seus representantes no Conselho Escolar;

- X. contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores: Conselho Escolar e Núcleo Regional de Educação;
- XI. ter garantido o princípio constitucional de igualdade de condições para o acesso e a permanência do aluno no estabelecimento de ensino;
- XII. ter assegurado o direito de votar e/ou ser votado representante no Conselho Escolar e associações afins;
- XIII. participar de associações e/ou agremiações afins;
- XIV. representar e/ou ser representado, na condição de segmento, no Conselho Escolar.

Seção II

Dos Deveres

Art. 177 - Aos pais ou responsáveis, além de outras atribuições legais, compete:

- I. matricular o aluno no estabelecimento de ensino, de acordo com a legislação vigente;
- II. exigir que o estabelecimento de ensino cumpra a sua função;
- III. manter relações cooperativas no âmbito escolar;
- IV. assumir junto à escola ações de co-responsabilidade que assegurem a formação educativa do aluno;
- V. propiciar condições para o comparecimento e a permanência do aluno no estabelecimento de ensino;
- VI. respeitar os horários estabelecidos pelo estabelecimento de ensino para o bom andamento das atividades escolares;

- VII. requerer transferência ou cancelamento de matrícula quando responsável pelo aluno menor;
- VIII. identificar-se na secretaria do estabelecimento de ensino, para que seja encaminhado ao setor competente, o qual tomará as devidas providências;
- IX. comparecer às reuniões e demais convocações do setor pedagógico e administrativo da escola, sempre que se fizer necessário;
- X. comparecer às reuniões do Conselho Escolar de que, por força do Regimento Escolar, for membro inerente;
- XI. acompanhar o desenvolvimento escolar do aluno pelo qual é responsável;
- XII. encaminhar e acompanhar o aluno pelo qual é responsável aos atendimentos especializados solicitados pela escola e ofertados pelas instituições públicas;
- XIII. respeitar e fazer cumprir as decisões tomadas nas assembléias de pais ou responsáveis para as quais for convocado;
- XIV. cumprir as disposições do Regimento Escolar, no que lhe couber.

Seção III

Das Proibições

Art. 178 -Aos pais ou responsáveis é vedado:

- I. tomar decisões individuais que venham a prejudicar o desenvolvimento escolar do aluno pelo qual é responsável, no âmbito do estabelecimento de ensino;
- II. interferir no trabalho dos docentes, entrando em sala de aula sem a permissão do setor competente;
- III. retirar e utilizar, sem a devida permissão do órgão competente, qual-quer documento ou material pertencente ao estabelecimento de ensino;

- IV. desrespeitar qualquer integrante da comunidade escolar, inclusive o aluno pelo qual é responsável, discriminando-o, usando de violência simbólica, agredindo-o fisicamente e/ou verbalmente, no ambiente escolar;
- V. expor o aluno pelo qual é responsável, funcionário, professor ou qualquer pessoa da comunidade a situações constrangedoras;
- VI. divulgar, por qualquer meio de publicidade, assuntos que envolvam direta ou indiretamente o nome do estabelecimento de ensino, sem prévia autorização da direção e/ou do Conselho Escolar;
- VII. promover excursões, jogos, coletas, lista de pedidos, vendas ou campanhas de qualquer natureza, em nome do estabelecimento de ensino sem a prévia autorização da direção;
- VIII. comparecer a reuniões ou eventos da escola embriagado ou com sintomas de ingestão e/ou uso de substâncias químicas tóxicas;
- IX. fumar nas dependências do estabelecimento de ensino, conforme legislação em vigor.

Art. 179 - Os fatos ocorridos em desacordo com o disposto no Regimento Escolar serão apurados, ouvindo-se os envolvidos e registrando-se em Ata, com as respectivas assinaturas.

Parágrafo Único - Nos casos de recusa de assinatura do registro, por parte da pessoa envolvida, o mesmo será validado por assinaturas de testemunhas.

TÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 180 - A comunidade escolar deverá acatar e respeitar o disposto no Regimento Escolar, apreciado pelo Conselho Escolar e aprovado pelo Núcleo Regional de Educação, mediante Ato Administrativo.

Art. 181 - O Regimento Escolar pode ser modificado sempre que o aperfeiçoamento do processo educativo assim o exigir, quando da alteração da legislação educacional em vigor, sendo as suas modificações orientadas pela Secretaria de Estado da Educação.

Art. 182 - O Regimento Escolar poderá ser modificado por Adendo de Alteração e/ou de Acréscimo, devendo ser submetido à apreciação do Conselho Escolar, com análise e aprovação do Núcleo Regional de Educação.

Art. 183 - Todos os profissionais em exercício no estabelecimento de ensino, os alunos regularmente matriculados e respectivos pais ou responsáveis devem tomar conhecimento do disposto no Regimento Escolar.

Art. 184 - Os casos omissos no Regimento Escolar serão analisados pelo Conselho Escolar e, se necessário, encaminhados aos órgãos superiores competentes.

Art. 185 - O Regimento Escolar entrará em vigor no período letivo subsequente à sua homologação pelo Núcleo Regional de Educação.

Cascavel, 28 de novembro de 2007

MariaMarlei Fasolo

Bueno

COLÉGIO ELEODORO ÉBANO PEREIRA

Adendo Regimental de Acréscimo nº 02/10

TÍTULO III – DIREITOS E DEVERES DA COMUNIDADE ESCOLAR

CAPÍTULO III – DOS DIREITOS, DEVERES, PROIBIÇÕES E MEDIDAS DISCIPLINARES DOS ALUNOS

Seção II – Dos deveres

Art. 172 – São deveres do aluno:

XII. Comparecer pontualmente as aulas e demais atividades escolares, devidamente uniformizado, vestindo uniforme completo da instituição;

Obs.: nos casos de comprovada falta de recursos financeiros, dos pais ou responsáveis, o colégio poderá fazer a doação de uniforme, contando para isso com a reserva de uniformes provinda de doação.

ANEXO 16

PLANO DE ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO

ANEXO 17

PROPOSTAS PEDAGÓGICAS CURRICULARES

DISCIPLINAS

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE

LÍNGUA PORTUGUESA

A Língua Portuguesa, enquanto disciplina escolar passou a integrar os currículos escolares brasileiros somente nas últimas décadas do séc. XIX, mas a preocupação com a formação do professor dessa disciplina iniciou-se nos anos 30 do século XX.

Após a institucionalização da Língua Portuguesa como disciplina as primeiras práticas de ensino se limitava ao ensino do latim; tratava-se de um ensino eloquente, retórico, imitativo, elitista e ornamental voltado para um passado patriarcal e colonial que priorizava uma não pedagogia.

Em meados do século XVIII, Marquês de Pombal torna obrigatório o ensino da Língua Portuguesa em Portugal e no Brasil. Em 1837, o seu estudo foi incluído no currículo como disciplina de Gramática, Retórica e Poética (a Poética abrangendo a Literatura). A Gramática ganhou a denominação de português somente no séc. XIX.

O ensino de Língua Portuguesa manteve a característica elitista até 1967, quando se iniciou no Brasil um processo de democratização do ensino (ampliação de vagas, eliminação dos exames de admissão). Com isso, a multiplicação de alunos, as condições escolares e pedagógicas, as necessidades e as exigências culturais passam a ser outras. Passava a frequentar a escola um número maior de falantes, de variedades do português distantes do modelo tradicional cultivado pela escola. Houve um choque entre modelos e valores escolares e a realidade dos falantes (FARACO, 1997).

Nesse contexto o ensino da Língua Portuguesa procura novas propostas pedagógicas que suprissem as necessidades trazidas por esses alunos, à presença de registros linguísticos e padrões culturais diferentes do até então admitidos na escola.

Surge a 5692/71 que aprofunda a vinculação da educação com a industrialização e o ensino voltado para a qualificação para o trabalho, a instituição

de uma pedagogia tecnicista, que não se preocupava em aprimorar as capacidades linguísticas do falante. A disciplina de português, com esta lei, passou a chamar-se no 1º Grau: Comunicação e Expressão (nas 4 primeiras séries) e Comunicação em Língua Portuguesa - 4 últimas. A gramática deixa de ser o enfoque principal e a teoria da comunicação torna-se o referencial, embora predominasse ainda o normativismo nas salas de aulas (exercícios estruturais, técnicas de redação e treinamento de habilidades de leitura).

Dentro desse quadro se intensifica o processo de depreciação docente, recrutam-se mais professores menos selecionados, gerando baixos salários e situações precárias de trabalho. O professor passa a se apoiar no livro didático que retira do professor a autonomia e a responsabilidade quanto a sua prática pedagógica.

Com base no livro didático, tem-se um ensino de Literatura focado na historiografia literária e no trabalho com fragmentos de textos apenas, ao invés dos textos integrais. No ensino da Língua moderna são dados exercícios estruturais. (complete as lacunas ou questionários de verificação de aprendizagem). Esse quadro gera repetência, evasão, arrocho salarial dos professores e abertura indiscriminada de faculdades que comprometeram a qualidade do ensino.

Os estudos linguísticos, centrados no texto e na interação social das práticas discursivas, e as novas concepções sobre a aquisição da língua moderna chegaram ao Brasil em meados da década de setenta e contribuíram para fazer frente à pedagogia tecnicista.

O ensino tradicional da língua cedeu espaço a novos paradigmas, envolvendo questões de uso contextuais valorizando o texto como unidade fundamental de análise. No Brasil, essas ideias tomaram consistência mesmo, a partir dos anos 80, com os estudos teóricos sobre Bakhtin. Para ele, “a língua configura um espaço de interação entre sujeitos que se constituem através dessa interação”. A língua, só se constitui pelo uso, movido pelos sujeitos que interagem.

Quanto ao ensino de Literatura, o principal instrumento do trabalho pedagógico eram as antologias literárias. A leitura do texto literário, no ensino

primário e ginásial tinha por finalidade transmitir a norma culta da língua, como base para exercícios gramaticais e estratégias para inculcar valores religiosos, morais e cívicos. Como tentativa de rompimento com essa prática, a abordagem do texto literário passa a centrar-se numa análise literária simplificada (personagem principal e secundário, tempo, espaço da narrativa).

A partir dos anos 70, o ensino de Literatura restringiu-se ao 2º Grau com abordagens estruturalistas ou historiográficas do texto literário. Aí, cabia ao professor a condução da análise literária e aos alunos a condição de ouvintes somente. Essa prática, ainda que exclua (e exclui) o aluno de um papel ativo no processo de leitura, ao colocá-lo em contato com listas de valores e resumo de obras nos quais devem ser encontrados características de época sem nenhum estímulo à reflexão crítica.

Atualmente, os livros didáticos, em grande medida, tendem a perpetuar essa situação, contudo a busca da superação desse ensino normativo, historiográfico tem alcançado os estudos curriculares, particularmente, os ensinamentos de Língua e Literatura sejam através dos pensadores contemporâneos, seja através dos novos campos de saber ou espaços teóricos.

A partir dos anos 80, estudos linguísticos mobilizaram os professores para a discussão e o repensar sobre o ensino da língua moderna e para reflexão sobre o trabalho realizado nas salas de aula. (Geraldi, João Wanderlei- O texto na sala de aula) incluindo textos de linguistas como Carlos Alberto Faraco, Sírio Possenti, Persival Leme Britto, incluindo o próprio Geraldi, presentes até hoje nos estudos e pesquisas sobre a Língua Portuguesa, linguística e ensino da língua moderna.

O ensino de Língua Portuguesa no ambiente escolar justifica-se no fato de que é através da linguagem que o homem se reconhece como ser humano, pois ao comunicar-se com os outros homens e trocar experiências certifica-se de seu conhecimento do mundo e dos outros com quem interage. Isso permite a ele compreender melhor a realidade em que está inserido e o seu papel como sujeito social.

O trabalho com Língua Portuguesa deve propiciar ao aluno, a conscientização de que por meio da linguagem, atribuímos sentidos ao mundo, que através dela influenciemos e somos influenciados, enfim, é preciso possibilitar uma visão geral que dê condições ao educando de compreender a dimensão do processo comunicativo como um mecanismo através do qual se estabelece relação de poder.

Pensar no ensino da Língua Portuguesa implica pensar também nas contradições, nas diferenças e nos paradoxos do quadro complexo da contemporaneidade. A rapidez das mudanças ocorridas no meio social e a percepção das inúmeras relações de poder presentes nas teias discursivas que atravessam o campo social, constituindo-o e recebendo seus influxos, está a requerer, dos professores, uma mudança de posicionamento no que se refere a sua própria ação pedagógica.

A ação pedagógica, assumida ou ditada pelos livros didáticos, seguiu, historicamente, uma concepção normativista de linguagem que excluía, do processo de aquisição e aprimoramento da língua materna, a história, o sujeito e o contexto, pautando-se no ensino da língua materna, no repasse de regras e nomenclatura da gramática tradicional. O tratamento dado à literatura, nesses livros, direcionava a uma prática pedagógica que privava o aluno do contato com a integralidade dos textos literários na medida em que propunha a leitura de resumos, lidos nos fechados limites da historiografia literária e na perspectiva da biografia de seus autores.

Na perspectiva de superação efetiva dessa postura, o trabalho pedagógico com a Língua Portuguesa/Literatura, considera o processo dinâmico e histórico dos agentes na interação verbal, tanto na constituição social da linguagem, quanto dos sujeitos que por meio dela interagem.

Nessa concepção de língua, o texto é visto como lugar onde os participantes da interação dialógica se constroem e são construídos. Todo texto é assim, articulação de discursos, são vozes que se materializam, é ato humano, é linguagem em uso efetivo.

Um texto não é um objeto fixo num dado momento, ele lança seus sentidos no diálogo inter textual que dá curso aos enunciados que o antecederam. Lança também seus sentidos adiante, no dever que as composições da literatura suscitarão como forma de dar-lhes continuidade.

Nesse processo, os interlocutores vão construindo sentidos e significados ao longo das suas trocas linguísticas, orais ou escritas. Tais sentidos e significados são influenciados, também pelas relações que os interlocutores mantêm com a língua e entre si, com o tema sobre o qual se fala ou escreve, ouve ou lê; pelos seus conhecimentos prévios, atitudes e preconceitos; e pelo contexto social em que ocorre a interlocução. Tudo isso é potencializado no texto.

Considere-se, ainda, a perspectiva do multiletramento nas práticas a serem adotadas na disciplina de Língua Portuguesa/Literatura, tendo em vista o papel de suporte para todo o conhecimento exercido pela língua materna.

Diante do exposto, pode-se entender que as práticas da linguagem, enquanto fenômeno de uma interlocução viva perpassa todas as áreas do agir humano, potencializando na escola, a perspectiva interdisciplinar.

1. CONTEÚDO ESTRUTURANTE-DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL

Levando-se em conta os conteúdos básicos da oralidade, leitura e escrita, deve-se observar que estes devem respeitar a maturidade e o conhecimento, adequando-se a cada série.

Entende-se o conjunto de saberes e conhecimentos maiores, que irão identificar e organizar uma disciplina escolar. A partir deles virão os conteúdos específicos que serão trabalhados no cotidiano da escola.

Nas práticas discursivas estarão presentes os conceitos oriundos da linguística, sociolinguística, semiótica, pragmática, estudos literários, semântica,

morfologia, sintaxe, fonologia, análise do discurso, gramáticas normativo-descritiva e de uso, que irão aprimorar a competência linguística dos estudantes.

CONTEÚDOS BÁSICOS:

1.1 ORALIDADE

A oralidade é democrática e garante a socialização do conhecimento, deve então acolher alunos independente de origem quanto à variação linguística de que dispõem para sua expressão e compreensão do mundo.

A acolhida democrática da escola às variações linguísticas toma como ponto de partida os conhecimentos linguísticos dos alunos para promover situações que os incentivem a falar, ou seja, fazer uso da variedade de linguagem que eles empregam em suas relações sociais, nem que as diferenças linguísticas sejam objeto de classificação e que é importante a adequação do registro nas diferentes instâncias discursivas.

1.2 ESCRITA

Em relação à escrita, ressalta-se que as condições em que a produção acontece determinem o texto. Antunes (2003) salienta a importância de o professor desenvolver uma prática de escrita escolar que considere o leitor, uma escrita que tenha um destinatário e finalidades, para então se decidir sobre o que será escrito, tendo visto que “a escrita, na diversidade de seus usos, cumpre funções comunicativas socialmente específicas e relevantes” (ANTUNES, 2003, p.47).

Além disso, cada gênero discursivo tem suas peculiaridades: a composição, a estrutura e o estilo variam conforme se produza um poema, um bilhete, uma receita, um texto de opinião ou científico. Essas e outras composições precisam circular na sala de aula em ações de uso, e não a partir de conceitos e definições de diferentes modelos de textos.

O aperfeiçoamento da escrita se faz a partir da produção de diferentes gêneros, por meio de experiências sociais, tanto singular quanto coletivamente vividas. A possibilidade da criação, no exercício desta prática, permite ao educando ampliar o próprio conceito de gênero discursivo.

Segundo Bakhtin (1992, p.289) afirma que, “todo enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva, É a posição do falante nesse ou naquele campo do objeto de sentido.” Por isso, é preciso que o aluno se envolva com os textos que produz e assuma a autonomia do que escreve, visto que ele é um sujeito que tem o que dizer; quando escreve, ele diz de si, de sua leitura de mundo. Portanto, a produção escrita possibilita que o sujeito se posicione, tenha voz em seu texto, interagindo com as práticas de linguagem da sociedade.

1.3 LEITURA

Leitura é um ato dialógico, interativo, que envolve demandas sociais, históricas, políticas, econômicas, pedagógicas e ideológicas de determinado momento. Ao ler o indivíduo busca as suas experiências, os seus conhecimentos prévios, a sua formação familiar, religiosa, cultural, enfim, as várias vozes que o constituem.

A leitura se efetiva no ato da recepção, configurando o caráter individual que ela possui, “[...] depende de fatores linguísticos e não linguísticos: o texto é uma potencialidade significativa, mas necessita da mobilização do universo de conhecimento do outro -o leitor - para ser atualizado” (PERFEITO, 2005, p.54-55).

Praticar a leitura em diferentes contextos requer que se compreendam as esferas discursivas em que os textos são produzidos e circulam, bem como se reconheçam as intenções e os interlocutores do discurso.

1.4 LITERATURA

A literatura, como produção humana, está intrinsecamente ligada à vida social. O entendimento do que seja o produto literário está sujeito a modificações históricas, portanto, não pode ser apreensível somente em sua constituição, mas em suas relações dialógicas com outros textos e sua articulação com outro campo: o contexto de produção, a crítica literária, a linguagem, a cultura, a história, a economia, entre outros.

Para Candido (1972), a literatura é arte que transforma/humaniza o homem e a sociedade. Atribui a ela, três funções: a psicológica (fuga da realidade, mergulhando no mundo de fantasia, com reflexão, identificação e catarse); formadora (forma o sujeito /instrumento educativo, retrata realidades ideológicas dominantes); social (representação).

(social e humana).

A literatura deve ser trabalhada em sua dimensão estética, buscando formar um leitor capaz de sentir e de expressar o que sentiu, com condições de reconhecer, nas aulas de literatura um envolvimento de subjetividades que se expressam na obra/autor/leitor, por meio de uma interação que está presente na prática de leitura.

Trata-se, de fato, da relação entre o leitor e a obra, e nela a representação de mundo que se confronta com a representação de mundo do leitor, no ato ao mesmo tempo solitário e dialógico da leitura. Aquele que lê amplia seu universo, mas amplia também o universo da obra a partir da sua experiência cultural.

1.5 ANÁLISE LINGUÍSTICA

Embora todo cidadão faça, de algum modo, uso da língua materna, o pouco domínio das variedades linguísticas pode resultar em exclusão social. A formação da cidadania pressupõe, portanto, uma ampla aprendizagem de uso da língua, em suas mais diversas manifestações. Para isso, além do contato com a diversidade de gêneros, faz-se necessário compreender os mecanismos de funcionamento da língua e conhecer as convenções do padrão formal.

Conforme Travaglia (2006, p.40), estariam incluídos aqui o desenvolvimento do domínio das variedades padrão e o da variedade escrita da língua.

É nessa perspectiva que entra o estudo da gramática, objetivando ampliar os recursos linguísticos dos alunos. O papel da escola é a partir da observação e análise da língua em uso, o que inclui morfologia, sintaxe, semântica e estilística; variedades linguísticas; as relações e diferenças entre língua oral e escrita, quer no nível fonológico-ortográfico, quer no nível textual e discursivo, visando à construção de conhecimentos sobre o sistema lingüístico. A partir daí, criar oportunidades para o aluno refletir, construir, considerar hipóteses a partir da leitura e da escrita de diferentes textos, instância em que pode chegar à compreensão de como a língua funciona e à decorrente competência textual.

A prática de análise linguística constitui um trabalho de reflexão sobre a organização do texto escrito e/ou falado, um trabalho no qual o aluno percebe o texto como resultado de opções temáticas e estruturais pelo autor, tendo em vista o seu interlocutor.

2. ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 ORALIDADE

No dia-a-dia das pessoas, a fala é a prática discursiva mais usada. Assim, as atividades orais precisam oferecer condições ao aluno de falar com fluência em situações formais; adequar à linguagem conforme as circunstâncias (interlocutores, assunto, intenções); aproveitar os imensos recursos expressivos da língua e, principalmente, praticar e aprender a convivência democrática que supõe o falar e o ouvir.

A norma padrão, além de variante de prestígio social e de uso das classes dominantes é fator de agregação social e cultural e, portanto, é direito de todo cidadão, sendo função da escola possibilitar aos alunos o acesso a essa norma.

Dessa forma, cabe ao professor. Organizar apresentações de textos produzidos pelos alunos;

- Orientar sobre o contexto social de uso do gênero oral selecionado;
- Preparar apresentações que explorem as marcas linguísticas típicas da oralidade em seu uso formal e informal;

- Estimular contação de histórias de diferentes gêneros, utilizando-se dos recursos.

extralinguísticos, como entonação, pausas, expressão facial e outros;

- Selecionar discursos de outros para análise dos recursos da oralidade, como cenas de desenhos, programas infanto-juvenis, entrevistas, reportagem, entre outros.

- Propor reflexões sobre os argumentos utilizados nas exposições orais dos alunos;

- Preparar apresentações que explorem as marcas linguísticas típicas da oralidade em seu uso formal e informal;

- Organizar apresentações de textos produzidos pelos alunos levando em consideração a aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e finalidade do texto;

- Propor reflexões sobre os argumentos utilizados nas exposições orais dos alunos e sobre a utilização dos recursos de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;

- Propiciar análise e comparação dos recursos veiculados em diferentes fontes como jornais, emissoras de TV, emissoras de rádio, etc., a fim de perceber a ideologia dos discursos dessas esferas;

- Selecione discursos de outros para análise dos recursos da oralidade, como cenas de desenhos, programas infanto-juvenis, entrevistas, reportagem, entre outros.

- Oriente sobre o contexto social de uso do gênero oral selecionado;

2.1 ESCRITA

O exercício da escrita, leva em conta a relação entre o uso e o aprendizado da língua, sob a premissa de que o texto é um elo de interação social e os gêneros discursivos são construções coletivas. Assim, entende-se o texto como uma forma de atuar, de agir no mundo; portanto, escreve-se e fala-se para convencer, vender, negar, instruir, defender, etc.

O educando precisa compreender o funcionamento de um texto escrito, que se faz a partir de elementos como organização, unidade temática, coerência, coesão, intenções, interlocutor (ES), dentre outros.

É desejável que as atividades com a escrita se realizem de modo interlocutivo, que elas possam relacionar o dizer escrito às circunstâncias de sua produção. Isso implica o produtor do texto assumir-se como locutor, conforme propõe Geraldini (1997) e, dessa forma, ter o que dizer; razão para dizer; como dizer, interlocutores para quem dizer.

Para tanto, há diversos gêneros que precisam ser trabalhados em sala de aula para aprimorar a prática de escrita. A seguir, citam-se alguns exemplos: convite, bilhete, carta, cartaz, notícia, editorial, artigo de opinião, carta do leitor, relatórios, resultado de pesquisa, resumos, resenhas, solicitações, requerimentos, crônicas, conto, poema, relatos de experiências, receitas, etc. Destaca-se, também, a importância de realizar atividades com os gêneros digitais, como: e-mail, Blog, Chat, lista de discussão, fórum de discussão, dentre outros, experienciando usos efetivos da linguagem escrita na esfera digital.

Na prática da escrita, há três etapas interdependentes e intercomplementares, que podem ser ampliadas e adequadas de acordo com o contexto:

* inicialmente, essa prática requer que tanto o professor quanto o aluno planejem o que será produzido: é o momento de ampliar as leituras sobre a temática proposta; a fim de melhor compreender a esfera social em que este circula; delimitar o tema da produção; definir o objetivo e a intenção com que escreverá; prever os possíveis interlocutores; pensar sobre a situação em que o texto irá circular; organizar as ideias;

* em seguida, o aluno escreverá a primeira versão sobre a proposta apresentada levando em conta à temática, o gênero e o interlocutor, selecionará seus argumentos, suas ideias; enfim, tudo que fora antes planejado;

* depois, é hora de reescrever o texto levando em conta a intenção que teve ao produzi-lo: o aluno irá rever o que escreveu refletir sobre seus argumentos, suas ideias, observar a continuidade temática; analisar se o texto está claro, se atende à finalidade, ao gênero e ao contexto de circulação; avaliar a linguagem está adequado às condições de produção, aos interlocutores; rever as normas de sintaxe, bem como a pontuação, ortografia, paragrafação.

E se for necessário, tais atividades devem ser retomadas, analisadas e avaliadas (diagnosticadas) durante esse processo.

Por meio desta prática, que vivencia a prática de planejar, escrever, revisar e reescrever seus textos, o aluno perceberá que a reformulação da escrita não é motivo para constrangimento. O ato de revisar e reformular é antes de qualquer coisa um processo que permite ao locutor refletir sobre seus pontos de vista, sua criatividade, seu imaginário.

Para tanto, deve-se. Planejar a produção textual a partir: da delimitação do tema, do interlocutor, finalidade, intenção, intertextualidade, temporalidade, informatividade, situacionalidade tempo e ideologia. Estimular a ampliação de leituras sobre o tema e o gênero proposto. Acompanhar a produção do texto. Encaminhar a reescrita textual: revisão de argumentos/das ideias, dos elementos que compõem o gênero.

Analisar se a produção textual está coesa e coerente, se há continuidade temática, se atende à finalidade, se a linguagem está adequada ao contexto. Conduzir, na reescrita, a uma reflexão dos elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos.

Estimular o uso de figuras de linguagem no texto; Incentivar a utilização de recursos de causa e conseqüência entre as partes e elementos do texto; proporcionar o uso adequado de palavras e expressões para estabelecer a Referência textual. Estimule o uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo bem como de expressões que denotam ironia e humor; figuras de linguagem no texto; conduzir a utilização adequada das partículas conectivas.

2.3 LEITURA

Ler é familiarizar-se com diferentes textos produzidos em diversas esferas social-jornalísticas, artística, judiciária, científica, didático-pedagógica, cotidiana, midiática, literária, publicitária, linguagens não-verbais (fotos, cartazes, propagandas, imagens digitais e virtuais).

A leitura propicia o desenvolvimento de uma atitude crítica que leva o aluno a perceber o sujeito presente nos textos e posicionar-se diante dele. O mediador deverá provocar leituras significativas, dando condições para que os alunos atribuam sentidos a sua leitura, visando a um sujeito crítico e atuante nas práticas sociais.

Deste modo, para o encaminhamento da prática de leitura, é preciso considerar o texto que se quer trabalhar e então, planejar as atividades, em gêneros variados (reportagem, propaganda, poemas, crônicas, histórias em quadrinhos, entrevistas, blogs, etc.), conforme variem a finalidade pretendida com a leitura, (informativa, instrumental, entretenimento) e ainda, conforme variem o suporte (jornal, televisão, revista, livro, computador), variem também as estratégias a serem usadas.

Na sala de aula, é necessário analisar nas atividades de interpretação e compreensão de um texto: os conhecimentos de mundo do aluno; os conhecimentos linguísticos; o conhecimento da situação comunicativa, dos interlocutores envolvidos, dos gêneros e suas esferas, do suporte em que o gênero está publicado, de outros textos (intertextualidade).

É importante:

- Propiciar práticas de leitura de textos de diferentes gêneros;
- Considerar os conhecimentos prévios dos alunos;
- Formular questionamentos que possibilitem inferências sobre o texto;
- Encaminhar discussões sobre: tema, intenções, intertextualidade;
- Contextualizar a produção: suporte/fonte, interlocutores, finalidade, época, intenção, Intertextualidade, aceitabilidade, informatividade e situacionalidade;
- Utilizar textos verbais diversos que dialoguem com não-verbais, como gráficos, fotos, imagens, mapas, e outros;
- Relacionar o tema com o contexto atual, com a diferente possibilidade de sentido.

(ambigüidade) e com outros textos;

- Oportunizar a socialização das ideias dos alunos sobre o texto.
- Instigar a identificação e reflexão dos sentidos de palavras e/ou expressões figuradas, bem como de expressões que denotam ironia e humor;
- Promover a percepção de recursos utilizados para determinar causa e consequência entre as partes e elementos do texto;
- Estimular leituras que suscitem no reconhecimento do estilo, que é próprio de cada gênero;
- Incentive a percepção dos recursos utilizados para determinar causa e consequência entre as partes e elementos do texto;

- Conduza leituras para a compreensão das partículas conectivas.

2.4 LITERATURA

A prática da literatura deve propiciar momentos de debates, reflexões sobre a obra lida, possibilitando ao educando a ampliação dos seus horizontes de expectativas, uma vez que este é visto como sujeito ativo no processo de leitura, tendo voz em seu contexto.

Nesta proposta de trabalho tem como objetivos: efetuar leituras compreensivas e críticas; ser receptivo a novos textos e a leitura de outrem; questionar as leituras efetuadas em relação ao seu próprio horizonte cultural; transformar os próprios horizontes de expectativas, bem como os do professor, da escola, da comunidade familiar e social, (BORDINI e AGUIAR, 1993).

O professor deve partir da realidade sócio-cultural dos alunos, analisando os interesses e o nível de leitura, a partir de discussões de textos, visitas à biblioteca, exposições de livros, etc. Deve atender essas expectativas, apresentando textos que sejam próximos ao conhecimento de mundo e às expectativas de leituras dos alunos. Em seguida, deve propiciar a ruptura de expectativas para que se distanciem do senso comum e tenham seus horizontes de expectativas ampliados. Com a ruptura o professor deve questionar o aluno/leitor a uma autoavaliação a partir dos textos oferecidos, fazendo-os perceber a dificuldade encontrada em contrapartida ao conhecimento ampliado.

Assim, depois de percorrer por estes passos, fazer uma reflexão e uma tomada de consciência das mudanças e das aquisições adquiridas durante o processo.

2.5 ANÁLISE LINGUÍSTICA

A análise linguística é uma prática didática complementar às práticas de leitura, oralidade e escrita faz parte do letramento escolar, visto que possibilita “a reflexão consciente sobre fenômenos gramaticais e textual-discursivos que perpassam os usos linguísticos, seja no momento de ler/escutar, de produzir textos ou de refletir sobre esses mesmos usos da língua” (MENDONÇA, 2006, p.204).

Segundo Travaglia (2000, p.30-33), é importante conhecer os quatro tipos básicos de gramáticas mais ligados às questões pedagógicas:

a) gramática normativa: regras que devem ser seguidas e obedecidas. O domínio das regras dá a ilusão que o falante emprega a variedade padrão. Prioriza a forma escrita, apresentando uma forma considerada culta da língua. Aparece nas gramáticas e nos livros didáticos.

b) gramática descritiva: conjunto de regras que são seguidas, não se atém a modalidade escrita ou padrão, mas à descrição das variantes linguísticas a partir do seu uso. Prefere a manifestação oral da língua, possui maior mobilidade.

c) gramática internalizada: é o conjunto de regras dominado pelo falante, tanto nível fonético como sintático e semântico. Possibilita o entendimento entre os falantes de uma mesma língua.

d) gramática reflexiva: volta-se para as atividades de observação e reflexão da língua, preocupando-se mais com o processo do que com o resultado, está relacionada com as atividades epilinguísticas.

Considerando a interlocução como ponto de partida do estudo do próprio texto, os conteúdos gramáticos devem ser estudados a partir dos seus aspectos funcionais na constituição da unidade de sentido dos enunciados. Devemos considerar não só a gramática normativa, mas também as outras: a descritiva e a internalizada, e em especial a reflexiva no processo de ensino da Língua Portuguesa.

Na prática do dia-a-dia, o professor deve instigar, no aluno, a compreensão das semelhanças e diferenças, dependendo do gênero, do contexto de uso e da situação de interação, dos textos orais e escritos; a percepção da multiplicidade de

usos e funções da língua; o reconhecimento das diferentes possibilidades de ligações e de construções textuais; a reflexão sobre essas e outras particularidades linguísticas observadas no texto, conduzindo-o às atividades epilinguísticas e metalinguísticas, à construção gradativa de um saber linguístico mais elaborado, a um falar sobre a língua.

Deve-se observar na:

Oralidade

- as variedades linguísticas e a adequação da linguagem ao contexto de uso: diferentes registros, grau de formalidade em relação ao gênero discursivo;
- os procedimentos e as marcas linguísticas típicas da conversação (como a repetição, o uso das gírias, a entonação), entre outros;
- as diferenças lexicais, sintáticas e discursivas que caracterizam a fala formal e a informal;
- os conectivos como mecanismos que colaboram com a coesão e coerência do texto, uma vez que tais conectivos são marcadores orais e, portanto, devem ser utilizados conforme o grau de formalidade/informalidade do gênero, etc.

Leitura:

- as particularidades (lexicais, sintáticas e textuais) do texto em registro formal e do texto em registro informal;
- a repetição de palavras (que alguns gêneros permitem) e o efeito produzido;
- o efeito de uso das figuras de linguagem e de pensamento (efeitos de humor, ironia, ambigüidade, exagero, expressividade, etc.);
- léxico;
- progressão referencial no texto;

- os discursos direto, indireto e indireto livre na manifestação das vozes que falam no texto.

Por meio do texto dos alunos, num trabalho de reescrita do texto ou de partes do texto, o professor pode selecionar atividades que reflitam e analisam os aspectos:

- discursivos (argumentos, vocabulário, grau de formalidade do gênero);
- textuais (coesão, coerência, modalizadores, operadores argumentativos, ambigüidades, intertextualidade, processo de referenciação);
- estruturais (composição do gênero proposto para a escrita/oralidade do texto, estruturação de parágrafos. Normativos (ortografia, concordância verbal/nominal, sujeito, predicado, complementos, regência, vícios da linguagem...);

Ainda nas atividades de leitura e escrita, ao que se refere à análise linguística, partindo das sugestões de Antunes (2007, p. 134), ressaltam-se algumas propostas que focalizam o texto como parte da atividade discursiva, tais como análise:

- dos recursos gráficos e efeitos de uso, como: aspas, travessão, negrito, itálico, sublinhado, parênteses, etc.;
- da pontuação como recurso sintático e estilístico em função dos efeitos de sentido, entonação e ritmo, intenção, significação e objetivos do texto;
- do papel sintático e estilístico dos pronomes na organização, retomadas e sequenciação do texto;
- do valor sintático e estilístico dos modos e tempos verbais em função dos propósitos do texto, estilo composicional e natureza do gênero discursivo;
- do efeito do uso de certas expressões que revelam a posição do falante em relação ao que diz – expressões modalizadoras (ex: felizmente, comovedoramente, etc.);
- da associação semântica entre as palavras de um texto e seus efeitos para coesão e coerência pretendidas;

- dos procedimentos de concordância verbal e nominal;
- da função da conjunção, das preposições, dos advérbios na conexão do sentido entre o que vem antes e o que vem depois em um texto.

Assim, quanto mais variado for o contato do aluno com diferentes gêneros discursivos (orais e escritos), mais fáceis será assimilar as regularidades que determinam o uso da língua em diferentes esferas sociais (BAKTIN, 1992).

Dentro desta perspectiva, cabe o professor planejar e desenvolver atividades que possibilitem aos alunos a reflexão sobre o seu próprio texto, tais como atividades de revisão, de reestruturação, de análise coletiva de um texto selecionado e sobre outros textos, de diversos gêneros que circulam no contexto escolar e extra escolar.

2.6 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS EDUCACIONAIS

A sociedade contemporânea vive grandes desafios na era da informação. Jornais, revistas, televisão, rádio, e-mail, blog, comunidade virtual, Orkut, entre tantas possibilidades que temos para que a informação circule em quantidade, velocidade e transitoriedades impressionantes.

Diante desse cenário, surge um grande desafio para a instituição escolar; definir quais conhecimentos acumulados no curso da história deve ser ensinado e de que forma.

Pensar o ensino de Língua Portuguesa exige do educador o domínio da língua, de seus princípios de aprendizagem e uma reflexão minuciosa da realidade, para então organizar e articular a seleção de temas e conteúdos que devem ser ensinados e debatidos.

A reflexão dos desafios contemporâneos: Educação ambiental, Cidadania e Direitos Humanos, Enfrentamento a Violência na Escola e Sociedade, Educação

para as Relações Étnicas Raciais, Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, Gênero e Diversidade Sexual, e Diversidade Educacional (inclusão), será apresentado por meio de leitura de textos, vídeos, palestras e pesquisa. Inicialmente mapeando o conhecimento prévio dos alunos sobre o tema, ampliando o repertório, buscando informações sobre o tema, para posterior debate e produção com a escolha do gênero a ser usado (cartaz, cartilha, texto argumentativo, jornalístico, carta ao leitor, informativo, entre outros).

2.7 METODOLOGIA DIDÁTICO-PEDAGÓGICO E TECNOLÓGICO.

Para a realização das atividades que ampliem o conhecimento dos educandos na leitura, escrita, oralidade, utiliza-se além dos meios convencionais, a internet (laboratório de informática) a TV pendrive (visualizar imagens, textos, vídeos, recortes de filmes), vídeos, multimídia, filmes, documentários entre outros.

2.8 COMPLEMENTAÇÕES CURRICULARES

O Colégio Eleodoro Ébano Pereira oferece sala de apoio para as séries iniciais em Língua Portuguesa, para suprir necessidades na escrita, leitura e produção aos alunos.

Que se apropriaram parcialmente dos conteúdos básicos, durante a série escolar adequada para sua faixa etária. Já os alunos com dificuldades acentuadas na aprendizagem ou com transtornos no desenvolvimento global (visual, motor auditivo ou cognitivo), a escola oferece sala de recurso em contra turno, nas suas especificidades.

Os alunos do terceiro ano do ensino médio têm o apoio do projeto “Viva Escola” com aulas de Língua Portuguesa oferecidas no cursinho pré-vestibular para alunos com interesse em complementar sua aprendizagem em contra turno.

3. DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL

CONTEÚDOS BÁSICOS.

ENSINO FUNDAMENTAL 6º ANO

GÊNEROS DISCURSIVOS

- *Biografia e autobiografia. Bilhete*
- *Contos*
- Contos de fadas. Fábulas
- Causos
- Histórias em quadrinhos. Diário
- Exposição Oral
- Carta
- Receita
- Cantigas de roda
- Relatórios
- Relatos de experiências vividas

LEITURA

- Tema do texto;

- Interlocutor;
- Finalidade;
- Argumentos do texto;
- Discurso direto e indireto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Léxico;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem.

ESCRITA

- Contexto de produção;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- Informatividade;
- Argumentatividade;
- Discurso direto e indireto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Divisão do texto em parágrafos;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto,
- pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem;

- Processo de formação de palavras;
- Acentuação gráfica;
- Ortografia;
- Concordância verbal/nominal

ORALIDADE

- Tema do texto;
- Finalidade;
- Argumentos;
- Papel do locutor e interlocutor;
- Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos...;
- Adequação do discurso ao gênero;
- Turnos de fala;
- Variações linguísticas;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, recursos semânticos.

6º ANO

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

LEITURA

Espera-se que o aluno:

- Identifique o tema;

- Realize leitura compreensiva do texto;
- Localize informações explícitas no texto;
- Posicione-se argumentativamente;
- Amplie seu horizonte de expectativas;
- Amplie seu léxico;
- Identifique a ideia principal do texto.

ESCRITA

Espera-se que o aluno:

- Expresse as ideias com clareza;
- Elabore/reelabore textos de acordo com o encaminhamento do professor, atendendo:
 - às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...);
 - à continuidade temática;
- Diferencie o contexto de uso da linguagem formal e informal;
- Use recursos textuais como coesão e coerência, informatividade, etc.;
- Utilize adequadamente recursos linguísticos como pontuação, uso e função do artigo, pronome, numeral,

ORALIDADE

Espera-se que o aluno:

- Utilize discurso de acordo com a situação de produção (formal/ informal);
- Apresente suas ideias com clareza, coerência e argumentatividade;

- Compreenda argumentos no discurso do outro;
- Explane diferentes textos, utilizando adequadamente entonação, pausas, gestos, etc.;
- Respeite os turnos de fala.

ENSINO FUNDAMENTAL 6ª SÉRIE/ 7ºANO

GÊNEROS DISCURSIVOS

- Carta;
- Contos
- Crônicas de ficção
- Fábulas contemporâneas
- Histórias em quadrinhos
- Letras de músicas
- Pinturas
- Poemas
- Horóscopo
- Fotos
- Narrativas de aventura
- Experiências Vividas
- Cartum
- Charge
- Memórias

- Relatórios
- Resumos
- Relatos de Experiências Vividas

LEITURA

- Tema do texto;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- Argumentos do texto;
- Contexto de produção;
- Intertextualidade;
- Informações explícitas e implícitas;
- Discurso direto e indireto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Repetição proposital de palavras;
- Léxico;
- Ambigüidade;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem.

ESCRITA

- Contexto de produção;

- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- Informatividade;
- Discurso direto e indireto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem;
- Processo de formação de palavras;
- Acentuação gráfica;
- Ortografia;
- Concordância verbal/nominal.

ORALIDADE

- Tema do texto;
- Finalidade;
- Papel do locutor e interlocutor;
- Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos, etc.;
- Adequação do discurso ao gênero;
- Turnos de fala;
- Variações linguísticas;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;
- Semântica.

- Turnos de fala;
- Variações linguísticas;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;
- Semântica

7º ANO

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

LEITURA

Espera-se que o aluno:

- Realize leitura compreensiva do texto;
- Localize informações explícitas e implícitas no texto;
- Posicione-se argumentativamente;
- Amplie seu horizonte de expectativas;
- Amplie seu léxico;
- Perceba o ambiente no qual circula o gênero;
- Identifique a ideia principal do texto;
- Analise as intenções do autor;
- Identifique o tema;
- Deduza os sentidos das palavras e/ou expressões

ESCRITA

Espera-se que o aluno:

- Exprese suas ideias com clareza;
- Elabore textos atendendo:
 - às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...);
 - à continuidade temática;
- Diferencie o contexto de uso da linguagem formal e informal;
- Use recursos textuais como coesão e coerência, informatividade, etc;
- Utilize adequadamente recursos linguísticos como pontuação, uso e função do artigo, pronome, substantivo, etc.

ORALIDADE

Espera-se que o aluno:

- Utilize o discurso de acordo com a situação de produção (formal/ informal);
- Apresente suas ideias com clareza;
- Exprese oralmente suas ideias de modo fluente e adequado ao gênero proposto;
- Compreenda os argumentos no discurso do outro;

8º ANO

GÊNEROS DISCURSIVOS

- .Narrativas de Enigma
- .Narrativas de Ficção Científica
- .Narrativa de humor
- .Narrativas de Terror

- .Narrativas fantásticas
- .Narrativas Míticas
- .Musicas
- .Paródia
- .Dabate
- .Regimento
- .E-mail

LEITURA

Conteúdo temático;

- Interlocutor;
- Intencionalidade do texto;
- Argumentos do texto;
- Contexto de produção;
- Intertextualidade;
- Vozes sociais presentes no texto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);
- Semântica:
 - operadores argumentativos;

- ambiguidade;
- sentido figurado;
- expressões que denotam ironia e humor no texto.

ESCRITA

- Conteúdo temático;
- Interlocutor;
- Intencionalidade do texto;
- Informatividade;
- Contexto de produção;
- Intertextualidade;
- Vozes sociais presentes no texto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito;
- Papel sintático e estilístico dos pronomes na organização, retomadas e sequenciação do texto;
- Semântica:
 - operadores argumentativos;
 - ambigüidade;

- significado das palavras;
- sentido figurado;
- expressões que denotam ironia e humor no texto.

ORALIDADE

- Conteúdo temático;
- Finalidade;
- Argumentos;
- Papel do locutor e interlocutor;
- Elementos extralinguísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas...;
- Adequação do discurso ao gênero;
- Turnos de fala;
- Variações linguísticas (lexicais, semânticas, prosódicas, entre outras);
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;
- Elementos semânticos;
- Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc.);
- Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

LEITURA

Espera-se que o aluno:

- Realize leitura compreensiva do texto;
- Localize de informações explícitas e implícitas no texto;
- Posicione-se argumentativamente;
- Amplie seu horizonte de expectativas;
- Amplie seu léxico;
- Perceba o ambiente no qual circula o gênero;
- Identifique a ideia principal do texto;
- Analise as intenções do autor;
- Identifique o tema;
- Reconheça palavras e/ou expressões que denotem ironia e humor no texto;
- Compreenda as diferenças decorridas do uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo;
- Identifique e reflita sobre as vozes sociais presentes no texto;
- Conheça e utilize os recursos para determinar causa e consequência entre as partes e elementos do texto.

ESCRITA

Espera-se que o aluno:

- Exprese suas ideias com clareza;
- Elabore textos atendendo:
 - às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...);
 - à continuidade temática;
- Diferencie o contexto de uso da linguagem formal e informal;

- Utilize recursos textuais como coesão e coerência, informatividade, etc.;
- Utilize adequadamente recursos linguísticos como pontuação, uso e função do artigo, pronome, substantivo, adjetivo, advérbio, etc.;
- Empregue palavras e/ou expressões no sentido conotativo;
- Entenda o papel sintático e estilístico dos pronomes na organização, retomadas e sequenciação do texto;

Perceba a pertinência e use os elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos, bem como os recursos de causa e consequência entre as partes e elementos do texto.

ORALIDADE

Espera-se que o aluno:

- Utilize o discurso de acordo com a situação de produção (formal/ informal);
- Apresente ideias com clareza;
- Obtenha fluência na exposição oral, em adequação ao gênero proposto;
- Compreenda os argumentos no discurso do outro;
- Exponha objetivamente seus argumentos;
- Organize a sequência da fala;
- Respeite os turnos de fala;
- Analise os argumentos dos colegas em suas apresentações e/ou nos gêneros orais trabalhados;
- Participe ativamente de diálogos, relatos, discussões, etc.;
- Utilize conscientemente expressões faciais corporais e gestuais, pausas e entonação nas exposições orais, entre outros

9º ANO

GÊNEROS DISCURSIVOS

- Conto
- Crônica
- Manchete
- Notícia
- Carta-emprego
- Texto argumentativo
- Entrevista
- Declaração de direitos
- Mesa Redonda
- Blog
- Chat

LEITURA

- Conteúdo temático;
- Interlocutor;
- Intencionalidade do texto;
- Argumentos do texto;
- Contexto de produção;
- Intertextualidade;

- Discurso ideológico presente no texto;;
- Vozes sociais presentes no texto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;
- Partículas conectivas do texto;
- Progressão referencial no texto;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto
- pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito;
- Semântica:
 - operadores argumentativos;
 - polissemia;
 - expressões que denotam ironia e humor no texto.

ESCRITA

- Conteúdo temático;
- Interlocutor;
- Intencionalidade do texto;
- Informatividade;
- Contexto de produção;
- Intertextualidade;
- Vozes sociais presentes no texto;

- Elementos composicionais do gênero;
- Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;
- Partículas conectivas do texto;
- Progressão referencial no texto
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito, etc.;
- Sintaxe de concordância;
- Sintaxe de regência;
- Processo de formação de palavras;
- Vícios de linguagem;
- Semântica:
 - operadores argumentativos;
 - modalizadores;
 - polissemia.

ORALIDADE

- Conteúdo temático;
- Finalidade;
- Argumentos;
- Papel do locutor e interlocutor;
- Elementos extralinguísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas;
- Adequação do discurso ao gênero;

- Turnos de fala;
- Variações linguísticas (lexicais, semânticas, prosódicas entre outras);
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, conectivos;
- Semântica;
- Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc.);
- Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.

9º ANO

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO.

LEITURA

Espera-se que o aluno:

- Realize leitura compreensiva do texto e das partículas conectivas;
- Localize informações explícitas e implícitas no texto;
- Posicione-se argumentativamente;
- Amplie seu horizonte de expectativas;
- Amplie seu léxico;
- Perceba o ambiente no qual circula o gênero;
- Identifique a ideia principal do texto;
- Analise as intenções do autor;
- Identifique o tema;
- Deduza os sentidos de palavras e/ou expressões a partir do contexto;

- Compreenda as diferenças decorridas do uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo;
- Conheça e utilize os recursos para determinar causa e consequência entre as partes e elementos do texto;
- Reconheça palavras e/ou expressões que estabelecem a progressão referencial;
- Reconheça o estilo, próprio de diferentes gêneros.

ESCRITA

Espera-se que o aluno:

- Exprese ideias com clareza;
- Elabore textos atendendo:
 - às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...). à continuidade temática;
- Diferencie o contexto de uso da linguagem formal e informal;
- Use recursos textuais como coesão e coerência, informatividade, intertextualidade, etc.;
- Utilize adequadamente recursos linguísticos como pontuação, uso e função do artigo, pronome, substantivo, adjetivo, advérbio, verbo, preposição, conjunção, etc.;
- Empregue palavras e/ou expressões no sentido conotativo;
- Perceba a pertinência e use os elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos, bem como os recursos de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;

- Reconheça palavras e/ou expressões que estabelecem a progressão referencial.

ORALIDADE

Espera-se que o aluno:

- Utilize o discurso de acordo com a situação de produção (formal/ informal);
- Apresente ideias com clareza;
- Obtenha fluência na exposição oral, em adequação ao gênero proposto;
- Compreenda argumentos no discurso do outro;
- Exponha objetivamente argumento;
- Organize a sequência da fala;
- Respeite os turnos de fala;
- Analise os argumentos apresentados pelos colegas em suas apresentações e/ou nos gêneros orais trabalhados;
- Participe ativamente de diálogos, relatos, discussões, etc.;
- Utilize conscientemente expressões faciais corporais e gestuais, pausas e entonação nas exposições orais, entre outros elementos extralinguísticos;
- Analise recursos da oralidade em cenas de desenhos, programas infanto-juvenis, entrevistas, reportagem entre outros

ENSINO MÉDIO

LÍNGUA PORTUGUESA –

CONTEÚDOS BÁSICOS

GÊNEROS DISCURSIVOS –

1ª SÉRIE

- Fábula
- Poema
- Teatro escrito
- Carta Pessoal
- Relato Pessoal
- Campanha Comunitária
- Relatório Experiência Científica
- Debate
- Artigo de opinião

2ª SÉRIE

- Cartaz
- Mesa-Redonda
- Conto
- A notícia
- A Entrevista
- A reportagem
- Anúncio publicitário
- A crítica

- O editorial
- Artigo de opinião
- Romance: regional, urbano.
- Teatro

3ª SÉRIE

- Crônica
- Carta ao Leitor
- Cartas argumentativas de reclamação e de solicitação
- Debate: estratégias de contra-argumentação
- Texto argumentativo: seleção de argumentos
- Texto dissertativo-argumentativo
- Paragrafação texto dissertativo
- Poesia

LITERATURA

1º Ano

- O que é literatura?
- Literatura portuguesa
- Quinhentismo
- Barroco

- Arcadismo

2º Ano

- Romantismo

- Realismo

- Naturalismo

- Parnasianismo

- Simbolismo

3º Ano

- Pré-modernismo

- Modernismo

- Romance de 30

- Geração de 45

- Literatura Contemporânea

LEITURA

- Conteúdo temático;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto ;
- Intencionalidade;
- Argumentos do texto;

- Contexto de produção;
- Intertextualidade;
- Vozes sociais presentes no texto;
- Discurso ideológico presente no texto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Contexto de produção da obra literária;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito;
- Progressão referencial;
- Partículas conectivas do texto;
- Relação de causa e consequência entre partes e elementos do texto;
- Semântica:
 - operadores argumentativos;
 - modalizadores;
 - figuras de linguagem.

ESCRITA

- Conteúdo temático;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- Intencionalidade;
- Informatividade;

- Contexto de produção;
- Intertextualidade;
- Referência textual;
- Vozes sociais presentes no texto;
- Ideologia presente no texto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Progressão referencial;
- Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;
- Semântica:
 - operadores argumentativos;
 - modalizadores;
 - figuras de linguagem;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, conectores, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito, etc.;
- Vícios de linguagem;
- Sintaxe de concordância;
- Sintaxe de regência.

ORALIDADE

- Conteúdo temático;
- Finalidade;
- Intencionalidade;

- Argumentos;
- Papel do locutor e interlocutor;
- Elementos extralinguísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas...;
- Adequação do discurso ao gênero;
- Turnos de fala;
- Variações linguísticas (lexicais, semânticas, prosódicas, entre outras);
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;
- Elementos semânticos;
- Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc.);
- Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

LEITURA

Espera-se que o aluno:

- Efetue leitura compreensiva, global, crítica e analítica de textos verbais e não-verbais;
- Localize informações explícitas e implícitas no texto;
- Produza inferências a partir de pistas textuais;
- Posicione-se argumentativamente;
- Amplie seu léxico;
- Perceba o ambiente no qual circula o gênero;
- Identifique a idéia principal do texto;

- Analise as intenções do autor;
- Identifique o tema;
- Referente à obra literária, amplie seu horizonte de expectativas, perceba os diferentes estilos e estabeleça relações entre obras de diferentes épocas com o contexto histórico atual;
- Deduza os sentidos de palavras e/ou expressões a partir do contexto;
- Compreenda as diferenças decorridas do uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo;
- Conheça e utilize os recursos para determinar causa e conseqüência entre as partes e elementos do texto;
- Reconheça palavras e/ou expressões que estabelecem a progressão referencial;
- Entenda o estilo, que é próprio de cada gênero

ESCRITA

Espera-se que o aluno:

- Expresse ideias com clareza;
- Elabore textos atendendo:
 - às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...);
 - à continuidade temática;
- Diferencie o contexto de uso da linguagem formal e informal;
- Use recursos textuais como coesão e coerência, informatividade, intertextualidade, etc.;
- Utilize adequadamente recursos linguísticos como pontuação, uso e função do artigo, pronome, substantivo, adjetivo, advérbio, verbo, preposição, conjunção, etc.;

- Empregue palavras e/ou expressões no sentido conotativo;
- Perceba a pertinência e use os elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos;
- Reconheça palavras e/ou expressões que estabelecem a progressão referencial;
- Entenda o estilo, que é próprio de cada gênero.

ORALIDADE

Espera-se que o aluno:

- Utilize seu discurso de acordo com a situação de produção (formal/ informal);
- Apresente ideias com clareza;
- Obtenha fluência na exposição oral, em adequação ao gênero proposto;
- Compreenda os argumentos do discurso do outro;
- Exponha objetivamente seus argumentos e defenda claramente suas ideias;
- Organize a sequência da fala de modo que as informações não se percam;
- Respeite os turnos de fala;
- Analise, contraponha, discuta os argumentos apresentados pelos colegas em suas apresentações e/ou nos gêneros orais trabalhados;
- Contra-argunte ideias formuladas pelos colegas em discussões, debates, mesas redondas, diálogos, discussões, etc.;
- Utilizem de forma intencional e consciente expressões faciais, corporais e gestuais, pausas e entonação nas exposições orais, entre outros elementos extralingüísticos.

METODOLOGIA

LEITURA

É importante que o professor:

- Propicie práticas de leitura de textos de diferentes gêneros;
- Considere os conhecimentos prévios dos alunos;
- Formule questionamentos que possibilitem inferências a partir de pistas textuais;
- Encaminhe discussões e reflexões sobre: tema, finalidade, intenções, intertextualidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, temporalidade, vozes sociais e ideologia;
- Contextualize a produção: suporte/fonte, interlocutores, finalidade, época; referente à obra literária, explore os estilos do autor, da época, situe o momento de produção da obra e dialogue com o momento atual, bem como com outras áreas do conhecimento;
- Utilize textos verbais diversos que dialoguem com não-verbais, como gráficos, fotos, imagens, mapas e outros;
- Relacione o tema com o contexto atual;
- Oportunize a socialização das ideias dos alunos sobre o texto;
- Instigue o entendimento/ reflexão das palavras em sentido figurado;
- Estimule leituras que suscitem o reconhecimento do estilo, que é próprio de cada gênero;

- Incentive a percepção dos recursos utilizados para determinar causa e consequência

entre as partes e elementos do texto;

- Proporcione análises para estabelecer a progressão referencial do texto;
- Conduza leituras para a compreensão das partículas conectivas.

ESCRITA

É importante que o professor:

- Planeje a produção textual a partir: da delimitação do tema, do interlocutor, intenções, contexto de produção do gênero;
- Proporcione o uso adequado de palavras e expressões para estabelecer a referência textual;
- Conduza a utilização adequada dos conectivos;
- Estimule a ampliação de leituras sobre o tema e o gênero proposto;
- Acompanhe a produção do texto;
- Instigue o uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo;
- Estimule produções que suscitem o reconhecimento do estilo, que é próprio de cada gênero;
- Incentive a utilização de recursos de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;
- Encaminhe a reescrita textual: revisão dos argumentos/das ideias, dos elementos que compõe o gênero (por exemplo: se for um artigo de opinião, observar se há uma questão problema, se apresenta defesa de argumentos, se a linguagem está apropriada, se há continuidade temática, etc.);

- Analise se a produção textual está coerente e coesa, se há continuidade temática, se atende à finalidade, se a linguagem está adequada ao contexto;
- Conduza na reescrita, a uma reflexão dos elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos.

ORALIDADE

É importante que o professor:

- Organize apresentações de textos produzidos pelos alunos levando em consideração a: aceitabilidade, informatividade, situacional idade e finalidade do texto;
- Proponha reflexões sobre os argumentos utilizados nas exposições orais dos alunos, e sobre a utilização dos recursos de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;
- Oriente sobre o contexto social de uso do gênero oral selecionado;
- Prepare apresentações que explorem as marcas linguísticas típicas da oralidade em seu uso formal e informal;
- Estimule contação de histórias de diferentes gêneros, utilizando-se dos recursos extralinguísticos, como entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas e outros;
- Selecione discursos de outros para análise dos recursos da oralidade, como seminários, telejornais, entrevistas, reportagens, entre outros;
- Propicie análise e comparação dos recursos veiculados em diferentes fontes como jornais, emissoras de TV, emissoras de rádio, etc., a fim de perceber a ideologia dos discursos dessas esferas.

AVALIAÇÃO

A avaliação, em língua materna e literatura, assim como em qualquer outra disciplina, não podem ser vista como algo. Que se realiza após a aprendizagem. Deve ser parte integrante e intrínseca ao processo educacional que tem a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica, ela deve estar presente em todos os momentos de trabalho, seja ele desenvolvido em sala de aula, seja fora dela. A avaliação contínua e sistemática possibilita ao educador identificar como se dão os processos de construção do conhecimento em seus alunos e redirecionar o trabalho que vem desenvolvendo, conforme as necessidades e dificuldades encontradas.

Nesse sentido a avaliação é diagnóstica e, como tal, exige a ação constante do professor que observa a atuação dos alunos suas respostas, suas propostas, suas tentativas, suas conclusões, suas dúvidas, seus avanços e intervém para promover o sucesso na aprendizagem, observando o ritmo e processos de aprendizagem diferentes e, por ser contínua e diagnóstica, aponta dificuldade, possibilitando que a intervenção pedagógica aconteça a todo tempo.

Nessa perspectiva, a oralidade será avaliada, primeiramente, em função da adequação do discurso/texto aos diferentes interlocutores e situações. Num seminário, num debate, numa troca informal de idéias, numa entrevista, num relato de história, as exigências de adequação da fala são diferentes, e isso deve ser considerado numa análise da produção oral dos estudantes. Mas é necessário, também, que o aluno se posicione como avaliador de textos orais com os quais convive (noticiários, discursos políticos, programas televisivos, etc.) e de suas próprias falas, formais ou informais, tendo em vista o resultado esperado.

Na leitura serão avaliadas as estratégias que os alunos empregam para a compreensão do texto lido, o sentido construído, as relações dialógicas entre textos, relações de causa e consequência entre as partes do texto, o reconhecimento de posicionamento ideológico no texto, a identificação dos efeitos de ironia e humor em textos variados, a localização das informações tanto explícitas quanto implícitas, o argumento principal, entre outros. É importante avaliar se, ao ler, o aluno ativa os

conhecimentos prévios; se compreende o significado das palavras desconhecidas a partir do contexto; se faz inferências corretas; se reconhece o gênero e o suporte textual.

Quanto à escrita, é preciso ver o texto do aluno como uma fase do processo de produção, nunca como produto final. O que determina a adequação do texto escrito são as circunstâncias de sua produção e o resultado dessa ação. A partir daí, o texto escrito será avaliado nos seus aspectos discursivos textuais, verificando: a adequação à proposta e ao gênero solicitado, se a linguagem está de acordo com o contexto exigido, a elaboração de argumentos consistentes, a coesão e coerência textual, a organização dos parágrafos.

Na análise lingüística é no texto-oral e escrito-que a língua se manifesta em todos os seus aspectos discursivos, textuais e gramaticais. Devem-se avaliar os elementos lingüísticos usados nos diferentes gêneros de forma prática reflexiva e contextualizados que possibilitem compreender esses elementos no interior do texto. Avaliar o uso da língua formal e informal, a ampliação lexical, a percepção dos efeitos de sentido causados pelo uso de recursos lingüísticos e estilísticos, as relações estabelecidas pelo uso de operadores argumentativos e moralizadores, bem como as relações semânticas entre as partes do texto (causa, tempo, comparação, etc.).

Com o uso da língua oral e escrita em práticas sociais, os alunos são avaliados e auto-avaliados continuamente em termos desse uso, pois efetuam operações com a linguagem e reflete sobre as diferentes possibilidades de uso da língua, o que lhes permite o aperfeiçoamento lingüístico constante, a letramento.

Já a avaliação somativa será realizada ao final de um programa, e é usada para definir uma nota. Os alunos que não dominam o conteúdo têm direito a uma recuperação paralela do conteúdo, (individual ou coletiva) em forma de revisão ou reformulação das avaliações anteriores, de todos os conteúdos. Para recuperar a nota, será oportunizado-semestralmente outra forma de avaliação: prova individual (uso da maior nota); ou trabalho (sendo efetuada a média aritmética entre a média

anterior e a nota do trabalho). As tarefas serão avaliadas diariamente e no final do semestre será ministrada uma nota correspondente.

Com o uso da língua oral e escrita em práticas sociais, os alunos são avaliados.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. Aula de Português: Encontro & Interação. São Paulo: Parábola, 2003.

AGUIAR, V. T.; BORDINI, M. G. Literatura e Formação do leitor: alternativas metodológicas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

ANTUNES, I. Aula de português: encontro & interação. São Paulo: Parábola, 2003.

_____. Muito além da Gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2007.

BAKHTIN, M. (Volochinov). Marxismo e filosofia da linguagem. Trad. De Michel Lahud e Yara Frateschi. 9 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Estética da Criação Verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. Problemas da poética de Dostoievski. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BRAIT, B. PCNS, gêneros e ensino de língua: faces discursivas da textualidade. In: ROJO,

BAKHTIN, M. (Volochinov). Marxismo e filosofia da linguagem. Trad. De Michel Lahud e Yara Frateschi. 9 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Estética da Criação Verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. Problemas da poética de Dostoievski. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1998.

BUNZEN, C. Da era da composição à era dos gêneros: o ensino de produção de texto no ensino médio. In: BUNZEN, Clécio; MENDONÇA, Márcia. (orgs.) Português no ensino médio e formação do professor. São Paulo: Parábola, 2006.

CANDIDO, A. A literatura e a formação do homem. Ciência e Cultura. São Paulo, Vol. 4, n. 9, PP. 803-809, set/1972.

CAVALCANTE, M. C. B.; MELLO, C. T. V. Oralidade no Ensino Médio: Em busca de uma prática. In: BUNZEN, Cicio; MENDONÇA, Márcia. (orgs.). Português no ensino médio e formação do professor. São Paulo: Parábola, 2006.

DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO PARANÁ. LÍNGUA PORTUGUESA. ANO 2008.

FARACO, C. A. Área de Linguagem: algumas contribuições para sua organização. In: KUENZER, Acácia. (org.) Ensino Médio – Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Linguagem & diálogo: as ideias lingüísticas do círculo de Bakhtin. Curitiba: Criar, 2003.

_____. Linguagem, escola e modernidade. In: GHIRALDELLI, P. J. Infância, escola e modernidade. São Paulo: Cortez, 1997.

GERALDI, J. W. Concepções de linguagem e ensino de Português. In: O texto na sala de aula. 5. ed. Cascavel: Assoeste, 1990.

_____. Unidades básicas do ensino de português. In: João W. (org.). O texto na sala de aula. 3. ed. São Paulo: Ática, 2004.

_____. Portos de passagem. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ISER, W. O ato da leitura: uma teoria do efeito estético. São Paulo: Editora 34, 1996, vol.

MENDONÇA, M. Análise lingüística no ensino médio: um novo olhar, um outro objeto. In: BUNZEN, Clécio; MENDONÇA, Márcia [orgs.]. Português no ensino médio e formação do professor. 2 ed. São Paulo: Parábola, 2006.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Reestruturação do Ensino de 2o Grau. Curitiba, 1988.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Currículo Básico para Escola Pública do Paraná. Curitiba: SEED, 1990, p. 50 – 62.

PERFEITO, A. M. Concepções de Linguagem, Teorias Subjacentes e Ensino de Língua.

Portuguesa. In: Concepções de linguagem e ensino de língua portuguesa (Formação de professores EAD 18). V.1. 1 ed. Maringá: EDUEM, 2005. p 27-79.

_____. Concepções de Linguagem, análise lingüística e proposta de intervenção. In: CLAPFL - I Congresso Latino-Americano de Professores de Línguas, 2007, Florianópolis. Anais do I Congresso Latino-Americano de Língua. Florianópolis: EDUSC, 2007. P. 824-836

POSSENTI, S. Por que (não) ensinar gramática. 4 ed. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1996.

SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. São Paulo: Autores Associados, 2007.

SILVA, E. T. Conferências sobre Leitura – trilogia pedagógica. 2. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2005.

_____. A produção da leitura na escola: pesquisas x propostas. 2. ed. São Paulo: Ática: 2002.

SOARES, M. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

TRAVAGLIA, L. C. Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1o e 2o graus. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

REFERÊNCIAS ON LINE

BRANDÃO, H. H. N. Analisando o Discurso. (USP). Artigo disponível em: <[www.estacaodaluz.org. Br](http://www.estacaodaluz.org.br)> 2005. Museu de Língua Portuguesa. Acesso em: 06-12- 2010.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE MATEMÁTICA

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA:

1.1-ENSINO FUNDAMENTAL

A Matemática tem aplicação direta e imediata em inúmeras situações que se apresentam no cotidiano. Desde a mais simples operação de contar, até os mais complexos cálculos e equações, que fundamentam o conhecimento nos vários ramos científicos, a Matemática se impõe com grandeza suficiente para ser explorada de forma mais ampla.

Dessa forma, tornou-se comum à matemática ser vista como uma ciência exata, pura, constituindo um corpo de conhecimentos construído com rigor absoluto. Porém, é necessário olhar a Matemática como uma ciência viva, fruto da criação e invenção humanas, que não evolui de forma linear e logicamente organizada. É uma ciência em constante construção que tem contribuído para a solução de problemas científicos e tecnológicos.

Um saber vivo, dinâmico e que, historicamente, vem sendo construído, atendendo a estímulos externos (necessidades sociais) e internos (necessidade teórica de ampliação dos conceitos). Esse processo de construção foi longo e tortuoso. É obra de várias culturas e de milhares de homens que, movidos pelas necessidades concretas, construíram coletivamente a Matemática que conhecemos hoje. (FIORENTINI, 1995, p.31)

A ação intencional do homem sobre a realidade tem raízes na necessidade, seja ela de natureza social, econômica, afetiva ou cultural. Essa busca por respostas

proporciona a elaboração de construções mentais que podem desencadear novas ações, numa relação dialética entre a teoria e a prática.

A disciplina em questão tem papel fundamental na formação do cidadão, pois interfere na inserção de pessoas no mercado de trabalho e também na compreensão de acontecimentos relevantes do cotidiano e no exercício da cidadania plena.

A sociedade cada dia mais se defronta com novos padrões de produtividade e qualidade constantemente exigidos nas relações de trabalho e produção. Os fatos e decisões socioeconômicos e políticos são divulgados em formas conceitualmente definidas, não raras vezes, em gráficos, tabelas e representações estatísticas.

Infelizmente, o pensamento matemático, expresso por meio de uma linguagem específica, tem sido privilégio de poucos; no entanto acreditamos que cabe aos professores da disciplina, torná-lo acessível a todos. Pois a importância do acesso a esse conhecimento esta diretamente relacionada à inserção das pessoas ao mundo do trabalho, ao mundo das relações sociais e da cultura.

Nesse aspecto, a Matemática é de grande auxílio, ao desenvolver metodologias que enfatizem a construção de estratégias, a comprovação e a justificativa de resultados, a criatividade e a autonomia na própria capacidade de buscar soluções. Sendo assim, adotaremos a concepção que atribuí ao ensino da Matemática o papel de desenvolver a capacidade de investigar idéias matemáticas, de resolver problemas, de formular e testar hipóteses, de induzir, deduzir, generalizar e inferir resultados. Pretendemos, assim, que os alunos compreendam conceitos, desenvolvam raciocínios e algoritmos próprios, aprendam algoritmos escolares, representem idéias por meio de linguagens formais, busquem coerência em seus cálculos, comuniquem e argumentem suas idéias com clareza.

A matemática deve ser uma ferramenta para auxiliar a vida cotidiana na realização das muitas tarefas específicas de inúmeras profissões. Ela também contribui para o desenvolvimento de processos de pensamento e aquisição de atitudes, cuja utilidade e alcance transcendem o âmbito da própria ciência, podendo

formar hábitos de investigação, proporcionando confiança e desprendimento para analisar e enfrentar situações novas e de capacidades pessoais.

É de fundamental importância que o professor identifique as principais características dessa ciência, que tenha clareza de suas próprias concepções sobre a matemática e que, se interesse em conhecer a história de vida dos alunos; seus conhecimentos sobre determinado assunto, suas condições sociológicas, psicológicas e culturais. Pois entendemos que, somente a simples resolução de exercícios, o treino de técnicas de cálculos e a memorização de fórmulas e processos não sejam suficientes para atingir as finalidades do ensino de Matemática. Não se pode perder de vista que a construção de um conceito matemático deve ser iniciada com situações significativas que possibilitem ao aluno ter consciência e manifestar seu conhecimento prévio sobre o assunto.

Nessa ação reflexiva, abre-se espaço para um discurso matemático voltado tanto para os aspectos cognitivos como para a relevância social do ensino da Matemática. Isso implica olhar tanto do ponto de vista de ensinar e do aprender matemática, quanto do seu fazer, do seu pensar e da sua construção histórica, buscando compreendê-los (MEDEIROS, 1987).

Segundo as Diretrizes curriculares da Educação Básica, pela educação matemática, deve-se almejar um ensino que possibilite aos estudantes análises, discussões, conjecturas, apropriação de conceitos e formulação de idéias. Aprende-se matemática não somente por sua beleza ou pela consistência de suas teorias, mas, para que, a partir dela, o homem amplie seu conhecimento e, por conseguinte, contribua para o desenvolvimento da sociedade.

Ainda segundo a DCE, o objeto de estudo da Educação Matemática ainda em construção, está centrado na prática pedagógica e engloba as relações entre o ensino, a aprendizagem e o conhecimento matemático e envolve o estudo de processos que investigam como o estudante compreende e se apropria da própria Matemática “concebida como um conjunto de resultados, métodos, procedimentos, algoritmos”. Investiga, também, como o aluno, por intermédio do conhecimento matemático, desenvolve valores e atitudes de natureza diversa, visando a sua

formação integral como cidadão. Aborda o conhecimento matemático sob uma visão histórica, de modo que os conceitos são apresentados, discutidos, construídos e reconstruídos, influenciando na formação do pensamento do aluno.

1.2-ENSINO MÉDIO

O currículo de matemática para o ensino médio deve contribuir para a universalização da educação básica, desenvolvendo o saber matemático, científico e tecnológico, não como prerrogativa de especialistas em cada área, mas como condição de cidadania.

Com base no documento de Ciência e Tecnologia para o ensino médio, a matemática no Ensino Médio tem um valor formativo, que ajuda a estruturar o pensamento e o raciocínio dedutivo, porém também desempenha um papel instrumental, pois é uma ferramenta que serve para a vida cotidiana e para muitas tarefas específicas em quase todas as atividades humanas.

As recomendações atuais das diretrizes curriculares é um ensino-aprendizagem centrado no aprender a aprender e a pensar, dar significado ao aprendido e a fazer a ponte entre a teoria e a prática, condição básica para o contínuo aperfeiçoamento no decorrer da vida; fazendo a fundamentação da crítica e argumentando com bases em fatos concretos.

Compreende-se assim que para dominar a matemática é preciso entendê-la aplicada em inúmeras situações, pois vivemos num mundo regido pelas leis naturais e imersos em um universo de relações que possibilitam um amplo espaço pedagógico para o desenvolvimento da contextualização na matemática. É necessário que o aluno compreenda as idéias básicas da matemática, desse nível de ensino e, quando necessário saiba aplicá-las na resolução de problemas.

O objetivo da educação média em cada área do conhecimento deve envolver, de forma combinada, o desenvolvimento de conhecimentos práticos,

contextualizados, que respondam à necessidade da vida contemporânea e ao desenvolvimento de conhecimentos mais amplos e abstratos, que correspondam a uma cultura geral e a uma visão de mundo. Deve-se colocar o aluno numa situação que os instigue e ao mesmo tempo ofereça condições para a busca da compreensão do mundo, devido essa constatação

Com a crescente velocidade das mudanças tecnológicas e conseqüente surgimento de novas exigências no mercado de trabalho, têm sido necessários esses redimensionamentos de conteúdos, onde a contextualização visa retirar os alunos da condição de espectadores passivos, proporcionando uma leitura global do mundo, onde o conhecimento se inter-relacione.

O aprendizado matemático é parte essencial na formação dos cidadãos em sentido universal e não apenas no profissionalizante. É um aprendizado útil à vida e ao trabalho, onde os conceitos matemáticos se transformam em instrumentos de compreensão, intervenção e mudança na previsão da realidade e deve fazer coro com as demais disciplinas que são objeto do conhecimento humano.

No ensino médio os conteúdos também estão estruturados de acordo com a organização das Diretrizes Curriculares: Números e Algebras, Grandezas e medidas, Geometrias, funções e tratamento da informação; sendo desdobrados em conteúdos específicos, sempre considerando o aprofundamento a ser observado para a série e nível de ensino.

Quanto às características estruturais da matemática, é necessário que os jovens percebam a existência de definições, demonstrações, encadeamentos conceituais e lógicos necessários a construção de novos conceitos e estruturas utilizados para validar intuições e até dar sentido a alguns procedimentos adotados.

2. OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

No Ensino Fundamental a disciplina de matemática deverá proporcionar condições para que o aluno:

- Adquira conhecimentos básicos, técnicas de trabalho, pesquisas e estudos a fim de possibilitar sua integração na sociedade em que vive.

- Desenvolva a capacidade de analisar, sintetizar, relacionar, comparar, generalizar e abstrair.

- Analise, interprete, formule e resolva situações-problema (mentais ou escritos, exatos ou aproximados).

- Adquira hábitos de trabalho, reflexão, persistência e rigor, precisão e organização.

- Seja capaz de conceituar, desenvolver, reconhecer, determinar, interpretar e aplicar os conteúdos por série.

- Desenvolva o prazer da descoberta, a curiosidade científica, a intuição e o pensamento crítico em relação ao conteúdo matemático e/ou com relação a temas que proporcionem o verdadeiro exercício de sua cidadania.

- Desenvolva o raciocínio lógico, a capacidade de conceber, projetar e transcender o imediatamente sensível.

Para que os estudantes tenham um melhor preparo para a sua inserção no mundo do conhecimento e do trabalho, no Ensino Médio a disciplina de matemática deverá proporcionar condições para que o aluno:

- Adquira conhecimentos básicos, técnicas de trabalho, pesquisas e estudos a fim de possibilitar sua integração na sociedade em que vive.

- Construa e reconstrua seu pensamento lógico matemático.

- Obtenha uma melhor interação entre os conteúdos e sua aplicação na realidade.

- identifique os conhecimentos matemáticos como meios para compreender e transformar o mundo a sua volta e perceber o caráter de jogo intelectual característico, da matemática, como aspecto que estimula o interesse a curiosidade, a criatividade, a investigação e a capacidade de resolver problemas.

- Exprese-se oral, escrita e graficamente em situações matemáticas e valorize a precisão da linguagem e as demonstrações matemáticas.

- Reconheça representações equivalentes de um mesmo conceito, relacionando procedimentos associados às diferentes representações.

- Desenvolva valores e atitudes, tais como: busca de informação, a demonstração de responsabilidade, a confiança em sua forma de pensar, a fundamentação de suas argumentações.

- Compreenda os conceitos, procedimentos e estratégias da Matemática que permitam a ele desenvolver estudos posteriores e/ou adquirir uma formação científica.

- Aplique seus conhecimentos matemáticos a situações diversas, utilizando-o na interpretação das ciências, na atividade tecnológica e nas atividades diárias.

3-CONTEÚDOS POR ANO

Seguindo a orientação da DCE (Diretrizes Curriculares da Educação Básica), os conteúdos estruturantes para a Educação Básica dessa proposta serão organizados de forma a privilegiar a inter-relação entre os conteúdos de cada um dos seguintes eixos: Números e Algebras, Grandezas e Medidas, Geometrias, Funções e Tratamento da informação; lembrando que o conhecimento matemático, quando significativo para o aluno contribui para o desenvolvimento do senso crítico ,na medida em que proporciona as condições necessárias para uma análise

das informações da realidade que o cerca e que se inter-relaciona com as demais áreas do conhecimento.

3.1- 6º ANO-ENSINO FUNDAMENTAL:4 aulas semanais

NÚMEROS

E ALGEBRAS

FUNÇÕES

GRANDEZAS E MEDIDAS

GEOMETRIAS

TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

1-S.N.D. (Sistema de numeração decimal) e outros sistemas de numeração.

- Números naturais e as quatro operações fundamentais.

- expressões numéricas e algébricas

- Perímetro de figuras planas

- Problemas com situações diárias.

3-Potenciação e radiciação.

- Relacionar raiz quadrada com área.

- Relacionar raiz cúbica com volume.

4-Múltiplos e divisores

- M.M.C.eM.D.C.

- situações - problemas

5- Números fraci-onários e números decimais

- frações e números decimais;

- frações e número misto

- as quatro operações

6-Noções de in-cógnitas e da variável (situações problema)

- Valor desconhecido (pequenas equações).

1-Organização do S.M.D. e comparação com outros sistemas de medidas.

2- Medidas de comprimento:

-Escala,médias arit-méticas, superfície e perímetro .

-metro (múltiplos e submúltiplos)

4- Números Naturais(N) e Racionais(Q) em contagens e medidas

5-Medidas de massa

-Estabelecer relação entre múltiplo e submúltiplos.

6-Medidas de área

- áreas das principais figuras planas

- volume do cubo e do paralelepípedo

- Unidades agrárias e a unidade padrão de superfície.

7-Medidas de volume

-metro cúbico

- Litro, massa e volume.

8-Medidas de tempo

-horas, minutos e segundo;

A-Geometria Plana:

1-Ponto, reta, e plano.

2-Semi-reta e segmento de reta

3-Figuras geométricas

4-Polígonos

5-Circulo e circunferência(diferenças e elementos)

B-Espacial:

1-Poliedros

2-corpos redon-dos.

3-Estudo da forma planifi-cada e de seus elementos.

1-Interpretação de dados e construção de tabelas

2-Gráficos de barras

3-Gráficos de colunas

4-Média aritmética

5-Porcentagem

3.2- 7ºANO-ENSINO FUNDAMENTAL: 4 aulas semanais

NÚMEROS

E ALGEBRAS

FUNÇÕES

GRANDEZAS E MEDIDAS

GEOMETRIAS

TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

1-Números inteiros

-as quatro operações

-expressões numéricas

2-Números racionais relativos:

-as quatro operações

-expressões numéricas

3-Potências e suas propriedades

4-Raízes exatas

5-Equação do 1º grau

- Noções de incógnitas, o papel da igualdade em sentenças algébricas.

6-Inequação do 1º grau

7-Razão e proporção

-noções de proporcionalidade;

-grandezas diretamente proporcional e grandezas inversamente proporcionais.

8-Regra de três simples

1- Ordenação e representação geométrica (reta numerada).

2-Representação cartesiana.

1-Medidas de temperaturas

2-Sistema monetário

-real, dólar, etc.

-Problemas com dívidas e ganho

3- Medidas de ângulos:

-classificar ângulos

-Fracionamento de grau.

-utilizar o transferidor para medir ângulos

-soma e subtração de ângulos

1-Classificar e construir polígonos

2-Classificar e construir a partir de figuras planas, os sólidos geométricos

1-Pesquisa estatística

2-Média aritmética

3-Moda e mediana

4-Porcentagens

5-Juro simples

6-Tabelas e gráficos

3.3- 8ºANO-ENSINO FUNDAMENTAL: 4 aulas semanais

NÚMEROS

E ALGEBRAS

FUNÇÕES

GRANDEZAS E MEDIDAS

GEOMETRIAS

TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

1-Números racionais

-as quatro operações

-expressões numéricas

2-Números irracionais:

-expressões numéricas

3-Potencias e suas propriedades

-Notação científica

4-Extração de raízes quadradas exatas e raízes quadradas aproximadas.

5-Sistemas de equações do 1° grau:

-revisão de equações e inequações;

-método da comparação;

-método da substituição.

6-Operações com monômios:

-história da álgebra

-termo algébrico

7-Operações com polinômios

8-Produtos notáveis

1- Ordenação e representação geo-métrica de números inteiros, racionais e irracionais (reta nu-merada).

2-Sistema de coor-denadas cartesianas.

-identificar pares ordenados

-identificar abscissa e ordenada

1-Comprimento da circunferência e área do círculo.

2-Perímetro e áreas dos polígonos.

3- Ângulos formados pelas retas paralelas interceptadas por uma transversal

4-Área e volume dos poliedros

1-Identificar e somar os ângulos internos de um polígono

Regular

-soma dos ângulos de um triângulo

2-O estudo dos Triângulos:

-triângulos semelhantes

3-Fractais

4-Noção de paralelismo:

-representação de retas no plano.

1-Interpretar e representar dados em diferentes tipos de gráficos:bar-ras, colunas, pictogramas e setores.

2-População e amostra.

3.4- 9ºANO-ENSINO FUNDAMENTAL: 4 aulas semanais

NÚMEROS

E ALGEBRAS

FUNÇÕES

GRANDEZAS E MEDIDAS

GEOMETRIAS

TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

1-Números reais

2-Propriedades dos radicais

3-Equação do 2° grau

-completa e incompleta

-utilizar diferentes processos para resolução

-linguagem algébrica na interpretação de problemas

4-Equação irracional

5-Equação biquadrada

6-Sistemas de equações do 2° grau

7-Teorema de Pitágoras:

.-Diagonal de um quadrado

-Altura de um triângulo equilátero

8-Regra de três em situações- problema.

1-Função afim

-Reconhecer uma função afim

-representação e análise gráfica

-declividade em relação ao sinal da função

2-Função quadrática

-Reconhecer uma função quadrática

-representação e análise gráfica

-concavidade da parábola

-sinal da função

1-Relações métricas no triângulo retângulo.

2-Relações trigonométricas no triângulo retângulo.

3-Aplicação de equação do segundo grau em área e perímetro de um quadrado, retângulo e triângulo.

4- Relacionar raiz quadrada com área e raiz cúbica com volume

1-Geometria Plana:

-Semelhança de polígonos

-semelhança de triângulos

2-Geometria analítica:

-Retas paralelas -Teorema de Tales

3-Noções básicas de geometria projetiva

4-Geometria espacial: - cálculo de áreas de figuras planas, volume, capacidade e massa com sólidos.

1-Noções de análise combinatória

2-Noções de probabilidade

3-Estatística

4-Juros compostos

3.5- 1º ANO –ENSINO MÉDIO - 3 aulas semanais

NÚMEROS

E ALGEBRAS

FUNÇÕES

GRANDEZAS E MEDIDAS

GEOMETRIAS

TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

1-Números reais

-conjuntos numéricos

-intervalos

2-Equações e inequações exponenciais.

3-Equações e inequações logarítmicas

4-Equações e inequações modulares.

1-Função afim

-Reconhecer uma função afim

-representação e análise gráfica

2-Função quadrática

-Reconhecer uma função quadrática

-representação e análise gráfica

-concavidade da parábola

-sinal da função

3-Função polinomial

-Reconhecer uma função polinomial

-representação e análise gráfica

4-Função exponencial

-Reconhecer uma função exponencial

-representação e análise gráfica

5-Função logarítmica

-Reconhecer uma função logarítmica

-representação e análise gráfica

6-Função modular:

-Reconhecer uma função modular

-representação e análise gráfica

7-P.A._Progressão aritmética

8-P.G._Progressão geométrica

1-área do círculo e comprimento da circunferência

2-Área das figuras planas

3-Medidas de energia

1-Geometria analítica: análise dos diferentes tipos de reta formados no plano cartesiano

2-Conceitos básicos da geometria elíptica, hiperbólica e fractal.

1-Estatística

2-Matemática financeira: juros simples e compostos.

3.6- 2º ANO –ENSINO MÉDIO- 2 aulas semanais

NÚMEROS

E ALGEBRAS

FUNÇÕES

GRANDEZAS E MEDIDAS

GEOMETRIAS

TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

1-Matrizes

-Matriz quadrada

-Igualdade de matrizes

-Operações com ma-trizes

-Propriedades

2-Determinantes

-Matriz quadrada

-Regra de Sarrus

-Cofator e Teorema de Laplace

-Outros teoremas

3-Sistemas lineares

-Classificação

-Regra de Cramer

-Escalonamento

4-Equações trigonométricas:

5-Inequações trigonométricas

1-Funções trigonométricas:

-Função seno

-Função cosseno

-Função tangente

-outras funções

1-Razões trigonométricas no triângulo retângulo

2-Trigonometria

-ciclo trigonométrico

-arcos congruos

-relações trigonométricas

-propriedades

1-Unidade de medidas de arcos e ângulos

-grau

-radiano

-comprimento de um arco

1-Análise combinatória

-Problemas que envolvem contagem

-princípio multiplicativo

-Fatorial

-Arranjo simples

-Permutação simples

-Combinação simples

2-Binômio de Newton

-Número binomial

-Fórmula do binômio

-Termo geral

3-Estudo das probabilidades

-espaço amostral

-tipos de eventos

-probabilidade condicional

-eventos independentes.

3.7- 3º ANO –ENSINO MÉDIO - 3 aulas semanais

NÚMEROS

E ALGEBRAS

FUNÇÕES

GRANDEZAS E MEDIDAS

GEOMETRIAS

TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

1-Números complexos:

-Forma algébrica de um número complexo

-operações com complexos na forma algébrica

-forma trigonométrica de um número complexo

-operações com complexos

2-Polinômios:

-Grau

-valor numérico

-operações

-identidade de polinômios

-decomposição de polinômios

3-Equações Polinomiais:

-conjunto solução

-Teoremas

-Raízes

-Relações

1-Função polinomial

-representação e análise gráfica

1-Medidas de área

-Prismas

-Pirâmides

-Corpos redondos

2-Medidas de volume

-Prismas

-Pirâmides

-Corpos redondos

1-Geometria plana:

-Semelhanças

-Áreas

-Teorema de Pitágoras

2-Geometria espacial

-Poliedros

-Prismas

-Pirâmides

-Cilindros

-Cones

-Esferas

3-Geometria analítica

-Pontos e retas

-Sistema cartesiano ortogonal

-Estudo da reta

-Cálculo da área de um triângulo

-Circunferência

-Cônicas

4-Geometria não-euclidianas

-necessidade das geometrias não-euclidianas para a compreensão de conceitos geométricos

1-Estatística

-dados, tabelas

e gráficos

2-Matemática financeira:

-Lucro e prejuízo

-descontos,

-acréscimos e juros

4-METODOLOGIA

As rápidas mudanças sociais e o aprimoramento cada vez maior e mais rápido da tecnologia impedem que se faça uma previsão exata de quais os conhecimentos, conceitos e algoritmos seriam úteis hoje, para preparar um aluno

para a vida futura. A metodologia utilizada será a didático/científica, onde ensinar apenas conceitos e algoritmos, que agora aparecem relevantes não é o caminho, pois poderão tornar-se obsoletos, quando o aluno de hoje estiver no auge de sua vida produtiva.

De acordo com o Currículo Básico do Paraná, “o professor, ao ensinar matemática, precisa levar em conta que a escola onde leciona não é um mundo em si, isolado, mas faz parte de uma organização mais ampla, a sociedade. Dessa forma, ensinar matemática para alunos determinados, numa sala de aula determinada, pertencente a um certo contexto, vai muito além da realidade vivida por ele e seus alunos, já esse ensinar é atingido pelas expectativas e ações da organização social maior. É necessário que o professor de matemática focalize sua atenção nos inter-relacionamentos da sua prática diária e correta com o contexto histórico-social mais amplo”.

É necessário rever e redimensionar alguns dos temas tradicionalmente ensinados, para que no Ensino Médio seja possível completar a formação do Ensino fundamental, concretizando o desenvolvimento de todas as potencialidades objetivadas pelo ensino de matemática. É preciso apresentar os conteúdos de forma contextualizada e não fragmentada, para que seja possível que o aluno estabeleça alguma significação do que está aprendendo com as suas relações com o cotidiano.

Frente a essa constatação, algumas possibilidades de trabalho em sala de aula caracterizam essa metodologia.

a) Contar um pouco da história da matemática, sua importância e suas aplicações na vida prática.

Recorrer a história da matemática pode esclarecer idéias que estão sendo construídas pelo aluno.

b) Construção e interpretação de gráficos, histogramas, gráficos de barras, de setores, etc, a partir de fatos que ocorrem na vida cotidiana do aluno (contextualização) para compreensão e análise dos dados estatísticos, no sistema

financeiro, bem como situações que envolvem seu cotidiano como índice de inflação, produção etc.

c) Jogos com números.

Os jogos desenvolvem a criatividade, possibilitam a compreensão e a interpretação, a comparação e a utilização de convenções e regras que serão necessárias ao processo de ensino / aprendizagem.

d) Resolução de problemas.

Os conceitos, idéias e métodos matemáticos serão abordados mediante a exploração de problemas, principalmente de situações em que os alunos precisem desenvolver algum tipo de estratégia para resolvê-los. A utilização desses no ensino de matemática justifica-se porque a atividade de resolver problemas está presente na vida das pessoas, exigindo soluções.

O aprendizado de estratégias auxilia o aluno a enfrentar novas situações em outras áreas do conhecimento. Em todas as séries os conteúdos devem ser trabalhados com situações matemáticas de pensar e conhecimentos matemáticos para solucioná-las, ou seja, com problemas. Através de situações problemas o aluno é desafiado e motivado a pensar produtivamente, desenvolve o raciocínio, preparando – o para lidar com situações novas, da oportunidade de usar os conceitos matemáticos no seu dia a dia.

e) Questionamentos, gincanas, seminários e/ou debates.

As questões propostas nesse momento do desenvolvimento dos conteúdos devem sondar o conhecimento adquirido pelo aluno a respeito do conteúdo estudado, bem como levá-lo a discussão, fazendo conjecturas que o motivarão a uma futura sistematização para embasar seus argumentos.

Serão realizados debates organizando-os em grupos, onde vence o grupo que responder mais perguntas certas ou solucionar maior número de problemas em menos tempo.

f) Utilização de anúncios de vendas de objetos de jornais para cálculo de porcentagens e juros, visando a conscientização do aluno na sociedade atual no sistema capitalista em que vivemos na pesquisa de preços, na comparação de qualidade e na procura de um preço melhor e mais compatível com sua situação financeira. (noção de economia).

g) Utilização e/ou construção de materiais didáticos.

Para tornar as aulas mais diversificadas, será utilizado retro projetor, transferidores, compasso, réguas, blocos sólidos (construção e planificação),etc.

j) Pesquisa de Campo.

Através de dados reais, de situações do cotidiano, será feito levantamento de dados, cálculos de probabilidades e demonstrações através de gráficos e de estatística.

K) Laboratório de informática ,tecnologia e biblioteca.

Nos dias atuais é extremamente importante proporcionar aos alunos da Educação Básica momentos para trabalhar conteúdos matemáticos utilizando o computador. Gráficos, geometria e funções ficam bem mais fáceis para o aluno quando demonstradas com o uso da informática. A informática, as diversas formas tecnológicas e a biblioteca devem estar sempre presentes como fonte de dados e informações.

Para que se possa oferecer uma educação tecnológica deve fazer uso: televisão, vídeo, computador, calculadora, etc., que são aspectos importantes, pois auxiliam a compreensão de conceitos e do desenvolvimento da capacidade de expressões gráficas.

l) Realização, juntamente com outros professores, de atividades extraclasse como: Gincanas, Teatro, Mostras de Ciências e Projetos;

M) Experimentos (formal com discussão pré e pós-laboratório visando à construção e ampliação dos conceitos);

N) Atividades extra classe:

O objetivo que se tem em vista com as tarefas de casa é possibilitar que o aluno revise o que foi feito em sala, habitue-se a uma atividade sistemática de estudo, vivencie situações novas sem ajuda do professor e pratique a leitura e a redação.

O) No decorrer do ano letivo é preciso estar atento para incluir os desafios Contemporâneos em todas situações possíveis. Utilizar dados históricos verdadeiros sobre : Educação ambiental (Lei nº 9.795/99), Educação Fiscal (portaria 413/2002); Cidadania e Direitos humanos; Enfrentamento a Violência nas Drogas; Educação Escolar Indígena; Gênero e Diversidade Sexual; e Diversidade Educacional (Inclusão Educacional, Cultura Afro-brasileira e Africana (Lei nº 10.639/03), Educação Indígena (lei nº 11.645), Educação do Campo (DCE do Campo), História do Paraná (lei nº 13.381/01). Esses dados podem e devem ser inseridos, discutidos e refletidos com os alunos em estatística, (levantamento de dados, organização e interpretação, formulação de hipóteses e prática de argumentação), situações problemas, tabelas e gráficos. Todo esse trabalho deve estar permeado pelo respeito a maneira de pensar, a produção e a maneira de se expressar do outro.

Para completar o estudo em sala de aula contamos com a ajuda da sala de apoio para as quintas séries e a sala de recursos. A sala de Apoio de Matemática tem como objetivo sanar as defasagens de aprendizagens trazidas pelos alunos oriundo da primeira fase ensino fundamental. É ofertado no contra turno das aulas e organizados com grupos de até quinze alunos, desta forma a interação do aluno com o professor e formas diversas de metodologia torna-se mais ágil no processo. A seleção dos alunos é feita no início do ano letivo com uma pré avaliação pelo professor regente da disciplina de matemática, onde os alunos são observados quanto ao conhecimento das quatro operações, interpretação e resolução de problemas e gráficos. Posteriormente o encaminhamento é feito pelo professor em sala de aula com base no desempenho dos alunos durante as atividades em sala. As turmas estão em constante mudança, pois o

No Ensino Médio o encaminhamento metodológico deverá levar em consideração o conhecimento prévio dos alunos no Ensino fundamental considerando que o aprendizado da matemática e das ciências em geral, é um processo de transição da visão intuitiva, de senso comum para uma visão de caráter científico a partir da ação e da interação do aluno com o conhecimento.

A resolução de problemas no Ensino médio apresenta-se como estratégia particularmente interessante para a disciplina de matemática numa vez que os alunos confrontando-se com situações-problema, mas compatíveis com os instrumentos que já possuem ou que possam adquirir, aprendam a desenvolver estratégia de enfrentamento, planejando etapas, verificando regularidades, estabelecendo relações, criando espírito de pesquisa desenvolvendo sua capacidade de raciocínio, ampliando a sua autonomia e capacitando comunicação e argumentação.

A matemática terá com um ponto de partida o universo vivencial comum entre aluno e o professor, que investiga ativamente o meio natural e social e que faz uso do conhecimento científico elaborado.

Além de aula expositiva e do livro didático, o professor deverá lançar mão de toda a diversidade de recursos didáticos, meios de estratégias possíveis a fim de atender os diferentes processos e estágios de aprendizagem.

No Ensino médio os jogos, os debates e seminários podem contribuir para o trabalho de formação de atitudes enfrentamento de desafios, lançar-se à busca de soluções e desenvolvimento da crítica. A metodologia aplicada nas aulas participativas, nas quais os alunos discutem, emite opiniões e críticas, levanta hipóteses e constrói novos conceitos, estimulam o aluno a participar ativamente do processo ensino aprendizagem, a buscar resposta e a aprender a pensar.

É de fundamental importância proporcionar ao estudante situações em que ele possa explorar o mundo que o cerca, reelaborar seus conhecimentos, ampliando-os e aperfeiçoando-os, reexaminar suas convicções, podendo ter oportunidade de confirmá-las ou modificá-las, adotando uma postura de reflexão diante da realidade.

É de vital importância também que o aluno tenha condições de aumentar a capacidade de abstração, partindo ou não de experiência do seu cotidiano.

5- AVALIAÇÃO

A avaliação do processo educativo abrangerá todo o trabalho realizado pelo aluno, não ficando restrita a um só momento ou a uma única forma de avaliar. Ela é parte integrante do processo desenvolvido com os alunos, onde os membros serão solicitados constantemente a participar, questionar e criar.

O principal objetivo da educação é criar homens capazes de fazer coisas novas, não simplesmente de repetir o que outras gerações fizeram - homens criativos, inventivos e descobridores.

O segundo objetivo da educação é formar mentes que possam verificar e não aceitar tudo o que lhes é oferecido. O maior perigo, hoje, é o dos slogans, opiniões coletivas, tendências de pensamento ready-mades. Temos que estar aptos a resistir individualmente, a criticar, a distinguir o que está provado do que não está. Portanto, precisamos de discípulos ativos, que aprendam cedo a encontrar as coisas por si mesmas, em parte por sua atividade espontânea e, em parte, pelo material que preparamos para eles, que aprendam cedo a dizer o que é verificável e o que é simplesmente idéia que lhes veio.

JEAN PIAGET

Conceituamos avaliação não como uma etapa isolada, mas como parte do processo educativo, no qual todos os integrantes do trabalho (professor, alunos e outros profissionais da escola) estão continuamente se modificando. Portanto, a avaliação servirá como diagnóstico do processo ensino-aprendizagem, constituindo em ponto de orientação para a continuidade do trabalho escolar e estímulo para aprimorar o conhecimento; como fonte de informação que, poderão orientar uma posterior intervenção voltada para um replanejamento. Os resultados da avaliação

deverão servir para que o professor possa verificar como o aluno esta interagindo com o conhecimento e tomar decisões para a melhoria da qualidade do processo-educativo.

Nesta perspectiva, as formas de avaliar serão realizadas de maneira diversificada, podendo ser através de relatórios, produção e interpretação de textos, testes, avaliação formal e de múltipla escolha, trabalhos em grupo, debates, participação efetiva nas atividades, atividades extraclasse (tarefas), registros no caderno, projetos realizados em sala ou fora dela, pesquisas de campo, construção de modelos, etc. Contemplarão também as explicações, justificativas, participação e argumentações orais, uma vez que estas revelam aspectos do raciocínio que muitas vezes não ficam evidentes nas avaliações escritas.

Os resultados expressos pelos instrumentos de avaliação sejam eles: provas, trabalhos, e/ou registros dos alunos (atividades de sala e tarefas); fornecerão ao professor, informações sobre as competências de cada aluno em resolver problemas, em utilizar a linguagem matemática adequadamente para comunicar suas idéias, em desenvolver raciocínios e análises e em integrar todos esses aspectos no seu conhecimento matemático.

Poderão ser utilizados os seguintes instrumentos para avaliar os alunos:

- Trabalhos individuais e/ou em grupo;
- Provas individuais e/ou em dupla;
- Provas com consulta;
- Debates, seminários, pesquisas de campo e relatórios;
- Atividades extraclasses (tarefas no caderno);
- Registro de todas as atividades no caderno (portifólio);
- Apresentação de trabalhos práticos;
- Participação oral durante as aulas e/ou nos trabalho;

- Confeção de materiais,
- Compromisso e seriedade com os estudos; etc.

A recuperação Paralela se fará de forma imediata possibilitando ao aluno uma nova chance para recuperação dos conteúdos e ou apresentação do que foi proposto. Cabe ao professor criar momentos para que os alunos superem as dificuldades encontradas através de: pesquisas, trabalho prático, entrega de atividades, apresentações em sala, cooperação no grupo, tarefas e outros afins de que se aproprie de uma ou de outra forma de conteúdo trabalhado.

Porém, a recuperação das notas será possibilitada ao aluno no final dos semestres, quando o aluno apresentar pendências pedagógicas, podendo ser feita através de prova(s) ou de trabalho(s). Quando a recuperação da média for feita através de prova individual, permanecerá a nota maior entre a média semestral e a nota da prova de recuperação; quando a recuperação for feita através de trabalhos; a média semestral será o resultado da média aritmética entre a média do semestre e o trabalho de recuperação.

5.1-CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO POR ANO:

6° ANO:

No 6º ano do Ensino Fundamental é importante que o aluno:

- Conheça os diferentes sistemas de numeração;
- Identifique o conjunto dos números naturais, comparando e reconhecendo seus elementos;
- Realize as operações fundamentais com números naturais;
- Expresse matematicamente, oral ou por escrito, situações-problema que envolvam as operações;

- Estabeleça relação de igualdade e transformação entre: fração e número decimal; fração e número misto;
- Identificar o metro como unidade-padrão de medida de comprimento;
- Reconheça e compreenda os diversos sistemas de medidas;
- Opere com múltiplos e submúltiplos do quilograma;
- Calcule o perímetro e área de figuras planas, usando unidades de medida padronizadas;
- Compreenda e utilize o metro cúbico como padrão de medida de volume;
- Transforme uma unidade de medida de tempo em outra unidade de medida de tempo;
- Reconheça e classifique ângulos (retos, agudos, obtusos);
- Relacione a evolução do Sistema Monetário Brasileiro com os demais sistemas mundiais.
- Calcule a área de uma superfície usando unidades de medida de superfície padronizada - Reconheça o MMC e MDC entre dois ou mais números naturais;
- Reconheça as potências como multiplicação de mesmo fator e a radiciação como sua operação inversa;
- Relacione as potências e as raízes quadradas com padrões numéricos e geométricos
- Reconheça e represente ponto, reta, plano, semi-reta e segmento de reta;
- Determine perímetro de figuras planas;
- Calcule área de figuras planas;
- Diferencie círculo e circunferência, identificando seus elementos;
- Reconheça os sólidos geométricos em sua forma planificada, identificando seus elementos.

Interprete e identifique os diferentes tipos de gráficos e compilação de dados, sendo capaz de fazer a leitura desses recursos nas diversas formas em que se apresentam;

- Resolva situações-problema que envolvam porcentagem e relacione-as com os números na forma decimal e fracionária.

7° ANO

No 7º ano do Ensino Fundamental é importante que o aluno:

- Reconheça os conjuntos numéricos, suas operações e registro;
- Compreenda os princípios aditivo e multiplicativo como propriedade da igualdade e desigualdade;
- Compreenda a razão como uma comparação entre duas grandezas numa ordem determinada e a proporção como uma igualdade entre duas razões;
- Reconheça sucessões de grandezas direta e inversamente proporcionais;
- Compreenda o conceito de incógnita.
- Identifique os diversos tipos de medidas e saiba aplicá-las em diferentes contextos;
- Classifique ângulos e faça uso do transferidor e esquadros para medi-los;
- Calcule área de figuras planas;
- Classifique e construa, a partir de figuras planas, sólidos geométricos;
- Compreenda noções topológicas através do conceito de interior, exterior, fronteira, vizinhança, conexidade, curvas e conjuntos abertos e fechados.
- Analise e interprete informações de pesquisas estatísticas;
- Leia, interprete, construa e analise gráficos;
- Calcule a média aritmética e a moda de dados estatísticos;

- Resolva problemas envolvendo cálculo de juros simples.

8° ANO

No 8º ano do Ensino Fundamental é importante que o aluno:

- Identifique os elementos dos conjuntos dos números naturais, dos números inteiros, dos números racionais e irracionais;
- Compreenda o objetivo da notação científica e sua aplicação;
- Extraia a raiz quadrada exata e aproximada de números racionais;
- Compreenda, identifique e reconheça o número π (pi) como um número irracional especial;
- Identifique monômios e polinômios e efetue suas operações;
- Utilize as regras de Produtos Notáveis para resolver problemas que envolvam expressões algébricas.

Calcule o comprimento da circunferência;

Calcule o comprimento e área de polígonos e círculo.

Identifique ângulos formados entre retas paralelas interceptada por transversal

Reconheça triângulos semelhantes, identifique e some seus ângulos internos, bem dos polígonos regulares;

- Represente uma mesma informação em gráficos diferentes;
- Utilize o conceito de amostra para levantamento de dados.
- Trace e reconheça retas paralelas num plano desenvolva a noção de paralelismo;
- Realize cálculo de superfície e volume de poliedros;

- Reconheça os eixos que constituem o Sistema de Coordenadas Cartesianas, marque pontos, identifique os pares ordenados e sua denominação (abscissa e ordenada);
- Conheça os fractais através da visualização e manipulação de materiais

9ºANO:

No 9º ano do Ensino Fundamental é importante que o aluno:

- Opere com expoentes fracionários;
- Identifique a potência de expoente fracionário como um radical e aplique as propriedades para a sua simplificação;
- Extraia uma raiz usando fatoração;
- Identifique uma equações do 2º grau na forma completa e incompleta, reconhecendo seus elementos;
- Determine as raízes de uma equação do 2º grau utilizando diferentes processos;
- Interprete problemas em linguagem gráfica e algébrica;
- Identifique equações Irracionais;
- Resolva equações biquadradas através das equações do 2º grau;
- Utilize a regra de três composta em situações-problema.
- Conheça e aplique as relações métricas e trigonométricas no triângulo retângulo;
- Utilize o Teorema de Pitágoras na determinação das medidas dos lados de um triângulo retângulo.
- Expresse a dependência de uma variável em relação a outra;
- Reconheça uma função afim e sua representação gráfica, inclusive sua declividade em relação ao sinal da função;

- Relacione gráficos com tabelas que descrevem uma função;
- Reconheça a função quadrática e sua representação gráfica e associe a concavidade da parábola em relação ao sinal da função;
- Analise graficamente as funções afins;
- Analise graficamente as funções quadráticas.
- Verifique se dois polígonos são semelhantes, estabelecendo relações entre eles;
- Compreenda e utilize o conceito de semelhança de triângulos para resolver situação-problema;
- Conheça e aplique os critérios de semelhança dos triângulos;
- Aplique o Teorema de Tales em situações-problema;
- Realize cálculo da superfície e volume de poliedros;
- Analise e discuta a auto-similaridade e a complexidade infinita de um fractal.
 - Desenvolva o raciocínio combinatório por meio de situações-problema que envolva contagens, aplicando o princípio multiplicativo.
- Descreva o espaço amostral a um experimento aleatório;
- Calcule as chances de ocorrência de um determinado o evento;
- Resolva situação-problema na qual envolvam cálculos de juros compostos.

1º ANO DO ENSINO MÉDIO:

No 1º ano do Ensino Médio é importante que o aluno:

- Amplie a idéia de conjuntos numéricos e o transponha em diferentes contextos;
- Identifique e realize operações com polinômios;

- Identifique e resolva equações, sistemas de equações e inequações inclusive as exponenciais, logarítmicas e modulares.
- Perceba que as unidades de medidas são utilizadas para a determinação de diferentes grandezas;
- Compreenda a relações matemáticas existentes nas unidades de medida de diversas grandezas;

Identifique diferentes funções;

- Realize cálculos envolvendo diferentes funções;
- Aplique os conhecimentos sobre funções para resolver situações-problema;
- Realize análise gráfica de diferentes funções;
- Reconheça nas seqüências numéricas, particularidades que remetem ao conceito das progressões aritméticas e geométricas;
- Generalize cálculos para a determinação de termos de uma seqüência numérica.
- Realize estimativas, conjecturas à respeito de dados e informações estatísticas;
- Compreenda a Matemática Financeira aplicada ao diversos ramos da atividade humana;

2° ANO DO ENSINO MÉDIO:

No 2° ano do Ensino Médio é importante que o aluno:

- Conceitue e interprete Matrizes e suas operações;
- Conheça e domine o conceito e as soluções de problemas que se realizam por meio de determinante;
- Perceba que as unidades de medidas são utilizadas para a determinação de diferentes grandezas;

- Compreenda a relações matemáticas existentes nas unidades de medida de diversas grandezas;
- Aplique a lei dos senos e a lei dos cossenos de um triângulo qualquer para determinar elementos desconhecidos.

Manuseie dados desde sua coleta até os cálculos que permitirão tirar conclusões e a formulação de opiniões;

- Domine os conceitos do conteúdo Binômio de Newton;
- Saiba tratar a informações e compreenda a idéia de probabilidade;
- Realize estimativas, conjecturas à respeito de dados e informações estatísticas;
- Compreenda a Matemática Financeira aplicada ao diversos ramos da atividade humana;
- Perceba, através da leitura, construção e interpretação de gráficos, a transição da álgebra para a representação gráfica e vice-versa.

3º ANO DO ENSINO MÉDIO:

No 3º ano do Ensino Médio é importante que o aluno:

- Compreenda os números complexos e suas operações;
- Identifique e realize operações com polinômios;
- Perceba que as unidades de medidas são utilizadas para a determinação de diferentes grandezas;
- Compreenda a relações matemáticas existentes nas unidades de medida de diversas grandezas;
- Identifique diferentes funções;
- Realize cálculos envolvendo diferentes funções;

- Aplique os conhecimentos sobre funções para resolver situações-problema;
- Realize análise gráfica de diferentes funções;
- Amplie aprofunde nos conceitos geométricos em um nível abstrato mais complexo;
- Realize análise dos elementos que estruturam as geometrias;
- Perceba a necessidade das geometrias não-Euclidianas para a compreensão de conceitos geométricos, quando analisados em planos diferentes do plano de Euclides;
- Compreenda a necessidade das geometrias não-Euclidianas para o avanço das teorias científicas;
- Articule idéias geométricas em planos de curvatura nula, positiva e negativa;
- Conheça os conceitos básicos da Geometria Elíptica, da Geometria Hiperbólica e da Geometria Fractal.

6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

PARANÁ. Cadernos do Ensino Fundamental de Matemática – SEED.2.006

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Ensino de Primeiro Grau. Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná. Curitiba: SEED/DEPG, 1990.

Parâmetros Curriculares Nacionais – Matemática – MEC – Brasília

LIBÂNEO, JOSÉ Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1991.

DANTE, Luiz Roberto. Didática da Revolução de Problemas. São Paulo: Ática.

PARANÁ. Caderno da Reformulação Curricular nas Escolas Públicas do Paraná - SEED-2006. Bibliografia:

BEZERRA, Manoel Jairo. Matemática para o ensino Médio: Volume único – S.P. – Sipione – 2001.

BARRETO FILHO, Benigno. Matemática aula por aula – Volume único – ensino médio – S.P. – FTD. – 2000

GIOVANNI, José – Bonjorno, José Roberto e Giovanni Jr, José Ruy. Livro Matemático Fundamental (uma nova abordagem).

Material didático do Positivo-Ensino Médio. 2008. Gráfica e editora Posigraf S/A- Curitiba-Pr

MARCONDES, Gentil e Sérgio. Livro Matemático.

PARANÀ, DCE - Diretrizes Curriculares da Educação Básica: Matemática. Secretaria de Estado da Educação do Paraná-2008

FIORENTINO,D.Alguns modos de ver e conceber o ensino de matemática no Brasil.Revista Zetetiké.Campinas,ano 3,n.4,p.1-37.1995.

PIAGET, Jean. Fazer e compreender Matemática. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

MEDEIROS,C.F. Por uma educação matemática como intersubjetividade.In:BICUDO,M.A.V.Educação matemática.São Paulo: Cortez,1987.p.13.44.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA:

A Educação Física, ao longo de sua história, buscou nas tendências pedagógicas (Desenvolvimentista, Construtivista, Crítica Emancipadora) sua identidade. Em hipótese alguma poderemos ser saudosistas ou incoerentes na possibilidade de apagarmos ou recusarmos os avanços que cada tendência promoveu. Hoje pretendemos analisar o corpo que agora interessa e a forma de existir. Aguça-nos o desejo de buscar mais pões nas aulas de Educação Física um corpo objeto. Buscar na disciplina de Educação Física a identidade do sujeito deste corpo, quais as possibilidades dentro do contexto para sua educação e desenvolvimento de uma cultura corporal, cognitiva, psicomotora para uma interpretação da linguagem corporal eficiente de comunicação tornando potencial produtivo na construção do conhecimento, a superação dos limites impostos socialmente, quanto às deficiências – D.A., D. M., D.V. e D.F. e as diferenças étnico-raciais, modificando as relações sociais tornando-se um sujeito com capacidade de diagnosticar, sugerir, interagir e produzir.

Através dos conteúdos propostos, dança, jogos, lutas, esporte e ginástica acontecerá o desenvolvimento corporal e a construção do saber sistematizado.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES: (FUNDAMENTAL):

Manifestações Esportivas:

Voleibol;

Handebol;

Futsal;

Basquete;

Atletismo;

Tênis de Mesa;

Xadrez;

Futebol;

Manifestações Ginásticas

Ginástica geral;

Ginástica rítmica;

Ginástica Olímpica/ Ginástica Artística;

Acrobacias;

Ginástica aeróbica (step/ localizada);

Ginástica laboral;

Ginástica com elemento e natural;

Manifestações estético-corporais:

Alongamento/flexibilidade/ relaxamento;

Dublagem;

Música;

Dança de salão;

Danças Folclóricas (Paranaense/ Alemã/ Italiana/ Ucraniana);

Jogos imitativos;

Jogos expressão corporal;

Mímica;

Jogos, Brinquedos e Brincadeiras

motores,

sensoriais,

recreativos,

intelectivos,

cooperativos,

simbólico,

exercício,

regra,

construção.

Brinquedos cantados

Brincadeira de rua

Lutas:

Jiu-jitsu,

Judô

Sumô,

karatê,

capoeira,

taekwondo.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

A Educação Física deve ser trabalhado sobre o viés de interlocução com disciplinas variadas que permitam entender o corpo em sua complexidade, ou seja, sob uma abordagem biológica, antropológica, sociológica, psicológica, filosófica e política, justamente por sua constituição interdisciplinar.

A Educação Física tem a função social de contribuir para que os alunos se tornem sujeitos capazes de reconhecer o próprio corpo, ter autonomia sobre ele e adquirir mais expressividade corporal consciente.

No ensino fundamental, as aulas de Educação Física tem como objetivo desenvolver as manifestações corporais vislumbrando as capacidades física-cognitiva-social do educando.

Para contextualizar as práticas corporais sem preconceito e sem discriminação étnico-raciais, o professor deve respeitar as diferenças culturais e sociais do educando, proporcionando uma educação igualitária e democrática.

Em sua prática pedagógica, ao problematizar a sua atuação profissional, o professor deve delimitar questões necessárias e importantes, que levem em consideração o registro organizado das atividades escolares por ele desenvolvidas,

integrando-se as outras disciplinas escolares colaborando para a compreensão das manifestações corporais.

Para tanto, é essencial conhecer bem a cultura que envolve a realidade em que a escola está inserida, sem perder de vista a dimensão universal dos conhecimentos a que os alunos têm direito.

É tarefa do professor mediar situações conflitantes que envolvam a corporalidade por meio do diálogo e da reflexão, com argumentos que favoreçam o esclarecimento dos sujeitos envolvidos no processo educativo. O corpo deve ser reconhecido de modo ético em experiências que contribuam para o desenvolvimento humano.

No ensino médio, devemos adotar metodologia que permita ao educando ampliar a sua visão de mundo por meio da cultura corporal, superando a perspectiva do tecnicismo e da esportivização das práticas corporais. Por sua vez, conforme a concepção crítico-superadora o conhecimento deve ser transmitido ao educando levando-se em conta o momento político, histórico, econômico e social em que está inserido.

Dialeticamente, os conteúdos serão apresentados de forma simultânea, o que deve mudar é a amplitude do conhecimento sobre cada conteúdo. Sendo abordados tanto na primeira como na terceira série do ensino médio, mudando apenas o grau de complexidade que o educador fará entre os conteúdos e elementos articuladores.

Ao trabalhar a Educação Física sob esta perspectiva, estaremos superando formas anteriores de concepção e atuação na escola pública, considerando objetos de análise e crítica de reorientação/transformação.

Dessa forma, pensar a Educação Física a partir de uma mudança significa analisar a insuficiência do atual modelo de ensino, que geralmente não contempla a diversidade de manifestações corporais produzidas socialmente pelos diferentes grupos humanos. A Educação Física de modo mais abrangente, está voltada a uma consciência crítica, em que o trabalho constitui categoria de análise e é princípio fundamental da disciplina nas diretrizes curriculares.

AVALIAÇÃO

A avaliação em educação física tem características e dificuldades comuns aos demais componentes curriculares. Ela deve servir para problematizar a ação pedagógica e não apenas atribuir um conceito ao aluno. Assim :

A avaliação deve ser contínua, compreendendo as fases que se convencionaram;

A avaliação deve englobar os domínios , cognitivos, afetivos ou emocionais, sociais e motor;

A avaliação deve referir-se as habilidades motoras básicas: ao jogo, o esporte, a dança, a ginástica, as lutas e a prática da aptidão física;

A avaliação deve referir-se aos conhecimentos científicos relacionados a prática das atividades corporais de movimento;

A avaliação deve levar em conta os objetivos específicos propostos pelo PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola;

A avaliação deve operacionalizar-se na aferição da capacidade do aluno expressar-se pela linguagem escrita e falada, sobre a sistematização dos conhecimentos relativos a cultura corporal de movimento e da sua capacidade de movimentar-se nas formas elaboradas por essa cultura.

Os processos avaliativos incluem aspectos informais e formais, concretizados em observação sistemática/assistemática, e anotações sobre o interesse da participação e capacidade de cooperação prática do aluno, auto avaliação, trabalhos, pesquisas, provas teóricas e práticas, resolução de problemáticas propostas pelo professor, elaboração e apresentação de coreografias de danças, táticas nos esportes coletivos, etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Utilizar as bibliografias em acordo com as DCE.

RELATO

Com os avanços na disciplina, pretende-se demonstrar como o alargamento da compreensão das práticas corporais na escola podem representar uma reorganização nas formas de conceber o papel da educação física na formação do aluno. Isso significa identificar as múltiplas possibilidades de intervenção sobre a corporalidade que surgem no cotidiano de cada cultura escolar na sua especificidade.

A precariedade de materiais, sejam eles de apoio, espaço físico, ambiente e tempo hábil para discussão, elaboração e intervenção das propostas, nos coloca em situação de ineficácia involuntária para o desenvolvimento adequado dos trabalhos.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE ENSINO RELIGIOSO

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Não se pode negar a trajetória histórica do Ensino Religioso no Brasil, mas diante da necessidade atual, esta disciplina requer uma nova forma de se vista e compreendida no Currículo Escolar.

O Ensino Religioso deve atender o educando em sua dimensão religiosa pois a diversidade cultural e religiosa brasileira é vasta e a disciplina de Ensino Religioso tem por base a diversidade expressa nas diferentes expressões religiosas.

Sendo assim, o foco no sagrado e em diferentes manifestações, possibilita a reflexão sobre a realidade contida na pluralidade desse assunto numa perspectiva de compreensão sobre sua religiosidade e a do outro, na diversidade universal do conhecimento humano e de suas diferentes formas de ver o sagrado.

Portanto, o Ensino Religioso visa propiciar aos educandos a oportunidade de identificação, de entendimento, de conhecimento, de aprendizagem em relações as diferentes manifestações religiosas presente na sociedade, de tal forma que tenham a amplitude da própria cultura em que se insere. Essa compreensão deve favorecer o respeito á diversidade cultural religiosa, em relações éticas e sociais diante da sociedade, fomentado medidas de repúdio a toda e qualquer forma de preconceitos e discriminação e o reconhecimento de que, todos nós somos portadores de singularidades.

Assim, o Ensino Religioso permitirá que os educadores possam refletir e entender como os grupos sociais se constituem culturalmente e como se relacionam com o sagrado.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

6º ANO

1. O Ens. Religioso Na Escola Pública
 - Orientações legais
 - Objetivos
 - Diferença entre religião e Ens. Religioso.

2. Respeito a diversidade religiosa

-Declaração Universal dos Direitos Humanos e Constituição Brasileira: respeito à liberdade religiosa;

-Direito a professar fé e liberdade de opinião e expressão

-Direito à liberdade de reunião e associação pacíficas

-Direitos Humanos e sua vinculação com o Sagrado

3. Lugares Sagrados

-Caracterização dos lugares e templos sagrados: lugares de peregrinação, de reverência, de culto, de identidade, principais práticas de expressão do sagrado nestes locais

-Lugares na natureza: Rios, lagos, montanhas, grutas, cachoeiras, etc.

-Lugares construídos: Templos, Cidades sagradas, etc.

4. Textos Orais e Escritos – Sagrados

-Ensinos sagrados transmitidos de forma oral e escrita pelas diferentes culturas religiosas.

-Literatura oral e escrita (Cantos, narrativas, poemas, orações, etc.)

5. Organizações Religiosas

-Fundadores e/ou Líderes Religiosos

-Estruturas Hierárquicas.

-Cultura afro-brasileira.

7º ANO

1. Universo simbólico religioso

-Nos Ritos

-Nos Mitos

-No cotidiano

2.Ritos

-Ritos de passagem

-Mortuários

-Propiciatórios

-Outros

3.Festas Religiosas

-Eventos organizados pelos diferentes grupos religiosos

-confraternização

-rememoração dos símbolos

-períodos ou datas importantes

-festas religiosas africanas

4.Vida e Morte

-O sentido da vida nas tradições/manifestações religiosas

-Reencarnação

-Ressurreição – ação de voltar à vida

-Além-morte

-Ancestralidade – vida dos antepassados – espíritos dos antepassados se tornam presentes

METODOLOGIA DA DISCIPLINA

O tratamento didático na disciplina de Ensino Religioso se dará através da observação: observar não é apenas uma experiência visual, mas diz respeito às condições externas e internas do observador, tais como: idade, formação, história da vida, conhecimentos prévios etc. No caso do Ensino Religioso, as observações feitas, por exemplo, a propósito de um determinado símbolo serão tão variados quanto forem os educandos observadores e suas matrizes religiosas.

A disciplina de Ensino Religioso propõe subsidiar os alunos, por meio dos conteúdos, à compreensão e análise das diferentes manifestações do sagrado com vistas a interpretação dos seus múltiplos significados. Subsidiará também aos educandos a compreensão de conceitos básicos no campo religioso e na forma como a sociedade sofre inferências das tradições religiosas ou mesmo da afirmação ou negação do sagrado.

Portanto faz-se necessário o uso da reflexão e informação do educando.

Reflexão: é um procedimento que acompanha todo o processo, desde a observação até a informação. Na realidade, não se trata de momentos isolados e estanques, mas de passos que se entrelaçam, se interligam, numa dinâmica, num movimento constante. O professor pode encaminhar a reflexão com questionamentos, diálogos, problematizações, que promovam a conscientização, o entendimento e à decodificação do objeto de estudo, no caso, o fenômeno religioso. Essa decodificação progressiva permitirá ao aluno abrir sua visão, desarmar-se dos preconceitos, discernir, perceber a unidade da vida, a busca de sentido, a necessidade da transcendência.

Informação: pela informação o professor ajuda o aluno a se apropriar do conhecimento sistematizado, organizado, elaborado, para que possa passar de uma visão ingênua, empírica, fechada, dogmatizada, desarticulada e muitas vezes incoerentes, para nova visão decodificada e explicitadora da realidade. Todos esses procedimentos devem necessariamente possibilitar o alcance dos objetivos

propostos pela disciplina sejam atingidos. A intencionalidade e a direção do processo ensino / aprendizagem no Ensino Religioso, devem conduzir para a realização de dois aspectos: o primeiro, de ordem interna, refere-se à aquisição do conhecimento religioso como tal, o segundo, de ordem externa, gera uma mudança qualitativa, que se expressa no “saber em si, no saber em relação e no saber de si” traduzidos em novas posturas de diálogo e reverência, criando situações de ensino para os alunos estabelecendo ,

relações entre valores e ações individuais e coletivas, os interesses específicos do grupo e das articulações sociais.

As práticas pedagógica fomentarão o respeito as diversas manifestações religiosas, ampliando e valorizando o universo cultural dos alunos.

AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem deve ser entendida como parte integrante do processo ensino-aprendizagem, tendo a finalidade de alimentar, sustentar e orientar a ação pedagógica.

Mesmo não havendo aferição de notas ou conceitos que impliquem na reprovação ou aprovação dos alunos, é necessário que o professor faça o registro formal do processo avaliativo, adotando instrumentos que permitam à escola, ao aluno, aos pais ou responsáveis, identificarem os progressos obtidos na disciplina.

Enfim, no processo de avaliação é importante o conhecimento prévio e as dúvidas dos mesmos.

REFERÊNCIAS:

ATLAS GEOGRÁFICO MUNDIAL. Para conhecer melhor o mundo em que vivemos.

BOURGOGNE, Cleuza Vilas Boas. Interação & Transformação: Língua Portuguesa, 6ª Editora do Brasil, 1996.

Grande Atlas Universal – Barcelona (Espanha) Ed. Sol. P.60,61,2005.

Idéias, 6 V (Coleção Jeitos Jovens) 32 p. il. 2002.

IOBEM, Bob: Wolf, Freud. Espaço – Tempo e Além. São Paulo: Cultrix, 1998.

LOWEN, Alexandre, M.D.A. Espiritualidade do Corpo. São Paulo: Cultrix, 1991.

MAGALHÃES, Luis Alberto de Almeida. Anjo da Terra. Belo Horizonte: 3ª edição, Armazém

OSMAR, Reis Junior. Compartilhando valores. V.2, ed. Fapi LTDA, 2006.

Petrópolis.Vozes, 2001.

ROMANIO, Adilson Miguel. Redescobrimo o universo religioso. Ensino Fundamental, v.3.

SECRETARIA, de Estado da Educação. Diretrizes Curriculares de Ensino Religioso para o Ensino Fundamental: Paraná, SEED, 2006.

Série: Livro do Professor/Cleuza Vilas Boas Bourgogne, Lílian Santos Silva –São Paulo

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE ARTES

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA:

As diferentes formas de pensar o ensino da Arte e o conceito de Arte são produtos do momento histórico em que acontecem, sendo preciso a organização de uma proposta de diretrizes curriculares.

Na educação, o ensino a Arte deve servir como referencia para pensar a arte e o seu ensino, que gera conhecimento articulando saberes cognitivos, sensíveis e sócio-culturais.

O ensino da Arte deve ampliar o repertório cultural do aluno a partir dos conhecimentos estético, artístico e contextualizado, aproximando-o do universo cultural da humanidade nas suas diversas representações.

A educação em Arte se efetiva na articulação do conhecimento estético, artístico e contextualizado, aliados à práxis no ensino de Arte.

Em Arte, a prática pedagógica contemplará as Artes Visuais, a Dança, a Música e o Teatro, e os conteúdos estruturantes articulando-os entre si permitindo com uma correspondência entre as linguagens.

A Arte em sua essência representa a realidade, expressa visões de mundo do artista e relata aspectos políticos, ideológicos e sócio-culturais.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

- A disciplina almeja que os alunos adquiram conhecimento sobre a diversidade de pensamento e de criação artística
- Expandir sua capacidade de criação
- Desenvolver o pensamento crítico
- Ampliar o repertório cultural
- Interferir e expandir os sentidos, a visão de mundo
- Situar como sujeito de sua realidade histórica aproximando-o do universo cultural da humanidade nas suas diversas representações
- Criar formas singulares de pensamento
- Apreender e expandir suas potencialidades criativas

METODOLOGIA DA DISCIPLINA:

A construção do conhecimento em arte se efetiva na relação entre o estético e o artístico materializada nas representações artísticas, esses conhecimentos são interdependentes e articulados entre si, abrangendo todos os aspectos do conhecimento em arte.

Para que o processo de ensino e aprendizagem se efetive é necessário que o professor trabalhe a partir de sua área de formação (artes visuais, teatro, música e dança), de suas pesquisas e experiências artísticas estabelecendo relações com os conteúdos e saberes das outras áreas da disciplina de artes, nas quais tiver algum domínio.

Considerando os eixos norteadores de todo trabalho educativo e artístico desenvolvido, cada professor terá autonomia para articulá-los de acordo com seus conteúdos específicos. Assim os encaminhamentos, recursos e materiais utilizados devem possibilitar aos alunos três momentos: teorizar, sentir e perceber o trabalho artístico. Sistematizar o conhecimento em direção à aquisição de conceitos artísticos havendo um diálogo entre a realidade de sala de aula e o conhecimento no campo das teorias críticas de arte e da educação.

O conhecimento, as práticas e a produção artística devem estar presentes em todos os momentos da prática pedagógica. O trabalho do professor poderá iniciar por qualquer um desses momentos fazendo com que o aluno vivencie cada um deles.

Fazer o aluno entrar em contato com produções artísticas regionais relacionando-as com a realidade do mesmo.

Estabelecer relações das artes visuais com as demais áreas artísticas.

Uso de imagens impressas e digitais, TV pen drive, DVD, materiais diversos para produção plástica, entre outros.

De acordo com os conteúdos estruturantes presentes na disciplina, a arte propõe o entrelaçar dos desafios contemporâneos (violência, diversidade, meio ambiente, gênero) no desenvolvimento teórico - prático feito junto aos alunos. Procurar-se-á analisar tais temáticas a fim de desenvolver o pensamento crítico sobre cada um

destes, finalizando com a materialização dos conceitos discutidos e construídos de forma artística, explorando diferentes linguagens.

Por exemplo: no 7º. Ano quando for trabalhado os conteúdos Arte Popular, Arte Brasileira, Arte Indígena e Africana, abordar o tema diversidade. O Hip Hop e a violência. Teatro, caracterização de personagem: Gênero.

6º. ano

ARTES VISUAIS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Elementos Formais Composição Movimentos e Períodos

Conteúdos Básicos:

Ponto

Linha

Forma

Superfície

Textura

Volume

Cor e Luz

Bidimensional figurativo

Geométrica

Simetria

Pintura

Escultura

Cenas da Mitologia

Paisagem

Arte da Pré historia

Arte africana

Arte oriental

Arte Greco Romana

Arte Paranaense

MÚSICA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Elementos Formais Composição Movimentos e Períodos

Conteúdos Básicos:

Altura

Duração

Timbre

Intensidade

Densidade

Ritmo

Improvisação

Africana

TEATRO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Elementos Formais Composição Movimentos e Períodos

Conteúdos Básicos:

Personagens: expressões corporais, vocais, gestuais, e faciais.

Técnicas: improvisação, manipulação Grego romana

DANÇA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Elementos Formais Composição Movimentos e Períodos

Conteúdos Básicos:

Movimento corporal

Gênero: circular

Grego Romana

Dança Clássica

7º. ano

ARTES VISUAIS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Elementos Formais Composição Movimentos e Períodos

Conteúdos Básicos:

- Ponto
- Linha
- Forma
- Superfície
- Textura
- Volume
- Cor e Luz
- Paisagem
- Natureza morta
- Retrato
- Cenas oníricas
- Movimento
- Assimetria, sobreposição
- Figura-fundo
- Deformação

- Abstrato
 - Perspectiva
 - Técnicas em pintura, escultura e modelagem • Arte Medieval
- Renascimento
- Barroco
 - Cultura Africana
 - Arte indígena
 - Arte Popular
 - Arte Brasileira
 - Arte Paranaense.

MÚSICA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Elementos Formais Composição Movimentos e Períodos

Conteúdos Básicos:

Altura

Duração

Timbre

Intensidade

Densidade Gêneros: folclórico, indígena, étnico

Musica popular e étnica (ocidental e oriental)

TEATRO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Elementos Formais Composição Movimentos e Períodos

Conteúdos Básicos:

Personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais Representação

Leitura dramática

Técnicas: mímica Teatro popular

DANÇA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Elementos Formais Composição Movimentos e Períodos

Conteúdos Básicos:

Movimento corporal

Gênero: folclórico, popular

Arte Africana

Arte Popular

8º.ano

ARTES VISUAIS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Elementos Formais Composição Movimentos e Períodos

Conteúdos Básicos:

Linha

Forma

Superfície

Textura

Volume

Cor, luz e pigmento

Movimento, repetição

Tridimensional

Figura e fundo

Retrato: fig. Humana

Perspectiva

História em quadrinhos

Caricatura

Paisagem Urbana

Cenas do Cotidiano Renascimento

Barroco, rococó

Neoclassicismo

Romantismo e realismo

Indústria Cultural

Arte no século XX, Arte contemporânea

MÚSICA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Elementos Formais Composição Movimentos e Períodos

Conteúdos Básicos:

Altura

Duração

Timbre

Intensidade

Densidade Ritmo

Rap, rock, tecno

TEATRO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Elementos Formais Composição Movimentos e Períodos

Conteúdos Básicos:

Personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais

Representação no cinema e mídia

Maquiagem

Técnicas: jogos teatrais, sombra, adaptação cênica.

Expressionismo

DANÇA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Elementos Formais Composição Movimentos e Períodos

Conteúdos Básicos:

Movimento corporal

Tempo

Espaço

Sonoplastia

Improvisação

Coreografia

Hip Hop

Musicais

Dança moderna

9º. ano

ARTES VISUAIS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Elementos Formais Composição Movimentos e Períodos

Conteúdos Básicos:

Ponto

Linha

Forma

Superfície

Textura

Volume

Cor, luz e pigmento

Figura-fundo

Bidimensional

Tridimensional

Ritmo Visual

Fotografia

Publicidade

Pintura

Grafite

Performance

Questões sociais

Paisagem Urbana e cenas do cotidiano Impressionismo

Pós-impressionismo

Vanguardas artísticas

Muralismo

Arte latino-americana

Hip-hop

Vanguarda Brasileira

MÚSICA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Elementos Formais Composição Movimentos e Períodos

Conteúdos Básicos:

Altura

Duração

Timbre

Intensidade

Densidade

Gêneros: popular, folclórico e étnico

Musica popular brasileira

TEATRO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Elementos Formais Composição Movimentos e Períodos

Conteúdos Básicos:

Personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais

Figurino

Vanguardas

DANÇA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Elementos Formais Composição Movimentos e Períodos

Conteúdos Básicos:

Movimento corporal

Gênero: Performance

Dança moderna

Vanguardas

Dança Moderna

SÉRIE : 1º. E 2º. ANO DO ENSINO MÉDIO

PERÍODO: MANHÃ E NOITE

Conteúdos 1ª ano– Ensino Médio

ARTES VISUAIS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Elementos Formais Composição Movimentos e Períodos

Conteúdos Básicos:

Ponto, Linha

Forma

Superfície

Textura

Volume

Cor, luz e pigmento

Natureza morta

Cenas do cotidiano

Instalação

Vídeo arte

Interferência

Bidimensional

Figurativo e abstrato

Gravura

Perspectiva

Pintura

Historia em quadrinhos Pré história

Arte Mesopotâmica

Arte Egípcia

Greco- Romana

Idade Média

Renascimento

Barroco, Rococó

Neoclassicismo

Romantismo, Realismo

Arte Oriental

Arte Popular

Indústria Cultural

MÚSICA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Elementos Formais Composição Movimentos e Períodos

Conteúdos Básicos:

Altura

Duração

Timbre

Intensidade

Densidade

Ritmo

Melodia

Vanguarda

Latino americano

TEATRO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Elementos Formais Composição Movimentos e Períodos

Conteúdos Básicos:

Personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais

Ação

Espaço Técnicas: jogos teatrais, mímica

Encenação e leitura dramática

Gêneros: Tragédia, e épico

Teatro Greco Romano

DANÇA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Elementos Formais Composição Movimentos e Períodos

Conteúdos Básicos:

Movimento corporal

Coreografia

Vanguardas

Hip Hop

Conteúdos 2º ano – ensino médio

ARTES VISUAIS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Elementos Formais Composição Movimentos e Períodos

Conteúdos Básicos:

Ponto

Linha

Forma

Superfície

Textura

Cor e luz

Figura-fundo

Contrastes e semelhanças

Escultura

Ritmo visual

Deformação

Estilização

Paisagem

Cenas históricas e religiosas

Instalação

Performance

Fotografia.

Pré História brasileira

Arte Indígena

Arte afro-brasileira

Arte no século XVI à XVII

Arte no séc. XIX

Arte no séc. XX

Modernismo anos 20

Modernismo anos 30/40

Arte contemporânea/ formação das Bienais

Arte Paranaense/ artistas

MÚSICA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Elementos Formais Composição Movimentos e Períodos

Conteúdos Básicos:

Altura

Duração

Timbre

Intensidade

Densidade

Popular, folclórico

Informática

Música popular brasileira

Popular

Africana

TEATRO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Elementos Formais Composição Movimentos e Períodos

Conteúdos Básicos:

Personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais

Ação

Encenação e leitura dramática

Gêneros: comédia e drama

Teatro Brasileiro

DANÇA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Elementos Formais Composição Movimentos e Períodos

Conteúdos Básicos:

Movimento corporal

Gêneros: folclórica, popular e de salão

Dança Popular

Africana

Dança Moderna

AVALIAÇÃO:

Partindo-se do princípio fundamental de que a avaliação é um processo de verificação das dificuldades sofridas que envolvem conceitos, habilidades, atitudes e procedimentos. Será considerada a diversificação dos instrumentos de avaliação que integrem atividades práticas e teóricas:

- Apropriação de novas possibilidades de uso das diferentes linguagens que correspondam aos objetivos pressupostos
- As relações estabelecidas pelo aluno entre os conhecimentos em Arte e sua realidade evidenciada no processo
- Produção individual e coletiva
- Pesquisas bibliográficas e de campo
- Debates em forma de seminários e simpósios
- Provas teóricas e práticas

- Registro em forma de relatórios, gráficos, portfólio, áudio visual e outros

. A avaliação em Arte busca propiciar aprendizagens socialmente significativas para o aluno. Sendo processual, ao centrar-se no conhecimento a avaliação gera critérios que transcendem os limites do gosto e das afinidades pessoais e sem estabelecer parâmetros comparativos entre os alunos. Considerará o conhecimento estético e acompanhará os avanços e dificuldades percebidas em suas produções.

REFERÊNCIAS:

PARANÁ. Secretaria do Estado da Educação. Departamento de Educação Básica. Diretrizes Curriculares da Educação Básica. Arte. Curitiba: SEED, 2008.

PARANÁ. Secretaria do Estado da Educação. Departamento de Ensino Médio. LDP: Livro Didático Público de Arte. Curitiba: SEED-PR, 2006.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE

CIÊNCIAS

1-APRESENTAÇÃO

A disciplina de Ciências para o Ensino Fundamental é uma das disciplinas integrantes do quadro curricular, podendo e devendo cooperar na transformação da sociedade ao tratar dos conhecimentos que lhes são inerentes. Portanto, a concepção que se pretende é que se aprenda os conteúdos construindo, reconstruindo ou desconstruindo os conhecimentos, fato que requer a implementação de um amplo repertório de metodologias e estratégias de ensino e avaliação que se complementem.

Dessa forma, a expectativa será que os alunos adquiram uma compreensão realista do significado e utilidade da ciência e tecnologia e das suas relações com a sociedade, e que a ciência seja caracterizada como uma atividade não-neutra, que o aluno perceba que não há verdades absolutas e inquestionáveis e que a produção científica é coletiva, direito de todos, e não privilégio de poucos.

Ensinar como o conhecimento é produzido, exige pensá-lo numa dimensão de historicidade, considerando que o processo de produção é determinado, principalmente pelas condições sociais. Desta forma, não há que se desvincular o social do científico, dando-se a devida importância a cada momento (sócio-econômico-cultural) da construção deste conhecimento.

Para tanto, é necessário oportunizar aos alunos, por meio dos conteúdos, noções e conceitos que lhes propiciem uma maneira crítica de compreender fatos e fenômenos relacionados à vida, à diversidade cultural, social e da atividade científica. Além de oferecer a compreensão das inter-relações e transformações manifestadas no meio, provocando reflexões e a busca de soluções a respeito das tensões contemporâneas, possibilitando ao aluno condições para que assimile os conhecimentos científicos básicos da química e física, a partir dos quais poderá entender fenômenos naturais tecnológicos e a inter-relação homem-homem e homem-natureza.

2- OBJETO DE ESTUDO DA DISCIPLINA DE CIÊNCIAS

Considerando que a produção científica deve ser coletiva e produzida numa dimensão de historicidade, pelas condições sociais e culturais, entendendo os fenômenos naturais, tecnológicos e a inter-relação homem-homem e homem-natureza, pautada na preservação e continuidade da vida nos ecossistemas, a disciplina de Ciências congrega os saberes das Ciências da Natureza nas suas vertentes biológica, física e química.

Assim, a disciplina de Ciências tem como objeto de estudo os fenômenos relacionados à vida, à sua manutenção e ao seu desenvolvimento; e seus conteúdos

são selecionados a partir de uma análise histórica da ciência de referência (Biologia, Física e Química), sendo trazidos para a escola para serem socializados, apropriados pelos alunos, por meio das metodologias críticas de ensino-aprendizagem.

3- OBJETIVOS GERAIS:

Os objetivos são concebidos para que o aluno desenvolva competências que lhes permitam compreender o mundo e atuar como indivíduo cidadão, utilizando conhecimentos de natureza científica e tecnológica.

O ensino de Ciências deverá se organizar de forma que, os alunos possam:

- Entender como a ciência percebe e explica a diversidade e o funcionamento do mundo natural;
- Reconhecer as diferenças de perspectivas entre cultura científica e outras culturas específicas como a popular brasileira, ou culturas indígenas, ou culturas religiosas a respeito dos mesmos assuntos, sem supervalorizar ou menosprezar uma e outra;
- Usar processos científicos para obter informações, avaliá-las e tomar decisões com conhecimento de causa;
- Engajar-se em discussões e debates a respeito de assuntos relacionados à produção científica e tecnológica e seus aspectos éticos;
- Identificar relações entre o conhecimento científico, produção de tecnologia e condições de vida, no mundo de hoje e em sua evolução histórica, e compreender a tecnologia como um meio para suprir necessidades humanas, sabendo elaborar juízos sobre riscos e benefícios das práticas científico-tecnológicas;

Usar os conhecimentos científicos como ferramenta para melhoria da qualidade de vida.

4- CONTEÚDOS :

Os conteúdos apresentam-se em conteúdos estruturantes e conteúdos básicos, em consonância com as Diretrizes Curriculares :

“...entende-se o conceito de Conteúdos Estruturantes como conhecimentos de grande amplitude que identificam e organizam os campos de estudo da disciplina escolar, considerados fundamentais para a compreensão de seu objeto de estudo e ensino.

Pretende-se que os conteúdos selecionados possibilite integração conceitual, estabelecendo assim, relações entre os conceitos científicos escolares, entre os conteúdos que se relacionam com outras disciplinas e o processo de produção do conhecimento científico.

Ainda, de acordo com as DCEs, “Entende-se por conteúdos básicos os conhecimentos fundamentais para cada série da etapa final do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, considerados imprescindíveis para a formação conceitual dos estudantes nas diversas disciplinas da Educação Básica.

CIÊNCIAS ENSINO FUNDAMENTAL:

6ºAno

Conteúdos estruturantes Conteúdos

básicos Abordagem teórico-metodológica Avaliação

ASTRONOMIA

Universo

Sistema solar

Movimentos Terrestres

Movimentos Celestes

Astros

Os conteúdos específicos da disciplina de Ciências, selecionados a partir de critérios que levam em consideração o desenvolvimento cognitivo do estudante, o número de aulas semanais, as características regionais, entre outros, devem ser abordados considerando aspectos essenciais no ensino de Ciências; a história da ciência, a divulgação científica e as atividades experimentais.

A abordagem desses conteúdos específicos deve contribuir para a formação de conceitos científicos escolares no processo ensino-aprendizagem da disciplina de Ciências e de seu objeto de estudo (o conhecimento científico que resulta da investigação da Natureza), levando em consideração que, para tal formação conceitual, há necessidade de se valorizar as concepções alternativas dos estudantes em sua zona cognitiva real e as relações substantivas que se pretende com a mediação didática.

Para tanto, as relações entre conceitos vinculados aos conteúdos estruturantes (relações conceituais), relações entre os conceitos científicos e conceitos pertencentes a outras disciplinas (relações interdisciplinares), e relações entre esses conceitos científicos e as questões sociais, tecnológicas, políticas, culturais e éticas (relações de contexto) se fundamentam e se constituem em importantes abordagens que direcionam o ensino de Ciências para a integração dos diversos contextos que permeiam os conceitos científicos escolares.

Todos esses elementos podem auxiliar na prática pedagógica dos professores de Ciências, ao fazerem uso de problematizações, contextualizações, interdisciplinaridade, pesquisas, leituras científicas, atividade em grupo, observações, atividades experimentais, recursos instrucionais, atividades lúdicas, entre outros.

O professor de Ciências precisa estabelecer critérios e selecionar instrumentos a fim de investigar a aprendizagem significativa sobre:

- O entendimento das ocorrências astronômicas como fenômenos da natureza.
- O reconhecimento das características básicas de diferenciação entre estrelas, planetas,
planetas anões, satélites naturais, cometas, asteroides, meteoros e meteoritos.
- O conhecimento da história da ciência, a respeito das teorias geocêntricas e heliocêntricas.
- A compreensão dos movimentos de rotação e translação dos planetas constituintes do sistema solar.
- O entendimento da constituição e propriedades da matéria, suas transformações, como fenômenos da natureza.
- A compreensão da constituição do planeta Terra, no que se refere à atmosfera e crosta,
solos, rochas, minerais, manto e núcleo.
- O conhecimento dos fundamentos teóricos da composição da água presente no planeta Terra.
- O entendimento da constituição dos sistemas orgânicos e fisiológicos como um todo integrado.
- O reconhecimento das características gerais dos seres vivos.
- A reflexão sobre a origem e a discussão a respeito da teoria celular como modelo explicativo da constituição dos organismos.
- O conhecimento dos níveis de organização celular.
- A interpretação do conceito de energia por meio da análise das suas mais diversas formas de manifestação.

- O conhecimento a respeito da conversão de uma forma de energia em outra.
- A interpretação do conceito de transmissão de energia.
- O reconhecimento das particularidades relativas à energia mecânica, térmica, luminosa, nuclear, no que diz respeito a possíveis fontes e processos de irradiação, convecção e condução.
- O entendimento dessas formas de energia relacionadas aos ciclos de matéria na natureza.
- O reconhecimento da diversidade das espécies e sua classificação.
- A distinção entre ecossistema, comunidade e população.
- O conhecimento a respeito da extinção de espécies.
- O entendimento a respeito da formação dos fósseis e sua relação com a produção contemporânea de energia não renovável.
- A compreensão da ocorrência de fenômenos meteorológicos e catástrofes naturais e sua relação com os seres vivos.

MATÉRIA

Constituição da matéria

SISTEMAS BIOLÓGICOS

Níveis de organização Celular

ENERGIA

Formas de Energia

Conversão de Energia

Transmissão de energia

BIODIVERSIDADE

Organização dos seres vivos

Ecosistema

Evolução dos seres vivos

CIÊNCIAS ENSINO FUNDAMENTAL: 7º Ano

Conteúdos estruturantes

Astronomia

Conteúdos básicos

Astros

Movimentos Terrestres

Movimentos Celestes

Abordagem teórico-metodológica

Os conteúdos específicos da disciplina de Ciências, selecionados a partir de critérios que levam em consideração o desenvolvimento cognitivo do estudante, o número de aulas semanais, as características regionais, entre outros, devem ser abordados considerando aspectos essenciais no ensino de Ciências; a história da ciência, a divulgação científica e as atividades experimentais.

A abordagem desses conteúdos específicos deve contribuir para a formação de conceitos científicos escolares no processo ensino-aprendizagem da disciplina de Ciências e de seu objeto de estudo (o conhecimento científico que resulta da investigação da Natureza), levando em consideração que, para tal formação conceitual, há necessidade de se valorizar as concepções alternativas dos estudantes em sua zona cognitiva real e as relações substantivas que se pretende com a mediação didática.

Para tanto, as relações entre conceitos vinculados aos conteúdos estruturantes (relações conceituais), relações entre os conceitos científicos e conceitos pertencentes a outras disciplinas (relações interdisciplinares), e relações entre esses conceitos científicos e as questões sociais, tecnológicas, políticas, culturais e éticas (relações de contexto) se fundamentam e se constituem em importantes abordagens que direcionam o ensino de Ciências para a integração dos diversos contextos que permeiam os conceitos científicos escolares.

Todos esses elementos podem auxiliar na prática pedagógica dos professores de Ciências, ao fazerem uso de problematizações, contextualizações, interdisciplinaridade, pesquisas, leituras científicas, atividade em grupo, observações, atividades experimentais, recursos instrucionais, atividades lúdicas, entre outros.

Avaliação

O professor de Ciências precisa estabelecer critérios e selecionar instrumentos a fim de investigar a aprendizagem significativa sobre:

- A compreensão dos movimentos celestes a partir do referencial do planeta Terra.
- A comparação dos movimentos aparentes do céu, noites e dias, eclipses do Sol e da Lua, com base no referencial Terra.
- O reconhecimento dos padrões de movimento terrestre, as estações do ano e os movimentos celestes no tocante à observação de regiões do céu e constelações.
- O entendimento da composição físico-química do Sol e a respeito da produção de energia solar.
- O entendimento da constituição do planeta Terra primitivo, antes do surgimento da vida.
- A compreensão da constituição da atmosfera terrestre primitiva, dos componentes essenciais ao surgimento da vida.
- O conhecimento dos fundamentos da estrutura química da célula.

- O conhecimento dos mecanismos de constituição da célula e as diferenças entre os tipos celulares.
- A compreensão do fenômeno da fotossíntese e dos processos de conversão de energia na célula.
- As relações entre os órgãos e sistemas animais e vegetais a partir do entendimento dos mecanismos celulares.
- O entendimento do conceito de energia luminosa.
- O entendimento da relação entre a energia luminosa solar e sua importância para os seres vivos.
- A identificação dos fundamentos da luz, as cores, e a radiação ultravioleta e infravermelha.
- O entendimento do conceito de calor com energia térmica e suas relações com sistemas endotérmicos e ectotérmicos.
- O entendimento do conceito de biodiversidade e sua amplitude de relações com os seres vivos, o ecossistema e os processos evolutivos.
- O conhecimento a respeito da classificação dos seres vivos, de categorias taxonômicas, filogenia.
- O entendimento das interações e sucessões ecológicas, cadeia alimentar, seres autótrofos e heterótrofos.
- O conhecimento a respeito das eras geológicas e das teorias sobre a origem da vida, geração espontânea e biogênese.

Matéria

Constituição da matéria

Sistemas biológicos

Célula

Morfologia e fisiologia dos seres vivos

Energia

Formas de Energia

Transmissão de Energia

Biodiversidade

Origem da vida

Organização dos seres vivos

Sistemática

CIÊNCIAS ENSINO FUNDAMENTAL: 7ª Série/8º Ano

Conteúdos estruturantes

Conteúdos básicos Abordagem teórico-metodológica Avaliação

ASTRONOMIA

Origem e evolução do Universo

Os conteúdos específicos da disciplina de Ciências, selecionados a partir de critérios que levam em consideração o desenvolvimento cognitivo do estudante, o número de aulas semanais, as características regionais, entre outros, devem ser abordados considerando aspectos essenciais no ensino de Ciências; a história da ciência, a divulgação científica e as atividades experimentais.

A abordagem desses conteúdos específicos deve contribuir para a formação de conceitos científicos escolares no processo ensino-aprendizagem da disciplina de Ciências e de seu objeto de estudo (o conhecimento científico que resulta da investigação da Natureza), levando em consideração que, para tal formação conceitual, há necessidade de se valorizar as concepções alternativas dos estudantes em sua zona cognitiva real e as relações substantivas que se pretendem com a mediação didática.

Para tanto, as relações entre conceitos vinculados aos conteúdos estruturantes (relações conceituais), relações entre os conceitos científicos e conceitos pertencentes a outras disciplinas (relações interdisciplinares), e relações entre esses conceitos científicos e as questões sociais, tecnológicas, políticas, culturais e éticas (relações de contexto) se fundamentam e se constituem em importantes abordagens que direcionam o ensino de Ciências para a integração dos diversos contextos que permeiam os conceitos científicos escolares.

Todos esses elementos podem auxiliar na prática pedagógica dos professores de Ciências, ao fazerem uso de problematizações, contextualizações, interdisciplinaridade, pesquisas, leituras científicas, atividade em grupo, observações, atividades experimentais, recursos instrucionais, atividades lúdicas, entre outros.

O professor de Ciências precisa estabelecer critérios e selecionar instrumentos a fim de investigar a aprendizagem significativa sobre:

- A reflexão sobre os modelos científicos que abordam a origem e a evolução do universo.
- As relações entre as teorias e sua evolução histórica.
- A diferenciação das teorias que consideram um universo inflacionário e teorias que consideram o universo cíclico.

- O conhecimento dos fundamentos da classificação cosmológica (galáxias, aglomerados, nebulosas, buracos negros, lei de Hubble, idade do Universo, escala do

Universo).

- O conhecimento sobre o conceito de matéria e sua constituição, com base nos modelos

atômicos.

- O conceito de átomo, íons, elementos químicos, substâncias, ligações químicas, reações químicas.

- O conhecimento das leis da conservação da massa.

- O conhecimento dos compostos orgânicos e relações destes com a constituição dos organismos vivos.

- Os mecanismos celulares e sua estrutura, de modo a estabelecer um entendimento de

como esses mecanismos se relacionam no trato das funções celulares.

- O conhecimento da estrutura e funcionamento dos tecidos.

- O entendimento dos conceitos que fundamentam os sistemas digestório, cardiovascular, respiratório, excretor e urinário.

- Os fundamentos da energia química e suas fontes, modos de transmissão e armazenamento.

- A relação dos fundamentos da energia química com a célula (ATP e ADP).

- O entendimento dos fundamentos da energia mecânica e suas fontes, modos de transmissão e armazenamento.

- O entendimento dos fundamentos da energia nuclear e suas fontes, modos de transmissão e armazenamento.

- O entendimento das teorias evolutivas.

MATÉRIA

Constituição da matéria

SISTEMAS BIOLÓGICOS

Célula

Morfologia e fisiologia dos seres vivos

ENERGIA

Formas de energia

BIODIVERSIDADE

Evolução dos seres vivos

CIÊNCIAS ENSINO FUNDAMENTAL: 8ª Série/9º Ano

ASTRONOMIA

Astros

Gravitação universal

Os conteúdos específicos da disciplina de Ciências, selecionados a partir de critérios que levam em consideração o desenvolvimento cognitivo do estudante, o número de aulas semanais, as características regionais, entre outros, devem ser abordados considerando aspectos essenciais no ensino de Ciências; a história da ciência, a divulgação científica e as atividades experimentais.

A abordagem desses conteúdos específicos deve contribuir para a formação de conceitos científicos escolares no processo ensino-aprendizagem da disciplina de Ciências e de seu objeto de estudo (o conhecimento científico que resulta da

investigação da Natureza), levando em consideração que, para tal formação conceitual, há necessidade de se valorizar as concepções alternativas dos estudantes em sua zona cognitiva real e as relações substantivas que se pretende com a mediação didática.

Para tanto, as relações entre conceitos vinculados aos conteúdos estruturantes (relações conceituais), relações entre os conceitos científicos e conceitos pertencentes a outras disciplinas (relações interdisciplinares), e relações entre esses conceitos científicos e as questões sociais, tecnológicas, políticas, culturais e éticas (relações de contexto) se fundamentam e se constituem em importantes abordagens que direcionam o ensino de Ciências para a integração dos diversos contextos que permeiam os conceitos científicos escolares.

Todos esses elementos podem auxiliar na prática pedagógica dos professores de Ciências, ao fazerem uso de problematizações, contextualizações, interdisciplinaridade, pesquisas, leituras científicas, atividade em grupo, observações, atividades experimentais, recursos instrucionais, atividades lúdicas, entre outros.

O professor de Ciências precisa estabelecer critérios e selecionar instrumentos a fim de investigar a aprendizagem significativa sobre:

- O entendimento das Leis de Kepler para as órbitas dos planetas.
- O entendimento das leis de Newton notocante a gravitação universal.
- A interpretação de fenômenos terrestres relacionados à gravidade, como as marés.
- A compreensão das propriedades da matéria, massa, volume, densidade, compressibilidade, elasticidade, divisibilidade, indestrutibilidade, impenetrabilidade, maleabilidade, ductibilidade, flexibilidade, permeabilidade, dureza, tenacidade, cor, brilho, sabor.
- A compreensão dos fundamentos teóricos que descrevem os sistemas nervoso, sensorial, reprodutor e endócrino.

- O entendimento dos mecanismos de herança genética, os cromossomos, genes, os processos de mitose e meiose.
- A compreensão dos sistemas conversores de energia, as fontes de energia e sua relação com a Lei da conservação da energia.
- As relações entre sistemas conservativos.
- O entendimento dos conceitos de movimento, deslocamento, velocidade, aceleração, trabalho e potência.
- O entendimento do conceito de energia elétrica e sua relação com o magnetismo.
- O entendimento dos fundamentos teóricos que descrevem os ciclos biogeoquímicos, bem como, as relações interespecíficas e intraespecíficas.

MATÉRIA

Propriedades da matéria

SISTEMAS BIOLÓGICOS

Morfologia e fisiologia dos seres vivos

Mecanismos de herança genética

ENERGIA

Formas de Energia

Conservação de Energia

BIODIVERSIDADE

Interações ecológicas

5- Encaminhamento metodológico:

O momento atual em que vivemos ressalta a importância conferida a educação, representando a ferramenta para melhorar a qualidade formativa do indivíduo, possibilitando atuação eficiente, produtiva, competitiva e emancipatória. Nesta perspectiva, há exigência de um encaminhamento metodológico articulado com os conhecimentos físicos, químicos e biológicos, em que os envolvidos no processo comunguem a ciência como construção humana, ou seja, que estabeleça parceria com outras ciências para explicar os inúmeros fenômenos naturais que ocorrem no mundo.

Assim pretende-se que, os conhecimentos físicos, químicos e biológicos estejam articulados de modo a favorecer a compreensão dos fenômenos estudados, uma vez que esses conhecimentos são contribuições dos diferentes campos que envolvem a ciência.

Ao tratar os conteúdos específicos, a partir dos conteúdos estruturantes serão explorados aspectos relacionados com a historicidade da produção do conhecimento em questão, através do qual, será possível conhecer em que contexto tal conhecimento foi produzido, como também identificar a intencionalidade da produção científica, e a aplicabilidade deste conhecimento, visualizando as intenções implícitas existentes nessa produção científica e sua utilidade para a sociedade. É importante também, focar a idéia de que a ciência é provisória, pois no decorrer do tempo os conhecimentos se superam, surgindo opções mais viáveis e renovadas.

Os conteúdos abordados tanto do ponto estruturante como dos específicos, poderão ser explorados ainda, privilegiando diferentes aspectos como: políticos, econômicos, sociais, éticos e históricos gerando assim, a possibilidade de análise e reflexão, numa perspectiva crítica. Para inserir e/ou implementar os conteúdos selecionados, valer-se-á também, das temáticas promovidas pelos Desafios Educacionais Contemporâneos, que representam demandas que possuem historicidade, construtiva das contradições da sociedade capitalista, advindas dos movimentos sociais e, por isso, emergem na sociedade, com forte presença, expressa nas experiências, representações e identidade da comunidade. Tal historicidade traça uma linha de lutas e conquistas, remetendo-nos as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, que resultam na proposição de leis, acordos entre países signatários, como as convenções e tratados.

A abordagem pedagógica no ensino de ciências contemplará as temáticas sociais contemporâneas, de forma contextualizada, intimamente articulada com os respectivos objetos de estudo, convocando diferentes saberes e áreas de conhecimento, assim no trabalho pedagógico será enfatizado:

- A Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99) onde se almeja incentivar a comunidade escolar a adotar uma posição mais participativa na utilização dos recursos naturais, contribuindo para a diminuição contínua das disparidades sociais e do consumismo desenfreado.
- A Educação Fiscal (Portaria 413/2002) onde se almeja estimular o cidadão sobre a função socioeconômica dos tributos; possibilitando conhecimento sobre administração pública, e incentivando o acompanhamento, pela sociedade, da aplicação dos recursos públicos e, propondo condições para uma relação harmoniosa entre Estado e cidadãos.
- Cidadania e Educação em Direitos Humanos, que se pauta em princípios expressos na dignidade humana, representando os diferentes sujeitos de direito como o menor, os portadores de necessidades especiais, os idosos, cultura da paz, envolvendo a prática pedagógica com ações que possam fomentar maior justiça

social. Ainda cabe ressaltar, que esta instituição escolar preserva a cultura da inclusão.

- Enfrentamento à Violência na Escola: situando o ambiente escolar como um espaço que representa gostos, crenças, posturas e valores de grupo, possíveis de vivenciar diferentes conflitos, o fazer pedagógico pautar-se-á na Lei 11525/07 para informar e/ou esclarecer, nas áreas da infância e juventude, sobre os direitos e deveres individuais e coletivos e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoa em desenvolvimento.
- Prevenção ao uso indevido de drogas representa uma educação de fronteira emblemática, e o foco do trabalho pedagógico na escola é de envolvimento nas discussões abordando questões como: drogatização, vulnerabilidade, preconceito e discriminação ao usuário de drogas, narcotráfico, influência da mídia.
- Gênero e diversidade sexual, propondo o encaminhamento pedagógico baseado em reflexões sobre o preconceito, a discriminação e a desigualdade em relação a orientação sexual e a identidade de gênero.
- Diversidade Educacional (Inclusão Educacional, Cultura Afro-brasileira e Africana – Lei nº 10.639/03 e Educação Indígena - Lei nº 11.645) , o entrecruzamento de africanos, portugueses e índios entre o século XVI e XVIII, consolidou a estrutura genética da população brasileira, pretende-se para esta questão, uma abordagem metodológica com base no resgate histórico e valorização das contribuições na linguagem, religião, música, culinária, bem como questões relacionadas a legislação vigente.

Pensando Ciências assim, entende-se que não é possível a aplicação de um único método, há que empregar diferentes formas para subsidiar os educandos, como: a observação, o trabalho em campo, os jogos de simulação e desempenho de papéis, visitas à indústrias, fazendas, museus, projetos individuais e em grupos; palestrantes convidados, redação de cartas para autoridades, fóruns, debates, seminários, conversação dirigida, e outras atividades que estimulem os educandos ao trabalho coletivo como músicas, desenhos, poesias, livros, jogos, dramatizações, histórias em quadrinhos, painéis, murais, exposições e feiras, entre outras.

Para atingir o objetivo geral da disciplina, em função do conteúdo específico apresentado, poderão ser utilizados os seguintes recursos metodológicos: utilização do livro didático; TV e Vídeo; Cartazes; Textos de jornais e revistas; Laboratório de Ciências; Materiais alternativos (frascos, embalagens e utensílios domésticos, dentre descartáveis e/ou reutilizáveis).

Entende-se que a disciplina de Ciências tem a principal função de estudar os fenômenos naturais por meio do tratamento de conteúdos específicos, de forma crítica e histórica e que todos os partícipes do processo de ensino aprendizagem possam colaborar para propiciar ao educando a busca da construção de sua autonomia intelectual.

6- Avaliação:

A avaliação é um instrumento que permite a escola analisar a eficiência de sua prática, é um recurso pedagógico útil e necessário para auxiliar cada educador e cada educando na busca e na construção de si mesmo e de seu melhor modo de ser na vida.

Não é uma fase no ciclo da aprendizagem, mas se constitui um processo, ou seja, uma seqüência de eventos que devem ocorrer ao longo do desenvolvimento das atividades escolares. E a efetivação desse processo ocorrerá mediante os princípios da educação que valoriza a diversidade e reconhece as diferenças, porque é fundamental contemplar as necessidades de todos os educandos. Portanto serão inúmeras as estratégias de avaliação que podem ser desenvolvidas, como por exemplo:

- Avaliar o envolvimento do educando nas atividades executadas;
- Consolidar a avaliação diagnóstica;
- Selecionar conteúdos específicos para as avaliações, sendo eles, reflexivos, relacionais e compreensíveis, para tanto propõe-se:
- Empregar os conhecimentos adquiridos na resolução de problemas do cotidiano.

A avaliação ainda contemplará os eixos em que se baseiam a filosofia da escola, sendo eles:

- Assiduidade – observa-se a frequência diária dos educando, bem como a participação nas aulas.

- Compromisso e seriedade – observam-se a atitude do educando com relação, as responsabilidades a ele atribuídas, como por exemplo: tarefas diárias, trabalho de pesquisa feito em casa, estudo prévio para a realização das provas, trabalho integrado, auto-avaliação e participação nos conselhos de classe, envolvimento nos projetos que a escola realiza, entre outras. Notando-se também o nível de profundidade que ocorre durante o envolvimento nos estudos propostos.

Família na escola – participação efetiva dos pais ou responsável, nos momentos escolares, para acompanhar o desenvolvimento e desempenho dos filhos.

Por fim, a avaliação determina um caráter que julga resultados da aprendizagem no contexto da sala de aula e para além dela, sendo importante recorrer à recuperação paralela nos momentos em que a aprendizagem revelou-se pouco efetiva, estabelecendo principalmente a dialogicidade como forma de auto-sustentação para determinar o grau de autonomia conquistado no espaço e no tempo e avançar para novas conquistas que se graduam pelo amadurecimento da cidadania organizada.

Para tal, a recuperação paralela será efetivada da seguinte forma:

- Diagnóstico inicial e registro das dúvidas relacionadas aos objetivos de ensino proposto;
- Conversação sobre as dúvidas e erros mais pertinentes;
- Retomada das questões ou assuntos que ofereceram dificuldade para apreensão;
- Reapresentação de tarefas e atividades, propostas sob novo formato;
- Trabalhos extra classe;

- Organização de agrupamentos entre os alunos da classe, propondo tarefas em níveis de dificuldades diferenciadas para os diferentes grupos com dificuldades em comum, como também, organizar alunos que dominam melhor os conteúdos propostos com aqueles que ainda necessitam avançar em seus níveis de apreensão.
- Para as 5ª séries excepcionalmente, poderá valer-se do encaminhamento para a sala de apoio, em consonância com as disciplinas de língua portuguesa e matemática.

Enfim, para esta etapa do processo de ensino aprendizagem é importante planejar em detalhes as aulas destinadas a recuperação, propondo seqüências didáticas bem ajustadas às necessidades de aprendizagem de cada um dos educandos, trabalhando com foco nas necessidades dos alunos, escolhendo ferramentas de ensino diferenciadas e flexibilização de tempo, garantindo que o aluno continue avançando. O efetivo trabalho escolar é baseado na avaliação constante e na intervenção imediata nos problemas diagnósticos, para que o aluno as supere e siga sua trajetória escolar com sucesso.

7-Bibliografia

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Ciências/ Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/ SEF, 1998.

DEMO, P. Desafios Modernos da Educação. Ed. Vozes. Petrópolis, 1993.

FAZENDA, I.C.A. Práticas interdisciplinares na escola. 4ª edição. Ed. Cortez. SP-1997.

KRASILCHIK, M. O professor e o currículo de Ciências.São Paulo: EPU: Ed. Da Universidade de São Paulo,1987.

PARANA, Secretaria de Estado da Educação. Currículo Básico para a Escola Publica do Estado do Paraná. 3 Ed. Curitiba, Pr. SEED. 1997.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes Curriculares de Ciências para o Ensino Fundamental. Versão Final – 2008.

http://www.esparj.rceonline.com.br/CF/atenado/especiais/cultura_afro/cultura.html,

<http://www.nre.seed.pr.gov.br/cascavel/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=97>

<http://www.nre.seed.pr.gov.br/cascavel/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=118>

<http://www.nre.seed.pr.gov.br/cascavel/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=126>

<http://www.diaadia.pr.gov.br/dedi/>

<http://www.diaadia.pr.gov.br/dedi/ceei/>

<http://www.diaadia.pr.gov.br/nerea/>

<http://www.nre.seed.pr.gov.br/cascavel/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=128>

<http://www.nre.seed.pr.gov.br/cascavel/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=81>

<http://www.nre.seed.pr.gov.br/cascavel/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=137>

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE

FÍSICA

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O ensino de Física didática deve propiciar ao aluno uma sólida educação geral voltada para compreensão crítica do mundo em que vive, de modo que ele possa enfrentar as mudanças e atuar sobre elas. Nesse sentido a aquisição do conhecimento científico é fundamental.

Esse conhecimento, que permite elaborar modelos cósmicos para acontecimentos ocorridos há bilhões de anos, muito anteriores ao surgimento da vida da razão, e simultaneamente criar novos materiais e inventar novos produtos e novas tecnologias ainda não imaginados.

Ao propiciar esses conhecimentos, o aprendizado da física didática promove a articulação de toda uma visão de mundo, de uma compreensão dinâmica do universo, mais ampla do que nosso entorno material imediato, capaz, portanto de transcender nossos limites temporais e espaciais. Assim, ao lado de um caráter mais prático, a física didática revela também uma dimensão filosófica, com uma beleza e importância que não devem ser submetidas no processo educativo.

Dessa forma, o aprendizado da Física didática deve estimular os jovens a acompanhar as notícias científicas, orientando-os para a identificação sobre o assunto que está sendo tratado e promovendo meios para a interpretação de seus significados. Notícias como uma missão espacial, uma possível colisão de um asteroide com a terra, um novo método para extrair água do subsolo, uma nova técnica de diagnóstico médico envolvendo princípios físicos o desenvolvimento da comunidade via satélite, telefonia celular, são alguns exemplos de informações

presentes nos jornais e programas de televisão que deveriam também ser tratados em sala de aula.

A Física didática, enquanto construção histórica, como atividade social humana, emerge da cultura e leva à compreensão de que modelos explicativos não são únicos nem finais, tendo se sucedido ao longo dos tempos, como o modelo geocêntrico, substituído pelo heliocêntrico à teoria do calórico pelo conceito de calor como energia, ou a sucessão dos vários modelos explicativos para a luz. O surgimento de teorias físicas mantém uma relação complexa com o contexto social em que ocorreram. Essa dimensão histórica e social corresponde também ao conhecimento da presença de elementos da física em obras literárias de teatro ou obra de arte.

A percepção do saber físico como construção humana constitui-se condições necessárias, mesmo que não suficiente, para que se promova a consciência de uma responsabilidade social ética. Nesse sentido, deve ser considerado o desenvolvimento da capacidade de se preocupar com o todo social e com a cidadania.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

O ensino de física em particular, deve acompanhar o contexto em que vivemos. A Física didática é um conhecimento que propicia elaborar modelos de evolução cósmica, investigar mistério do mundo microscópico, das partículas que compõe a matéria e, ao mesmo tempo, permite desenvolver novas fontes de energia e criar novos materiais, produtos e tecnologia.

É objetivo da Física didática, além de transmitir o conhecimento ao aluno, possibilitar a formação crítica, valorizando desde abordagem dos conteúdos implicando seu papel na sociedade, fazer compreender as etapas dos métodos científicos e estabelecer um diálogo com temas do cotidiano que se articula com outras áreas do conhecimento, possibilitando analisar o senso comum e fortalecer os conceitos

científicos na sua experiência de vida, propiciando ao aluno uma educação voltada para compreensão crítica do mundo em que vive, de modo que ele possa enfrentar as mudanças e atuar sobre elas.

Assim, ao lado de um caráter mais prático, a física didática revela também uma dimensão filosófica, e seu aprendizado deve estimular os educandos a acompanhar notícias científicas, promovendo meios para a interpretação de seus significados.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Compreender enunciados que envolvam códigos e símbolos físicos. Compreender manuais de instalação e utilização de aparelhos;
- Utilizar e compreender tabelas, gráficos e relações matemáticas gráficas para a expressão do saber físico. Ser capaz de diferenciar e traduzir as linguagens matemática e discursiva;
- Classificar diferentes formas de energia presente no uso cotidiano, observando suas transformações e regularidades.
- Desenvolver habilidade para medir e quantificar, identificando os parâmetros relevantes, reunindo e analisando dados, propondo conclusões.
- Compreender conceitos, leis, teorias e modelos mais importantes em gerais da física, que permitam uma visão global dos processos que ocorrem na natureza.
- Aplicar, conceitos, leis, teorias e modelos trabalhados em sala de aula a situações cotidianas próxima da realidade social, tecnológica e ambiental.
- Analisar criticamente hipóteses e teorias, conhecendo como se procede sua evolução e desenvolvendo o pensamento científico e crítico.
- Utilizar como autonomia habilidade investigativas, tais como: propor problemas; formular e constatar hipóteses; realizar experiências.

- Desenvolver valores e atitudes próprias do trabalho científico, tais como a busca de informações, o “olhar” crítico, a necessidade de verificação das hipóteses e a procura de novas idéias.
- Conhecer fontes de informações e formas de obter informações relevantes, sabendo interpretar notícias científicas;
- Elaborar síntese ou esquemas estruturados dos temas físicos trabalhados.
- Desenvolver a capacidade de investigar física. Classificar, organizar, sistematizar. Identificar regularidades. Observar hipóteses, testar.
- Conhecer e utilizar conceitos físicos. Relacionar grandezas, quantificar parâmetros relevantes. Compreender e utilizar leis e teorias físicas.
- Compreender a Física presente no mundo vivencial e nos equipamentos e procedimentos tecnológicos. Descobrir o como funcionam os aparelhos.
- Investigar situações problema, identificar situações, prever, avaliar, analisar previsões.
- Articular o conhecimento físico como conhecimento de outras áreas do saber científico.
- Reconhecer a física didática enquanto construção humana, aspectos de sua história e relação com o contexto cultural, social, político e econômico.
- Dimensionar a capacidade crescente do homem propiciada pela tecnologia.

1º ANO

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: “MOVIMENTO”

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

1. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA FÍSICA

- Introdução;
- Grandezas físicas;
- Sistema Internacional de Unidades;
- Potência e notação científica.

2. CINEMÁTICA

Movimento Retilíneo

- Espaço, tempo e movimento;
- Velocidade média e instantânea;
- Velocidade constante;
- Estudo do movimento retilíneo uniforme.

2.2. Movimento Retilíneo Uniformemente Variado

- Aceleração constante;
- Movimento retilíneo uniformemente variado.
- Equação de Torricelli
- Queda livre

3. DINÂMICA

- Força e Movimento;
- 1ª. Lei de Newton – Lei da inércia;
- 3ª. Lei de Newton – Ação e reação;
- Equilíbrio de uma partícula;

- Força e atrito.

3.2. Força e Aceleração

- Conceito de massa;
- 2ª. Lei de Newton;
- Massa e peso;
- Aplicação das 2ª Lei de Newton.
- Trabalho e energia

4. INTERAÇÃO ENTRE OS CORPOS

- Quantidade de movimentos;
- Princípio da conservação e quantidade de movimento.
- Hidrostática

5. GRAVITAÇÃO UNIVERSAL

2º ANO

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: “TERMODINÂMICA”

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

6. Temperatura e dilatação térmica

- Temperatura, escalas termométricas, termômetros;
- Dilatação térmica.

Calor e Temperatura

Calor

- Calor como forma de energia;
- Capacidade térmica de um corpo;

- Fórmula fundamental da calorimetria;
- Calor específico;
- Mudanças de fase.
- Calor latente
- Transmissão de calor.

7. PRIMEIRA LEI DA TERMODINÂMICA

- Trabalho e energia interna:
- Experiência de Joule:
- 1ª. Lei da Termodinâmica.

8. ÓPTICA

Reflexão da luz

- Espelhos planos, imagem em espelhos planos;
- Leis da reflexão;
- Espelhos esféricos, imagens em espelhos esféricos.

Refração da luz

- Fenômenos devidos à refração;
- Índice de refração;
- Leis da refração;
- Lentes esféricas;
- Instrumentos ópticos
- Luz e radiação

3º ANO

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: “ELETROMAGNETISMO”

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

9. ONDULATÓRIA

- Velocidade e propagação de uma onda
- Ondas periódicas
- Ondas estacionárias
- Leis da refração
- Leis da reflexão

10. ELETROSTÁTICA

- Fenômenos elétricos
- Carga;
- Lei de Coulomb;
- Campo elétrico;
- Potencial;
- Condutores

11. ELETRODINÂMICA

11.1 Circuitos elétricos

- Correntes;
- Resistores;
- Tensão;
- Lei de ohm;
- Potência e rendimento.

12. ELETROMAGNETISMO

- Fenômenos magnéticos;

- Imãs

12.1 Fenômenos eletromagnéticos

- Campo magnético de uma corrente elétrica;

- Força magnética sobre uma corrente elétrica;

- Indução eletromagnética

12.2 Fenômenos eletromagnéticos (aplicação)

- Galvanômetro;

- Motor elétrico;

- Gerador;

- Transmissão e distribuição de energia elétrica

- Física moderna

METODOLOGIA

O ensino-aprendizagem, em Física didática, deve partir do conhecimento prévio trazido pelos estudantes como fruto de sua experiência de vida em seu contexto social, onde se incluem as concepções alternativa ou espontânea, sobre as quais a ciência tem um conceito científico. Que a experimentação faz parte de uma metodologia de ensino e contribui para fazer a ligação entre a teoria e prática, propiciando uma melhor interação entre professor e alunos e, entre grupos de aluno, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo e social dos educandos, dentro de um contexto especial que é a escola.

Professor e educando devem buscar e compartilhar significativamente a aprendizagem como processo interativo, não esquecendo a mediação do educador

como agente organizador e sistematizador, do conhecimento físico considerando este como produção cultural, construído e produzido nas relações sociais.

Deve há ver praticas de laboratório, no intuito de contextualizar o ensino de física, aproximando o contexto escolar com a prática do dia-a-dia.

Nas últimas décadas têm sido desenvolvidas inúmeras pesquisas em ensino de física, procurando subsidiar a prática dos professores e esclarecer os procedimentos de aprendizagem utilizados pelos alunos. Esse conjunto de conhecimentos novos deve tornar-se disponível para o professor, de forma que ele possa manter-se permanentemente atualizado e sinta-se participante do esforço de construção de um conhecimento específico de ensinar física.

A importância de levar em conta os conhecimentos já adquiridos pelos alunos, suas concepções prévias de conceitos físicos, construídos fora da escola, assim como suas concepções acerca do mundo em que vivem.

A importância do envolvimento do aluno em seu processo de aprendizagem, propiciando formas de ensinar e aprender que privilegiam a construção do conhecimento pelo próprio aluno, através do indispensável diálogo entre aluno professor e ciência contemporânea, além da explicitação da ciência enquanto processo de construção humana.

A utilização de diversos procedimentos, como estratégias de resolução de problemas e outras, explicitando as especificidades das etapas que conduzem aos objetivos pretendidos.

Utilizar os meios de informações contemporâneos que estiverem disponíveis na realidade do aluno tais como notícias de jornal, livros de ficção científica, literatura, programas de televisão, vídeos, etc. Como instrumentos didáticos, incentivando diferentes leituras e ou análise crítica.

Estimular visitas a instalação de produtos do saber ou da informação, tais como museus, planetários, exposições, usinas hidrelétricas, fábricas, instalações sociais relevantes, etc. de forma a permitir ao aluno construir uma percepção significativa da

realidade em que vive. Dando ênfase ao trabalho interdisciplinar que estejam relacionados aos fatores físicos de mudança em nosso meio.

Propor e envolver turmas de alunos em projetos coletivos de construção do conhecimento, em torno de temas amplos como edificações habilitação ou veículos, transporte, ou em torno de temas também interdisciplinares mais próximas da física, como produção, distribuição e uso social da energia.

Privilegiar o fazer, manusear, operar, agir em diferentes formas e níveis. Isso inclui retornar o papel da experimentação, atribuindo-lhe uma maior abrangência, para além das situações convencionais de experimentação em laboratório.

Estimular o uso adequado dos tecnológicos (desde desenhos, fatos, máquinas de calcular, microcomputadores, etc. até filmadoras) como formas de representar, sistematizar e produzir conhecimento.

Estimular a efetiva participação e responsabilidade social, discutindo possíveis ações na realidade em que vivem desde difusão de conhecimento a ações de controle ambiental ou intervenções significativas no bairro ou localidade, de forma a que os alunos sintam-se de fato detentores de um saber significativo.

INSTRUMENTOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação deve considerar os aspectos históricos, conceituais, e culturais, a evolução das idéias em Física, a não neutralidade da ciência, o progresso de educando quanto a esses aspectos. Garantir o objeto de estudo da Física didática. Considerar a apropriação desses objetos pelos estudantes.

Dessa forma o processo avaliativo deve ter caráter diversificado, levando em consideração todos os aspectos: a compreensão dos conceitos físicos; a capacidade de análise de um texto seja literário ou científico, emitindo opinião que leve em conta o conteúdo físico; a capacidade de elaborar um relatório sobre um experimento ou qualquer outro evento que envolva Física.

No entanto, a avaliação tem como o objetivo auxiliar o aluno na aprendizagem. Ou seja, trata-se de tomá-la como instrumento para intervir no processo de aprendizagem do estudante.

Os critérios essenciais em relação ao que se espera que um aluno desenvolva até o final do ano, não priorizando o produto final, mas, em especial, o processo:

a-Relacionar os conteúdos com fatos concretos e palpáveis do dia-a-dia;

b- Mostrar historicamente o processo, o desenvolvimento e a aplicação do conhecimento físico;

c-Enfatizar o raciocínio lógico e reflexivo;

d- Priorizar o entendimento do fenômeno físico com redução das considerações matemáticas;

e- Utilizar a formalística mais como instrumento de comprovação do que de dedução;

Possibilitar a compreensão de determinada abstração física mediante simples experimentação.

A avaliação deve ser coerente com o enfoque dado aos princípios básicos da disciplina.

Como o saber específico de cada aluno sobre o conhecimento adquirido que estão relacionados com fatores que envolvam seu cotidiano.

Levando em consideração fatores sócio-econômico, culturais, etc., que influenciam diretamente no processo ensino aprendizagem.

Observar o senso crítico através de experiências relacionando homem-natureza. As vantagens do crescimento tecnológico e suas influências no planeta. Levando em consideração as discussões que surgirem no decorrer de cada aula, e suas respectivas conclusões ou soluções.

- Ao processo de ensino-aprendizagem devemos permitir ao aluno a consciência de seu próprio caminhar em relação ao conhecimento e ao professor controlar e melhorar a sua prática pedagógica.

- Verificação escrita periodicamente;

- Identificar o nível de participação e interesse do educando;

- Relatórios de práticas de laboratório;

- Trabalhos individuais e em grupo;

- Trabalhos individuais em laboratório de informática, tanto para pesquisas como na utilização de simuladores virtuais.

Espera-se que ao final do primeiro ano os educandos relacionem os vários tipos de movimentos e forças, com os movimentos do dia-a-dia, e também ao sistema solar, assim como os tipos de energia utilizados pelos seres vivos e suas transformações.

Assim também ao final do segundo ano, os educandos conheçam processos relacionados à termologia, termodinâmica e óptica, e suas aplicações práticas, assim como benefícios e malefícios em termos globais.

Ao final do terceiro ano espera-se que os educando reconheçam e identifiquem diferentes tipos de grandezas elétricas, utilizando para leitura de informações sobre aparelhos elétricos visando a relação entre custo/benefício buscando sempre a economia de energia.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

Através do resultado da avaliação do educando, a retomada dos conteúdos não assimilados, deverá acontecer paralela através de trabalhos e pesquisas envolvendo

de forma específica e direcionada, buscando reverter individualmente à deficiência identificada.

-recuperação

-trabalhos escritos

-pesquisas bibliográficas

-Apresentação e exposição oral dos trabalhos práticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ZIN, S. L. B., MASSOT, A. E. Física por experimentos demonstrativos. In: Atas do X SNEF, 25-

CHAVES, A: Física: Mecânica. Volume 1. Rio de Janeiro: Reichmann e Affonso Editores, 2000.

FEYNMAN, R. P.; LEIGHTON, R. B.; Sands, M.: The Feynman Lectures on Physics. London:

ADDISON-Wesley Publishing Company, Inc., 1964.

ROCHA, J. F.: Origens e Evolução das Idéias da Física. 1º Edição, Salvador: EDUFBA, 2002.

MARION, J. B.; THORNTON, S. T.: Classical Dynamics of Particles and Systems. 4ª Edição. Thomson editores.

TIPLER, P.; LLEWELLYN, R.: Física Moderna. 3º Edição, Rio de Janeiro: LTC, 2001.

GRF – Grupo de Reelaboração do Ensino de Física. Física/Vol. 1 - Mecânica. São Paulo: Edusp.

SAKURAI, J. J.: Modern Quantum Mechanics. Addison Wesley Editores.

SHANKAR. Principles of Quantum Mechanics. Plenum,

NEWTON, I.: The Principia. Califórnia Ed.;

EISBERG, R.; RESNICK R.: Física Quântica. Rio de Janeiro, Editora Campus;

TIPLER, P.: Física – Vol. 2: Gravitação, Ondas e Termodinâmica. Rio de Janeiro, Livros

Técnicos e Científicos Ed. S.A., Terceira Edição, 1995;

CAREY, V. P.: Liquid-Vapor Phase Change Phenomena. Taylor & Francis Ed., 1992;

COHEN; TANNOUDJI. Quantum Mechanics – Vol. 2. John Wiley Ed.;

CHAVES, A: Física-Sistemas Complexos e Outras Fronteiras . Rio de Janeiro, Reichmann & Affonso Editores, 2000;

UANG, K.: Statistical Mechanics. John Wiley Ed.;

QUADROS, S.: A Termodinâmica e a Invenção das Máquinas Térmicas. São Paulo, Editora Scipione, 1996;

PUREUR, P.: Estado Sólido. Porto Alegre, Editora do Instituto de Física da UFRGS, 2001;

JACKSON, J. D.: Eletrodinâmica Clássica. Rio de Janeiro, Editora Guanabara Dois S. A., Segunda Edição, 1983;

CHROBAK, R.; HERRERA, C. Experiencia Piloto para el Desarrollo de un Nuevo Modelo Instrucional. Revista Brasileira de Ensino de Física, São Paulo, v. .18, no 2, p. 122-136, 1996.

COX, D. R. Planning of Experiments. New York: John Wiley & Sons, 1960, 308p.

KUTSCHER, E. Physics Research Activities. Annapolis: Alpha Publishing Company, 1988. 239p.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE HISTÓRIA

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Cada homem é, no seu presente, fruto e somatória de tudo quanto foi produzido pelos demais homens que o antecederam. Assim, o homem percebe que sua existência é marcada por continuas transformações.

Ao tomar consciência do seu passado e do seu presente, o homem adquire “CONSCIÊNCIA HISTÓRICA” e, assim pode conceber-se como agente das transformações da existência humana: agente da história. Portanto, pode ter um projeto de futuro. O homem, porém não é agente da História de modo individual, mas sim coletivamente, portanto, existem relações que perpassam tal coletividade como as de poder, de trabalho e de cultura.

Os primeiros historiadores conceberam a História como uma simples narrativa.

Na Idade Média, os fatos eram encarados como frutos de uma vontade divina.

Na Idade Moderna surgiu a “crítica histórica”.

Na Idade Contemporânea surgiram variadas linhas de historiografia: positivismo, materialismo marxista e História Total.

O Positivismo reduziu a História à subordinação do método científico e valorizou os feitos do herói como agente histórico. Não criar questionamentos e debates relativos aos conteúdos estudados em sala de aula. Evitar o espírito crítico.

O Materialismo marxista passou a atribuir às relações econômicas e suas decorrências um fator determinante das transformações da realidade humana, colocando o homem como o agente da sua própria história: é o materialismo histórico.

O materialismo histórico se alia ao materialismo dialético que afirma que tudo está em constante mudança, nada é eterno, do velho origina-se o novo e, portanto, a História não se repete.

A História total é o estudo do processo histórico num intercâmbio com todas as ciências, (filosofia, sociologia, antropologia, etc..) aumentando assim, as oportunidades de ampliar e conhecer novos campos a serem estudados.

Portanto, é necessário estudar História indo além dos fatos e datas, buscar entender os fatos dentro de uma circunstância (em épocas com características próprias mais longas ou menos longas). Saber que é o conjunto de relações econômico, social, política, cultural, jurídico, etc., constantes, que determinam como a sociedade funciona num determinado tempo e espaço.

Além disso, segundo o DCE, podemos entender o ensino de história sob duas óticas: aquela que está a serviço dos interesses do Estado ou do poder instituído ou aquela que contrapõe a História apresentada nos currículos e livros didáticos em relação a história ensinada na cultura escolar.

Em 1837 foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que instituiu a História como disciplina acadêmica e nossa história sempre foi pautada e vista como uma extensão da História da Europa Ocidental. Apesar de propor uma nacionalidade na síntese das raças branca, indígena e negra, formadoras do povo brasileiro com o predomínio da política de branqueamento.

O currículo conservador do modelo social aristocrático não permitia que pessoas comuns fossem vistas e respeitadas como sujeitos históricos e este modelo de ensino de história foi mantido até a Proclamação da República em 1889.

Em 1901, o corpo docente do Colégio Pedro II alterou o currículo do colégio e propôs que a História do Brasil passasse a compor a cadeira de História Universal. Deste modo, a História do Brasil dificilmente era tratada pelos professores como algo relevante visto o pequeno espaço que esta História ocupava nos currículos.

Foi no governo de Getúlio Vargas, durante o Estado Novo (1937-1945) que retorna o ensino da História do Brasil vinculado ao projeto político nacionalista. Na década de 1930 inicia o debate da inclusão da disciplina de Estudos Sociais incentivados pelo recém criado Ministério da Educação e Cultura.

Em 1964, o ensino de história manteve seu caráter somente político, pautado nos estudos de fontes oficiais e narrados apenas do ponto de vista factual.

Concluindo, faz-se necessário incorporar ao conhecimento histórico o processo de formação intelectual, emocional, social, cultural, ético e político do cidadão a partir da observação dos conteúdos estruturantes, isto é, relações de cultura, relações de trabalho e relações de poder. A utilização da linguagem como atividade prática é resultante de uma relação social não desvinculada da realidade experimentada.

O resgate da memória das diversas experiências sociais permite a construção e reconstrução do conhecimento daquilo que foi vivido. A História não é apenas conhecimento, ela é também prática social.

Desenvolver a capacidade de pensar historicamente é compreender como a História se processa que somada à ação social do ser humano habilita-o a modificar o seu

meio, ou seja, a articulação da experiência ativa em constante mudança por meio de um processo histórico dialético opera transformações nos sujeitos.

Mais do que saber da existência de um momento histórico, deve-se criar em torno dele uma rede de significados para entender suas razões, desdobramentos e articulações com outros momentos anteriores, posteriores ou contemporâneos a ele. Além disso, torna-se relevante orientar o educando para que ele possa construir essa rede de significados, podendo fazer o mesmo quando se deparar com fatos novos em sua vida. É a consciência histórica.

É importante que a educação capacite pessoas capazes de solucionar suas diferenças através do diálogo, substituindo as soluções que utilizam o mecanismo da violência. Não basta o discurso, é necessário exercitar esta modalidade de vida. Deste modo é interessante oferecer distintas possibilidades de reflexão e entendimento de um mesmo tema. A sociedade contemporânea é marcada pelo individualismo e pela competição acirrada, que tende a reduzir as relações humanas cotidianas a uma luta de gladiadores. O crescimento da miséria, da violência e da diferença entre classes sociais aproxima a humanidade a um estado de barbárie impensado até mesmo pelos mais pessimistas teóricos que, no passado, conjecturaram sobre os nossos dias.

Desse modo, a experiência do passado é vivenciada e interpretada de maneira a fornecer uma compreensão do presente pensando em um futuro diferente e melhor. A aprendizagem histórica fundamentadas na temporalidade, evidência, inferência, empatia, significância, narrativas históricas e outros auxiliam a capacidade de orientação da vida do jovem. Assim podem constituir uma identidade a partir da alteridade, isto é, se colocar no lugar do outro, se relacionar com os múltiplos sujeitos, suas visões de mundo e temporalidades diversos contextos espaços-temporais.

Para compreender, analisar e refletir sobre os acontecimentos do processo histórico será considerado as contribuições específicas das diferentes correntes historiográficas e a política da metodologia histórico crítica.

A História tem como objeto de estudo os processos históricos relativos às ações e às relações humanas praticadas no tempo, bem como a respectiva significação atribuída pelos sujeitos, tendo ou não consciência dessas ações. As relações humanas produzidas por estas ações podem ser definidas como estruturas sócio-históricas, ou seja, são as formas de agir, pensar, sentir, representar, imaginar, instituir e de se relacionar social, cultural e politicamente.

A produção ou desenvolvimento do conhecimento historiográfico objetiva a formação do pensamento histórico, possibilitando o aprimoramento da consciência histórica para a produção de narrativas históricas.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Valorizar o direito de cidadania dos indivíduos, dos grupos e dos povos como condição de efetivo fortalecimento da democracia, mantendo-se o respeito às diferenças e a luta contra as desigualdades questionando sua realidade, identificando problemas e possíveis soluções através do conhecimento das formas político-institucionais e organizações da sociedade civil que possibilitem modos de atuação a fim de conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles, continuidades e discontinuidades, conflitos e contradições sociais através da identificar as relações de poder, cultura e trabalho no seu próprio grupo de convívio, na localidade, na região e no país, e outras manifestações relações estabelecidas em outros tempos e espaços;

Assim agindo, facilita-se a compreensão de que as histórias individuais são partes integrantes da História coletiva ao situá-las com os acontecimentos históricos e localizá-los em uma multiplicidade de tempos e valorizando o patrimônio sócio cultural e respeitar a diversidade cultural, étnica e racial, considerando critérios éticos;

Ao reconhecer que o conhecimento histórico é parte de um conhecimento interdisciplinar o aluno deve mostrar que se apropriou e que domina os procedimentos de pesquisa escolar e produção de texto, demonstrando que aprendeu a observar e colher informação de diferentes paisagens e registros escritos, iconográficos, sonoros e materiais.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Os conteúdos estruturantes relações de trabalho, relações de poder e relações culturais organizam a investigação do conhecimento histórico e dão seqüência às dimensões política, econômico-social e cultural, articuladas a partir das categorias de análise de tempo e espaço.

Assim como as ações e relações humanas se transformam ao longo do tempo, sua abordagem teórico-metodológica é reelaborada de acordo com o conteúdo histórico em que vivem os sujeitos.

Relações de Trabalho

O trabalho expressa a relação que os seres humanos estabelecem entre si e a natureza. A execução do trabalho requer o emprego de esforço físico e mental, os quais transformam elementos da natureza em bens que satisfazem as necessidades humanas.

As relações de trabalho permitem diversas formas de organização social. No mundo capitalista, o trabalho assumiu historicamente um estatuto muito específico, qual seja, do emprego assalariado. Para entender como se formou esse modelo e suas conseqüências, faz-se necessário analisar alguns aspectos que implicam essa relação de trabalho quais sejam as relações de poder e cultura. Reconhecer e analisar as contradições de cada época ou problemas contemporâneos, a partir de suas causas possibilita a compreensão das relações de trabalho, como foram

construídas no processo histórico e de que modo determinam a condição de vida no conjunto da população.

Relações de Poder

O poder não apresenta forma de coisa ou objeto, mas se manifesta como relações sociais e ideológicas estabelecidas entre aquele que exerce e aquele que se submete; portanto, o que existe são as relações de poder.

O estudo das relações de poder geralmente remete à idéia de poder político. Entretanto, elas não se limitam somente à dimensão política; estão na dimensão econômico-social e na dimensão cultural, ou seja, em todo corpo social. A compreensão de que as relações de poder são exercidas em vários momentos como o mundo do trabalho, políticas públicas ou instituições, permite ao aluno compreender que as relações de poder encontram-se em seu cotidiano. Assim, poderá identificar espaços de decisão, a causa da decisão, de que forma foi a execução ou implementação e como, quando e onde reagir a ela, se necessário.

Relações Culturais

As relações culturais são a correspondência dialética entre as estruturas materiais e simbólicas de um determinado contexto histórico.

As sociedades contemporâneas não são tão diferentes em sua organização político-econômica, pois são poucas as que destoam do padrão cultural próprio do capitalismo contemporâneo.

O estudo das relações culturais deve considerar a especificidade de cada sociedade e as relações entre elas. O processo histórico constituído nessa relação pode ser chamado de cultura comum.

Ao produzir e vivenciar o processo de constituição da humanidade, o uso possibilitou aos historiadores construir narrativas históricas que incorporavam olhares alternativos quanto às ações dos sujeitos.

A proposta de seleção de temas é também pautada em relações interdisciplinares, considerando que é na disciplina de História que ocorre a articulação dos conceitos e metodologias entre as diversas áreas do conhecimento. Assim, as narrativas, imagens, sons de outras disciplinas devem ser tratados como documentos a ser abordados historiograficamente. A cultura permite conhecer os conjuntos de significados que os homens atribuíram à sua realidade para explicar o mundo. Os alunos devem reconhecer a si e aos outros como construtores de uma cultura comum considerando as peculiaridades de cada grupo social e as relações entre eles, compreender as experiências culturais dos sujeitos ao longo do tempo e das permanências e mudanças na multiplicidade das tradições e costumes sociais.

A valorização da diversificação de documentos como imagens, canções, objetos arqueológicos, fotografias, cinema, música, dança, entre outros, colabora na construção do conhecimento histórico e possibilita relações interdisciplinares com outras áreas do conhecimento.

A história local, conceitos de representação, práticas culturais, circularidades culturais, dialogismos, policemia permite aos alunos observarem os documentos de maneira aprofundada, desenvolvendo uma consciência histórica que considere as diversas práticas culturais dos sujeitos sem abandonar o rigor do conhecimento histórico.

CONTEÚDOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

6º ANO

OS DIFERENTES SUJEITOS SUAS HISTÓRIAS SUAS CULTURAS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

Relações De Trabalho - Relações De Poder - Relações Culturais.

CONTEÚDOS BÁSICOS OU GERADORES DA SÉRIE:

- Os diferentes sujeitos suas culturas suas histórias;
- A experiência humana no tempo;
- Os sujeitos suas relações com o outro no tempo.
- As culturas locais e a cultura comum.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- SUJEITOS DA HISTÓRIA (os alunos): Identificação civil, suas fontes históricas específicas, sua localidade, formas de pensar, diversões, vestuário ou moda, tecnologias utilizadas, monumentos, líderes ou “heróis” ícones de identificação sociais e de grupo, organizações, História do Bairro onde vive, etc.;
- HISTÓRIA LOCAL: Denominação e origem, localização, povoamento, personalidades pioneiras, atos e datas legislativas de criação e/ou emancipação, instituições e poderes, produção e posição econômica local e regional, índices educacionais e sociais, locais de memória e preservação histórica, praças de destaque, Bairros que mereçam destaque, manifestações culturais próprias, festas, tradições, cerimoniais e celebrações identitárias e de passagem, etc.;
- INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS: A ciência História, o Homem como produtor da História, As diferentes Fontes ou Documentos Históricos, A Cultura, conceito, tipos e fonte como significação da produção humana;
- O TEMPO E A HISTÓRIA: Tempo como Convenção, Referência para contar e organizar o tempo. Por que o homem organiza o tempo, unidades de tempo, diferentes temporalidades históricas e civis, diferentes Calendários históricos e civis;

- AS ORIGENS DO SER HUMANO: Teorias do surgimento, Espécies do processo evolutivo e suas características, A África como berço do surgimento da humanidade e a riqueza histórica e cultural do continente, Conceito e divisão da Pré-história, Períodos da Pré-história domínio da natureza, produção, propriedade da terra, realizações técnicas e culturais do homem;

- O POVOAMENTO DA AMÉRICA: Hipóteses de povoamento, os sítios arqueológicos como fontes históricas, Paleoíndio, Arcaico e Formativo e as realizações técnicas, culturais do homem em cada um dos períodos da Pré-história americana, O Brasil Pré-histórico revelado através dos Sambaquis, Concheiros e Sítios Arqueológicos, O homem primitivo ou nativo brasileiro suas realizações técnicas e culturais (Os indígenas do Brasil: organização, mitos e lendas, religiosidade, relações de poder, produção de subsistência e cultural, condições socioeconômica, empresas e proprietários invasão e massacre, legislação de proteção e garantias do indígena, organizações governamentais e indígenas de defesa e proteção, etc.);

OS DIFERENTES SUJEITOS SUAS HISTÓRIAS SUAS CULTURAS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

Relações De Trabalho - Relações De Poder - Relações Culturais

CONTEÚDOS BÁSICOS OU GERADORES DA SÉRIE:

- Os sujeitos suas relações com o outro no tempo,

- as culturas locais e a cultura comum

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- CONSTRUÇÃO DE UM PROCESSO OU POSSIBILIDADE DE “CIVILIZAÇÃO”: A região do Crescente Fértil e seus aspectos geográficos e naturais, O surgimento da civilização, do poder, das leis, das relações de poder político, econômico e religioso, da desigualdade socioeconômica e do comércio;

- CIVILIZAÇÕES DA ANTIGUIDADE ORIENTAL: Mesopotâmia, Egito, Fenícios, Hebreus e Persas

- Aspectos e legados próprios que possibilitaram a construção do processo histórico e cultural Vivido na atualidade no que se refere as instituições, letramento gráfico e numérico (considerando os povos ágrafos do atual contexto social onde não é considerado fator de desenvolvimento cultural ou social escrever), técnicas e legislação civil, diversidade de sujeitos, religiosidades e manifestações culturais;

Outra possibilidade: Povoamento, organização, formação, política, realizações técnicas, religiosas, científicas, literárias e culturais. Países e povos que resultaram ou ocupam os territórios onde se estabeleceram as Civilizações da Antiguidade Oriental na atualidade e seus aspectos próprios.

OS DIFERENTES SUJEITOS SUAS HISTÓRIAS SUAS CULTURAS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

Relações De Trabalho - Relações De Poder - Relações Culturais.

CONTEÚDOS BÁSICOS OU GERADORES DA SÉRIE:

- Os sujeitos suas relações com o outro no tempo,

- As culturas locais e a cultura comum

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- CIVILIZAÇÕES DO EXTREMO ORIENTEM: China e Índia – Características identitárias próprias no que se refere a aspectos políticos, sociais e culturais e suas contribuições técnicas, literárias, filosóficas, científicas, culturais e seu enfrentamento das questões socioeconômicas na atualidade;

- CIVILIZAÇÕES DA ANTIGUIDADE OCIDENTAL: Grécia Antiga

- Aspectos e legados próprios que possibilitaram a construção do processo histórico e cultural vivido na atualidade no que se refere Rica Mitologia, Democracia, Olimpíadas, Filosofia, Ciência, Medicina, Teatro, Objetivo do Padrão de Beleza Grego em contraponto com o Padrão de Beleza atual para o mercado;

- Outra possibilidade: Povoamento, organização, formação, política, realizações técnicas, religiosas, científicas, literárias e culturais. Países e povos que resultaram ou ocupam o território onde se estabeleceu a Grécia Antiga na atualidade e seus aspectos próprios.

OS DIFERENTES SUJEITOS SUAS HISTÓRIAS SUAS CULTURAS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

Relações De Trabalho - Relações De Poder - Relações Culturais.

CONTEÚDOS BÁSICOS OU GERADORES DA SÉRIE:

- Os sujeitos suas relações com o outro no tempo,

- As culturas locais e a cultura comum

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- CIVILIZAÇÕES DA ANTIGUIDADE OCIDENTAL: Roma Antiga

- Aspectos e legados próprios que possibilitaram a construção do processo histórico e cultural vivido na atualidade no que se refere à origem do Senado, Organização Militar, Imperialismo Político e Econômico (diferenças entre o praticado pelos romanos antigos e o praticado por alguns países na atualidade) Formação da República, Estabelecimento do Direito e suas Categorias, Lutas Sociais, A questão da Terra, Arquitetura função política e social, Mecanismo de Divulgação, Controle e dominação (Pão e circo) em comparativo com o atual, políticas públicas, mídia, música, objetos de consumo e pertencimento social, etc.;

- Outra possibilidade: Povoamento, organização, formação, política, realizações técnicas, religiosas, científicas, literárias e culturais. Transformações sociais, políticas, econômicas e crises que forjaram um novo período histórico;

País e povos que resultaram ou ocupam o território onde se estabeleceu a Roma Antiga na atualidade e seus aspectos próprios.

PLANO DE HISTÓRIA – 7º ANO

A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DO MUNDO RURAL E URBANO E A FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE EM DIFERENTES TEMPOS E ESPAÇOS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

Relações De Trabalho - Relações De Poder - Relações Culturais.

CONTEÚDOS BÁSICOS OU GERADORES DA SÉRIE:

- As relações de propriedade,
- A constituição histórica do mundo do campo e do mundo da cidade,
- A relação entre campo e a cidade,

- A produção cultural do campo e da cidade.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- Desenvolvimento do Feudalismo: As características próprias dos tempos medievos e as contribuições dos povos germânicos que colaboraram para formar uma nova organização da produção econômica, a mão-de-obra utilizada, a sociedade e a cultura específica desta determinada temporalidade.

- Trabalhar um comparativo entre a cultura medieval e a cultura pós-moderna;
- Trabalhar as condições socioeconômicas dos trabalhadores medievais com os trabalhadores assalariados da atualidade, comparand0-as.

- Organização de grandes reinos: Africanos, Franco ou Carolíngio, Bizantino e Árabe ou Islâmico suas influências próprias na formação da mentalidade do ocidente e oriente no que se refere a política, legislação, técnicas, literatura, ciência, religiosidade e cultura.

A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DO MUNDO RURAL E URBANO E A FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE EM DIFERENTES TEMPOS E ESPAÇOS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

Relações De Trabalho - Relações De Poder - Relações Culturais.

CONTEÚDOS BÁSICOS OU GERADORES DA SÉRIE:

- A relação entre campo e a cidade, conflitos e resistências e a produção cultural.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- Transformações e crises que marcaram a constituição da modernidade: Renascimento do comércio e das cidades, nascimento da burguesia, as organizações de comerciantes e trabalhadores artesanais, peste negra, revoltas camponesas, o Cisma do Ocidente, A Guerra dos Cem Anos;
- A Constituição da Modernidade: Estados Modernos como território de desenvolvimento de um novo sistema econômico e a mentalidade predominante na Educação, Artes, Literatura e Ciências;
- Uma nova mentalidade ligada à produção econômica: Renascimento Cultural e Reforma Religiosa – Os sentidos da produção cultural e das manifestações religiosas na atualidade no que se refere às aspirações do homem e os sujeitos da História local.

A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DO MUNDO RURAL E URBANO E A FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE EM DIFERENTES TEMPOS E ESPAÇOS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

Relações De Trabalho - Relações De Poder - Relações Culturais.

CONTEÚDOS BÁSICOS OU GERADORES DA SÉRIE:

- A relações de propriedade, poder, trabalho e os conflitos e resistências.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- Internacionalização de um sistema de produção econômica: Estados Nacionais, nobres, burguesia, sistema mercantilista e a expansão marítimo-comercial portuguesa, espanhola, francesa e holandesa;

- As altas culturas americanas: Astecas, Maias e Incas, sua diversidade cultural, produção técnica e econômica, educação, religiosidade, mitos, enfrentamento com o conquistador domínio, massacre e drástica redução demográfica;
- Exploração dos impérios coloniais na América: Organização, administração e órgãos de controle, atividades econômicas e mão-de-obra nos territórios de domínio espanhol. Desinteresse inicial dos portugueses pelas terras americanas, o Brasil pré-colonial: primeiras expedições, exploração econômica e da mão-de-obra escrava indígena e africana, início da colonização e os órgãos da administração da colônia portuguesa.

A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DO MUNDO RURAL E URBANO E A FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE EM DIFERENTES TEMPOS E ESPAÇOS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

Relações De Trabalho - Relações De Poder - Relações Culturais.

CONTEÚDOS BÁSICOS OU GERADORES DA SÉRIE:

- A relações de propriedade, a constituição da economia de exploração no Brasil colonial e os conflitos e resistências.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- Economia e sociedade no Brasil colonial: O tripé da economia colonial (Latifúndio, Monocultor e Escravista), a empresa açucareira colonial, exploração da mão-de-obra e o tráfico de escravos africanos, a luta e organizações de resistência, a formação da sociedade no entorno do engenho açucareiro colonial e suas características específicas;

- A expansão do território do Brasil colonial: União Ibérica ou Peninsular, bandeirantismo, missões jesuíticas, movimentos de contestação colonial: As revoltas reivindicatórias e emancipatórias.

PLANO DE HISTÓRIA – 8º ANO

O MUNDO DO TRABALHO E OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

Relações De Trabalho - Relações De Poder - Relações Culturais.

CONTEÚDOS BÁSICOS OU GERADORES DA SÉRIE:

- História das relações da humanidade com o trabalho;
- O trabalho e as contradições da modernidade;
- Os trabalhadores e as conquistas de direito.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- Constituição do sistema de governo dos Estados Nacionais: Absolutismo, Conceito, Teóricos, Formação do Absolutismo francês e inglês, O terceiro Estado vida cotidiana e trabalho;
- Ocupação e colonização da América do Norte: Caso inglês, francês e holandês;
- Atividade mineradora no Brasil colonial: Descobridores das minas e locais de mineração, Administração das minas, Mão-de-obra utilizada, Conflitos com governo e pela disputa das minas, sociedade organizada no entorno da mineração e as mudanças provocadas pela atividade mineradora no Brasil colonial.

O MUNDO DO TRABALHO E OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

RELAÇÕES DE TRABALHO - RELAÇÕES DE PODER - RELAÇÕES CULTURAIS.

CONTEÚDOS BÁSICOS OU GERADORES DA SÉRIE:

- HISTÓRIA DAS RELAÇÕES DA HUMANIDADE COMO TRABALHO;
- OS TRABALHADORES E AS CONQUISTAS DE DIREITO.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- Desenvolvimento processo de industrialização: Fatores que provocaram o processo, tecnologias, pioneirismo inglês, fases de desenvolvimento, organizações e lutas dos operários;
- Rompendo com a sociedade de ordens e privilégios: Iluminismo: conceito, suas características, autores e propostas políticas, sociais e econômicas, Independência dos Estados Unidos: Ideologia que orientou o processo, personagens, principais acontecimentos e realizações do processo de independência, A Revolução francesa: significado da revolução, principais acontecimentos e realizações do processo revolucionário e o desfecho da revolução;

O MUNDO DO TRABALHO E OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

Relações De Trabalho - Relações De Poder - Relações Culturais

CONTEÚDOS BÁSICOS OU GERADORES DA SÉRIE:

- O trabalho e a vida em sociedade;
- O trabalho e as contradições da modernidade;
- Os trabalhadores e as conquistas de direito.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- Rompendo com o domínio colonial: Período Napoleônico e seus desdobramentos e a Independência das Colônias Espanholas na América – Antecedentes, personalidades libertárias envolvidas, o projeto de independência para as colônias espanholas da América do Sul e seus desdobramentos;
- Luta pela independência na colônia portuguesa na América: As revoltas emancipatórias no Brasil colônia, acontecimentos e realizações que se destacaram no processo de independência do Brasil. Relações políticas internas e externas do Brasil independente e os fatos que se destacaram no período do Primeiro Reinado.

O MUNDO DO TRABALHO E OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

Relações De Trabalho - Relações De Poder - Relações Culturais

CONTEÚDOS BÁSICOS OU GERADORES DA SÉRIE:

- História das relações da humanidade com o trabalho;
- O trabalho e a vida em sociedade;
- O trabalho e as contradições da modernidade.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- Novas idéias políticas e econômicas: As revoluções liberais e nacionalistas que possibilitaram processos de unificação de países e a Guerra de Secessão na América do Norte;
- Disputas políticas e opressão da população urbana e rural provocam uma nova organização política e administrativa no Brasil do século XIX: Principais acontecimentos e transformações políticas, sociais e econômicas do Período Regencial e do Segundo Reinado

PLANO DE HISTÓRIA – 9º ANO

RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA: A FORMAÇÃO DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

Relações De Trabalho - Relações De Poder - Relações Culturais.

CONTEÚDOS BÁSICOS OU GERADORES DA SÉRIE E BIMESTRE:

- A constituição das instituições sociais;
- A formação do estado;

- Sujeitos guerra e revoluções.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- Expansão política, econômica e tecnológica das potências européias: Segunda Revolução Industrial, Imperialismo, Neocolonialismo e a formação dos impérios coloniais;

- Instituição de uma nova forma de governo no Brasil: Movimento republicano, questões republicanas, Proclamação da República, principais realizações e acontecimentos dos governos militares e oligárquicos, revoltas urbanas, camponesas e militares, industrialização, imigração e movimento operário.

RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA: A FORMAÇÃO DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

Relações De Trabalho - Relações De Poder - Relações Culturais.

CONTEÚDOS BÁSICOS OU GERADORES DA SÉRIE:

- A constituição das instituições sociais;

- Sujeitos guerra e revoluções.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- Guerra e Revolução: Primeira Guerra – Antecedentes e países envolvidos, alianças militares, principais acontecimentos e realizações no período de desenvolvimento do conflito e resultados da guerra;

- Condições socioeconômicas da Rússia pré-revolucionária, ideologia e líderes da revolução, principais acontecimentos e realizações no desenvolvimento do processo revolucionário, a constituição da União Soviética e seu posicionamento político, militar e econômico geoestratégico mundial;

-Crise, autoritarismo e guerra: Expansão econômica dos anos 1920, fatores que provocaram a crise, seus efeitos e medidas socioeconômicas como possibilidade de recuperação da crise;

- Antecedentes que possibilitaram a organização de Estados Totalitários na Europa, suas características e formas próprias de ação divulgação e repressão;

- Segunda Guerra Mundial antecedentes, países envolvidos, alianças militares, desenvolvimento do conflito e resultados da guerra.

RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA: A FORMAÇÃO DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

Relações De Trabalho - Relações De Poder - Relações Culturais.

CONTEÚDOS BÁSICOS OU GERADORES DA SÉRIE:

- A constituição das instituições políticas, econômicas e militares;

- Sujeitos guerra e revoluções.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- Governo populista e ditatorial no Brasil: Desacordo político dos governos oligárquicos, a “Revolução de 1930”, realizações e acontecimentos das fases do governo Vargas no Brasil;

- A geopolítica bipolar do após guerra: Desenvolvimento da Guerra Fria e seus desdobramentos na Europa, Ásia, África (descolonização) e América Latina. Os conflitos regionais no período de desenvolvimento da Guerra Fria;

RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA: A FORMAÇÃO DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

Relações De Trabalho - Relações De Poder - Relações Culturais.

CONTEÚDOS BÁSICOS OU GERADORES DA SÉRIE:

- A constituição das instituições sociais;

- A formação do estado;

- Sujeitos guerra e revoluções.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- Brasil democracia e ditadura: Principais realizações e acontecimentos nos períodos Democráticos (1946 a 1964), Regime Ditatorial Militar (1964 a 1985) e Redemocratização (1985 a 2009) no Brasil;

- A geopolítica multipolar: Crise política e econômica do Socialismo Russo e seus desdobramentos. Desenvolvimento da Globalização e seus efeitos políticos, econômicos, militar, socioculturais e ambientais.

ENSINO MÉDIO

Antes de elencar os conteúdos para cada série do ensino médio faz-se necessário uma observação. Não se pode aplicar mais no Ensino Médio a chamada História Total, porque o objetivo da DCE de História é a “Formação do pensamento histórico”. O educando deve instituir consciência histórica para produção de narrativas históricas, percebendo desta forma que a História é produzida pela visão de diferentes sujeitos, conceitos, espaços, temporalidades e experiências históricas e nesta perspectiva se desfazem os objetivos e se desenvolvem justificativas sobre os conteúdos trabalhados conforme inserida na Proposta Pedagógica Curricular.

CONTEÚDOS DO ENSINO MÉDIO

HISTÓRIA – 1º ANO – ENSINO MÉDIO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

Relações De Trabalho, Relações De Poder E Relações Culturais.

CONTEÚDOS BÁSICOS OU TEMAS GERADORES DA SÉRIE:

-Trabalho escravo, servil, assalariado e o trabalho livre.

-Urbanização e industrialização.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- A ciência História e as diferentes unidades e temporalidades;

- A Pré-história Geral, Americana, Brasileira e Paranaense;

- Civilizações da Antiguidade: Mesopotâmia, Hebreus, Fenícios e Persas;
- Civilizações Africanas: Egito Antigo, Gana, Mali, Kongo, Hauças, Ndongo;
- Civilizações do Extremo Oriente: Índia e China;
- Civilizações da Antiguidade Ocidental: Grécia e Roma Antiga;
- Os Reinos da Alta Idade Média Ocidental e Oriental: Bizantino, Franco e Árabe, Muçulmano ou Islâmico;
- O modo de produção Feudal;
- O poder e a influência da Igreja Ocidental, a Educação e a Cultura Medieval;
- As novas condições da Baixa Idade Média – Período de Transformações e Crises;
- Formação das Monarquias Nacionais, Absolutismo, Mercantilismo, Renascimento Cultural, Reforma e Contra-Reforma Religiosa;
- Expansão Comercial e Marítima Européia;
- Indígenas ou primitivos habitantes do Brasil e o território brasileiro Pré-colonial e início da colonização;
- Indígenas ou primitivos habitantes do Paraná e ocupação (Encomiendas, Reduções e as Obrages), caminhos (Peabiru, Graciosa, Itupava, Arraial, e Viamão) povoamento, tropeirismo e as primeiras vilas paranaenses;
- O tripé da economia colonial, empresa açucareira e a Sociedade colonial Brasileira – África: aspectos próprios e a riqueza cultural do continente;
- História local e regional.

HISTÓRIA – 2º ANO – ENSINO MÉDIO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

Relações De Trabalho, Relações De Poder E Relações Culturais.

CONTEÚDOS BÁSICOS OU TEMAS GERADORES DA SÉRIE:

- O estado e as relações de poder;
- Cultura e religiosidade.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- América Colonial Espanhola e Inglesa;
- Iluminismo;
- Atividade Mineradora, sociedade mineradora colonial, revoltas reivindicatórias – Pecuária e mineração no Paraná;
- Revolução inglesa;
- Independência das 13 colônias inglesas da América do Norte;
- Revolução Francesa;
- Independência das Colônias Espanholas, do Brasil na América do Sul e Emancipação política do Paraná – Revolução Federalista e do Contestado;
- Revolução Industrial;
- Movimentos do século XIX: Liberalismo, Nacionalismo, Anarquismo, Socialismo e Unificações;
- Ampliação das fronteiras, Guerra da Secessão e o Imperialismo Norte Americano na América Latina;
- Período Imperial brasileiro (1º Reinado, Período Regencial e 2º Reinado – Paraná em relação da Guerra do Paraguai);
- Imperialismo e Neocolonialismo na África e Ásia;

- Transformações Socioeconômicas no Brasil Imperial do Século XIX (Industrialização, atividades agropecuaristas e extrativistas, Imigração e Abolição);
- Economia Paranaense – Erva-Mate, Café (Norte Velho, Norte Novo, e Norte Novíssimo) e Madeira;
- Desenvolvimento das idéias e do processo de Proclamação da República no Brasil.
- História local e regional.

HISTÓRIA – 3º ANO – ENSINO MÉDIO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

Relações De Trabalho, Relações De Poder E Relações Culturais.

CONTEÚDOS BÁSICOS OU TEMAS GERADORES DA SÉRIE:

- Os sujeitos, as revoltas e as guerras;
- Movimentos sociais, políticos, e culturais e as guerras e revoluções

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- Primeira Guerra Mundial;
- Período entre guerras: Revolução Russa, Crise Cíclica do Capitalismo de 1929 e Os Estados Totalitários Europeus;
- República da Espada (1889 a 1891), República Velha, Das Oligarquias ou do Café-com-leite (1891 a 1930) e o Movimento Paranista no Paraná;
- A Segunda Guerra Mundial. A Imigração japonesa no Paraná;
- Período Getulista no Brasil. O Paraná: Companhias de Colonização, Guerra do Porecatu e Criação do Estado do Iguazu;

- Brasil democracia e ditadura: República populista democrática (1946 a 1964) – Companhias de povoamento e Reforma Agrária no Oeste do Paraná, República da Ditadura ou Regime Militar (1964 a 1985) e República da Redemocratização (1985 a 2009);
- A geopolítica bipolar do após guerra: Desenvolvimento da Guerra Fria e seus desdobramentos na Europa, Ásia, África (descolonização) e América Latina. Os conflitos regionais no período de desenvolvimento da Guerra Fria;
- A geopolítica multipolar: Crise política e econômica do Socialismo Russo e seus desdobramentos. Desenvolvimento da Globalização e seus efeitos políticos, econômicos, militar, socioculturais e ambientais.
- Paraná na atualidade: Disputas pela terra, movimentos sociais, movimento quilombola paranaense, as condições socioeconômicas dos indígenas paranaenses, Cultura, festas e manifestações artísticas paranaenses;
- História local e regional.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

A abordagem dos conteúdos deve ocorrer de forma problematizadora, para proporcionar ao aluno a reflexão. Os processos históricos relativos às ações e as relações humanas praticadas no tempo, devem se apresentar como fato historicamente produzido nas relações que ele estabelece com seu meio social, e não, o fato como pronto e inquestionável.

O ensino de História deve contribuir para a construção da consciência histórica. Para que isto ocorra é imprescindível retomar constantemente o processo de construção do conhecimento histórico. Isto é fundamental para a compreensão, dos limites do livro didático, as diferentes interpretações de um mesmo acontecimento histórico e a necessidade de ampliar o universo de consultas quando se pretende entender melhor diferentes contextos históricos.

No planejamento é necessário problematizar, a partir do conteúdo, a produção do conhecimento histórico, considerando que a apropriação deste conceito pelos alunos é um processo e deste modo exigirá retomadas..

Utilizar a Biblioteca com frequência orientados pelo professor para que conheçam o acervo específico.

O conteúdo de História poderá ser, mais facilmente, compreendido se o professor utilizar objetos/fontes históricas como representação do passado. Estas fontes podem ser as mais diversas possíveis, desde textos informativos, literários, poéticos bem como objetos familiares, mapas, gráficos entre outros. Também fazer uso dos recursos áudio visuais.

Deve-se se constituir uma problemática por meio da compreensão, das estruturas e das ações humanas que constituíram os processos históricos do presente, tais como a fome, desigualdade e exclusão social, confrontos identitários (individual, social, étnica, sexual, de gênero, de idade, de propriedade, de direitos, regionais e nacionais).

Assim, ao problematizar situações ligadas às Relações de Trabalho, de Poder e Culturais torna se possível explicar, interpretar e narrar o objeto de estudo da disciplina de história, ou seja, ações e relações humanas no tempo, sendo que essas devem ser abordadas didaticamente, no processo de ensino/aprendizagem. Isso deve ser feito observando os recortes espaço/temporal e conceituais específicos, à luz da historiografia de referência anunciadas nestas Diretrizes.

n. 13.381/01, que torna obrigatório, no Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública Estadual, os conteúdos de História do Paraná; • o cumprimento da Lei n. 10.639/03, que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-Brasileira, seguidas das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; • o cumprimento da Lei n. 11.645/08, que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos povos indígenas do Brasil. A análise histórica da disciplina e as novas demandas sociais para o ensino de História se apresentam como indicativos para estas Diretrizes Curriculares, visto que

possibilitam reflexões a respeito dos contextos históricos em que os saberes foram produzidos e repercutiram na organização do currículo da disciplina.

A prática pedagógica com conteúdos estruturantes básicos e específicos priorizam a formação do pensamento histórico. A utilização de métodos de investigação histórica articulados pelas narrativas históricas em diferentes fontes como livros, cinema, quadrinhos, literatura, informática, música, palestras, relatos de memória, história oral são utilizadas para construir narrativas históricas.

A metodologia deve ser fundamentada de modo a observar como ponto de chegada, a prática pedagógica exercida no contato escolar, promovem a reflexão crítica e a participação ativa na construção de saberes e fazeres.

A problematização de situações relacionadas às dimensões econômico, social, política e cultural leva à seleção de objetos históricos. Esses objetos são as ações e relações humanas no tempo, ou seja, articulam-se aos conteúdos estruturantes propostos: as relações de trabalho, as relações de poder e as relações culturais. Para abordar esses conteúdos estruturantes, torna-se necessário que se proponham recortes espaços-temporais e conceituais à luz da historiografia de referência, tanto para os anos finais do Ensino Fundamental quanto para o Ensino Médio, lembrando que a construção da consciência histórica é um processo. Portanto, tais recortes compõem conteúdos específicos como: conceitos, processos, acontecimentos, entre outros, a serem estudados no Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Para os anos finais do Ensino Fundamental propõe-se que os conteúdos priorizem as histórias locais e do Brasil, estabelecendo-se as relações e comparações com a História mundial. Para o ensino Médio, a proposta é um ensino puser temas históricos, ou seja, os conteúdos terão por finalidade a discussão e a busca de solução para um tema/problema previamente proposto. Entretanto, é necessário ressaltar que a História Temática será utilizada quando o conteúdo em desenvolvimento oportunizar a utilização desta prática pedagógica.

Buscando a compreensão do conhecimento histórico, observar-se-á as contribuições específicas das diferentes correntes historiográficas e a prática da metodologia histórico-crítica.

Através da interpretação, análise e compreensão dos diferentes processos e acontecimentos históricos objetiva-se a formação do pensamento histórico, o desenvolvimento da consciência histórica, capacitando o estudante para a produção de narrativas históricas.

Contribuindo para operacionalização cotidiana das aulas de História, dialogadas, expositivas, interativas, considerar-se-á a problematização dos conteúdos, consulta a diferentes fontes, contextualização dos acontecimentos históricos, observando o significado das diferentes temporalidades e a busca de conceitos através da prática interdisciplinar, quando este encaminhamento se fizer necessário.

Instrumentalizando os estudantes na compreensão do processo histórico serão utilizados diferentes recursos didático-pedagógicos tais como: leitura e análise de textos, interpretação e releitura de imagens, desenhos, ilustrações e fotografias, exibição de documentários e fragmentos fílmicos, produção/elaboração de textos, resolução de atividades e exercícios, confecção de cartazes, murais e painéis, realização de trabalhos de pesquisa individuais e de grupo, realização de seminários, produção de charges, paródias e versos rimados, encenação dos acontecimentos históricos, confecção e interpretação de mapas históricos, análise de gráficos e dados estatísticos, desenho e ilustração de fatos históricos, organização de história em quadrinhos, entre outros.

Utilizar-se-á na prática pedagógica cotidiana a TV Multimídia, o Laboratório de Informática como espaço de pesquisa e produção, exibições de slides por meio de Projetor Multimídia, bem como outras tecnologias que contribuam com o desenvolvimento do conhecimento científico.

Sob uma perspectiva de inclusão social, as Diretrizes consideram a diversidade cultural e a memória paranaenses, de modo que buscam contemplar demandas em que também se situam os movimentos sociais organizados devendo

ser oportunizados, projetos, reflexões, sensibilização, convencimento, implementação, Semana Cultural da Consciência Negra 20/11, Semana Cultural dos Povos Tradicionais Indígenas 19/04 e atividades para a visualização dos sujeitos históricos africanos, negros, afro-brasileiros (Lei 10.639/03) e comunidades tradicionais indígenas (Lei 11.645/8) como personalidades historicamente discriminados no projeto de formação e organização da nação brasileira e suas contribuições próprias para a História e Cultura do país. Será oportunizado, também, o conhecimento das especificidades políticas, econômicas, históricas e socioculturais do Estado do Paraná, (Lei 13.381/01) bem como sua importância no cenário regional e nacional.

No desenvolvimento das aulas serão escolarizados os desafios contemporâneos (Sexualidade – Violência – Questões Ambientais – Drogadição – Consumo – Mídia – Tecnologia/Internet - Questão da Terra, entre outros) objetivando análise, reflexão, orientação para superação dos mesmos na comunidade na qual o estabelecimento estiver inserido.

Para o Ensino médio é necessário considerar a faixa etária e as necessidades especiais em que se encontram os educandos do ensino médio. É importante a formação do caráter e a capacidade de compreender as implicações entre ciência e produção, e, ainda, a sua consciência da ação transformadora sobre o mundo e sobre os outros. Desenvolver as responsabilidades morais e políticas. É necessário adequar as suas possibilidades, limitações ou níveis de desenvolvimento que precisam ser considerados na metodologia, dependendo das necessidades especiais que possua.

A abordagem histórica prescinde da adoção de procedimentos que facilitem e estabeleçam relações de discernimento, apreensão, construção e conexão nos diversos momentos históricos, seja no tempo ou no espaço. Enfatizar as relações concretas vivenciadas pelo homem nos aspectos social, político, econômico e cultural.

Além dos aspectos acima mencionados é relevante garantir na definição do encaminhamento metodológico a interação entre professor / aluno / conhecimento / sociedade.

Compreender que a aprendizagem é processo social e como tal, depende das relações estabelecidas. O respeito pelas diferenças individuais possibilita que professor e aluno sejam sujeitos ativos do processo ensino-aprendizagem, capazes de superar as dificuldades encontradas.

Valorizar as diferentes abordagens significa levar em consideração a riqueza étnica da formação da identidade da nação brasileira. Por isso, é necessário permear o ensino da História com o estudo do continente africano e do continente americano respeitando e mostrando as contribuições sócio-culturais destes povos e de seus descendentes, valorizando a cultura e desmistificando e derrubando preconceitos e discriminação e conhecendo a luta e a resistência dos mesmos contra a escravidão, através de um ensino dinâmico, complementar e de forma interativa participando de debates, pesquisas e de oficinas de História que venha tratar destes temas.

Da mesma maneira serão contemplados o ensino da História do Paraná de forma complementar e as temáticas sobre sexualidade, violência, questões ambientais, drogadição, consumo, mídia, tecnologia e internet, questões da Terra e outras problemáticas do nosso século, mas que sempre existiram em todo o processo histórico da humanidade. Exemplo: ao estudar o sistema feudal pode-se trabalhar junto o problema da terra, as revoltas jackerianas, o papel da igreja, as relações de poder e de trabalho, a situação dos servos e dos vilões.

RECURSOS DIDÁTICOS E TECNOLÓGICOS

- Uso das relações de temporalidade.
- Contextualização do aluno no tempo histórico e espacial estudado.

- Uso e análise de fontes históricas (pinturas, obras literárias, material jornalístico, música, esculturas, filmes, fotografias, cartuns, poesias, mapas, tabelas, gráficos, registros de nascimento, casamento, etc.)
- Leitura, entendimento e localização de idéias fundamentais e intencionais no uso de textos historiográficos.
- Confronto de vestígios e eventos.
- CDs e DVDs (documentários e filmes)
- Multimídia.
- Aulas expositivas – dialógicas.
- Reflexão coletiva e individual.
- Produção de textos por analogia, análise e síntese.
- Confeções de cartazes.
- TV, multimídia, aparelho de DVD, projetor multimídia, tela.
- Laboratório de informática.

AVALIAÇÃO/RECUPERAÇÃO

A concepção sobre a prática da avaliação tem se transformado. Ela não é mais observada como um instrumento de controle, vigilância e punição . Apresenta-se como um processo global e dinâmico através do qual se avalia a relação de ensino-aprendizagem como um todo. Nessa perspectiva, a avaliação deve ser diferenciada e contínua, contemplando as especificidades e conhecimentos prévios. Ocorrendo durante todo o processo de ensino-aprendizagem.

A avaliação permite ao educando perceber os avanços e dificuldades, indicando os desafios e como vencê-los. No aspecto pedagógico a avaliação

possibilita repensar a prática e ajustá-la às necessidades do processo de aprendizagem de alguns ou de toda a turma. Assim, a avaliação permite verificar se os conteúdos estão sendo aprendidos, e ainda, perceber os avanços e as fragilidades do ensino oferecido criando condições para que o aluno ultrapasse suas dificuldades.

Desse modo a avaliação, diagnóstica e informa o processo e a prática de professores e alunos. Permite também perceber o resultado das aprendizagens individuais. Os resultados da avaliação devem orientar e reorientar a prática pedagógica e conscientizar os alunos de suas dificuldades e conquistas.

A avaliação deverá considerar os objetivos e as metodologias para o ensino de História que propõem um trabalho reflexivo sobre os processos de formação das sociedades, formação de sínteses com base na leitura e interpretação de documentos, obtendo contato com o historiador. Desse modo a avaliação permitirá o desenvolvimento da reflexão, análise e interpretação de textos. A avaliação deverá propor situações que permitam aos alunos estabelecerem relações entre sociedades estudadas percebendo as semelhanças e diferenças, mudanças e permanências que se estabelecem entre temporalidades distintas.

A avaliação da disciplina de História, nestas diretrizes, observa:

A investigação e a apropriação de conceitos históricos .

A compreensão das relações da vida humana (Conteúdos Estruturantes);

O aprendizado dos conteúdos básicos/temas históricos e específicos.

Esses fatores são entendidos como complementares e indissociáveis. Deve-se recorrer a diferentes atividades, tais como: leitura, interpretação e análise de narrativas historiográficas, mapas e documentos históricos; produção de narrativas históricas, pesquisas bibliográficas, sistematização de conceitos históricos, apresentação de seminários, entre outras. Após a avaliação diagnóstica deverá ocorrer a revisão das práticas pedagógicas. Isso permitirá ao professor planejar e encaminhar a superação das dificuldades percebidas.

Desse modo os alunos devem apresentar condições de identificar processos históricos, reconhecer criticamente as relações de poder, trabalho e cultura neles existentes, podendo assim intervir no ambiente em que vivem, se determinando como sujeitos da própria História.

Os momentos de avaliação configurar-se-ão como mais um momento de aprendizagem e percepção do seu próprio crescimento e sua contribuição no processo avaliativo individual e coletivo. Permitindo assim analisar, rever e tomar decisões sobre os encaminhamentos, os conteúdos trabalhados de modo que possibilitem a construção da experiência da aprendizagem.

O procedimento avaliativo deve ser contínuo e freqüente e deve contextualizar a avaliação no momento histórico atual, priorizando uma avaliação transformadora, inserida em um processo contínuo.

Torna-se relevante identificar a diferença entre verificação e avaliação as quais devem analisar as funções e mobilidades da aprendizagem.

A avaliação permite a reflexão da situação didática que envolve o ensino/aprendizagem com a pretensão para servir de parâmetro utilizando-se de instrumentos variados como- Auto-avaliação.

- Clareza e coerência nos debates.
- Análises temáticas.
- Observação da participação efetiva nas atividades propostas.
- Participação e interesse nas pesquisas bibliográficas.
- Registros e anotações das aulas no caderno.
- Provas objetivas
- Provas dissertativas.
- Trabalhos em grupo.

- Recuperação paralela através de releitura, estudo e apresentação de trabalhos ou argüição oral sempre com a orientação e a presença do professor.
- O cumprimento dos TRÊS eixos elencados no Projeto Político Pedagógico da escola: assiduidade, seriedade e compromisso.
- Comparecimento dos pais e responsáveis na escola para saber sobre a vida escolar do seu filho e/ou filha, quando convocados ou não. Exemplo: Família na escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Gislaine Campos SERIACOPI, Reinaldo. História. Série Brasil. Ensino Médio. S. Paulo: Ática, 2005.

BAKHTIN, Mikhail. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: O contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1987.

BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1995.

BARCA, I. O pensamento histórico dos jovens: ideias dos adolescentes acerca da provisoriade da explicação histórica. Braga: Universidade do Minho, 2000.

BARRO, José D'Assunção. O campo da História: especialidades e abordagens, 2ª ed. Petrópolis; Vozes, 2004.

BITENCOURT, Maria Circe. Ensino de História.

BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. São Paulo. Imprensa Oficial, 2000.

BURKE, Peter. Cultura popular na Idade Média e Moderna. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

CERTEAN, Michel de. A escrita da História. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S/A, 1997.

CARDOSO, Oldimar Pontes. HISTÓRIA Hoje. 1ª Ed. S. Paulo: Ática, 2006 (Livro do aluno).

COLTRIN, Gilberto. História Global: Brasil e Geral. Volume único. Ensino Médio. 8ª Ed. S. Paulo: Saraiva 2005

DCE – HISTÓRIA -Diretrizes Curriculares da Educação Básica. História. Curitiba. Paraná:SEED 2008.

DIVALTE, Garcia Figueira. História. Ensino Médio. 2ª Ed. S. Paulo: Ática, 2005.

DOM BOSCO. Apostila de História geral e do Brasil. Curso Intensivo. Curso e colégio Dom Bosco. 2002. (para recortes e alguns extratos).

FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática de ensino de História. Campinas: Papyrus, 2003.

_____. História e ensino de História. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FOUCAULT, Michael. A arqueologia do saber. São Paulo: Forense Universitária, 2004a.

_____. A microfísica do poder. São Paulo: Graal, 2004b.

_____. Vigiar e Punir. Petrópolis, Vozes, 2001.

GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

HOBBSAWN, Eric J. O ensino de História: teoria, currículo e método. Curitiba: Livro de Areia, 2003.

LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs). História: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs). História e memória. Campinas: UNICAMP, 1992. LEI Nº 11.465, de 10 de março de 2008 - "História E Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MORAES, José Geraldo Vinci de. História Geral e Brasil. Ensino Médio. Volume único 2ª Ed. S. Paulo: Atual, 2005.

PETTA, Nicolina Luiza de, OJEDA, Eduardo Aparício Baez. História: uma abordagem integrada. Volume único. 1ª Ed. S. Paulo: Moderna, 1999. Coleção base.

RÜSEN, J. Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SCHMIDT, Mário. Nova História Crítica. Ensino Médio. Volume único. 1ª Ed. S. Paulo: Nova Geração, 2008. (Livro do aluno).

SEED. História. Ensino Médio. Vários autores. Curitiba: SEED-PR, 2006. Livro Didático Público.

THOMPSON, E. P. A miséria da teoria: ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. v. 1.

ANEXO

Governo Institui Obrigatoriedade Do Estudo

Altera A Lei Nº 9.394, De 20 De Dezembro De 1996, Modificada Pela Lei Nº 10.639, De 9 De Janeiro De 2003, Que Estabelece As Diretrizes E Bases Da Educação Nacional, Para Incluir No Currículo Oficial Da Rede De Ensino A Obrigatoriedade Da Temática "História E Cultura Afro-Brasileira E Indígena".

LEI Nº 11.465, DE 10 DE MARÇO DE 2008

O P r e s i d e n t e d a R e p ú b l i c a

Faço saber que o congresso nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º o art. 26-a da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26-a. Nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da História e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.

§ "2º os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira." (nr)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de Março de 2008; 187º Da Independência E 120º Da República.

Luiz Inácio Lula da Silva

Fernando Haddad (DOU ou De 11/03/2008 - Seção I - P.1)

Fonte: Bde Online

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE INGLÊS

Ensino Fundamental

A L.E.M. é importante para que os alunos façam uso da língua em situações significativas, relevantes e que não se limitem ao exercício de uma mera prática de formas lingüísticas descontextualizadas. Através do aprendizado de uma língua estrangeira, promove-se a inclusão social do educando numa sociedade diversa e complexa e permite-se aos sujeitos perceberem-se como integrante da sociedade e participante ativo do mundo. O aluno aprende como construir significado para melhor entender e transformar a realidade.

A aprendizagem de uma língua estrangeira deve propiciar espaço de reflexão sobre a língua materna, as diferenças culturais, o conhecimento, valores de cidadania e identidade e o respeito às diferenças.

Não se pode negar, também, a importância da LEM na formação da consciência crítica e na preparação para o mundo do trabalho, através da inserção do sujeito na tomada de decisões econômicas e políticas da sociedade em que vive.

O contato das diferentes culturas também contribui para a formação/transformação do estudante.

2. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

O ensino da Língua Estrangeira Moderna, Língua Inglesa, deve contribuir para a formação de um sujeito crítico e capaz de interagir com o mundo a sua volta e fazendo-o, perceber-se parte integrante da sociedade, levando a compreender a diversidade cultural e linguística conscientizando-o sobre o papel das línguas na sociedade. O ensino LEM deve também tornar o aluno capaz de argumentar em situações de comunicação oral e escrita, levando-o a um crescimento constante.

3. OBJETIVO GERAL

Compreender a língua Inglesa como instrumento de comunicação universal, no qual os discursos sociais, políticos e ideológicos são produzidos considerando-se os diferentes interlocutores de produção.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Espera-se com o ensino de Língua Estrangeira que o aluno seja capaz de:

- Identificar no universo que o cerca as línguas estrangeiras que cooperam nos sistemas de comunicação, percebendo-se como parte integrante de um mundo plurilíngüe;
- Vivenciar uma experiência de comunicação humana, no que se refere a novas maneiras de expressar e de ver o mundo, possibilitando maior entendimento de um mundo plural e de seu próprio papel como cidadão de seu país e do mundo;
- Reconhecer que o aprendizado de uma ou mais línguas lhe possibilita o acesso a bens culturais da humanidade construídos em outras partes do mundo.
- Ler e valorizar a leitura como fonte de informação e prazer, utilizando-a como meio de acesso ao mundo do trabalho e dos estudos avançados.
- Utilizar outras habilidades comunicativas de modo a poder atuar em situações diversas.

4- CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

O conteúdo estruturante da língua Estrangeira Moderna é o Discurso.

O Discurso como prática social, que se realiza total ou parcialmente por intermédio de texto, envolve as condições de produção, ou seja, o contexto sócio-histórico-ideológico no qual foi produzido. (DCE,2008)

5.CONTEÚDOS BÁSICOS

GÊNEROS DISCURSIVOS

Para o trabalho das práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística, serão adotados como conteúdos básicos os gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação. Caberá ao professor fazer a seleção de gêneros, nas diferentes esferas, de acordo com o Projeto Político Pedagógico, com a Proposta Pedagógica Curricular, com o Plano Trabalho Docente, ou seja, em conformidade com as características da escola e com o nível de complexidade adequado a cada uma das séries.

6º ano do Ensino Fundamental

Os gêneros a serem trabalhados nesse ano são quadrinhas, músicas, bilhete, contos de fadas, fábulas, tiras, e-mail, filmes, convites, receitas, diário, cartazes.

LEITURA

Tema do texto;

Interlocutor;

Finalidade;

Aceitabilidade do texto;

Informatividade;

Discurso direto e indireto;

Elementos composicionais do gênero;

Léxico;

Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem.

ESCRITA

tema do texto ;

Interlocutor;

Finalidade do texto;

Informatividade;

Argumentatividade;

Discurso direto e indireto;

Elementos composicionais do gênero;

Divisão do texto em parágrafos;

Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem;

Processo de formação de palavras;

Acentuação gráfica;

Ortografia;

Concordância verbal/nominal.

ORALIDADE

Tema do texto;

Finalidade;

Argumentatividade;

Papel do locutor e interlocutor;

Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos...;

Adequação do discurso ao gênero;

Turnos de fala;

Variações linguísticas;

Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, recursos semânticos. finalidade, se a linguagem está adequada ao contexto.

7º Ano (Ensino Fundamental)

Os gêneros a serem trabalhados nesse ano são carta pessoal, cartão postal, receitas, relatos de experiências vividas, classificados, anúncios, folders, músicas, filmes, charge, e-mail, fábulas.

LEITURA

Tema do texto;

Interlocutor;

Finalidade do texto;

Informatividade;

Aceitabilidade;

Situacionalidade;

Intertextualidade;

Informações explícitas e implícitas;

Discurso direto e indireto;

Elementos composicionais do gênero;

Repetição proposital de palavras;

Léxico;

Ambiguidade;

Marcas linguísticas, coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem.

ESCRITA

Tema do texto;

Interlocutor;

Finalidade do texto;

Informatividade;

Discurso direto e indireto;

Elementos composicionais do gênero;

Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem;

Processo de formação de palavras;

Acentuação gráfica;

Ortografia;

Concordância verbal/nominal.

ORALIDADE

Tema do texto;

Finalidade;

Papel do locutor e interlocutor;

Elementos extralinguísticos, entonação, pausas, gestos, etc;

Adequação do discurso ao gênero;

Turnos de fala;

Variações linguísticas;

Marcas linguísticas, coesão, coerência, gírias, repetição.

Semântica.

8º Ano (Ensino Fundamental)

Os gêneros a serem trabalhados nesse ano são informativos, provérbios populares, contos, músicas, carta, fábulas história em quadrinhos, games, resumo, relatório, cartum, diálogo, charge, exposição oral e cartazes.

LEITURA

Conteúdo temático;

Interlocutor;

Intencionalidade do texto;

Aceitabilidade do texto;

Informatividade;

Situacionalidade;

Intertextualidade;

Vozes sociais presentes no texto;

Elementos composicionais do gênero;

Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;

Marcas linguísticas, coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos como: (aspas, travessão, negrito).

Semântica:

Operadores argumentativos;

Ambiguidade;

Sentido conotativo e denotativo das palavras no texto;

Expressões que denotam ironia e humor no texto.

ESCRITA

Conteúdo temático;

Interlocutor;

Intencionalidade do texto;

Informatividade;

Situacionalidade;

Intertextualidade;

Vozes sociais presentes no texto;

Elementos composicionais do gênero;

Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;

Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);

Concordância verbal e nominal;

Papel sintático e estilístico dos pronomes na organização, retomadas e sequenciação do texto;

Semântica;

Operadores argumentativos;

Ambiguidade;

Significado das palavras;

Sentido conotativo e denotativo;

Expressões que denotam ironia e humor no texto.

ORALIDADE

Conteúdo temático;

Finalidade;

Aceitabilidade do texto;

Informatividade;

Papel do locutor e interlocutor;

Elementos extralinguísticos: entonação, expressão facial, corporal e gestual, pausas;

Adequação do discurso ao gênero;

Turnos de fala;

Variações linguísticas (lexicais, semânticas, prosódicas, entre outras);

Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;

Elementos semânticos;

Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc);

Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.

9º Ano (Ensino Fundamental)

Os gêneros a serem trabalhados são músicas, biografias, histórias em quadrinho, pesquisas, cartazes, charge, reportagens, notícia, tiras, notícia, carta ao leitor, carta do leitor, debate.

LEITURA

Conteúdo temático;

Interlocutor;

Finalidade e intencionalidade do texto;

Aceitabilidade do texto;

Informatividade;

Situacionalidade;

Intertextualidade;

Temporalidade;

Discurso ideológico presente no texto;

Vozes sociais presentes no texto;

Elementos composicionais do gênero;

Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;

Partículas conectivas do texto;

Progressão referencial no texto;

Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);

Semântica:

Operadores argumentativos;

Polissemia;

Sentido conotativo e denotativo;

Expressões que denotam ironia e humor no texto;

ESCRITA

Conteúdo temático;

Interlocutor;

Intencionalidade do texto;

Informatividade;

Situacionalidade;

Intertextualidade;

Temporalidade;

Vozes sociais presentes no texto;

Elementos composicionais do gênero;

Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;

Partículas conectivas do texto;

Progressão referencial no texto;

Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito, etc.);

Sintaxe de concordância;

Sintaxe de regência;

Processo de formação de palavras;

Vícios de linguagem;

Semântica:

Operadores argumentativos;

Modalizadores;

Polissemia.

ORALIDADE

Conteúdo temático;

Finalidade;

Aceitabilidade do texto;

Informatividade;

Papel do locutor e interlocutor;

Elementos extralinguísticos: entonação, expressões faciais, corporal e gestual, pausas;

Adequação do discurso ao gênero;

Turnos de fala;

Variações linguísticas (lexicais, semânticas, prosódicas, entre outras);

Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, conectivos;

Semântica;

Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc);

Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.

1º, 2º, 3º Anos (Ensino Médio)

Os gêneros a serem trabalhados nesses anos seriam autobiografia, músicas, biografias, crônicas de ficção, contos de fadas contemporâneos, crônicas de ficção, letras de músicas, narrativas de ficção científica, narrativas de humor, artigos, debate, texto de opinião, artigo de opinião, charge, notícias, reportagens, entrevistas (oral e escrita), filmes.

LEITURA

Conteúdo temático;

Interlocutor;

Finalidade do texto ;

Intencionalidade;

Aceitabilidade do texto;

Informatividade;

Situacionalidade;

Intertextualidade;

Temporalidade;

Vozes sociais presentes no texto;

Discurso ideológico presente no texto;

Elementos composicionais do gênero;

Contexto de produção da obra literária;

Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);

Progressão referencial;

Partículas conectivas do texto;

Relação de causa e consequência entre partes e elementos do texto;

Semântica:

Operadores argumentativos;

Modalizadores;

Figuras de linguagem;

ESCRITA

Conteúdo temático;

Interlocutor;

Finalidade do texto;

Intencionalidade;

Informatividade;

Situacionalidade;

Intertextualidade;

Temporalidade;

Referência textual;

Vozes sociais presentes no texto;

Ideologia presente no texto;

Elementos composicionais do gênero;

Progressão referencial;

Partículas conectivas;

Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;

Semântica:

Operadores argumentativos;

Modalizadores;

Sentido conotativo e denotativo;

Figuras de linguagem;

Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação,

Recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito, etc.);

Vícios de linguagem;

Sintaxe de concordância;

Sintaxe de regência.

ORALIDADE

Conteúdo temático;

Finalidade;

Intencionalidade;

Aceitabilidade do texto;

Informatividade;

Papel do locutor e interlocutor;

Elementos extralinguísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas...;

Adequação do discurso ao gênero;

Turnos de fala;

Variações linguísticas (lexicais, semânticas, prosódicas, entre outras);

Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;

Elementos semânticos;

Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc);

Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.

6- Encaminhamento Metodológico

LEITURA

Propiciar práticas de leitura de textos de diferentes gêneros;

Considerar os conhecimentos prévios dos alunos;

Formular questionamentos que possibilitem inferências sobre o texto;

Encaminhar discussões sobre: tema, intenções, intertextualidade;

Contextualizar a produção: suporte/fonte, interlocutores, finalidade, época;

Utilizar textos não-verbais diversos que dialoguem com não-verbais, como: gráficos, fotos, imagens, mapas, e outros;

Relacionar o tema com o contexto atual;

Oportunizar a socialização das ideias dos alunos sobre o texto.

Estimular e encorajar os alunos a participarem das leituras motivando-os como capazes e valorizando-os nos pequenos avanços;

Oferecer estímulos (materiais coloridos, temas que fazem parte da realidade do aluno, clima agradável pedagogicamente, etc) suficientes para despertar o interesse do aluno pela leitura;

ESCRITA

Planejar a produção textual a partir: da delimitação do tema, do interlocutor, do gênero, da finalidade;

Estimular a ampliação de leituras sobre o tema e o gênero proposto;

Acompanhar a produção do texto;

Encaminhar a reescrita textual: revisão dos argumentos/das idéias, dos elementos que compõe o gênero (por exemplo: se for uma narrativa de aventura, observar se há o narrador, quem são os personagens, tempo, espaço, se o texto remete a uma aventura, etc.);

Analisar se a produção textual está coerente e coesa, se há continuidade temática, se atende à finalidade, se a linguagem está adequada ao contexto;

Conduzir, na reescrita, a uma reflexão dos elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos.

Acompanhar a produção do texto de forma individualizada;

Motivar e encorajar os alunos a realizarem a escrita, mostrando que são capazes e valorizando toda produção que o aluno efetivar;

Partir da escrita sobre temas que é significativo para a vida do aluno;

Partir de produção de escritas com descrição de cenas e ou fatos em figuras ilustradas, quando o aluno apresentar dificuldade em escrever assunto abstrato;

Motivar o aluno a escrever sobre ele mesmo, sendo possível conhecer um pouco sobre a vida dele caso ele não fale.

ORALIDADE

- Organizar apresentações de textos produzidos pelos alunos;

Orientar sobre o contexto social de uso do gênero oral selecionado;

Preparar apresentações que explorem as marcas linguísticas típicas da oralidade em seu uso formal e informal;

Estimular contação de histórias de diferentes gêneros, utilizando-se dos recursos extralinguísticos, como: entonação, pausas, expressão facial e outros.

Selecionar discursos de outros para análise dos recursos da oralidade, como: cenas de desenhos, programas infanto-juvenis, entrevistas, reportagem, entre outros.

Oportunizar o aluno a falar de si próprio, para a melhoria de sua própria apresentação;

Usar gravador, dando ao aluno a oportunidade de ouvir e controlar sua própria voz e articulação.

7 – METODOLOGIA DA DISCIPLINA

A aprendizagem de uma língua estrangeira deverá acontecer por meio do processo de ensino que envolva o aluno na construção de significados. A proposta da escola tem como objetivo central de sua prática a cultura do sucesso escolar e a democratização dos mecanismos de acesso e permanência do aluno em seu interior visando abranger todas as áreas formais e informais do conhecimento através de conhecimentos curriculares e extracurriculares. É fundamental considerar o desenvolvimento de habilidades orais, de escrita e leitura no processo de aprendizagem.

Está subjacente a essa perspectiva uma práxis educativa estruturada nas seguintes premissas:

- a) A substituição da cultura da repetência e do insucesso pela cultura da competência e do sucesso do aluno;
- b) O combate ao estigma histórico, fortemente presente na escola brasileira, segundo o qual a reprovação constituiria fator de aprendizagem;
- c) A adoção e o amadurecimento de práticas coletivas e democráticas de gestão escolar;

d) O distanciamento de ações de natureza centralizadora e autoritária no processo avaliativo.

E para que haja a construção dos significados na língua estrangeira é determinante viabilizar ao aluno a ampliação do conhecimento de mundo. Pois a aprendizagem não pode ser apenas um exercício de formas e estruturas lingüísticas e sim uma experiência completa que amplia as possibilidades sociais e culturais de crescimento do indivíduo, efetivando uma prática que influencie no desenvolvimento integral do aluno.

Nas aulas LEM é importante trabalhar a partir de textos de diferentes gêneros discursivos, abordando assuntos relevantes presentes na mídia nacional e internacional ou no mundo editorial.

Através de atividades críticas e problematizadoras, compreensão e produção de textos orais, escritos e/ou visuais e utilização de recursos visuais e áudios-visuais, encoraja-se os alunos a ter uma postura crítica frente aos textos, envolvendo questionamentos acerca das visões de mundo.

O professor deve criar estratégias em sala de aula para que os alunos percebam a heterogeneidade da língua. O uso da gramática deve estar subordinado ao conhecimento discursivo, ou seja, reflexões gramaticais devem ser decorrentes das necessidades específicas do aluno.

É preciso que os níveis de organização lingüística sirvam ao uso da linguagem na compreensão e na produção escrita, oral, verbal e não verbal e auxiliem na construção do significado.

Além disso, o professor deve valorizar o conhecimento de mundo e as experiências dos alunos por meio de discussões dos temas abordados e da produção escritas.

Ao propor a tarefa de escrita, é essencial que o professor proporcione aos alunos elementos necessário para que consigam se expressar. O léxico e os elementos de coesão e coerência serão trabalhados na medida em que sua explicitação se fizer necessária para efetivação da proposta de trabalho.

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Segundo José de Carvalho, o acolhimento de diferença cultural na escola, tem a função de construir um pacto social mais democrático, igualitário e fraterno. O que “significa trazer para dentro da escola práticas, valores, saberes das várias comunidades que fazem parte da nação e submetê-la a um tratamento pedagógico sensível às diferenças para que as crianças e os adolescentes tenham oportunidades de aprender e mesmo no limite absorver pelo menos os princípios das tradições culturais de diversas regiões e grupos dos países, incluindo aquelas regiões e grupos tratados com preconceito e rejeições.” (CARVALHO, 2004)

Diante disso, cabe em nossas escolas a realização de atividades lingüísticas que preparam os nossos alunos para leitura de textos de jornais, entrevistas sobre a diversidade; entrevista com líderes dos grupos étnicos pesquisados e pessoas da comunidade; composição de texto sobre a temática estudada; seminários, pesquisa na internet; dramatizações; montagem de painéis; debates para trabalhar a Educação Ambiental, Educação Fiscal, Cidadania e Direitos Humanos, Enfrentamento a Violência na Escola, Educação para as Relações Étnicas Raciais, Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, Educação Escolar Indígena, Gênero e Diversidade Sexual, e Diversidade Educacional (Inclusão Educacional, Cultura afro-brasileira e Africana, Educação Indígena, Educação do Campo, História do Paraná)

8 – AVALIAÇÃO

A avaliação como instrumento diagnóstico deve subsidiar a construção da aprendizagem, deixando de ser utilizada como um recurso que determina o destino dos educando. Constituindo uma ferramenta que permita a busca de intervenções pedagógicas que auxilia no sucesso dos alunos quanto aos objetivos específicos a serem alcançados. Sendo a avaliação, um processo dinâmico de crescimento e

progresso, deve objetivar as discussões em torno avanços e dificuldades encontradas pelos alunos no processo de ensino aprendizagem de LEM.

Nessa perspectiva o aluno estará intrinsecamente envolvido na construção do seu conhecimento, já que ao perceber suas dificuldades e avanços será capaz de levantar hipóteses na busca da superação de seus limites e construir uma aprendizagem mais significativa.

Caberá então ao professor a observação da participação ativa e da interação verbal dos alunos e no desempenho destes, no envolvimento diário com atividade orais e escritas, bem como a evolução de cada educando na construção dos significados na interação com texto e nas produções escritas individual ou coletivamente, propiciando ao aluno um retorno do seu desempenho e o entendimento de que o erro é parte integrante da aprendizagem. Partindo desse recurso para propor outros encaminhamentos que leve a superação das dificuldades e a diminuição da resistência ao aprendizado da Língua Estrangeira Moderna, o professor promoverá uma maior valorização desse conhecimento por toda a comunidade escolar.

Na variedade de instrumentos de avaliação poderão ser solicitados identificações, comparações, análises, produções, interpretações, sínteses e reestruturações de textos, aplicações de conhecimento, esquemas, expressões de opiniões, levantamento de hipóteses, construção de questões, participação no grupo, exposições de trabalhos, pesquisas de campo e bibliografia, participações em debates, discussões, seminários, palestras, atividades extra classe, observações com relatórios, auto-avaliação e avaliações formais.

O resultado da avaliação será expresso pelo registro de atuação dos alunos no desenvolvimento dos conteúdos bem como o cumprimento dos eixos básicos correspondentes ao desenvolvimento integral dos alunos (assiduidade, compromisso, e participação da família na escola).

O registro da avaliação da aprendizagem será permanente, descritivo, diagnóstico e cumulativo indicando a correspondência da série onde o aluno se encontra.

A recuperação (paralela, diagnóstica, contínua e de resultado) será ofertada durante o ano letivo, conforme assegura a LDB 9394/96 art.24,inciso v.O atendimento abrangerá todas as áreas de estudo,com retomadas individuais e coletivas para os alunos que ainda não obtiveram o aproveitamento esperado na aprendizagem e ou conteúdo.

Os alunos que não atingem os objetivos propostos de cada disciplina, e às exigências condicionantes do Sistema, receberão acompanhamento sistemático da Equipe Técnico Pedagógica tanto na verificação da aprendizagem quanto na questão disciplinar. Desta forma os alunos, através dos registros dos cadernos de regência, que servem de suporte de um ano para o outro,são acompanhados e quando não conseguem superar sua defasagem de uma série para a outra,são observados mais criteriosamente e /ou encaminhados para avaliação diagnóstica com a psicopedagoga da escola a qual atua na sala de recursos.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. ; VOLOSHINOV, V. N. Marxismo e filosofia da linguagem : problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Ed. Hucitec, 1992.

FERREIRA, Aparecida Jesus. Formação de Professores Raca/Etnia: Reflexões e Sugestões de Materiais de Ensino. Cascavel. Coluna do Saber, 2006.

SEED - Secretaria de Educação do Estado do Paraná. Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná: Língua Estrangeira Moderna. MEMVAVMEM: Curitiba, 2008.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE GEOGRAFIA

1 – APRESENTAÇÃO

A compreensão da Geografia como Ciência é uma construção que se efetiva ao longo da história do pensamento geográfico. Inicialmente, a ênfase era dada na descrição dos espaços locais ou regionais, como sua localização, suas riquezas, seus povos, suas organizações políticas, econômicas e sociais. Nesse contexto, desenvolveram-se outros conhecimentos como: elaboração de mapas, discussões a respeito da forma e tamanho da Terra, da distribuição de terras, águas e suas riquezas, cálculos sobre latitudes e longitudes e definições climáticas, entre outros. Os estudos dessas sociedades subsidiaram o surgimento das escolas nacionais de pensamento geográfico, como por exemplo as Escolas Alemã e Francesa.

Para Ratzel (1844-1904), o criador da Escola Determinista ou “ Pensamento do Determinismo Ambiental”, o qual dizia que “ o meio determina o homem. Já o francês Paul Vidal de La Blache (1845-1918), em plena Revolução Industrial, constatou que o Pensamento Determinista não conseguia explicar as novas realidades espaciais e que o meio já não determinava o homem, mas que o homem com os avanços tecnológicos, passou a dominar e transformar a natureza, nas diversas possibilidades, esta nova forma de pensar e conceituar o espaço geográfico, deu origem a uma nova, denominada de Escola Possibilista.

Enquanto a Escola Alemã defendia a ideia de que as condições naturais do meio influenciavam diretamente o nível de vida, o domínio técnico e a forma de organização social de um povo, a Escola Francesa, por sua vez, defendia a tese da possibilidade do homem transformar o espaço e a natureza para o seu bem estar. Essas duas formas de conceber influenciaram a organização do ensino dos conhecimentos geográficos nas instituições escolares.

Diante do exposto, percebe-se que todas as concepções das Correntes da Geografia Tradicional; Nova Geografia ou Teorética-Quantitativa; Geografia Humana e a Geografia Idealista estão fundamentadas no método positivista analítico dedutivo-indutivo. A Geografia escolar não poderia ser diferente, ou seja, os conteúdos eram tratados de forma superficial, fragmentados, sem contextualizar

com a realidade e com as demais disciplinas, o ensino da Geografia era de caráter mecânico e da memorização.

De acordo com Straforini (2008), a associação era perfeita com a Educação Tradicional e a Geografia Tradicional, ou seja, ambas eram fundamentadas no método positivista analítico dedutivo-indutivo, cujo objetivo da escola era a transmissão de conhecimento, de maneira estanque, fragmentada e conteudista. Nesta visão, era notável o reflexo que o sujeito carregava do ensino escolar, ou melhor, quando se ouvia falar a respeito da disciplina de Geografia é que esta era uma ciência que se dedica apenas aos estudos de mapas, estados, capitais, rochas, relevo, rios, clima, enfim na descrição da paisagem, esquecendo do principal que é a sua estrutura e dinâmica.

O Estado, sabendo dessa postura filosófica e pedagógica alienante, não poupou esforços para aniquilar qualquer tentativa de mudança, tanto que chegou a extinguir a disciplina do currículo escolar. (com a lei número 5692/71), criada após o golpe militar de 1964. Segundo Straforini (2008, p. 63) ao analisar o processo de ensino-aprendizagem no cotidiano das salas de aula, havia uma supervalorização na memorização, envolvendo apenas a repetição e reprodução. Inclusive, criando uma fusão entre História e Geografia o curso de Estudos Sociais, com finalidades de impor a ideologia patriótica e nacionalista.

Diante do exposto, cabe destacar que o subjetivismo é inerente ao grupo de geógrafos da Geografia Tradicional, principalmente para os Humanistas ou da Percepção, porque não ameaçam a ordem estabelecida (SANTOS, 1978, apud Andrade, 1992, p.115).

Vesentini (1992, p. 51) sempre foi categórico ao afirmar que a “a crise atual da Geografia é indissociável da crise da escola”. A partir dos trabalhos de José W. Vesentini, Douglas Santos, dentre outros, os livros didáticos passaram a ter uma nova concepção da Geografia Crítica, trazendo contribuições decisivas no ensino escolar a Nível Fundamental e Médio. Neste sentido, ocorreu a ruptura com os pressupostos teórico-metodológicos positivistas já que não possibilitavam a compreensão de uma totalidade de mundo.

Na década de 1980 havia influência marxista na produção geográfica, ou melhor, a análise geográfica era baseada nos aspectos indissociáveis da natureza e da sociedade, dos modos de produção e das formações sócio-econômicas. Foi assim que ocorreu a ruptura dos pressupostos teóricos metodológicos na compreensão da totalidade do espaço geográfico. Surge então, a defesa do casamento da Geografia Crítica com o Construtivismo. Para que os ideais da Geografia Crítica tivessem sucesso na escola foi preciso romper com a estaticidade, a fragmentação e a neutralidade. O aluno não poderia ser mais compreendido como uma “tábua rasa” ou alguém que simplesmente reage aos estímulos vindos de fora, como aponta no ensino tradicional (STRAFORINI, 2008, p. 69).

Nesse sentido, destacam-se as Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná, integradas aos conteúdos discutidos e apreendidos sobre o currículo básico para as escolas públicas do Estado do Paraná. Tais documentos - desde o final da década de 1980 até os dias atuais -, possibilitaram a readequação e a publicação do Currículo Básico/versão 2008 para a Escola Pública do Paraná. Também vale lembrar que, nessa reorganização, foi adotado o método do materialismo histórico dialético, conhecido nas ciências Geográficas como Geografia Crítica.

O desafio que se apresenta à disciplina de Geografia é o de promover a compreensão do espaço geográfico como resultante das relações sociais que se estabelecem entre o espaço local o bairro e/ou a cidade em que se vive como ponto de partida para se chegar à explicação dos fenômenos. Além de teorizar e/ou abstrair da vivência concreta, buscar explicações, comparações, contradições e de extrapolações que ocorrem no espaço geográfico

Vale lembrar que a partir das Diretrizes Curriculares da Educação Básica (SEED, 2008) os conteúdos geográficos deverão ser tratados pedagogicamente através da práxis que, ao mesmo tempo, contemplem as categorias de análise das relações Espaciais e Temporais ou vice-versa, nas diversas escalas: relações Sociedade e Natureza ou Natureza e Sociedade. Neste contexto, a concepção assumida nas mesmas Diretrizes, em seu quadro conceitual de referência da disciplina de Geografia, enfatizada as relações socioespaciais em todas as escalas

geográficas, analisadas em função das transformações políticas, econômicas, ambientais, sociais e culturais, sob a visão dialética.

As “ Diretrizes Curricular de Geografia de Educação Básica do Estado do Paraná “ (2008), tem enfatizado algumas Práticas Pedagógicas para o Ensino da Geografia, pois as mesmas tornaram-se importantes instrumentos para a compreensão do espaço geográfico, dos conceitos e das relações socioespaciais nas diversas escalas geográficas, a exemplo da aula de campo, dos recursos áudio visuais e dos mapas. Durante muito tempo os mapas foram considerados um instrumento básico da Geografia, para localizar, descrever, memorizar os fenômenos espaciais, pois não havia um trabalho metodológico cartográfico.

A linguagem cartográfica resulta de uma construção teórico-prática vem desde os anos iniciais e segue até o final da Educação Básica (DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2008). Os estudos desenvolvidos no final da década de 1980, por muitos profissionais, trouxeram de volta as discussões sobre a importância do uso da linguagem cartográfica no ensino de Geografia (KATUTA, 2002 e FRACISCHETT, 2002 e 2004).

Neste sentido, o autora afirma que o Construtivismo é o melhor do conhecimento produzido para trabalhar com a aprendizagem, pois o aluno exerce ação ativa no processo. Também é no Construtivismo que a Geografia Crítica fortalece a Geografia Escolar Crítica.

De acordo com Passini (2007, p. 182-183) os professores defensores desta proposta valorizaram as construções do aluno, quanto as suas noções de conservação, reversibilidade, proporção e das operações que os mesmos conseguem realizar. Também são destacadas pela autora as comparações e as classificações, dentre outras. Assim, o Construtivismo baseado nas etapas de desenvolvimento cognitivo de “Piaget”, partem sempre da relação direta entre a criança e o objeto a ser conhecido.

Os conhecimentos da Geografia no Ensino Fundamental e Médio visam possibilitar a formação de um cidadão consciente e em condições de compreender o espaço geográfico mundial e local, nas diferentes espacialidades e temporalidades e

nas mais diversas formas de organização das sociedades primitivas, industrializadas e não industrializadas, analisando as relações entre a natureza e o homem, mediadas pelo uso das diferentes tecnologias, nos diferentes espaços geográficos e tempos históricos.

3 - CONTEÚDOS ESTRUTURANTES/ESPECÍFICOS

Respeitando as orientações das DCEs, a disciplina está organizada a partir da definição dos conteúdos Estruturantes, que auxiliam na identificação, na organização e na compreensão do objeto de ensino e aprendizagem, os quais se apresentam constructos atrelados a uma concepção crítica de educação e das relações sócioespaciais em todas as escalas geográficas, analisadas em função das transformações políticas, econômicas, sociais e culturais que marcam o atual período histórico.

Os conteúdos estruturantes, que perpassam a análise e estudo de cada conteúdo básico/específico, do Ens. Fundamental e Médio, a seguir:

Ens. Fundamental de 6º ao 9º ano

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Conteúdos Básicos CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- Dimensão Econômica do Espaço Geográfico
- Dimensão Política do Espaço Geográfico
- Dimensão Cultural, Demográfica do Espaço Geográfico
- Dimensão Socioambiental do Espaço Geográfico

- Dimensão Econômica do Espaço Geográfico
- Dimensão Política do Espaço Geográfico
- Dimensão Cultural, Demográfica do Espaço Geográfico
- Dimensão Socioambiental do e no Espaço Geográfico
- Dimensão Econômica do Espaço Geográfico
- Dimensão Política do Espaço Geográfico
- Dimensão Cultural, Demográfica do Espaço Geográfico
- Dimensão Socioambiental do e no Espaço Geográfico
- Dimensão Econômica do Espaço Geográfico
- Dimensão Política do Espaço Geográfico
- Dimensão Cultural, Demográfica do Espaço Geográfico
- Dimensão Socioambiental do e no Espaço Geográfico

6º ANO

- Formação e transformação das paisagens naturais e culturais
- Dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção
- A formação, localização, exploração e utilização dos recursos naturais
- A distribuição espacial das atividades produtivas e a (re)organização do espaço geográfico
- As relações entre campo e a cidade na sociedade capitalista
- A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população

-A mobilidade populacional e as manifestações socioespaciais da diversidade cultural

-As diversas regionalizações do espaço geográfico

- A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração do território brasileiro

As diversas regionalizações do espaço brasileiro

A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção

-As manifestações socioespaciais da diversidade cultural

-A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população

-Movimentos migratórios e suas motivações

-O espaço rural e a modernização da agricultura

-A formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização

-A distribuição espacial das atividades produtivas, a (re)organização do espaço geográfico

-A circulação de mão-de-obra, das mercadorias e das informações

8º ANO

- Lugar e espaço e as diversas regionalizações do espaço geográfico

- A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios do continente americano

- A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado
- O comércio em suas implicações socioespaciais
- A circulação da mão-de-obra, do capital, das mercadorias e das informações
- A distribuição espacial das atividades produtivas, a (re)organização do espaço geográfico
- As relações entre o campo e a cidade na sociedade capitalista
- O espaço rural e a modernização da agricultura
- A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população
- Os movimentos migratórios e suas motivações
- As manifestações socioespaciais da diversidade cultural
- Formação, localização, exploração e utilização dos recursos naturais.

9º ANO

- As diversas regionalizações do espaço geográfico mundial
- A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado.
- . A revolução técnico-informacional e os novos arranjos no espaço da produção Mundial.
- . O comércio mundial e as implicações sócioespaciais.
- A formação, mobilidade das Fronteiras, e a reconfiguração dos Territórios As migrações mundiais e sua influência sobre a formação cultural, distribuição espacial e configuração demográfica dos países.

-Diferentes grupos sócio culturais e suas marcas na paisagem urbana e rural.

Produção capitalista: os diferentes ritmos de produção e sua configuração espacial.

.- Industrialização dos países pobres: diferenças tecnológicas e econômicas.

- Industrialização

-Atividades humanas e transformação da paisagem natural nas diversas escalas
Geográficas

-Paisagens locais e regionais;

-A ação humana na formação e transformação das paisagens: clima, relevo, vegetação e hidrografia (elementos formadores)

-A ação do homem na formação e transformação das paisagens.

Linguagem-imagens cartográfica: signos, legenda e escalas

-Formas de apropriação da natureza

- Alteração da Natureza pelo emprego de tecnologias:

-Impacto ambiental resultante das atividades de exploração dos recursos naturais no de Cascavel;

-Localização das principais reservas de recursos naturais

-Formas de exploração dos recursos naturais e a concentração de renda

- Transformação de recursos naturais em fontes de energia.

- Utilização dos recursos naturais

- Consequências ambiental, social e econômica resultantes da exploração dos recursos naturais.

-- A distribuição espacial de atividades produtivas e sua relação com a localização dos recursos naturais.

-A distribuição espacial de atividade produtivas e sua relação com as garantias econômicas, trabalhistas e fiscais.

Reorganização do espaço geográfico em decorrência das atividade produtivas em desenvolvimento.

-Questões econômicas, ambientais, políticas e culturais.

- Movimentos demográficos

-Atividades produtivas

- Influência dos fatores históricos, naturais e econômicos.

- Significados dos indicadores demográficos: taxa de fecundidade, de natalidade e mortalidade.

- Mobilidade populacional

– Causa das migrações

- Manifestações especiais das diferentes grupos culturais: local, regional, nacional.

- Contribuições das culturas afro e indígena para o desenvolvimento do país.

- Formas de regionalização do espaço: critérios naturais, econômicos e políticos.

- regionalização, territorialidade e paisagem em escalas locais e regionais;

- Conceito de natureza e sociedade;

- Noção de lugar e espaço.

- Processo de formação do território brasileiro

- O espaço brasileiro na relação com o contexto mundial

- Orientação e localização do/no território brasileiro

- Histórico da regionalização do Espaço brasileiro;

- As 5 regiões brasileiras segundo o IBGE;

- As três macrorregiões econômicas: Amazônia, Nordeste e Centrosul
 - Os setores da economia: primário, secundário e terciário no território brasileiro
- Setor Primário: extrativismo e agropecuária
- Setor secundário: indústria e mineração
 - Setor terciário: Comércio e prestação de serviços
- O uso de tecnologias nas diferentes atividades econômicas e as conseqüentes mudanças nas relações sócio-espaciais e ambientais
 - Aproveitamento econômico das bacias hidrográficas
 - Aproveitamento econômico do relevo
 - A aceleração da exploração dos elementos da natureza em decorrência do processo de industrialização
 - Áreas de proteção ambiental e sua importância para a preservação dos recursos naturais
 - Impactos ambientais decorrentes das atividades econômicas
 - Diversidade cultural e regional do Brasil: música, dança, religiosidade, folclore, festas
 - Contribuição cultural dos diferentes povos: índio, negro africano, europeu
 - A diversidade cultural no Estado do Paraná
 - A colonização e a distribuição da população brasileira
 - IBGE:Indicadores estatísticos da população: IDH ;Censo demográfico
 - Emigração e migração
 - Causas da migração
 - Processo de crescimento da população e sua mobilidade no território

- Migrações e ocupação do território brasileiro
- Êxodo rural
- Importância dos fatores naturais
- Uso de novas tecnologias na agropecuária brasileira
- Biotecnologia e transgênicos
- Relações entre a estrutura fundiária e os movimentos sociais no campo
- Produção agropecuária brasileira
- Agropecuária e impactos ambientais
- Urbanização e crescimento urbano
- Origem das cidades
- Cidades, metrópoles e megalópoles
- Processo de formação e localização dos microterritórios urbanos
- A influência da industrialização no processo de urbanização brasileira
- Urbanização do Brasil
- Problemas sociais e ambientais das cidades
- A transformação das paisagens brasileiras e sua relação com: formas de ocupação, atividades econômicas, dinâmica populacional e diversidade cultural
- O litoral: início da ocupação econômica e populacional
- O avanço para o interior: riquezas minerais e agropecuária
- A industrialização
- Amazônia: última fronteira de ocupação
- A circulação de mão-de-obra, de mercadorias e informações e sua relação com os espaços produtivos brasileiros

- Relações econômicas, culturais e políticas do Brasil com outros países
- O Brasil e a globalização
- Processo de formação do território americano
- O espaço americano na relação com o contexto mundial
- Orientação e localização do/no território americano
- A ocupação do território americano: a colonização
- A formação dos Estados americanos
- A divisão política das três Américas
- A América Anglo-saxônica e a América Latina
- América Anglo-saxônica: colonização de povoamento
- América Latina: colonização de exploração
- As paisagens naturais da América
- A vegetação
- O clima
- O relevo
- A hidrografia
- O continente americano e seu papel e/ou suas relações com a nova ordem mundial
- Os blocos econômicos da América: Mercosul, Nafta e Alca
- A divisão dos setores econômicos na América
- As relações comerciais entre os países americanos
- As relações comerciais entre a América e o comércio mundial

- A circulação de mão-de-obra, de mercadorias e informações e sua relação com os espaços produtivos americanos
- Relações econômicas, culturais e políticas da América com outros países
- A América e a globalização
- A transformação das paisagens americanas e sua relação com: formas de ocupação, atividades econômicas, dinâmica populacional e diversidade cultural
- A agropecuária e a industrialização da América do Norte
- A agropecuária e a industrialização da América Latina
- O turismo na América Central
- O êxodo rural
- O espaço urbano da América
- Metrópoles e megalópoles da América
- A formação das áreas agrárias no continente americano
- A mecanização e a utilização de tecnologias na agropecuária
- Os sistemas agrícolas da América: produção de alimentos
- Os grupos étnicos da América Pré-colombiana
- O imigrante europeu
- O negro africano
- As áreas populosas e povoadas da América
- As regiões com baixa densidade demográfica
- O IDH da América
- As migrações no território americano
- Causas da migração

- Os latino americanos nos EUA
- Formação e localização dos recursos naturais no território americano
- Exploração e utilização dos recursos naturais no território americano
- O desenvolvimento econômico dos EUA e os impactos ambientais no continente americano
- Importância estratégica dos recursos naturais para a sociedade contemporânea
- Espaço e território nas diferentes escalas;
- A divisão do espaço mundial: os continentes
- O mundo pré segunda Guerra Mundial: Imperialismo e a primeira Guerra Mundial
- O mundo pós segunda Guerra Mundial: a Guerra Fria
- A disputa entre capitalismo e socialismo
- A corrida espacial e armamentista
- O muro de Berlim
- As áreas de conflito: Cuba, Vietnã, Coréia e Afeganistão
- O fim da guerra fria: a queda do muro de Berlim, a reunificação da Alemanha e o fim da URSS
- A nova ordem mundial e as áreas de influência dos EUA, da União Européia e do Japão
- A globalização econômica e seus efeitos no espaço geográfico: Europeu, Asiático, Oceania, das Américas e África.
- Globalização e os blocos econômicos
- A terceira revolução industrial.A tecnologia aeroespacial, a microtecnologia e a biotecnologia. O fortalecimento da robotização e da informatização
- A integração mundial dos novos meios de comunicação

- Exportação e importação entre os continentes
- Os meios de transporte e o comércio mundial
- As mudanças socioespaciais e os impactos ambientais
- Movimentos imigratórios na Europa na atualidade
- A xenofobia
- Os conflitos étnicos mundiais
- A cultura americana no mundo.
- Causas das migrações. Os conflitos culturais provocados pelas migrações.
- Áreas de migração na atualidade
- Os grupos que marcam a cultura urbana: hip hop, funk, dança de rua, punk,
- Mudanças na paisagem urbana: pixação e grafiteagem
- A mudança cultural no campo
- .-Conceito de capitalismo
- As fases do capitalismo
- O desenvolvimento dos países capitalistas centrais
- O capitalismo dos países periféricos
- A industrialização tardia dos países pobres.
- As transnacionais e a dependência dos países pobres
- Impactos ambientais

Ensino Médio 1º a 3º Anos

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- Dimensão Política do Espaço Geográfico
- Dimensão Econômica do espaço Geográfico.
- Dimensão Cultural e Demográfica do Espaço Geográfico.
- Dimensão Sócioambiental do Espaço Geográfico.
- Dimensão Política do Espaço Geográfico
- Dimensão Econômica do espaço Geográfico.
- Dimensão Cultural e Demográfica do Espaço Geográfico.

CONTEÚDOS BÁSICOS

A formação e transformação das paisagens.

As diversas regionalizações do espaço geográfico.

A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção.

A distribuição espacial das atividades produtivas e a (re)organização do espaço geográfico.

A formação, localização, exploração e utilização dos recursos naturais.

O espaço rural e a modernização da agricultura.

O espaço em rede: produção, transporte e comunicação na atual configuração territorial.

Formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios.

As manifestações socioespaciais da diversidade cultural.

Os movimentos migratórios e suas motivações.

A circulação de mão-de-obra, do capital, das mercadorias e das informações.

As relações entre o campo e a cidade na sociedade capitalista.

A formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização recente.

O comércio e as implicações sócio-espaciais.

As implicações socioespaciais do processo de mundialização.

A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado.

A revolução técnico-científica-informacional e os novos arranjos no espaço da produção.

A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

1º ano

-Histórico e princípios da Geografia;

-Conceitos básicos da Geografia;

- Os elementos naturais e culturais que compõem as diferentes paisagens e as alterações provocadas pela sociedade de acordo com seus interesses: econômicos, sociais e políticos

-As diversas possibilidades de regionalizar o espaço

-A representação do espaço produzido;

_Os elementos naturais das paisagens (tipo de solo, clima, vegetação, hidrografia, relevo e sua estrutura) sua distribuição e transformação: tempo da natureza, dinâmica da natureza, os domínios morfoclimáticos e a alteração das paisagens terrestre

- A relação das atividades produtivas com a dinâmica hidrológica: alteração do curso dos rios (represas), agricultura irrigada, fonte de energia, via de transporte, erosão e sedimentação costeira, poluição das águas.

- A atividade industrial, a produção e os impactos socioambientais: aquecimento atmosférico, a poluição e a crise da água, poluição do solo, alterações climáticas e outros.

- A exploração dos recursos naturais (renováveis e não renováveis) para a produção de energia: bio combustível, energia nuclear, eólica, carbonífera e suas implicações na ocupação do espaço.

- Os recursos naturais (vegetal, animal e mineral) e as ações políticas para sua preservação: o extrativismo, sua importância na produção de matérias-primas, os conflitos gerados pela escassez e uso, e os acordos ambientais internacionais.

- As alterações espaciais resultantes da mecanização do campo usam de agrotóxicos, insumos e o emprego de novas tecnologias na produção
- agropecuária.

- O uso e preservação do solo nos diferentes sistemas de produção agrícola: agricultura familiar, terraceamento (jardinagem), agronegócio.

- Redes de transportes (portos aeroportos, rodovias, hidrovias), de comunicação e a circulação de produtos, pessoas e matérias primas.

- A reconfiguração dos territórios e os impactos culturais, demográficos e econômicos

2º ANO

-A formação territorial brasileira em sua relação com os contrastes e semelhanças regionais.

-As diversas possibilidades de regionalizar o Brasil: regiões geoeconômicas, macrorregiões do IBGE, regiões de planejamento

- A reconfiguração dos territórios brasileiro

-Os elementos naturais das paisagens (tipo de solo, clima, vegetação, hidrografia, relevo) sua distribuição e transformação: tempo da natureza, dinâmica da natureza,

os domínios morfoclimáticos brasileiros e a alteração das paisagens brasileiras.

- População brasileira: diversidade cultural.

-As diferentes identidade culturais das cidades e o reordenação do espaço urbano: cidades sagradas, turísticas, os micro territórios urbanos

-Êxodo rural e a sua influencia na configuração espacial urbano e rural.

-Movimentos pendulares entre países e cidades decorrentes das atividades econômicas

-Estrutura agrária e a distribuição de terras no Brasil.

-A expansão das fronteiras agrícolas e os impactos culturais, demográficos e econômicos no Brasil.

-Demarcação dos territórios indígenas e os conflitos resultantes da invasão das áreas pela mineração e agricultura (grileiros).

-As implicações espaciais dos movimentos sociais dos trabalhadores rurais: áreas de assentamento e de disputa no Brasil.

- Novas tecnologias e a alteração do espaço rural: mecanização do campo, a (re) estruturação do trabalho, os complexos agroindustriais e a produção para a exportação

-Interdependência econômica, cultural, demográfica e política entre o campo e a cidade: produção e comercialização.

-Áreas de segregação no espaço urbano: favelas condomínios fechados e outros, na espacialização das desigualdades sociais.

-Ocupação do território por diferentes grupos sociais e étnicos: os micros territórios.

-A espacialização das desigualdades sociais: especulação imobiliária, a periferias, e a ocupação das áreas de risco em sua relação como o crescimento das cidades.

-Urbanização desigual: conurbação, hierarquia das cidades, as cidade globais, as megalópole, metrópole, cidades grandes, cidades médias.

-As implicações espaciais da formação e crescimento das cidades: função das cidades.

-Utilização e distribuição da água no espaço urbano: rede de saneamento e poços artesianos.

-Destino e consequências do lixo doméstico e industrial: aterros sanitários, reciclagem, depósitos impróprios (lixões).

-Os espaços do consumo: ruas comerciais, shopping centers, feiras, hipermercados, espaços de lazer e suas implicações sócio-espaciais.

3º ANO

-As diversas possibilidades de regionalizar o espaço

- A nova ordem mundial no século XXI: as novas regionalizações espaciais e a formação dos Blocos Econômicos.

-A formação dos Estados nacionais:

-A fragmentação dos territórios no pós Guerra Fria e formação de novas territorialidades na Europa e Ásia

-A constituição dos microterritórios e o comércio ilegal: contrabando, narcotráfico, o poder das milícias.

-Os países emergentes e as mudanças na divisão internacional do trabalho: as áreas de produção.

-Novos papéis das organizações internacionais na mediação de conflitos internacionais: ONU e OTAN.

-A formação dos territórios supranacionais decorrente das relações econômicas e de poder na nova ordem mundial.

-Internacionalização do capital e o sistema financeiro: o Neoliberalismo, abertura econômica e seus impactos econômicos e sociais nos espaços nacionais.

-A revolução técnico-científica-informacional e os novos arranjos no espaço da produção: tecnopolos e as cidades globais.

- Os avanços tecnológicos da/na indústria e sua distribuição espacial: tecnopólos,

indústrias globais e Industrialização nos países pobres.

- O desenvolvimento da biotecnologia e os impactos na produção no espaço rural: transgênicos, Revolução Verde, agricultura orgânica.

-O comércio mundial: fronteiras internacionais, tratados multilaterais e as organizações econômicas internacionais (FMI, Banco Mundial, OMC)

-Crescimento populacional – teorias demográficas, expectativa de vida, estrutura etária, taxa de fecundidade, transição demográfica, taxa de natalidade e mortalidade, envelhecimento da população e as políticas de planejamento familiar.

-A distribuição espacial da população e os indicadores e socioeconômicos.-renda, população economicamente ativa, distribuição da população por faixa salariais, empregos por setor de atividade, escolaridade.

-Os deslocamentos populacionais decorrentes de fatores econômicos, políticos, ambientais e religiosos: os refugiados e zonas de atração e repulsão.

-As políticas migratórias dos países ricos e as restrições aos imigrantes pobres: as ações xenofóbicas e a reafirmação da identidade cultural das nações.

4. ENCAMINHAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Os procedimentos metodológicos para o ensino/aprendizagem Geografia numa perspectiva que estimule a interpretação e a análise das diferentes paisagens; a leitura crítica dos acontecimentos nos diversos lugares; a compreensão de conflitos territoriais e desafinação que existe na sociedade globalizada; a conscientização das questões socioambientais na sociedade de consumo etc. Para Passini (2007, p.17), os professores devem ser compromissados com a educação crítica.

Para tal, a proposta de trabalho pedagógico na disciplina de Geografia parte do pressuposto que as dimensões econômica, política, cultural, demográfica e socioambiental do espaço geográfico encontram-se interrelacionadas de forma que perpassam todos os conteúdos trabalhados nas diferentes séries. Essa interrelação exige que o docente estabeleça percursos metodológicos que contemplem a reflexão numa perspectiva de totalidade de: lugar, paisagem, região, território,

natureza e sociedade. Assim, para dar conta da apropriação dos conhecimentos científicos/tecnológicos é imprescindível que o trabalho pedagógico na disciplina parta da experiência cotidiana do aluno, estabelecendo a mediação com a construção do conhecimento espacial sistematizado e socializado por todos. Os conteúdos, sempre que possível, serão encaminhados a partir de situações problemas, instigantes e provocativas, dando ênfase ao estímulo do raciocínio, da reflexão e da crítica, de modo a contribuir para que o estudante se torne sujeito do seu processo de aprendizagem.

Por outro lado, os alunos serão desafiados a situar realidades pontuais num contexto mais abrangente; analisando e percebendo as relações entre o global e o local. Ao mesmo tempo, situando-os historicamente nas relações políticas, sociais, econômicas e culturais nas mais diversas escalas geográficas, de forma a contextualizar o espaço geográfico vivido.

Para o desenvolvimento das discussões e estudos serão utilizados os diversos recursos disponíveis na instituição escolar, dentre eles os mapas, o globo, filmes e documentários, pesquisa na internet, utilização da biblioteca, dentre outros. A leitura de textos imagéticos, a observação e a análise serão procedimentos inerentes ao trabalho com os conteúdos geográficos, tendo em vista que servem de suporte para a apropriação dos conhecimentos trabalhados, bem como a natureza dos conteúdos.

Leitura e interpretação de textos escritos, relatos e/ou documentários servirão de suporte para o desenvolvimento da oralidade, por meio da discussão e problematização dos conhecimentos que são objeto de estudo. Além disso, será possível estabelecer a interlocução com a disciplina de Língua Portuguesa por meio da produção de textos escritos e da representação por meio de desenhos, os quais são encaminhamentos que contribuem para a sistematização das informações e conhecimentos.

5- AVALIAÇÃO

De acordo com o processo avaliativo previstos na LDBEN 9.394/96, nas Diretrizes Curriculares Estaduais - DCEs e no Projeto Político Pedagógico, a avaliação é parte integrante do processo ensino-aprendizagem. É por meio dela que são coletadas as informações que servem de parâmetro para análise dos resultados obtidos por intermédio dos processos de intervenção pedagógica. A partir dessa análise, cabe a tomada de decisão em relação aos encaminhamentos a serem adotados a fim de garantir a efetivação da aprendizagem por parte dos estudantes. A avaliação assume, assim, um sentido diagnóstico e formativo à medida que serve de suporte para o reencaminhamento das ações docentes.

As práticas avaliativas têm a intencionalidade de contribuir para a apropriação crítica dos conhecimentos sistematizados, para posicionar-se criticamente frente aos diferentes contextos socioambientais, culturais, econômicos e políticos. Portanto, o processo avaliativo será encaminhado contando com instrumentos diversificados, levando em conta os objetivos propostos na disciplina, nesse sentido ele constitui-se em um meio e não um fim.

Serão utilizados diversos instrumentos que possibilitem a expressão por parte dos alunos, como exemplo: interpretação de textos informativos, cartográficos, temáticos, literários, históricos e geográficos; construção de slide e painéis, interpretação de fotos, imagens, tabelas e mapas; pesquisas bibliográficas a partir de fontes impressas e/ou virtuais, utilizando o laboratório de informática; construção, representação e análise do espaço por intermédio das maquetes, cartazes e mapas, provas escritas e orais, dentre outros. Apresentação e discussão de temas e seminários, com critérios previamente definidos para orientar a avaliação. Provas com questões objetivas, descritivas; oral ou escrita; produção de sínteses, pesquisas, produção de textos, entrevistas, produção de textos geográficos, sínteses, relatórios de aulas de campo e de vídeos - DVDs e viagens.

Os resultados expressos pelos instrumentos de avaliação fornecerão ao professor e ao aluno as informações sobre os conhecimentos geográficos apropriados. Nesse contexto, a avaliação se constitui num processo contínuo, como instrumento de

diagnóstico, visando a intervenção no ensino e na aprendizagem, auxiliando na superação das dificuldades apresentadas.

A recuperação dos estudos, visando a apropriação dos conhecimentos inerentes à disciplina e à série, será encaminhada de forma paralela sempre que se fizer necessário, mediante a articulação de novos encaminhamentos metodológicos, práticas avaliativas e compromisso do aluno com a sua aprendizagem. A recuperação de estudos estará prevista em cada plano de trabalho docente.

6. REFERÊNCIAS

ANDRADE, M.C. de Geografia ciência da sociedade. S.Paulo. Atlas. 1987

ADAS MELHEM. Panorama Geográfico do Brasil- Ed. Moderna, SP, 4a Ed.

CASTROGIOVANNI, A.C.(org.) Geografia em sala de aula: práticas e reflexões. Porto Alegre: Ed.UFRS, 1999

CORRÊA, R. L. Região e organização espacial. São Paulo. Ed. Ática, 1986

LUCCI, Elian Alabi . Geografia geral e do Brasil. Editora Saraiva.SP, 2004

.SENE, Eustáquio. Editora Scipione. Geografia geral e do Brasil. São Paulo, 2002.

MAGNOLI, Demétrio. Projeto de ensino de geografia Editora Moderna. São Paulo, 2000.

JAMES & MENDES. Geografia geral e do Brasil. Editora FTD. São Paulo,2004.

MARINA E TÉRCIO – Geografia Geral e do Brasil.

MENDONÇA F.; KOZEL, S. (Orgs) Elementos da epistemologia da Geografia contemporânea. Curitiba; Ed. Da UFPR, 2002.

Vários Autores – Geografia Ens. Médio – SEED Curitiba- 1.Ed. Impresso no Brasil 2006.

ANEXO 19

Projeto: **Escola de Pais - Buscando alternativas para o enfrentamento da indisciplina na escola**

Introdução

Uma das questões mais preocupantes hoje no âmbito escolar está ligada à indisciplina. A própria mídia tem noticiado constantemente esse problema. No entanto, percebe-se que os meios de comunicação apresentam a problemática de maneira superficial, ora acusam a escola e professores, ora acusam os pais, como os responsáveis pela situação. Mas sabemos que o problema é bastante complexo, que envolve questões socioeconômicas, culturais, psicológicas, entre outras. O próprio sistema socioeconômico fomenta a violência, o desrespeito, que gera, em muitos casos, a indisciplina dentro da escola. Não podemos esquecer que vivemos em uma sociedade capitalista, mediatista e consumista e que o importante é “o ter e não o ser”. Percebe-se que há uma inversão de valores propagada, inclusive, pelos veículos de comunicação e assimilados amplamente pela sociedade.

Indiscutivelmente os problemas de indisciplina e violência provocam inquietação, geram polêmica e resultam em consequências nada favoráveis para o processo/ensino/aprendizagem. Faz-se necessário, portanto, pensar ações que possam levar ao enfrentamento e diminuição dos problemas de indisciplina na escola.

II-Justificativa

Diante dos problemas encontrados com alunos que apresentam falta de interesse, compromisso e seriedade com os estudos, estamos buscando alternativas para que os mesmos sintam-se parte da comunidade escolar. Faz-se necessário que os alunos percebam a importância, nos dias atuais, de estar inserido nos bancos escolares; de terem acesso aos conhecimentos científico/tecnológicos sistematizados; A escola é um espaço privilegiado para que o aluno, na construção de sua cidadania, aprenda a conviver com a diferença. Quando se verifica que os alunos não estão conseguindo conviver de forma respeitosa no contexto escolar é

importante investigar quais as causas e encontrar soluções. Nesse sentido alunos, pais e Equipe escolar precisam discutir e encontrar soluções, inclusive, procurando apoio de outros órgãos competentes. É na busca de caminhar junto com as famílias, procurando a melhora das relações no ambiente escolar e por consequência de todo o processo de ensino-aprendizagem, que este projeto foi pensado. Considerando que próprio aluno é sujeito na construção de sua autonomia, conforme aponta Paulo Freire “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1983, p. 79). Para tal, se faz necessário que os mesmos se sintam parte integrante do Colégio Eleodoro Ébano Pereira.

III –Objetivo

- Refletir sobre as causas e consequências da indisciplina na escola, relacionando-a aos possíveis determinantes socioeconômicos, psicológicos e culturais;
- Levar os alunos e seus familiares a perceberem a importância de sua participação e integração nas ações cotidianas da escola;
- Propor ações que levem a diminuição dos casos de indisciplina e violência dentro da escola.

IV- Metodologia

Para a realização do projeto os alunos e seus familiares serão selecionados a partir dos registros de indisciplina realizados por professores e Equipe Pedagógica e Diretiva.

O projeto será realizado em encontros mensais, nos quais estarão presentes os alunos e pais convidados/convocados, bem como, representantes dos professores, da Equipe Pedagógica e Diretiva da escola, funcionários e demais membros da comunidade escolar que se interesse em participar.

Cada encontro será organizado em dois momentos distintos, sendo: o primeiro constituído de palestras sobre temas como Eca - Estatuto da Criança e

Adolescentes, as Drogas, a Prostituição, e outros que sejam definidos como necessários pela comunidade escolar. As referidas palestras serão ministradas por profissionais convidados pela escola que trabalhem e/ou pesquisem sobre o tema em questão. Na segunda parte, será realizada mesa redonda, com alunos, pais, a coordenação e professores com objetivo de elencar propostas e ações para que a Escola seja um ambiente mais agradável e de conhecimento e aprendizagem.

V – Cronograma

Serão realizadas reuniões mensais com pais e alunos, com a temática a ser definida de acordo com a necessidade da escola no momento.

ANEXO 20

Anexo ao PPP - Programa Brigada Escolar – Defesa Civil na Escola

Atendendo ao disposto no Decreto nº 4837/2012 e na instrução 024/2012 – SEED/SUED, este estabelecimento de ensino organizou a **Brigada Escolar do**

Colégio. De acordo com essas normativas é função da brigada trabalhar com a comunidade escolar de forma a incentivar mudanças de comportamento quanto aos hábitos de prevenção; simular situações de risco que exijam dos professores, alunos e funcionários o conhecimento das técnicas de enfrentamento ordenado de tais eventos; analisar as condições de segurança deste estabelecimento de ensino, solicitando, quando necessário, aos responsáveis, as adequações às normas de segurança contra incêndio e pânico do corpo de bombeiros.

Atendem pela Briga Escolar do Colégio Eleodoro os seguintes professores e funcionários:

Membro	Função que exerce na escola
Mareli Lúcia Steinbach	Diretora Auxiliar
Albertina Wisnieski	Professora
Simone Darós	Professora Pedagoga
Jakeline Goldoni	Professora Pedagoga
João Clóvis Dal Moro Júnior	Agente Educacional II

Coordena o Grupo da Briga escolar a diretora do Colégio, Inelves Dani. A função específica do diretor da escola, bem como dos demais membros da Brigada escolar, encontra-se especificada no adendo regimental de acréscimo nº 01/2013.

Para o ano Letivo de 2013 a Brigada escolar definiu seu Plano de Ação, incluído o Plano de Abandono, conforme segue:

AÇÃO	DATA	RESPONSÁVEL
Participar das capacitações presenciais ou em formato EaD, sempre que convocados pelo NRE/SEED	Nas datas especificadas pela SEED/NRE	Todos os membros
Promover reuniões Bimestrais entre os integrantes da Brigada;	30/04/2013 – organizar o 1º treinamento de abandono , a ser realizado no dia 20/05/13 nos três períodos; 03/06/2013 – Avaliar os resultados do primeiro	Todos os Membros

	<p>treinamento de Abandono, confrontando as questões atitudinais com as barreiras físicas e possíveis faltas de adequação do colégio às normas de segurança contra incêndio a pânico do Corpo de Bombeiros.</p> <p><u>28/08/2013</u> - organizar o 2º treinamento de abandono, a ser realizado no dia 10/09/13 nos três períodos, com base na avaliação realizada após o 1º Treinamento de Abandono.</p> <p><u>18/10/2013</u> -</p> <p>Avaliar o 2º treinamento de abandono, confrontando com o primeiro. Realizar relatório das necessidades de adequações e mudanças atitudinais do colégio, estabelecendo prioridades nas adequações a serem realizadas pela Equipe Diretiva e SEED no prédio e nos equipamentos do estabelecimento.</p>	
--	---	--

